



ANAIIS

I SEMINÁRIO
MILITARES, PODER E SOCIEDADE NA AMAZÔNIA

Interlocução: militares, política e imprensa periódica

21 A 23 DE JUNHO DE 2017

ISBN: 978-65-80307-01-2

Belém-PA
2019

EDITORA

CORDOVIL
E-books

Copyright © Organizadores e autores
Todos os direitos reservados

Organizadores

Sueny Diana Oliveira de Souza
William Gaia Farias
Pablo Nunes Pereira

Editora Cordovil E-books
Ananindeua, Pará, 67133-170
CNPJ: 32.262.244/0001-39
cordovilebooks@gmail.com

Souza, Sueny Diana Oliveira de; Farias, William Gaia;
Pereira, Pablo Nunes (orgs).

I seminário militares, poder e sociedade na
Amazônia – Interlocução: militares, política e
imprensa periódica. Belém: Editora Cordovil E-
books, 2019.

ISBN: 978-65-80307-01-2

1. História 2. Militares 3. Amazônia I. Título

CDU 981

As revoltas indígenas de 1809 em Maynas e a fronteira luso-espanhola

Carlos Augusto Bastos*

Este texto se propõe a analisar os levantes indígenas ocorridos na Província de Maynas no ano de 1809, localizada na área amazônica do Vice-Reino do Peru e limítrofe às terras luso-americanas, mais especificamente à Capitania do Rio Negro. Tal revolta expôs os conflitos envolvendo índios, militares e religiosos, o que despertou igualmente a atenção dos oficiais militares portugueses que serviam nas localidades limítrofes com a Província de Mayas. Além dos perigos inerentes a uma rebelião indígena em uma área onde essas comunidades representavam a maior parte da população e a mão de obra essencial, colocava-se ainda em questão as ameaças representadas por uma conjuntura política de crise e instabilidade vivenciada pelos Impérios ibéricos nos anos de 1808-1809. Neste trabalho, busca-se compreender as possíveis motivações de sua eclosão e, além disso, a leitura que autoridades espanholas e portuguesas fizeram desses eventos, atentando para os desafios representados por essa fronteira, bem como para os problemas que emergiram naquela conjuntura.

O enquadramento do espaço amazônico nos domínios ultramarinos ibéricos representou um terreno de conflitos e desentendimentos que se desenrolaram ao longo do período colonial, envolvendo as Cortes portuguesa e espanhola e seus representantes no cenário sul-americano. A despeito das negociações diplomáticas de delimitação das fronteiras, na segunda metade do século XVIII, e dos grandes empreendimentos demarcatórios levados a cabo por autoridades ibéricas nos limites de suas possessões no continente, o vale amazônico prosseguiu como um espaço litigioso para Portugal e Espanha no começo do século XIX. Esse momento, além disso,

* UFPA/Campus Universitário de Ananindeua; Doutor em História Social.

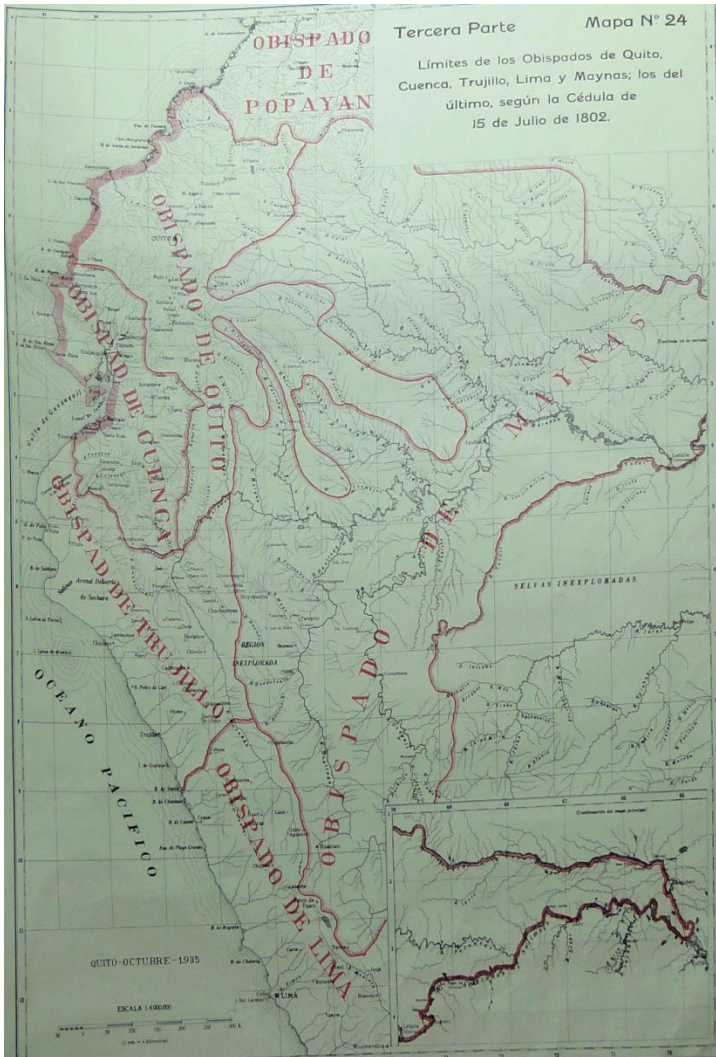
trouxe novos elementos que tornariam as relações luso-espanholas na fronteira ainda mais complexas, com o agravamento dos conflitos imperiais no contexto das guerras napoleônicas, o que envolveu as disputas territoriais no espaço sul-americano, como ficou claro nas campanhas militares na fronteira sul no ano de 1801¹.

Tais disputas e ameaças, por sua vez, ensejaram o estabelecimento de novos desenhos territoriais visando melhor controlar e proteger as possessões ibero-americanas. No que interessa diretamente a este texto, pode-se citar como exemplo a transferência da Província de Maynas da Audiência de Quito (à qual estava vinculada desde o século XVI) para o Vice-Reino do Peru, mediante a Real Cédula de 15 de julho de 1802. Com essa medida, visava-se exercer um controle mais eficiente sobre essa fronteira, integrando-a ao território peruano e protegendo-a de uma possível invasão portuguesa.² Ainda na reformulação administrativa adotada para essa zona amazônica da América espanhola, deve-se destacar a criação de um Bispado para a Província de Maynas, o que deveria funcionar como medida de fortalecimento das ações eclesíásticas na conversão das comunidades indígenas não-integradas à sociedade colonial e controle sobre índios cristianizados que vivam nas vilas e pueblos da fronteira.

¹ GARCIA, Elisa Fruhauf Garcia. A derradeira expansão da fronteira: a “conquista” definitiva dos Sete Povos das Missões – 1801. Texto apresentado no Colóquio “O espaço atlântico do Antigo Regime”, Instituto Camões, 2005. Disponível on line: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/elisa_fruhauf_garcia.pdf

² Raúl PORRAS BARRENECHA. *História de los Límites del Perú*. Lima: Fundación M. J. Bustamante De la Fuente, 2011, pp. 38-39; *Real Cédula. Reintegración de Maynas al Perú (15 de julio de 1802)*. Edición facsimilar. Estudio introductorio por Juan Miguel Bákula Patiño, Ada Arrieta Álvarez y Hugo Pereyra Plasencia. Lima: Instituto Riva-Agüero, 1996, pp. 46.7-23.

MAPA



Límites de los Obispos de Quito, Cuenca, Trujillo, Lima y Maynas; los del último, según la Cédula de 15 de julio de 1802 [material cartográfico].
Disponível on line: <http://186.3.12.78:8080/ms-pac/search?norm=marc&q=Maynas>

Com as invasões napoleônicas de 1808, e a crise política sem precedentes que atingiu as Coras de Portugal e Espanha, a gestão dos espaços limítrofes sul-americanos deveria se pautar pela atenção quanto aos perigos e instabilidades representados por essa conjuntura. A ausência de um monarca legítimo, entre os espanhóis, e o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro, no caso luso, colocavam em cena novas perspectivas sobre o futuro das possessões ultramarinas nas monarquias ibéricas e as relações que deveriam ser estabelecidas nas zonas de fronteira. Mesmo na longínqua área fronteiriça entre o Vice-Reino do Peru e o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, essas questões pautaram as análises e ações das autoridades ibéricas locais quanto ao modo como deveriam proceder na defesa de seus territórios.

A partir do mês de dezembro de 1808, o governador de Maynas, Diego Calvo, recebeu bandos remetidos de Lima contendo informações sobre os acontecimentos da Península. A extraordinária e dramática sucessão de eventos na Espanha chegou ao conhecimento das autoridades daquela fronteira, sobrepondo notícias que assinalavam as mais diferentes possibilidades de futuro para a Monarquia. Na mesma remessa de documentos de Lima a Maynas, havia notícias sobre a abdicação de Carlos IV em favor de Fernando VII, o que deveria ser comemorado com as “ceremonias y regocijos acostumbrados” pelos habitantes da fronteira, ao mesmo tempo em que uma proclamação dava a conhecer ao governo de Maynas “la mayor perfidia que jamás há sucedido ni han imaginado las gentes, ejecutada por Napoleón, el Emperador de los franceses,” usurpando a Coroa do legítimo herdeiro espanhol. Prontamente o governador de Maynas avisou aos padres e “tenientes de pueblos” sobre a imperiosa necessidade de conclamar todos os vassallos de sua província a acorrer em defesa de seu soberano, contribuindo com “cuantosos donativos” para financiar a guerra aos franceses,

e fazendo “rogativas publicas por la salud del Rey y Victoria de sus armas.”³

No lado português da fronteira, por sua vez, também circulavam informes sobre a guerra contra os franceses e a resistência na Espanha contra as tropas de Napoleão. O governo do Grão-Pará recebeu da Corte no Rio de Janeiro documentos sobre “um grande levantamento contra os franceses” na Espanha, onde havia “se organizado um governo central e provisional em nome do Senhor Rei Fernando VII, que declarava guerra à França,” ao mesmo tempo em que se estabelecia a aliança dos espanhóis com a Grã-Bretanha. As ordens eram de que tais notícias deveriam ser publicadas e remetidas para as “Províncias espanholas limítrofes,” devendo-se ainda destacar na comunicação com os espanhóis as boas relações de Portugal com a casa dos Bourbons por via da princesa Carlota Joaquina.⁴ Como expressou em outra ocasião D. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador do Grão-Pará, os impressos sobre o sucesso da resistência espanhola aos franceses (“uma grande revolução que espero que salve Portugal, a Espanha e talvez a Europa,” nas palavras do ministro) deveriam ser espalhados pelos rios Amazonas, Negro, Branco e Madeira, “para que cheguem às possessões espanholas, e concorra livrá-las de caírem no domínio francês.”⁵ No entanto, se as ordens remetidas da Corte para o governo do Grão-Pará eram, de um lado, “restabelecer a antiga harmonia” entre Espanha e Portugal, de outro sublinhavam a necessidade de adotar “todas as medidas possíveis para que em

³Archivo Histórico de Límites del Perú (AHLPE), LEA-11-56. Proclamação de Diego Calvo, governador de Maynas, aos tenentes e padres da Província. Jeberos, 25/12/1808.

⁴Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), Códice 642. Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, a José Narciso de Magalhães e Menezes, governador do Grão-Pará. Rio de Janeiro, 23/08/1808.

⁵APEP, Códice 642. Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, a José Narciso de Magalhães e Menezes, governador do Grão-Pará. Rio de Janeiro, 10/09/1808.

caso algum possa ser surpreendido pelos mesmos espanhóis.”⁶ O alto grau de imprevisibilidade daquele momento deveria preparar as autoridades nas áreas fronteiriças tanto para as aproximações diplomáticas quanto para a eclosão de uma guerra com os vizinhos espanhóis, que poderiam aderir ao sistema francês e ameaçar a América lusa.

Com relação aos limites com a América portuguesa, as ordens emitidas de Lima para o governo de Maynas no ano de 1809 eram de reforço militar para a defesa da fronteira “con motivo de la transferencia de la corte de Lisboa al Brasil.”⁷ O vice-rei, Don José Fernando de Abascal, ciente da transferência da Corte portuguesa para a América através de comunicações enviadas pelo vice-rei do Rio da Prata, mostrava-se atento para as intenções políticas “dirigidas por el Ministro Sousa Coutinho desde su llegada al Rio de Janeiro a ocupar por medio de la intriga, seducción y amenaza toda la parte del norte del Río de la Plata,” o que revelava os planos expansionistas dos portugueses sobre os territórios hispano-americanos. Ainda segundo Abascal, esses planos também poderiam ser inferidos “de la carta que la Serenísima Señora Princesa del Brasil,” dirigida a ele no mês de setembro de 1808⁸. Por tudo isso, o vice-rei do Peru determinou redobrar “la vigilancia para contener y rechazar los intentos de aquella Potencia o cualquiera otra que por medio de la seducción

⁶ APEP, Códice 642. Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, a José Narciso de Magalhães e Menezes, governador do Grão-Pará. Rio de Janeiro, 23/08/1808.

⁷ Documento n. 15, carta de José Abascal ao governador de Maynas. Lima, 06/10/1808. Apud.: *Documentos encontrados ultimamente en el Archivo Oficial de la Sub-Prefectura de Moyobamba, que acreditan la posesión del Perú sobre los territorios de Quijos y Canelos y que forman el complemento de los publicados anteriormente*. Lima: Establecimiento Tipografico de Aurelio Alfaro, 1860, pp. 49-50.

⁸ Sobre o carlotismo e a recepção desse plano político na América espanhola nos anos de 1808-1810, ver: TERNAVASIO, Marcela. “La princesa negada. Debates y disputas en torno a la Regencia (1808-1810).” In: HÉBRARD, Véronique, VERDO, Geneviève (ed.). *Las Independencias Hispanoamericanas: Un Objeto de Historia*. Madrid: Casa de Velázquez, 2013, pp. 261-274.

o la fuerza pretendan la menor cosa contra los derechos incontestables” de Fernando VII.⁹

Para espanhóis e portugueses nas fronteiras sul-americanas, os acontecimentos do ano de 1808 (muitos dos quais comunicados nessas áreas somente em 1809) lançavam desafios sem precedentes. A instalação da Corte lusa na América e a vacância do trono espanhol inscreviam novos problemas para as zonas fronteiriças, na medida em que a relação entre os territórios luso e espanhol da América poderiam caminhar para a conjugação de esforços dos dois lados contra um inimigo comum, ou o acirramento das rivalidades e a eclosão da guerra entre portugueses e espanhóis.

Em Maynas, o início do ano de 1809 trouxe para as autoridades locais desafios que não diziam respeito apenas à crítica conjuntura que o Império espanhol experimentava. Localmente, os anos de 1808-1809 significaram o aprofundamento de dissensões políticas entre as principais autoridades da fronteira, o descontentamento de parte da população indígena e, logo, a eclosão de duas revoltas de índios que forçariam uma mudança na administração da província. Um elemento importante das lutas locais foi a disputa que logo caracterizou a relação entre o tenente-coronel e governador de Maynas, Don Diego Calvo, e o novo Bispo da região, Hipólito Sánchez.

Frei Hipólito Sánchez Rangel,¹⁰ primeiro Bispo de Maynas, tornar-se-ia uma figura política de peso nessa Província durante a

⁹ Archivo General de Índias (AGI), Lima 738, n. 6. Carta do vice-rei do Peru, José Abascal, a Don Martin de Garay Perales, Ministro de la Hacienda. Lima, 15/06/1809. Ver também: CDIP. Documento n.85: “El virrey Abascal asegura que redoblará su vigilancia para contener y rechazar todo intento de la Infanta Carlota Joaquina o de cualquier otra potencia de menoscabar los derechos de Fernando VII,” pp. 188-189. Ainda sobre as leituras políticas a partir do Peru sobre as ações da Corte portuguesa na América, ver: NEVES, Maria Júlia Manão Pires. *O Peru lê o Brasil: o mundo luso-americano na imprensa e na política peruana, 1808-1822*. Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo: FFLCH-USP, 2014.

conjuntura de crise da Monarquia espanhola e dos conflitos que levaram à independência do Peru. Seu longo apostolado (1808-1822) abarcaria parte considerável do processo de intensas transformações vivenciadas pela América espanhola. Ao mesmo tempo, a abrangência territorial de seu bispado (que reunia, além de Maynas, as vizinhas províncias de Quijos e Ávila)¹¹ e seu contrapeso aos poderes já constituídos nessa região (como o do governador local, das autoridades militares e de outros religiosos) conferiram ao Bispo Sánchez Rangel uma posição de destaque na vida política da fronteira. Desde o início de sua atividade missional na região, Frei Hipólito Sánchez Rangel mostrou-se crítico em relação à administração da área, envolvendo-se em conflitos com outras autoridades.

Um dos pontos centrais das disputas que opuseram o Bispo de Maynas a outras autoridades locais foi a questão das relações mantidas com os indígenas. Nas localidades espalhadas às margens dos principais rios amazônicos, a população indígena

¹⁰ Nascido em Badajóz no ano de 1761, Hipólito Sánchez Rangel, antes de assumir o Bispado de Maynas, havia servido em Havana. Faleceu na Espanha no ano de 1839. Cf.: QUECEDO, OFM. P. Francisco. *El Ilustrísimo Fray Hipólito Sánchez Rangel, Primer Obispo de Maynas*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, Publicaciones del Instituto de Investigaciones Históricas, Número LXXVIII, 1942.

¹¹ Nas palavras do próprio Bispo, sua diocese compreendia “las misiones alta y baja del Marañón, desde Santiago de las Montañas, junto al Pongo de Manseriche, hasta la frontera de Portugal, con los colaterales hacia Canelos por el Pastaza, y hacia Maynas por el Huallaga, destacamento y cabeceras del Putumayo, correspondientes antes el primero a Quito y las otras a Popayán, con el Japurá, y otros puntos perdidos; la doctrina de Canelos con sus anexos, y la de Palma, las del río Aguarico y Sucumbíos, que eran de Cuenca y Quito, y la Provincia de Quijos y Ávila, correspondientes antes al último con los pueblos perdidos del Napo El Nombre de Dios y San Miguel, hasta Capueri, que subsiste; las nuevas misiones de Manoa, o del río Ucayali; las antiguas del río Huallaga hasta Santa Maria del Valle, que no se ha servido entregar al Sr. Obispo de Lima, junto a Huanuco, y las ciudades y Provincias de Moyobamba y Lamas.” AGI, Lima 1580. Informe reservado firmado por Fray Hipólito Sanchez. Moyobamba, 29/09/1810.

cristianizada constituía o principal contingente populacional, responsável pela manutenção das atividades extrativas, agrícolas e de prestação de serviços para os representantes da Coroa. A constituição desses estabelecimentos urbanos, em boa parte resultante do longo trabalho missionário desenvolvido nessa fronteira, reunia diferentes grupos étnicos em um mesmo lugar, por vezes habitando diferentes bairros de uma mesma localidade, o que dava margem também para desentendimentos e conflitos entre os índios. A administração das localidades na Província de Maynas era parcialmente exercida também pelos nativos mediante a constituição de cabildos indígenas, bem como de fiscais indígenas da doutrina cristã.¹² Boa parte da administração política ficava, no entanto, a cargo dos tenentes governadores espanhóis, sobre os quais se abordará mais adiante.

Com relação às formas de utilização do trabalho indígena pelas autoridades espanholas em Maynas, em 1809 o Bispo Sánchez Rangel expressava duras críticas à exploração dos índios e à “opresión y horrorosos castigos” que as autoridades locais infringiam a eles, obrigando-os a trabalhos públicos, notadamente aqueles requeridos para a demarcação da fronteira. Tal exploração, na avaliação do Bispo, resultava na frequente fuga de índios para pontos remotos do território maynense, procurando eles, desse modo, “respirar y vivir con alguna libertad y desahogo.” A violência e a conduta abusiva contra a população indígena não eram uma exclusividade das autoridades políticas e militares, pois as críticas do Bispo de Maynas se dirigiram também contra outros religiosos que atuavam na região, principalmente os eclesiásticos regulares, o que, na sua

¹² CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. “Estrategias de conversión y modos indígenas de apropiación del cristianismo en las misiones jesuíticas de Maynas, 1638-1767”. *Anuario de Estudios Americanos*, 73, 1, Sevilla (España), enero-junio, 2016, 99-132.

interpretação, terminava por enfraquecer o poder da Igreja naquela fronteira.¹³

A expedição de limites foi um dos alvos preferenciais das críticas do Bispo de Maynas. Os trabalhos demarcatórios prosseguiram no lado espanhol da fronteira, mesmo após o término, em 1791, das atividades conjuntas com os portugueses. Ao governador da Província de Maynas continuava cabendo a autoridade sobre a expedição de limites, acumulando ele o cargo de “Primer Comisario de las Expediciones de Límites entre las Coronas de España y Portugal,” como no tempo das demarcações luso-espanholas por conta do Tratado de Santo Ildefonso (1777). Na primeira década do século XIX, a organização da expedição de limites continuava, em grande parte, mantida na Província, visto que ainda existiam a serviço dela um tesoureiro (Don José Francisco y Benítez), religiosos (Juan Pavon e Pablo Mariño), um médico (Silvestre Amaya), um “Oficial Mayor de la Real Hacienda” (Don Esteban Abendaño), um “guarda almacenes” (Don Miguel Damián Yepes), ao passo que já não existia mais a figura do segundo comissário. Alguns desses homens serviam na expedição desde os tempos do coronel Francisco Requena (que havia governado a Província de Maynas e liderado os trabalhos demarcatórios na década de 1780 e início da de 1790), outros haviam ingressado posteriormente.¹⁴

Esse modelo de organização política da Província de Maynas, instituído para dar conta das exigências do Tratado de Santo Ildefonso, mostrava-se, na opinião de Hipólito Sanchez Rangel, bastante ineficaz, não contribuindo mais para a defesa da fronteira. De fato, para o Bispo a permanência da expedição de limites, passados os trabalhos demarcatórios envolvendo espanhóis e portugueses na última década do XVIII, significava um obstáculo para o engrandecimento daquela região, tendo em

¹³ AGI, Lima 1580. Carta de Fray Hipólito Sanchez, Obispo de Maynas. Jeberos, 02/01/1809.

¹⁴ AGI, Lima 1580. Informe reservado firmado por Fray Hipólito Sanchez. Moyobamba, 29/09/1810.

vista as contínuas irregularidades que a caracterizavam e a drenagem de recursos para sustentar os militares encarregados das atividades demarcatórias. Segundo uma das críticas do Frei Hipólito Sánchez Rangel, os soldados empregados na expedição demarcatória “no [tratavan] de otra cosa que enriquecerse a si mismos, y de empobrecer y esclavizar a los índios.” Os recursos disponíveis na fazenda real seriam destinados preferencialmente à comissão de limites (como comparou o Bispo, ela seria uma rede que absorvia todos os recursos em nome do Rei), aproveitando-se assim de “todos los fructos de la Provincia.” Hipólito Sanchez Rangel acusava ainda a comissão de envolver-se em contrabando frequente com o lado português da fronteira. Entre os casos que ele tomou conhecimento, relatou em ofício dirigido ao Conselho de Regência, no ano de 1810, a chegada a Jeberos de um barco português “bien cargado a nombre del Rey, cuyos efectos prohibidos se vendieron” aos membros da comissão espanhola.¹⁵

Denúncias semelhantes já haviam sido dirigidas aos demarcadores espanhóis no tempo da administração de Francisco Requena, quando o governador de Maynas e Primeiro Comissário da Partida Demarcadora havia sido frequentemente acusado de franco envolvimento no contrabando com os portugueses no extremo norte.¹⁶ O comércio com os portugueses, além de representar uma oportunidade de ganhos privados para autoridades do lado espanhol da fronteira, certamente contribuía para amenizar as dificuldades de abastecimento comuns nas vilas de Maynas. Como o próprio Bispo observou em outra ocasião, a escassez de gêneros alimentícios era recorrente, havendo a

¹⁵ AGI, Lima 1580. Informe reservado firmado por Fray Hipólito Sanchez. Moyobamba, 29/09/1810.

¹⁶ BASTOS, Carlos Augusto. *No Limiar dos Impérios. A fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas: projetos, circulações e experiências (c.1780-c.1820)*. São Paulo: Hucitec, 2017, pp. 228-244 (no prelo).

necessidade de trazer para a fronteira produtos a “precios subidísimos” oriundos de outros locais.¹⁷

Logo no início do apostolado de Hipólito Sánchez Rangel, instaurou-se uma crise com o governador de Maynas, o coronel de engenheiros Don Diego Calvo. Em documento dirigido a um representante seu na Espanha, o Bispo relatou as principais situações conflituosas ocorridas com o chefe do governo político e militar da fronteira. Segundo Hipólito Sánchez Rangel, ainda em Quito, antes de seguir sua longa viagem para assumir o Bispado de Maynas, ele já havia se inteirado sobre os “desaciertos y atentados del Sr. Gobernador y Comandante General” da Província. Chefes políticos de Quito teriam contado a ele sobre as violências e arbitrariedades cometidas pelo governador Calvo, principalmente a exploração do trabalho indígena e a perseguição que dirigia aos eclesiásticos que serviam na região. Anos antes da chegada do Bispo à fronteira, a figura do governador de Maynas já havia atraído a atenção da inquisição, tendo sido denunciado em 1801 como “escandaloso e ímpio”¹⁸. Nas palavras do Bispo, Diego Calvo contaria ainda com o apoio do governador da província de Ávila (seu “amigo y confidente”), o qual, além de se destacar em “materias libidinosas, persiguiendo todo genero de índias,” obrigaria os índios a comprar dele produtos a preços abusivos. A conduta opressiva que caracterizaria a cúpula político-militar da área também seria comum entre os chamados “tenientes de pueblos” ou “tenientes gobernadores”, militares escolhidos pelo governador para a administração das localidades na Província de Maynas. As queixas mais duras dos índios, segundo Hipólito Sánchez Rangel, seriam dirigidas a esses tenentes, os quais se valiam de seus poderes para utilizar o trabalho indígena em proveito próprio. O Bispo citou em especial o caso dos “tenientes de pueblo” de Loreto (soldado Marcos Montehermoso), de Iquitos (soldado Narciso Mello) e de Andoas

¹⁷ AGI, Lima 1580. Carta de Fray Hipólito Sanchez, Obispo de Maynas. Jeberos, 02/01/1809.

¹⁸ PALMA, Ricardo. *Anais da Inquisição de Lima*. São Paulo: EDUSP, 1992, p.128.

(soldado Marcos Bardales), homens, em sua avaliação, “bárbaros y de poca o ninguna crianza y cristianidad.”¹⁹ Tratava-se, mais uma vez, de um tópico recorrente desde os tempos das atividades demarcatórias luso-espanholas entre 1780-1790, quando oficiais militares espanhóis responderam a acusações de usar a força de seu cargo para explorar o trabalho dos índios em proveito próprio, bem como se beneficiar de um comércio abusivo praticado com os indígenas da Província de Maynas²⁰.

As visitas eclesiásticas realizadas por Hipólito Sánchez Rangel pelos rios de seu bispado deram a ele a oportunidade de inteirar-se das acusações dos índios contra as autoridades locais. Como afirmou o Bispo, a partir de suas visitas ele pôde ter “conocimiento de los desórdenes y escándalos publicos, y aplicar los remedios convenientes para su reforma,” o que indica o poder político do Bispo e seu contrapeso às autoridades constituídas na área. Em Laguna, os índios que foram à presença do Bispo apresentaram denúncias contra seu tenente governador, que os “azotaba con crueldad,” oprimindo-os “con mucho trabajo, sin dejarles tiempo para beneficiar sus chacras,” forçando muitos índios a fugir, dizendo eles que não voltariam ao *pueblo* enquanto aquele tenente permanecesse no local²¹. Para os índios, a presença do Bispo em seus povoados poderia significar a possibilidade de contar com um intermediário que representasse suas queixas e anseios. Essas visitas, nesse sentido, funcionaram como

¹⁹ AGI, Lima 1580. “Plan exacto de las revoluciones de Maynas y de Quijos, en el primer año de la entrada del nuevo Obispo a aquella Diócesis, escrito por el mismo Obispo a uno de sus apoderados en España (...).” Jeberos, 28/05/1809.

²⁰ BASTOS, Carlos Augusto. “Entre limites e vassalagens: populações indígenas e disputas luso-espanholas na demarcação da fronteira amazônica (1781-1791).” Texto inédito.

²¹ AGI, Lima 1580. “Plan exacto de las revoluciones de Maynas y de Quijos, en el primer año de la entrada del nuevo Obispo a aquella Diócesis, escrito por el mismo Obispo a uno de sus apoderados en España (...).” Jeberos, 28/05/1809.

empreendimentos políticos que atentavam contra a autoridade dos “tenientes de pueblos” e do próprio governador da Província.

Buscando inibir os procedimentos abusivos que, segundo Hipólito Sánchez Rangel, caracterizariam o exercício do cargo dos “tenientes de pueblos”, o Bispo enviou a eles ofícios ameaçando-os de excomunhão caso não ajudassem os religiosos em seus trabalhos e não cessassem a exploração dos índios. Em sua avaliação, as condutas irregulares de Diego Calvo e seus comandados seriam toleradas em função da necessidade de defesa da fronteira, principalmente nas circunstâncias críticas vivenciadas pela Monarquia espanhola naquele momento.²²

As interferências políticas realizadas por Hipólito Sánchez Rangel foram respondidas de maneira dura pelo governador de Maynas e demais oficiais. Uma das primeiras medidas de retaliação adotadas pelo governador foi interferir na remessa de cartas e ofícios dirigidos ao Bispo: segundo ele, a correspondência seria apreendida em Moyobamba, aberta e lida para verificar se continha alguma informação que desagradasse ao chefe político de Maynas. Em denúncia apresentada por Sánchez Rangel, o governador de Maynas haveria declarado publicamente que o Bispo teria “usurpado su gobierno sin autoridad, y sin alguna comisión para ello.” O Bispo passou a ser alvo de ameaças, bem como os índios que o procuravam para apresentar queixas contra as autoridades político-militares. Em certa ocasião, afirmou o Bispo de Maynas, Diego Calvo teria ordenado derrubar o palácio episcopal, que havia sido recentemente construído em Jeberos, o que não chegou a ser feito porque os índios não quiseram cumprir tal ordem. Ainda segundo ele, o governador determinou

²² Nas palavras do Bispo Hipólito Sánchez: “Se me asegura por otro conducto, que la precisión de defender esa frontera en las actuales circunstancias, y que la necesidad de no haber otro oficial ingeniero que poner aquí, habían obligado a muchas condescendencias.” AGI, Lima 1580. “Plan exacto de las revoluciones de Maynas y de Quijos, en el primer año de la entrada del nuevo Obispo a aquella Diócesis, escrito por el mismo Obispo a uno de sus apoderados en España (...)” Jeberos, 28/05/1809.

então que o palácio episcopal não fosse mais abastecido com mantimentos do armazém real ou de outra origem, fazendo com que o Bispo e seus familiares passassem por um período de fome. Em resposta a essas violências e perseguições, Hipólito Sánchez Rangel dirigiu um ofício ao governador Calvo dizendo-lhe que se não se contivesse em suas ameaças e perseguições, seria obrigado a “declararlo excomulgado.”²³

As desavenças políticas entre as principais autoridades de Maynas e os conflitos envolvendo elas e as populações indígenas encontraram seu clímax com as sublevações dos índios das vilas de Jeberos e Laguna, no início do ano de 1809. No dia primeiro de janeiro daquele ano, foram realizadas as eleições para as autoridades indígenas de Jeberos. Como era costumeiro naquela ocasião, após as eleições os índios fizeram festas que se prolongaram até o dia seguinte. Por ordem do governador, o “teniente governador” de Jeberos, o soldado Juan Ortiz, tentou encerrar as festas, determinando que os índios retomassem seus trabalhos. Os índios recusaram-se, tendo início uma briga em que o soldado Juan Ortiz foi atacado a golpes, vindo a morrer dias depois. O tesoureiro da expedição de limites também foi atacado, mas conseguiu fugir juntamente com o governador Calvo e outros oficiais, buscando refúgio no palácio episcopal. As autoridades espanholas partiram então para Laguna, onde, no dia 15 do mesmo mês, explodiu outra revolta indígena, resultando na destruição do quartel. Segundo informações apresentadas pelo Bispo, Diego Calvo e outras autoridades teriam, então, fugido para Tabatinga, localidade portuguesa próxima à fronteira com Maynas, depois se fixando em Loreto, vila espanhola próxima à fronteira com a Capitania do Rio Negro. Segundo Sánchez Rangel, nos povoados por onde o governador passou durante sua

²³ AGI, Lima 1580. “Plan exacto de las revoluciones de Maynas y de Quijos, en el primer año de la entrada del nuevo Obispo a aquella Diócesis, escrito por el mismo Obispo a uno de sus apoderados en España (...).” Jeberos, 28/05/1809.

fuga ele lançou acusações contra o Bispo, dizendo que a revolta dos índios teria começado graças a seu incentivo.²⁴

Diego Calvo, de fato, fixou-se em Loreto, entrando em contato com as autoridades portuguesas sediadas em Tabatinga, solicitando-lhes permissão para seguir até a cidade de Belém ou para a Venezuela através do rio Orinoco. O objetivo do governador, informado aos portugueses, era seguir caminho para a Espanha. Em suas comunicações com os portugueses, Diego Calvo foi bastante genérico em suas críticas ao Bispo de Maynas e no informe sobre a revolta indígena que o obrigara a fugir da Província.²⁵ Contudo, a permissão para entrar na Capitania do Rio Negro acabou se mostrando algo difícil de ser concretizado. A fuga do governador de Maynas, sua intenção de seguir viagem pelo território luso-americano e a informação sobre a revolta indígena despertaram desconfianças entre os portugueses, que procuraram certificar-se sobre os fatos narrados por Diego Calvo. Em suas averiguações, o comandante de Tabatinga tomou conhecimento de que, de fato, o governador de Maynas “se retirara [de Jeberos] escapando unicamente com a vida pelo levante que houve de índios na referida capital, e que o Bispo da dita fora o que concorrera para o dito fim.” Por via das dúvidas, alertou o comandante português, ele não deixaria que o governador Calvo ingressasse sem a permissão do governo do Rio Negro; além disso, o comandante português da fronteira

²⁴ AGI, Lima 1580. “Plan exacto de las revoluciones de Maynas y de Quijos, en el primer año de la entrada del nuevo Obispo a aquella Diócesis, escrito por el mismo Obispo a uno de sus apoderados en España (...).” Jeberos, 28/05/1809. Esse documento também está disponível em: AHLPE, LED-2-109. Conferir também: José Barletti. “El Levantamiento Indígena Amazónico de Jeberos y Lagunas de 1809.”

²⁵ APEP, Códice 634. Ofício de Diego Calvo a José Narciso de Magalhães de Menezes, governador do Grão-Pará. Loreto, 13/02/1809. Em outro ofício dirigido ao comandante de Tabatinga, o governador Diego Calvo limitou-se a dizer que havia saído de por “desavencias ocorridas en esa Provincia.” APEP, Códice 634. Ofício de Diego Calvo ao tenente Manoel de Azevedo Coutinho, comandante de Tabatinga. Loreto, 14/02/1809.

afirmou que estava preparado com soldados e índios “capazes de pegar em armas se for preciso, caso que isto seja alguma indústria, pois não me fio em semelhante Nação, tão falsa como se tem mostrado.”²⁶ A suposta revolta de indígena, para os portugueses, poderia na verdade encobrir uma manobra militar dos espanhóis naquela fronteira, e se as relações entre autoridades lusas e espanholas naquela área sempre foram permeadas pela desconfiança, na incerta conjuntura de início de 1809 as preocupações estavam intensificadas. O governador do Rio Negro, José Joaquim Vitorino da Costa, respondendo às solicitações de Diego Calvo, disse a ele que só poderia permitir-lhe entrar na Capitania depois de consultar o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, visto que sua Capitania estava subordinada ao governo sediado em Belém.²⁷

Tanto quanto o comandante de Tabatinga, o governador do Rio Negro procurou, dessa forma, ganhar tempo, recorrendo à consulta ao governo em Belém sobre as relações a serem mantidas com as autoridades políticas espanholas na fronteira. Diante da resposta do governador do Rio Negro (uma negativa, de fato, ao pedido de ingressar nas terras luso-americanas), o governador Calvo permaneceu em Loreto. Quando a situação na Província acalmou-se com a chegada de um novo governador, Calvo seguiu viagem por Maynas, objetivando chegar a Lima, no entanto ele viria a falecer durante o trajeto, mais especificamente em Yurimaguas, partido de Chachapoyas.

Ao ser informado em Lima sobre as revoltas indígenas na longínqua província, o vice-rei Abascal determinou o envio de uma tropa para a fronteira, comandada pelo capitão Manuel Fernández Álvarez, bem como a substituição do governador

²⁶ APEP, Códice 634. Ofício do tenente Manoel de Azevedo Coutinho, comandante de Tabatinga, a José Joaquim Vitorino da Costa, governador da Capitania do Rio Negro. Tabatinga, 16/02/1809.

²⁷ APEP, Códice 634. Ofício de José Joaquim Vitorino da Costa, governador da Capitania do Rio Negro, a Diego Calvo, governador da Província de Maynas. Barra do Rio Negro, 05/04/1809.

Diego Calvo por outro oficial, Tomás de Costa Romeo. A tropa e o novo governador chegaram a Jeberos apenas no mês de setembro. A expectativa pela chegada de um reforço militar (e de uma repressão aos índios que tomaram parte nas sublevações do início de 1809) criou uma tensão entre índios e autoridades civis e religiosas. Em abril, corriam rumores em Jeberos de que os índios do “partido alto” (um dos dois bairros da vila) estariam tramando uma nova sublevação para matar todos os homens brancos que habitavam o lugar. Segundo relatou uma índia ao cozinheiro da expedição de limites, os índios do “partido baixo” de Jeberos também pretendiam matar os brancos e os índios que os apoiavam, em razão da vinda dos soldados de Lima. Outra sublevação estaria em curso, dessa vez (segundo relatou a índia aos espanhóis) unindo “los pueblos de Laguna, Chayabitas, Catruapanas, Muniches, Barranca con este de Jeberos”, os quais matariam os soldados vindos de Lima e incendiariam todos os povoados, para então “retirarse a los montes”²⁸ (isto é, à florestas mais afastadas dos povoados ribeirinhos). Entre religiosos e outras autoridades locais, havia o temor de que, antes da chegada das tropas de Lima, o governo civil e religioso da Província de Maynas fosse desmantelado por uma ampla sublevação indígena, destruindo os trabalhos missionários e colocando em risco a segurança da fronteira.

Enquanto os soldados enviados desde Lima não chegavam, religiosos de Maynas, incluindo o Bispo, empenharam-se em negociar a paz com as lideranças indígenas. Nas negociações mantidas por Sánchez Rangel com os curacas dos partidos (bairros) alto e baixo de Jeberos, ele procurou assegurar aos índios de que os oficiais que os haviam explorado durante o governo de Diego Calvo seriam afastados de Maynas, e de que a nova tropa que estava a caminho seria destinada não para punilos, mas sim para proteger a fronteira contra os portugueses - em suas palavras dirigidas para os curacas, “la tropa no venía a

²⁸ AHLPE, LEA-11-107. Carta de Estebán Avedaño. Jeberos, 09/06/1809.

causarles perjuicio alguno, sino a defenderlos de los portugueses.” Também garantiu às lideranças indígenas que o novo governador, ao contrário do anterior, tinha seu apoio.²⁹ Ao mesmo tempo, as autoridades de Maynas expediram uma série de recomendações ao comandante da tropa deslocada de Lima para a fronteira, instruindo-o sobre a melhor forma de ingressar nas vilas sem que despertasse a oposição ou desconfiança dos indígenas, o que poderia dar margem para a eclosão de novas sublevações.³⁰ Aparentemente, as negociações travadas com as lideranças indígenas alcançaram os resultados almejados pelo Bispo, pois não ocorreram novos levantamentos de índios, não se colocando obstáculos às tropas vindas de Lima.

A eclosão das revoltas indígenas em Maynas no ano de 1809 não foi suficientemente compreendida pelas autoridades espanholas. Enquanto que o Bispo de Maynas apontava a administração político-militar como a principal responsável pelas revoltas indígenas, outras autoridades criticavam duramente a postura de Sánchez Rangel, considerando-o o maior incentivador das sublevações de 1809 em Maynas. Um membro do Conselho de Índias, em 1816, rememorando esses acontecimentos,

²⁹ AGI, Lima 1580. “Plan exacto de las revoluciones de Maynas y de Quijos, en el primer año de la entrada del nuevo Obispo a aquella Diócesis, escrito por el mismo Obispo a uno de sus apoderados en España (...).” Jeberos, 28/05/1809.

³⁰ Segundo tais recomendações, a tropa não poderia chegar de uma só vez em Maynas, mas paulatinamente, mesmo porque os armazéns reais não contavam com alimentos em quantidade suficiente para alimentar todos os soldados; além disso, o novo governador deveria ser recebido por lideranças indígenas, acompanhadas por religiosos, para desfazer as desconfianças reinantes entre os índios. Enquanto não chegassem o novo governador e a tropa, as autoridades religiosas e militares em Maynas deveriam agir “con la mayor precaución, y vigilancia sin dar a entender a los Indios los temores que nos acompañan, manifestándole mucha alegría, e insinuándole ser por la venida del nuevo Jefe, impuestos de las buenas noticias que se tienen de su bondad y demás requisitos que adornan su persona y porque todo se refunde en el bien de ellos, sin descuidarse un momento de atender a sus semblantes y acciones.” AHLPE, LEA-11-107. Junta de autoridades de Jeberos, 11/06/1809.

reclamou da falta de informações sobre os autores dos “alborotos de 1809” em Maynas, mesmo depois de o vice-rei Abascal haver determinado que se averiguassem as causas das revoltas; segundo esse membro do Conselho, as revoltas teriam surgido graças ao desequilíbrio político criado pelas interferências do Bispo Sánchez Rangel sobre a administração da Província.³¹ Francisco Requena, por sua vez, afirmou para o Conselho de Índias em 1817 que a entrada do Bispo em Maynas causou desavenças com outros religiosos e militares. No entanto, o ex-governador de Maynas lamentava também o desconhecimento sobre os “verdaderos causantes de la sublevación para castigarlos, y los medios que deben adoptarse para precaver otras en lo sucesivo.”³²

Na historiografia sobre Maynas, as referências sobre as revoltas de 1809 são pontuais, permanecendo lacunas na análise sobre as motivações, a organização dos índios e as consequências do movimento. Deve-se enfatizar que parte significativa dos relatos disponíveis sobre essas revoltas é de autoria do Bispo Sánchez Rangel, de modo que há uma ênfase na acusação contra o governador Diego Calvo e seus comandados como motivadores do descontentamento indígena. Esse desconhecimento sobre as revoltas dos índios de Jeberos e Laguna pode ser percebido em alguns estudos que trataram do tema. Em sua densa obra sobre Maynas, Waldemar Espinosa, ao citar a ocorrência das revoltas dos índios, enfatiza o caráter inédito do evento, pois, até aquela ocasião, a Província não havia vivenciado uma rebelião indígena daquelas proporções.³³ José Barletti, em seu estudo sobre o quadro populacional de Maynas à época da independência, faz

³¹ AGI, Lima, 1580. Carta del Consejo de Madrid al Fiscal del Perú. Madrid, 13/12/1816.

³² AGI, Lima, 1580. Carta de Francisco Requena. Madrid, 28/04/1817.

³³ “Fue la primera vez que se experimentó en Jeberos y La Laguna una conmoción de este tipo.” Cf.: ESPINOZA, Waldemar. . *Amazonía del Perú: Historia de la Gobernación y Comandancia General de Maynas (Hoy Regiones de Loreto, San Martín, Ucayali y Provincia de Condorcanqui)*. Del siglo XV a la primera mitad del siglo XIX. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2007, p.411.

referência às sublevações indígenas de 1809, lançando a hipótese de que esses movimentos (uma resposta à violência das autoridades políticas contra os índios) promoveram a dispersão de parte da população indígena, influenciando assim na queda populacional registrada naquele período.³⁴ Esse mesmo autor, em um texto específico sobre as revoltas, sustenta que elas não refletiram somente as lutas entre autoridades civis e religiosas (uma “crisis en la altura”, como afirma), mas a “crisis de la presencia colonial” em Maynas desde a expulsão dos jesuítas em 1767, com a super-exploração da força de trabalho dos índios.³⁵ Já Núria Sala i Vila, em sua tese sobre as revoltas indígenas no Peru entre as décadas finais do XVIII e as primeiras do XIX, analisa as revoltas de Maynas como uma resistência ao pagamento de tributos coloniais, algo mais recorrente em comunidades menos assimiladas à ordem colonial, como aquelas nas zonas amazônicas do Vice-Reino. Ainda segundo a autora, a resistência dos índios ao pagamento dos tributos se dirigiu tanto à prestação de trabalhos para as autoridades militares e civis quanto para as religiosas.³⁶

Certamente as revoltas dos índios devem ser compreendidas a partir de um acúmulo de tensões entre essas comunidades e as autoridades ao longo das décadas finais do XVIII e princípios do XIX, o que requer uma análise mais detida sobre o regime do trabalho dos índios em Maynas no período posterior à expulsão dos jesuítas, e principalmente a partir da estruturação da Partida Demarcadora de Limites, que ampliou a

³⁴ BARLETTI, José. “La población de Maynas en tempos de la Independencia: Análisis de Lagunas y Jeberos.” *ILAP, Documento Técnico n.09*. Iquitos, Julio de 1994.

³⁵ BARLETTI, José. *El levantamiento indígena amazónico de Jeberos y Lagunas de 1809*. Texto de noviembre de 2011. Trabalho disponível on line: <https://pt.scribd.com/document/246172757/Levantamiento-Indigena-de-Jeberos-y-Lagunas>

³⁶ SALA I VILA, Núria. *Reueltas Indígenas en el Perú Tardocolonial*. Tese de Doutorado em História. Barcelona: Universitat de Barcelona, Facultad de Geografía e Historia, 1989, pp. 410-414.

demanda por mão de obra indígena. Como já afirmado anteriormente neste trabalho, desde a época das demarcações luso-espanholas da fronteira, por conta do Tratado de Santo Ildefonso, foram recorrentes os relatos e acusações quanto à exploração do trabalho indígena por parte dos militares espanhóis estabelecidos em Maynas. Aparentemente, a continuidade dos trabalhos da partida demarcadora no lado espanhol contribuiu para o aprofundamento da exploração da mão de obra dos índios, o que revela os limites dessa política demarcatória e administrativa da fronteira. Antes da eclosão da revolta, alguns episódios isolados já demonstravam o recrudescimento dos conflitos envolvendo índios e militares nas localidades daquela fronteira.³⁷ Algumas das propostas de mudanças administrativas e econômicas para Maynas insistiram na necessidade de suprimir os trabalhos demarcatórios, o que demonstra uma crítica mais contundente ao modelo de governo e às práticas administrativas vigentes desde os tempos das demarcações capitaneadas por Francisco Requena. A instituição do bispado, ao agir como contrapeso político ao poder das autoridades militares na fronteira, funcionou como elemento adicional de contestação à autoridade do governador e dos tenentes de *pueblos*, uma contestação que, certamente, estava se acumulando antes do ano de 1809 entre os índios de Jeberos e Laguna.

Não há referências, na documentação produzida sobre as revoltas indígenas em Maynas no ano de 1809, à crise política vivenciada pela Monarquia espanhola desde o ano anterior – não ao menos segundo a percepção dos próprios indígenas. Nesse ponto, as revoltas de Maynas aparentemente se diferenciam dos levantamentos dos índios ocorridos em 1810-1811 na Província de Mojos, Audiência de Charcas – uma província, tal como

³⁷ Em 1808, por exemplo, índios da área do Baixo Napo atacaram o tenente governador da localidade de Santa Rosa. Cf.: *Documentos encontrados ultimamente en el Archivo Oficial de la Sub-Prefectura de Moyobamba, que acreditan la posesión del Perú sobre los territorios de Quijos y Canelos*. Lima, Establecimiento Tipográfico de Aurelio Alfaro y Cia, 1860.

Maynas, constituída principalmente por *pueblos* indígenas em uma região de selva, distante dos principais centros administrativos e econômicos locais, e fronteira à América portuguesa. Nesse último caso, lideranças indígenas dos levantamentos nas vilas de Trinidad e Loreto escreveram cartas nas quais faziam alusões às invasões francesas à Espanha, à prisão de Fernando VII (e mesmo à suposta morte do rei), a lutas políticas em Buenos Aires e em Lima, vivenciando-se uma situação generalizada de crise política, a qual, por extensão, anularia a autoridade do governador de Mojos, justificando assim sua deposição.³⁸

É claro que seria preciso um estudo mais detido sobre as duas revoltas, destacando os pontos semelhantes entre ambos e o que havia de próprio em cada um dos casos. Contudo, pode-se especular que, no caso de Maynas, as informações a respeito dos acontecimentos políticos vivenciados pelo Império espanhol ainda não haviam sido suficientemente divulgadas naquela fronteira, de modo que a revolta dos índios, de janeiro de 1809, não trazia em suas contestações referências ao quadro político geral. É necessário recordar, como se afirmou anteriormente, que o governador de Maynas foi informado por Lima sobre a abdicação de Fernando VII somente em dezembro de 1808. Nas revoltas dos índios de Mojos, ocorridas em novembro de 1810 e em janeiro de 1811, as divulgações sobre os sucessos na Espanha, bem como sobre a formação de juntas na América, certamente já eram mais amplas, podendo assim ser apropriadas pelos índios em suas interpretações políticas e em seu movimento de deposição do governador local.

Do ponto de vista das autoridades portuguesas vizinhas, e das espanholas na sede do Vice-Reino do Peru, a crise política dos impérios ibéricos era um elemento a ser considerado na leitura dos perigos representados pelos levantes indígenas na distante província da fronteira sul-americana. Para os

³⁸ ROCA, José Luis. *Ni con Lima ni con Buenos Aires: La formación de un Estado nacional en Charcas*. Lima: IFEA, Plural Editores, 2007, pp. 257-299.

portugueses, como apontado anteriormente, as informações que corriam sobre o levante poderiam encobrir ameaças por parte dos espanhóis, algo a ser levado em consideração dentro de um contexto de incertezas quanto aos desenlaces políticos após as invasões napoleônicas. Entre os espanhóis, a presença da Corte lusa na América e as primeiras manifestações de circulação da defesa da causa carlotista assinalavam o potencial perigo representado pela vizinhança com as terras luso-americanas naquele momento. Perder o controle sobre Maynas por conta de sublevações indígenas, em um contexto tão crítico, poderia dar margem para o avanço luso naquele espaço. Diante desse quadro, e a despeito da violência cometida pelos indígenas sublevados contra os oficiais militares de Maynas, a postura mantida pelas autoridades espanholas mandadas para a fronteira foi a de pacificar a região por meio de negociações com os indígenas, procurando assegurar a ordem sem recorrer a uma punição mais dura aos envolvidos, o que poderia dar ensejo a novos levantes. Para além dessas questões, há pontos que ainda precisam ser elucidados na pesquisa sobre esses, principalmente quanto às formas de mobilização política dos indígenas no conflito com os oficiais militares espanhóis, as negociações travadas com o Bispo a partir das expectativas dos indígenas, e o impacto que essa experiência exerceu posteriormente nas relações mantidas entre autoridades e comunidades indígenas estabelecidas nas localidades espanholas da fronteira, bem como nas que envolviam religiosos e militares.

Referências bibliográficas

BARLETTI, José. “La población de Maynas en tempos de la Independencia: Análisis de Lagunas y Jeberos.” *ILAP, Documento Técnico n.09*. Iquitos, Julio de 1994.

BARLETTI, José. *El levantamiento indígena amazónico de Jeberos y Lagunas de 1809*. Texto de noviembre de 2011. Trabalho

disponível on line:
<https://pt.scribd.com/document/246172757/Levantamiento-Indigena-de-Jeberos-y-Lagunas>.

BASTOS, Carlos Augusto. “Entre limites e vassalagens: populações indígenas e disputas luso-espanholas na demarcação da fronteira amazônica (1781-1791).” Texto inédito.

BASTOS, Carlos Augusto. *No Limiar dos Impérios. A fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas: projetos, circulações e experiências (c.1780-c.1820)*. São Paulo: Hucitec, 2017, pp. 228-244 (no prelo).

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. “Estrategias de conversión y modos indígenas de apropiación del cristianismo en las misiones jesuíticas de Maynas, 1638-1767?”. *Anuario de Estudios Americanos*, 73, 1, Sevilla (España), enero-junio, 2016, 99-132.

ESPINOZA, Waldemar. . *Amazônia del Perú: Historia de la Gobernación y Comandancia General de Maynas (Hoy Regiones de Loreto, San Martín, Ucayali y Provincia de Condorcanqui)*. Del siglo XV a la primera mitad del siglo XIX. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2007.

GARCIA, Elisa Fruhauf Garcia. A derradeira expansão da fronteira: a “conquista” definitiva dos Sete Povos das Missões – 1801. Texto apresentado no Colóquio “O espaço atlântico do Antigo Regime”, Instituto Camões, 2005. Disponível on line: http://cvc.instituto-camoes.pt/ear/coloquio/comunicacoes/elisa_fruhauf_garcia.pdf

NEVES, Maria Júlia Manão Pires. *O Peru lê o Brasil: o mundo luso-americano na imprensa e na política peruana, 1808-1822*. Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo: FFLCH-USP, 2014.

PALMA, Ricardo. *Anais da Inquisição de Lima*. São Paulo: EDUSP, 1992.

PORRAS BARRENECHA, Raúl. *Historia de los Límites del Perú*. Lima: Fundación M. J. Bustamante De la Fuente, 2011.

QUECEDO, OFM. P. Francisco. *El Ilustrísimo Fray Hipólito Sánchez Rangel, Primer Obispo de Maynas*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, Publicaciones del Instituto de Investigaciones Históricas, Número LXXVIII, 1942.

ROCA, José Luis. *Ni con Lima ni con Buenos Aires: La formación de un Estado nacional en Charcas*. Lima: IFEA, Plural Editores, 2007.

SALA I VILA, Núria. *Revoluciones Indígenas en el Perú Tardocolonial*. Tese de Doutorado em História. Barcelona: Universitat de Barcelona, Facultad de Geografía e Historia, 1989.

TERNAVASIO, Marcela. “La princesa negada. Debates y disputas en torno a la Regencia (1808-1810).” In: HÉBRARD, Véronique, VERDO, Geneviève (ed.). *Las Independencias Hispanoamericanas: Un Objeto de Historia*. Madrid: Casa de Velázquez, 2013, pp. 261-274.

Militares a serviço da ciência: alguns aspectos do naturalismo-utilitário no final do Setecentos no Maranhão

Flávio Pereira Costa Júnior¹

Militares e naturalistas

No final do Setecentos e começo dos Oitocentos dois exploradores são enviados para sertão do Maranhão e Piauí. Um era padre, Joaquim José Pereira e outro bacharel em direito, Vicente Dias Cabral. Mas neste trabalho se quer destacar duas coisas: a primeira que antes destes indivíduos servirem a Coroa na atividade de exploradores, na falta de “especialistas”, eram enviados militares para cumprirem o serviço de recolha e análise de espécimes naturais. A segunda é que no começo do XIX os militares foram escolhidos pelo governo da capitania do Maranhão para serem enviados para Portugal, no intuito de se aperfeiçoarem no âmbito científico, e quando formados pudessem dá conta das funções de naturalistas para uso da Coroa na região (fruto do queixume de muitos governadores por não haver especialistas que pudessem cumprir satisfatoriamente com a demanda de recolha e reconhecimento da natureza pela Administração Central do Império Lusitano). Assim, destaca-se a importância de tais indivíduos para contribuição do conhecimento sobre a natureza local para administração central do Império, como também (ainda que esta não fosse suas intenções iniciais) de nós historiadores.

No século XVIII a política colonialista lusitana fomentou pesquisas sobre a natureza de suas Conquistas. Era a pratica do naturalismo-utilitário, isto é, o conhecimento científico deveria ser direcionado às descobertas das potencialidades econômicas que poderiam vir dos recursos naturais (MUNTEAL FILHO,

¹ Doutorando em história pela Universidade Federal do Pará. O presente artigo é uma adaptação do segundo e terceiro capítulo de minha dissertação (COSTA JÚNIOR, 2016).

1999, 2001). No final deste século, o ministério da Marinha e Ultramar era coordenado pelo D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Este enviava muitos indivíduos para colônia a fim de darem cabo das pesquisas que tivessem importância para Império Lusitano, inclusive, escolhendo governadores que estivessem afeiçoados com tal política, além de capacitados para compreender e realizar tais tarefas (DIAS, 1965, p. 117; CAROLINO, 2014, 193-197). Geralmente estes políticos eram formados pela Universidade (Reformada) de Coimbra. Tais ficaram conhecidos como a geração de 1790 (MAXWELL, 2005). Mas se por um lado eram os governadores que garantiam que os trâmites burocráticos pudessem sair do papel para realidade, eram os exploradores que possibilitavam a realização da pesquisa *in loco* (BOURGUET, 1997). Eram preteridos que fossem enviados exploradores que também formados na Universidade de Coimbra ou tivessem ligações com a Academia Real de Ciência de Lisboa. No entanto na falta destes poderia estas tarefas serem realizadas por outras classes, inclusive militares (DOMINGUES, 2001, p. 806).

No Maranhão no final do XVIII, era o governador D. Diogo de Sousa o que estava à frente desta capitania e da subalterna Piauí. Este governador se demonstrava um atento ao conhecimento científico de seu momento. Era doutor em matemática pela Universidade de Coimbra e trabalhou na engenharia naval. Antes de assumir esta região da América Lusitana, foi governador de Moçambique (Cf. MEIRELES, 1979).

Antes da gestão de D. Diogo na capitania do Maranhão e Piauí foram enviados indivíduos que realizaram pesquisas acerca da natureza local. No entanto, tais não tinham formação e nem eram oficialmente pesquisadores, mas eram em geral militares que adentravam os sertões para realizar o reconhecimento da região e dentro destas perspectivas a natureza fazia parte deste reconhecimento. No entanto, não eram análises científicas, mas conhecimentos adquiridos por meios da observação e contato com nativos, sem uma metodologia de análise. De fato, foi na

gestão do governador D. Diogo que pesquisadores fixos estudariam a região a partir do interesse da administração central do Império. Além disso, serão eles que remeterão os produtos naturais para São Luís, e daí para os gabinetes de estudos em Portugal. Como foi o caso do bacharel Vicente Jorge Dias Cabral e o vigário de Valença, o padre Joaquim José Pereira.

Era de interesse da elite administrativa, que estava personificada em D. Rodrigo de Sousa Coutinho que se estudasse as propriedades naturais e assim pudesse avaliar as potencialidades econômicas. Deste modo, plantas que pudessem ter valores medicinais eram valorizadas pelo naturalismo-utilitário. Em agosto de 1798, D. Fernando de Noronha (governador anterior a D. Diogo de Sousa) dá a saber em carta, sobre a casca de uma árvore febrífuga, advindas da capitania do Piauí (em Campo Maior, freguesia de Piracuruca). Chamam os habitantes de quina e D. Fernando chega à conclusão que tem o mesmo efeito da casca *pruviana*. Esta conclusão é legitimada por um especialista, que é referido somente como “cirurgião Alvarenga”, e que obteve resultados, curando diversas pessoas de diversos tipos de febres (AHU-MA, cx. 100, d. 8078).

Ainda sobre esta árvore, adiciona que foi remetida pelo Mestre de Campo Francisco da Costa Rabelo. Esta informação é importante, pois evidencia que na capitania do Maranhão e Piauí no governo de D. Fernando, o extrativismo para fins científico era realizado também por militares, como Antônio Correia Furtado Mendonça, metre-de-campo da vila de Alcântara, que igualmente realizava este tipo de tarefa. Assim, não havendo a possibilidade de naturalistas formados academicamente, o trabalho de recolha e de análise poderia ser realizado por aqueles que tivessem algum conhecimento sobre natureza. Destaca D. Fernando que haveria mais espécies e quantidade desta dita planta, pois alegando que quando serviu interinamente na capitania do Ceará, enviou dois caixotes com planta idêntica.

A flora poderia ser explorada de duas formas: por meio do extrativismo (recolhidos diretamente nos sertões) e através da

agricultura (com cultivos transplantados dos sertões para as proximidades das cidades). No caso do aproveitamento da fauna, do mesmo modo, há o extrativismo animal ou a criação sistemática através da pecuária. O extrativismo para fins científicos era realizado também por militares, como Antônio Correia Furtado Mendonça, mestre-de-campo da vila de Alcântara, que igualmente realizava este tipo de tarefa.

Havia interesse também no extrativismo mineral. Em 9 de outubro de 1796, mais uma vez o militar Antônio Correia Furtado Mendonça, natural do Maranhão, dá informação de que encontrou salitre nos sertões do Maranhão. As informações são enviadas para D. Luís Pinto de Sousa Coutinho, na época ministro da Marinha e Ultramar. O salitre, como se sabe, tinha um papel cada vez mais importante na área militar. (AHU-MA, cx. 92, d. 7597). Por isso, Furtado Mendonça dá conta de que foi recolhida no Piauí, por ordem do governador da época, D. Fernando de Noronha, quantidades do minério. Furtado Mendonça envia estas amostras para análises em Portugal. Em certo momento, Mendonça teria considerado esse produto como o “salitre perfeito” para o fabrico da pólvora. No que diz respeito à carta de Furtado Mendonça, se por um lado há uma pretensão objetiva e científica, por outro, há um manifesto interesse na obtenção de mercês pelos serviços prestados, valendo-se em seu discurso epistolar de uma tautologia comum na época: a do bom vassalo, ao ponto de “dar a última gota do meu sangue, e exalar a vida no seu Real serviço...”. Passaria a ser cada vez mais comum que o explorador se apresentasse assim na obtenção das graças da Coroa para efeito de nobilitação (RAMINELLI, p. 60-63).

Furtado Mendonça aparece poucas vezes na documentação, mas nestes dois casos específicos se mostra como indivíduo preparado para adentrar os sertões e fazer a recolha e análise tanto da flora, como dos minerais. Além do mais, não é possível saber muito sobre a sua formação, mas é notório a sua breve análise sobre o salitre. Mas é importante destacar que não se aprofunda sobre o cânhamo (utilizado para se fazer cordas) e

nem da cochonilha (inseto que tinha funções tintoriais) igualmente recolhidos por ele. Talvez sua formação como militar somente o possibilitaria aprofundar em questões igualmente de interesses militares, que seria no caso o salitre, mineral que era utilizado para se fazer pólvora.

Ainda sobre o salitre, D. Diogo acusa o recebimento de 5 cópias de cartas de João Pereira Manso que falavam sobre o estabelecimento de uma nitreira artificial na Vila de Santos (São Paulo). Esta informação é importante, pois sugere a pretensão de fabricar nitrato de potássio. É importante destacar que há duas formas de nitreira: a natural, que era predominante na América, pois as condições climáticas eram favoráveis; e a artificial, mais comum na Europa, que não possuía boas condições naturais para a formação de nitrato de potássio (GANDOLFI; FIGUEIRÔA, 2014, p.201-282). Entretanto, na capitania do Maranhão, aparentemente, não foram encontradas terras salitrosas de boa qualidade. No Piauí, ainda se avaliava na época as potencialidades das minas encontradas. Por fim, para D. Diogo o melhor local para o estabelecimento de uma nitreira artificial seria nos Campos de Anajatuba. Sobre o tema da exploração do salitre, D. Diogo gostava de citar Chaptal, autor de *Enciclopédia Metódica*. (AHU-MA, cx. 113, d. 8787). Este não foi um caso isolado. O governador gostava de ler e ter a companhia de naturalistas, fazendo disso uma marca de seu governo.

O governador D. Diogo de Sousa, apesar de preterir o bacharel Vicente Cabral e Joaquim José Pereira para a realização do trabalho de naturalista, também se valeu em alguns momentos de serviço militares para esta função. Foi o caso do envio da erva linhosa, própria para a produção de papel, ou, de outro modo, as amostras de um óleo feito a partir da casca da árvore *Merim*, que segundo consta tinha cheiro bom e servia para tintura (AHU-MA, cx. 109, d. 8599). Ainda sobre a erva linhosa, o governador D. Diogo providenciou amostras de dez tipos, revelando que as mesmas foram descobertas pelo sargento de milícia de Alcântara, José de Carvalho (AHU-MA, cx. 112, d. 8757).

As análises das propriedades de cada erva são feitas de imediato e mandadas para a cidade de São Luís, e depois são remetidas para Portugal. D. Diogo de Sousa, por meio das informações cedidas por José Carvalho, fez uma avaliação básica das espécies de erva linhosa, inúmera cada tipo atribuindo uma qualificação de 1 a 10, para sua melhoria sua catalogação, de acordo também com as condições em que se encontravam no momento da coleta. Assim, do número 1 a 5 há basicamente as mesmas características, indicando serem arbustos, sem flores, que foram recolhidos antes de estarem sazoadas. O número 5, indica que são duas estrigas recolhidas em tempos distintos. O número 6, indicava a existência de uma madeira mais mole que as anteriores. As de número 7 são como malva branca advinda de Alcântara. As de número 8 são espécies de malva da região de Guimarães que precisam de certo tempo para macerar. As de número 9 contêm as mesmas qualidades das antecessoras, porém são colhidas antes de sazoadas. As de número 10, vulgarmente conhecidas como *quiabo*, levaram 8 dias para macerar. Deste modo, são sistemáticas as informações para efeito de catalogação.

Militares e educação ilustrada

A análise da natureza e a domesticação desta através da agricultura e pecuária sofreu mudanças significativas no século XVIII. Em Portugal estas mudanças vão ficar evidenciadas pela valorização das ciências naturais no Colégio dos Nobres e pela nova constituição acadêmica da Universidade de Lisboa pelo Marquês de Pombal. A educação é fator chave para se entender como vai ser difundido tais conhecimentos surgidos ou reavaliados no Setecentos. Deste modo os colonos da América Lusitana que estavam inseridos ou desejosos de fazer parte do aparelho estatal do Império, vão ter que, no século em questão, aperfeiçoar o conhecimento individual. Mas não se trata de qualquer conhecimento, mas o acadêmico legitimado pela ciência de então. No Maranhão de então serão enviados bolsistas para

Universidade de Coimbra, mas cabe notar que em sua maioria eram militares.

Assim, no caso específico do Maranhão, nota-se pedidos a fins de estudar em Portugal. Para além que, o conhecimento era difundido através dos impressos advindos da metrópole. Sem entender estas questões, não é possível entender como estes indivíduos, no caso D. Diogo, D. Rodrigo tratam das questões naturais. Isso porque estes foram frutos do conhecimento reformado pelo Marquês de Pombal, através de instituições como a Universidade de Coimbra, fazendo parte daquilo que o historiador Kenneth Maxwell consagrou como “geração de 1790”. É notório assim, que tais em sua comunicação epistolar estejam dialogando por meio da ciência da época. Além do mais é comum eles citarem autores que versam sobre o tema da ciência.

O ensino é fator chave para o sucesso da melhor experimentação da Coroa das potencialidades da natureza local. Isso por que é através do ensino que possibilitaria a capacidade de avaliação da natureza, de entender os livros acadêmicos que eram enviados para colônia e qualificar “mentes pensantes” que pudessem apresentar o problema de forma crítica para então trazer uma solução eficiente. Por isso que atenção do ensino se tornou primordial desde antes do ministério de Pombal, com os estrangeirados. Por outro lado, as famílias abastadas ao longo do século XVIII vão cada vez mais valorizar a formação acadêmica, pois as necessidades administrativas do Império demandavam por indivíduos capacitados. Assim é que estas famílias, sobretudo os de nobreza baixa, sedentos por adentrar cargos que pudessem os alavancar socialmente, enviaram seus filhos para estudar nas universidades da Europa, com destaque para a de Coimbra.

As medidas desde o Marquês de Pombal trouxeram como novidade para o sistema educacional do reino e possessões ultramarinas as aulas régias. Estas mudanças foram significativas para alienar este assunto da esfera da Igreja para o controle direto da Coroa. Assim sendo avaliamos as questões acerca da educação no Maranhão na virada para o Oitocentos.

No próprio Maranhão o ensino régio possuía três cadeiras: retórica, filosofia e gramática latina. E que será na gestão de D. Diogo que instituirá uma quarta cadeira voltada para o conhecimento naturalista: história natural e química. (AHU-MA, cx. 112, d. 8767). O que demonstra que a forma de se avaliar o ensino trouxe transformações diretas para os colonos e assim o conhecimento natural já poderia estar no uso cotidiano por aqueles que já o receberam da escola. Inclusive nas próprias palavras de D. Diogo esta outra cadeira proporcionaria o interesse dos próprios colonos. Infelizmente não foi encontrado mais informações sobre esta nova disciplina, como por exemplo quem foi o professor que iria ministra-la. O naturalista Vicente Cabral que será professor na cidade de São Luís, haja vista suas contribuições acerca da natureza da capitania, assumirá a disciplina de retórica. O que traz suspeitas que a de história natural e química não tenha logrado sucesso.

Sobre o ensino superior, entre os anos 1722 a 1822 foram 866 estudantes para Universidade de Coimbra advindos da América Lusitana. O curso preferenciado pelos estudantes eram o direito com 568, mas que dentre estes, 281 (a metade) se formaram simultaneamente em matemática ou ciências naturais. E haviam 141 formados somente nas ciências exatas e naturais (DIAS, 1968, p. 107). Demonstrando o grande interesse em uma formação em ciências naturais para o período.

No Maranhão, capitania voltada diretamente para a cultura algodoeira e de rizicultura, haverá um exponencial aumento das atividades econômicas com um crescimento populacional na região, tornando-se São Luís a 4ª maior cidade na primeira metade do século XIX. (GALVES; BASÍLIO, 2014, p. 158) Nestas condições há um aumento também da demanda de envio de indivíduos para formação de um contingente técnico-científico pelas universidades europeias. O envio de estudantes para Europa se dá pela falta de universidades na colônia, e desse modo, quem quisesse se aprimorar em um curso de ensino superior teria que o realizar na Europa. Por outro lado, no final do Setecentos a

Coroa fomentará com bolsas esta capacitação dos colonos em nível superior. E isto tinha por finalidade estratégico, pois permitiria a estes indivíduos trabalhar de forma específica na máquina burocrática do Império, além de que, no caso específico da natureza, poder-se-ia avaliar de forma precisa as potencialidades econômicas das diversas regiões na América Lusitana.

Com o fomento aos estudos houve um crescimento de matriculados na Universidade de Coimbra oriundos do Maranhão. De modo que o período entre 1798 a 1807 é marcado pela presença ininterrupta de estudantes luso-maranhenses nesta instituição. É notório o caso da família Belfort, que segundo Marcelo Cheche e Romário Basílio é o sobrenome que mais sobressai na lista de estudantes luso-maranhenses entres os anos de 1778-1823 (Idem, p. 163). Esta família foi influente e rica no Maranhão setecentista e oitocentista.

Em aviso de 21 e 27 de outubro de 1799 direcionado a câmara de São Luís, ordenava-se que se enviasse estudantes ao Reino para completar estudos

peessoa hábeis para, depois de aprenderem, voltar para esta Capitania a fim de exercer os empregos de tipógrafos, hidráulicos, médicos, contadores, e cirurgiões, aos quais a Câmara devia estabelecer pensões alimentares enquanto estudassem na Universidade de Coimbra ou na Academia de Marinha de Lisboa. (AVISOS Apud Meireles, 1979, p. 63-64)

A necessidade de um corpo técnico-científico se faz necessário frente as demandas da burocracia colonial. D. Diogo de Sousa se queixa em um aviso de 1800 que não foram concluídas as obras por faltas de indivíduos capacitados (AHU-MA, cx. 109, d. 8596). Não informa neste documento de qual obra seria, mas fica patente a importância, já que lembra ao ministro D. Rodrigo que a urgência da concretização é desejo do príncipe regente, D. João. Por isso o governador apresenta que há uma demanda por um engenheiro hábil para “desenha-la [a

obra], calculá-la, dirigi-las”. D. João Pereira Amorim, governador subalterno do Piauí, destaca em ofício que não havia até aquele momento naturalista que pudesse avaliar a lista de vegetais que lhe foi condicionado por descobrir as suas potencialidades (sobretudo ao que se refere na fabricação de papéis, AHU-PI, cx. 22, d. 1166). Apesar de referida, não é apresenta tal lista. Mas é importante destacar aqui que os cumprimentos destas ordens advindas do Reino, não estavam sendo realizadas por falta de indivíduos capacitados para tanto.

Em aviso de setembro de 1798, D. Diogo de Sousa trata do envio de um cadete do Regimento de linha da cidade, Antônio Lourenço dos Santos, para prosseguir estudos no Reino. (AHU-MA, cx. 109, d. 8579). No mesmo documento vai à avaliação do Comandante do regimento sobre tal envio deste cadete para o Reino. Informa que o Loureço dos Santos tem “alguma a petição na Aritmética [e por isso] tenho empregado em Mestre da Aula de Regimento, tem boa conduta; mas não tenho maior conhecimento da capacidade que poderá ter para o mais estudos”. Por meio deste trecho se percebe que apesar de aparentemente não ter uma formação, o cadete estava dando aula por ter conhecimento em aritmética. Não havendo um indivíduo capacitado era utilizado aquele que pudesse ter alguma aptidão para sanar a demanda local, no caso o ensino de matemática. Mas se faz destacar que apesar de atendida em um primeiro momento tal necessidade, haveria de melhor capacitar tal indivíduo para permitir um melhor trabalho em sala de aula.

D. Diogo ainda enviou outro militar, o alferes José Félix Pereira de Burgos, em agosto de 1800 para fazer estudos na Universidade de Coimbra. Infelizmente não dá maiores informações sobre (AHU-MA, cx. 109, d. 8579). Antônio da Silva Cunha e Manoel Corrêa de Faria são outros suplicantes para estudar no Reino. (AHU-MA, cx. 109, d.8587). Estes vão pedir para a Coroa que a câmara dê licença para eles, pois já havia sido dado pelo príncipe regente. Porém D. Diogo informa que só seria

feita depois que o príncipe resolvesse sobre questões acerca do plano de estudos.

No texto não fica claro quais são as “questões” que D. João tem que resolver, mas parece que se trata das pensões (bolsa de estudo) para tais estudantes se manter no Reino. Em dado momento D. Diogo em um ofício informa que já se estava constituindo reservas para uso dos alunos da capitania (AHU-MA, cx. 105, d. 8376). Assim parece, pois, outros dois suplicantes (Manuel Rodrigues de Castro e Severino Ferreira Lustosa) em outro documento estão com pedidos semelhantes, mas que estão temporariamente parados e os motivos levantados é que ainda se estava esperando a decisão do príncipe regente de definir como seria a forma da pensão para os estudantes que fossem enviados para o Reino. (AHU-MA, cx. 109, d. 8588). Neste documento fica claro que haveria critérios para serem enviados para estudar em Portugal, e não tão somente com o desejo daqueles que queriam estudar. Assim, D. Diogo vai dá o parecer de que seja negado a Manuel Rodrigues de Castos estudos no Reino. Haja vista que, segundo o governador, era já de idade avançada e que lia e escrevia muito mal. Já para Ferreira Lustosa dá o parecer que se deva dar mais atenção a sua petição, “ainda que os serviços dele não sejam de maior consideração”.

Este momento é que se inicia o período de fomento de estudos no Reino. A necessidade de especialização acadêmica dos colonos, torna-se uma necessidade de Estado. Pois serão estes que trarão benesses para o Império mediante os conhecimentos adquiridos na Universidade de Coimbra. Em 1800 há o envio de estudantes para realizarem cursos de ciências naturais e exatas (AHU-MA, cx. 116, D. 8974). E são estes os enviados e os cursos pretendidos: Francisco Diogo Velez (matemática), Raimundo Pedro da Silva e Cunha (idem), José Alves de Carvalho (medicina) e Antônio Xavier de Lima (cirurgia). As bolsas de estudos são no valor de 250.000 mil réis anuais. Além do mais, D. Diogo destaca que estas bolsas serviriam para despesas com alimentação, vestuários, compra de livros e matrículas. Todos eram militares.

Destes estudantes conseguimos encontrar referências na documentação somente a Francisco Diogo Velez e a Raimundo Pedro. Em 1805, o primeiro no intuito de se aprimorar em seus estudos, vai solicitar a permanência no Reino para que pudesse estudar na Academia da Marinha. Não fica claro se ele terminou o curso de matemática na universidade de Coimbra. Diogo Velez era cadete do regimento de linha da cidade de São Luís do Maranhão, sua formação acadêmica era para ser utilizada em conjunto com sua ocupação militar. Isto porque, segunda a carta, o referido estudante deveria retornar para o Maranhão a fim de assumir as funções de geografo, medidor hidráulico e arquiteto. Outra informação importante é que o documento se refere aos demais estudantes que tais não cumpriram com o determinado e nem sequer ficaram na cidade de Coimbra, todavia não há mais informações sobre estes (AHU-MA, cx. 139, d. 10131). Provavelmente por tais queixas contra estes outros estudantes, é que será motivado a reclamação sobre a suspensão da bolsa por Raimundo Pedro Silva e Cunha em 1806 (AHU-MA,D. 10457).

Mesmo com documentação escassa sobre este assunto, ainda assim se faz notório observar que havia a preocupação em fomentar a educação para a capacitação de um corpo técnico-científico entre os colonos. E que efetivamente vai se realizar, no caso do Maranhão na década de 1800. Para o Piauí não identificamos estudantes que foram enviados na gestão de D. Diogo de Sousa.

Educação e difusão de impressos na colônia, e no caso avaliado, no Maranhão, traz à tona o caráter ilustrado da política lusitana. Assim na pessoa de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e dos governadores D. Fernando Antônio de Noronha e D. Diogo de Sousa serão aqueles que porão em práticas as ideias ilustradas voltadas para um pragmatismo científico.

Considerações finais

Os militares estiveram presentes na história ambiental do período final do Setecentos e começo do Oitocentos. Apesar de não ter havido até o presente momento destaque para a atuação destes indivíduos nas pesquisas historiográficas para a região, provavelmente pela pouca atuação deles, pelo menos no que indica a documentação que nos chegou, é deveras importante entender como tais atuaram em consonância com a política naturalista-utilitária de então. Ademais, para os primeiros bolsistas para estudarem no reino foram escolhidos militares, afins de que tais se aperfeiçoassem e retornassem para a região e atender a demanda técnica local.

Referências

Manuscritas

OFÍCIO do mestre-de-campo do Terço da vila de Alcântara, António Correia Furtado de Mendonça, para Luís Pinto de Sousa Coutinho, sobre as suas descobertas de cochinhilha, cânhamo silvestre e, recentemente, de salitre. 09/10/1796. *AHU-MA*, cx. 92, d. 7597.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a informar a concessão de licença ao cadete António Lourenço dos Santos para ir ao Reino prosseguir os seus estudos. São Luís, Maranhão. 04/03/1799. *AHU-MA*, cx. 102, D.8253.

OFÍCIO do governador D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a procura do salitre. São Luís, Maranhão. 06/03/1799. *AHU-MA*, cx. 102, d. 8264.

OFÍCIO do governador D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho,

sobre as diligências relativas às matas. São Luís, Maranhão. 06/03/1799. *AHU-MA*, cx. 102, d. 8265.

OFÍCIO do governador capitão-general do Maranhão D. Diogo de Sousa Coutinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a criação de caixas de crédito, por ordem régia de 10 de Maio, a fim de financiar os colonos daquela capitania. São Luís, Maranhão. 14/08/1799. *AHU-MA*, cx. 105, d. 8376.

OFÍCIO do governador do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as diversas pesquisas efectuadas na Capitania relativas às minas de salitre e utilização de cânhamo e madeira para o fabrico de papel. São Luís, Maranhão. 15/08/1799. *AHU-MA*, cx. 105,d. 8379.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o envio de uma amostra de erva linhosa e de óleo mearim. São Luís, Maranhão. 22/02/1800. *AHU-MA*, cx. 109, d. 8599.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a concessão de licença ao alferes do Regimento de Linha José Félix Pereira de Burgos para ir estudar na Universidade de Coimbra, em conformidade com o Aviso de 2 de Agosto de 1799. São Luís, Maranhão. 08/02/1800. *AHU-MA*, cx. 109, D. 8579.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a pretensão da câmara da cidade de São Luís do Maranhão em mandar António

da Silva Cunha e Manuel Correia de Faria para estudarem na Universidade de Coimbra. São Luís, Maranhão. 15/02/1800. *AHU-MA*, cx. 109, D. 8587.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a informação de Manuel Rodrigues de Castro e Severino Ferreira Lustosa pedindo para irem estudar no Reino. São Luís, Maranhão. 16/02/1800. *AHU-MA*, cx. 109, D. 8588.

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a necessidade de um engenheiro hábil para futuras obras. São Luís, Maranhão. 21/02/1800. *AHU-MA*, cx. 109, D. 8596.

Bibliografia

ALVES, Dysson Teles. “Urbanismo e civilização na América Portuguesa”. In. CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de; NORONHA, Nelson Matos de (orgs.). *A Amazônia dos viajantes: história e ciência*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2011.

ARAÚJO, Ana Cristina. *A cultura da Luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Horizonte, 2003.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especialidade e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BASÍLIO, Romário Sampaio. *Impressos e mercadores no mar: Luzes e sombras entre Portugal e Maranhão (1768-1826)*. - Monografia

(graduação em história licenciatura) - Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2014.

BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (orgs.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BONATO, Tiago. *O olhar, a descrição: a construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1723-1822)*. – Dissertação (apresentado ao Programa de Pós-graduação em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

BORRALHO, José Henrique de Paula. *A ATHENAS EQUINOCLIAL: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro*. São Luís: EDFUNC, 2010.

BOURGUET, Marie-Noëlle. “O Explorador”. In. VOVELLE, Michel. *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editora Presença. 1997.

BOURGUET, Marie-Noëlle. “O Explorador”. In. VOVELLE, Michel. *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editora Presença. 1997.

BRAGA, Marco... [et al.]. *Lavoisier e a ciência no iluminismo*. São Paulo: Atual, 2000.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado: Conquista e ocupação do sul do Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 2008.

CALAINHO, Daniela Buono. “Jesuítas e Medicina no Brasil Colonial”. *Tempo* (UFRJ), nº 19.

CARDOSO, Alirio. “Amazônia e a Carreira das Índias: navegação para o norte da América portuguesa na época da Monarquia Hispânica”. *Revista de Indias* (Madrid), vol. LXXV, n.º 264 (2015), p. 389-420.

CARDOSO, José Luís. *Memórias de história natural: Domingos Vandelli*. Porto: Porto Editora, 2003.

CAROLINO, Luís Miguel. “Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a ciência e a construção do império luso-brasileiro: a arqueologia de um programa científico”. In: GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro (orgs.). *Formas de Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 193;196.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. “Tapuia – A inversão do índio da Amazônia nos relatos da Viagem Filosófica (1783-1792)”. In: _____; NORONHA, Nelson Matos de (orgs.). *A Amazônia dos viajantes: história e ciência*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2011.

CARVALHO JÚNIOR, Eduardo Teixeira de. *Verney e a questão do Iluminismo em Portugal*. Curitiba: Dissertação de Mestrado (História) apresentada na Universidade Federal do Paraná, 2005.

CARVALHO, Rómulo de. *A história natural em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

CASSIRER, Ernst. *Filosofía de la Ilustración*. Madri: Fundo de Cultura Económica, 1993.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Ed. Açáí/ Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia, 2010.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo : Ed. UNESP, 1998.

COMERLATO, Fabiana. “A baleia como recurso energético no Brasil”. *Anais do Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações*. Florianópolis, 2010, p. 1126-1136.

COSTA, A. M. Amorim da. “As ciências naturais na reforma pombalina da universidade: estudos de rapazes, e não sustentação de príncipe”. In. ARAÚJO, Ana Cristina. *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000.

COUTINHO, Miria Marques. *D. Rodrigo de Souza Coutinho e o reformismo ilustrado: manutenção e exploração da América portuguesa no final do século XVIII*. - Dissertação (mestrado em História) apresentada na Universidade Federal Fluminense -. Niterói, 2013.

CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais (séculos XV a XVIII)*. São Paulo: Editora Unicamp, 2009.

DANTES, Maria Amélia M. “A historiografia sobre ciência e impérios: Constituição e desenvolvimento”. In. GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro (orgs.). *Formas de Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da “Enciclopédia”*. Trad. Laura Teixeira Motta; Marcia Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, Maria Odila da Silva. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, vol. 278, 1968.

DOMINGUES, Ângela. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição das redes de informação no Império português no final dos Setecentos”. *História, Ciência e Saúde — Manguinhos*, vol. 8, p. 823-838, 2001.

DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FALCON, Francisco José Calazans. *Despotismo esclarecido*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia (Orgs.). *A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.

FERRONE, Vicenzo. “O Homem da Ciência”. In: VOVELLE, Michel. *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editora Presença. 1997.

FILGUEIRAS, Carlos A. L. “João Manso Pereira, químico empírico do Brasil colonial”. *Química Nova*, vol. 16 (2), 1993.

FORTE, Luiz R. Salinas. *O iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciado em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de. *Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão*. Imperatriz: Ética, 2007.

FURTADO, Júnia. “Bosque de Minerva: artefatos científicos no colecionismo joanino”. In: GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro (Orgs.). *Formas de Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GALVES, Marcelo Cheche. *Ao Público sincero e imperial: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826)*, Niterói, 2010 – Tese (doutorado em história)- UFF, 2010.

GALVES, Marcelo Cheche; BASÍLIO, Romário Sampaio. “Saberes em circulação na América Portuguesa: os estudantes maranhenses na Universidade de Coimbra (1778-1823).” *Revista Clio*, n. 32.1, 2014

GANDOLFI, Haira Emanuela; FIGUEIRÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça. “As nitreiras no Brasil dos séculos XVIII e XIX: uma abordagem histórica no ensino de ciências”. *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2014, p. 281-282.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: A inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. “A Academia Real das Ciências de Lisboa e o Império Colonial Ultramarino (1779-1808)”. In: FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

RAMOS, Fábio Pestana. *No tempo das especiarias: o Império da pimenta e do açúcar*. São Paulo: Contexto, 2004.

ROUANET, Sergio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia da Letras, 2005.

RUSSELL- WOOD, A. J. R. “Padrões de Colonização no Império Português, 1400-1800”. In. BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (Orgs.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010.

SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. *O Palácio de Queluz e o Mundo Ultramarino: Circuitos ilustrados (Portugal, Brasil, Angola, 1796-1803)*. Niterói: Tese de doutorado (História) apresentada na Universidade Federal Fluminense, 2013.

SCHWARTZ, Stuart B. “A Economia do Império Português”. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (orgs.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010.

Políticas indígenas e indigenistas nas fronteiras coloniais: lideranças indígenas e holandeses no delta amazônico (Nuances da capitania do Grão-Pará no século XVII)¹

Fernando Roque Fernandes*

Introdução

No decorrer do século XVII, a ala ocidental do estuário amazônico, sofreu tanto a influência social da região denominada de Costa Selvagem ou Amazônia Caribenha como das colônias portuguesas. Por conta da multiplicidade de etnias indígenas e da forte presença estrangeira que afluía para a região a desenvolver o comércio com os índios, ocorreram intensos conflitos que impactaram diretamente nas estratégias militares portuguesas para o Estado do Maranhão e Grão-Pará. As nações europeias em conflito na região consideravam os grupos indígenas como elementos centrais no estabelecimento de suas relações.

As especificidades dessa região resultaram da grande diversidade de culturas que afluíam de várias direções. Assim, consideramos que as fronteiras estabelecidas para/por diferentes grupos europeus resultaram de inúmeras e diferentes relações com as populações indígenas. Nesse sentido, as fronteiras sociais do vale amazônico, se constituíram a partir de escolhas indígenas e europeias. Os limites da relação entre as diversas nações, inclusive indígenas, fossem elas de paz ou de guerra, foram dimensionadas pelas relações que os índios estabeleceram entre si

¹ Agradeço as orientações e indicações feitas ao texto pelo Prof. Dr. Mauro Cezar Coelho (PPHIST/UFPA).

* Doutorando em História Social da Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFPA). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais (GERA/UFPA). Bolsista Demanda Social (DS) pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

e com os europeus. Deve-se enfatizar que vários grupos indígenas agiram a partir de uma agenda própria ao desenvolver alianças com uns e/ou declararem guerras a outros grupos locais e não locais. O delta amazônico foi uma região de fronteira.

O objetivo desta comunicação é possibilitar diálogos que permitam uma reflexão sobre os processos que conformaram as relações entre indígenas e europeus no delta amazônico. Assim, apresentamos questões sobre as práticas de descimentos como possibilidade de evidenciar as estratégias de colonos e indígenas na ampliação de suas fronteiras. Acreditamos que os índios souberam se utilizar das diferentes relações e criaram inúmeras estratégias e táticas no cotidiano daquela região, estabelecendo ou rompendo fronteiras a partir de seus interesses. O grau de inserção dos europeus no delta amazônico também deve ser dimensionado pelas relações que se estabeleceram com as diversas etnias indígenas habitantes daquele espaço. A luta dos portugueses contra holandeses, franceses, ingleses e espanhóis, foi também a luta dos povos indígenas pelo estabelecimento de novas fronteiras sociais.

Relações sociais no delta amazônico do século XVII

A região do delta amazônico foi o portal de acesso aos rios da região por navegantes oriundos de diversas regiões da América e da Europa. O fluxo de pessoas que transitaram pelo delta, ao longo da experiência colonial, foi constante. Vindos do leste, portugueses e índios de outras capitânicas, localizadas no Estado do Maranhão e no Estado do Brasil, empreenderam muitas expedições com o fim de efetivar a conquista portuguesa nessas regiões (CARVALHO JÚNIOR, 2005, p. 39-83).² Pelo oeste,

² O estabelecimento do Forte do Presépio, em 1616, se constituiu como importante fronteira militar nos postos avançados dos domínios portugueses na primeira metade do século XVII. Índios de tronco Tupi, aliados a portugueses como Bento Maciel Parente e Pedro Teixeira, empreenderam

apesar do domínio espanhol, europeus (ingleses, franceses, holandeses etc.), estabelecidos na região da *Amazônia Caribenha* (ou, como foi denominado à época, “Costa Selvagem”, entre o delta do rio Orinoco e rio do Amazonas) partiam em direção ao estuário amazônico, na tentativa de tornar conhecidos os segredos do imenso vale (OLIVEIRA, 2011).³

O delta amazônico e o vale que nele culmina conformaram um espaço de contatos, no qual projetos, intenções e trajetórias conectaram-se conformando processos originais. Neles, as tensões, conflitos, associações e um sem número de interações ganharam vida, tornando a região um palco privilegiado (ainda que não o único) para a emergência de relações particulares. Os povos indígenas assumiram papel de destaque na conformação das relações emergidas nesse espaço, tornando-se o nexo que conectou os diversos elementos reunidos ali.

Um indício desta presença múltipla é apontado pelo trabalho de Lodewijk Hulsmann (2012). Segundo ele, os holandeses já mantinham intensas relações comerciais com os índios da região do delta amazônico, desde o início do século XVII. Apesar da pecha de invasores, as tentativas *batavas* de desenvolver relações econômicas com os índios do delta ocorreram numa conjuntura em que os povos indígenas já

diversos conflitos contra os índios do delta amazônico (CARVALHO JÚNIOR, 2005).

³ Esta região se constituiu como espaço de estabelecimento de franceses, ingleses e holandeses que desenvolveram grandes núcleos colônias nessa costa norte do Atlântico. Conforme observou Gomes, as dificuldades para acessar o rio Amazonas pelo interior dessas regiões ainda hoje são muitas, “os rios são de difícil navegação em decorrência das cachoeiras e das serras que formam uma muralha entre o interior e o litoral. A complexidade geográfica desenhada pelo planalto das Guianas, pelas serras Pacaraima com o Monte Roraima, pelas serras Parima, pelas serras Tumucumaque, Acarai, Kanuku, Kamoá e outras serras de pequeno porte, marca os limites das fronteiras internacionais” dessa região (OLIVEIRA, 2011).

desenvolviavam um *surplus*⁴ econômico que incluía relações comerciais com ingleses e irlandeses. Tais relações teriam se intensificado entre 1600 e 1630 (HULSMAN, 2012).⁵

Arthur Cézár Ferreira Reis (1982: p. 26), ao analisar as estratégias econômicas dos holandeses no Vale Amazônico, observou que, em 1616, o Capitão Pedro Adriansen, estabeleceu moradia com mais 40 colonos holandeses nas áreas de Gurupatuba e Jenipapo, no Baixo Amazonas, fundando uma colônia e um forte na região. Desde ali, comercializariam tabaco e urucum com os índios. “Os resultados constataram-se no comércio regular que se processou, de então em diante, com aquele porto holandês, para onde se exportavam as especiarias amazônicas”.

Consideramos, então, que a presença de diversos agentes fazia parte das experiências vividas nessa região no século XVII, relacionando-a a outros espaços e processos. Não obstante, é a experiência vivida na região o que nos interessa. Argumentamos, nesse sentido, que aquela diversidade promove alianças e conflitos entre os diferentes grupos em contato. Conforme observou Reginaldo Gomes de Oliveira (2011), as relações concretizadas na região, neste período, eram informadas tanto pelo contexto europeu quanto pelas alianças firmadas na região, especialmente com os povos indígenas. Assumimos, ainda, que o delta amazônico esteve mais relacionado à “Costa Selvagem” do que a São Luís, capital do Estado do Maranhão, ao longo do século XVII. Por conta disso, inúmeras estratégias foram criadas pelos portugueses no intuito de evitar o estabelecimento *alienígena* na região.

⁴ Produção de excedentes para fins de trocas baseadas no escambo (característica comercial dos povos indígenas na Amazônia no período à época do contato) (PORRO, 1995).

⁵ Conforme Hulsmann, “os produtos exportados não se limitavam a materiais obtidos em forma extrativista, mas desde a primeira metade do século XVII, incluíram produtos que eram cultivados em plantações, especialmente, o tabaco que era visado por ter uma demanda alta na Inglaterra e Holanda”. (HULSMAN, 2012).

A criação de fortalezas, na donataria do Cabo do Norte, atual Estado do Amapá, foi um importante empreendimento português na delimitação das fronteiras lusas na Amazônia. Essa estratégia decorria de basicamente duas intenções: por um lado, tentar impedir a entrada de franceses, ingleses e holandeses no delta amazônico; por outro, eliminar as práticas comerciais empreendidas pelos diversos povos indígenas dessa região com as nações europeias. Se não foi possível alcançar tais objetivos, a donataria do Cabo do Norte constituiu-se como importante fronteira entre a Amazônia Portuguesa e a Amazônia Caribenha (GOMES, 1999 p. 225-318).

As intenções portuguesas sugerem que os conflitos entre as nações europeias presentes na Amazônia Caribenha impactaram diretamente no aumento ou retração da presença dessas nações em fluxo para o delta amazônico. Também se deve ter em vista que a presença estrangeira e seus desdobramentos comerciais sofreram forte influência das relações estabelecidas com as povos indígenas da região (HULSMAN, 2012).

A diversidade de nações e os intensos conflitos pelo controle político, geográfico e econômico da região também impactaram decisivamente nas características político-militares da capitania do Grão-Pará no século XVII, levando seus administradores e moradores a desenvolver características distintas do cotidiano de outras partes do Império Português na América, diferenciando-a, inclusive, da capital do Estado.

A necessidade de defesa e manutenção das possessões portuguesas no estuário amazônico concorreu para o desenvolvimento de características específicas no que diz respeito ao aspecto militar, inclusive no recrutamento de soldados para a manutenção de um contingente capaz de defender as possessões lusas contra as investidas de nações europeias e indígenas (VIANA, 2016) que fomentaram diversos conflitos pelo monopólio da região e/ou sua divisão. Ao que nos parece, a ala leste do estuário amazônico foi sempre controlada pelos portugueses, enquanto que a ala oeste foi palco de inúmeros

encontros e desencontros de aliados e inimigos, comerciantes e conquistadores, dos que queriam circular e comerciar livremente pelo lugar e dos que queriam controlá-lo. No entanto, o sucesso de qualquer das pretensões dependia diretamente das articulações feitas entre tais nações e as nações indígenas. Como apontou o padre Luís Figueira, em 1637, a tônica dos conflitos entre nações indígenas e europeias e o sucesso do estabelecimento português em solo colonial eram credores das alianças desenvolvidas com os índios e do auxílio dos missionários (FIGUEIRA, 1637; LEITE, 1940, p. 208; CARDOZO, 2014, p. 4). O desdobramento dessas relações materializou experiências distintas no cenário colonial.⁶

Consideramos, portanto, que as *fronteiras* estabelecidas por diferentes grupos europeus (portugueses, holandeses, franceses, ingleses e espanhóis) foram dimensionadas pelas inúmeras e diferentes relações com os povos indígenas. Nesse sentido, as *fronteiras* se constituíram a partir de escolhas indígenas e europeias. Os limites da relação entre as diversas nações, inclusive indígenas, foram influenciados pelas relações que os índios estabeleceram entre si e com os europeus, fossem elas de paz ou de guerra. Deve-se enfatizar que muitos grupos indígenas agiram a partir de uma agenda própria, desenvolvendo alianças ou declarando guerras a grupos locais e não locais. O grau de inserção dos europeus no *novo mundo* parece ter ocorrido a partir do jogo de relações desenvolvido com os indígenas. Assim, consideramos que os índios souberam se utilizar das diferentes relações e criaram inúmeras estratégias, estabelecendo ou rompendo *fronteiras* a partir de seus interesses.

As diferentes relações estabelecidas entre índios e índios e europeus; o comércio que se processou desde o século XV; a dificuldade da missionação – que assim como o comércio e as

⁶ Luís Figueira acreditava ser fundamental a formação de uma força militar indígena, formada pelos aliados dos portugueses. Observaria, no entanto, que a única solução para torna-la possível, seria através da administração dos missionários.

guerras deve ser considerada como elemento delimitador de *fronteiras* – as etnias indígenas aliadas aos portugueses e aquelas inimigas destes; a presença de outras nações europeias; a circulação de produtos europeus na troca com produtos nativos e os intensos conflitos entre as nações indígenas dentre outros fatores, são aspectos importantes que concorrem para a assunção das *fronteiras indígenas* em outros termos, principalmente em termos de uma perspectiva indígena. Assim, será possível evidenciar as diferentes nuances da experiência colonial.

Reflexões historiográficas sobre os aldeamentos coloniais como fronteiras sociais

A historiografia sobre os aldeamentos coloniais se desdobrou a partir de posicionamentos estratégicos e, muitas vezes, complementares. Destacamos cinco perspectivas adotadas na análise daqueles espaços. A saber: 1) a religiosidade, do ideal da missão e da perspectiva espiritual dos missionários (LEITE, 1938); 2) a noção de que os aldeamentos foram uma estratégia missionária voltada para a integração dos índios à sociedade envolvente (NEVES, 1978); 3) o cotidiano das aldeias coloniais considerando as relações estabelecidas entre índios, missionários e colonos e as estratégias subsequentes relacionadas à manutenção de identidades e culturas indígenas no seio da colonização (ALMEIDA, 2000); 4) a apropriação da religiosidade cristã e do aldeamento missionário como ferramentas que possibilitaram o uso dos espaços de liberdade indígena no seio da colonização (CARVALHO JÚNIOR, 2005); e 5) a lógica administrativa desses agrupamentos humanos, onde missionários e lideranças indígenas dividiam a administração dos aldeamentos (FERNANDES, 2015). Destas cinco perspectivas, destacamos a segunda e a terceira, pois, inseridas em discussões historiográficas de diferentes momentos, analisaram os aldeamentos de formas distintas.

Luiz Felipe Baêta Neves (1978), em *O combate dos soldados de Cristo na Terra dos Papagaios* analisou os aldeamentos jesuítas, concentrando-se nas estratégias pedagógicas utilizadas pelos missionários para o alcance dos objetivos da catequese. De acordo com Baêta Neves, os missionários consideravam que o *canibalismo, a antropofagia e a nudez* se constituíram no tripé comportamental indígena, o qual concorreu para a profanação de seu corpo. Os missionários desejavam intervir nessas práticas não por causa de seus usos, mas por causa da forma com que eram feitas. Para o alcance dos propósitos missionários, era necessário ter o controle sobre o objeto (indivíduo), sua representação (índio) e a ferramenta a ser utilizada (língua). Conforme Neves (1978), “a catequese é, então um esforço racionalmente feito para conquistar homens; é um esforço para acentuar a semelhança e apagar as diferenças (pelo menos a segunda delas)”. Por conta disso, os missionários se utilizaram dos *aldeamentos* e da *Língua Geral* como *pontos de segurança* fundamentais ao desenvolvimento da catequese e da integração das populações indígenas à lógica da colonização e sua conversão ao cristianismo católico (NEVES, 1978, p. 25-56).

A análise de Neves (1978) privilegia a perspectiva missionária. Os povos indígenas comparecem à narrativa na condição de objeto da ação catequética – a qual informa e conforma ao espaço das aldeias, atribuindo-lhe um único sentido. Os indígenas, nesse sentido, são percebidos como tábulas rasas nas quais os missionários inscrevem seu projeto. Não são, portanto, agentes, mas pacientes da ação promovida por outrem.

Maria Regina Celestino de Almeida em *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro* (2000), analisa a apropriação dos aldeamentos, feita pelos índios aldeados. Seu trabalho assume como princípio que os aldeamento constituíram espaços não apenas missionários, mas, sobretudo, indígenas, por meio da atribuição de novos significados em acordo com a agenda política vivida pelos índios aldeados, especialmente em função das relações vividas com a

sociedade envolvente. Os aldeamentos foram objeto de atribuição de outros significados, especialmente o de espaço de resistência aos interesses coloniais em relação tanto à força de trabalho quanto à expropriação de terras e, conseqüentemente, à garantia de sobrevivência.

Ao dialogar com noções antropológicas e se utilizar da categoria de *índio colonial*,⁷ Almeida (2000) evidenciou a inegável violência resultante do contato entre índios e europeus, por consequência das guerras, epidemias, escravidão e confinamento dos índios em missões religiosas. Tais relações, certamente, tiveram impacto desastroso sobre as populações indígenas. No entanto, Almeida observou, também, que a historiografia que trata do assunto não deu conta da “riqueza, complexidade e longevidade da experiência indígena nos séculos que sucederam a conquista”. No prefácio de *Metamorfoses Indígenas* John Manuel Monteiro (2000) observou que, ao destacar as respostas ativas e criativas dos índios diante da colonização, o trabalho de Almeida (2000) apresenta uma perspectiva “a partir da qual podemos acompanhar a trajetória de identidades indígenas que se estabeleciam, se dissolviam e se recriavam numa sequência de conjunturas diferentes”. É nesse sentido que Almeida (2000) fez uma importante reflexão ao trabalhar com a ideia de *índio aldeado*, categoria que ocupou uma posição subalterna na estrutura social da colônia, e a partir da qual os índios “tiveram de aprender novas estratégias de persistência, resistência ou, no limite, sobrevivência” no cotidiano das aldeias coloniais.

⁷ De acordo com John Manuel Monteiro, foi a historiadora norte-americana Karen Spalding (1972) quem chamou a atenção pela primeira vez à categoria de “índio colonial” (MONTEIRO, 2001, p. 1). De acordo com Carvalho Júnior, “índio colonial era o nativo em processo de integração à sociedade colonial, distanciado física e culturalmente de sua comunidade de origem, mas que ainda mantinha traços, tradições e práticas que o diferenciavam do mundo branco e negro com o qual convivia, marcando fronteiras para a sua auto identificação” (CARVALHO JÚNIOR, 2005, p. 4).

Os dois trabalhos sugerem pontos de vista diferentes sobre o significado dos aldeamentos para os sujeitos envolvidos. Apesar do esforço e da originalidade de Neves (1978), seu trabalho se insere nas discussões do fim da década de 1970, quando a historiografia relacionada aos povos indígenas no Brasil (apesar de algumas reflexões sobre os direitos indígenas) concebia esses sujeitos a partir dos mecanismos de controle social do Estado e dos discursos de integração e assimilação dessas populações à sociedade envolvente. Já o trabalho de Almeida se insere numa discussão mais recente e dialoga com a chamada *Nova História Indígena*.

De acordo com John Monteiro (2001), tal renovação historiográfica se constitui a partir da emergência de diversos movimentos indígenas e de organizações pró-indígenas no final da década de 1970 que impactaram diretamente na forma como os povos indígenas passaram a ser considerados, inclusive pelo Estado. Outras razões seriam a estabilização demográfica dos índios – que apesar das epidemias, se constitui como um contraponto a antiga ideia de que os índios estariam em processo de extinção – e as pesquisas acadêmicas que, somando-se à ação consciente dos povos indígenas, têm possibilitado significativos avanços nos estudos relacionados ao protagonismo desses povos.

Os trabalhos de Neves (1978) e Almeida (2000) também se inserem no que podemos chamar de *fronteiras historiográficas*, conforme apontado por Daniel Nordman (2006, p. 154-171).⁸ Os mesmos localizam-se em discussões que evidenciam o mesmo objeto (os indígenas), dando ênfases diferenciadas para suas ações frente à colonização. Enquanto o primeiro trabalho dá continuidade a uma perspectiva iniciada ainda no século XIX e

⁸ De acordo com Daniel Nordman, toda fronteira tem relação com o interior e o exterior do território. Estar dentro ou fora dele depende da relação que existe entre o grupo ou indivíduo nele inserido e sua relação com o domínio sobre o território. A noção de fronteira tem a ver com relações de força e poder que não tem significado sem as palavras, as figuras e os conceitos pelos quais ela pode ser designada (NORDMAN, 2006).

perpetuada no século XX (NEVES, 1978), o segundo perfila-se em um campo de estudos, cujo marco é a publicação de *História dos Índios no Brasil*, organizado por Manuela Carneiro da Cunha (1992).

Nele, as questões relativas à adoção de uma outra perspectiva na abordagem da experiência histórica envolvendo os povos indígenas são problematizadas, conformando as bases de um campo de estudos. Nele, mais do que a eleição dos povos indígenas como objetos das análises, pretende-se a adoção de outras perspectivas, especialmente aquelas que facultam a compreensão das percepções e intenções indígenas acerca dos processos nos quais estiveram (e estão) inseridos. Ele almeja, sobretudo, destacar o *protagonismo indígena*.

As formulações do campo da História Indígena, então, sugerem que, os aldeamentos não devem ser pensados apenas como espaços de concentração de mão de obra indígena ou como núcleos de materialização dos ideais missionários, mas como lugares relacionais, nos quais, os diferentes grupos indígenas também articulavam novas estratégias de sobrevivência. Deve-se, no entanto, considerar pontos importantes nos processos que antecederam a concentração de etnias indígenas diversas nos aldeamentos. Mas que outros processos resultaram na concentração de milhares de índios nos diversos aldeamentos espalhados pelo mundo colonial?

Repensando *fronteiras*: as práticas de *descimentos* como estratégia indígena

As missões religiosas desempenharam importante função no desenvolvimento da colonização. O processo de evangelização seguiu uma agenda que conectava o ideal religioso de salvação das almas com o discurso moderno da escravidão e arregimentação para o trabalho. O Cristianismo tornou-se uma ferramenta relevante na aproximação entre as populações indígenas e as nações europeias. Os aldeamentos missionários, como espaços

diferenciados, se constituíram de diferentes formas no decorrer da colonização.

De acordo com Serafim Leite, havia, pelo menos, três tipos de aldeamentos classificados de acordo com a finalidade de cada um: os aldeamentos a serviço dos colégios e residência dos religiosos, que serviam exclusivamente à eles; os aldeamentos do serviço real, que atendiam aos serviços públicos, como salinas e pesqueiros; e os aldeamentos de repartição, cujos índios aldeados se destinavam aos serviços dos moradores. Além desses tipos de aldeamentos, as fontes coloniais apresentadas por Leite indicam a existência das chamadas aldeias de visita, que eram aldeamentos distantes das vilas e cidades coloniais, destinados à catequese daqueles índios que não aceitavam descer para regiões muito próximas aos núcleos coloniais.

Conforme observado por Beatriz Perrone-Moises (1992), e por Francisco Jorge dos Santos (2002) havia, pelo menos, três formas de arrematação de mão de obra indígena: os Resgates, os Descimentos e as Guerras-Justas.⁹ Estas três práticas foram utilizadas pelos colonos para arrematar mão de obra a ser utilizada em diferentes atividades no cotidiano colonial e

⁹ As primeiras formas de recrutamento de mão de obra indígena estiveram relacionadas aos resgates (comercio feitos entre índios e portugueses, onde índios aprisionados por outros índios em conflitos interétnicos eram, através da prática do escambo, trocados com produtos trazidos pelos europeus, como facas, enxadas, anzóis, machados etc.), seguidos de *guerras-justas* (guerras empreendidas pelos portugueses contra as etnias indígenas consideradas inimigas. “guerras justas” que de justas nada tinham) e posteriormente por *descimentos* (práticas feitas entre missionários e índios no processo de evangelização, onde os índios aceitavam o convite dos missionários para descerem os rios e se estabelecerem nas regiões próximas às vilas coloniais e disponibilizarem seus serviços aos portugueses em troca de remuneração). Deve-se considerar também, que as relações ocorridas entre portugueses e índios no processo dos resgates, eram feitas através de uma relação que partia de um sistema de trocas indígena conhecido como *escambo*. No que diz respeito aos resgates, o escambo foi aspecto fundamental ao recrutamento de mão de obra indígena na Amazônia Colonial (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 115-132; SANTOS, 2002, p. 13-40).

tornaram-se, no decorrer do processo, indispensáveis à exploração da força de trabalho indígena.

De acordo com Rafael Chambouleyron, Vanice Siqueira de Melo e Fernanda Aires Bombardi (2009, p. 115-137), as *fronteiras* entre as guerras e os descimentos de índios eram pouco claras e a violência, frequentemente, esteve presente em ambas as formas de contato e arregimentação de índios, inclusive das iniciativas voltadas para o estabelecimento de alianças. De acordo com Serafim Leite (1938, p. 97-98), nesses processos de recrutamento, havia missionários que atuavam como responsáveis por determinar a condição de *índio escravo* (no caso das guerras justas ou resgates) ou a condição de *índio livre* (no caso dos descimentos livres ou forçados [Leite não concorda com a ideia de descimentos forçados]), bem como o lugar de destino de cada índio nos diferentes aldeamentos de missionação.

A historiografia até aqui apresentada assume uma única perspectiva: Os *aldeamentos* missionários, assim como os *descimentos* de índios, se constituíram a partir de um posicionamento colonizador frente às populações indígenas. As estratégias indígenas em relação à colonização responderam à estímulos dos colonizadores. Dito de outra forma, ainda que se conjecture a possibilidade de os índios optarem pelos descimentos por diversos motivos, inclusive como possibilidade de sobrevivência, as análises relacionadas aos *aldeamentos* e *descimentos* veem as práticas indígenas como resposta e nunca como estímulos, considerando suas ações como efeito de estratégias da máquina colonizadora.

Em oposição a tal perspectiva, podemos contrapor questionamentos que buscam perceber os descimentos, também, a partir de uma perspectiva indígena. Desde esta outra perspectiva, os descimentos e os próprios aldeamentos podem ser problematizados, considerando-se as agendas dos povos indígenas envolvidos nos processos de contato, negociação e alocação em núcleos coloniais conduzidos, especialmente (mas, não, exclusivamente), por missionários.

Consideramos que essas questões apresentam uma perspectiva focalizada nos limites sociais das *fronteiras étnicas* que se constituem nos limites da influência colonizadora e se desdobram em análises que evidenciam a perspectiva indígena do processo colonizador e destaca os protagonismos desses povos como processos que antecederam os descimentos para os aldeamentos missionários.

O que queremos propor, com o exemplo dos aldeamentos e das práticas de descimentos, é a identificação dos diferentes níveis de *fronteiras* que constituem as relações sociais desenvolvidas nos espaços em que o processo de colonização se deu. As reflexões sobre os descimentos se constituem aqui como proposta para a identificação das práticas indígenas, justamente porque a partir de contatos pacíficos ou conflituosos, registrados na documentação do período colonial, é que se torna possível identificar as fronteiras estabelecidas entre indígenas e europeus no decorrer da colonização. Cada grupo, à sua maneira, estabeleceu relações de contato seguindo uma lógica voltada à manutenção de interesses particulares. As relações ocorridas no espaço amazônico, registradas em documentos e relatos da época, nos possibilitam identificar como os povos indígenas se articularam na manutenção de suas fronteiras. No entanto, é preciso propor novos diálogos com as fontes coloniais. Questionar os documentos a partir de novas possibilidades de identificação de fronteiras.

Apesar do que se afirmou, em relação ao engano sofrido pelos índios nos processos de *descimentos* (DANIEL, 2004, p. 311), deve-se considerar também que os mesmo viam nesses processos uma oportunidade de movimentação criativa em direção ao interior das *fronteiras coloniais*. Podemos apontar aqui, pelo menos onze vantagens que os índios poderiam conseguir ao descer para os aldeamentos: 1. Os índios aldeados seriam considerados livres e vassalos da Coroa em um ambiente onde todos aqueles que resistissem ao contato eram considerados inimigos; 2. Estes índios teriam roças para fazer suas plantações numa conjuntura

onde as perseguições dificultavam o cultivo nas aldeias de origem; 3. Viveriam livres da perseguição feita através de inúmeras guerras-justas empreendidas pelos colonos; 4. Poderiam ter acesso à cultura material e imaterial europeia, no que se inclui a religião cristã; 5. Poderiam transitar livremente no seio da colonização; 6. Aliando-se aos portugueses, poderiam lutar contra seus inimigos, constituídos por outras etnias indígenas;¹⁰ 7. Dependendo do período e da legislação vigente, receberiam salários pelos serviços prestados; 8. Próximos do centro político da colônia (Câmaras Municipais) poderiam defender melhor seus interesses; 9. A liberdade em descer para os aldeamentos também se constituía em liberdade para voltar para suas aldeias de origem, mesmo que corressem o risco de tornarem-se inimigos dos colonos; 10. Havia a possibilidade de ascensão política das lideranças indígenas na defesa dos interesses de seus iguais e 11. Relacionado aos pontos 3 e 5 os índios descidos se veriam livres da perseguição dos portugueses e dos índios inimigos, além de ampliar sua fronteiras para o interior dos territórios coloniais (COELHO, 2005).

É oportuno observar que nenhuma das vantagens mencionadas anteriormente deve ser vista como reflexo literal do que acontecia após as práticas dos *descimentos*. Conforme se tem constatado pela historiografia, muitas promessas feitas aos índios, na tentativa de convencê-los a descer para os aldeamentos não eram cumpridas pelos missionários e, muito menos, pelos colonos leigos. Também, deve-se considerar o que aponta Almeida quando observa que “promessas, exigências, recuos e colaborações se faziam de ambas as partes, [índios e missionários] independentemente de serem cumpridos ou não” (ALMEIDA,

¹⁰ Se as fronteiras frente à colonização se estabelecem a partir do contato dos colonizadores com os índios, há de se considerar que as fronteiras interétnicas indígenas e os conflitos étnicos faziam parte do cotidiano da região antes da chegada dos europeus. Conforme considerações de Florestan Fernandes (2006), as guerras interétnicas se constituíram como a principal atividade do período pré-colonial.

2013, p. 113). O que queremos destacar aqui, e isso é parte central da problemática, é que mesmo não havendo o cumprimento, os acordos eram parte real dos processos.

Para Almeida (2000, p. 34), colaborar com os europeus, como por exemplo, submeter-se aos descimentos, na tentativa de integrar-se à colonização, também poderia significar *resistir*. No caso das sociedades indígenas que vivenciaram as reduções, houve um aprendizado de novas práticas culturais e políticas que lhes proporcionaram a possibilidade de articular-se com os colonizadores na busca de possíveis vantagens que a condição de índio aldeado lhes proporcionava. Conforme aponta Fernando Roque Fernandes (2015, p. 99), os aldeamentos poderiam ser pensados, para além das ideias de dominação e exploração; pensados a partir daquilo que Almeida denominou de *resistência adaptativa*, a partir da qual a cultura é constantemente recriada e adaptada por um processo consciente de transformação necessária à manutenção das relações entre indivíduos submetidos à outros ambientes culturais. Ângela Domingues (2000, p. 189) cunhou o conceito de *resistência passiva*, considerando que ocorria, também, a manutenção de aspectos tradicionais das sociedades indígenas inseridas nos espaços coloniais. Para se caracterizar como *resistência passiva*, deveria seguir o critério de reviver, sempre que possível, as tradições culturais de suas etnias de origem.

De acordo com esses autores, ao chegar aos aldeamentos, era necessário todo um processo de reelaboração que resultava das experiências vivenciadas no novo ambiente. Mas, o que aconteciam nos aldeamentos faz parte de outro capítulo dessas relações. Deve-se perceber que antes de qualquer resultado das negociações ocorridas entre índios e missionários, nos parece que eram os índios que definiam os termos iniciais desses acordos. Por isso a prática dos *descimentos* parece ter se fundamentado em inúmeras e dispendiosas promessas (de ambos), feitas no decorrer das negociações.

Prometer benesses, aos que se submetiam às reduções, parece ter sido uma prática comum na Colônia. De acordo com o padre jesuíta, João Daniel (2004, p. 311), que esteve na Amazônia Portuguesa, entre os anos 1741 e 1757, a principal característica dos *descimentos* se fundamentava no que denominou de “*santos enganos*”, os quais eram caracterizados pelas muitas promessas feitas aos índios. Riolando Azzi (2004) também fez referência às estratégias utilizadas pelos missionários na tentativa de “seduzir” os índios e observou que:

Para tirar os índios das matas na região amazônica, e atraí-los para os aldeamentos, os missionários multiplicaram as promessas de bem-estar material. Assim sendo, procuravam, sobretudo propor-lhes motivos materiais para que se reunissem em aldeamentos, prometendo-lhes que nas aldeias estariam livres e seguros de seus inimigos, que teriam machados e outros instrumentos para fazer suas roças; que teriam muito de comer e águas ardentes para se regalarem (AZZI, 2004, p. 77).

A partir disso, podemos considerar que os *descimentos*, baseados em muitas promessas de bem estar feitas aos índios, se constituíram como importantes atrativos que os impulsionava à aproximação e oportunizava, a muitos, materializar as intenções de inserção nos espaços coloniais. Mas, conforme indicado anteriormente, as iniciativas não partiam apenas de missionários e colonos. Os indígenas, muitas vezes, também ampliavam suas fronteiras, através dos *descimentos*, em direção aos espaços coloniais.

Francisco Jorge dos Santos nos informou sobre um evento ocorrido na Amazônia, entre 1784 e 1787, quando os índios da nação *Mura* iniciaram um processo de *autopacificação*. Os *Muras* surpreenderam as autoridades coloniais portuguesas quando pediram a “paz e amizade” com os colonos das capitânicas do Rio Negro. Os indícios sugerem que esses índios empreenderam o processo de *autopacificação* por questões que diziam respeito à

própria manutenção do grupo. Guerras, epidemias e o potencial inimigo *Munduruku* foram fatores condicionantes para o posicionamento “pacífico” frente aos colonos. Ao longo dos rios Japurá, Madeira, Amazonas, Solimões e Rio Negro, tal ocorrido parece um importante exemplo de iniciativas indígenas.

Os *Muras* parecem ter iniciado uma proposta de *redução* de seu grupo para os núcleos coloniais por diferentes fatores. De acordo com Santos (2002) as razões para a *autopacificação* tem possíveis relações com os ataques anuais das “Tropas auxiliares da capitania”; as diversas expedições punitivas empreendidas pelos colonos; o gradual enfraquecimento dos *Muras*, por consequência das epidemias de sarampo e varíola; a intenção dos *Muras* em se apropriar de elementos da cultura europeia e os constantes conflitos ocorridos entre estes e os *Mundurukus*. Sobre estes últimos, e o conflito com os colonos, o governador do Pará enviou carta ao Ministro dos Negócios Ultramarinos, em Lisboa, comentando o seguinte:

Na mesma nação dos Muras habitantes do rio Madeira, em outro tempo temida também pelo seu grande número, e hostilidades, que praticavam, é aquela que hoje obriga dos Munduruku com quem tem guerra, se viu precisada a fazer conosco essa aparente paz, sobre a qual eu nem conto, nem considero se não como dispendiosa, e ainda mesmo arriscada, à vista da grande inconstância, que se lhe está sempre observando, não obstante as mais positivas ordens de bom trato, e de tolerância, dirigidas a agradá-los, e persuadi-los da diferença, que há entre uma vida silvestre, uma vida sociável (apud SANTOS, 2002, p. 84).

Importantes figuras na época, como o ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (1774-1775) e o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1784), foram alguns dos sujeitos que solicitaram ao governo colonial que declarasse guerra contra os Muras, “pois eles seriam os responsáveis pelo não desenvolvimento da colônia” (SANTOS, 2002, p. 83-86). Dentre os principais envolvidos no processo de *pacificação* destacaram-se

o diretor Matias Fernandes, do lugar de Santo Antônio de Maripi, no rio Japurá e o índio Ambrósio, líder dos *Muras* e importante articulador no processo de *pacificação*.

Conforme Santos, a *redução* dos *Muras* não ocorreu como de costume. Estes foram vistos pelos colonos com grande suspeita e, ao contrário de reduzi-los, a política colonial visou a desestruturação e desarticulação desse grupo. O temor de uma decisiva investida contra os núcleos coloniais levou as autoridades a negligenciarem os acordos feitos. O resultado desse posicionamento foi que “hostilizados, os *Muras* voltaram a atacar e a matar os colonos” (SANTOS, 2002, p. 86). Conforme apontou Carlos de Araújo Moreira Neto (apud SANTOS, 2002, p. 86), “os conflitos dos *Muras* com a sociedade regional culminaram com sua expressiva participação na Cabanagem, ao lado dos rebeldes”.

Tal exemplo reflete o caráter protagonista dos povos indígenas nos processos de *descimentos*. Diferente da perspectiva comum de que tais processos resultam apenas de iniciativas de missionários e colonos, os mesmos também devem ser vistas a partir de uma perspectiva que evidencie as iniciativas indígenas. O caso dos índios *Mura* é elucidativo de processos de *descimentos* que partiram de iniciativas indígenas. Se as razões primeiras dessa iniciativa estavam relacionadas às pressões exercidas pelos colonos e mesmo por outras etnias (nesse caso, os *Mundurucu*) o que se deve observar é que a *autopacificação* e os decorrentes acordos de paz feitos entre os *Muras* e os colonos, decorreu de posicionamento *Mura*. Estes parecem ter percebido, nos acordos, uma possibilidade de resolverem problemas resultantes não somente do contato com o mundo colonial, senão também do ambiente de intensos conflitos, característico do ambiente pré-colonial.

Assim cabe-nos outras observações: Enquanto os colonos pareciam conceber as *entradas aos sertões* como *estratégias* de avanço das *fronteiras coloniais* em direção aos territórios indígenas, os índios pareciam conceber os *descimentos* para os núcleos coloniais

como *táticas* de avanço das *fronteiras indígenas* no sentido inverso. Evidencia-se, portanto, uma possibilidade de identificar os núcleos coloniais como foco do avanço das fronteiras indígenas. Nesse território os índios poderiam atuar, também, a partir do campo de visão da sociedade envolvente. Dito de outra forma, parafraseando Michel de Certeau (2014), a partir do campo de visão do inimigo e mesmo do *não lugar*.

Em síntese, as práticas de *descimentos indígenas* precisam ser analisadas também a partir da perspectiva destes. Como um lugar, onde a liberdade era considerada parte dos direitos indígenas (ainda que esses direitos fossem sempre violados) os *aldeamentos* se constituíram como evidência do *protagonismo indígena* à medida que também resultaram da consciente iniciativa de muitos grupos indígenas em deixar suas aldeias de origem e descer os rios em direção às vilas e cidades coloniais. As reflexões sobre os *descimentos indígenas* evidenciam formas alternativas a partir das quais esses povos se posicionaram frente à colonização e estabeleceram suas *fronteiras* no ambiente colonial.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013 [2000].

AZZI, Riolando. *A Teologia Católica na Formação da Sociedade Colonial*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CARDOZO, Alírio. Notícias do Norte: primeiros relatos da presença holandesa na Amazônia brasileira (século XVII). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Em ligne], Débats, mis em ligne le 07 novembre 2008, consulte le 28 novembre 2014.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)*.

Tese de Doutorado defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: [s.n], 2005.

CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano. Rio de Janeiro; Ed. Vozes, 2014.

CHAMBOULEYRON, Rafael; DE MELO, Vanice Siqueira; BOMBARDI, Fernanda Aires. O “estrondo das armas”: Violência, guerra e trabalho indígena na Amazônia (séculos XVII e XVIII). Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. ISSN 2176-2767, v. 39, p. 115-137, 2009.

COELHO, Mauro Cezar. Do sertão para o mar-Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

DANIEL, João. Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas. V.1. RJ; Ed. Contraponto, 2004.

DOMINGUES, Ângela. Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2000.

FERNANDES, Fernando Roque. O teatro da guerra: índios principais na conquista do Maranhão (1637-1667). Dissertação defendida no Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, AM. 2015.

FERNANDES, Florestan. A função social da guerra na sociedade tupinambá. São Paulo; Globo, 3ª ed. 2006.

FIGUEIRA, Luis. Memorial sobre as terras e a gente do Maranhão e Grão-Pará e rio das amazonas. 1637.

GOMES, Flávio dos Santos. A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (séculos XVII-XIX). 1997. Tese (Doutrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas; idem. Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX). Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

HULSMAN, Lodewijk A. H. C. Escambo e Tabaco: o comércio dos holandeses com índios no delta do rio Amazonas (1600-1630). Texto apresentado no IV Encontro Internacional de História Colonial. Belém: de 3 a 6 de setembro de 2012.

LEITE, Serafim. Luiz Figueira, sua vida heroica e sua obra literária. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940.

LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo IV. Lisboa, Rio de Janeiro; Livraria Portugal. Tomo IV – Livro II – Capítulo II. Ed. Nacional do Livro, 1938.

MONTEIRO, John Manuel. Tupi, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e Indigenismo. Campinas: Unicamp. Tese de Livre Docência, 2001.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. A Amazônia em meados do século XVIII. Apud SANTOS, Francisco Jorge dos. Além da conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina. 2ª ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

NORDMAN, Daniel. La frontera: nociones y problemas em Francia, siglos XVI-XVIII. *História Crítica*, n° 32; p. 154-171, 2006.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVII). In CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

PORRO, Antônio. O Povo das Águas: Ensaio de Etno-História Amazônica. Rio de Janeiro; Vozes, 1995. Capítulo 1 – Os Povos da Amazônia à Chegada dos Europeus. Publicado em *História da Igreja na Amazônia* (org. Eduardo Hoornaert). Petrópolis, Vozes, 1992.

REIS, Arthur César Ferreira. A Amazônia e a cobiça internacional – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982.

SANTOS, Francisco Jorge dos. Além da conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina. 2ª ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002.

VIANA, Wânia Alexandrino. A “gente de guerra” na Amazônia Colonial: composição e mobilização de tropas pagas na Capitania do Grão-Pará (primeira metade do século XVIII). Ed. CRV; Curitiba/PR, 2016.

Pajelança e fronteira na Bragança de 1888

Daniel Xavier da Fonseca¹

Introdução

A pajelança e as práticas de cura e de adivinhações são temáticas que há muito tempo vem sendo estudada por antropólogos e historiadores, tanto nas esferas nacional quanto na esfera local. Alguns nomes são consagrados nessas pesquisas, tais como Eduardo Galvão, Laura de Mello e Souza, Napoleão Figueiredo, Raymundo Heraldo Maués, Mundicarmo Ferreti, Aldrin Moura de Figueiredo, e mais recentemente Gianno Gonçalves Quintas e Jeronimo da Silva e Silva.

Laura de Mello e Souza em “O diabo e a terra de Santa Cruz” apresenta um panorama de como as práticas mágicas, de adivinhações, curas e feitiçaria se configuravam no Brasil colonial, de modo a evidenciar que tais práticas não eram apenas “coisa de negro” ou de índio, mas que havia uma grande contribuição dos europeus. Para isso, a autora se pautou na leitura de documentos das visitas do Santo Ofício ao Brasil, as quais produziram grande variedade de fontes que possibilitam tais estudos. Durante a leitura da obra de Souza, nos parece que a autora fez as análises das fontes por cima dos ombros do inquisidor. Nessa obra, é possível visualizar como essas práticas se davam no Grão-Pará, onde havia muitos casos de pessoas enfeitiçadas, dentre estes, o governador do Grão-Pará João de Abreu Castelo Branco, que recorreu a índia Sabina, conhecida por curar pessoas enfeitiçadas.

As pesquisas a respeito da pajelança no Estado do Pará tem como precursor Eduardo Galvão, que foi o primeiro a se debruçar sobre os estudos da religiosidade popular na Amazônia. Apesar de seus antecessores que viam a pajelança como algo

¹ Graduando do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus de Bragança.

relacionado ao folclore, Galvão voltou o olhar antropológico para essas práticas. Aldrin Moura de Figueiredo em “A cidade dos encantados” ao traçar a genealogia dos estudos da pajelança nessa região, afirma que suas pesquisas bibliográficas indicam que outros pesquisadores já faziam tais estudos nessa região, entretanto, a perspectiva era outra –como mencionamos outrora –, desta forma, o autor nos mostra Galvão como “uma espécie de ‘divisor de águas’ nos estudos sobre as manifestações religiosas amazônicas” (FIGUEIREDO: 2009).

Aldrin Moura de Figueiredo, em “A cidade do encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia. (1870 – 1950)” analisa fontes históricas, artigos de jornais, livros de estudo e relatórios de polícia, e descortina uma Amazônia “tri facetada”, sendo ela composta pelos “pajés da floresta” (caboclos e negros); pajés da cidade, principalmente Belém e Manaus, durante e depois do boom gomífero; e as elites nacionais e amazônicas. Os pajés de *fin de cycle* que Figueiredo evidencia em suas pesquisas são os que se tornaram notícia nas páginas de jornais e que constantemente eram visitados por populares, pela elite belenense e pela polícia, mais do que isso, tais pajés apresentam interações culturais e o estreitamento de fronteiras étnicas, afinal, esses pajés eram índios, negros, cearenses e portugueses. Em suas análises, Figueiredo evidencia as interações culturais das personagens que compõem a Amazônia e que “fazem parte da mesma história e (...) são unidos por elos surpreendente” (FIGUEIREDO: 2009).

Para trazer os estudos sobre a pajelança para mais próximo de nosso campo de estudos, tomaremos como base para nossas pesquisas os estudos que Napoleão Figueiredo desenvolveu sobre a pajelança na Região Bragantina e que resultaram na publicação em 1976 de “Pajelança e catimbó na Região Bragantina”. Figueiredo é um dos precursores dos estudos da pajelança na Amazônia Bragantina. Suas pesquisas indicam a saída e o retorno dos pajés para zona urbana. Tais movimentos se deram respectivamente devido à pressão da Igreja Católica e da polícia, e

ao advento dos cultos afro-brasileiros na cidade. Este último refere à umbanda advinda de Belém do Pará e ao catimbó dos nordestinos.

Em suas observações de campo, Figueiredo constatou que os rituais de pajelança praticados nessas paragens, intituladas “sessão de mesa”, são semelhantes ao catimbó, destacadamente as entidades cultuadas nesses ritos, os “mestres” que residem na encantaria “(...) localizada nas matas, nas águas (doce e salgada) e no ar, e estão agrupados em linhas, nações, povos ou tribos” (FIGUEIREDO: 1976). A organização hierárquica também é semelhante, o que evidencia a interação de cultos.

Gianno Gonçalves Quinta, em “Entre maracás, curimbas e tambores: pajelanças nas religiões afro-brasileiras”, fez suas análises a partir dos estudos de Vicente Salles (1969) e Napoleão Figueiredo (1994) que atestaram o desaparecimento da pajelança “pura” devido à “influência” da Umbanda (em Belém) e do Catimbó (em Bragança), para compreender como a prática da pajelança se mantém viva em Belém sob o contexto das religiões afro-brasileiras.

Jerônimo da Silva e Silva, em “Cartografia de afetos na encantaria: narrativas de Mestres da Amazônia Bragantina”, mapeou terreiros de religiões afro-brasileiras para conhecer, por meio da etnografia, a trajetória de lideranças religiosas do nordeste paraense, mais precisamente da Região Bragantina, às quais evidenciam movimentos de circulação de pessoas e entidades, produzindo contínuas trocas de saberes com o nordeste brasileiro. Em sua obra é possível perceber o estreitamento de fronteiras por meio da cartografia dos encantados que o autor traça ao longo de sua obra, entretanto, essas fronteiras nada tem a ver com fronteiras políticas, mas sim,

fronteiras étnicas, culturais, entre gente e bicho¹ que são rompidas pelos afetos entre encantados e mestres da pajelança.

Minha vinculação como voluntário ao projeto “Preservação Documental e Organização do Acervo do Fórum de Bragança” no qual faço parte da equipe de leitura, identificação e catalogação de documentos, me permitiu ter contato com uma variedade de documentos que contam a história de Bragança e dos diferentes sujeitos sócias que residiam nas colônias agrícolas e na cidade. Dentre os muitos processos, inquéritos, petições, etc; que me deparei, um me chamou a atenção por conter um caso muito curioso, o qual envolve homicídio e pajelança, trata-se do Summario de Culpa de Leandro Francisco da Silva, pois este contém ricas informações a respeito do cotidiano, dos trânsitos e das crenças de pessoas simples (lavradores e pajés) que residiam na Região Bragantina em fins do século XIX.

Este trabalho está dividido em três tópicos, sendo eles: “O encantado que virou caso de polícia”, no qual apresentamos uma breve caracterização da Bragança de fins do século XIX, a qual se configurava de forma eminentemente rural, bem como suas ligações comerciais e de fronteira com o Maranhão. Em seguida é apresentado como se deram os fatos do desaparecimento do menino José e a pajelança praticada para a adivinhação e a credulidade na palavra do pajé, tecendo as primeiras análises sobre o caso e mostrando o cotidiano de pessoas de uma localidade pertencente à Bragança.

“A fuga do pajé e os indícios de ligações fronteiriças”, onde passamos a apresentar o momento mais tenso das investigações sobre o desaparecimento de José, e a partir da fuga do pajé, as indicações de trânsitos em região de fronteira, mais do que fronteiras políticas, nos ateremos também as fronteiras culturais

¹ “Bicho” ou “bicho-do-fundo” são as divindades pertencentes às águas (igarapé e rios) cultuadas na pajelança. Cf. Raymundo Heraldo Maués (1990) “*encantado-do-fundo*, que pode ser referido como *bicho-do-fundo*”.

que se fazem presentes nas relações e interações de pessoas e de suas práticas.

E por fim “O salto no tempo, a continuidade da pajelança e o rompimento de novas fronteiras” no qual apresentamos a forma que os pajés encontraram para não serem punidos por praticarem uma religião que não era a do Estado, culminando com uma breve explanação de como a pajelança praticada na Região Bragantina se configura a partir dos estudos de Napoleão Figueiredo e de Jerônimo da Silva e Silva, os quais a apresentam com fortes influências do catimbó nordestino.

O encantado que virou caso de policia

Bragança é uma das cidades do Nordeste do Pará que está localizada geograficamente nas proximidades da fronteira do Pará com o Maranhão. “Fundada em 1753” (BAENA: 1883), Bragança, até a primeira década do século XX, não tinha fácil comunicação com Belém devido as viagens à capital do Pará serem demoradas e perigosas, desta forma, os olhares de Bragança voltavam-se para o Maranhão, as relações de comercio e os trânsitos de pessoas e cultural davam-se em grande medida com a cidade de São Luís “devido essa circunstância criou-se em Bragança uma sociedade estável devido às relações comerciais com a capital do Estado do Maranhão” (NONATO DA SILVA: 2006). Tal cenário mudou a partir da implantação da Estrada de Ferro de Bragança em 1908 que ligava o município à Belém e que “como meio moderno e regular de transporte, assegurava a exportação e valorização dos produtos da roça, o que contribuía para o surgimento de uma classe endinheirada” (NONATO DA SILVA: 2006).

Mais do que fronteiras terrestres e aquáticas, os registros de fins do século XIX permitem vislumbrar uma Bragança que apresenta a crença do caboclo da Amazônia Bragantina em pajés, a qual foge às regras da religião do Estado, mas que encontrou brechas que permitiram resistência e que por meio das interações

e dinâmicas culturais garantiram sua sobrevivência. Desta forma, nossas análises são pautadas na perspectiva da Nova História Cultural, tal como definida por Peter Burke, pela “busca de outros paradigmas, como o estudo das práticas”, no nosso caso, das práticas religiosas de populares, e não da religião/teologia (BURKE: 2008).

Para este trabalho toma-se como ponto de partida o “Summario de Culpa de Leandro Francisco da Silva” datado de 1888. Trata-se dos inquéritos policiais procedidos na Subdelegacia de Polícia da Povoação do Urumajó² (então distrito de Bragança) e em seguida na Delegacia de Polícia do Termo de Bragança, afim de esclarecer os fatos a respeito do desaparecimento e morte do menor de nome José de oito anos, filho de Leandro Francisco da Silva e de Jozefa Padilha da Silva, que para descobrir o paradeiro de seu filho recorreram a ajuda de pajés. Tal documento nos chama a atenção por conter vestígios da pajelança praticada nessa região e principalmente, por nos dizer das pessoas do lugar, de seu modo de vida e de suas crenças. Em suas entrelinhas, este trabalho “revela especial apreço, tal como a história das mentalidades, pelas manifestações das massas anônimas: as festas, as resistências, as crenças heterodoxas” (VAINFAS: 1997).

De acordo com Manoel Baena (1883) Bragança contava com dois periódicos de relevante circulação, “O Bragantino³” e “O Defensor Liberal⁴”. Destes, “O Bragantino” já não circulava

² A Povoação do Urumajó tornou-se município em 1961 pela lei estadual n°. 2460 de 29 de dezembro de 1961 passando a chamar-se Augusto Corrêa em homenagem ao político bragantino que fez oposição a Magalhães Barata e que tinha em Bragança seu reduto eleitoral. Foi deputado estadual em duas legislaturas (1947/51 e 1951/55) tendo sido eleito a seguir, não completando o mandato em virtude de sua morte (NASCIMENTO, 1987).

³ “O Bragantino” teve tiragem que oscilou entre semanal e bissetimanalmente, circulou entre 1879 e 1883, teve como redator, dentre outros, o senhor Rufino de Andrade Pinheiro (CAMPOS: 2014).

⁴ Em nossas pesquisas encontramos apenas duas referências ao periódico “O Defensor Liberal”, no “Informações sobre as comarcas da Provincia do Pará (1883) e no “Summario de culpa de Leandro Francisco da Silva”.

no período em que se deram os fatos. O caso aqui analisado teve tanta repercussão na região que chegou a ser publicado no periódico “O Defensor Liberal”, que em sua edição de n.10, de 25 de março de 1888, noticiou o desaparecimento e morte de José. De acordo com o que se vê nos autos do Summario de culpa, o jornal classificou Leandro como sendo alguém capaz de premeditar crime contra sua esposa, assim como havia feito com o próprio filho.

No decorrer do inquérito Leandro declarou ter “trinta anos de idade, casado, filho de Jozé Francisco da Silva, natural do Pará, lavrador (SUMMARIO DE CULPA: 1888). Leandro era o principal suspeito do desaparecimento e da morte de seu filho, mas para que se entenda o desenrolar das investigações que supunham ser Leandro o autor do crime, é necessário que façamos o relato de como se deram os fatos.

No dia 24 de junho de 1887 aconteceu na Povoação do Urumajó, mais precisamente no lugar Imbrorahy, um fato muito curioso, ocorreu que José de oito anos de idade desapareceu, os pais do menino, Leandro Francisco da Silva e Jozefa Padilha da Silva, após procurarem pelo filho nas casas de parentes e pelo mato próximo, comunicaram o sumiço da criança ao Inspetor de Quarteirão Thomaz Ferreira da Silva que mesmo tendo reunido determinado número de pessoas e utilizado de luzes para procurar o dito menino pelo mato, não obteve êxito. Tendo sido esgotado todos os esforços, o pai de José a conselho de seu primo João Quintino, buscou a ajuda dos “adivinhões conhecidos por pagés” (SUMMARIO DE CULPA: 1888).

Os pajés Aureliano da Anunciação; Joaquina; Silvana Rosa Corrêa; Manoel Muniz do Rozario (Muniz); e Manoel Marcos da Costa (Manoelzinho) “fizeram suas experiências de baixo de danças e cantigas” (SUMMARIO DE CULPA: 1888) como resultado das experiências, os pajés Joaquina, Muniz e Manoelzinho, afirmaram que José achava-se “encantado em um olho d’água místico”. De acordo com Leandro, Manoelzinho lhe afirmara que o menino estava muito bem, que estava aprendendo,

e que quando terminasse o período de aprendizagem, isso no espaço de um ano, o menino voltaria.

A atitude de Leandro e o resultado apresentado pelos pajés revelam um universo de crenças e experiências que são intrínsecas ao caboclo da Amazônia, mais do que isso, as palavras dos pajés revelam o misticismo que envolve a prática da pajelança e a iniciação do pajé, a qual pode ser feita por outro pajé ou pelas divindades do fundo (dos rios ou igarapés) cultuadas na pajelança, esses pajés foram definidos por Eduardo Galvão (1955) como “sacaca⁵” são “os mais poderosos, têm a capacidade de viajar pelo fundo dos rios” (CORDEIRO: 2014), esses “não morrem como a gente comum, desaparecem para viver no ‘reino encantado’ do fundo das águas” (GALVÃO: 1995).

Passados nove meses do desaparecimento de José, Jozefa a mãe do menino, encontrou em um canavial velho que ela mesma havia tocado fogo, os ossos de José. A partir do achado, desenrolou-se os inquéritos policiais no qual Leandro era o principal suspeito da morte de José; os pajés foram arrolados no processo e tiveram que comparecer perante à polícia para serem inquiridos sobre o que sabiam a respeito do desaparecimento e morte de José, mais do que isso, a polícia queria saber das práticas do “pagé; experiente; adivinhão; ou curador”, desta forma, partilhamos a premissa de que “os processos crime (...) dão voz a todos os seguimentos sociais” (BACELLAR: 2008), o que permite desvendar o cotidiano dos envolvidos no inquérito; por este ser um caso de crime de morte, os relatos permitem “recuperar as relações de vizinhança, as redes de sociabilidade e de solidariedade, as rixas, enfim, os pequenos atos cotidianos das populações do passado” (BACELLAR: 2008).

Com o avançar das inquirições duas testemunhas puseram Leandro cada vez mais no centro das investigações, dessa vez

⁵ Em nossas pesquisas encontramos apenas duas referências ao periódico “O Defensor Liberal”, no “Informações sobre as comarcas da Provincia do Pará (1883) e no “Summario de culpa de Leandro Francisco da Silva”.

acompanhado de Manoel Marcos da Costa o Manoelzinho. As testemunhas eram: Ondelio Matheus da Cunha “trinta e sete annos de idade, casado, agencia (?), morador no Imborahy e natural desta cidade” e Matheus Ferreira Lisbôa “sessenta annos de idade pouco mais ou menos, casado, lavrador, morador no ‘Imborahy’, deste Termo e natural desta cidade”.

Ondelio afirmou que,

o pagé Manoel Marcos da Costa, disse a Lisbôa, que Leandro, tinha lhe chamado para propor um negocio em segredo, que cujo era de sustentar sempre que seu filho José, estava no fundo promettendo-lhe Leandro, dar-lhe mais terras para elle lavar, que elle Leandro era o autor da morte de seu filho (SUMMARIO DE CULPA: 1888).

Matheus afirmou que,

é verdade o que a testemunha Ondelio Mateus da Cunha, depois neste inquelito no dia vinte e dois de Dezembro do anno passado, relativamente a morte e desaparecimento do inditoso José, filho de Leandro Francisco da Silva (...) disse mais que Leandro, naquelle lugar é conhecido como o homem mais perverso de péssimos costumes (SUMMARIO DE CULPA: 1888).

Desta forma, Leandro definitivamente passou a ser visto como o autor do crime, e o pajé Manoelzinho seu cúmplice por ocultar tal informação. O ato de Leandro em contar com a afirmação de um pajé que o seu filho desaparecido teria sido encantado evidencia tanto a credibilidade da palavra do pajé perante as pessoas residentes no lugar quanto a credulidade dos mesmo nos encantados do fundo e na iniciação do pajé de forma sobrenatural, dessa forma, percebe-se que a palavra do pajé perpassa tanto pelo descobrir quanto pelo mascarar o sumiço da criança.

Formado o panorama dos fatos, e tendo sido evidenciado o cotidiano, e a credence dos moradores dessa região que tem relevante dinâmica com o Maranhão devido sua fronteira aberta, abordaremos a seguir o ponto em que o Summario de Culpa de Leandro Francisco da Silva indica o transito Pará-Maranhão, nos atendo também a prática da pajelança nessa região fronteira.

A fuga do pajé e os indícios da ligação fronteira

O desenrolar da inquirição de Odelio e de Matheus colocaram pontos importantes no caso do desaparecimento e morte do menino José, o depoimento de Ondelio foi o que mais evidenciou detalhes do desentendimento que houve entre Leandro e o pajé Manoelzinho logo após o achado dos osso, tal desentendimento pode ter sido um dos motivos que levaram o pajé a se retirar do lugar Piratéua (onde residia) para o Maranhão, mas outros fatores podem ter sido fundamentais para sua saída estratégica.

No auto de inquirição sumária de Ondelio consta que,

e como achando-se o cadáver, Manoel Marcos da Costa, conhecido por Manoel-zinho, dissera a Lisbôa, que não guardaria mais segredo do acontecimento em vista da mulher de Leandro, ter achado a ossada, que quanto ella sendo sua mulher não guardou o segredo, quanto mais elle Manoelzinho, disse mais que depois de ter Manoelzinho, contado o factó á alguém qui Leandro, despeitado com isto espolsou incontinente o referido Manoelzinho, para fóra de suas terras⁶ (SUMMARIO DE CULPA: 1888).

Durante a análise do Summario de culpa, foi possível notar que os pajés que foram inquiridos declaravam que exerciam ofício de lavrador, além desse, eles declaravam também que abraçavam

⁶ Grifo meu.

o ofício de pajé ou que entendiam de fazer alguns remédios⁷, dessa forma conseguiam obter certa vantagem⁸. Manoelzinho também era lavrador, logo o acordo feito com Leandro foi muito vantajoso para ele. Ambos eram lavradores mais há uma diferença que é percebida ao se “entender o texto no contexto de sua época” (BACELLAR: 2008). Leandro era um proprietário de terras, pois ofertou certa quantia a Manoelzinho, este apenas trabalhava em terras alheias. Desta forma seria mais fácil Leandro conseguir a ajuda do pajé, bem como tirar as terras que havia cedido a ele.

Manoel Marcos da Costa passou então a ser a principal testemunha da morte de José, desta forma, sua presença perante a polícia seria de suma importância para a conclusão do caso, porém o Delegado de Polícia Manoel Zozimo d’Azevedo Mendes recebeu a seguinte informação do Inspetor de Quarteirão Dionizio Joaquim da Siqueira:

Vou por meio deste levar ao conhecimento de VS^a que segundo ordens recebidas d’esse Juízo foi ao lugar denominado “Piratéua” neste districto onde residia Manoel Marcos da Costa, afim de entimal-o para apresentar-se a esse Juízo; porém não encontrei o referido Costa, tendo por noticias que o mesmo auzentara-se com toda família para o districto de Maranhão (SUMMARIO DE CULPA: 1888).

O ofício enviado pelo Inspetor de Quarteirão é o indício da comunicação de Bragança e seus entornos com o Maranhão, no documento aqui analisado essa comunicação e/ou dinâmica permitida pela fronteira aberta, aparece como rota de fuga, pois

⁷ Os remédios que os pajés declaram que entendem de fazer, são as puçangas. Cf. (MORAIS: 2013). Puçanga – Medicamento de curandeiro. Droga da pajelança. Beberagem. Mezinha, em geral de ervas, folhas, cipós, aplicada na feitiçaria.

⁸ Refere-se a vantagem financeira ou de pequenos bens de valores adquiridos com a venda dos referidos remédios.

ao que parece a saída de Manoelzinho com toda sua família para o Maranhão é um tanto quanto suspeita, cabe-nos indagar se o mesmo estava fugindo de Leandro por este o ter expulsado de suas terras e ser tido como perverso e de maus costumes (como afirmado por Matheus Lisbôa), ou se estava fugindo das investigações policiais. Entretanto, deve-se levar em consideração que o pajé poderia ter relações familiares ou religiosas no Maranhão.

A rota para o Maranhão a partir de Bragança se dava da seguinte forma “cruzava os rios e aportava nos portos de Piriá, Gurupi e Maracassumé, até chegar ao Turiaçu (BAENA *Apud* SOUZA: 2016); Manoelzinho provavelmente seguiu essa rota, mais do que tentar entender se o pajé passou por esse ou aquele lugar, o objetivo é tentar entender a partir desse caso, a rota de comunicação entre Pará e Maranhão tendo como ponto de partida a cidade de Bragança e seus entornos, visto que havia “comunicação com a Província do Maranhão (...) pelos vapores da companhia costeira, subvencionada pelo governo geral” (BAENA: 1883), desta forma, nota-se que oficialmente o governo era o detentor do controle dessas viagens pois “ter o controle da zona de fronteira era garantir também o controle das estradas de comunicação entre as duas capitanias” (SOUZA: 2016), entretanto deve-se levar em conta que o fato de o governo subvencionar os meios de transportes nessas fronteiras não exclui o transito de outras companhias regularizadas ou não.

O fato de o Inspetor de Quartirão se referir ao Maranhão com o prefixo “districto” nos levou a questionar se o lugar para qual o pajé Manoelzinho havia se retirado se tratava de alguma povoação ou a Província do Maranhão. A resposta par esse questionamento foi dada no decorrer da leitura do Sumário de culpa, consta nos autos conclusos feito pelo Delegado de Polícia Manoel Zozimo d’Oliveira Mendes, o qual foi remetido ao Promotor Público da Comarca, Antonio Caetano Rabello. De acordo com as palavras do Delegado, “Não enqueri os inferios Manoel Marcos da Costa por que, segundo me informou o

inspetor de quartirão do Urumajó, retiro-se para a Província do Maranhão” (SUMMARIO DE CULPA: 1888).

Vale ressaltar que o Maranhão tem grande número de adeptos de cultos de matriz africana (Tambor de mina, Terecô e outras) e é também forte influenciador dessa práticas religiosas. Na virada do século XIX para XX, quando por influência da imigração de nordestinos para o Estado do Pará devido ao período áureo da exploração da borracha, houve grande leva de maranhenses que vieram para o Pará, consigo vieram também suas práticas religiosas, vivências e experiências, o que demonstra os trânsitos de pessoas e cultural, a esses “trânsitos culturais imiscuíam-se experiências negras, catolicismo, espiritismo aos ditos ‘pajés amazônicos’ na composição da crença nos encantados, em particular de caboclos e bichos do fundo” (SILVA: 2014). Desta forma fica perceptível a tônica das interações culturais presentes na pajelança.

No decorrer da construção desse trabalho, surgiu mais um questionamento. O que se fala a respeito da pajelança do Maranhão? Duas obras sanaram tal questionamento. *Acidade dos Encantados* de Aldrin Moura de Figueiredo e *Cura e Pajelança em Terreiros do Maranhão* de Mundicarmo Ferretti.

Mundicarmo Ferretti para se referir a pajelança praticada no Maranhão se atém ao caso Amélia Rosa que era conhecida como “Rainha da Pajelança” segundo a autora os documentos referentes a essa pajé datam do último quartel do século XIX e estão localizados nos arquivos públicos do Maranhão. Segundo (FERRETTI: 2008) “negros da capital maranhense se reuniam também em de uma religião denominada ‘pajé’ com alto nível de sincretismo com o catolicismo, não confundível com a pajelança indígena e nem com o tambor de mina, onde a relação entre religião e saúde era mais expressiva”.

Aldrin Moura de Figueiredo ao se referir a obra de Eduardo Galvão “Santos e visagens”, na qual o autor foca sua análise no processo de perda de espaço das “religiões de ancestralidade ameríndia (...) para os chamados cultos afro-brasileiros no

contexto urbano das cidades amazônicas” (FIGUEIREDO: 2008) Galvão utiliza o Maranhão como exemplo para evidenciar que tal processo também ocorreu por lá, e afirma que “a pajelança, muito popular na região do rio Pindaré, àquela época, a perder influência quando se aproximava de São Luís, lugar de destaque para os terreiro de Tambor de Mina” (GALVÃO, *Apud* FIGUEIREDO: 2008), neste ponto três aspectos são importantes para nossas pesquisas, a delimitação de uma região em que a pajelança era fortemente praticada, o fato de a capital do Maranhão está vivenciando a popularização dos cultos de matriz africana, e o espraiamento desses rituais para o interior do estado.

Ainda seguindo as contribuições de Figueiredo para os estudos a respeito da pajelança, e as pistas que possam nos fazer refletir a pajelança praticada na região fronteira do Pará com o Maranhão, o autor afirma que no Maranhão “o desenvolvimento dos cultos afro era um fenômeno eminentemente urbano, enquanto que a pajelança, de genealogia tupi, era essencialmente rural” (FIGUEIREDO: 2008) desta forma, partimos do pressuposto de que por estarmos tratando de um caso que envolve pajés e suas práticas em região interiorana e eminentemente rural, às proximidades da fronteira com o Maranhão e principalmente pelo fato de que tal localização é afastada de São Luís, podemos ter neste ponto relações e interações que podem evidenciar o estreitamento de fronteiras étnicas e culturais que até agora não foram estudadas. A continuidade dessa pesquisa possivelmente irá contribuir para elucidarmos a dinâmica dessas relações.

O salto no tempo, a continuidade da pajelança e o rompimento de novas fronteiras

Os autos de inquirição summaria dos pajés contém algo que nos intrigou, o fato de a pajelança ser tida por eles como ofício, e não como religião. Vejamos como os pajés (Aureliano da Anunciação; Manoel Marcos da Costa e Silvana Roza Corrêa) se

identificaram perante o Subdelegado de Polícia da Povoação do Urumajó Joaquim Rodrigues d'Oliveira.

Respondeu chamar-se Aureliano da Anunciação de trinta anos pouco mais ou menos solteiro filho de Manoel Florencio, natural do Pará lavrador

Perguntado si além da profissão que declarara abraçar si não tem outro meio de vida?

Respondeu que sim que entende do officio ou modo de vida denominado Pagé.

Respondeu: chamar-se Manoel Marcos da Costa, de trinta e seis anos pouco mais ou menos cazado filho de Inocencio Jozé da Costa, natural do Pará lavrador

Perguntado si além da profissão que dizem digo que declara abraçar si não tem outro meio de vida?

Respondeu que entende de fazer alguns remédios.

Respondeu chamarse Silvana Roza Corrêa, quarenta annos cazada digo pouco mais ou menos, filha de João Filippe, viúva natural do Pará lavreadora.

Perguntado se além da profissão de lavrar que diz abraçar, si não tem outro meio de vida?

Respondeu que entende fazer alguns remédios do qual também tira alguns resultados (SUMMARIO DE CULPA: 1888).

De acordo com o que se vê, além de declararem que abraçam o officio de lavrador, os pajés declaram que também abraçam ou entende do officio ou modo de vida denominado pajé, ou que entendem de fazer alguns remédios. Mas o que isso significa?

O fato de os pajés declararem que exerciam a pajelança como officio e não como prática religiosa, nos levou a deduzir que tal declaração possivelmente foi dada como forma de escapar das punições previstas pelo Estado, que prohibia os cultos de religiões que não fossem a official, de acordo com o Art. 276. “Celebrar em casa, ou edificio, que tenha alguma fórma exterior de Templo, ou publicamente em qualquer lugar, o culto de outra Religião, que

não seja a do Estado” (CODIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO DO BRAZIL: 1830).

A pena prevista para quem realizasse esses cultos seria “de serem dispersos pelo Juiz de Paz os que estiverem reunidos para o culto; da demolição da fôrma exterior; e de multa de dous a doze mil réis, que pagará cada um” (CODIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO DO BRAZIL: 1830). Dessa forma, compreende-se que por ser tida como ofício, pajelança e conseqüentemente os pajés, não sofreram represália. As práticas de curandeirismo e a administração de beberagens só foram proibidas por lei no Brasil a partir da promulgação do Código Penal de 1890, o qual os classificava como crimes contra a saúde pública e credulidade pública, conforme previsto nos Artigos: 157⁹ e 158¹⁰. Entendemos que essa brecha encontrada pelos pajés, é também uma forma de resistência e de sobrevivência de suas práticas.

Para entendermos sobre essa sobrevivência é necessário darmos um salto no tempo, mas precisamente para a década de 1970, período no qual os registros sobre a pajelança praticada em Bragança volta a chamar a atenção. Duas obras são de grande relevância para entendermos como se deu a continuidade da prática da pajelança na Amazônia Bragantina “Pajelança e Catimbó na Região Bragantina” (1976) de Napoleão Figueiredo; e “Cartografia de afetos na encantaria: narrativas de Mestres da Amazônia Bragantina” (2014) de Jerônimo da Silva e Silva. Destas, a obra de Figueiredo nos chama a atenção por ter sido pesquisada e publicada em pleno momento em que os mestres da pajelança sofriam repressão policial e da Igreja Católica,

⁹ Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica (CÓDIGO PENAL: 1890).

¹⁰ Art. 158. Ministras, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer fôrma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado curandeiro (CÓDIGO PENAL: 1890).

Figueiredo indica também o processo de saída desses mestres da zona urbana de Bragança para as zonas rurais, bem como o movimento de retorno, segundo o autor, “com o advento das religiões afro-brasileiras naquela cidade, os pajés voltaram para a zona urbana, indo viver na periferia da cidade” (FIGUEIREDO: 1976).

O advento ao qual Figueiredo se refere é a forte influência da Umbanda que advinha de Belém, bem como a organização dos afro-religiosos em torno de uma instituição de caráter civil, trata-se da Federação Espírita Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará (FEUCABEP), a qual já foi estudada por Anaíza Vergolino “O Tambor das Flores: uma análise da Federação Espírita Umbandista e dos cultos afro-brasileiros do Estado do Pará” (1976)¹¹ no contexto da Ditadura Civil-Militar e Taissa Tavernard de Luca “Revisitando o Tambor das Flores”: a Federação Espírita e Umbandista dos Cultos Afro-Brasileiros do Estado do Pará como guardião de uma tradição” (2003)¹² no contexto do pós Constituição de 1888, a qual garante a liberdade de Culto. Na década de 1970, a FEUCABEP passou pelo processo de interiorização. Desta forma, é salutar que se faça um estudo mais preciso a respeito de tais influências na pajelança praticada na Região Bragantina, e na movimentação de repressão policial e da Igreja Católica.

Outra influência que é apontada por Napoleão Figueiredo é a do Catimbó ou Jurema, o qual tem suas raízes nas culturas africana, indígena e europeia, “este culto se difundiu dos Sertões e Agrestes nordestinos em direção às grandes cidades do litoral, onde elementos de outras matrizes étnicas da formação da sociedade brasileira entraram em cena” (BRANDÃO; NASCIMENTO: 1998), no catimbó, usa-se a jurema como

¹¹ Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Estadual de Campinas no ano de 1976, publicada como livro impresso no ano de 2015 pela editora Paka-Tatu.

¹² Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco no ano de 2003.

bebida, sendo jurema também o nome do próprio culto (CHAPANAN, 2004, *Apud* SILVA: 2014). Segundo Figueiredo (1976), tal influência foi possível devido ao “fluxo migratório de nordestinos iniciado na segunda metade do século XX”.

Desta forma, notamos que fronteiras culturais foram criadas por meio da repressão feita pela Igreja Católica e pela polícia, entretanto, as interações culturais proporcionadas pelo diálogo com a umbanda que vinha de Belém e com o catimbó que chegou com os nordestinos, ocasionaram um maior rompimento de fronteiras, tanto étnicas quanto culturais, as quais ficaram plasmadas na forma como a pajelança é praticada na Região Bragantina, e que surpreendeu Napoleão Figueiredo por conter tantos traços da cultura nordestina representada pelo catimbó.

Considerações finais

Este trabalho buscou mostrar as práticas de pajelança realizada na Bragança de 1888 por meio do estudo de caso que teve como mote a análise do Summario de culpa de Leandro Francisco da Silva. Foi possível notar ao longo de nossas análises que a pajelança aqui evidenciada trata tanto das práticas de cura por meio das beberagens que os pajés afirmaram que entendiam de fazer quanto das adivinhações, entretanto, o foco principal é dado à prática de adivinhação.

O que pudemos perceber ao longo de nossas análises foi que, a polícia se interessou em saber dos pajés o resultado que eles haviam tido de suas experiências que objetivavam descobrir o paradeiro de José, como eles chegaram a esse resultado. A prática de cura de doenças sejam elas naturais “consideradas como tendo causas de ordem natural ou normal” ou não-naturais “são consideradas (...) como anormais” (MAUÉS: 1990), por meio dos remédios que os pajés afirmam que entendem de fazer, soam apenas como forma de caracterizar o ofício de pajé, experiente ou curador.

O que se notou no relato de Ondelio foi que a suposta confirmação de Manoelzinho de que o menino não estava encantado, o aparecimento dos ossos e o depoimento das testemunhas referentes ao acordo entre Leandro e o pajé levou a nos questionar. Tais acontecimentos colocaram em dúvida a credibilidade dos pajés e a credulidade das pessoas? Outra questão que poderá motivar pesquisas futuras, é a interação cultural que possivelmente pode ter acontecido entre a pajelança praticada pelos pajés das comunidades rurais da Região Bragantina e a pajelança praticada por pajés negros das comunidades rurais do Maranhão, devido a fronteira aberta e o relevante transito de pessoas nessas regiões.

As leituras feitas para a construção deste estudo nos levou a saltar no tempo, de 1888 para a década de 1970, desta forma foi possível entender a continuidade e a sobrevivência da pajelança na Região Bragantina bem como as interações com o Catimbó trazido pelos imigrantes nordestinos, e com a Umbanda praticada em Belém, e que dava força para que os pajés regressassem para a zona urbana.

Para concluir, é necessário deixar o leitor a par dos resultados finais das investigações a respeito da morte e desaparecimento de José. Após as testemunhas serem ouvidas, e o pajé Manoelzinho ter se retirado para o Maranhão, o Promotor Público da Comarca de Bragança Antonio Caetano Rabello declarou em Vistas que: “Não havendo prova de criminalidade do acusado pela leitura que fiz do presente inquerito, e etendendo-se que a ouvida vaga ou voz publica (...) o que contam em seus depoimentos, não tem hoje importancia alguma”. Trocando em miúdos, o Promotor Público entendeu que tudo não passou de “disse me disse”, e que não teria nenhum valor legal. Dessa forma, o Promotor Público encerrou as investigações e requereu o arquivamento do inquérito, o qual se encontra arquivado sob o “Nº de Ordem 13. Página 3. Réo Leandro Francisco da Silva. Crime: Homicidio” (INDICE DE PROCESSOS ARQUIVADOS: 1880 A 1956).

Referências

FONTES CITADAS

BAENA, Manoel. **Informações sobre as comarcas da Província do Pará**. Belém: Typ. de Francisco da Costa Junior: 1885.

FONSECA, Manoel Deodoro da; SALLES. M. Ferraz de Campos. **CODIGO PENAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL**. Ministerio dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro: 1890.

Fórum da Comarca de Bragança. **Índice de Processos Arquivados**, 1880 a 1956.

Fórum da Comarca de Bragança. **Sumário de Culpa de Leandro Francisco da Silva**, 1888.

Jornal Defensor Liberal, n.10, de 25 de março de 1888.

VAREJÃO, Antonio Alvares de Miranda. **Codigo Criminal do Imperio do Brazil**. Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça. Rio de Janeiro: 1830.

Bibliografia

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANDÃO, Maria do Carmo Tinôco; NASCIMENTO, Luís Felipe Rios do. O Catimbó – Jurema. In: **Clio Arqueológica**. N. 13. 1998.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008

CAMPOS, Ipojucan Dias. Introdução: teias, famílias e poder. In: CAMPOS, Ipojucan Dias. **Teias de Histórias: família, comércio e relações de poder (Bragança entre Império e República)**. Belém: Editora Açaí, 2014.

CORDEIRO, Maria Audirene de Souza. **Pajelança e Babassuê: as faces do Xamanismo amazônico no final do século XIX**. Natal, 2014.

FERRETTI, Mundicarmo. **Cura e pajelança em terreiros do Maranhão (Brasil)**. Trabalho apresentado ao Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Médica, Università degli Studi di Milano Bicocca – Itália: 2008.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **A Cidade dos Encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia. (1870 – 1950)**. Belém: EDUFPA, 2008.

FIGUEIREDO, Napoleão. Pajelança e catimbó na Região Bragantina. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. n.32, 1976.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas**. São Paulo: Ed. Nacional, 1955.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. **A Ilha Encantada: medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1990.

MORAIS, Raimundo. **O meu dicionário de cousas da Amazônia**. Brasília: Senado Federal, conselho Editorial, 2013.

QUINTAS, Gianno Gonçalves. **Entre maracás, curimbas e tambores:** pajelanças nas religiões afro-brasileiras. Dissertação Mestrado Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2007.

SILVA, Jerônimo da Silva e. **Cartografia de afetos na encantaria:** narrativas de Mestres da Amazônia Bragantina. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Belém, 2014.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz:** Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, Sueny Diana Oliveira de. **Usos da fronteira:** terras, contrabando e relações sociais no Turiaçu (Pará - Maranhão, 1790-1852). Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2016.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural, In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Nacionalizar os índios para proteger a fronteira: Apontamentos etno-históricos sobre a atuação do governo brasileiro na fronteira Brasil-Guiana Francesa

Tadeu Lopes Machado¹

Introdução

Atualmente em Oiapoque, município brasileiro que faz fronteira com o Departamento Ultramarino Francês da Guiana (Guiana Francesa), localizado no extremo norte do Brasil e do estado do Amapá, há três Terras Indígenas demarcadas e legalmente homologadas: Juminã, Uaçá e Terra Indígena Galibi. Quatro povos indígenas dividem entre si a ocupação dessas terras: os Palikur (falantes da língua *parikwaki*, do tronco linguístico *Arawak*), Karipuna (falantes do *patois*), Galibi-Marworno (falantes do *kbeuol*) e Galibi Kalinã (ou Galibi do Oiapoque, como costumam se identificar, que pouco utilizam sua língua materna – do tronco karib – e falam principalmente o português).

Assim como em outros casos de povos indígenas que vivem em áreas de fronteira, os indígenas da região de Oiapoque encontram-se em situação de contato interétnico intenso que remonta o período pré-colombiano (LÓPEZ GARCÉS, 2012, p. 70), o que favoreceu a construção de uma rica diversidade étnica, cultural e linguística.

O contato dos povos indígenas do Oiapoque com os não-indígenas também se estabeleceu há bastante tempo, desde os

¹ Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutorando em Sociologia e Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPa).

² O *kbeuol* falado pelos Galibi-Marworno e o *patois* falado pelos Karipuna são a mesma língua, com pequenas diferenças fonéticas entre si, e são variações do crioulo “negro” falado na Guiana Francesa. Cf. <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/galibi-marworno/130>.

primeiros anos da colonização europeia³, no século XVI, fato que possibilitou a construção das redes de intercâmbio interétnico, favorecendo a circulação e troca de bens, serviços e pessoas.

A partir das primeiras invasões europeias, a região das Guianas se transformou em palco de relações estabelecidas entre os povos indígenas que ali já se encontravam e segmentos de populações não-indígenas, tais como europeus de vários países, principalmente portugueses, franceses e holandeses e posteriormente também população africana de locais diversos daquele continente, que foram levados pelos colonizadores para a região com o objetivo de serem submetidos ao regime de escravidão.

A partir dos últimos anos do século XVII, a chamada região do Cabo Norte⁴ passou a ser disputada por franceses e lusitanos, o que desembocou na origem do processo de configuração da fronteira colonial franco-lusitana, e posteriormente a fronteira entre Brasil e França (Ibidem, pp. 71-72). Isso significa que as populações estabelecidas nessa região passaram a ser afetadas diretamente pela intervenção colonial tanto da França, quanto de Portugal, o que implica dizer também

³ A fronteira é entendida, já no século XVII, enquanto campo de relações sociais, culturais e políticas sempre em fase de intensa renovação, ou seja, de contato intenso entre sociedades indígenas e não-indígenas, empreendido pelo forte movimento que os moradores dessa região executavam no decorrer da história, notadamente pelo contrabando e pelas comunidades de fugitivos que se acumularam nessa parte da fronteira. Para melhores detalhamentos historiográficos sobre o tema durante os séculos XVII e XVIII, conferir: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; GOMES, Flávio. **Reconfigurações coloniais: Tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (Séculos XVII e XVIII)**. Revista de História da USP, núm. 149, dezembro -2003, pp. 69-107.

⁴ Segundo Meira (*Apud*, VALLOT, 2012, 55), em 1637 foi criada a Capitania do Cabo Norte com cerca de quarenta léguas pela costa oceânica até atingir o rio Vicente Pinzón, que outro não é senão o Oiapoque, assim denominado pelos indígenas. A partir daí essa região passou a ser conhecida também como região do Cabo Norte.

que os povos indígenas desenvolveram intensa relação de variadas ordens com essas populações não-indígenas.

Portanto, nessa conjuntura, os indígenas do local nunca estiveram alheios a essa intensa movimentação que se configura nessa região de fronteira. Com relação especificamente ao povo Palikur, segundo Artionka Capiberibe (2007, p. 29), também são percebidos e inseridos nessa ampla rede de relações, de comunicações e trocas entre indígenas e não-indígenas, em um contexto aberto, dentro e fora da Terra Indígena Uaçá, onde estão localizadas as aldeias Palikur, além de outras aldeias dos povos Karipuna e Galibi-Marworno, o que reforça a interculturalidade como fator importante no estilo de vida desses povos indígenas, advindo das diversas e intensas relações.

Contudo, os Palikur não foram todo o tempo acessíveis aos não-indígenas, principalmente aos lusitanos e posteriormente aos brasileiros. Não obstante, sempre foram considerados “amigos dos franceses”. Esse dado reforça o caráter transfronteiriço que esses indígenas carregaram consigo desde sempre nessa região.

Esse artigo se propõem contribuir no entendimento da tessitura histórica do esforço que o estado brasileiro fez em nacionalizar a região de Oiapoque, colocando em destaque a trajetória e o papel que os indígenas Palikur assumiram nesse evento. Para tanto, o trabalho foi construído a partir de documentações históricas, mas principalmente a partir de uma construção etnográfica elaborada por pesquisa de campo junto dos Palikur nos anos 2015/2016, período de tessitura de minha dissertação de mestrado em Antropologia.

A região de Oiapoque e sua configuração sócio-histórica

Desde o século XVII até o início do XX toda a faixa que se estende do rio Araguari, localizado na região central do estado do Amapá, até o rio Oiapoque, atual fronteira com a Guiana Francesa, era conhecida no Brasil como “Território Contestado”. Isso porque havia uma dupla interpretação com relação ao rio

que demarcava a fronteira entre Brasil e Guiana Francesa. O tratado de Utrecht, estabelecido em 1713, demarcava o rio “Japoc ou Vicente Pizón” como marco da fronteira entre as colônias dos reinos de Portugal e França (MUSOLINO, 2006). A interpretação dos portugueses acerca da definição desse rio nomeado no tratado era o rio Oiapoque. Já para os franceses, esse rio era o Araguari. Esse interesse francês em avançar território adentro estava combinado com a possibilidade de explorar a grande jazida de ouro descoberta em Calçoene, na localidade de Lourenço (LÓPEZ GARCÉS, 2012, pp. 79-80).

No início da colonização, quando as terras brasileiras foram divididas em capitanias hereditárias, essa região passou a ser denominada “Capitania do Cabo Norte”, entregue ao português Bento Parente. Até o século XVIII a maior parte dessa região era habitada exclusivamente por indígenas. O lugar em que hoje está localizada a cidade de Oiapoque foi habitado por um não-indígena somente no século XIX. Tratava-se de um mestiço, chamado Emile Martinic, quem mais tarde deu o nome para o local de “Martinica do Oiapoque” (SILVA, 2005, p. 275).

Durante os séculos XVII e XVIII a fronteira Brasil-Guiana Francesa se configurou como um espaço onde diferentes povos indígenas e de origem africana se concentraram e efetivaram resistência ao regime colonial, criando mecanismos que levavam suas sociedades a obterem maior autonomia. Nessa região do contestado essas populações efetivaram um processo de contato interétnico intenso, o que resultou na formação de sociedades pluriétnicas, inclusive entre os indígenas, conforme destaca López Garcés (2012, p. 76): “A atual diversidade étnica da região de Oiapoque e o grau de mestiçagem de alguns povos indígenas como os Galibi-Marworno e os Karipuna, constituem fatores derivados deste processo.”

Nesse período em que a região do contestado estava sob disputa, ou seja, dos anos 1700 a 1900, a governança sob aquelas terras estava em suspenso, mesmo no período em que esteve demarcada como um lote da capitania hereditária, sua defesa e

controle por parte dos portugueses foram sempre fragilizados. Ao longo das margens do rio Araguari se estendiam vários mocambos onde negros, índios e soldados desertores buscavam refúgio das capturas coloniais. Esses mocambos recebiam importante ajuda do governo francês para se manter na região (MARIN & GOMES, 2003).

Assim, controlava melhor as pessoas e a própria região como um todo o Estado que estivesse mais presente. Por facilidades de variadas ordens, a França nesse período manteve certa autoridade e construiu forte relação com a região do contestado. Fato que comprova esse dado foi a investida dos franceses na criação da “República do Cunani”, em 1896, e mais tarde, em 1900, tentaram criar o “Estado Livre de Calçoene”. Esses foram fortes fatores que levaram o Brasil a acelerar o processo de defesa de seu território (LÓPEZ GARCÉS, 2012, p. 81).

A influência da França sobre a região no final do século XIX é confirmada por um relato de Emílio Goeldi, datado de 1895, período em que fez expedições na região com o propósito de construir um estudo para organizar a defesa brasileira perante a reivindicação francesa em avançar a fronteira:

[...] A língua usada é o português; o modo de vida os costumes, a educação – tudo é tal qual no Pará, porque quase todos são paraenses. [...] O único ponto do Território Contestado, onde de facto ha uma completa inversão é o Rio Calçoene, formando os crioulos de Cayenne, de Martinique e Guadeloupe, enfim, súbditos franceses, decidida preponderância numérica. Com este rio a França entretém constantes relações, diretas e via Cayenne e Martinique⁵.

⁵ Gomes, F., Queiroz, J. Coelho, M (Org.). Relatos de Fronteiras: fontes para a História da Amazônia. Século XVIII e XIX. Belém: Editora Universitária UFPA, 1999, p. 97. Apud López Garcés, 2012, p. 80.

Portanto, em fins do século XIX houve um acelerado aumento na disputa pelo território, motivado por várias razões, inclusive a descoberta de ouro na região, onde a exploração tinha iniciado em meados do século XIX, o que acarretou um conflito armado envolvendo brasileiros e franceses.

Para haver o desfecho do conflito foi necessário, em 1900, levar o caso para o Tribunal Internacional instalado em Berna, na Suíça. A defesa dos brasileiros pela “demarcação natural” (ou seja, fronteira estabelecida pelo rio Oiapoque), liderada por José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, e que contou com a colaboração do zoólogo suíço Emílio Goeldi, saiu vitoriosa. Assim, em 1º de dezembro de 1900, o limite entre o Brasil e Guiana Francesa foi definido como sendo o rio Oiapoque. A partir de então, os estados nacionais brasileiro e francês passaram a se fazer mais presentes na região, e isso acarretou uma série de mudanças na paisagem social do Oiapoque. Ou seja, o desfecho do litígio fronteiro entre Brasil e França significou o começo de novas dinâmicas no processo de formação das sociedades que habitavam essa região, trazendo novas perspectivas jurídico-políticas e econômicas (Ibidem, p. 71).

O Brasil ocupado por brasileiros: Estratégias para manter o território sob vigilância e nacionalizar as populações indígenas do Oiapoque

A partir da vitória brasileira sobre o Território Contestado, estando o Amapá sob a administração do governo do estado do Pará, algumas medidas foram tomadas pelo governo paraense para possibilitar maior controle sob a região. Assim, foram criados alguns postos de fiscalização em locais estratégicos para iniciar e manter a presença nacional do Brasil e controlar o território, bem como interromper a exploração ilegal de ouro e o comércio clandestino de mercadorias com a Guiana Francesa (LÓPEZ GARCÉS, 2012, p. 80).

O Estado francês, por sua vez, também reforçou seu aparato de segurança na fronteira, estabelecendo em Saint George uma base militar para impedir a influência do governo brasileiro na Guiana Francesa. Contudo, também criou política de nacionalização das populações que habitavam a região, oferecendo serviços e mecanismos para atrair principalmente as populações indígenas para seu território, e consecutivamente, nacionalizá-los.

Por conseguinte, os povos indígenas dessa região se viram em uma situação conflitante, comparado como se estivessem em um campo de batalha, sendo disputados entre brasileiros e franceses pela sua nacionalização. Processo parecido com o que ocorreu na tríplice fronteira Colômbia-Brasil-Peru, com os povos Ticuna e Cocama, no momento em que a demarcação fronteiriça foi estabelecida definitivamente naquele local (LÓPEZ GARCÉS, 2011, p. 158).

Os Palikur se encontravam mais inseridos nesse processo de disputa entre as duas nações, já que, sendo habitantes do território brasileiro, foram sempre mais próximos do governo da Guiana Francesa, tanto que, logo depois da definição do conflito pelo território contestado, parte de sua população decidiu transferir seu lugar de vida para a Guiana Francesa.

A mobilidade dos Palikur entre o Brasil e a Guiana Francesa ficou sendo uma característica evidente desse povo indígena, o que revela sua familiaridade com o lado francês da fronteira, principalmente quando a França passou a oferecer aos indígenas que residiam em seu território os mesmos serviços que oferecia aos cidadãos franceses, como educação, saúde, habitação e renda regular mensal. Contudo, mesmo com os subsídios necessários para viver no lado francês, grande parte dos Palikur que havia mudado para as terras francesas no início do século XX resolveram retornar em 1914, por conta de fortes epidemias de

gripe e malária que o grupo contraiu (LÓPEZ GARCÉS, 2012, p. 82).⁶

É necessário perceber a dinâmica histórica e cultural dos povos indígenas que habitam regiões de fronteira em relação com a estrutura de disputa territorial dos estados nacionais envolvidos e a consolidação da unificação nacional (Ibidem, p. 161). Os estados em disputa tinham por objetivo assimilar as populações indígenas, com o propósito de estabelecer o controle sobre o território e utilizá-los para garantir a soberania nacional na fronteira, local que demandava altos investimentos para a nação.

Em 1919 foi criada a Comissão Colonizadora do Oiapoque, fruto de uma política colonizadora para a região setentrional do Amapá. Em 1922 instalou-se o Centro Agrícola Cleveland, que depois passou a se chamar Clevelândia do Norte, sendo o primeiro passo do governo brasileiro para implementar um núcleo populacional na fronteira, entendendo que o local era considerado pelo Brasil como um espaço de defesa militar (SILVA, 2005, p. 276).

Inicialmente Clevelândia foi construída para ser uma colônia agrícola penal, para receber os prisioneiros da revolução de 1924 de São Paulo. No entanto, por falta de estrutura e pela inflação em alta de epidemias, em um curto espaço de funcionamento a colônia penal deixou de existir, transformando-se em uma colônia militar, a qual tinha a função de desenvolver a região, buscando a continuação do povoamento e principalmente nacionalizar os grupos de pessoas que já viviam naquele espaço (CAPIBERIBE, 2009).

Um dos primeiros movimentos do governo brasileiro para nacionalizar o território e a população da fronteira foi a expulsão de habitantes da região de Oiapoque que eram originários da

⁶ Além da explicação do retorno de uma grande parte do grupo Palikur para o Brasil em função das epidemias contraídas no lado francês, existem outras teorias que buscam explicar esse evento a partir de percepções cosmológicas da etnia Palikur, conforme destaca Capiberibe (2007; 2009).

Guiana Francesa, o que era comum no território brasileiro. Entre esses habitantes estavam comerciantes, e a intenção brasileira era eliminar as relações comerciais com a Guiana Francesa, principalmente dos Palikur, que costumavam comercializar a farinha de mandioca com os franceses e consumiam com frequência os produtos que não eram provenientes do Brasil.

Ao lado disso, Capiberibe (2009) aponta que no começo dos anos 1930 a região recebeu uma leva de migração de nordestinos, que, fugindo da seca procuraram se estabelecer no Oiapoque e se dedicaram principalmente à extração e fabrico de essência do “pau-rosa”. Em decorrência disso, a partir da terceira década do século XX Romani (2003) aponta que passam a ser identificados na região de Oiapoque três principais grupos da população local, quais sejam: os indígenas nativos da região e caboclos, que na perspectiva do autor seriam os “índios misturados”, nascidos ali ou oriundos de outras paragens do Amapá; os nordestinos do Brasil fugidos da seca, por articulação e incentivo do governo; e outros colonos, provenientes principalmente também do nordeste brasileiro, mas que decidiram se instalar no Oiapoque espontaneamente (ROMANI, 2003 *Apud* CAPIBERIBE, 2009, p. 148).

Contudo, Exedito Arnaud (1964, pp. 22-23) aponta que a região denominada de “Território Contestado” já atraía desde o último quartel do século XIX vários indivíduos de múltiplas procedências, tais como: “coolies”, negros, chineses, martiniquenses e europeus”, todos indo para essa região em busca da exploração mineradora. E ainda fala que durante as três primeiras décadas do século XX a imigração para a região continuou acentuada, por conta de novas descobertas auríferas.

Portanto, além da investida do governo brasileiro em preencher o antigo Território Contestado com pessoas de nacionalidade brasileira, havia também uma forte mobilidade para aquela região com a pretensão de explorar seus garimpos. Essas pessoas, segundo ainda Arnaud (Ibidem, p. 23), depois da baixa da exploração mineral, continuaram habitando as localidades em

torno da cidade de Oiapoque, misturando-se com brasileiros e grupos indígenas.

Em relação aos povos indígenas da região do Uaçá, o início mais contundente da investida do governo brasileiro para nacionalizá-los se deu a partir de 1927, momento em que ocorreu a expedição de General Rondon a essa região, atuando como diretor de Inspeção de Fronteiras, cargo que ocupava na Primeira Comissão Demarcadora de Limites (PCDL) do governo brasileiro. Essa expedição teve como objetivo central incentivar “estratégias políticas, jurídicas e organizativas para promover sentidos de identidade nacional, especificamente entre os povos indígenas” (LÓPEZ GARCÉS, 2012, p. 72).

As recomendações gerais de Rondon para o desenvolvimento da região da fronteira do Brasil com a Guiana Francesa eram abrir estradas para facilitar a chegada à região, além de investir na navegação a vapor. Também recomenda a criação de postos de saúde e de escolas nos povoados que tinham mais de vinte habitantes, e destaca a necessidade de criar uma colônia militar em Santo Antônio de Oiapoque, com o propósito de aproveitar as instalações da Colônia Agrícola de Clevelândia (Ibidem, p. 86).

Quanto a atuação do estado especificamente em meio aos povos indígenas, as recomendações de Rondon se resumem no seguinte:

A língua falada pelos índios nas suas relações com os civilizados é o patuá do creoulo francês que se infiltrou naquele meio. A moeda que recebiam por pagamento do seu trabalho ou venda dos seus produtos era francesa.

Sendo de urgência a modificação da sua mentalidade, seria adequada a criação no rio Uaçá de um Posto Indígena, que se propusesse a levantar ali uma Escola profissional como primeiro órgão da incorporação à nossa sociedade.

Nesse sentido, e para preparar a solução desejada, solicitei ao Snr. Governador do Pará fosse reservada para os índios daquele

rio a área das terras em que vivem e elaboram, a seu modo, a grandeza da nacionalidade.”⁷

Anos depois, com o propósito de colocar em execução as demandas apontadas por Rondon, a “Inspeção Especial de Fronteiras enviou, em 1936, outro emissário ao Uaçá (major Luis Thomas Reis) para verificar a possibilidade de reunir os índios em um único povoado e aproveitá-los como guardas de fronteira” (ARNAUD, 1969, p. 96). Contudo, o emissário conclui que os nativos não estariam preparados, ou “em condições de serem utilizados como guardas de nossas fronteiras, exceto nas suas próprias terras”, (Ibidem, p. 97), já que, segundo sua percepção, os Karipuna são inexperientes com a civilização, os Galibi são ordeiros e pacíficos e os Palikur são atrasados, ainda com hábitos primitivos. No entanto, o relatório final dessa expedição conclui:

[...] Constituindo elles uma população brasileira da fronteira, falando, ainda o francez, é de sugerir que o S.P.I. os assista com meios capazes de nacionalisa-los, aproveitando-os, desde logo como elementos econômicos e, dentro de um futuro próximo, como guardas territoriaes daquela região fronteiriça.”⁸

Necessário observar também que os povos indígenas da região não estavam dispostos a se subjugarem às determinações da política do governo brasileiro. E quanto ao trabalho nos garimpos, os índios também recusavam realizá-los. Eles preferiam abastecer o comércio do garimpo com pirarucu, peixe-boi salgado e farinha de mandioca (ARNAUD, 1969, p. 98). Portanto, os indígenas da Bacia do Uaçá, principalmente os Palikur, não se sujeitavam aos serviços oferecidos pelo governo brasileiro.

⁷ Ministério de Guerra, Inspeção de Fronteiras: Relatório do General Inspetor, 1927: 61-67 *Apud* LÓPEZ GARCÉS, 2012, pp. 86-87.

⁸ Ministério da Guerra, Inspeção Especial de Fronteiras. Inspeção a Fronteira Oyapock – Guyana Franceza em 1936, Relatório, p. 62. *Apud* LÓPEZ GARCÉS, 2012, p. 88.

Pelo tratamento ríspido com o qual os portugueses lidavam com os Palikur, esses indígenas alimentavam grande aversão aos colonizadores lusitanos e às suas políticas de assimilação. Os Palikur não se esforçavam em aprender o português, muito menos o *patois*, língua derivada do crioulo francês que os Karipuna e Galibi-Marworno adotaram para si como língua usual, e por isso os colonizadores do território brasileiro acusavam os Palikur de contrabandistas, pois ao manterem o intenso comércio com a Guiana Francesa não pagavam os tributos coloniais, apresentavam ameaça à segurança no território contestado e além do mais, aprendiam apenas o idioma francês (ARNAUD, 1969).

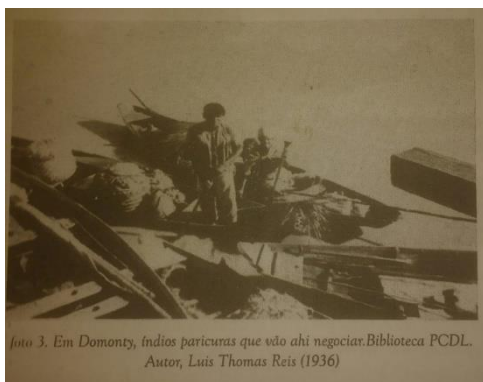


IMAGEM 01: Indígenas Palikur negociando farinha de mandioca com franceses. Foto: Major Luis Thomas Reis (1936). *Apud* LOPEZ GARCÉS, 2012.

Portanto, o povo Palikur foi o único grupo indígena da região do Uaçá que manteve sua língua materna⁹, mesmo depois

⁹ Deve-se apontar que antigamente os Palikur falavam vários dialetos entre si, pois a divisão clânica era bastante forte, e cada clã falava uma língua própria (CAPIBERIBE, 2007; 2009). Atualmente ainda há divisão de clãs entre os Palikur, porém as línguas se fundiram em uma só, denominada por eles de *parikvaki*.

de intenso contato interétnico, adotando inicialmente apenas o francês para fins de relações de intercâmbio de bens com seus “amigos” franceses.

Pelo processo histórico de perseguições a que os Palikur estavam submetidos desde o período colonial, além do mais, em decorrência dos envoltimentos em frequentes contatos com outros povos indígenas e não-indígenas na área de fronteira, esse povo chegou ao século XX apresentando um intenso déficit populacional. Já em 1925, Curt Nimuendajú afirma que a sociedade Palikur já se apresentava bastante abalada por um processo histórico de contatos os mais diversos (*Apud*, CAPIBERIBE, 2007, p. 19).

Postos Indígenas para nacionalizar, apassivar, vigiar e intervir as relações dos indígenas com os franceses – Observações finais

Em detrimento dos apontamentos que Rondon propôs em seu relatório, houve a construção de um Posto Indígena em um local estratégico, chamado “Encruzo”, onde há a bifurcação entre os rios Uaçá e Curipi, inaugurado em 1940 quando, além de oferecer assistência médica e escolar às populações indígenas da Bacia do Uaçá, também tinha a função de implementar uma política intensiva de vigilância entre os indígenas. Portanto, a partir de 1940 as fronteiras do rio Urukauá, assim como de toda a região da bacia do Uaçá, foram fechadas para a habitação e transações com estrangeiros (CAPIBERIBE, 2007, p. 41).

O Posto do Encruzo era passagem obrigatória de quem vinha de Oiapoque ou das cidades da Guiana Francesa para as aldeias Karipuna, Palikur e Galibi-Marworno, localizadas respectivamente nos rios Curipi, Urukauá e Uaçá.

Na memória coletiva dos Palikur mais idosos há lembranças desse passado de intervenção ostensiva do governo brasileiro. Em 2015 ouvi o relato de seu Nenélío Batista, lembrando que logo depois que o SPI chegou à região todos os

estrangeiros foram expulsos dessas áreas. E os estrangeiros que viviam nessa área indígena eram comerciantes franceses, chineses e italianos, os quais exerciam o papel parecido com do “regatão amazônico”¹⁰, que compravam couro de jacaré, de jacuraru, de jiboia e outros mais, além de peixe-boi, pirarucu, farinha de mandioca e outros produtos dos indígenas para revender principalmente no comércio de Saint George e Caiena. Apenas um comerciante permaneceu na região indígena, o senhor Côcco. Segundo as informações dos Palikur, o senhor Côcco era um homem de origem italiana¹¹, que viveu algum tempo na montanha Tipoca, no rio Urukauá, mas depois resolveu se mudar para o rio Curipi, próximo à aldeia Santa Isabel. Os indígenas gostavam dele e até formou família entre os Karipuna. Seu Nenélío foi ajudante de seu Côcco por muitos anos, trabalhando como piloto de sua embarcação.

¹⁰ O regatão é um comerciante ambulante que viaja entre centros regionais e comunidades mais afastadas do meio urbano, comercializando produtos da cidade para habitantes da beira do rio e recebendo em troca os produtos regionais, produzidos ou extraídos diretamente da floresta (Cf. McGRATH, 1999).

¹¹ Entretanto, entre os Karipuna não há consenso de que o senhor Côcco era de origem italiana. A informação que obtive é de que sua mãe era indígena e seu pai europeu. Contudo, meus informantes Karipuna não conseguiram evidenciar com precisão seu país de origem.

Eurico Fernandes, agente público do estado brasileiro, foi o primeiro chefe do posto do SPI no rio Uaçá e ocupou o cargo durante dez anos. Foi ele quem chefiou a instalação do posto do Encruzo. Segundo os relatos, sua atuação foi controladora e punitiva (CABIPIBERIBE, 2009, p. 64).

Capiberibe (2007, p. 47) destaca que a partir da assistência do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), depois da segunda década do século XX, com as expedições regulares à região e implantação do Posto Indígena, e posteriormente a assistência prestada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), pôde-se perceber um aumento gradativo da população Palikur no território brasileiro.

O Posto Indígena do Encruzo significou o primeiro contato regular e intensivo dos brasileiros na vida dos Palikur, depois da consumação do processo de litígio fronteiriço entre Brasil e França. Antes de sua inauguração o SPI fazia expedições esporádicas e até chegou a inaugurar uma escola na localidade onde hoje é a aldeia Kumenê, fato que levou a concentrar nesse local algumas poucas famílias que viviam espalhadas ao longo do rio Urukauá. Contudo, posteriormente os Palikur entenderam que a instalação da escola por parte dos brasileiros significava uma nova tentativa de apassivá-los para a escravização, principalmente porque na escola instalada não se admitia a comunicação em língua Palikur, somente em português. Pouco tempo depois da introdução da escola, ela foi fechada pelos próprios indígenas que se recusaram a frequentá-la (ARNAUD, 1969, p. 103).

Segundo avaliação de Expedito Arnaud (Ibidem, pp. 110-111), o projeto de extensão do SPI junto aos povos indígenas do Uaçá foi idealizado mais para atender às necessidades administrativas do governo brasileiro do que para beneficiar os povos indígenas, já que a ideia central era romper com as relações estabelecidas entre os indígenas do Oiapoque, principalmente os Palikur, e a Guiana Francesa, e assim consolidar o núcleo ocupacional brasileiro na região. Portanto, é necessário mencionar que o SPI estava em busca de vigilância e

apassivamento dessas populações que historicamente se mostravam arredios às políticas coloniais portuguesas, com o objetivo de conquistá-los para a nação brasileira e o intuito profundo de demarcar características empreendedoras nos indígenas que os tornassem independentes do governo francês.

Uma dessas características incentivadas pelo SPI foi a tentativa de introduzir novos produtos na plantação da roça, assim como criação de gado. No entanto, tal projeto foi fracassado, pois o único excedente econômico desses indígenas continuou sendo a farinha de mandioca, e os implementos utilizados na fabricação desse produto continuaram sendo os mesmos que existiam antes da intervenção do aparato governamental brasileiro (Ibidem, p. 111).

A prova de que o Posto Indígena do Encruzo foi fundado mais para responder às demandas administrativas do governo brasileiro se tem quando se observa que, em 1958, o posto foi fechado por falta de mercadorias e suporte de recursos humanos. Em consequência disso, Arnaud informa que os índios voltaram a comercializar e fazer transações nas duas margens do rio Oiapoque¹², sem nenhum impedimento de fiscalização do SPI (Ibidem, p. 108).

Segundo Capiberibe (2007, p. 82), outra investida dos não-indígenas na região do Uaçá, através da implantação do Posto Indígena, foi quando os líderes políticos Palikur, a partir da administração dos Postos Indígenas pela FUNAI, passaram a ser escolhidos pelos chefes dos postos. Para esta autora, e a partir desse evento, a hierarquia foi assimilada pelos Palikur, passando a fazer parte do seu sistema de organização política. Mas segundo a mesma autora, a figura do chefe foi criada mas não foi assimilada de forma ingênua e servil. Ela foi implementada pelos Palikur em

¹² Segundo os Palikur quem continua fazendo comércio com a Guiana-Francesa são os Galibi-Marworno. Portanto, os Palikur preferem não assumir o intercâmbio de bens com o lado francês, acusando somente os Galibi-Marworno como agentes desse comércio.

seu contexto com o propósito central de estabelecer uma comunicação inteligível com os não-indígenas. Até hoje se observa o sistema de chefia que o SPI estabeleceu para a região (Ibidem, p. 83). Ou seja, o sistema hierárquico se consolidou na estrutura de chefia dos Palikur e eles reconhecem que dessa forma a mediação entre os indígenas e não-indígenas se torna mais segura.

Essa informação de Capiberibe (2007) faz-nos lembrar que a ação do SPI era uniforme em todo o país. Não era, portanto, uma ação isolada somente nas áreas de fronteira, visto que, João Pacheco de Oliveira (1998, p. 59) observa também o mesmo episódio entre os “índios do Nordeste” brasileiro, onde a figura do chefe do Posto Indígena está no topo da estrutura de poder estabelecida na área indígena de influência e atua fortemente na organização e gestão política da região que lidera.

Outra intervenção do SPI na vida dos povos indígenas do Oiapoque é descrita por Exedito Arnaud (1969, p. 104), indicando que a faxina dos espaços comuns da aldeia foi introduzida pelo SPI como forma de substituir o castigo imposto por transgressões dos indígenas. O antigo castigo era o tronco que, segundo o autor, ainda era existente, mas em menor frequência. Algumas punições, como a própria faxina, passaram a ser autorizadas pelos administradores do Posto Indígena.

O chefe do posto era visto como a polícia, pois ele era o responsável em vigiar e punir as atitudes reprováveis dos indivíduos, de acordo com a avaliação da reunião da comunidade. As punições que são impostas até hoje aos transgressores ainda estão fundamentadas nas penas de roçagem, que consiste na faxina das áreas comuns da aldeia. Além do mais, a figura do chefe do posto era elementar na constituição política dos representantes da aldeia, estando ao lado do cacique e do seu conselho (CAPIBERIBE, 2009).

Essa informação traduz a forma com que a administração brasileira passou a se relacionar com os povos indígenas da região do Uaçá, implementando políticas que buscavam reorganizar o

espaço social e a vida dessas populações, de acordo com o estabelecimento do estado nacional brasileiro. No entanto, nem todos os indígenas estavam dispostos a se submeter a todas as exigências, já que, na primeira oportunidade que tinham de desobedecer às determinações dos não-indígenas eles o faziam, como o que ocorreu com as relações comerciais com o lado francês da fronteira que foram restabelecidas normalmente depois que o Posto Indígena do Encruzo foi desativado, em 1958.

Em 1973 os Palikur passaram a ter um Posto exclusivo funcionando na própria aldeia Kumenê, já sob a administração da FUNAI. Nos sete primeiros anos de seu funcionamento o posto foi chefiado exclusivamente por representantes administrativos da FUNAI. Depois de 1980 passou a ser administrado pelos próprios indígenas da aldeia (CAPIBERIBE, 2009, p. 141).

Há aproximadamente 10 anos todos os postos indígenas da FUNAI instalados nas aldeias da região foram desativados, completamente abandonados. Segundo informações dos Palikur, o posto do Kumenê foi desativado por falta de estrutura administrativa e financeira para manter os serviços. Dessa forma, a figura do chefe do posto não existe mais entre os Palikur.



IMAGENS 02 e 03: Posto Indígena da FUNAI no Encruzo, abandonado desde 2005 e Posto Indígena da Aldeia Kumenê – Palikur, abandonado desde 2006. Fotos: Tadeu Lopes Machado – Janeiro de 2016.

Os indígenas reclamam do abandono dos Postos Indígenas, principalmente do Encruzo. Pois, segundo eles, depois que a fiscalização da FUNAI foi desativada, pescadores de Belém, de outras cidades do Pará, Macapá e Oiapoque são flagrados com frequência realizando pesca e capturando jacarés no rio Uaçá, dentro da Terra Indígena.

Contudo, a saída da FUNAI dos Postos Indígenas indica, talvez, outra leitura e interpretação, que pode ser caracterizada como o cumprimento de seu objetivo para o qual os postos foram criados. Ou seja, efetivar a relação dos Palikur com os brasileiros e minimizar as relações de intercâmbio de bens com os franceses, buscando instalar uma sensação de segurança nacional para a região. Assim sendo, sua presença constante na Terra Indígena Uaçá não teria mais razão prática e objetiva para se sustentar.

Bibliografia

ARNAUD, Expedito. **Os índios da região do Uaçá (Oiapoque) e a proteção oficial brasileira.** In: _____. O índio e a expansão nacional. Belém : Cejup, 1989. p. 87-128. Publicado originalmente no Boletim do MPEG, Antropologia, Belém, n.s., n. 40, jul. 1969.

CAPIBERIBE, Artionka. **Batismo de fogo:** Os Palikur e o cristianismo. São Paulo: Annablume; Fapesp; Nuti, 2007.

_____. **Nas duas margens do rio:** Alteridade e transformações entre os Palikur na fronteira Brasil/Guiana Francesa. Museu Nacional, Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2009.

LÓPEZ GARCÉS, Claudia Leonor. **Pueblos indígenas, fronteras y estados nacionales:** Reflexiones histórico-antropológicas desde las fronteras Brasil-Colombia-Perú y Brasil-

Francia. Revista Mundo Amazónico, Instituto Amazónico de Investigaciones (IMANI) Revista anual, Vol. 2, 2011/ISSN 2145-5074. Laticia, Amazonas, Colombia, marzo, 2011.

_____. **Los indígenas en la frontera Brasil-Guyana Francesa. Uma visão histórica: 1900-1950.** Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia. Carlos G. Zárate B. (editor), Leticia/Amazonas/Colômbia, 2012. pp. 68-97.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; GOMES, Flávio. **Reconfigurações coloniais:** Tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (Séculos XVII e XVIII). Revista de História da USP, núm. 149, dezembro -2003, pp. 69-107.

MUSOLINO, Álvaro Augusto Neves. **Migração, identidade e cidadania Palikur na fronteira do Oiapoque e litoral sudeste da Guiana Francesa.** Tese de Doutorado em Antropologia Social: Universidade de Brasília – UNB, 2006.

SILVA, José Maria da. **A cidade de Oiapoque e as relações transnacionais na fronteira Amapá – Guiana Francesa.** História Revista, 10 (2): 273 – 298, Jul./Dez. 2005.

VALLOT, Hugues. **A construção da fronteira Brasil/Guiana Francesa e os Palikur.** In: Etnologia Indígena e Indigenismo. José Pimenta e Maria Inês Smiljanic (Orgs.). Brasília: Positiva, 2012. Pp. 53-73.

Avante! Resistes as privações: Jerônimo Francisco Coelho e a instalação de colônias militares ao norte do Império brasileiro*

Francivaldo Alves Nunes**

Em defesa das colônias militares – apontamentos iniciais

O Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Jerônimo Francisco Coelho, em 1857, parece estar convencido de que é benéfica a presença de colônias militares no Brasil. A experiência como presidente da província no Pará alguns anos antes, 1849-1850, apesar do pouco tempo, ao que tudo indica, em muito contribuiu para a persuasão de que estes espaços poderiam servir aos propósitos do que chamou de “colonização militar”. No caso, defendia que para o Norte do Brasil, certas necessidades especiais justificariam a implantação destas colônias, como “o caráter essencialmente agrícola, ou industrial e artístico, ou penitenciário, ou o filantrópico”.¹

Para o então ministro, tratava de “combater o pauperismo, moralizar e utilizar os vagabundos e os degredados, com o fim principal de aumentar os produtos do solo”. Nesta observação, os espaços de colonização militar ganhavam um tom de defesa de que estes estabelecimentos se constituíssem em núcleos de povoações, em lugares remotos e despovoados, “onde só a

* Texto inicialmente publicado na *Revista Brasileira de História Militar*, Ano III, nº 07, abril 2012. Para esta versão, fizemos pontuais revisões.

** Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor da Universidade Federal do Pará, atuando na Faculdade de História do Campus de Ananindeua e nos programas de pós-graduação em História (Campus de Belém), Ensino de História (Campus de Ananindeua) e Educação e Cultura (Campus de Cametá).

¹ BRASIL. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 10ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estados dos Negócios da Guerra Jerônimo Francisco Coelho*. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1858, p. 15.

princípio podem resistir às privações, e permanecer como colonos, indivíduos habituados a obediência passiva, adquirida pelos severos hábitos da disciplina militar”.²

Moralização de hábito, organização da produção agrícola e industrial, filantropia e povoamento ganhavam, portanto, dimensões de importância neste projeto de colonização militar. Considerando estas questões, nos propomos a analisar o processo de instalação das colônias militares na Amazônia, defendido pelo ministro da guerra Jerônimo Coelho, como assentada no povoamento e sob a égide da administração militar do império brasileiro. No caso, constituía em um programa, cujo propósito envolvia a defesa de contornos físicos da nação, integrando preocupações acerca da ocupação populacional e na garantia da segurança individual e dos bens acumulados por estas populações.

Outra faceta deste processo é que a implantação destas colônias estava associada a aspectos pertinentes à defesa das fronteiras nacionais, e tantos outros atributos vinculados à conservação territorial do país. Preocupações dessa envergadura remontam a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. Contudo, trata-se de observações acerca da segurança nacional que se materializaram em 1824, quando da Constituição Imperial e da necessidade de maior atenção do recém-formado Estado brasileiro quanto as regiões de fronteira (RAMOS, 1960, p. 56). Por sua vez, o Artigo 102 da referida carta constitucional apresentava a ideia de centralização do poder, posto que, determina como função do Imperador, prover a segurança interna e externa do Estado, justificando, do ponto de vista legal, a criação das colônias e presídios militares como estratégia de vigilância e controle do território (TAVARES, 1958).

Como lembrava o Ministro da Guerra em 1857, Jerônimo Coelho, a escolha desses pontos de colonização militar, por via de regra, devia privilegiar regiões de fronteiras ou em alguns centros,

² *Idem*, p. 16.

onde se teria acumulado “vagabundos e malfeitores”, que ameaçavam a segurança e a propriedade dos habitantes dos povoados mais próximos. Como defesa as críticas quanto ao uso das colônias para outros propósitos, que não o militar, ressalta que tais espaços teriam, portanto, o caráter pronunciadamente militar, e embora nelas se encontrassem o elemento agrícola e a criação de animais, ainda assim seriam “mais que tudo colônias policiais, de segurança e defesa, que garantissem ao mesmo tempo no futuro o infalível desenvolvimento de povoações”.³

Terras de floresta, cultivo e pastagem - indicativos de localização

No Norte do Império foi registrada a instalação de três colônias militares: Colônia Pedro II, inaugurada em 06 de maio de 1840 na margem esquerda do rio Araguaari; Colônia de São João d’Araguaia fundada em 1851, na margem esquerda do rio Araguaia, junto à confluência com o rio Tocantins e a de Óbidos à margem esquerda do Amazonas, cujo registro de sua fundação remete ao ofício confidencial de 16 de maio e 18 de junho de 1854, quando o presidente do Pará, na época, Sebastião do Rego Barros ordenou a criação desta colônia na boca do lago Arapicú.⁴

Outra colônia teria sido projetada no Alto Rio Branco, no terreno que existia o Forte de São Joaquim, na confluência dos rios Urariquera e Tacutú, até o ponto da confluência deste último com o rio Mahú. Ao se obter informações e o parecer do comandante militar do Rio Negro sobre a melhor localidade para fundação desta colônia, este indicava como a mais conveniente o sítio Uariurú, à margem esquerda do rio Tucutú, acima da boca do Surumú, e dez léguas adiante do Forte de São Joaquim. No

³ *Ibidem.*

⁴ PARÁ. *Relatório a que se refere à Falla que o Exm. Sr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros, presidente desta província dirigiu a Assembléa Legislativa Provincial na abertura do corrente anno.* Belém, 1854, p. III.

caso, tratava-se de uma ocupação militar que remetia o período colonial. Esta ação, no entanto, não havia até então sido levada a efeito, pois “devendo estas colônias serem povoadas, exclusivamente por praças do Exército”, por se constituir como colônia de fronteira, “a insuficiência da força de primeira linha”, que naquele momento existia na província, não permitia que se empregasse o número de praças necessário para promover a fundação e desenvolvimento desta colônia.⁵

Conforme apontava o presidente do Pará em 1840, Antonio de Miranda, atendendo as exigências do Ministério da Guerra, os espaços de colonização militar deveriam prever “as melhores proporções para a vida, terras para trabalho, ótimas madeiras de construção, e em algumas léguas de distância, terreno para criação”.⁶ Neste caso, embora fosse previsto a implantação de colônias militares em terrenos remotos e distantes dos centros de povoamento, o propósito era que estas colônias, em momentos posteriores, formassem núcleos de povoação. Esta deliberação explica a preocupação do governo provincial em definir terrenos apropriados para cultivo, extração de madeira, e para criação de animais. Estas condições eram necessárias para assegurar a permanências das populações que se deslocassem para estes espaços.

A pouco mais de dez anos, em 1851, o presidente Fausto Augusto d’Aguiar, em respostas a ofício do Ministério da Guerra, identificava o local de fundação da colônia Pedro II como espaço acertadamente escolhido por sua salubridade, pela fertilidade do terreno e abundancia de peixes que havia no rio, e pela

⁵ PARÁ. *Relatório do presidente da província do Gram-Pará o Exm. Sr. Dr. Fausto Augusto d’Aguiar na abertura da 2ª sessão ordinária da 7ª Legislatura da Assembléia Provincial no dia 15 de agosto de 1851*. Belém, Typ. dos Santos & Filhos, 1851, pp. 62-63.

⁶ PARÁ. Discurso recitado pelo Esm. Sr. Dr. João Antonio de Miranda presidente da província do Pará na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1840. Belém, Typ. de Santos & menor, 1840, p. 67.

circunstância de haver para o interior, campos próprios para criação de gado.⁷ Estas exigências foram também percebidas quando da implantação de outras colônias militares. No caso da colônia São João do Araguaia, sua fundação ficou a cargo do tenente Constâncio Dias Martins e do capelão frei Manoel Procópio do Coração de Maria, sendo que a localização da nova colônia já apresentava um registro militar, pois ali havia sido estabelecido, desde o ano de 1797, posto de policiamento para proteger a navegação, e obstar as incursões dos índios selvagens e a evasão de escravos. No entanto, embora o fato do local já ter sediado um posto militar, favorecesse a implantação da colônia, são as terras para cultivo e presença de campos para criação, que chamava atenção das autoridades.⁸

Esta condição quase que se repetia quando da fundação da colônia de Óbidos. Pelo ofício de 7 de abril de 1853 do Ministério da Guerra, o presidente do Pará foi encarregado de escolher nas proximidades de Óbidos “um lugar asado para assento de uma colônia de 500 a 600 indivíduos”, que “deveriam ajudar nos trabalhos militares desta vila, e de descortinar o local, preparar roçados e as primeiras plantações, bem como da construção de ranchos e abarracamentos para os colonos”.⁹ Neste novo empreendimento a fertilidade da terra e a possibilidade de aproveitamento de madeiras e outros recursos florestais, são evocados como bons atributos para a escolha do local para sediar a nova colônia.

De fato, a cidade de Óbidos estava assentada na extremidade de uma linha de colinas de pouca altura, que na

⁷ PARÁ. *Relatório do presidente da província do Gram-Pará o Exm. Sr. Dr. Fausto Augusto d'Aguiar na abertura da 2ª sessão ordinária da 7ª Legislatura da Assembléia Provincial no dia 15 de agosto de 1851*. Belém, Typ. dos Santos & Filhos, 1851, p. 59.

⁸ *Idem*, p. 62.

⁹ PARÁ. *Relatório a que se refere à Falla que o Exm. Sr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros, presidente desta província dirigiu a Assembléia Legislativa Provincial na abertura do corrente anno*. Belém, 1854, pp. III e IV.

margem esquerda do Amazonas corria até a foz do rio Trombetas em uma extensão de dez quilômetros. Formada por 2.500 habitantes ficava em uma região rica de produtos naturais como a castanha, o óleo de cumaru, o cravo e madeiras. Cultivava-se nestas terras o cacau, tabaco, milho e feijão. O cacau e a criação de gado vacum e cavalar, desenvolvidas em 190 fazendas, constituíam o seu principal ramo da indústria e comércio (BAENA, 1885, p. 66). Estes dados colocavam a região em situação favorável na produção agrícola, extrativa e de criação na província, o que justificaria a implantação de uma colônia que assegurasse o controle militar na região e a proteção das propriedades.

Pelos ofícios da presidência do Pará de 16 de maio e de 18 de junho do mesmo ano, se observa na fala das autoridades a preocupação que estes espaços de colonização fossem implantados em locais estratégicos do ponto de vista do policiamento da região, pois conforme alertava, era necessário atentar para o caráter de vigilância destas colônias, não se preocupando apenas com o povoamento.¹⁰ No caso da colônia de Óbidos, ainda a ser implantada, recomendava-se que a sua fundação fosse estabelecida a aproximadamente quatro milhas acima da vila de Óbidos, na boca do lago Arapicú, margem esquerda do Amazonas, pois teria o propósito de assegurar o policiamento da vila e dar segurança as embarcações que utilizassem o rio Amazonas.

Diante das exigências quanto aos espaços de implantação das colônias militares, a de Óbidos aparecia como local privilegiado de colonização, por estar situada em local próprio para garantir a segurança militar da região e por apresentar as condições necessárias para a permanência dos colonos. Sobre a questão o conselheiro Sebastião do Rêgo Barros dizia que “por uma coincidência feliz, por ser este o único lugar perto da vila capaz de receber a colônia por serem os mais sítios das margens

¹⁰ *Ibidem.*

do rio ou muito alcantilados e cortados a pique, ou paludosos e de terras alagadiças”. Sobre o local, este se prestaria “a todos os misteres da colônia e salvas algumas pequenas indenizações a particulares, que nele possui exíguas benfeitorias, todas vizinhas podem ser lavradas, por serem devolutas”. A ideia era que estas condições permitissem, em pouco tempo de fundação, que a colônia estendesse seus espaços de ocupação “por toda a margem do lago que contorna um espaço cordiforme de aspecto agradável e pitoresco”.¹¹

Nos dizeres do conselheiro Rêgo Barros o policiamento, o povoamento e desenvolvimento econômico a partir do cultivo dessas áreas, aparecem como elementos motivadores para implantação das colônias militares. Estas características também seriam observadas quando da implantação da Colônia Militar São João do Araguaia, sendo que para esta colônia deveria se privilegiar o policiamento da região, pois conforme apontava as autoridades do Pará era necessário que esta se prestasse a proteção dos viajantes que transitavam entre as províncias do Pará e Goiás.¹²

Identificado como o terceiro em importância dentre os rios que compunha o sistema fluvial amazônico, o Tocantins, com uma extensão de 2.400 quilômetros, guardava aspectos de um espaço dinâmico, como diversos núcleos de população, uma economia extrativa baseada na exploração da castanha, borracha e óleo de copaíba; com grandes áreas de cultivo do cacau e intenso comércio fluvial, registrando ainda a presença de comerciantes das praças de Belém, Cametá e algumas embarcações das províncias de Goiás e Mato Grosso (BATES, 1979, p. 53).

¹¹ *Ibidem.*

¹² PARÁ. Relatório que Exm. Sr. Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque presidente da província do Pará apresentou ao exm. Sr. Vice-Presidente Dr. Fábio Alexandrino de Carvalho Reis ao passar-lhe a administração da mesma província em 12 de maio de 1860. Belém, Typ. Comercial de A. J. Rabello Guimarães, p. 29.

A implantação da colônia S. João do Araguaia, portanto, estaria associada a esta dinâmica economia local e ainda por esta região ser concebida, do ponto de vista dos interesses do governo, como estrategicamente importante para interligar a região do extremo Norte do país as áreas do Sudeste e Sul. A ideia de promover o desenvolvimento da economia local se materializaria, nesse sentido, com a construção de uma hidrovía no Tocantins que ligasse a capital do Pará as praças comerciais de São Paulo e Rio de Janeiro, garantindo assim a interiorização dos interesses do governo imperial (PENNA, 1864, p. 6).

É importante destacar que entre os governantes provinciais não havia concordância quanto aos propósitos de implantação dos espaços de colonização militar, embora se observasse que os valores que envolviam a implantação desses espaços militares estavam associados ao povoamento, a segurança individual e das propriedades e defesa do território contra possível incursão de invasores estrangeiros. Para Sá e Albuquerque, presidente do Pará em 1860, as colônias militares deveriam ser estabelecidas em lugares poucos populosos, nos quais a segurança dos viajantes ou dos habitantes exigisse proteção e socorro contra malfeitores e bandidos. Outro caso dizia respeito às razões de ordem militar, como o policiamento das regiões de fronteira. Situações que não eram reclamadas quando se observava a localização da colônia de Óbidos, reclamava o então presidente. Fundada sobre as margens esquerda do rio Amazonas, a uma légua de distância da cidade de Óbidos, entendia que este estabelecimento militar não era reclamado pela segurança dos navegantes e nem por conveniências estratégicas. Achava-se, pois, em relação à utilidade que poderia prestar a província “na mesma situação em que se achava qualquer povoação estabelecida sobre as margens do Amazonas, não passando ao menos durante muitos anos de um pequeno povoado”¹³.

¹³ *Ibidem*.

No caso, acreditava-se que colonos brasileiros e estrangeiros não procurariam se estabelecer na colônia de Óbidos, pois a grande proximidade em que se achava da cidade de Óbidos, onde a atividade do comércio e da indústria poderia atrair estes colonos em busca de emprego fácil e produtivo, seria um grande obstáculo para fixar a população, pois prefeririam residir no espaço da cidade. Outra dificuldade apontada, dizia respeito à perspectiva de possuir terras para cultivo como pouco sedutora na província do Pará, na qual os terrenos desocupados eram apontados pelas autoridades como abundantes em quase todas as regiões da província. Estas questões eram apontadas por Sá e Albuquerque como “motivos plausíveis para que o governo não devesse continuar a fazer grandes despesas com esta colônia”. E assim defendia que os colonos deste estabelecimento fossem transportados para as cabeceiras do rio Trombetas, Madeira, ou qualquer outro, “e lá fundar um presídio militar de utilidade para os índios pacíficos e para os indivíduos que se enterram por esses rios no intuito de fazer com os habitantes dos lugares algum comércio”.¹⁴ O entendimento era, portanto, que as colônias militares deveriam ter como propósito principal o policiamento e a segurança militar das regiões mais afastadas dos centros de população, pois eram percebidos como locais desprovidos de uma ação militar mais intensiva e espaços de constantes conflitos.

Em estudo sobre a colonização nas terras de fronteira da Amazônia foi possível identificar a preocupação das autoridades brasileiras com áreas de fronteiras da Guiana e do Peru; o que se devia a presença de um intenso comércio envolvendo franceses, espanhóis, portugueses, holandeses, americanos e ingleses. A região era também marcada pela presença de diversas sociedades indígenas, comunidade de escravos, soldados desertores e índios aldeados; identifica-se ainda uma pequena economia camponesa e o comércio de canoas que refaziam os caminhos fluviais na

¹⁴ *Idem*, pp. 29-30.

região. Esta situação provocava temores nas autoridades locais de que ocorressem insurreições e/ou invasão estrangeira (NUNES, 2008, p. 02).

Vitor Marcos Gregório nos trabalhos sobre os esforços do governo imperial para promover a navegação na região Amazônica destaca que a fundação das colônias militares na província do Grão-Pará, respondia fundamentalmente a dois objetivos que apresentam mútua relação, ou seja, auxiliar no povoamento de regiões afastadas, garantindo o fornecimento da mão-de-obra necessária para seu desenvolvimento econômico, e facilitar a comunicação por via fluvial através do estabelecimento de grupamentos militares destinados a servir de pontos de descansos e proteção aos viajantes, e de fonte de carvão vegetal para as caldeiras dos vapores (GREGÓRIO, 2009, p. 124).

Controle do território e policiamento – ações legitimadoras

De fato, a preocupação com o controle militar da região e conseqüente expectativa de uma soberania nacional que isso poderia trazer era, no entanto, acompanhada da ideia de que estes postos militares tornassem, em breve espaço de tempo, em núcleos de população; situação que poderia justificar inclusive a expressão do Ministro da Guerra Jerônimo Francisco Coelho de “colonização militar”. Esta situação fica mais evidente, quando se observa a preocupação das autoridades com as condições estruturais das colônias, que deveriam assegurar as condições mínimas de permanência dos militares e suas famílias e dos colonos que fossem encaminhados para esses espaços. O presidente Antonio de Miranda, ainda em 1840, quando da fundação da colônia Pedro II, afirmava “ter distribuído as ferramentas de trabalho necessárias para os colonos, ordenando que distribuísse um quadro de terras a cada soldado e para cada

civil que ali fosse residir”.¹⁵ Só o fato de que as terras dessas colônias, como a Pedro II, inaugurada com 74 indivíduos entre praças, mulheres e criança, não serem ocupadas apenas por militares, evidencia a proposta de auxiliar no povoamento.

Desta forma se entende os esforços do governo provincial em promover a ocupação populacional das colônias militares, inclusive com engajamento de mais militares e distribuição de terras, além de instrução para o cultivo de gêneros alimentícios. Esta política de povoamento fica evidente nas várias tentativas de repovoar a colônia Pedro II e na tentativa de atrair estrangeiros para a colônia de Óbidos. Para esta última, o governo teria registrado em 1855 o transporte de 224 colonos “que teria seguido para povoar a região, faltando ainda 276 para o número completo, que lhe está designado”.¹⁶ No entanto, há de se observar que a presença de estrangeiros nas colônias militares é observado apenas em Óbidos, não se registrando o mesmo fenômeno nas colônias militares próximas as terras de fronteiras ou de disputas territoriais com outras nações, como a Pedro II localizada em região próxima aos limites com a Guiana Francesa; o pode ser explicado pela preocupação das autoridades provinciais em não povoar as região de limites territoriais do império brasileiro com colonos estrangeiros, pois este é identificado como não portador dos valores e interesses nacionais, e conseqüentemente colocaria em risco a soberania do país. Sobre a questão, o presidente do Pará Rego Barros defende a promoção do povoamento das colônias militares por estrangeiros apenas no caso de Óbidos, por esta ser uma colônia

¹⁵ PARÁ. Discurso recitado pelo Esm. Sr. Dr. João Antonio de Miranda presidente da província do Pará na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1840. Belém, Typ. de Santos & menor, 1840, p. 67.

¹⁶ PARÁ. Exposição apresentada pelo Exm. Sr. Dr. João Maria de Moraes 4º vice-presidente do Gram-Pará em 31 de julho de 1855, por ocasião de passar a administração da mesma província ao 3º vice-presidente o Exm. Sr. Coronel Miguel Antonio Pinto Guimarães. Belém, Typ. Santos & Filhos, 1855, p. 12.

situada em território legitimamente brasileiro e sem se constituir como objeto de contestação de outros países. Para estes locais ainda em disputas, defendia criação de colônias agrícolas povoadas por nacionais.¹⁷

A colonização nas áreas de fronteira na Amazônia, entendida do ponto de vista da atuação governamental, estava relacionada a garantia do povoamento e a necessidade de afirmação de uma identidade nacional. Neste aspecto, os programas de colonização tinham o propósito principal de garantir a ocupação populacional, em que essas populações se identifiquem como os valores defendidos pelo governo brasileiro (NUNES, 2008, p. 05-06). Carlo Romani, em estudo sobre as áreas de fronteira no Norte do Brasil, sintetizava bem esse momento afirmando que para governo brasileiro era preciso “colonizar para não perder” (ROMANI, 2003).

Antonio de Miranda em discurso ao parlamento provincial do Pará destacava que a fundação da colônia Pedro II, a que foi responsável, tinha sido motivada pela necessidade de animar a colonização e a agricultura, num esforço por povoar algumas regiões da província. Não se tratava, no entanto de que estes espaços se constituíssem como modelos na produção agrícola ou ainda assegurasse a produção de alimentos para abastecer os centros urbanos da região, como se propunha alguns outros projetos de colonização. A região escolhida para implantação das colônias militares apresentava como característica principal a possibilidade de especulação e desenvolvimento industrial, associada a ausência de forças militares que exercessem o policiamento; o que poderia atrair para estas áreas interesses que divergiam com o do governo brasileiro. Nesse sentido, a escolha

¹⁷ PARÁ. Exposição apresentada pelo Exm. Sr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros presidente da província do Gram-Pará em 31 de julho de 1855, por ocasião de passar a administração da mesma província ao 1º vice-presidente o Exm. Sr. Dr. Angelo Custódio Corrêa. Belém, Typ. Santos & Filhos, 1855, p. 12.

por colônias militares foi associada a dificuldade de se arregimentar famílias para ocupação imediata dessas terras, “ou ainda que quisessem marchar para os lugares, que fossem designados”. Esta dificuldade, já vivenciada por outros administradores, teria levado Antonio de Miranda a “lançar mão de praças de primeira linha” na ocupação da colônia Pedro II.¹⁸

As diferentes utilidades das colônias militares parecem ter dirigido a atuação do governo provincial nestes empreendimentos. No caso da colônia São João do Araguaia, esta é apontada como destinada a proteger a navegação dos rios Tocantins e Araguaia, assim como obstar as incursões indígenas e as fugas de escravos.¹⁹ Em ofício de 16 de maio de 1863 ao ministro da Marinha, Raimundo de Lamare, Couto de Magalhães, então presidente da província de Goiás, defendia a manutenção desta colônia como importante para o desenvolvimento da navegação nos rios Araguaia e Tocantins, pois se constituía como porto intermediário que permitia o reabastecimento dos navios e a defesa contra os possíveis ataques de negros e índios.²⁰

Couto de Magalhães lembrava, que dependendo da localização das colônias militares deveria se atentar para os seus reais propósitos, defendendo o papel de policiamento que estas colônias teriam, principalmente quanto ao combate a formação de quilombos. Sobre a questão, o presidente do Pará em 1858, João da Silva Carrão destacava que era de conhecimento do

¹⁸ PARÁ. Discurso recitado pelo Esm. Sr. Dr. João Antonio de Miranda presidente da província do Pará na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1840. Belém, Typ. de Santos & menor, 1840, p. 66.

¹⁹ PARÁ. Relatório do presidente da província do Gram-Pará o Exm. Sr. Dr. Fausto Augusto d'Aguiar na abertura da 2ª sessão ordinária da 7ª Legislatura da Assembléia Provincial no dia 15 de agosto de 1851. Belém, Typ. dos Santos & Filhos, 1851, pp. 59-62.

²⁰ BRASIL. Relatório apresentado a Assembléia Geral Legislativa na 2ª sessão da 12ª Legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Domiciliano Leite Ribeiro. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1864, anexo, p. 4.

governo que existiam na província um número considerável de quilombos, “em que vivem acoitados não somente escravos fugidos, mas também desertores, criminosos, malfeitores de todo o gênero”.²¹

Segundo as informações da administração provincial, o número de escravos que existiam nestes quilombos seria superior a duas mil pessoas. Sem mencionar os que existiam na região do Amapá, se registravam a presença de quilombos nas cabeceiras do rio Trombetas, no município de Óbidos, nas cabeceiras do rio Anajaz, município de Muaná em Marajó, na margem do rio Tabatinga em Cametá e na margem do rio Guamá. De posse dessas informações, Silva Carrão defendia o uso das colônias militares como ações mais estratégicas de combate ao que se identificava como “espaços de malfeitores e escravos fugidos”.²² Esta proposta se afinava ao que defendiam os fazendeiros possuidores de escravos, em que a existência conhecida de tais quilombos os teria colocado em impossibilidade de disciplinar os seus escravos “pelo fundado receio da fuga, e acoitamento certo nesses lugares, onde os fugitivos encontram segurança contra qualquer tentativa de apreensão”.²³

As ações consideradas esporádicas, criticadas pelas autoridades provinciais, diziam respeito a organização de uma força composta de 200 guardas nacionais de Cametá, e de 100 de Oeiras, que deviam partir ao mesmo tempo para encontrarem-se sobre o local chamado Tabatinga, subindo o rio Tocantins, para atacar grupos de índios bravios e escravos fugidos. Estando já

²¹ PARÁ. Discurso da abertura da sessão extraordinária da Assembléia Legislativa Provincial do Pará, em 07 de abril de 1858 pelo presidente Dr. João da Silva Carrão. Belém, Typ. do Diário do Comércio, p. 38.

²² PARÁ. Discurso da abertura da sessão extraordinária da Assembléia Legislativa Provincial do Pará, em 07 de abril de 1858 pelo presidente Dr. João da Silva Carrão. Belém, Typ. do Diário do Comércio, p. 40.

²³ PARÁ. Discurso da abertura da sessão extraordinária da Assembléia Legislativa Provincial do Pará, em 07 de abril de 1858 pelo presidente Dr. João da Silva Carrão. Belém, Typ. do Diário do Comércio, p. 38.

parte dos preparativos prontos, o receio da estação chuvosa obrigou a adiar a empresa, para tempos mais oportunos. Outro caso era registrado em Muaná, onde o juiz municipal, bacharel Francisco de Paula Lins dos Guimarães Peixoto, que foi nomeado delegado de polícia, auxiliado pelo comandante do batalhão da guarda nacional, tenente coronel Antonio Vicente Magno, partiram nos começos de janeiro para atacar a região de Anajaz; porem também as chuvas impediram que a escolta pudesse chegar às cabeceiras do rio, onde existia o quilombo de escravos, e malfetores, e foi obrigada a regressar. Mas apesar disso, a tentativa não foi sem proveito. Foram aprisionados quatro escravos fugidos, e cinco desertores do exército, nove criminosos de morte, entregando-se a prisão, pela impossibilidade de continuarem na condição de foragidos. Igualmente remeteu trinta e um recrutas para o exército, dos quais alguns foram soltos por defeitos ou moléstias.²⁴

A necessidade de policiamento e garantia da segurança da propriedade, encargos a que estavam submetidos às colônias militares na Amazônia, caracterizavam esses espaços como imperativos da disciplina e da plena execução das ordens. Esse ideário era tomado como ponto de honra dos comandantes militares que assumiam a direção dessas colônias. Por outro, essa disciplina não era acompanhada das iniciativas do governo em assegurar as estruturas necessárias para manutenção dos colonos nestes espaços. Assim sendo, estes locais foram objetos de conflitos entre os colonos e os seus administradores, o que seria responsável pela constante deserção de militares e colonos. Sobre a questão, o conselheiro Jerônimo Francisco Coelho registrava o estado de abandono a que se encontrava a colônia Pedro II, sendo as principais causas atribuídas “à falta de cumprimento de promessas feitas aos primeiros colonos sobre a doação de terrenos, e o severo tratamento, que em lugar tão remoto sofriam

²⁴ *Ibidem.*

os mesmos colonos da parte do último diretor que ali existiu”.²⁵ Para dar conta desta situação, em junho de 1849 foi expedido uma comissão a bordo do Brigue Escuna Nictheroy a explorar a costa até o Cabo do Norte, quando foi incumbido ao Comandante Capitão de Fragata Martinus Aníbal Bolt de visitar e inspecionar a colônia, e apresentar um circunstanciado relatório sobre o seu estado. A partir desta visita, segundo informações, estaria o governo resolvido a “reanimar a colônia dando-lhe regulamento especial, mandando construir igreja, nomeando capelão e distribuir terras aos soldados do destacamento”.²⁶

Aspectos das colônias militares – formas de ocupação

As ordenações de estruturação da colônia Pedro II definiam a construção de uma capela, pois a que existia era apenas uma simples casa, o que dificultava a celebração dos ofícios divinos, importante para a conformação dos colonos. A construção de uma casa para o almoxarifado, a conclusão do aquartelamento e a construção de 20 habitações regulares para os colonos eram ainda registradas. Tinha ainda recomendado com particularidade a cultura de gêneros, pois se entendia que desta atividade resultaria não só a abastança para a colônia, mas relações de comércio coma vila de Macapá, que se poderiam tornar importantes. E assim, para assegurar o desenvolvimento agrícola nesta colônia se registrava o envio de instrumentos agrícolas, plantas e sementes.²⁷

²⁵ PARÁ. Fallla dirigida pelo Exm. Sr. Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho presidente da província do Gram-Pará a Assembléia Legislativa Provincial na abertura da 2ª Sessão Ordinária da 6ª Legislatura no dia 1º de outubro de 1849. Belém, Typ. de Santos & Filhos, 1849, p. 141.

²⁶ Idem, p. 141-142.

²⁷ PARÁ. Relatório do presidente da província do Gram-Pará o Exm. Sr. Dr. Fausto Augusto d’Aguiar na abertura da 2ª sessão ordinária da 7ª Legislatura da Assembléia Provincial no dia 15 de agosto de 1851. Belém, Typ. dos Santos & Filhos, 1851, pp. 60-61.

A forma de acesso aos lotes dava a colônia, aspectos urbanos de povoamento, prevendo os lotes destinados a construção das moradias nas proximidades da igreja, quartel e diretoria. Estes sendo separados dos lotes coloniais destinados ao plantio e criação. Conforme correspondência entre a diretoria da colônia e o governo provincial, as terras para cultivo estariam divididas em duas modalidades: as de cultivo individual, desenvolvida pelo colono e sua família e as “roças comuns” plantadas pelos soldados e alguns policiais para a produção de alimentos aos militares em serviço;²⁸ o que garantir a permanência dos colonos nestas terras era feita a doação de animais (o que nem sempre ocorria), instrumentos de trabalho, sementes para plantio e de certa quantia em dinheiro a ser recebido até a primeira colheita. Em 18... o cabo Domingos Paes recebeu além dos instrumentos de trabalho e sementes, a quantia de 14:560 réis para auxílio nas despesas com a mulher Joana Batista da Silva e os filhos Idalina Maria Paes e Luíza Francisca Paes; quantia correspondente aos meses de abril, maio e junho, tempo em que estava vivendo na colônia.²⁹

Peixes, animais silvestres, frutos e tubérculos parecem ter contribuído de maneira significativa para com a alimentação dos soldados e colonos. Na época de colheita de milho, feijão, arroz e outras sementes, a colônia procurava adquirir tais produtos, via compra junto aos colonos e os armazenava no depósito para serem consumidos em períodos de carestia, ou quando da demora dos soldos por conta das distancias e dificuldade de comunicação a que se encontravam estas colônias.

A densa floresta a proximidade da colônia se mostrava um espaço a ser fiscalizado, o que justificaria a manutenção das áreas

²⁸ Ofício da Colônia Militar Pedro II do Araguaí de 04 de novembro de 1854. Arquivo Público do Estado do Pará, Secretaria da Presidência da Província, série ofícios, ano 1851-1855, caixa n° 159.

²⁹ Folha para pagamento dos colonos e familiares de 01 de julho de 1854. Arquivo Público do Estado do Pará, Secretaria da Presidência da Província, série ofícios, ano 1851-1855, caixa n° 159.

de matas nas duas estampas. Não se tratava, no entanto, de preservar estas áreas, mas evitar que os colonos se ocupem exclusivamente da exploração dos seus recursos. Formada por madeiras qualificadas como preciosos, pelo bom preço a que poderia ser comercializada, encontrava-se o acapu, açariquara, itaúba, pau d'arco, andiroba, piquiá e pau rosa. Das matas desta região se registrava ainda a extração da castanha e a andiroba comercializados no porto de Macapá e Mazagão (BAENA, 1885, p. 52). Nesse caso, a preocupação das autoridades era que a exploração das áreas de florestas não se transformasse na garantia única de vida dos habitantes residentes na colônia, uma vez que se entendia que a atividade extrativa pouco garantia a permanência dos colonos em mesma posse de terra, exigindo o seu deslocamento para diferentes áreas. A ideia era que os colonos, que fixassem residência no local, retirassem proveito das terras que tinham recebido para cultivar e criar animais.

A defesa do estabelecimento de Fazendas de criação nas imediações da colônia Pedro II, aproveitando para isso os vastos campos disponíveis na região e a construção de estradas ligando a colônia a vila de Macapá são algumas outras propostas para desenvolver esta colônia. No caso da estrada, esta deveria facilitar os meios de comunicação entre a colônia e a vila de Macapá, cuja distancia chegava a aproximadamente 16 léguas, evitando, portanto, os riscos que acompanhavam a navegação pela costa. Sobre a estrada, ainda em 1851, a administração provincial havia ordenado a abertura de uma picada que custaria aos cofres públicos 6.000\$000 de réis, seguindo os vestígios de uma antiga estrada e que partindo de Macapá ia até a margem do rio Araguari, não longe, segundo constava, do ponto onde estava assentada a colônia.³⁰

³⁰ PARÁ. Relatório do presidente da província do Gram-Pará o Exm. Sr. Dr. Fausto Augusto d'Aguiar na abertura da 2ª sessão ordinária da 7ª Legislatura da Assembléia Provincial no dia 15 de agosto de 1851. Belém, Typ. dos Santos & Filhos, 1851, p. 61.

Para a colônia de São João do Araguaia era proposta a criação de uma estrada até as cabeceiras do rio Capim, pois este era navegável até a capital do Pará, ou outra estrada até as cabeceiras do rio Gurupi, que era navegável até Viseu, de onde principiaria outra estrada passando por Bragança até Belém. No caso da estrada de Bragança esta era considerada como extremamente útil para a condução de gado das províncias do Maranhão e Piauí. A construção desta via de comunicação até Viseu se propunha, no caso, a facilitar, inclusive, o deslocamento de praças quando do surgimento de algum inconveniente que alterasse a ordem pública.³¹

Alguns conflitos – questões de mando e abusos de autoridade

Para o presidente Fausto Augusto d’Aguiar a colônia Pedro II, embora apresentasse boas condições de desenvolvimento como a salubridade do lugar, a fertilidade do terreno, a abundância de peixes que havia no rio Araguaia e presença de campos para criação de gado, esta estava sendo vítima dos abusos repetidos e desleixos dos seus administradores, sobre os quais não podia a presidência exercer ativa inspeção pela distância que se encontra a colônia da sede administrativa da província e da dificuldade de comunicação com a capital, o que dava sensação aos administradores da colônia da impossibilidade de punição quanto aos seus atos abusivos, como a excessiva disciplina militar e os constantes castigos físicos a que estavam submetidos os colonos.³²

³¹ PARÁ. Falla que o Exm. Sr. Dr. José Joaquim da Cunha presidente desta província dirigiu a Assembléa Legislativa Provincial na abertura da mesma assembléa, no dia 15 de agosto de 1853. Belém, Typ. de Santos & Filhos, 1853, p. 18.

³² PARÁ. Relatório do presidente da província do Gram-Pará o Exm. Sr. Dr. Fausto Augusto d’Aguiar na abertura da 2ª sessão ordinária da 7ª Legislatura da

De fato, em 03 de maio de 1855 o conselheiro Rego Barros recebe uma série de denúncias de João Florêncio Dantas, na época almoxarife e escrivão da colônia Pedro II, sobre “os atos praticados pelo tenente coronel Joaquim Bezerra de Albuquerque”, então diretor da colônia.³³ No denuncia Bezerra de Albuquerque é identificado como um “exímio negociador das coisas públicas”, não se importando com os bens que pertence a nação. Isto sede a algumas práticas do diretor como autorizar a retirada de madeiras nacionais para comércio particular, utilizando os soldados da colônia para este serviço, sem qualquer preocupação com o pagamento destes serviços. Teria ainda mandado, por vezes, alguns praças a pescarem pirarucu, para depois vender aos mesmos praças e outros colonos pelo preço de 160 réis. No registro das ações arbitrárias de Bezerra de Albuquerque registrava-se a ordenação aos soldados para extrair cacau das matas as proximidades da colônia e ainda dividir o que era produzido pelos colonos nos trabalhos de roça, como por exemplo a apropriação de mais de cem mãos de milhos que os colonos haviam produzido, com a justificativa de que esta produção era destinada aos cofres públicos. Os produtos que são apresentados como resultado da arrecadação pública, são, no entanto, “vendidos na casa do diretor aos soldados para quando chegar os soldos, o mesmo ser indenizado daquelas quantias que os ditos soldados lhe devam, dos gêneros que tiraram fiado ao mesmo”. Para João Florência Dantas as atividades irregulares do diretor da colônia Pedro II poderiam produzir muito em breve a infeliz notícia de alguns acontecimentos, pois, “tanto os militares

Assembléia Provincial no dia 15 de agosto de 1851. Belém, Typ. dos Santos & Filhos, 1851, pp. 59-60.

³³ Ofício da Colônia Militar Pedro II do Araguari de 03 de maio de 1855. Arquivo Público do Estado do Pará, Secretaria da Presidência da Província, série ofícios, ano 1851-1855, caixa n° 159.

quando os paisanos vivem desesperados e desgostos dos maus tratos que o diretor está dando”.³⁴

Os abusos dos diretores das colônias militares pareciam ser algo constante. Ainda em 1849, o governo recebia denúncia quanto ao que se considerava enquanto “comportamento inadequado dos administradores da colônia Pedro II”. Na tentativa de superar estas dificuldades, Fausto d’Aguiar nomeou o tenente de 3ª classe do Exército Severino Euzébio Cordeiro, e para capelão o 2º beneficiário da catedral Estumano Alexandrino Gonçalves Baião, que também assumiria o controle da missão do Araguari. A nomeação dos novos administradores deveria ser acompanhada da necessidade de regularizar o serviço da colônia, de modo que ficassem cortados os abusos. Para isso é confeccionado algumas instruções através do Regulamento de 22 de dezembro de 1849 que definia as atribuições dos administradores nestas colônias, assim como as finalidades a que estavam submetidos esses espaços. Quanto aos desvios dos recursos públicos a que eram acusados os administradores foi regularizado uns serviços de escrituração e fiscalização elaborados pelo inspetor da tesouraria da fazenda Manoel Rodrigues d’Almeida Pinto. Quase que prevendo possíveis conflitos, Fausto d’Aguiar propõe ainda que a colônia seja povoada por “praças de conduta abonada com suas famílias, mandando-lhes distribuir e demarcar terras, e assegurando-lhes a vantagens prometidas pelo Regulamento de 22 de dezembro de 1824”.³⁵

Alguns anos depois, em 31 de julho de 1855 em exposição apresentada pelo presidente João Maria de Moraes, dava-se conta que em meados de maio, do mesmo ano, dia 14 para ser mais

³⁴ Ofício da Colônia Militar Pedro II do Araguari de 03 de maio de 1855. Arquivo Público do Estado do Pará, Secretaria da Presidência da Província, série ofícios, ano 1851-1855, caixa nº 159.

³⁵ PARÁ. Relatório do presidente da província do Gram-Pará o Exm. Sr. Dr. Fausto Augusto d’Aguiar na abertura da 2ª sessão ordinária da 7ª Legislatura da Assembléia Provincial no dia 15 de agosto de 1851. Belém, Typ. dos Santos & Filhos, 1851, pp. 59-60.

exato, sublevou-se o destacamento da colônia Pedro II, e teria assassinado o seu comandante e diretor, o tenente coronel Joaquim Bezerra de Albuquerque, escapando de ter a mesma sorte o reverendo Cônego capelão Estolano Alexandrino Gonçalves Baião, por ter podido a tempo evadir. Das participações oficiais, remetidas pelo delegado de polícia de Macapá, “em resultado da diligência que havia feito marchar para a dita colônia logo que teve notícia da sublevação”, constava que as praças revoltadas haviam se refugiados no território neutro do Amapá, depois de espoliarem a colônia.³⁶

Vicente Ferreira Diniz, Felipe Thiago, Honório Amaro de Lima, Antonio Francisco e Julião Serrão, encaminhados para a capital do Pará para deporem no processo que se teria instaurado contra os soldados que sublevaram e assassinaram o seu comandante, testemunham não somente como se deu a rebelião dos praças, mas também os inconvenientes que o diretor Joaquim Bezerra de Albuquerque submetiam os seus comandados, e que motivaram a revolta, e ainda que a revolta não era de conhecimento apenas dos soldados, mas de pessoas próximas ao diretor e que sofria as mesmas privações, como o cabo do 5º Batalhão de Artilharia, Domingos Paes.³⁷

Conforme registramos, um ano antes, o almoxarife e secretário da colônia já havia advertido a presidência do Pará, quanto a atuação de Bezerra de Albuquerque, que abusando da autoridade que havia lhe conferido se utilizava do trabalho dos colonos, se apropriava de parte do que produziam sem oferecer as devidas indenizações, distribuía castigos e se apossava de parte

³⁶ PARÁ. Exposição apresentada pelo Exm. Sr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros presidente da província do Gram-Pará em 31 de julho de 1855, por ocasião de passar a administração da mesma província ao 1º vice-presidente o Exm. Sr. Dr. Angelo Custódio Corrêa. Belém, Typ. Santos & Filhos, 1855, p. 12.

³⁷ Ofício da Colônia Militar Pedro II do Araguari de 30 de agosto de 1855. Arquivo Público do Estado do Pará, Secretaria da Presidência da Província, série ofícios, ano 1851-1855, caixa nº 159.

dos soldos dos praças. Durante a sua administração, de fato, ficou comum o registro de fugas da colônia.

Em 03 de dezembro de 1854, o próprio diretor destacava a fuga de alguns colonos. Entre eles estava Manoel João, paisano que estava casado com Inês Maria Rosa, que havia desaparecido de uma pequena roça onde se achavam morando desde o fim de junho para o princípio de julho, daquele ano, levando em sua companhia Romana Francesca também colona. De acordo com o diretor da colônia a moradia do colono Manoel João havia se transformado em um ponto de reunião de soldados para jogos e embriaguez, o que teria levado a impor que não consentisse se reunir nela mais que dois soldados a fim de evitar rixas e bebedeiras, registradas como comum nestas reuniões. A conversa “não muito agradável” (subentende-se que durante o interrogatório houve o uso de castigos físicos), Manoel João, segundo o diretor, havia “pedido licença e se retirado para a roça de onde desapareceu, queixando-se de que eu o perseguia”.³⁸ Registrava-se ainda que dois outros soldados haviam combinado de fugir com Manoel João para Macapá, no entanto foram capturados a tempo e presos por tentativa de deserção.

Esta atitude, ao que tudo indica, é utilizada como a principal arma dos homens atingidos pelos recrutamentos que não viam vantagem na vida nestes espaços de colonização; o que poderia gerar um questionamento sobre a atuação dos administradores da colônia. Sem contar que desvela o apoio que a sociedade local poderia desprender sobre as atitudes desses colonos, ou ainda, a fragilidade da fiscalização e pouco efeito da disciplina militar.

Para a Bezerra de Albuquerque a atuação de prender e castigar os que não atentassem para suas ordenações se justificava, pois boa parte desses colonos, incluindo Manoel João,

³⁸ Ofício da Colônia Militar Pedro II do Araguari de 03 de novembro de 1854. Arquivo Público do Estado do Pará, Secretaria da Presidência da Província, série ofícios, ano 1851-1855, caixa nº 159.

reduzia seu trabalho ao emprego da caça e pesca, cuja produção “mal chegava para si”. Com isso se evitava trabalhos mais produtivos como o plantio e a criação. Sendo assim, o diretor entendia que os castigos a que submetiam alguns colonos, contudo, não seria resultado de perseguição “e se algum mal tenho praticado é despertando-os, animando-os para o trabalho, pois a preguiça aqui reinava e ainda vai reinando”.³⁹

De acordo com Shirley Nogueira, a história do Exército teria provado que o aumento do rigor na disciplina não diminuía a insubordinação individual e nem os motins. Pelo contrário, oficiais muito rigorosos geralmente acabavam sendo assassinados. Situação que poderia está ocorrendo na colônia Pedro II, pois conforme aponta esta autora, os motins continuaram a ser o caminho para os soldados verem suas queixas e demandas atendidas pelas autoridades militares (NOGUEIRA, 2009, p. 315-316).

Os eventos ocorridos na colônia Pedro II e qualificado pelas autoridades provinciais como “teatro de cenas de insubordinação militar”, pode ser compreendido como resultado dos propósitos a que estes espaços estavam submetidos. O desafio das colônias militares, neste sentido, era no processo de promover a ocupação territorial, tornar os ocupantes desses espaços em colonos a partir de uma disciplina e norma militar. A exploração dos recursos das florestas, a princípio reprimidas, denota uma postura firme por parte dos militares. Pode ter sido, também, um instrumento empregado pelos militares com o intuito de obrigar esta população a tornar-se colono e voltar suas atividades a lida agrícola e pastoril, num movimento em que o povoamento, a segurança e defesa do território, propostas a que estava submetidas as colônias militares, exigiam desses colonos a superação das dificuldades quanto ao isolamento desses espaços,

³⁹ Ofício da Colônia Militar Pedro II do Araguari de 03 de novembro de 1854. Arquivo Público do Estado do Pará, Secretaria da Presidência da Província, série ofícios, ano 1851-1855, caixa nº 159.

a disciplina, a ausência das condições estruturais e ainda o atraso no pagamento dos soldos. Soma-se ainda as estratégias de sobrevivência, como a apropriação dos recursos florestais, a solidariedades quanto as ações autoritárias dos administradores da colônia e que muito bem se materializa nas insubordinações, nas fugas e assassinato das autoridades.

Referências

BAENA, Manoel. *Informações sobre as comarcas da Província do Pará organizadas em virtude do Aviso Circular do Ministério da Justiça de 20 de setembro de 1883*. Typ. de Francisco da Costa Júnior, 1885.

BATES Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

GREGORIO, Vitor Marcos. Mãos à obra: o governo provincial paraense e seus esforços para a navegação da região amazônica - 1850-1867. *Almanaque Braziliense*, nº 09, maio de 2009, pp. 122-136.

NUNES, Francivaldo Alves. Estado e colonização nas terras de fronteira da Amazônia Oriental (Guiana e Peru, século XIX). *Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC*. Vitória, 2008, pp. 1-17.

NUNES, Francivaldo Alves. Agricultura e colonização nas terras de florestas da Amazônia Oriental (século XIX). In: OLINTO, Beatriz Anselmo (Org.), MOTTA, Márcia Menendes (Org.), OLIVEIRA, Oséias (Org.). *HISTÓRIA Agrária; propriedade e conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2009, pp. 135-158.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *“A soldadesca desenfreada”: politização militar no GRÃO-PARÁ da Era da Independência (1790-*

1850). Tese (Doutorado em História Social do Brasil), Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2009.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. *O Tocantins e o Anapú*. Relatório do Secretário da Província do Pará. Belém, Typ. de Frederico Rhossard, 1864.

RAMOS, Guerreiro. *O Problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

ROMANI, Carlo. *Clevelândia, Oiapoque – Aqui começa o Brasil! Transito e confinamento na fronteira com a Guiana Francesa (1900-1927)*. Campinas: IFCH/ UNICAMP (Tese de Doutorado), 2003. •

TAVARES, Lyra. *Segurança nacional: antagonismos e vulnerabilidades*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

Colonização na história do tempo presente: Amazônia entre desenvolvimento e segurança nacional

Filipe Menezes Soares¹

Introdução

A euforia desenvolvimentista que tomou conta do Brasil nos anos 70 está associada à transformação do país em um canteiro de obras (REIS FILHO, 2000). No rol dos projetos de grande envergadura, encontrava-se o Programa de Integração Nacional (PIN). Promulgado em meio à estiagem que assolou a região Nordeste em 1970, o PIN proclamava o desenvolvimento em escala nacional e manifestava o desejo de unificar um país com dimensões continentais. O Programa de Integração Nacional foi um decreto-lei promulgado em 16 de junho de 1970². Sua principal manobra consistia em alterar a legislação do imposto de renda para pessoas jurídicas, leia-se empresas nacionais e estrangeiras, a fim de estimular a agropecuária no país. Dentre as obras a serem realizadas pelo PIN, destacava-se a colonização da Amazônia. A colonização foi uma política que estimulou o deslocamento de mão de obra para esta região transferindo grandes contingentes de trabalhadores para os considerados “espaços vazios” do território nacional. Uma vez na Amazônia, esses trabalhadores e suas famílias foram assentados em lotes de terra concedidos pelo governo. É justamente sobre a política de colonização que me debruço durante a pesquisa de doutorado.

Para o cumprimento do PIN, o governo federal comprometeu-se com a execução de obras tidas como prioritárias

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. PPGHIST – UFPA.

² Decreto-Lei nº 67.557/70, de 12 de novembro de 1970. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67557-12-novembro-1970-409139-publicacaooriginal-1-pe.html> (Acessado pela última vez em 07/07/2015).

ao desenvolvimento da Amazônia, como a construção das rodovias Transamazônica (BR-230) e Cuiabá Santarém (BR-163), e a posterior ocupação de suas margens, numa faixa de 10 km, onde se previa o assentamento de 100 mil famílias no período de 1970 a 1974 (DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL, 1972). Com a construção das rodovias, o governo pretendia abrir as portas da Amazônia à grande circulação de pessoas e mercadorias. A chegada de milhares de trabalhadores, por sua vez, significaria os primeiros passos rumo a um regime de produção no campo, pois além de ocupar a terra e nela produzir também serviriam como oferta de mão de obra aos latifundiários agropecuaristas que viessem a se estabelecer na região. Com este conjunto de obras, o governo projetou ocupar as fronteiras nacionais e estimular a produção agropecuária no país (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1972). A Amazônia foi mais uma região do território nacional onde a ditadura civil-militar pôs em prática o que entendia por segurança nacional e desenvolvimento – metas primordiais do governo de Garrastazu Médici (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1972).

A colonização, portanto, se daria em duas linhas mestras: o deslocamento de mão de obra para a Amazônia, sua ocupação, e o posterior estímulo à produção agropecuária, através do assentamento de empresas e agricultores pobres ao longo da Cuiabá-Santarém e da Transamazônica. No que toca aos trabalhadores rurais, tanto o deslocamento como o processo de assentamento das famílias foram realizados por um rigoroso controle governamental. Esse processo envolvia a seleção dos agricultores, o seu transporte rumo à Amazônia, a escolha e a demarcação das terras e, finalmente, sua posterior titulação. Essas eram as etapas do que foi oficialmente denominado de colonização dirigida – uma política de população guiada pela antiga fórmula de deslocar “homens sem terra para terras sem homens” (GARRASTAZU MÉDICI, 1972).

História de um conceito

Em janeiro de 2015 fiz uma série de entrevistas com trabalhadores rurais que chegaram à Amazônia nos anos 70 para “colonizar” a região. Os relatos de memória, somados aos outros documentos que reuni durante pesquisa (como matérias de jornal, fotografias, carnês de pagamento da terra, carteiras de identificação do colono e diários de viagem) me permitem contar a história da colonização dirigida no Brasil da década de 1970. Entrecruzando fontes de variadas naturezas com os relatos orais, realizo uma investigação que gira em torno de um grupo de indivíduos, mas que desemboca numa hipótese geral sobre um conjunto de acontecimentos de um dado período histórico (GINZBURG, 2006). Ou seja, a partir da história singular de cada indivíduo ou família, da experiência do deslocamento, da chegada em uma terra desconhecida e da recriação da vida em novos locais de moradia e trabalho, pretendo expor os pensamentos, as crenças e as esperanças das classes populares em torno da ditadura civil-militar brasileira. Nesta narrativa, as múltiplas histórias dos protagonistas, seus fragmentos despercebidos, colocam uma série de indagações sobre uma determinada política governamental e seus objetivos.

Definir a ação governamental como colonização traz consigo uma série de implicações políticas. Na pesquisa de doutorado, investigo o conceito de colonização para melhor entender as políticas governamentais direcionadas à Amazônia. Da utilização deste conceito pela racionalidade governamental da década de 1970 emergem questões cuja complexidade não posso esquivar: sobre o que falamos quando utilizamos o conceito de colonização? Quais os processos políticos associados às práticas colonialistas? Ao começar pelas palavras, podemos melhor destrinchar os significados políticos da colonização:

As palavras cultura, culto e colonização derivam do mesmo verbo latino colo (...). Colo significou, na língua de Roma, eu moro, eu ocupo a terra, e, por extensão, eu trabalho, eu cultivo o

campo. (...) A Ação expressa neste colo, no chamando sistema verbal do presente, denota sempre alguma coisa de incompleto e transitivo. É o movimento que passa, ou passava, de um agente para um objeto. Colo é a matriz de colônia enquanto espaço que está se ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar (BOSI, 1992, p. 11).

O termo colonização remete, portanto, às ações de ocupar a terra e nela residir, trabalhar e nela cultivar. A colonização da Amazônia nos anos 70 foi uma política planejada e facilitada pelas instituições federais, mas suas práticas, quando investigadas à luz do conceito, recolocam os trabalhadores e produtores rurais no cerne da questão. Ora, foram esses personagens que vieram em grande número para ocupar a região amazônica e em suas terras produzir.

Com a pesquisa que aqui apresento proponho passar das causas e consequências da colonização, seus objetivos e finalidades, para priorizar o que se passa *entre* os anos de execução desta política (DELEUZE, 1992)³. Esta forma de análise privilegia o entendimento da colonização enquanto um processo incompleto e transitivo. A colonização, ação expressa do verbo *colo*, remete a algo *incompleto* e *transitivo* (BOSI, 1992). Incompleto, porque colonização é um conceito ainda atual e que nos remete a diferentes temporalidades. Transitivo, pois deixaremos de lado as generalizações para privilegiar o colonialismo em ação, as práticas e relações daqueles que vivenciaram a política de colonização no início da década de 1970. Esta é uma estratégia narrativa que objetiva abarcar os inúmeros personagens da colonização, pessoas que se misturam entre políticos e funcionários das instituições de governo, produtores e empresas agropecuárias, mas, sobretudo, os milhares de trabalhadores que se deslocaram para a Amazônia no início dos anos 70. Além dos responsáveis

3 Como afirma Deleuze, 'a questão não é estudar a origem ou a causa, nem a finalidade ou a consequência, mas o que se passa entre'. DELEUZE, Giles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

pela colonização, o estudo desse processo desemboca nas consequências da colonização aos povos indígenas, posseiros e ribeirinhos, população amazônica que já habitava a área antes das intenções do governo em colonizá-la.

Embora priorize as histórias de vida e o protagonismo dos trabalhadores pobres, não posso fechar os olhos à condução governamental da política de colonização. Entre governo e população existe um movimento que se passa de uma razão conquistadora a um agente colonizador (BOSI, 1992). Para realizar a política de colonização dirigida, a racionalidade governamental saiu à procura da encarnação e socialização de seus desejos e necessidades. Este movimento envolveu um jogo de conquista e ação que abre espaço para outro território de pesquisa: as técnicas e ferramentas de governo. Isto não significa que tratemos a população da época como ludibriada pela propaganda da ditadura (CORDEIRO, 2015). Mas à medida que a colônia é um determinado “espaço que está se ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar ou sujeitar” (BOSI, 1992, p. 11), as pessoas que encarnaram os objetivos de governo o fizeram enquanto uma população consciente de suas ações, mas, muitas vezes, inconsciente do que se queria fazer com ela (FOUCAULT, 2008).

A colonização é, portanto, um movimento que envolve sua multiplicação enquanto um desejo de busca e conquista de terras e povos colonizáveis. Quando a Amazônia é eleita pela racionalidade governamental do período como uma região a colonizar, seu território e suas formas de vida aparecem imbricados entre discursos e práticas de sua dominação. As políticas e projetos colonialistas são suportados por um conjunto de discursos que elegem a Amazônia como um local a ser incorporado territorialmente e modificado culturalmente. Esses discursos comungam de um esquema interpretativo da Amazônia que se encontra disperso na literatura que propõe o entendimento da região. A colonização no Brasil da década de 1970 não se

limita às práticas de ocupação e produção do solo, mas está associada ao

procedimento de se pensar a Amazônia consoante um modelo dual, que se trata de um outro componente relevante dos esquemas interpretativos aqui tomados como objeto de reflexão. Semelhante procedimento dualista aparece nesta literatura interpretativa da Amazônia segundo diferentes modalidades de oposição simétrica, tais como: oposição entre “civilização” e “vida selvagem”, entre “progresso” e “atraso”, entre “modernidade” e “primitivismo”, entre “racional” e “nativo”, entre “sedentarização” e “nomadismo” e entre “harmonia” e “desequilíbrio”(ALMEIDA, 2008, p. 31).

Os significados políticos da colonização da Amazônia estão associados a um processo de expansão, exploração e conquista, o que constitui a face mais evidente da modernidade capitalista (HALL, 2009). Neste sentido, a política de colonização dirigida só pode ser entendida quando investigada a luz do próprio conceito. Proponho então um tipo de análise que caminhe num duplo movimento. A colonização da Amazônia só se torna inteligível quando a enxergamos enquanto um acontecimento de significância global. Entretanto, seus significados políticos para a sociedade brasileira da época só podem ser apreendidos quando assinalados o seu caráter deslocado e diferenciado. Faz-se necessário, portanto, recuperar as nuances de um projeto que elege determinada localidade do território nacional como um “espaço vazio”, ao mesmo tempo em que decide ocupá-lo por uma política específica de concessão de terras às margens de grandes rodovias federais.

A esta altura, a pesquisa da colonização no tempo presente já está situada em um projeto que pretende investigá-la sob dois processos. O primeiro, sem ordem de importância, é mais específico, e prioriza as histórias do deslocamento e as relações entre os colonos e destes com o governo. O segundo é

totalizante, no qual buscar-se-á os processos de ocupação de um território, exploração de seus bens e submissão de suas dinâmicas sociais. Estes processos não estão isolados entre si, mas contaminam-se um ao outro. Quando analisados em conjunto, facilitam o entendimento da colonização no Brasil da década de 1970:

Não por acaso, sempre que se quer classificar os tipos de colonização, distinguem-se dois processos: o que se atém ao simples povoamento, e o que conduz à exploração do solo. Colo está em ambos: eu moro; eu cultivo. (...) E, a rigor, o que diferencia o habitar e o cultivar do colonizar? Em princípio, o deslocamento que os agentes sociais fazem do seu mundo de vida para outro onde irão exercer a capacidade de lavrar ou fazer lavrar o solo alheio. O incola que emigra torna-se *colonus* (BOSI, 1992, p. 12).

A política de colonização da Amazônia unificou as duas vertentes acima mencionadas. Ao mesmo tempo em que se deu a ocupação do solo amazônico, foram exigidos milhares de braços disponíveis ao trabalho na região. A complexidade da política de colonização dos anos 70 já pode ser medida pela soma dos processos que a caracterizam – povoamento e exploração. Comentados os processos, a importância da citação passa a ser medida pela apresentação do termo *colonus*. O *colono* é uma peça fundamental à análise da política de colonização da ditadura civil-militar. Se for possível estabelecer um início para a colonização ele certamente não se encontra na região amazônica. Para contar a história da colonização pretendo recuperar a importância do processo de deslocamento às áreas de ocupação. O deslocamento é ele próprio uma violência, acometida contra aqueles que têm de deixar seus locais de moradia e trabalho, suas identificações com seus lugares de pertencimento. Escrever sobre a colonização é também narrar o deslocamento dos trabalhadores rumo à região amazônica. Neste enredo não podemos esquecer de analisar as

condições com que as pessoas tiveram de deixar suas antigas formas de vida rumo a outro mundo onde pretendiam se fixar e produzir. As despedidas, as viagens rumo à Amazônia e a chegada a um lugar desconhecido são experiências cruciais ao entendimento da transitividade da colonização.

Mas as histórias do deslocamento, suas viagens, não encerram a análise da colonização. O deslocamento, entretanto, é fundamental para a problematização de uma nova categoria, *o colono*:

A historiografia procurou durante muito tempo definir o que seria o colono, o que significou um excesso pois nem as fontes o fazem claramente. Como reação a estes exageros desenvolveram-se outros, que buscaram caracterizar o colonato como uma invenção historiográfica, um mito que servia apenas para encobrir uma realidade extremamente complexa e fluida. Um meio termo parece ser a posição mais razoável: a condição de colono era pessoal, surgida da relação entre o pequeno locatário e o grande locador, mas possuía um componente jurídico que dava a estes os meios de manter aquele preso a sua terra (CHEVITARESE, 2002, p. 248).

Ter contato com a historiografia da Antiguidade Ocidental é uma maneira de localizar a emergência da categoria colono, seja ela uma invenção historiográfica ou um termo jurídico. A importância desta historiografia reside no entendimento de que o colono é um tipo advindo das relações de produção no campo, o que implica processos de subjetivação e controle político. Se a ocupação da Amazônia foi denominada de colonização, os trabalhadores por ela agenciados foram então denominados de colonos. O aparecimento do colono no campesinato brasileiro criou uma nova categoria em torno daqueles que trabalhavam com a terra na Amazônia. Posseiros, colonos, grileiros e grandes proprietários, rivalizaram o acesso à terra e às condições de nela se fixarem e produzirem. Essa nova conformação social da Amazônia indica a possibilidade de investigarmos o processo de

subjetivação e o controle político desses trabalhadores rurais. Ou seja, o que era necessário para se tornar um colono na Amazônia dos anos 70? Ou ainda, com base nas políticas do regime civil-militar, o que significou ser colono no Brasil da década de 1970

A colonização, portanto, inaugurou um novo perfil de trabalhador rural na Amazônia – o colono. Foram os programas governamentais que determinaram sua fixação na terra e sua relação de produção. Cada família adquiriu um lote de 100 hectares e dispunha de acesso à crédito bancário e assistência técnica. De posse desses “benefícios”, esse novo grupo de camponeses, os colonos, se diferenciava dos trabalhadores mais antigos na região pela trajetória de assistência e proximidade com as instituições do governo federal.

Mas para além das diretrizes gerais da política do governo civil-militar e dos conflitos que engendraram na Amazônia, uma pergunta se impõe. Quem eram os sujeitos que se propuseram a viajar para um local desconhecido e nele habitar e produzir? Essa é mais uma das indagações que orientam a pesquisa. Durante a escrita da tese pretendo traçar as trajetórias dos colonos, contar suas histórias, recuperar os episódios políticos de sua aventura e correlacioná-los com as orientações gerais das políticas governamentais, seus compromissos, necessidades e heranças.

Por fim, proponho como meta primordial à análise da colonização, a busca por uma síntese entre os discursos do colonizador e do colonizado. Esta síntese não pressupõe somente acordos, mas estratégias de dominação e táticas de resistência. Nesse jogo, estão os mecanismos de produção do senso comum, seus conflitos no tempo presente e a consciência de sua historicidade. O corpo a corpo entre os discursos oficiais e as histórias dos colonos é o campo onde pretendo enveredar para reconstruir as relações entre Estado e sociedade. Pretendo então buscar as formas de circulação dos discursos da colonização e os esquemas interpretativos a ela associados. Para tanto, destacarei a apropriação desses discursos pelos colonos, reconstruindo suas formas de vida e os acontecimentos extraordinários da

colonização. A cultura encarnada e socializada, independente de seus usos, tem um papel cada vez mais central a desempenhar na construção das sociedades e nas análises dos historiadores.

Problematizar um conceito não corresponde a traçar uma história da língua, mas propor sua abordagem epistemológica. A tentativa consiste em discutir o conceito através de seus significados políticos na história, afastando, desta maneira, a tentação historicista da busca indefinida de uma origem. “Sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade e, sobretudo, não pode haver uma unidade de ação política” (KOSELLECK, 2012, p. 98). Durante o projeto de ocupação da Amazônia na década de 1970, a unidade de ação entre governo e população foi construída junto aos usos do conceito de colonização. É ele que orienta os processos de seleção e recrutamento dos trabalhadores, seu deslocamento e ocupação do solo amazônico; assim como também está associado ao modelo de desenvolvimento a ser implementado na região.

Os estudos de Reinhart Koselleck, e a metodologia por ele batizada de história dos conceitos (KOSELLECK, 2014; KOSELLECK 1992; KOSELLECK, 2012), autorizam as análises do termo colonização no intuito de facilitar o entendimento das experiências sociais da ocupação da Amazônia, sem, contudo, optar por reduções deterministas. De acordo com o Koselleck, a história dos conceitos só é aplicável à terminologia política considerada relevante para o campo da história social. Este é o caso da colonização da Amazônia na década de 1970, onde o conceito e sua investigação são capazes de propor e responder questões pertinentes à história social do período:

Portanto, a história dos conceitos é, em primeiro lugar, um método especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social ou político. É evidente que uma análise histórica dos respectivos conceitos deve remeter não só à história

da língua, mas também a dados da história social pois toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão linguística (KOSELLECK, 2012, p. 103).

Mas o que garante que a colonização seja ela mesma um conceito? De acordo com Koselleck, “uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela” (KOSELLECK, 2012, p. 109). Vimos a maneira com que a colonização é definida como um processo de ocupação e produção de uma determinada terra, assim como o deslocamento populacional é condição para o surgimento de seu correlato – o colono (BOSI, 1992). O processo de ocupação de uma terra, sua produção e o deslocamento de trabalhadores está presente no modelo de colonização dirigida da Amazônia durante o governo da ditadura. Mas outras circunstâncias de seu uso merecem ser investigadas para melhor entendermos a aplicação deste conceito. O termo colonização, quando utilizado para traduzir as experiências de ocupação da Amazônia, seja nos anos 70 ou em épocas anteriores, aparece imbricado em determinado esquema interpretativo da região:

Pelo menos até final do século xx, elementos básicos de tal esquema interpretativo podem ser identificados sob uma forma de vulgarização científica, quando todos discutem ou preconizam formas de exploração “racional”, ocupação “racional” e ação “racional” como “moderna”, suportando planos, projetos e programas oficiais de desenvolvimento da região amazônica. A noção de atualidade (Foucault, 1984) pode ser estendida aqui a estes argumentos interpretativos que se prolongam no tempo, que são repetidos de maneira implícita ou explícita, regidos por uma determinada monotonia que transcende contingências históricas (ALMEDA, 2008, p. 25).

Os múltiplos processos de ocupação e exploração da Amazônia acompanham um esquema interpretativo que

entendem as intervenções governamentais na região como “racionais” e “modernas”, sobretudo aquelas que foram orientadas por uma política de colonização. De acordo com Alfredo Wagner, o esquema interpretativo da “racionalidade” e da “modernidade” não está presente apenas nas políticas de desenvolvimento do regime civil-militar, mas também caracterizam a sociedade colonial e os projetos de ocupação dos séculos passados (ALMEIDA, 2008). O autor chega a afirmar que haveria continuidades entre o estado dinástico, sobre a governação pombalina, e o estado burocrático racional dos gabinetes presidenciais republicanos. Ao optar pela história do conceito de colonização tenho consciência de que este método “abrange aquela zona de convergência na qual o passado com todos os seus conceitos adentra os conceitos atuais” (KOSELLECK, 2012, p. 117). Ao partir de uma perspectiva histórica, pretendo contribuir com as investigações em torno da continuidade dos pressupostos colonialistas, sem esquecer das rupturas e diferenças entre os tempos coloniais e as políticas de colonização no Brasil contemporâneo. Antes de querer resumir momentos históricos tão distantes entre si, pretendo problematizar a maneira com que a colonização é interpretada por dada razão governamental e pelas pessoas que vivenciaram sua política. São os usos do conceito de colonização que tornam possíveis as experiências a ele associadas, como os processos de ocupação, produção e deslocamento populacional.

Portanto, a problematização deste conceito vai permitir o entendimento da colonização através dos momentos de duração, alteração e futuridade contidos na experiência política dos anos 70. “Na multiplicidade cronológica do aspecto semântico reside, portanto, a força expressiva da história” (KOSELLECK, 2012, p. 101). A tentativa consiste em buscar os significados que permitem e autorizam a definição de dada política por colonização, assim como circunscrever as circunstâncias históricas que são próprias aos anos da década de 1970. Este é um caminho de pesquisa que inevitavelmente cortará outros regimes de historicidade

(HARTOG, 2013), sem, contudo, perder o fio condutor que orienta os meus passos, no caso, a colonização da Amazônia durante o governo do general Garrastazu Médici.

Deste modo, não podemos naturalizar a escolha do termo colonização para definir o conjunto de obras destinado à Amazônia. Ao utilizar da história dos conceitos não pretendo descrever a política oficial tal qual foi planejada pelos militares, mas entender os mecanismos que a tornaram possível, capaz não somente de ser posta em prática, mas de ser representada por um conjunto de discursos e imagens insistentemente propagandeadas pela ditadura. As representações e os discursos a elas associados são o campo onde podemos visualizar a interpretação dos usos do conceito de colonização pelos contemporâneos dos anos 70.

Colonização e racionalidade governamental

A política de colonização exigiu que o governo determinasse as localidades de recrutamento dos colonos, transformando os trabalhadores em agentes conquistadores da Amazônia. A colonização é portanto um movimento segundo o qual um governo busca passar aos seus descendentes, os colonos, a imagem do descobridor e do povoador. De posse de um informativo que circula hoje na região da Transamazônica, posso afirmar que alguns antigos colonos tentam hoje, junto ao governo federal, um direito de pensão para as famílias que foram levadas à Amazônia durante o programa de colonização dos anos 70. No informativo, elaborado por uma comissão de três antigos colonos, eles dizem que sua presença na região foi estimulada por objetivos do governo federal em que figuravam as ideias de “integrar para não entregar” e de desmatar “uma terra sem homens para homens sem terra”. Com este trabalho, pretendo facilitar o entendimento dos processos pelos quais um governo designa suas funções a uma determinada população governada que, por sua vez, se apropria dos discursos oficiais e os transforma nas práticas cotidianas. E quando se trata de uma

colonização, os desígnios governamentais assumem um tom épico de risco e aventura. Através deste informativo, a relevância social e a atualidade do tema de pesquisa são comprovadas pelas práticas dos próprios trabalhadores, antigos colonos na Amazônia da década de 1970.

O relato contido no informativo é mais uma prova de que as histórias dos colonos se misturam entre aquelas que narram os acontecimentos de uma nova vida na Amazônia e aquelas que opinam sobre a política de colonização do governo federal (LABORIE, 2009). Uma vez reorganizadas pelo olhar do historiador, essas memórias possibilitam uma estratégia narrativa que permite “(...) referir-se menos ao processo e à lógica da mudança e mais à reconstituição de estados passados de consciência e à textura das relações domésticas e sociais” (THOMPSON, 2002, p. 234). Esta é uma pesquisa que pretende encarnar os discursos e as práticas de uma política governamental, antes de apresentar as causas e consequências de sua execução. Deste modo, podemos “retirar de nossa atenção os atores principais da história (grandes políticos, gestores, pensadores, gerais...) e fazer emergir um imenso elenco de suporte, que suponhamos ser composto de simples figurantes, força sua entrada em cena” (THOMPSON, 2001, p. 234).

Em documento oficial que disserta sobre o planejamento da política de colonização, o governo federal afirma que 75% dos colonos seriam recrutados nas áreas de “tensão social” do Nordeste (DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL, 1972). Os contingentes de outras áreas, notadamente o Centro-Sul, deveriam ser constituídos de colonos com razoável nível de conhecimento da tecnologia agrícola. No contato entre esses dois perfis de colonos, o governo pretendia criar o “efeito demonstração” (DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL, 1972), no qual os migrantes provenientes das áreas mais pobres, no caso o Nordeste, poderiam aprender técnicas mais avançadas de produção agrícola. Mais do que o conhecimento técnico, a intenção declarada era criar

comunidades em que “a nação brasileira se una no espírito da verdadeira integração e solidariedade” (DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL, 1972). Em pesquisa na Amazônia pude comprovar a existência de dois grandes grupos de colonos que ainda habitam a região: os nordestinos e os gaúchos, em toda generalização que o uso dos termos implica. Seus depoimentos por vezes confirmam um clima de solidariedade e por vezes apontam as disputas e conflitos decorrentes da priorização, por parte do governo, deste ou daquele grupo de colono.

A diferenciação criada pelo governo entre os diferentes grupos de trabalhadores rurais do campesinato brasileiro desemboca numa hipótese geral a respeito da análise da colonização dirigida na Amazônia. A assistência ao colono permitiu o controle do então insurgente campesinato brasileiro pela tutela das instituições federais. Como já dissemos, as áreas rurais do Nordeste, locais em que boa parte desses futuros colonos eram arregimentados, foram consideradas, pelo governo, como localidades de tensões sociais, tendo em vista o conflito pelo acesso à terra e a dificuldade de nela se fixarem e produzirem (PAGE, 1972). Quanto ao governo Médici e a historiografia sobre o período da década de 1970, o que a discussão da colonização traz de novo é a perspectiva da ação pelo desenvolvimento como um esforço coordenado e integrado. Ao articular as “potencialidades demográficas e territoriais”, o governo colocava em prática o que acreditava ser uma reorganização da estrutura econômica do Brasil. A modernização seria resultado de uma política que integrasse as regiões e usufrísse de suas “riquezas naturais” (MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, 1972). Este processo envolvia a execução de uma política de população na qual se pretendia deslocar trabalhadores de áreas tidas como “superpovoadas” em direção ao que se propagandeava como os “espaços vazios” do território nacional (DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL, 1972). De acordo com a razão governamental, o Nordeste era o lugar superpovoado, de tensões sociais decorrentes da luta pela

terra, mas também da abundância de mão de obra; a Amazônia, sua terra fértil e rica, era um “espaço vazio” disponível à produção agropecuária; e, no Centro-Sul, estariam o núcleo desenvolvido, os investimentos financeiros necessários ao crescimento econômico, bem como a mão de obra especializada para modificar o regime de produção nas áreas de colonização (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1972).

De forma resumida, podemos então concluir que a estratégia para o desenvolvimento do governo Médici se deu pela incorporação de novas áreas à economia total do país e, simultaneamente, pela melhor utilização da população enquanto recurso, mão de obra abundante (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1972). É neste universo que a colonização da Amazônia emerge como o carro-chefe da então nova política de desenvolvimento: adentrar os rincões do território nacional, romper com o “inferno verde” e, através dos estímulos à agroindústria, colocar o Brasil no patamar dos países do então primeiro mundo.

Portanto, a política de colonização foi o primeiro passo do governo da ditadura para ocupar a Amazônia e desenvolver o agronegócio na região. No decorrer dos anos, a distribuição de terras aos agricultores pobres, sobretudo àqueles provenientes do Nordeste, foi perdendo espaço para a entrada das empresas agropecuárias na Amazônia:

O governo Federal, após abandonar, em 1974, os projetos de colonização na Transamazônica, optou também por dar prioridade na Amazônia Legal à concentração fundiária, tendo nos incentivos fiscais o principal instrumento para que grandes proprietários de terra e/ou empresas agroindustriais adquirissem, sem ter necessidade de fazer quase nenhuma inversão de capital, grandes extensões de terra utilizando-as, em muitos casos, exclusivamente como reserva de valor ou diretamente em atividades especulativas (PETIT, 2003, p. 87).

Para o historiador Pere Petit, o abandono dos projetos de colonização está atrelado à substituição de prioridades na política de colonização. O colono, trabalhador pobre, sai de cena como peça chave na política de colonização para ceder espaço às empresas colonizadoras. Portanto, as consequências do programa foram entendidas como esperadas pela racionalidade governamental do período, uma vez que a finalidade maior da política era o estabelecimento do latifúndio no campo, tendo em vista as grandes metas de desenvolvimento da economia nacional. Tendo como base essas premissas, pretendo me lançar em um universo de pesquisa que me permita captar as motivações e as dificuldades dos trabalhadores que chegaram à Amazônia na primeira metade da década de 1970. A partir da análise dos relatos de memória, a tentativa consiste em escrever sobre a nova vida na Amazônia, seus sonhos e ilusões. Para dar conta deste novo objetivo de pesquisa, pretendo melhor problematizar o conceito de colonização, ideia que orientou o deslocamento e que definiu o novo perfil de trabalhador rural da região – o colono. Se do ponto de vista governamental, o assentamento dos trabalhadores foi abandonado, antes de apontar a chegada das empresas e a substituição de prioridades, cabe questionar em que situação foram relegados os colonos. Um leque de hipóteses se abre neste sentido, e uma série de destinos possíveis é esperada. Muitos dos trabalhadores ficaram na própria região, constituindo uma mão de obra volante às empresas que assumiram o controle das terras. Muitos outros voltaram à região de origem para tentar a sorte em outras atividades. Mas outros tantos se mantiveram na Amazônia, seja ocupando o mesmo lote a que foram designados nos anos 70, ou apropriando novas terras, tornando-se, em alguns casos, pequenos e médios proprietários do agronegócio na região. Por toda discussão que movimenta, como os incentivos ao deslocamento e a política de concessão de terras na Amazônia, o estudo da colonização, política oficial da ditadura civil-militar, é uma forma de problematizar a racionalidade governamental do

período e investigar os mecanismos de adesão ao seu projeto. Para tanto,

discuto a forma pela qual, ela [a colonização] assume e produz um discurso que se apresenta com determinado suporte institucional abrangendo e agilizando/cruzando diversas medidas administrativas, normas e regulamentos, propagandas, anunciando a sua função estratégica de reocupar os espaços e intervir nos conflitos agrários (GUIMARÃES NETO, 2014, p. 41).

Dentre os discursos produzidos e atualizados pela política de colonização estão aqueles que insistem na caracterização da Amazônia como um “espaço vazio” do território nacional. Esses discursos fazem parte de um esquema interpretativo no qual “o homem” da Amazônia também é frequentemente apresentado consoante o argumento de “insuficiência demográfica” (ALMEIDA, 2008). Com base nestes discursos é que as justificativas dos projetos desenvolvimentistas contrariavam a representação de espaço social e a territorialidade das diferentes etnias e comunidades que historicamente residem na Amazônia (ALMEIDA, 2008) desta região como um “espaço vazio” preconiza a sua ocupação e ignora as formas de vida locais. Entender a Amazônia como um espaço vazio não pressupõe somente a falta de pessoas, mas a falta de história e a ausência de uma dinâmica social própria (MAGALHÃES, 1991). Neste argumento, as formas de vida da região são “invisibilizadas”. A Amazônia não é apenas um território vazio, mas também representa um vazio social e histórico. Com o advento da colonização na década de 1970, a Amazônia do futuro não podia mais ser o lugar dos ribeirinhos, dos posseiros e dos indígenas. A colonização modificou o lugar de pertencimento desses grupos pela imposição de um regime de produtividade agroindustrial. Os estímulos ao desenvolvimento iriam modificar o cotidiano das populações amazônicas e, para isso, a retórica governista

transformou as populações de atingidas em beneficiadas pela modernização capitalista.

Na contramão da assertiva de “espaço vazio” e sobre as ações colonialistas na Amazônia, no que toca aos povos indígenas, José Costa Cavalcanti, ministro do interior no início da década de 1970, afirmou que a Transamazônica cortaria terras de 29 etnias, “sendo 11 isoladas e nove em contato intermitente” (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 203). Segundo noticiado na época, o objetivo principal na construção da Transamazônica não era a integração dos povos indígenas, mas afastar os possíveis obstáculos à terraplanagem⁴. Paralela à construção da rodovia, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) firmou um convênio com a SUDAM (Superintendência de desenvolvimento da Amazônia) para pacificar os grupos indígenas que resistissem às obras do governo federal na região (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014). Ao invés de defender os indígenas e a demarcação de seus territórios, a Funai, no início da dos anos setenta, se tornou executora de uma política de contato, atração e remoção dos índios de suas localidades em benefício das estradas e da colonização.

Os processos de expulsão e remoção dos indígenas de seus territórios representam a violência cometida contra esses povos. Com o avanço da política de colonização, o governo passou a conceder grandes extensões de terras aos produtores rurais na Amazônia. Apesar do silêncio na documentação dos militares, com este trabalho também pretendo esticar os fios da colonização para entender os impactos desta política aos povos indígenas. Alguns relatos orais dos trabalhadores que se deslocaram para a Amazônia na década de 1970 comentam casos de conflito com os indígenas na região. O projeto expansionista daqueles anos atualiza em nada menos cruel as incursões dos tempos coloniais. Até hoje a presença dos povos indígenas na Amazônia é ameaçada por projetos desenvolvimentistas de responsabilidade

4 REVISTA VEJA, “Índios no caminho”. Agosto, 1970.

governamental, o que também demonstra a atualidade e a relevância social do tema que aqui apresento.

Problematizar a colonização da Amazônia é um esforço intelectual que dilata o olhar histórico sobre a região. Entre continuidades e rupturas, a experiência dos anos 70 é importante ao entendimento das dinâmicas do tempo presente, ao mesmo tempo em que atualiza questões de um passado remoto. Hoje, as políticas de desenvolvimento são também estimuladas por discursos que pretendem ocupar os “vazios demográficos” e impor novos padrões de vida nessas localidades. Por sua vez, esses discursos não são inaugurados durante os anos da ditadura e remetem a uma literatura que remonta os tempos coloniais da Amazônia (ALMEIDA, 2008).

O uso do conceito de colonização para definir as ações do governo parece querer imprimir sentido às políticas governamentais através de uma vinculação estreita com as noções de futuro, progresso e “desenvolvimento.” No entanto, não podemos esquecer que a política de ocupação da Amazônia veio cumprir outra sorte de objetivos do governo. A presença sistemática do governo na região tornou-se, no início da década de 1970, uma necessidade de segurança nacional, uma das principais metas do governo Médici e da ditadura civil-militar.

No exercício da repressão à Guerrilha do Araguaia (STUDART, 2006), os militares perceberam que o uso da força não deveria ser o fio condutor de sua ação. Na perspectiva do governo, o que estava em jogo não era a conquista de um território, mas de uma população. Para eliminar a guerrilha era necessário evitar a aproximação entre os militantes e a população rural e, para tanto, o governo utilizou de uma série de ferramentas para demarcar sua presença na região. Na concepção dos guerrilheiros, a falta de assistência governamental era um elemento que facilitaria a instigação dos meios populares em torno da luta armada. Percebido isso, a presença sistemática do governo federal na localidade foi promovida com vistas a garantir uma adesão social ao projeto político da ditadura. Portanto, após

seis anos da chegada dos primeiros militantes comunistas na região é que, em 12 de abril de 1972, começaram os primeiros enfrentamentos bélicos. A esta altura, a colonização da Amazônia já estava em andamento e, junto com ela, todo um aparato institucional foi posto em prática para intervir na Amazônia.

Portanto, a política de colonização também foi utilizada para cumprir um programa assistencialista que também serviu como uma estrutura de repressão aos militantes da esquerda. A atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o INCRA, permite visualizarmos o funcionamento híbrido da colonização: assistencialismo e desenvolvimento, de um lado, e repressão e segurança nacional, do outro. De acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade, alguns oficiais do exército que atuaram na repressão à guerrilha, o fizeram disfarçados de funcionários do INCRA, de agentes de saúde, e até de posseiros (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, v.1, 690). Alguns depoimentos colhidos na investigação dos abusos de Estado cometidos durante a Guerrilha do Araguaia apontam que os agentes infiltrados repassavam, na sede do INCRA, as informações obtidas sobre os guerrilheiros e sua rede de apoio, o que confirma a utilização das instituições executoras da colonização como fachada para as operações da inteligência repressiva (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, v.1, 691). Alguns aviões utilizados para trazer os colonos à Amazônia também serviram como transporte aos militares disfarçados de servidores públicos (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, v.1, 691). Uma importante figura na repressão à guerrilha atuou disfarçada de engenheiro do INCRA. Foi o caso do Major Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, que chegou à região em maio de 1973. Dentre as funções de Curió, estava a realização de estudos socioeconômicos e a articulação do fluxo de informações dos agentes (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, v.1, 696). A proximidade do Major com as populações locais o transformou numa figura pública notável, a ponto de um dos municípios do sudeste do estado do Pará ter

sido batizado em homenagem ao seu nome, a Curionópolis. Desta maneira, não podemos descolar o alcance de sua popularidade da sua atuação enquanto um funcionário do INCRA.

Portanto, o estudo da política de colonização pode contribuir para a investigação da conduta repressora do governo civil-militar na região amazônica. Além disso, a pesquisa que aqui apresento é crucial ao entendimento dos mecanismos que fizeram da Amazônia uma região chave ao enfrentamento de dois caros problemas à ditadura: o desenvolvimento e a segurança nacional.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8, 2008.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CHEVITARESE, Andre Leonardo (org). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2. Brasília: CNV, 2014.

CORDEIRO, Janaína Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

DELEUZE, Giles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL, “*Altamira – I, INCRA*”, 1972.

FOUCAULT, Michel. *Segurança Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

GARRASTAZU MÉDICI, Emílio. *O sinal do Amanhã*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1972.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GUIMARÃES NETO, Regina. *Políticas Governamentais: a colonização como acontecimento*. In *Territórios e Fronteiras*. Cuiabá, vol. 7. nº 1. Abril, 2014.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade. Presentismo e Experiências do Tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. Estudos históricos: Rio de Janeiro, v. 5. n. 10, 1992, p. 134 – 146;

KOSELLECK, Reinhart. *Os estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LABORIE, Pierre. *Memória e opinião*. In Cecília Azevedo, Denise Rollemberg, Paulo Knauss, Maria Fernanda Bicalho e Samantha

Viz Quadrat (orgs). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro : FGV Editora, 2009.

MAGALHÃES, Sônia. *Expropriação e mobilização: a dupla face da relação entre os grandes projetos e a população camponesa*. In HEBETTE, Jean. *O certo está se fechando*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991. p. 176 – 198.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, *Metas e bases para ação de governo*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1972.

PAGE, J. A. *A Revolução que Nunca Houve; O nordeste do Brasil 1955-1964*. Tradução de Ariano Suassuna. Editora Record, 1972.

PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2003.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

STUDART, Hugo. *A lei da selva*. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

THOMPSON, E. P. *Folclore, antropologia e história social*. In E. P. Thompson. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

Um neófito na Imprensa: João Marques de Carvalho como *Rabelais Junior*

Maurel Ferreira Barbosa*

Na imprensa paraense de final do século XIX muito se escreveu sobre política. Legitimava-se um modo de pensar por entre as folhas dos principais jornais que saíam a público diariamente em Belém. Eram os chamados “homens de letras” que contribuía(m) sobremaneira para a consolidação de um projeto civilizatório para a capital paraense no despertar republicano. Marques de Carvalho é um exemplo desse intelectual.

O jornal do Oitocentos dá margem para entrevermos as movimentações que se davam na cidade e os embates que ocorriam entre artigos de fundo, crônicas e notícias diárias. Eram estes os principais meios de comunicação à época. Logo, se faz necessário olharmos o jornal enquanto fonte histórica, pois representavam a voz de determinados grupos, que buscavam legitimidade e sentido no jogo político a qual estavam inseridos.

Por dominarem o “escrever” numa sociedade de poucos leitores, tampouco de escritores, esses “homens de letras” tinham boas perspectivas de encontrarem na redação de um jornal diário uma colocação. A imprensa acabou sendo o “ganha-pão” de muitos deles, ou mesmo, um meio de legitimar-se. Como intelectuais, estavam à frente da redação de diversos jornais, escrevendo sobre vários assuntos. Eram monarquistas, republicanos, abolicionistas, católicos, maçons entre outros.

Esse artigo versará sobre a inserção do intelectual João Marques de Carvalho no universo dos principais periódicos paraenses, com destaque para a figura dos padrinhos políticos, que possibilitavam uma boa colocação no espaço da redação desses jornais. Sua estreia se deu em 1884 no *Diário de Belém*, com a primeira polêmica envolvendo seu nome: a publicação de um poemeto chamado *História de uma Navalhada*, envolvendo

* Mestre em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará.

questões políticas e o nome do proprietário do periódico *A Província do Pará*, o sr. Dr. Assis.

A imprensa Oitocentista

O periódico na segunda metade do XIX ganhou novos contornos a partir da década de 1870, pois “o desenvolvimento e a ampliação do mercado da imprensa modificaram inteiramente o processo de circulação dos jornais no Pará”. Uma enxurrada de folhetos jornalísticos circulavam na capital. Isso se deu em virtude das transformações sociais que ocorreram nessa segunda metade do século; tais como o surgimento de novas camadas sociais e o consumo de jornais por esses. Podemos responsabilizar essas mudanças devido à ascendência da economia gomífera (FIGUEIREDO, 2005). Nelson Werneck Sodré na *História da Imprensa no Brasil* (1994) afirma que o desenvolvimento dessa imprensa caminhava paralelo ao avanço do capitalismo. Segundo ele, a imprensa criou a publicidade, e com o passar do tempo, o jornal não sobrevivia sem esta.

Cada vez mais se fazia necessário conseguir uma gama maior de assinantes para o jornal. O proprietário de uma folha dependia de assinantes em meio a vários outros jornais. Essa demanda estaria atrelada a crescente publicidade que recheava as páginas desses periódicos. A renda do jornal era obtida dessa propaganda publicitária. No entanto, para que os anunciadores procurassem o jornal era fundamental um número considerável de assinantes. Em virtude disso, os jornais paraenses passaram a apostar cada vez mais nas novidades que vinham de fora, principalmente da França, no que tange a novas maneiras de atrair mais leitores.¹ Nessa busca, o papel que os folhetins irão ter nesses matutinos é de uma importância singular para a aquisição

¹ Sobre a história dos Folhetins, desde sua origem francesa até sua popularização no Brasil junto à imprensa, ver Meyer (1996).

de novos sentidos no hábito diário de ler dos paraenses, assim como, a ampliação do leque desse público leitor.

Portanto, uma forma de angariar esse público, que já fazia moda entre os principais matutinos europeus, era adicionar aos informes diários textos literários, como os folhetins. Conforme dito, era muito utilizado na Europa e fazia sucesso principalmente entre o público feminino. Assim, a literatura ganhava ares de destaque como fomentador de público leitor. Não há como negar que Marques de Carvalho testemunhara tudo isso *in loco*, quando estudara na Europa.

João Marques de Carvalho era filho de um comerciante português envolvido com os negócios da borracha, portanto, de família abastada. O dinheiro da família lhe possibilitou os estudos na Europa – privilégio para poucos na província. Desde meados de 1870 rumara com um tio para Portugal, onde estudou humanidades e depois se estabeleceu por mais tempo na França. Lá adquiriu maior habilidade com a língua francesa. Como tradutor de folhetins, fez parada no *Diário de Belém*, onde publicou vários desses textos.

Os folhetins foram fundamentais para a entrada do jovem escritor na redação do jornal. Era no rodapé do periódico, espaço corriqueiro desses textos literários, que Marques de Carvalho começaria a marcar presença no universo jornalístico daquela Belém. Não à toa, sua estreia como romancista ocorreu nesse espaço. Era comum os literatos da época divulgarem seus romances primeiramente no rodapé da folha em capítulos diários, para depois surgirem em formato de livro. Marques de Carvalho divulgou o romance-folhetim *O Pajé* no início de 1887 n^o *A República*.² Ao final desse ano, divulgou ainda o romance *Hortência* no Rodapé *d'A Província do Pará*, publicando em seguida esse romance em formato de livro.

² Sobre esse romance, inédito na historiografia literária paraense, cf. BARBOSA (2013).

Com o objetivo de avançar nos estudos, em 1789 embarca para Portugal. Por lá aprende as chamadas humanidades, além de “cursar alguns meses o Instituto Comercial e Industrial de Lisboa” (SALLES, 1989, p. 22). O jovem João Marques de Carvalho seguia com a família rumo a Europa, estabelecendo contato com o efervescente cenário literário daquele continente, primeiramente passando por Portugal e depois França. De lá viu o realismo de Eça de Queiroz fazer sucesso entre o público leitor dos jornais. Principalmente as reverberações das publicações dos romances *O Crime do Padre Amaro* e *O Primo Basílio*, ambos no final da década de 70.

Mas, o ponto crucial dessa trajetória teria sido a França. Podemos dizer que naquele país Marques de Carvalho definiu seu estilo enquanto literato deixando-se levar pelo naturalismo Francês. Segundo os jornais da época, Emile Zola era seu mestre no que diz respeito às ‘ideias novas’. Como o próprio escritor afirmara, fora na França que estabelecera contato com esse escritor, figura central do naturalismo experimental. Ao retornar ao Brasil delineou o projeto literário que iria se debruçar nos próximos anos. Era essa literatura que marcaria os diversos embates que travou junto aos redatores das principais gazetas diárias de Belém.

No *Diário de Belém*, em 1884, iniciou sua carreira de jornalista e também de literato, pois publicara nas páginas do mesmo a novela *Georgina* em folhetim. Mas se afasta da redação deste jornal um ano depois em virtude do proprietário proibir a publicação de seu conto “*Um bom marido*”, por julgá-lo imoral (SALLES, 1989, p. 22). Inconformado, abandonaria aquela redação e assumiria mais tarde a cadeira do *A Província do Pará*, onde publicaria dias depois o polêmico conto. Neste periódico, além de possuir espaço livre para seus escritos literários, como contos, romances e poemas, ganhara espaço para crônicas diárias. Por trás do pseudônimo *Machiavel*, o futuro escritor de *Hortência*,

assinaria a coluna *Histórias à Vapor*,³ onde chamaria atenção os acontecimentos cotidianos da sociedade belenense. Destacar-se-ia como cronista.

Através de sua escrita literária Marques de Carvalho contribuiu para o processo de consolidação do regime republicano na capital paraense. A esses intelectuais coube um projeto que buscava legitimar todo um imaginário político por meio da cultura (BARBOSA, 2008).⁴ Para Brito Broca, acerca dos intelectuais no advento da república

A geração que então surgia, inclinando-se no romance para o naturalismo e na poesia para o parnasianismo, manifestava acentuada tendência republicana. No que concerne aos naturalistas a atitude era lógica e perfeitamente explicável, como uma consequência da estruturação social proposta por Zola ao lançar os fundamentos da nova escola. “La République sera naturaliste ou ne sera pas” – proclamava o autor de *La Terre*. (BROCA, 1991, p. 115)

Nesse viés de interpretação, vale lembrar a postura política dos chamados “republicanos históricos”⁵ que tiveram participação ativa na propaganda do novo regime, tendo no *A República* o palco principal dessa campanha política. Através desse jornal usaram das expressões literárias de alguns dos nossos escritores para corroborar o ideário republicano entre seus leitores. Para Marques de Carvalho, essa postura intelectual frente ao periódico em questão se confundia com o papel do escritor que fazia literatura.

³ Essa série em formato de crônica começou a ser publicada em 25/01/1887, no periódico *A Província do Pará*.

⁴ A respeito dos intelectuais paraenses envolvidos diretamente com a propaganda republicana, Cf. FARIAS, (2000).

⁵ “(...)é uma forma de identificar os divulgadores do regime republicano que atuaram desde o período que antecedeu a Proclamação e que não faziam parte de nenhum partido político vigente na monarquia.” (FARIAS. 2005. p.13.)

Como exemplo, temos alguns escritos literários assinado por Marques de Carvalho que evidenciavam essa presença do político em seu trabalho. O poemeto *Lavas* veio a público como livreto em início de 1887. Entretanto, fora publicado antes nas folhas do *A República*, enviado em forma de carta provavelmente de Recife, quando Marques por ali estivera para a obtenção do título de bacharel (UM FOLHETO DE..., 1886). Dedicado ao órgão que precedera o *Partido Republicano Paraense*, Marques de carvalho publicava seu trabalho literário fazendo propaganda do que compreendia como a melhor forma de governo: o republicanismo. Publicou ainda em 1886 o opúsculo *O Sonho da Monarchia*, ressaltando a forte crítica antimonarquista e abolicionista.⁶

É no *A República* que a sua marca republicana irá se configurar de maneira mais objetiva. Embora nas páginas deste periódico não conste nenhum artigo assinado diretamente por Carvalho, o comentário de um outro jornalista nos esclarece a presença do literato, senão como redator principal ao menos como colaborador, nas folhas do mesmo. Sobre um artigo saído no *A República* condenando a igreja e o catolicismo, o articulista Fausto do *Diário de Notícias* afirmava:

agora vejamos qual a alma de kágado que escreveu o tal artigo; para que o povo fique conhecendo a parte gangrenada [da] républica. O Carvalho, apesar de ser mais amigo da pandega, não é com certeza. É mação talvez! A maçonaria prega a caridade - essa virtude de cristo (FORMIGAS ..., 1887)

Ao desejar saber quem escrevera o “tal artigo” polêmico, Fausto cita Marques de Carvalho provavelmente por ele fazer parte do grupo de republicanos que escreviam naquele periódico, mas o livra da culpa em razão de tê-lo como um suposto membro

⁶ O poemeto encontra-se atualmente perdido, restando apenas citações da obra n’*A Província do Pará*. Sobre essa discussão, cf. BARBOSA (2013).

da maçonaria e que por isso, segundo ele, não seria capaz daquelas afirmações. Conforme a definição de Eliane Colussi,

a maçonaria poderia ser definida em termos gerais como uma espécie de associação fraternal organizada em torno de rituais e símbolos assentados em torno da questão do segredo e do aperfeiçoamento intelectual da sociedade, caracterizando-se pelas ações filantrópicas e por não orientar política e religiosamente os seus membros (COLUSSI, 1998, p.24, *Apud* SANTOS, 2009)

O que corrobora as afirmações de Fausto acerca da maçonaria. Tal comentário de Fausto, naquele contexto histórico da capital paraense, não deixa de esbarrar nas discussões acerca da separação entre igreja e Estado. Ainda atrelada à monarquia, a igreja católica fora alvo de constantes ataques por parte dos republicanos que escreviam n’*A República*.⁷ O literato tanto fizera pelo regime republicano que chegou a escrever em 1886, “um opúsculo intitulado ‘Sonho da Monarquia’, onde possivelmente, lançava críticas ao regime monárquico” (FARIAS, 2000, p.23). Porém, o mesmo encontra-se perdido, restando apenas citações acerca de sua existência.

No entanto, o que nos interessa por agora é o opúsculo escrito em 1886 por Marques de Carvalho junto a tipografia do *Diário de Belém*, que gerou todo um debate acerca de sua autorização de publicação entre esse jornal e o periódico de propriedade de Joaquim José da Silva, o Dr. Assis.

Rabelais Junior e a Navalhada

Para a publicação de *História de uma Navalhada* Marques de Carvalho utilizou de um recurso muito frequente na imprensa do

⁷ Sobre o assunto Cf. FARIAS (2005).

Dezenove: o pseudônimo. É comum esbarrarmos com esse instrumento utilizado pelos intelectuais na lide com os periódicos. Diariamente saíam notas, artigos ou crônicas com um “apelido” novo, gerando certa angústia para o pesquisador. A tarefa árdua de tentar desvendar o nome por de trás desses codinomes demanda todo um cuidado na interpretação e análise do texto. Uma saída para as dificuldades em torno do pseudônimo seria compararmos determinados textos na imprensa ou outras publicações, supostamente escritos por uma mesma pessoa. Estabelecendo essa linha comparativa dentro de um determinado período, tentaríamos compreender no estilo do redator ou mesmo na repetição de alguns temas a identidade do responsável pela escrita. Talvez dessa forma, possamos elucidar dezenas de pseudônimos ainda obscuros por entre os inúmeros jornais que circulavam diariamente na capital.

Entretanto, em meio à imprensa era comum os próprios redatores acabarem por “entregar” o verdadeiro nome por trás do pseudônimo, seja de propósito ou por descuido. Volta e meia por entre acalorados debates de jornal para jornal, saíam alguns nomes vinculados a determinados pseudônimos; ou mesmo a menção de algum assunto que ligava diretamente um pseudônimo a uma pessoa. Assim o foi com Marques de Carvalho. Para além disso, felizmente podemos contar ainda com algumas publicações que se detêm a enumerar autores e seus principais escritos, assim como, seus diversos pseudônimos.

O *Labirinto do Pseudônimo*, de Clóvis Moraes Rego é a mais recente publicação acerca do tema (2005). O pesquisador levantou algumas obras raras como a de Remígio de Bellido (1908) sobre catálogos de jornais entre o século XIX e o XX; e duas obras importantes do historiador da literatura paraense Eustáchio de Azevedo (1919;1943). Porém, seus pseudônimos abarcam em sua maioria escritos do início do século XX. Para a imprensa do século XIX ainda são muitos os pseudônimos em aberto, envoltos pelo ‘escudo’ e ‘o elmo’ do codinome. É o caso de Marques de Carvalho. Clóvis Moraes Rego enumera os

seguintes pseudônimos para o escritor: “Paraense de Belém, Petrônio e Maria Thereza”(REGO, 2005, p.12). Entretanto, no último quarto do séc. XIX não eram esses os pseudônimos que utilizava.

Segundo Clóvis de Moraes Rego as razões para o uso do pseudônimo seriam várias,

Tais razões poderiam englobar vários aspectos. Um deles estaria exemplificado por situações temporais ou ocasionais: religião e crença, política, sociedade. Outro, seria ligado a problemas psicológicos do autor, ao receio da crítica, da contestação, do acirramento de um debate e até da modéstia. De maneira definitiva ou passageira o autor preserva-se, acoberta-se ou aguarda ventos melhores.

Por vezes, o pseudônimo é o resguardo do nome, por temor, de quem já adquiriu méritos e fama. (2005, p 09)

Para o escritor Coelho Neto que viveu entre o final do século XIX e início do XX, o sentido para o uso do pseudônimo era outro. Segundo o literato carioca, que em entrevista ao jornal Gazeta de Notícias de 1912, afirmava “ que o pseudônimo ‘Não é bem um disfarce, uma máscara’, constituindo antes uma cuidadosa opção narrativa adotada pelo autor em cada uma de suas séries” (*Apud* CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005). Quer dizer Coelho Neto que o codinome funcionaria para ele como uma espécie de alter-ego, em que trazia consigo um “personagem” com uma determinada linha de estilo ou personalidade. Ainda segundo o literato,

Mais do que um escudo, os pseudônimos podiam ser meio de elaboração de personagens-narradores, cujo perfil era construído cuidadosamente ao longo de cada série – em procedimento que se mostrava muito distante da imagem casual e direta muitas vezes a elas atribuída. O mesmo objetivo era as vezes alcançado através do título ou de outros recursos textuais que

individualizavam a série e ajudavam a conferir-lhe um sentido (*Apud* CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p. 13)

No que diz respeito a *Rabelais Junior*, se fora para se proteger do embate pela forte crítica no poemeto, não funcionou. Como dissemos, logo fora descoberto pelo debate que causou. Entretanto, não há como negar a alegoria do pseudônimo *Rabelais Junior* com o teor do material publicado. Embora o texto tenha se perdido, não restando vestígio algum de seu conteúdo atualmente, a não ser o debate que gerou entre *O Diário de Belém e A Província do Pará*, podemos inferir das notas de jornal trocadas de redação em redação que havia uma forte questão política e um provável teor religioso no tema do poemeto. Se não, vejamos: como deve ser sabido de todos, *Rabelais* é o autor francês dos clássicos *Pantagrue* e *Gargantua*, marcados pela forte crítica ao clero católico e aos costumes do século XVI (SILVA, 1961). Portanto, como não desconfiar da argúcia do escritor na alusão irônica ao escritor francês quando da assinatura do poema que acirrou os brios de diversos sujeitos na imprensa da capital naquele momento?

Em início de 1886 *O História de uma Navalhada* veio à público sob a alcunha de *Rabelais Junior*, tendo sido impresso pela tipografia do *Diário de Belém* em fevereiro daquele ano.⁸ Em menos de uma semana da publicação o verdadeiro nome por trás do escudo veio à tona. Marques de Carvalho já despontava como polemista publicando o que compreendemos como o primeiro dos vários poemetos que dariam o que falar por entre a imprensa.

⁸ “**Poemeto.** – Recebemos um exemplar do poemeto intitulado – *História da Navalhada*, devido à *penna* de Rabelais Junior. É um folheto de 18 páginas de versos alexandrinos. Agradecemos.” In : (*Diário...*,1886, p.03) [grifos do autor]. Este poemeto recebeu, a partir do que percebemos nas fontes, ao menos três variações de título: *História de uma Navalhada*, *História da Navalhada* e até mesmo somente a expressão *Navalhada*. O exemplar encontra-se perdido, restando apenas poucas citações a seu respeito na imprensa da época.

A polêmica em questão envolveu o jornal conservador *A Constituição*,⁹ que no dia posterior à publicação divulgou nota criticando o teor do poemeto. Logo em seguida o dono do *Diário de Belém*, responsável pela tipografia de onde saíra o texto respondeu dizendo não saber e não ter autorizado sua publicação, responsabilizando sumariamente o jovem Marques de Carvalho por suas linhas. O lugar de impressão acabou sendo um dos motivos da discórdia entre o diretor deste jornal e Marques de Carvalho, envolvendo naquele momento outros sujeitos no jogo político entre os principais periódicos de Belém.

Tudo teve início quando “O Sr. Marques de Carvalho teve o atrevimento de enviar-nos um exemplar do pasquim que escreveu e mandou imprimir na *typographia* do ‘Diário de Belém’, intitulado – *A Navalhada*”, afirmou a nota anônima do jornal *A Constituição* (PASQUIM, 1886, p. 02). O caso resvalou para o dr. Joaquim José de Assis, proprietário d’*A Província do Pará* e principal rival político daquele periódico.¹⁰

Se não nos é lícito por amor de nós mesmos agradecer, *deixemol-o* entregue ao novo ofício, em que o Sr. Dr. Assis está agora aproveitando as suas habilitações, para deplorar que os prelos do ‘Diário de Belém’ se tivessem manchado com o pasquim *immundo* na forma e no fundo (PASQUIM, 1886, p. 02).

Assim, tendo sido usado por dr. Assis, segundo o jornal reclamante, pois, “s. s. pervertido, perverte os que infelizmente lhe caem nas unhas e inexperientes seguem os seus conselhos envenenados,” dessa forma, “Aproveitou, como aproveitado tem

⁹ Manoel Barata, em seu catálogo de jornais paraenses, denomina esse periódico como pertencente ao “órgão do partido conservador”(1973, p. 249)

¹⁰ “Dr. Assis – Bacharel Joaquim José de Assis. Jornalista. Fundou e dirigiu em Belém, os seguintes órgãos: O Pelicano, 1872-1874, periódico de defesa da maçonaria; O Futuro, 1872, destinado à propagação dos ideais republicanos; A Província do Pará, 1876-1908. Era político influente tendo sido um dos chefes do Partido Liberal, no Pará.”(CRUZ, 1963, p. 434)

sempre e muitas vezes, o Sr. João Marques de Carvalho para escrever a *Navalhada*, [...]” (PASQUIM E PASQUINEIROS, 1886, p. 02). A nota acusa Dr. Assis de ter usado a inexperiência do jovem jornalista, e portanto, vulnerável aos que há mais tempo estavam na imprensa e política paraense.

O embate entre *A Constituição* e o proprietário da *Província do Pará*, deixa claro as divergências políticas entre os dois órgãos, tendo em vista que *A Constituição* é um jornal do partido conservador, enquanto que *A Província do Pará* simpatizava pelo republicanismo. Além de que a repercussão do caso acima narrado esclarece o rompimento definitivo entre Marques de Carvalho e a direção do *Diário de Belém*, que “usado” por “Dr. Assis”, teria “abusado” da confiança do diretor deste jornal. Confirma ainda a rede de relações existentes no jogo político em meio aos bastidores da redação dos principais periódicos da capital paraense. Como aliado de dr. Assis, culminando no conflito que o afastou do *Diário de Belém*, Marques de Carvalho deveria saber o que fazia, pois com o ocorrido, ganhou o lugar que iria marcar sua escrita jornalística e literária durante anos na redação d’*A província do Pará*.

O fator responsável pelo rompimento definitivo entre o literato e este jornal, teria se dado em virtude da impressão e publicação, supostamente sem autorização, do poemeto *A História de uma Navalhada*. Em sua “Declaração Necessária”, Manuel Couto destacava o artigo da *Constituição* que lamentou “que a HISTÓRIA DE UMA NAVALHADA *sabisse* dos prelos do Diário de Belém”, que segundo o diretor, “já pedia esta declaração, da qual me absteve no intuito de convencer ao Sr. M. de Carvalho da fealdade do procedimento que teve comigo.” (DECLARAÇÃO..., 1886, p. 02) [grifo do autor]. Mostra-se portanto, indignado com o que chamou de “abuso de confiança” por parte do literato, justificando assim suas palavras:

Quando assumi a administração do Diário de Belém já o Sr. M. de Carvalho frequentava o *escriptorio*, insinuando-se amigo dedicado e captando a minha confiança.

Consenti por isso na publicação de vários trabalhos *seos e accedi* na impressão do *pamphleto* “A história de uma navalhada” sem verificar o que *aquillo* era, até porque foi *elle* quem tirou a prova.

Isto, eu sei, não *diminue* a minha responsabilidade, que só tarde *comprehendi*, quando, com relação, *sabio* uma local, que foi lida pelo Sr. Dr. Pinheiro.

Pois bem, declaro que o panphleto foi impresso a *seo* pedido e sua era a letra do *autographo*, que *elle*, por outro abuso de confiança, *condusio...e*, pelo que fica lhe vedado o ingresso no escriptorio d’este Diário (DECLARAÇÃO..., 1886, p. 02).

Segundo consta, ao ler uma a nota saído na *Constituição*, o proprietário do *Diário de Belém*, dr. Antônio Pinheiro, não gostou do que viu. Manuel Couto, por sua vez, afirmou de público que não sabia do conteúdo e da impressão do poemeto em questão, jogando a culpa para Marques de Carvalho, “ao qual me apresso a responder. Veremos quem ficará de *peior* partido” afirmou o literato. E disse ainda:

Encerra esse artigo tantas mentiras, quantos são os seus tópicos!

Quero crer que não houve fealdade de minha parte para com o diretor M. Couto, propondo-lhe a impressão d’um trabalho literário, ao que s. mcê. *accedeu* sem hesitar, com a condição de perceber uma PORCENTAGEM estipulada.

É falso, é mentira *cynica* e ousada de s. mcê., a asserção que apresenta de que eu já frequentava o *escriptorio* do *Diário de Belém* quando tomou sobre seus *hombros* a direção do mesmo jornal (CARVALHO, 1886, p. 03).

O literato responde ao artigo mencionando um acordo em valores correspondente à publicação do poemeto, defendendo-se assim das acusações de “abuso” de confiança. Percebemos com isso, os bastidores do “mercado” editorial por trás dos periódicos e tipografias de Belém. Para publicar determinada tiragem,

obviamente, o responsável pela impressão, ou mesmo o proprietário da prensa, deveria ganhar algum valor com a mesma. No caso em questão, custa crer que o proprietário dr. Pinheiro ou a direção do dito jornal não soubessem da tiragem endereçada ao jovem escritor. Se desviando da responsabilidade, por razões ao que tudo indica políticas, Manoel Couto negava saber do conteúdo daquele impresso.

Segundo Marques “O director sabia, – sim! – sabia o que *aquillo* era; [...] não distribuiu o poemeto para a composição sem verificar o que tinha nas mãos;” pois “ouviu uma leitura completa que lhe fiz do poemeto, e achou-o bom, pois que o applaudiu com estas palavras: – ‘Está muito bom, menino, muito!’.” Repetindo várias vezes com diversos argumentos que o tal diretor sabia daquela publicação, pois “no dia 2 do corrente, quando o impressor se dispunha a *metter* no prelo o livro, mandou suster até ao dia seguinte os trabalhos, *receioso* de que, na sua ausência penetrasse na *officina* o Sr. Dr. Pinheiro e descobrisse o que se fazia”. A respeito da proibição de frequentar o jornal, “respondo que pouco *heide* sentir tal proibição. Nada tenho a perder com a interrupção de minhas visitas a esse *escriptório*” (CARVALHO, 1886, p. 03), e no dia seguinte, saía de publicação o folhetim que Marques de Carvalho traduzia de um romance francês, assim como qualquer aparição sua neste jornal.

O jovem João marques de Carvalho ainda não era o articulista republicano que iria se tornar quando colaborava junto à redação do jornal *A República* em 1887. Nem tampouco o cronista e defensor ferrenho do naturalismo de Emile Zola no periódico *A Província do Pará*, de 1887 até às primeiras décadas do século XX. Todavia, já arregaçava as mangas para tornar-se como tal. Para isso fora imprescindível a acolhida de um importante nome da política paraense naquele momento: Dr. Assis.

O texto em questão e a menção a Joaquim José de Assis, o Dr. Assis, evidencia o apadrinhamento do jovem Marques de Carvalho em sua entrada na imprensa. Embora desde 1884 atuando como colaborador no *Diário de Belém*, após sua saída

desta redação, marcou sua carreira jornalística escrevendo para o jornal de propriedade de Joaquim José de Assis: *A Província do Pará*.

Segundo Alan Cristian de Souza Santos, Dr. Assis “ocupou diversos cargos maçônicos e possivelmente foi o maior responsável pela organização da imprensa maçônica paraense.” Proprietário dos Jornais *O Tiradentes*, *O futuro*, *A Província do Pará* e redator d’*O Pelicano*. Foi ainda Bacharel em Direito, secretário de governo, deputado provincial e Membro do partido Liberal (2015, p.76). Ativo na imprensa maçônica e na política configurou o que o historiador chamou de sociabilidade maçônica como a mola propulsora para a projeção de algumas personalidades na política paraense, assim como, no jornalismo. Dessa forma, Santos afirma que:

No entanto, se é verdade que Dr. Assis soube cultivar inimizades, também o é que teve argúcia para influenciar e agregar outros ao redor de suas ideias. Este parece ter sido o caso de Francisco de Souza Cerqueira e Antônio José de Lemos que o acompanharam desde os tempos do periódico maçônico até a realização de outro ousado empreendimento, não mais oficialmente maçônico, porém de grande importância para a circulação dos conteúdos da maçonaria paraense. Pelas páginas da *Província do Pará*, periódico que logo conseguiu sua independência do Partido Liberal, passava um pouco do segredo que supostamente seria revelado com a criação do *Pelicano* anos antes (2015, p. 84).

Justamente o jornal que faria parte João Marques de Carvalho, moldando seu nome poucos anos depois enquanto literato e articulador do naturalismo no Pará.

As discussões em torno da imprensa maçônica do grupo de Dr. Assis, seu republicanismo e o catolicismo em meados da década de 70 acabaram resvalando de maneira implícita no teor dos escritos de a *História de uma Navalhada*. O ranço desses debates ecoou nas entrelinhas dos discursos entre o *Constitucional* e a *Província do Pará*. Não à toa sua ligação indireta ao texto.

O “pervertido” Dr. Assis, ao que parece, acirrava os ânimos de algumas personalidades da imprensa paraense. Desde meados de 70, conforme o redator anônimo do *Diário de Belém*, já “pervertia” a jovem intelectualidade que surgia naqueles idos acalorados de debate político, e arrastava consigo o grupo ao qual se supõem ter lhe feito a corte pelas décadas seguintes. As constantes discussões pela imprensa entre a maçonaria e a igreja católica, passando pelos debates acerca do republicanismo e abolicionismo tiveram em boa dose a presença desses intelectuais. Seja por intermédio da imprensa ou pela literatura – caminhos que se inter cruzavam naquele momento histórico – configuraram o espaço de luta e embate ideológico que se legitimava conforme a ideia de República ia sendo construída no Pará.

Considerações Finais

O olhar sobre o universo cultural onde jornalistas e escritores estavam imersos se faz imprescindível na apreensão da concepção política desses intelectuais. Nos discursos e debates jornalísticos, ambas as imagens se confundem no cotidiano dos sujeitos e agentes sociais envolvidos nas mudanças que aquele período testemunhara.¹¹

Nesse jogo de relações, interage tanto o escritor quanto o leitor, sujeito este quase sempre vulnerável aos discursos impressos nas folhas daqueles matutinos. O periódico naquele final de século, por conseguinte, traz em suas entrelinhas o discurso político. Portanto, resta ao historiador problematizar o jornal enquanto fonte histórica, se atendo ao que se esconde por de trás das linhas ali impressas. O periódico, pode ainda fornecer o olhar imediato ao cotidiano e a movimentação da cidade, dando margem para a nossa compreensão sobre os debates travados nos

¹¹ Sobre a *Belle Époque*, ver SARGES (2000); Para além dos mitos da historiografia sobre esse período, ver FIGUEIREDO(2008).

artigos de fundo, crônicas e noticiários diários que recheavam os espaços do principal meio de comunicação à época.

No entanto, tomar o jornal como fonte de pesquisa demanda certos cuidados metodológicos, principalmente em relação à imprensa Oitocentista. Entre tais cuidados, conforme assinala Tânia Regina de Luca, estaria o de identificar nos jornais vestígios de ideologia dominante, ou seja, a imprensa como instrumento de defesa de interesses e de intervenção na vida social (DE LUCA, 2005, p 111-153). Em suma, devemos negar a perspectiva de neutralidade e imparcialidade do jornal no jogo político a que esteja imerso.

Assim, os sujeitos que travavam discussões e debates pela imprensa eram basicamente homens de letras que dominavam a arte da escrita e possuíam o cabedal necessário para estarem na redação das principais gazetas que começavam a se desenvolver em meados do século XIX. Como intelectuais, tomavam a frente da redação enquanto articulistas, escrevendo sobre os mais diversos assuntos, desde política, o dia a dia da cidade, até a crítica literária.

Dessa forma, delineou-se a trajetória e ascensão do escritor João Marques de Carvalho por entre os periódicos do último quarto do século XIX. Como conhecedor “das letras”, recém chegado de seus estudos de humanidades na Europa, encontrou na proteção e acolhida de Joaquim José de Assis o caminho ideal para a sua entrada no meio intelectual da capital paraense, cujo os jornais seriam o palco principal e necessário para a sua legitimação enquanto escritor e consolidação de seu projeto político e literário para aquela Belém de final do século.

A partir de um opúsculo intitulado *História de uma Navalhada* – ao que tudo indica de forte cunho político – João Marques de Carvalho deu início a sua trajetória de escritor, polemista e articulador político em meio à grande imprensa paraense. Dali para frente, ouviríamos falar por diversas vezes do jornalista e literato que sempre esteve envolvido em alguma polêmica ou debate travado sob os mais variados assuntos. Já

estabelecido n^o *A Província do Pará*, iria figurar mais tarde como o mais ferrenho defensor do naturalismo por essas paragens.

Referências bibliográficas

Periódicos consultados

“*Formigas de Fogo*” in: *Diário de Notícias*, Belém, (ilegível) fevereiro de 1887.

“Pasquim” in: *A Constituição*, Belém, 09 de Fevereiro de 1886.

“Pasquins e pasquineiros” in: *A Constituição*, Belém, 12 de Fevereiro de 1886.

“*Um Folheto de M. de Carvalho e um prefácio de Álvares da Costa*” in. *A República*. Belém, 30 de dezembro de 1886.

Diário de Belém, 06 de fevereiro de 1886.

J. Marques de Carvalho, “Declaração Necessária. – resposta única –” in: *A Província do Pará*. Belém, 12 de fevereiro de 1886.

M. Valente do Couto, “*Declaração Necessária*” in. *Diário de Belém*, 11 de fevereiro de 1886.

Bibliografia

AZEVEDO, J. Eustáchio de. *Anthologia Amazônica*(poetas paraense) 2^a Ed. Belém: Livraria Clássica,1919.

_____. *Literatura Paraense*. 2. ed. , aum. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1943.

BARATA, Manuel. *Estado do Pará. Jornais, Revistas e outras Publicações Periódicas de 1822 a 1908*. In: *Formação Histórica do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

BARBOSA, Maurel F. *As Bellas Letras na Construção da República(1886-1887)*. Monografia de conclusão de curso apresentada à Faculdade de História da Universidade Federal do Pará, 2008.

_____. *O Pajé: literatura, naturalismo e história no Pará do século XIX*. Belém: IAP, 2013.

BELLIDO, Remijio de. *Catálogo dos jornaes paraenses (1822-1908)*. Belém: Imprensa Oficial, 1908.

BROCA, Brito. *Naturalistas, Parnasiano e Decadistas: vida literária do Realismo ao Pré-Modernismo*. São Paulo: Unicamp, 1991.

CHALHOUB, Sidney (et alli). “Apresentação” in: *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005

CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. 2º vol. Belém: Universidade do Pará, 1963, (Coleção Amazônica: Série José Veríssimo).

DE LUCA, Tania Regina. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

FARIAS, William Gaia. *A Construção da república no Pará (1886-1887)*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Fluminense. Rio de Janeiro, 2005.

_____. *Os Intelectuais e a República (1886-1891)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de altos Estudos amazônicos – NAEA/UFPA, 2000.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *A Cidade dos Encantados: pajelança, feitiçaria e religiões afro-brasileiras na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2008.

_____. *Páginas Antigas*: uma introdução à leitura dos jornais paraenses, 1822-1922. In: VIEIRA Jr. Antônio O. *et ali. Margens*: revista multidisciplinar do núcleo de pesquisa – CUBT/UFPA. Belém: Paka-Tatu, 2005.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REGO, Clóvis Moraes. *O Labirinto do Pseudônimo*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2005.

SALES, Vicente. “Cronologia” in: CARVALHO, João Marques de. *Hortênci*a. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1989. (Coleção Lendo o Pará, n.º. 3).

SANTOS, Alan C. de Sousa. *Os Filhos da Viúva na região Amazônica: uma pequena história da maçonaria paraense do séc. XIX*. Comunicação apresentada no II Seminário Nacional de Pós-Graduandos em História das Instituições, UNIRIO, 2009.

_____. *Discursos, personagens e tramas: a imprensa Maçônica no Pará do século XIX – 1ª ed.* – Curitiba: Editora Prismas, 2015.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque – 1870-1912*. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SILVA, Domingos Carvalho da. “Nota Explicativa”. *O Gigante Gargantua*. Clube do Livro: São Paulo – 1961.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994.

Intelectuais e imprensa no virando século: educação e civilização nas páginas da revista *A escola* (1900-1905)

Wanessa Carla Rodrigues Cardoso¹

Na Primeira República, a imprensa periódica se torna um grande veículo de atuação política. Os jornais e revistas representam as tribunas da discussão política e das polêmicas entre grupos. Nesse sentido, os intelectuais ao assumirem lugares estratégicos nas redações desses periódicos, apresentam suas formulações políticas, culturais, e ideológicas, mostrando sua percepção de si e da sociedade.

Muitas eram as produções literárias, científicas e pedagógicas de Belém do início do século, com a perspectiva de divulgação do ideário republicano, ou com o intuito de exaltação da cultura regional articulando-a ao mito da nação republicana nascente. Entre os periódicos que podemos citar estão: *Boemia Literária* (1900); *O Parnaso* (1900); *O Estudante e O Ideal* (1903); *A Voz Literária* (1904); *O Pará Moderno* (1906); *A Revista Acadêmica* (1912); *A Ilustração Paraense* (1912-1914); *Caraboo e Efemeris* (1916); *O Ensino* (1918); *Guajarina* (1918); *A semana* (1918-1940); *A Revista Belém Nova* (1923-1929), além da revista *A Escola* (1900-1905), para qual direcionaremos nosso olhar no presente artigo.

Este artigo se propõe a analisar a revista pedagógica *A Escola* e o debate educacional e civilizacional que permeou suas páginas, travado por seus articulistas, muitos deles republicanos históricos, membros da oficialidade local, professores e produtores de livros e manuais didáticos que circulavam nos

1 Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA; Doutoranda no Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará (PPHIST).

grupos escolares de então, como seus redatores Arthur Vianna² e Vilhena Alves³.

Pretende-se também, através da análise de *A Escola*, entender o papel social da imprensa, especialmente a imprensa pedagógica no alvorecer da república no Pará, os valores veiculados e as prescrições presentes nos textos, lições e discursos, de caráter eminentemente educativo.

Fundada pelo Diretor geral de Instrução Pública Dr. Virgílio Cardoso de Oliveira⁴ em 03 de maio de 1900, tornou-se a porta voz da oficialidade local caracterizada como *A Revista Oficial*

²Arthur Octávio Nobre Vianna (1873-1911), professor, jornalista e historiador sócio fundador do IHGP, nasceu em Belém, estudou no Lyceu Paraense, diplomou-se em Farmácia pela antiga Escola de Farmácia do Pará, de 1899 a 1906 foi diretor do Arquivo Público do Pará, grande pesquisador, soube como se valer dos documentos presentes na instituição para seus estudos. Tinha fortes ligações políticas na gestão de Antônio Lemos, de quem era amigo pessoal Publicou em 1919 *Pontos de História do Pará*, impressa na empresa Gráfica Amazônia, obra bastante elogiada por suas qualidades didáticas (SARGES, 2002).

³Francisco Ferreira de Vilhena Alves, educador e poeta paraense, que dedicou-se as letras e a ciência na virada do XIX, pertencendo a Mina Literária e sendo sócio fundador além do IHGP também APL. Entre suas publicações didáticas podemos destacar o *Compendio de Analyse Moderna: Lexicologia* (1895) e *Syntática e Exércicios de Portuguez* (1900), editado pela Imprensa Oficial do Estado, além de *Primeira Grammática da Infancia* (S.d) e *Segunda Grammatica da Infancia: Curso Médio* (1897), ambas pela tipografia P. Barbosa e Seleta Literária (1900), pela R. L. Bittencourt.

⁴Virgilio Cardoso de oliveira, Diretor Geral de Instrução Pública em 1900 e diretor fundador da revista *A Escola*, é autor de várias obras didáticas entre elas *Leitura Cívica- apontamentos, história e noticias sobre a Constituição Federal* (1901), editora Sabino Silva, pela Livraria Moderna; *A Pátria Brasileira* (1905), Bruxellas, pela tipografia C. Gouwelos; *A Terra Brasileira*, foi editada em 1907 pela Livraria Escolar e também em Paris, na tipografia de Aillaud & Cia.. Em *Pátria Brasileira*, descreve nossos principais acidentes geográficos, os fatos, heróis e batalhas mais importantes da História do país. O autor escreve *Pátria Brasileira na Europa*, liberado pela Intendência Municipal de Belém, em prefácio o autor agradece o incentivo e colaboração do governo de Antônio Lemos.

do Ensino no Estado do Pará. Direcionada aos pais, público em geral, diretores e técnicos ligados a instrução pública do estado, era, no entanto, especialmente voltada a formação do professorado local, que adquiriam a revista em caráter obrigatório com descontos contínuos em suas folhas de pagamento.

De publicação mensal pela Imprensa oficial do Estado⁵, *A Escola* estava dividida inicialmente em sete secções que sofreram algumas alterações ao longo dos anos, eram elas: Doutrina e discursos; Contos e Biografias; Exercícios Escolares, Conselho Superior; Administração; Legislação; Noticiários e Correspondências. Continha, deste modo, discussões sobre a instrução pública, sobre higiene escolar, biografias, exercícios escolares, programas de ensino, discursos, decretos e normativas oficiais, uma sessão especialmente intitulada de Pontos da História do Pará, além de espaço intitulado a escola e a imprensa que logo passou a ser intitulado de Juízo da imprensa com reportagens e impressões da imprensa local e nacional sobre o periódico, sempre apontado com um valor fundamental para Belém moderna que a oficialidade queria.

Logo em seu primeiro número, em 03 de maio de 1900, em seção denominada *Doutrina: A escola*, Castro Pinto um de seus redatores, traça seu perfil e estabelece seus objetivos e metas, ressaltando a necessária formação do professor pátrio, em um

⁵Em 14 de abril de 1890, o então governador do Pará, Justo Leite Chermont, assinou o Decreto nº. 137 criando a Imprensa Oficial, como órgão da estrutura administrativa do Estado, e abria um crédito de 60 contos de réis destinados à compra de equipamentos e construção do prédio da tipografia do Estado. O governador também autorizava a Repartição de Obras Públicas, então sob a direção do engenheiro Henrique Américo Santa Rosa, que organizasse o projeto para execução do serviço. Desde a sua fundação, até 26 de novembro de 1917, A Imprensa Oficial do Estado esteve sob a direção do coronel Hygino Amanajás, sendo substituído nessa data, por aposentadoria, pelo Dr. Luiz Barreiros, que dirigiu a IOEPA até 05 de março de 1921, quando o jornal foi extinto, no governo Sousa Castro, para reaparecer três meses depois, em 11 de junho do mesmo ano, desta vez impresso nas oficinas tipográficas do Instituto Lauro Sodré, sob a direção do professor Raimundo Chaves.

contexto de reforma da Instrução pública, de expansão do ensino primário, e de criação de grupos escolares no estado. Desta forma, a revista seria mais uma ação empreendida para o melhoramento da instrução pública segundo a ótica republicana, tendo como foco o professorado local.

Ainda neste número Arthur Viana traça a história da Instrução Pública no Pará, desde a colonização, Fundação da cidade de Belém, demarcando neste sentido os claros melhoramentos do ensino com o reordenamento da instrução pública, a expansão do ensino primário e a preocupação com a “formação do mestre para formar o cidadão” com regime republicano, estabelecendo as relações entre estes melhoramentos com a “evolução” moral e intelectual do povo (A ESCOLA, 1900).

Apresentava-se sempre com a seguinte epígrafe de Almeida Oliveira “Se sois verdadeiro republicano, cuidae e cuidae sempre da educação do povo: Ignorância e República são ideais que se repellem”. A epígrafe citada é reveladora da grande preocupação da oficialidade local em afirmar o republicanismo paraense, e a educação tinha um papel fundamental, como estratégia política utilizada para este fim (A ESCOLA, 1900).

Em Belém, os modelos europeus, que influenciaram sobremaneira o processo de modernização da cidade, alcançaram a questão educacional, por meio das formulações e discursos dos intelectuais e autoridades empenhadas em reorganizar a Instrução Pública. A reforma do ensino primário esteve entre as primeiras iniciativas dos governos republicanos no âmbito educacional, engendradas pelo governo provisório (1889-1891) de Justo Chermont do qual José Veríssimo fora Diretor da Instrução Pública. José Veríssimo, como Diretor de Instrução Pública no período de 1890 e 1891, implementou a primeira reforma no âmbito educacional no Pará republicano, através do decreto 149 de 7 de maio de 1890, com o intuito de modernizar a educação e de deixar para trás os males herdados do Império, responsáveis pelo fracasso educacional brasileiro, segundo a crença de

republicanos históricos como Justo Chermont e Lauro Sodré (A ESCOLA, 1900).

Neste contexto, o novo regime assume uma intensa campanha de divulgação da importância e dos valores da educação escolarizada, tendo como foco inicialmente o ensino primário, como uma das vias para conduzir o país rumo ao “progresso” e a “civilização” tão almejada.

A República proclamada de cima para baixo, vai necessitar das classes populares como forma de afirmação do regime. Assim, entre as estratégias de legitimação e divulgação de seu corpo ideológico, a educação e a escola assumem um lugar especial, um importante meio de consolidação e legitimação do regime.

Este processo estava associado a alguns valores, dentre os quais se destacavam o civismo e o moralismo patriótico. A escola republicana seria a via privilegiada de incorporação não só de conhecimentos, mais de hábitos e normas de conduta socialmente aceitas. A educação era uma forma de salvaguardar os princípios da moralidade e da “conduta decente”, incorporando-as rumo ao progresso nacional.

Neste sentido, torna-se intensa a campanha de divulgação pelo acesso e universalização do sistema escolar nos jornais e revistas nas primeiras décadas do século XX. Onde “vamos encontrar um efetivo trabalho desenvolvido por uma plêiade de intelectuais que peregrinaram pelo país na defesa da constituição de um processo de conformação ideológica consentânea com as premissas republicanas em consolidação” (TAMBARA; ARRIADA, 2009, p. 279,280).

Vieira, ao tratar das “características e potencialidades dos jornais diários” como fonte e como tema de pesquisa, ressalta o papel fundamental dos periódicos como lugar de grande atuação de político e intelectuais e como via importante para interpretar seus projetos e da imprensa em relação à educação e a sociedade como um todo, além do que, sua atuação na esfera pública e nos mais diversos espaços são legitimados por sua trajetória dentro

das redações de jornais e periódicos como diretor, redator ou analista das mesmas (VIEIRA, 2007).

Tendo como ideal a nacionalidade, a educação republicana e os seus ideais eram defendidos nas páginas da revista *A Escola*. A educação escolarizada, neste momento, estava preocupada com a formação integral do indivíduo, indo muito além da simples transmissão de informações, ocupando-se especialmente da aprendizagem da disciplina social, das virtudes morais e dos valores cívico-patrióticos, necessários à assimilação social dos indivíduos. O patriotismo, especialmente, passa a ser a condição essencial e indispensável à cidadania e ao cidadão desejoso pela República paraense e seus intelectuais, e sua formação é responsabilidade da família, da escola e do professor.

Não resta dúvida que a celebração das grandes datas, a explicação dos grandes feitos por que passou a pátria são a mais bella lição que se pode dar a mocidade. O patriotismo nasce com o homem, porém cresce e alimenta-se ao contato social. O homem torna-se apto para grandes empresas si desde o seu berço não vê ao redor de si senão o amor do bem e da virtude. É na casa paterna, portanto, que começa a formar-se o patriota e o cidadão, sob a influencia do sorriso materno, mas é na escola que esta formação si decide e completa. É lá que, aos 10 ou 12 anos, começa a criança a fazer-se homem e procurar o modelo que deve imitar durante todo o correr de sua existência; é ali, portanto, que o professor deve procurar incutir no coração dos seus alumnos o verdadeiro amor á pátria e todas as virtudes que lhe fazem cortejo. (*A ESCOLA*, 1901, p.796).

Essas ideias circulavam entre a intelectualidade local e permeavam as revistas pedagógicas do início do século, em que muitos intelectuais transitavam com defesas calorosas a favor da instrução pública e contra o analfabetismo e o obscurantismo. As ideias salvacionistas da educação para a elevação moral do povo era o caminho para a civilização.

Revestidas de caráter educativo, as festas cívicas, as celebrações das grandes datas, comumente citadas nas prescrições direcionadas aos professores na revista, eram outra dimensão importante dos estudos e ensinamentos educacionais republicanos, e tinham o intuito de plasmar uma identidade social comum, e formar valores.

Os rituais e as efemérides eram considerados a maneira mais fácil de inculcar os ensinamentos pátrios nas crianças, do que por prelações ou exposições do assunto pelo professor. Segundo Bittencourt (2011), os rituais das festas cívicas eram uma das principais estratégias para ensinar as tradições nacionais e criar uma memória histórica, produzida junto e para a instituição escolar.

Assim, essa estratégia republicana para alcançar as crianças e toda a população era comumente exaltada nas páginas da revista, conclamando o cidadão a adentrar no universo simbólico característico do regime, necessário a afirmação de um imaginário patriótico e a formação da alma republicana (COELHO, 2002).

Segundo Carvalho,

a ação tinha que se basear no convencimento, impunha-se o uso dos símbolos. Em primeiro lugar, sem dúvida, a palavra escrita e falada. Dela fizeram uso abundante em livros, jornais, publicação da igreja, conferências públicas. Era sua arma principal de convencimento dos setores médios. Mas empregaram também o simbolismo das imagens e dos rituais, especialmente tendo em vista dois públicos estratégicos, as mulheres e os proletários, menos afetos, ao menos no Brasil, à palavra escrita. Atingir esses dois públicos, convencê-los da verdade da doutrina, era condição indispensável ao êxito final da tarefa que se impunham. A briga pelas imagens adquiria importância central. [...] Daí a luta incansável dos ortodoxos pelo coração e pela cabeça dos cidadãos, por meio da batalha dos símbolos. (CARVALHO, 2011, p. 139-140).

Os professores eram chamados a assumir um importante papel nesse processo, sendo de fato os organizadores, na maioria

dos casos, desses festejos, já que, pelo artigo 9º do regimento interno das escolas públicas primárias, elaborado pela Secretaria de Instrução Pública do Pará na figura de seu Diretor Dr. Virgílio Cardoso de Oliveira, eram obrigados a comparecer as celebrações nacionais, estaduais e literárias, com vias a contribuir com o futuro da nação (A ESCOLA, 1900).

No fragmento abaixo, trecho do discurso proferido por Virgílio Cardoso de Oliveira em solenidade de entrega de diplomas as normalistas, publicado no número quatro da revista, evidencia-se o discurso salvacionista da educação, a crença republicana no poder da educação como elemento formador e conformador dos indivíduos, e como o meio mais eficaz na formação moral e intelectual de um povo. Neste trecho o então diretor de Instrução pública, diretor e articulista da revista, reafirma a importância da formação do professorado para esses intelectuais, sendo ele o grande responsável por uma verdadeira ‘cirurgia social’ como missionários da pátria, assimilando os indivíduos e formando verdadeiros cidadãos republicanos:

É a vitória da instrução, é a vitória da República, por que a consciência do povo esclarecida jamais renegará a liberdade, E que bela significação, meus senhores, tem essa solenidade de hoje (...) Aqui há alguma cousa de grandioso para a República , de mais transcendente para a causa da instrução popular. Nos estamos, permiti a comparação, diante de um bello quadro de cirurgia republicana. A vida social, como a physica, também soffre enfermidades. Si n’esta, por exemplo, o bistori da sciencia, tangido pela mão habile segura do médico (...) N’aquella a palavra do mestre consciente de sua nobilíssima missão (...) penra fundo na consciência do povo dissecando fibra por fibra o concro da ignorância que depaupera o espirito, afim de produzir o vicejamento da vida moral. (A ESCOLA, 1900, p .379-380)

Neste mesmo número outro discurso é publicado e proferido por Antônio Marques de Carvalho, escritor e professor catedrático da Escola Normal, em solenidade de colação de grau

das normalistas. A Escola Normal era uma instituição de grande atenção da oficialidade por estar voltada para a formação de professores que atuariam nas escolas primárias do estado, visto que o ensino primário era o foco inicial das preocupações republicanas quando das primeiras reformulações do ensino. (A ESCOLA, 1900, p. 379-380).

Fundada em 1871, essa instituição já no período republicano passou por diversas modificações, passando inclusive ter prédio próprio no governo Lauro Sodré, acompanhando as transformações ocorridas no espaço urbano de Belém neste contexto da chamada Belle Époque. Exaltada nas páginas dos periódicos por seus melhoramentos materiais e como prédio espaçoso e higiênico, condizente e adequado para o aluno aprender a ser mestre.

Aumenta assim, a necessidade de instrumentalizar o professor através de formação em instituições adequadas à sua importância na formação do cidadão republicano e do estabelecimento do modelo de bom mestre, responsável pelo desenvolvimento da nação. Evidenciando-se seu relevante papel em qualquer reforma pensada do no âmbito educacional.

Neste sentido, a criação da revista era também uma via de instrumentalização do professor. Esse periódico estava previsto no Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado do Pará de 1899, com o objetivo de estabelecer o modelo de bom mestre, responsável pelo desenvolvimento da nação. Com conteúdo diverso, suas sessões focavam temas de interesse do professorado, tais como: seu papel e relevância para o futuro do país, a moral e a higiene dentro da escola, a importância da instrução pública, seu histórico e atos de governo, biografias de pessoas importantes, exercícios escolares, além da publicação de atos administrativos e legislativos.

Costa (2011) ao discutir a formação oficial de professores na Primeira República no Pará, tendo como fonte principal o conteúdo político educacional da revista A Escola, afirma que

todo e qualquer projeto empreendido pelo governo republicano, era evidente o papel e responsabilidade direcionada ao professor.

Assim, a revista “Através de conhecimentos, conceitos e textos prescritivos, forneciam-se todos os materiais que pudessem formar o professor, tendo em vista a instrução e educação do alunado (...) deixava bem evidente seu objetivo de fazer o mestre tendo em vista o discípulo”. (COSTA, 2011, p. 18,19)

O professor, segundo visão da intelectualidade local, é o sujeito que vai desencadear o processo civilizatório, imbuído de uma missão regeneradora do povo brasileiro, encaminhando o indivíduo para a vida nacional. “Não nos esqueçaes que a escola deve ser o berço do cidadão, e que, ao seu lado, balouçando-o, imprimindo-lhe o fogo santo do patriotismo, o professor desempenha uma missão social nobilíssima.” (A ESCOLA, p 627). Como grande missionário da pátria, sua formação torna-se essencial para as mudanças sociais em curso em com a república.

Desse modo, era direcionado ao professor a responsabilidade da elevação da instrução pública primária no estado, sem o qual, bem formado e habilitado nada adiantaria as reformas dos edifícios escolares, mobilhar as escolas por todo o estado com materiais de primeira qualidade ou a universalização e a obrigatoriedade do ensino, estando as escolas cheias de alunos, no entanto sem “um pessoal docente habilitado, ter-se-á feito muito, muito mesmo, não resta dúvida, mas pouco teremos adeantado sobre o fim principal da instrução”(A ESCOLA, p.14).

Preocupados em estabelecer a conduta decente ao professor, a revista publica o Regimento interno das escolas públicas de ensino primário do Estado do Pará de 1900, que estabelece em um de seus artigos os deveres dos professores quanto ao desempenho de suas funções, no qual os princípios da moralidade evidenciam-se como sendo o principal dever. Imbuídos de uma missão civilizadora e moralizadora, o professorado deveria ser exemplo de conduta decente, e esses princípios se exacerbavam em relação às professoras:

- a) Comparecer com pontualidade a escola, 10 minutos antes de seu funcionamento, decentemente vestido [...]
- b) Manter a ordem e a disciplina na escola;
- c) Dar aos alunos pela irreprehensibilidade de sua conducta, constante exemplos de moralidade e amor as instituições. [...]
- i) Tratar as crianças, indistinctamente, com a máxima urbanidade e brandura, com verdadeiro interesse e affecto de pae, de modo a inspirar-lhes o amor pelo estudo, o respeito e a veneração ao mestre, procurando sempre desenvolver, aperfeiçoando, os sentimentos do bem, do dever, da virtude e a consciência dos deveres cívicos (A ESCOLA, p.221).

Responsável em transmitir esses ensinamentos morais aos seus alunos, a professora, deveria provar a todo momento que estava em condições de assumir esse papel, assim sendo, o menor desvio de conduta colocava sua credibilidade e seu papel de missionária da pátria em xeque. Lúcia Muller nos aponta os ensinamentos que deveriam ser direcionados pela professora primária, como “vestal da pátria”, e transmitidos ao alunado e futuro cidadão desse país: “O bom comportamento na casa e na rua, (...); amor ao trabalho; amor ao dever, o amor aos pais; o sentimento de caridade; a aversão a mentira; a aversão aos jogos; a aversão aos vícios e da bebida e do fumo etc.” (MULER, 1999, p. 111)

Segundo visão de muitos intelectuais paraenses, a mulher por sua “natureza educadora” seria a mais indicada a educação da primeira infância, e de importância capital na afirmação dos princípios civilizacionais. Intelectuais como Theodoro Braga⁶,

⁶Theodoro José da Silva Braga, paraense de Belém, nascido em 8 de junho de 1872. Após seu fértil período em sua cidade natal, volta ao rio de Janeiro em 1921, tornando-se professor na Escola Nacional de Belas Artes e onde passa dirigir internamente o Instituto de Formação profissional João Alfredo. Em 1926 torna-se catedrático da Escola de Belas Artes de São Paulo, instituição da qual participa da fundação. Falece na cidade de São Paulo em 1953. Entre suas produções: A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará: estudos e documentos para a execução da grande tela histórica pintada pelo autor e

Hygino Amanajás e José Veríssimo⁷, defendiam a natureza educadora da mulher, como mãe e mestra, por essas “qualidades

encomendada pelo benemérito do intendente municipal de Belém Exmo. Sr. Senador Antônio J. de Lemos. Belém: Secção de Obras d'A província do Pará, 1908; O Município de Breves (1738-1910): monografia organizada com o estudo feito sobre documentos oficiais e obras vulgarizadas. Belém: G. de Torres, 1911; Apostilas de História do Pará. Belém: Imprensa Oficial, 1915; Guia do Estado do Pará. Belém: Typ. Do Instituto Lauro Sodré, 1916; Noções de Chorographia do Estado do Pará. Belém: Empresa Gráfica Amazônia, 1919.; História do Pará: Resumo didático. São Paulo: Melhoramentos, 1931. Além de publicações nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Pará até 1920, como: “A arte decorativa entre os Selvagens da foz do Amazonas” (RIHGP,1917); História do Pará- Mais dos Capitães- Mores no governo da Capitania do Pará” e “Jornais Paraenses”- de 1908 e 1918 (RIHGP,1920); publicou também no Anuário de Belém de Ignácio de Moura, em comemoração ao Tricentenário da Fundação da cidade de Belém, com o trabalho: A arte Brasileira através da Cerâmica da Ilha de Marajó. MOURA, Ignácio. Anuario de Belém em comemoração de seu tricentenário, 1616-1916: histórico, artístico e comercial. Belém: Imprensa Oficial, 1915.

⁷Sócio fundador da Academia Brasileira de Letras, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, herdeiro do espírito científico de uma época, Veríssimo destacou-se no cenário intelectual nacional, com contribuições efetivas para a educação, literatura, jornalismo, a cultura e a política brasileira. Trazia no lastro de suas ideias, que permeou a intelectualidade da geração de 1870, a influência do cientificismo europeu, reelaboradas e adaptadas à realidade nacional. Segundo essa geração, somente a educação intelectual e a confiança total no poder das ideias construiria caminhos para o melhoramento de homens e mulheres, acelerando a marcha evolutiva do progresso e a constituição da nação brasileira. Publicada no Pará 1890, ano após a proclamação de república, A Educação Nacional, é considerada a mais importante obra da vertente pedagógica de José Veríssimo, onde apresenta uma defesa da Educação Nacional, como condição primordial ao progresso e a grandeza do país. Tecendo críticas ao sistema educativo de então, propõe mudanças necessárias a serem implementadas pelo regime republicano. Por diversas vezes ressalta o descontentamento e o ceticismo com o tipo de república implantado no país, com o sistema geral de instrução pública, e com as reformas introduzidas no primeiro governo Republicano por Benjamin Constant, descontentamento explicitado na introdução da edição de 1906, publicada no Rio de Janeiro pela Livraria Francisco Alves. FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de

intrínsecas” e por sua “inata paciência” estaria “fadada pela natureza” a educação da primeira infância (BRAGA, 1915; AMANAJAS, 1898; VERÍSSIMO, 1985).

é a mãe que deve guiar os primeiros passos da criança e atenta e vigilante inculcar-lhe no espírito os primeiros ensinamentos porque as lições que mais arraizadas nos ficam no espírito, e as impressões mais duradouras são as que recebemos na infância e no seio da família. E de toda essa pequena sociedade que se chama família, é a mãe quem cumpre mais directamente a educação dos filhos. E a ela, essa criatura transitória entre o homem e o anjo, cujo coração é um abismo de amor, de solicitude de graça, de ventura e de encanto, a quem lhe está confiada a regeneração da sociedade. (A ESCOLA, 1900-1901, p. 27)

O mestre deve acima de tudo deve desempenhar sua missão pátria, prestando grandes serviços ao desenvolvimento da nação:

O mestre moderno tem como principal auxiliar na sua nobre e elevadíssima missão, o amor, que só esse sentimento é capaz de domar as naturezas mais rebeldes. Com efeito, o que pode haver de mais nobre de mais elevado e de mais sublime de que estar encarregado pela sociedade de formar o coração das gerações futuras, e cultivar inteligências que mais tarde serão postas a serviço da pátria e da humanidade?” (...) O mestre moderno deve sobretudo pensar no futuro da pátria. (A ESCOLA, 1904, p. 101-102)

A revista, pelo seu caráter oficial, tentava imprimir uma visão homogeneizadora, e de exaltação da República e da

Souza Avelino. José Veríssimo (1857-1916) e a Educação Brasileira Republicana: raízes da Renovação Escolar Conservadora / Maria do Perpétuo Socorro Gomes Souza Avelino França. – Campinas, SP: [s.n.], 2004; VERÍSSIMO, José. A educação nacional. 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

instrução pública no Estado, o que nem sempre era possível, pelo público a qual estava destinada e pela diversidade de intelectuais e políticos que por ela transitavam. Sendo seu público alvo os professores, por vezes seus articulistas tinham que reconhecer os baixos salários e as péssimas condições dos edifícios escolares.

Os embates de ideias entre seus intelectuais podem ser evidenciados pelas discussões suscitadas nas reuniões do Congresso Pedagógico do Estado do Pará, que aconteceram ao longo de 1901, e foram publicadas nos números da revista pela Diretoria de Instrução Pública, como os que aconteceram entre Hygino Amanajás e Arthur Vinna. Amanajás apresentou ao Congresso um projeto, subscrito por Henrique Santa Rosa, no qual defendia, entre outras coisas, a premiação de autores de livros voltados ao ensino elementar que versassem sobre noções de agronomia, além do direcionamento de verbas para a gratificação de professores que intuíssem em suas aulas cursos práticos de agronomia, o que suscitou embates e questionamentos de Arthur Vianna. Entre as vozes do Congresso Pedagógico estavam, além de Arthur Vianna e Hygino Amanajás, Virgílio Cardoso de Oliveira, Henrique Santa Rosa, Vilhena Alves, Firmo Cardoso, Ignácio de Moura, entre outros. (A ESCOLA, 1900-1901, p. 341)

Considerando o exposto, vários intelectuais produziram e pensaram a República no Pará. Assumindo um projeto de modernização da sociedade, esses intelectuais, como caracterizou Gomes (2009), participavam de “múltiplas redes de sociabilidades”, transitavam entre diversos campos de atuação social e política, e entre diversos saberes. Segundo a autora, os intelectuais da Primeira República, especialmente do período anterior a 20, se “engajam em diversificadas estratégias de ação e intervenção social, e mobilizam, para sustentá-las, os valores da moderna ciência de sua época” (GOMES, 2010, p.15).

Sintonizados com o processo civilizador, esses homens viam a educação como elemento fundamental para colocar o país rumo à modernidade, ela daria as massas populares a regeneração

necessária e a preparação para o mercado de trabalho, no quadro que se apresentava de formação do mundo urbano e industrial da virada do XIX para o XX. A escola ia inculcar valores de disciplina e controle ao cidadão, de ordem como essencial ao progresso da nação (NASCIMENTO, 1997).

A revista *A Escola* é uma importante fonte nos estudos de História da Educação, especialmente no que tange a formação de professores, mas também na análise das mudanças das políticas educacionais republicanas, e do pensamento educacional que permeava políticos e intelectuais do final do XIX e início do XX.

Estes intelectuais pensavam e produziam as políticas educacionais do estado, em um contexto que a instrução e a escola eram utilizadas pelo regime republicano como vias de formação do cidadão, concernentes com os valores pátrios, e o professor seria o ser privilegiado para irradiar as ideias de progresso e civilização através da educação.

Esse impresso de destinação escolar se impõe no cotidiano educacional paraense como um dispositivo de imposição de saberes, já que o professorado teria que adquirir em caráter obrigatório, normatizando práticas docentes, e padronizando comportamentos no cotidiano escolar, estabelecendo o modelo de bom mestre e de conduta aceitável, em um contexto de afirmação da própria profissão docente e do processo de escolarização no Brasil e no Pará (BARBOSA, 2000; ALMEIDA, 2012).

Lugar único e privilegiado, já que tinha um caráter oficial e era impresso pela Imprensa Oficial do Estado, de elaboração e disseminação de conceitos. Instrumento de poder da intelectualidade local, que eram ao mesmo tempo membros da oficialidade local (ocupando cargos públicos), professores e redatores, para construção de ideias hegemônicas e de assimilação social.

Bibliografia

AMANAJÁS, Hygino. Noções de educação cívica: para uso das escolas primárias do Estado do Pará. Typ. Do Diário Oficial. Belém-PA, 1898; VERÍSSIMO, José. Op. Cit., 1985.

ALMEIDA , Cíntia Borges. Os discursos na Imprensa: o debate educacional traçado nas páginas do jornal Correio de Minas (1896-1920). In: 1º Seminário [recurso eletrônico] de Pós-graduandos em História da UFF / organizado por Júlia Bianchi Reis Insuela, Marina Maria de Lira Rocha, Matheus Serva Pereira, Natália de Santanna Guerellus, Pedro Krause Ribeiro, Robertha Pedroso Triches. - Niterói, RJ: PPGHISTÓRIA-UFF, 2012

BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro. Vício de Leitura, 2000

BRAGA, Theodoro. Apostilas de História do Pará. Belém: Imprensa Oficial, 1915;

_____. *História do Pará: Resumo didático*. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

BITTENCOURT, Circe M. F. As “tradições nacionais” e o ritual das festas cívicas. In: O Ensino de História e a criação do fato/ Jaime Pinisky (autor e organizador). 14 ed. São Paulo: Contexto, 2011 .

CARDOSO, Wanessa Carla Rodrigues. “*Alma e Coração*”: O Instituto Histórico e Geográfico do Pará e a Constituição do corpus disciplinar da História Escolar no Pará Republicano (1900-1920)/Wanessa Cardoso. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 20ª edição, 2011

COELHO, Geraldo Mártires. *No Coração do Povo: O monumento da República em Belém*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

_____. *História e Ideologia: O IHGB e a República (1889-1891)*. Belém, Serviço de Imprensa Universitária, 1981

COSTA, Rafaela Paiva. *A formação de professores da primeira república no Pará (1900-1904)*. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, 2011, p. 18,19.

FARIAS, Willian Gaia. *A construção da república no Pará (1886-1897)*. Tese (doutorado em História) – universidade federal fluminense, Niterói: 2005.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino. *José Veríssimo (1857-1916) e a Educação Brasileira Republicana: raízes da Renovação Escolar Conservadora / Maria do Perpétuo Socorro Gomes Souza Avelino França*. – Campinas, SP: [s.n.], 2004.

GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2009.

_____. *História, ciência e historiadores na Primeira República*. In: *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*/Alda Heizer, Antonio Augusto Passos Videira (Org.)-Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010.

MOURA, Ignácio. Anuario de Belém em comemoração de seu tricentenário, 1616-1916: histórico, artístico e comercial. Belém: Imprensa Oficial, 1915.

MULLER, Lúcia. As construtoras da nação: professoras primárias na Primeira República. Niterói, Intertexto, 1999, p. 111.

NASCIMENTO, Terezinha A. Quaiotti Ribeiro do. Pedagogia Liberal Modernizadora: Rui Barbosa e os fundamentos da educação brasileira republicana. Campinas SP, UNICAMP, 1997.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912)*. 2ª Edição .Belém: Paka-Tatu, 2002.

SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do “Velho Intendente” Antonio Lemos. (1969- 19173)*. Belém: Paka-tutu, 2002

TAMBARA, *Elomar*; ARRIADA *Eduardo* . Civismo e educação na primeira República - João Simões Lopes Neto História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 279 -292, Jan/Abr 2009. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>, p. 279,280.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: Um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos 20. In: Cinco Estudos Em História e Historiografia da Educação/Organizado por Marcos Aurélio Taborda de Oliveira – Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.36.

VERÍSSIMO, José. A educação nacional. 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto,1985.

Fontes

A escola: revista oficial de ensino no Estado do Pará. Belém, Imprensa oficial. n.1, v.1, 3 maio 1900. p. 23 e 115.

A Escola: revista oficial do ensino no Estado do Pará. Belém, Imprensa oficial. Anno 1, Abril a Setembro de 1900, p.627.

A Escola: revista oficial do ensino no Estado do Pará. Belém, Imprensa oficial. Anno 1, num.1, Maio de 1900, p 14.

A Escola: revista oficial do ensino no Estado do Pará. Belém, Imprensa oficial. Anno 1, num.2, Maio de 1900, p 221.

A Escola: revista oficial do ensino no Estado do Pará. Belém, Imprensa oficial. n. 04, v. 01, 4 de junho de 1900, p .379-380

A Escola: revista oficial do ensino no Estado do Pará. Belém, Imprensa oficial. Anno 2, num. 16, Maio de 1901, p. 796.

A Escola: revista oficial do ensino no Estado do Pará. Belém, Imprensa oficial. n. 07, v. 02, out. de 1900 a mar. 1901, p. 27

A Escola: revista oficial do ensino no Estado do Pará. Belém, Imprensa oficial. n. 07, v. 02, out. de 1900 a mar. 1901, 341 p.

A Escola: revista oficial do ensino no Estado do Pará. Belém, Imprensa oficial. n. 51, v. 02, junho de 1904, p. 101-102.

Controle Social: a imprensa e revistas em Belém – 1920-1925

Raimundo Nonato de Castro¹

A cidade intelectualizada: a circulação de ideias nas revistas em Belém.

No início século 20 a Amazônia exerceu forte atração sobre os artistas, pintores e companhias de arte que se deslocavam para a região a fim de expor e apresentarem seus trabalhos. Tudo isso, em síntese, proporcionou o surgimento de uma elite intelectual como, por exemplo, os críticos de arte. Na década de 10 do século XX a cidade intelectualizada reforçou ainda mais esse dinamismo com o surgimento de uma série de revistas de circulação semanal e quinzenal, as quais debatiam desde as questões políticas passando pelos assuntos cotidiano como a moda, por exemplo. O cenário estava armado, mas precisavam colocar na ordem do dia aqueles magazines que seriam os primeiros em número de leitores. A quantidade de semanários publicados é relevante, na medida em que mostra que a concorrência permitiria a sobrevivência das que melhor se adequassem as necessidades dos leitores. O fato é que nas páginas dos novos veículos de circulação estampavam-se os instantâneos dos elementos *chics* da cidade de Belém.

A *urbs* moderna era apresentada como um palco de construção de ideário capaz de, nas páginas dos periódicos e semanários, construir uma representação humorística marcada pelos aspectos breves, concisos, trucados, rápidos e revertidos de significados e que demonstravam certa desfamiliaridade. Claro que nesse aspecto de disputa ideológica, os intelectuais atuantes no circuito editorial, em especial, os humoristas destacavam-se

¹ Doutorando e Mestre em história social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

por construir pelo lápis, que eram tidos como armas capazes de conduzir as interpretações no processo de formação simbólica dos estereótipos, em muitos casos, a produção artística recheada de uma dupla interpretação.

Elias Thomé Saliba enfatiza que a construção humorística no Brasil se destacou, inicialmente, nas margens “primeiro nos rodapés dos jornais ou em pequenos e efêmeros pasquins semanais, depois nas margens das obras dos próprios autores e, por fim, nas margens da própria produção escrita” (SALIBA, 2002: 32). Por isso, no caso de Belém e, principalmente, em relação ao período aqui analisado, conclui-se pela presença de uma marcante produção, que se destacava pela participação efetiva da intelectualidade local e pelo quantitativo de magazines que circularam regularmente na cidade de Belém.

O circuito artístico e literário dava uma dimensão de certa realidade vivenciada por Belém. No entanto, segundo Rancière tem-se uma “dupla narrativa” (2014:82) a qual garantiria uma espécie de “verdade a papelada dos pobres” (RANCIÈRE, 2014: 80). Contudo o papel desempenhado por esses magazines atendia aos interesses da coletividade, quer dizer contribuindo na formação de um imaginário de valorização local, com a organização de críticas aos grupos políticos considerados opositores, ou mesmo na construção de um padrão local de desenvolvimento que privilegiava os sujeitos elegantes e intelectuais da cidade. Por isso, contribuiu na formação de uma elite amazônica.

Neste sentido nomes como Eneida Costa, que teve papel ativo na revista *A Semana*, ganhou destaque maior, o que lhe permitiu atuar no sudeste do país. Esse tipo de situação é, segundo Jean Starobinsk, como um elemento de Ação e Reação, na medida em que o destaque desses agentes sociais, na sociedade, permite aos mesmos a possibilidade de atuar em outras partes da Federação, tanto que “O homem, com efeito, encontra-se na natureza e faz parte dela; ele age nela segundo leis que lhe são próprias” (2002: 293), por isso a necessidade de construção

de ideias e fatos que recebem impulsão dos sujeitos que agem de acordo com as leis do grupo dominante.

No entanto, a produção intelectual segue um conjunto de ações que “dão sempre razão composta de sua própria energia e da energia dos seres que agem sobre ele, e que o modificam”, portanto temos o que Starobinski denomina de “visíveis ou escondidos” (2002: 293) para as relações sociais e que são determinados por toda uma conjuntura diversa, seja de pensamentos, opiniões, vontades, ações que se passam com o sujeito.

Por essa análise, é necessário visualizar as conjunturas que constituem a situação de determinado país e de uma população. Embora, a história não siga um curso regular, pois “a liberdade humana intervém nela” (STAROBINSKI, 2002: 296), o homem busca uma explicação do mundo pela razão, porém a vontade encontra limites no próprio indivíduo, em meio ao grupo político ao qual está vinculado. Conclui-se que o cenário levou a relação entre compreender e perceber o desenvolvimento do conhecimento científico na busca de condição de perfeição, no qual a percepção do progresso passou a ser defendida pelos positivistas do final do século XIX e início do XX, como um elemento central na construção de uma sociedade marcada por decisões políticas que buscavam um equilíbrio intelectual pela representação, seja nos periódicos ou nas revistas de circulação local e nacional.

É claro que o circuito intelectual de Belém marcava-se por um processo de influência das doutrinas sociais e políticas, os quais definiam as ideias de progresso republicano. Neste caso, o período aqui analisado demonstra certa contribuição dos centros politicamente desenvolvidos, como São Paulo e Rio de Janeiro².

² Dentre as principais revistas de circulação desse período podemos destacar: *Semana Ilustrada*, *Revista da Semana*, *Kosmos*, *Fonfon!*, *Ilustração Brasileira*, *Careta*, *Paratodos*, *O Malbo*, *A Cigarra*, *O Cruzeiro*. Muitas tiveram período curto de existência, por outro lado algumas se adequaram as realidades e se mantiveram

Aquele por ser o mais rico estado da Federação, este por apresenta-se como a capital da república. Em ambos ficava evidente um grande número de revistas e jornais que contavam cada vez mais com artistas dedicados, o que garantiu notoriedade a uns, em contrapartida outros foram condenados ao isolamento³.

Nestas revistas o mais comum eram as produções literárias, ao mesmo tempo em que os assuntos variados ocupavam lugar central nas publicações, mas a arte de caracterizar “todos os aspectos inesperados, inéditos, da máquina humana”(LIMA, 1943: 6) poderia, segundo este autor “dá as vezes de um relevo constantes da cultura inteira” (1943:7), por esta razão as caricaturas são capazes de refletir claramente as principais características de uma determinada sociedade, e terão “sempre o interesse e valor para o historiador e o estudante do desenvolvimento político e social” (1943: 8-9).

Eram diversos os temas debatidos, variavam desde geografia, história, esportes, moda, artes além dos debates

ativos durante certo tempo no mercado editorial brasileiro. Para mais ver: MOURA, Ranielle Leal. História das Revistas Brasileiras – informação e entretenimento. *VIII Encontro Nacional de História da Mídia*. Unicentro, Guarapuava – PR – 28 a 30 de abril de 2011. Hobsbawm destaca que “quaisquer que fossem os objetivos conscientes ou inconscientes dos que moldavam a história do mundo atrasado, a modernização, ou seja, a imitação de modelos derivados do Ocidente, era o caminho necessário e indispensável para atingi-los”. HOBBSAWM, 1995:202). Portanto, temos com essa relação entre o moderno e o atrasado uma aproximação mesmo que inconsciente e que colocavam o centro-sul do Brasil numa condição seja de avançado industrialmente, seja intelectualmente.

³ Saliba chama atenção para o caso de Bananére e Cornélio Pires, afirmando que a “acolhida não teria sido muito receptiva. Juó Bananére (...) já estava afastado dos circuitos jornalísticos durante os anos 20. As criações humorísticas de Bananére, calcada numa síntese anárquica pela impertinência, pelas rebarbas de ressentimento social que carregavam e, sobretudo, pela linguagem misturada tida como de mau gosto, certamente não agradavam, pelo menos ao público que frequentava o Teatro Municipal, o Automóvel Clube, a Câmara de comércio e outras instituições paulistanas do mesmo naipe”. (SALIBA, 2002:176)

políticos. Sobre as artes Terry Eagleton enfatiza que “podem refletir a vida refinada, mas são também a medida dela”, isto quer dizer que se elas incorporam também avaliam, neste caso “unem o real e o desejável à maneira de uma política radical” (2005: 37). O circuito jornalístico, deste período, mostrou que das últimas décadas do século XIX às primeiras do seguinte, ocorreu a alocação de milhares de publicações jornalísticas ou não que tomaram o formato de revista ganhando o mercado e seu público definido.

Aliás este era um dos principais objetivos dos semanários, na medida em que se tornaram ao lado dos jornais, excelentes propagandistas, seja de produtos ou mesmo de aspectos relacionados à política brasileira. Por isso em meio a essa situação os paradoxos da modernidade relacionavam-se com os processos de modernização da cidade, por essa razão é possível perceber como os escritores, pintores e caricaturistas buscaram responder a esse desenvolvimento, mesmo que de forma fragmentada, utilizando-se de uma linguagem nova e de valores culturais que “se amalgamavam em camadas de temporalidades indiscerníveis” (SALIBA, 2002: 214). Embora as produções ganhassem destaque maior durante a república, destacavam-se de maneira “disseminada na produção literária rotulada”, aparecendo sempre nas margens “primeiro nos rodapés dos jornais ou em pequenos e efêmeros pasquins semanais, depois nas margens das obras dos próprios autores e, por fim, nas margens da própria produção escrita” (2002: 38).

Para ter ideia de como a circulação de valores influenciavam no comportamento social da população, a revista *Guajarina* em editorial, de Braulio Sombra, intitulado **O Elogio da Moda**, destacava a importância dos vestidos e sua relação com a moral que, segundo o autor, deixava de cabelos em pé “a moralidade tradicional”, pois estava alarmada diante da audácia da moda. As saias, mesmo com o clamor de “gregos e troianos” e enquanto gritavam “vão embainhando as saias cada vez mais alto, alargando os decotes e eliminando as mangas”. Destaque-se que a

moda era constantemente debatida nas páginas dos jornais e revistas, que circulavam no Brasil, dos primeiros anos do século XX. E no caso do Pará, ganhava as páginas dos principais veículos de comunicação local. O aspecto importante ainda, residia segundo Braulio Sombra na “vitória do nú” que “desorienta a tradição e reduz a frangalhos a paciência dos catões, traz vantagens apreciabilíssimas”.

Neste caso, o discurso produzido para ser lido por uma elite intelectual, apontava os prós e contras da moda. Em relação aos prós fica evidente as “vantagens apreciabilíssimas”, e também um aspecto relacionado a saúde, pois o “corpo é mais belo despido do ludíbrio da roupa”, já que a saia a altura da rótula, segundo análise do “higienista Magalhães”, tem a vantagem de deixar nos seus lugares os “micróbios das calçadas e traz constantemente frescas as batatas das pernas”. Já a supressão das mangas dá ao “adeus uma coreografia mais completa, mostrando inteiramente, do braço que se alça e acena, toda a leveza do torneado e todos os recôncavos...”.

Portanto, sobre todas essas vantagens de ordem material, a moda tornava-se um culto a justiça, porque “no final das contas, não era justo, moralistas, que somente pela cara se julgassem as pessoas”. Para tanto, o rosto era uma parte mínima do corpo humano e “o hábito não faz o monge, mas o vestido fazia a elegância e a beleza das Evas, e a moda corrigiu essa injustiça”. Neste novo cenário, a elegância e a beleza enfeitavam-se apenas. O feio não competiria mais com o belo, iguados ambos sob a capa do luxo.

Em síntese, a moda do nu é perfeitamente higiênica e moral, e por isso progride rapidamente, na “opinião do sábio Magalhães Diógenes, quando reencarnar, terá um desapontamento maior, porque não encontrará ainda o homem que procurou e, das mulheres, não encontrará nem mesmo os vestidos”. O editorial conclui, fazendo menção a análise do higienista, mas a imagem utilizada para exemplificar o texto não é

de mulheres com seus novos trajes, mas do deputado Federal Chermont de Miranda.

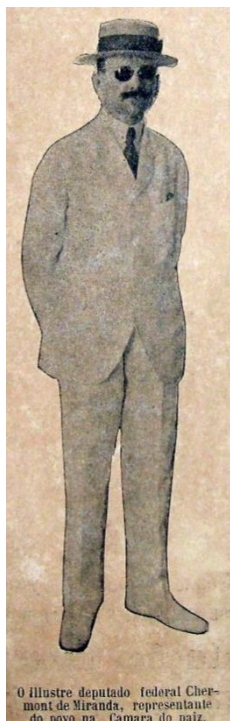


Figura 1. O Elogio da Moda. *Guajarina*. Belém, 06 de novembro de 1920.

O elegante deputado reforça, com seu traje, um comportamento e a forma como um homem de bem deveria se vestir. O representante do povo não poderia ser fotografado em roupas simplórias, daí, o conjunto está de forma harmoniosa. O terno complementado pelo chapéu, bem como pelos óculos dão uma dimensão da construção de um sujeito elegantemente vestido para representar o povo paraense. Importa destacar que o editorial centraliza a figura masculina no ato de domínio de um

texto que faz referência ao comportamento das mulheres da década de 20, do século XX.

Ocorre, neste contexto, por parte da Guajarina a construção ou mesmo o reforço de uma ideia de modernidade que, no caso, está associada com a moda. Essa por sua vez relaciona-se com o comportamento social. O mais interessante é que os desenhistas de modas “uma raça notoriamente não analítica” consegue prever formas dos acontecimentos futuros, no que Eric Hobsbawm destacava como melhor análise se comparado aos “profetas profissionais”, na medida em que “essas artes previram o colapso da sociedade liberal burguesa com vários anos de antecedência” (1995: 178). Em síntese havia sido construído uma série de elementos que marcaram a ideia de sociedade moderna, pois os seus idealizadores já estavam ativos e produtivos nestes primeiros anos do século XX⁴.

A sociedade moderna colocava-se num ambiente de transformações marcadas nos diversos campos como, por exemplo, a literatura, as artes. Neste sentido, a sociedade belenense passou a conviver com elementos “irreverente e polêmica” que vinculava-se a nova fase do Modernismo paraense, sendo assim José Francisco da Silva Queiroz destaca que esse “ganhava contornos afastando-se efetivamente da aura e da tutela dos moldes clássicos”, pois segundo o autor “os manifestos” no Pará, são os “responsáveis não só por instruir e divulgar a ‘boa nova’ literária, eles criaram a fronteira entre a tradição e a inovação”. Isto foi capaz de proporcionar um debate relacionado com a “própria identidade amazônica”, essa nomenclatura destaca-se como essencial na construção de uma representação que procurava dar conta da manifestação desta nova arte que

⁴ No campo das artes Hobsbawm afirma que as únicas inovações formais depois de 1914 no mundo da vanguarda estabelecida foram o *dadaísmo* que se transformou ou antecipou o *surrealismo*. E dentre os nomes que já se encontravam bastante ativos no mundo pós 1914, estava T. S. Eliot, “cuja poesia só foi publicada de 1917 em diante, já fazia parte do cenário vanguardista de Londres”. HOBBSAWM, 1995: 179).

circulou no Brasil, mas que no caso do Pará destacava-se por sua produção diferenciada, na medida em que dotava-se de “preocupações e linguagens coincidentes com a nova realidade literária brasileira” (2012: 28).

Os discursos políticos, que estampavam as páginas dos jornais e revistas, demonstravam que a utilização de expressões e valores do regionalismo buscavam enfatizar a sua presença maior no cenário das representações do nacionalismo. Buscou-se substituir os valores estrangeiros por símbolos e motivos nacionais. Mas a questão de substituição colocou na ordem do dia elementos considerados rurais, como o caboclo, por exemplo. Este elemento ratificava o discurso de brasilidade que esteve presente nas “tendências modernistas” (QUEIROZ, 2012: 28). No entanto, ainda se vivia com autores e políticos que de certo modo, constituíram uma forma de representação que assegurava o domínio econômico e social, mas que gradativamente perdia espaço para as novas manifestações do modernismo amazônico, seja na literatura, seja nas artes, e os principais divulgadores dessas novas representações estavam nas colunas e páginas de jornais e semanários locais e nacionais.

Do controle social aos semanários e quinzenais: o caso de *A Semanã*⁵, *Belém Nova*⁶ e *Guajarina*⁷.

⁵ Revista de propriedade de Manuel Lobato e Alcides Santos e que circulou na cidade de Belém entre os anos de 1918 e 1943.

⁶ Segundo Marilnice Coelho “Essa revista paraense teve circulação quinzenal, por quase seis anos, precisamente de 15 de setembro de 1923 a 15 de abril de 1929.

A cidade de Belém, dos anos 20, foi marcada por profundas alterações sociais, política e econômica. Do ponto de vista do primeiro, ocorreu uma série de transformações no modo como a cidade passou a ser vista. Houve aumento populacional, o que representava a necessidade de maior controle sobre os habitantes da *urbs*. Anos depois, o governo municipal publicou, no jornal *O Estado do Pará*, do dia 21 de abril de 1949, o novo código de Postura, o qual estabelecia as “necessárias relações entre o poder local e os munícipes”. O título III do referido Código, no artigo 51, definia que a Prefeitura exerceria em cooperação com os poderes do Estado as funções de polícia da sua competência regulamentando-as e estabelecendo medidas preventivas e repressivas no sentido de garantir a ordem a moralidade e a segurança pública.

Importa destacar que o Código foi sendo publicado em partes, ao longo do mês de abril de 1949. No entanto, este não foi o primeiro a ser organizado pelo governo municipal, de modo que, em especial, nos períodos de avanço econômico como, por

Uma vida considerada bastante longa para um periódico literário, daqueles tempos, chegando a uma tiragem de 5 mil exemplares. A impressão era feita na gráfica oficial do Estado e a redação funcionava na rua 28 de Setembro nº 6, em Belém”. COELHO, 2003: 51).

⁷ Esse importante semanário circulou em Belém entre as décadas de 1910 e 1930. Era impresso na Tipografia Delta, local onde funcionavam a redação e administração da referida publicação. O redator-chefe era Andrade de Queiroz, e o secretário Osvaldo Orico. Apresentava como redatores Eduardo Ribeiro, Jesus Hosannah, De Campos Ribeiro, Ernani Viera e Arnaldo. Eládio Lima Filho, Carlos Lima, Angelus e Solivar foram nomes que ficaram à frente da direção de arte, a qual era exercida por dois artistas, no mínimo. A dupla de diretores, de arte, era responsável pela função de ilustrar além da capa a maioria das matérias, e de compor e distribuir os textos e gráficos no miolo da revista. Sobre as revistas de caráter literário, artístico e social que circularam em Belém MOURA JUNIOR, Gidaltí Oliveira. *A capa do século XX: Um estudo sobre a estética e a linguagem visual da revista Belém Nova*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Arte, Programa de Pós-graduação em Artes, 2011.

exemplo, nos primeiros anos do século XX, onde a economia da borracha caminhava a passos largos, o governo do intendente Antônio Lemos, com o intuito de seguir os preceitos positivistas via “a necessidade de se dar a determinados segmentos da população da cidade segurança e acomodação, além de colocar em prática a ideia de progresso enfatizada pelo novo regime republicano” (SARGES, 2010: 152).

Lemos implantou um código que seguia os valores e interesses dos novos políticos republicanos. Havia, portanto, uma ideia de civilização que se associava à modernização da cidade. Por isso, a administração municipal precisou estabelecer os valores morais a serem adotados pela população. Por esta razão o código que, segundo Maria de Nazaré Sarges, estava em vigência, desde 1897, “sofreu algumas alterações”, sendo substituído por um novo que ficou “pronto em 1900 passando a ser chamado de Código de Polícia Municipal” (2010: 212). Neste caso, ao fazer referência à Amazônia e, em especial, às cidades de Belém e Manaus, visualiza-se uma região que estava enriquecida, graças a economia da borracha. O cenário foi propício à criação de mecanismos de controle social, tanto que Edinea Mascarenhas ressalta que as “proibições figuram nos vários códigos que foram promulgados na época” (2007: 123).

Feito essa primeira observação sobre os processos de controle social, em especial, os relacionados aos códigos de postura, implantados na Amazônia, principalmente em Belém, evidencia-se o quanto a ideia de civilização estava explicitado nos atos administrativos municipais, além disso realizavam-se toda uma promoção destes para que a população da capital pudesse ter conhecimento sobre o que era ou não permitido a partir dessas legislações. O que vai além das organizações dos espaços públicos, pois chega, por exemplo, numa política de exclusão social, já que para “purificar o espaço que se está organizando, há necessidade de se excluir, dele, os elementos nocivos à saúde dos sãos” (DIAS, 2007: 122). Foi justamente neste cenário que as

revistas de circulação local ganharam importância no cenário paraense.

E um dos principais destaques ficava por conta das caricaturas estampadas nas páginas dos magazines. No caso da *A Semana*, diversos colaboradores rechearam-na com a mais variada produção, que ia desde poemas, passando por análises da vida política local, nacional e internacional, chegando aos problemas sociais. Não à toa que a produção dessa revista dava conta de uma cidade moderna. Novamente estava em debate a situação da cidade em relação ao seu desenvolvimento. Uma característica central ficava por conta dos principais nomes da intelectualidade de Belém, que estavam vinculados *A Semana* ou a *Guajarina*. Sobre esta, *A Província do Pará*, de 17 de julho de 1920, destacava:

“GUAJARINA”

“depois do grande êxito alcançado com o número anterior, circula hoje, às primeiras horas da tarde, repleto da mais fina e variada colaboração, este noticioso magazine da nossa sociedade elegante.

Correspondendo a extraordinária simpatia com que foi acolhida, Guajarina apresentasse-se hoje novamente em primorosa edição de 36 páginas repletas de interessantíssimas charges e alegorias de Eladio e Carlos Lima, afora uma vasta reportagem fotográfica da quinzena,

Na capa vem o retrato da senhora Luiz Estevam de Oliveira, reproduzido de um lindo quadro a óleo de mademoiselle Antonieta Santos, e páginas a dentro insere colaboração de Xavier de Carvalho, Andrade Queiroz, Jonas Farias, Pereira Bajé, Eneida Costa, Peregrino Junior e Osvaldo Orico.

Guajarina será exposta à venda nos principais pontos da cidade”.

Constata-se que se tratava de uma revista de importância social, na medida em que contava com todo um aparato tecnológico para que pudesse chegar ao mercado belenense e elevar a moral intelectual dos nortistas. O mesmo periódico datado de 30 de julho de 1920, destacava a revista nas primeiras páginas. Apresentada como uma obra primorosa e contava com a

exposição de belas fotografias, além de “interessantíssimas charges e alegorias”. Neste caso, os nomes dos colaboradores também davam uma espécie de *know how* àquele quinzenal, daí a sua aceitação no espaço social e literato de Belém. Os números publicados foram “feitos com maior cunho artístico e literário”, tornando a revista desde logo como “principal magazine do meio”. Essa observação, na verdade antecipava a referência que o jornal faria sobre o número que viria a ser publicado no dia seguinte tanto que:

O número de amanhã, além de trazer as costumadas secções humoristas, trocadilhos, “charges” delicadas e finas caricaturas e desenhos, sob a direção artística dos irmãos Carlos e Elanio Lima, vem repleto da mais seleta e colaboração literária do nosso meio.

Fica evidente a forma como esses quinzenários eram apresentados com suas características particulares, como sua linha editorial e sua sintomática durabilidade, por isso alguns indícios revelam como as revistas ilustradas serviram de plataforma de divulgação de uma modernidade por muito tempo ansiada, “mas também ela própria representativa de uma realidade técnica que comprovaria a mudança de rumos do periodismo nacional” (NOGUEIRA, 2010: 63).

O jornal *A Província do Pará*, destacava ainda na edição do dia 30, que o próximo número seria responsável pela consolidação daquele quinzenal e, claro dos nomes dos colaboradores, os quais ganharam ênfase na edição da revista. Enfatizava, ainda, que entre outros trabalhos literários a “Guajarina publicará inéditos” de autores regionais como Osvaldo Orico, Andrade Queiroz, Peregrino Junior, Martins Napoleão, Eduardo Ribeiro, Jesus Hosannah, Pinheiro Sozinho, além de uma “vasta reportagem fotográfica de atualidades, aspectos da festa do Sport Club, concerto Malcher Cadevilha, instantâneos etc..”.

Um aspecto relevante ficou por conta dos trabalhos publicados pela revista, já que não restringiam-se aos intelectuais locais. O magazine “começará a publicar” colaborações dos principais intelectuais do país. Para tanto, já contava com os seguintes colaboradores “Alberto de Oliveira, Humberto de Campos e Alberto Farias”, este último da Academia Brasileira de Letras. Além de Hermes Fontes, Olegario Mariano, Tasso da Silveira, Leal de Sousa, João do Norte, etc. Estes haviam, segundo *A Província do Pará*, enviado, por intermédio de Peregrino Junior, correspondente da *Guajarina*, no Rio de Janeiro, trabalhos inéditos. Evidenciava-se que havia uma circulação de informações e colaborações entre o Rio de Janeiro e a cidade de Belém, de modo que a colocava na condição de civilizada. Por isso, os números publicados pela revista seriam responsáveis por colocá-la como um magazine vitorioso no cenário social paraense.

Vale ressaltar que o número de revistas que circularam em Belém, entre as décadas de 10 e 40 foram significativos. Destacaram-se pela abrangência dos temas, dedicavam boa parte de sua produção a literatura, artes, questões sociais, políticas entre outros. Dentre os vários magazines e ano de fundação pode-se elencar, por exemplo: *Ilustração Paraense*, 1912; *Caraboo*, 1914; *Efeméris*, 1916; *A Semana*, 1917; *Guajarina*, 1919; *A Revolta*, 1919. Ainda é possível acrescentar a Revista *Belém Nova*, 1924 e a *A Cigarra*, 1919.

Sobre essa última *A Folha do Norte*, do dia 16 de fevereiro de 1921, afirmava “Mais uma linda edição, trabalhada com o mesmo cuidado com que surgiu o mais recente número – de aniversário – vai dar a “A Cigarra”, dentro de alguns dias, prosseguindo, vitoriosamente na sua existência de mais de 2 anos”. Essa informação nos remete a uma revista que estava em circulação há pouco tempo, mas que se caracterizava como uma revista vitoriosa. Na edição do dia 05 de março de 1921, o periódico acima, chama atenção para o fato de este magazine ser dirigida pelo “nosso companheiro Bianor Penalber”, esse há muito colaborava com a revista *A Semana*. Portanto, tem-se um

grupo de intelectuais que dominavam o circuito literário paraense desse período, ora atuando em conjunto numa revista que aparentemente tinha um público maior, ora na construção e ampliação de novos leitores no mercado publicitário paraense daquele período.

A revista *A Cigarra*, intitulava-se como “uma publicação de assuntos palpitantes da atualidade” e não tem recebido destaque por parte da historiografia paraense. Considero essa lacuna em decorrência da ausência de material nos acervos de Belém. Existem poucos números na Biblioteca Pública Arthur Viana, que estão “sem condições de manuseio”, e um número digitalizado e que fornece um rico material sobre os seus colaboradores e a forma de atuação da revista no meio social paraense.

Por essa razão, tratava-se de “mais um lindo número”, o qual será “dado amanhã a publicidade e destinado ao sucesso dos anteriores”, neste caso não se tratava de uma revista inexpressiva, mas que ocupava lugar de destaque no cenário político local. A revista reunia “apreciáveis trabalhos de nomes em evidência nas nossas letras”, isso quer dizer que seguia um padrão de qualidade. O qual ia desde a escolha da ilustração da página, passando pela composição dos textos. Para ter ideia o “apreciável e atraente periódico virá com um texto escolhido, salientando-se a sua primeira página, com uma interessante paisagem, trabalho de um jovem artista, tendo inspirados versos, alusivos a mesma, do distinto poeta José Simões”.

Ressalte-se que o mesmo jornal publicou, em 19 de janeiro de 1921, um detalhe importante acerca do semanário, que prometia ser uma “linda edição ao segundo aniversário do apreciável e atraente periódico” O número, do dia 31 de janeiro, contaria com o “número de páginas aumentado”, reuniria em prosa e verso “escolhidas e excelentes colaborações de conhecidos nomes de nosso meio intelectual”. Contaria, a edição “afora esses valiosos trabalhos, que lhe galantearão as páginas, ‘A Cigarra’ virá sugestiva com ‘sultos’ de palpitante atualidade, ‘charges’, bons clichés, etc”. Portanto, seria em suma “um

número magnífico”. Arnaldo Vale em texto publicado neste quinzenal, do dia 31 de janeiro de 1921, chamava atenção para o aniversário e sua relação homônima com a revista publicada em São Paulo:

Que a sua “CIGARRA”, portanto, era trabalho e persistência voando e rechinando alado e vibrátil espaço das nossas letras, siga as pegadas da sua homônima de São Paulo, que se insinuando modesta, mas confiantemente, é hoje, no gênero uma das melhores revistas do Brasil.

(...)

Mas a sua “Cigarra”, a Cigarra paraense, já contam, já freteniui, já vivem dois anos. Há de viver outros, muitos outros, ainda. Merece-o por digna e bem-intencionada (1921: 6).

O trecho acima remete a uma espécie de diálogo estabelecido entre Arnaldo Vale e Bianor Penalber, por esta razão os termos utilizados, no texto, como “sua” enfatiza a propriedade da revista pelo diretor. Embora, não seja possível afirmar se tratar de um plágio do título, Arnaldo Vale enfatiza que essa homônima caminhava no sentido de tornar-se relevante no meio social paraense.

Importante observar que neste circuito *A Cigarra* publicada em São Paulo, desde 1914, tinha um aspecto considerado moderno. O quinzenal paulista destacou-se pela sua popularidade, bem como por refletir o comportamento da época, para isso utilizava-se de fotografias e ilustrações, além de jogos e textos assinados por escritores como Oswald de Andrade, Monteiro Lobato e Olavo Bilac. Na edição paulistana, de 29 de outubro de 1914, na segunda página do quinzenal, sob o título de “São evidentes: as grandes vantagens dos anúncios n^o A Cigarra”, o editor destacava;

Sendo a revista de maior circulação no Estado de S. Paulo, mantendo o *record* da venda avulsa na capital e penetrando em todos os pontos do Norte e Sul do Brasil, “A Cigarra, oferece

enormes vantagens ao comércio para a propaganda de seus produtos.

“A CIGARRA”, mantém oficina, instalada à Rua da Consolação No. 100 – a, exclusivamente para a sua confecção e montada com os mais modernos maquinários. “A CIGARRA”, vem aumentando sempre a sua tiragem, que com o presente número atingiu a elevada cifra de 25.000 exemplares, o que representa, de fato, um sucesso incontestável, único nos anais do jornalismo paulistano, segundo a palavra autorizada do grande órgão da imprensa brasileira – O Estado de S. Paulo.

Até agora é possível concluir que esses magazines estavam ligados por círculos de amizade e que possibilitaram a circulação dos seus produtos no mercado local, mas também proporcionaram o aumento da influência política, na medida em que nomes dos intelectuais foram vistos nas variadas redações desses magazines, como é o caso do redator de *A Cigarra*: Bianor Penalber.

Outro detalhe interessante, nas produções, fica por conta das caricaturas. Neste caso, os nomes de alguns chargistas circularam nesse meio, tendo seus trabalhos publicados ora numa revista, ora noutra. Exemplo dessa circulação foi o pintor Andreilino Cotta⁸, que produziu tanto para o periódico *O Estado do Pará*, quanto para os quinzenais *A Semana* e *Belém Nova*. Embora pelas nomenclaturas das revistas exista certa diferença, ao analisar esses magazines nos deparamos com certo padrão de publicação.

⁸ Segundo Vicente Salles, Andreilino da Costa Costa, nasceu em Cameté – PA, no dia 30 de novembro de 1894. Filho de Roque da Costa Cotta e Olímpia de Leão Cotta. Estudou música na Associação dos Artistas Paraenses e pintura na Academia de Belas Artes do Pará. Foi professor do Conservatório de Belas Artes do Pará. Fez música de câmara no Rádio Clube do Pará e deu recitais no Teatro da Paz. Membro da Orquestra Sinfônica Paraense. Era violoncelista, e compôs pequenas peças para seu instrumento. Faleceu em 1972. (SALLES,1970).

Pois, as revistas seguem um modelo, já que tanto as capas, quanto os editoriais apresentam elementos de similaridade. Nas capas visualiza-se desde fotos de políticos, senhoras, senhorinhas e senhores, bem como pinturas ou charges elaboradas pelos intelectuais paraenses. Além disso, outros elementos marcaram aproximação entre os estilos desses trabalhos como no caso dos textos narrativos ou mesmo dos poemas, passando por secções de charadas e aquelas destinadas aos esportes, no caso, tanto o futebol quanto dos esportes considerados, atualmente, amadores como, por exemplo, o boxe, o remo e a natação.

Um dos temas que ganhava ênfase nas páginas dos semanários era o carnaval, pois além de ser destaque, caracterizava-se como uma das festas marcantes na sociedade paraense, seja por seus grandes bailes realizados nos principais clubes da cidade, seja pelos desfiles em vias centrais da cidade. Com a imagem a seguir temos ideia dessa representação. A referência ao carnaval é evidente, Moura Júnior destaca que a caricatura do carnaval, que estampa a capa da revista *Belém Nova*, mostra “o vermelho saturado” como predominante na cena, “tornando a composição quente”. A imagem não apresenta um preenchimento que “é desnecessário nos espaços entre as pernas e os braços do personagem”, por esta razão “a sombra faz o canto esquerdo ‘pesar’ visualmente”. Já a textura do chão é feita por “linhas horizontais, o que reforça o conceito de base”

(MOURA 137), deste modo temos uma representação do carnaval que proporciona um momento de festa e alegria, associada a ideia de conquista.



JUNIOR, 2011: modo temos representação do carnaval que proporciona um momento de festa e alegria, associada a ideia de conquista.

Figura 2. Capa da Revista *Belém Nova*, 19 de fevereiro de 1927.

Ao lado das representações pelo “lápiz endiabrado de Cotta”, a literatura de Dalcídio Jurandir serviu para visualizar o contexto da cidade, ao mesmo tempo em que permite compreender a situação econômica vivida pelo estado do Pará, nas primeiras décadas do século XX. Numa das passagens de seu livro, *Belém do Grão Pará*, o autor destaca os atos praticados pelo governo estadual, o governador Sousa Castro, que por novo decreto procurava reduzir as despesas do estado. Por outro lado, uma das personagens, D. Inácia criticava os atos do governo, o que a levava a rir,

(D)aquele governo estadual, do calote e bolso furado, que reduzia despesas. Mas se o funcionalismo com meses de atraso em cima do pobre cangote, andava de fundilho roto! Se tudo estava na mão do diretor do Tesouro que organizava a quadrilha negociando os atrasados. (JURANDIR, 1960:38)

Há nesse trecho uma acusação da personagem em relação aos caminhos adotados pelo governo estadual, em especial, ao diretor do Tesouro, que seria responsável pela organização de uma quadrilha. No entanto, o governo, seja a nível municipal, ou

estadual precisava criar mecanismos de controle social, haja vista que as acusações contra o governo, evidenciadas na obra de Dalcídio Jurandir poderia ocasionar alguns conflitos.

Neste sentido, há a criação de uma Guarda Civil que fosse capaz de manter a ordem no espaço central da cidade. Na imagem abaixo vê-se a representação da Guarda Civil, que na opinião da revista *A Semana* “debutou” pondo medo em todos, “logo à gente”, mas principalmente aos “jécas”. Ressalte-se que, a caricatura de Andreilino Cotta, publicada na revista em 1924, está marcada pela construção da ideia difundida no Brasil dos anos 20 e 30 do século XX, da figura do Jeca. Essa personagem criada por Monteiro Lobato deixava entrever que a percepção da *belle époque* tornava-se obsoleta

ao expressar verdades sobre o lado ignorado da nação (os dilemas do homem do campo, a miséria de grande parcela da população, a decadência de amplas zonas do interior de São Paulo) já intuídas mas ainda não enfrentadas e reconhecidas publicamente. Daí a sua ressonância e penetração, daí as contrárias vozes ufanistas (LEITE, 1996: 76).

Embora, na imagem a figura do “jéca” não se faça presente, o texto que a acompanha dar conta de que o garbo só atinge ao integrante da Guarda Civil. Neste caso, temos que lembrar o “surto caboclista” que neste contexto tornou-se uma espécie de estandarte de bandeira nacionalista. Essa relação ao caboclo foi exaltada, mesmo que de modo pitoresco, aparecendo nas imagens e literatura com certa louvação idílica, idealizadora ou, mesmo como uma personagem ambígua, “que oscila entre a apresentação do caipira como finório e espertalhão ou como *capiau* tolo e ingênuo” (LEITE, 1996: 77).

Na obra *Passagem dos Inocentes*, o autor Dalcídio Jurandir reforça o imaginário de um caboclo forte que ao participar do movimento cabano, pois “os caboclos atrás do Visconde, varrendo das terras do Arari as barbas do Visconde”. Seguindo a

ideia do cabocloismo, os adjetivos que alimentam os caboclos amazônicos são de “Raça de gente”, de respeito na medida que os “nossos cabanos tinham faros de militares” e que foram capazes de “botar o Visconde daqui” (JURANDIR, 1963: 137).

Contudo a oposição ao caboclo apresenta-se pelo controle que a cidade de Belém passou a exercer sobre a população. Neste sentido, a representação da Guarda Civil mostrava-se com a vestimenta militar bem como o principal instrumento de repressão, no caso o cassetete. Pode-se concluir que tanto as caricaturas Andreino Cotta, quanto a literatura de Dalcídio Jurandir tornaram-se elementos capazes de demonstrar a realidade coletiva, haja vista que há um nítido relacionamento entre a capacidade de organizar e descrever as suas experiências, por essa razão tem-se claramente nestas representações elementos capazes de apresentar as contradições e os conflitos vivenciados por cada autor na sua área de atuação ao longo dos anos 20 do século XX.



Figura 3. Revista *A Semana*. Belém, 26/01/1924.

A imagem acima, contudo, tem uma intencionalidade, a demonstração de uma cidade moderna, que Andreilino Cotta representava no Guarda Civil, que na opinião do texto era uma instituição “cheia de garbo, de elegância e asseio”. Vivenciando, ainda, elementos considerados rurais, vistos nas ruas da cidade. Apesar do “garbo” havia “jecas” que andavam no passeio público de Belém, em um claro contraste entre o rural e o campo, o tradicional e o moderno. No meio havia a repressão: os “estrupícios” do moderno guarda civil demonstra essa atitude da cidade civilizada. Outro elemento comum na cidade ficava por conta dos vendedores de leite, que iam de porta em porta, numa clara dimensão das relações sociais presentes nas cidades amazônicas.

Além disso, era comum a presença de carroceiros que, por isso, exerciam influência na forma como os transportes eram realizados em Belém. Neste sentido, ainda, pode-se inferir que a representação acima destaca-se como um elemento no qual o autor vivenciou o período, de modo que pode colocar nas páginas dos semanários as perspectivas das classes populares, além de utilizar a sua própria experiência para a partir do seu lápis narrar as suas histórias ou representações. Portanto, aqui tem-se o Maíra Maia denominou de “a tão famosa e cantada decadência da cidade de Belém” (2016: 167) dos anos 20 do século XX.

As figuras 3 e 4, além de enfatizarem o período denominado de Fausto e que já não existia mais ou melhor demonstravam uma *Belle Époque* fragilizada, dão conta da instituição guarda civil como um recurso ao controle social a ser exercido na cidade de Belém. No dia 02 de janeiro de 1924, o jornal *Folha do Norte*, publicou matéria sobre a inauguração oficial dessa corporação. Considerada como de grande utilidade para a

cidade “adiantada como a nossa”, criada por meio de um decreto governamental de 23 de novembro de 1923.

A corporação composta de 100 homens, todos “rigorosamente uniformizados de kaki, empunhando seus cassetetes, ficou estendida em linha em frente ao edifício da estação central de polícia”. O desembargador Júlio Costa, chefe de polícia destacou que, a guarda civil modesta embora, “de acordo com a situação do Estado, mas podia a polícia dispor de mais um elemento de manutenção da ordem e garantia dos direitos do cidadão, e isso se devia ao governo patriótico”. Para o governador do estado Sousa Castro, a criação da Guarda Civil, fazia parte do seu programa de governo que visava zelar pelo bem estar do povo. A nova corporação “iniciou ontem seus serviços com o 2º giro diurno. A central contava, ainda, em seus compartimentos com 12 armas dispostas para igual número de guardas que “ficarão ali de plantão durante a noite, havendo um automóvel para atender aos serviços urgentes”.



Cuidado, vós, que andaes pela calçada,
vêde o guarda civil: temei-lhe as zangas !
Não lhe faleis nos oculos, em nada;
respeitae essa nobre instituição !
Cuidado, vós, que andaes vendendo mangas..
Povo, cautela! “Trastejou”, prisão...

Figura 4. Revista *A Semana*. Belém, 26/01/1924.

Muito embora a cidade fosse marcada por uma sociedade heterógena. Os tipos comuns, não ganhavam espaço nas páginas dos periódicos paraenses, e quando o estavam desfilavam nas secções destinadas a questões policiais. No entanto, começaram a ser representados de outra forma, nesta representação estão os vendedores de manga, que descalços deveriam ter cuidado com a “nobre instituição”. Neste trecho prevalece o sarcasmo, pois o texto, juntamente com a imagem nos possibilita entender a irônica e frágil modernidade presente na instituição da Guarda Civil.

Os vendedores eram alertados de imediato “cuidado, vós, que andaes vendendo mangas...” pois qualquer desvio poderia conduzi-los à prisão. Neste caso a palavra “Trastejou” está diretamente relacionada ao ato de andar de um lado para o outro, ou mesmo cuidar de trastes ou objetos caseiros, ou ainda e o que melhor se encaixa na representação, negociar em trastes, em coisas de baixo valor (BORBA, 2001: 1381). Na imagem, ainda, ganha força a maneira como a pose do guarda é apresentada, na medida em que segurando o cassetete com a mão direita reafirma o poder da instituição e seu próprio diante do povo comum e, com a outra aponta o caminho que os sujeitos deveriam seguir, que neste caso não seria o centro da cidade, mas a periferia.

Em síntese, à frente do guarda havia lavadeiras e vendedores, gente simples e descalços, mas que eram necessários ao funcionamento da cidade moderna. Mesmo diante de uma modernidade fragilizada houve a necessidade de estabelecer uma instituição capaz de encenar aspectos relacionados ao luxo, na medida em que a burguesia local, representada, em alguns casos, pelas senhoras da cidade, “que ostentavam a modernidade através de suas vestimentas e joias pelas ruas centrais” (MAIA, 2016: 172).

Na cidade de Belém a todo o momento havia alguém que contrariava as regras estabelecidas pelo código de postura e que fazia com que houvesse a necessidade de se combater “o perigo atual para os que caminham a pé nas ruas arborizadas de mangueiras, é a casca de manga”. Essa situação era gerada em função do “moleque ocioso que apedreja as mangueiras, saboreia as mangas e atira as cascas à rua” o que colocaria em risco a integridade do sujeito descuidado.

Diante desse quadro, como a cidade contava com uma instituição, o jornal *Folha do Norte*, de 06 de janeiro de 1924, destacava que “agora que há uma Guarda Civil, por que não realizar aquela modesta aspiração de todo o transeunte, que vê as suas pernas, a sua cabeça ou as suas costelas ameaçadas de uma fratura iminente?” No entanto, o texto do jornal criticava severamente o chefe de polícia, pois

Se o sr. Chefe de polícia se locomovesse por seu pé, abandonando algumas horas por dia o automóvel, que o leva ao trabalho, esta reclamação não teria oportunidade, porque seguramente, no seu próprio interesse, um serviço de policiamento, estaria já organizado, para dar combate à praga dos apedrejadores de mangueiras.

Ao mesmo tempo em que a nova instituição era criticada, muitos intelectuais manifestavam-se tanto por criticarem, quanto por elogiarem a Guarda Civil. Rocha Moreira, destacava que o alvorecer de 1924 havia descortinado aos olhos da sociedade paraense uma novidade, que por sinal, foi recebida com aplausos, “uma vez que veio preencher uma lacuna, sanando uma necessidade imperiosa – A Guarda Civil”.

A aparição da primeira sentinela da ordem, na praça da República, “logo após a duodécima hora”, espantou a alma do “gavroche”, depredador da arborização pública e até então senhor das ruas, que, de repente, viu “desprestigiada a sua ação de dominador da cidade”. Com a nova instituição “o silêncio selou

os lábios dos comentaristas e maledicentes” que, talvez, com razão, diziam Belém uma cidade sem ordem por falta de policiamento”. O novo agente da segurança pública, “espécie de Moisés bíblico a trazer as duas taboas da Lei simbolizadas no ‘casse-tête””, veio garantir a ordem e os princípios da autoridade.

No entanto, Rocha Moreira enfatizava que “ainda estamos na alvorada dessa benéfica organização e já um guarda se excede em zelos e falseia o seu mister”, pois havia prendido um “pacato” cidadão, que estava à sombra das árvores, desfrutando momentos de descansos, na praça pública. Neste sentido, a cidade moderna reage ao ato de violência praticada pelo agente público, já que a cidade, tomada de surpresa “inquire se o agente da autoridade cumpriu o seu dever...”.

Para Moreira, felizmente, todos os espíritos se acalmaram, na medida em que foi apenas um excesso de zelo, “um simples excesso”. Mesmo porque se os bancos já não eram de utilidade pública para evitar um mal entendido, “o caminho fácil seria a Municipalidade mandar arrancá-los dos parques e avenidas” (MOREIRA, 1924: 1). Portanto, os excessos praticados caracterizaram-se como naturais, ainda mais partindo de uma instituição nova, como a Guarda Civil. Por isso a instituição representaria o tempo do fausto já que estava estampada seja nos aspectos físicos das ruas e monumentos, mas também no imaginário e sentimentos dos belenenses. O progresso e modernidade do passado que encontrava-se em decadência, ganhava novos fôlegos com a Guarda Civil, cuja finalidade seria a de manter a cidade em ordem, assegurando aos seus habitantes a cordialidade de outrora.

Considerações Gerais

Essa nova realidade passou a conviver com sujeitos culturais que impuseram a forma como os seus habitantes

deveriam se comportar⁹. É neste cenário que alguns intelectuais se destacaram, como a figura do pintor Andrelino Cotta. Ou seja, no momento em que a região era favorecida pelos recursos advindos do capital internacional, as críticas ao governo eram, de certo modo, controladas, na medida em que a maior parte dos periódicos¹⁰ regionais estavam nas mãos da elite intelectual e política que dominavam o cenário amazônico. Já na crise econômica a possibilidade de lançar críticas ao governo e ao modelo de cidade ganhava espaço nas páginas dos jornais e revistas da cidade, pois os governantes não conseguiriam controlar todos os veículos de comunicação, porque tinham outras necessidades urgentes para controlar. Portanto a constituição de uma Guarda Civil tinha por finalidade assegurar a ordem social, assegurando a administração pública a

⁹ Esse campo de disputa que a cidade se tornou ganhou destaque maior na produção de Raymond Williams, que destaca que os processos de representação presentes nas cidades a partir do modo de produção capitalista continuam a ser “em termos de história do mundo”, um dos agentes responsáveis por “esses tipos de transformação física e social” (2011, p. 478). Portanto, passou-se a construir imagens da cidade que estavam associadas as ideias de futuro, isto quer dizer que as demais, que tinham como referência o campo passou a ser vista como sinônimo de passado. Neste sentido, a caricatura de Andrelino Cotta não se ateu ao campo, de onde procedia, mas focou-se no debate urbano, da ideia de uma cidade moderna. Contudo, as imagens destacam-se por diversas críticas a esse modelo de cidade urbanizada pelas forças do capitalismo. Sobre representação Ver: Ginzburg, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Em especial o capítulo três intitulado “Representação: a palavra, a ideia, a coisa”, no qual discute o conceito e forma como a expressão passou a ser utilizada pelas ciências humanas.

¹⁰ Dentre os principais jornais de circulação diária de Belém, estão *A Província do Pará* que estava nas mãos dos grupos políticos que dominavam o cenário, representado pelos Lemistas. Do outro lado, via-se *A Folha do Norte* exercendo uma oposição controlada, isto é, seus empregados costumavam sofrer ameaças pelos grupos detentores do poder. Para mais Ver: CAMPOS, Humberto de. *Contrastes (crônicas)*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1945. Pp. 109-110.

tranquilidade, mostrando, em especial aos habitantes da urbs que o controle ia além do público, chegando ao âmbito privado.

Referências Bibliográficas:

BORBA, Francisco S. *Dicionário Unesp do português contemporâneo*. Curitiba: Piá, 2011.

CAMPOS, Humberto de. *Contrastes (crônicas)*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1945.

DIAS, Edineia Mascarenhas. *A ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920*. Manaus: Valer, 2007.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: Unesp, 2005.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão Pará*. São Paulo: Livraria Martins, 1960.

JURANDIR, Dalcídio. *Passagem dos Inocentes*. São Paulo: Editora Martins, 1963.

LEITE, Sylvia Helena Telarolli de Almeida. *Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas: a caricatura na literatura paulista (1900-1920)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1996.

LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

MAIA, Maíra. A cidade de Belém do Grão-Pará de Dalcídio Jurandir. In: SARGES, Maria de Nazaré & LACERDA, Franciane Gama. *Belém do Pará: História, cultura e cidade - Para além dos 400 anos*. Belém: Editora Açai, 2016.

MOREIRA, Rocha. Comentários A Guarda Civil. *Folha do Norte*, Belém, 13 de janeiro de 1924.

MOURA JUNIOR, Gidalti Oliveira. *A capa do século XX: Um estudo sobre a estética e a linguagem visual da revista Belém Nova*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Arte, Programa de Pós-graduação em Artes, 2011.

NOGUEIRA, Clara Asperti. Revista Careta (1908-1922): Símbolo da modernização da imprensa no século XX. *Miscelânea*, Assis, vol.8, jul/dez. 2010.

QUEIROZ, José Francisco da Silva. Por uma História da recepção da obra de Max Martins. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Arte, Programa de Pós-graduação em Artes, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história: ensaio de poética do saber*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SALLES, Vicente. *Música e músicos do Pará: quatro séculos de música no Pará*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2010.

STAROBINSKI, Jean. *Ação e reação*: vida e aventuras de um casal.
Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VALE, Arnaldo. Que a CIGARRA cante sempre. *A Cigarra*.
Belém, 31 de janeiro de 1921. N° 1. Vol. III, ano III.

A Amazônia de Vargas: colonialismo no século XX

Rebeca Silva Nunez Lopes¹

Introdução

Ao longo período em que Getúlio Vargas esteve a frente do Brasil foi um momento crucial para a história da região amazônica, gerando mudanças consistentes no modo de se ver e tratar a floresta e seus habitantes. Por meio de um breve estudo de seus discursos e da propaganda ideológica destas aqui duas décadas, o presente artigo analisa o imaginário nacional criado acerca do Norte e seus impactos sobre as políticas públicas para a Amazônia.

Durante seu governo, Vargas proferiu diversos discursos que incluíam o ambicioso propósito da Região Amazônica para o desenvolvimento nacional, podem-se destacar diversos elementos ideológicos que permaneceram em seus discursos, como as ideias sobre “vazio”, “civilização”, “primitivismo” e “progresso”, conceitos presentes em obras de grandes autores utilizados pela propaganda estatal, como Euclides da Cunha, Alberto Rangel e Alfredo Legislau (Andrade, 2010).

Embora essas ideias e conceitos permeiem o imaginário acerca da Amazônia ao longo do século XX, os escritos e relatos sobre a floresta exuberante e misteriosa data de anos antes, ainda pelos colonizadores. A verdade é que a Amazônia sempre esteve no imaginário do homem europeu. Nos séculos XVIII e XIX, a região recebeu diversas expedições e cientistas e escritores a fim de explorar a grandiosa floresta e seu imenso rio, prevalecendo uma visão dual que ao mesmo tempo permitia a região ser vista tanto como o inferno verde quanto o paraíso perdido do Éden,

¹ *Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará e doutoranda do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA).

contribuindo para a consolidação de um imaginário mítico acerca de suas riquezas inesgotáveis, sua diversidade botânica e seus povos “selvagens” (Andrade, 2010).

Essa visão que alimentou mentes criativas de renomados escritores, como o próprio Júlio Verne (Gondim, 2007), atravessou séculos e influenciou escritores brasileiros, que por sua vez, tiveram suas obras apropriadas pelo Estado como forma de legitimar suas ações na região. A visão destes desbravadores europeus a respeito da floresta se mantém viva no imaginário internacional e nacional, se perpetuando ao longo do século XX.

A ideia de “vazio”, onde nada é produzido e onde não há conhecimento científico, justificou o surgimento de políticas desenvolvimentistas para as regiões “atrasadas” ao longo dos anos 1930-50. Desta vez o colonizador não é mais o estrangeiro, mas o próprio estado nacional, configurando o que alguns autores chamam de “colonialismo interno” (Mignolo, 2000), quando o próprio Estado assume a tarefa de “trazer o progresso” as regiões que possuem um modo de vida “primitivo” e não rentável.

Baseado nessa visão colonialista e desenvolvimentista, o governo de Getúlio Vargas configura-se como a primeira tentativa de se integrar economicamente a região Norte ao restante do país, muito embora a “integração” tenha permanecido muito mais nos discursos do que em políticas sistemáticas de ocupação. No discurso de Vargas, a Amazônia assume um papel fundamental do crescimento da nação, como um “fronteira” a ser conquistada.

Amazônia: estado e colonialismo

A colonização da Amazônia tem início no século XVII, por meio da exploração das drogas do sertão (especiarias de grande valor no Velho Continente). Os exploradores viam o território como um grande vazio e seus diversos habitantes nativos como portadores de culturas inferiores, um povo atrasado que necessita do “avanço” e “progresso” trazido pela Europa. A ideia de

“racionalidade”, “desenvolvimento” e “progresso” é assim associada à produção capitalista, em oposição ao “primitivismo” das nações latino-americanas. A ideia de “desenvolvimento” é então incorporada e mantida por séculos após o período colonial, decretando o fim dos grupos tradicionais ligados à natureza com seu modo de vida “atrasado”.

Por meio de seus projetos de desenvolvimento e suas políticas públicas, o Estado explora determinada região de seu território em detrimento do “desenvolvimento nacional”. Esse tipo de “colonialismo” é típico de áreas de fronteira, que seguindo a “racionalidade” capitalista são menos “desenvolvidas” que o restante do país (Mignolo, 2000). No caso do brasileiro, a Região que sofreu com a influência deste tipo de visão foi a Amazônia, onde se localiza a maior floresta tropical do planeta - vista como portadora de recursos inesgotáveis - e onde a densidade demográfica ainda encontra-se abaixo da média nacional.

O Estado Novo vigorou de 1937 até 1945, momento que o mundo vivia sua Segunda Grande Guerra. Embora vigorasse um regime totalitário no país, semelhante ao fascismo combatido pelos Aliados, o Brasil se coloca ao lado destes, passando a sofrer influência direta dos interesses norte-americanos, que se torna financiador dos projetos militares do governo brasileiro (Lopes, 2015). O governo de Getúlio Vargas teve um papel marcante na tentativa de integração da Região Norte do restante do país, mediante setores considerados chave para o seu desenvolvimento, acelerando a ocupação do território por meio de projetos de colonização (Becker, 2001).

O forte caráter simbólico dos discursos de Vargas tratava a Amazônia como parte fundamental do projeto ideológico do Estado Novo. A forte influência dos escritores do início do século XX, como Euclides da Cunha e Cassiano Ricardo e a atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo foram decisivas para legitimar a atuação do governo junto às populações locais. A visita de Vargas a capital paraense e amazonense em 1940 também configurou-se como vital no

discurso de integração nacional e conquista do Norte, destacando o presidente como “novo descobridor da região” até então “esquecida” pelo governo central.

Amazônia: dominar a floresta e ocupar o vazio

Getúlio Vargas foi o primeiro líder do país a pisar na Amazônia, e fazia questão de destacar isso em seus discursos, mostrando o quanto a Primeira República teria abandonado a região. Esse “abandono” por parte do governo central seria a principal causa do atraso regional, que teria fim durante o seu governo e ao seu grande líder “desbravador” que venceria a imensa floresta.

Durante seus quinze anos de governo, Getúlio Vargas pronunciou diversos discursos que destacava o papel primordial da Amazônia para o desenvolvimento da nação. O mais famoso deles foi proferido em 9 de outubro de 1940, em Manaus e ficou conhecido como o “Discurso do Rio Amazonas”. Nele, é evidente a visão da região como um local “exótico”, que desperta a curiosidade e desejos dos brasileiros por sua “grandeza territorial e sua vida primitiva” (Vargas, 1940). Assim, o povo brasileiro teria a árdua tarefa de “conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta.”

Dentre os objetivos para a Amazônia estava “implantar a civilização” na região por meio de uma exploração “racional” de seus recursos, para que estivesse “apta a crescer e prosperar”. Assim, o modo de vida das populações tradicionais (índios, camponeses caboclos e quilombolas) é visto como atrasado e não rentável para o Estado, devendo ser substituído por meios de produção mais “modernos” e “desenvolvidos”.

"O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra,

desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto.” (Vargas, 1940)

“[...] porque sois a terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã. O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da Nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora.” (Vargas, 1940)

Aos poucos, as atividades “primitivas” seriam substituídas pela agricultura (e posteriormente agropecuária). A ideia de “retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado” domina o discurso estatal. O grande espaço “vazio” e “desabitado” seria desbravado pelos nordestinos “pioneiros”, uma raça forte. Esse novo surto de desenvolvimento e “disciplinamento” da floresta seria a mais alta tarefa do “homem civilizado”, tornando sua “fertilidade extraordinária” em força produtiva. Segundo Vargas, essa árdua tarefa de civilizar e dominar a floresta é responsabilidade dos jovens brasileiros para o “engrandecimento da pátria”.

Nos trechos retirados do “Discurso do Rio Amazonas”, fica evidente a visão do governo a respeito do Norte. O Estado Novo assumia a função de “colonizador” da região a ter sua natureza “dominada”, sujeitada ao homem e ao desenvolvimento racionalista. Não há dúvida que a cultura local e os habitantes tradicionais da Amazônia foram completamente desconsiderados pelo projeto desenvolvimentista, não havendo nem um tipo de estudo endógeno voltado para a melhoria da qualidade de vida dessa população. Com o desenvolvimento, a região teria sua natureza e seus aspectos naturais “domados” em prol do progresso (segundo o modelo norte-americano).

No período em questão, a grandiosidade da floresta era sinônimo de primitivismo e atraso em relação a outras regiões do país mais industrializadas, assim, os planos governamentais tinham por objetivo substituir as atividades pouco rentáveis ao Estado (praticadas pelos índios e caboclos) por atividades de

exploração mais racionais e produtivas, compatíveis com a economia e a sociedade moderna (Refkalesky Loureiro, 2009). Os governos militares interpretavam a floresta como um lugar a ser conquistado e explorador semelhante a visão dos colonizadores portugueses e espanhóis do século XVI.

O padrão econômico voltado para a exportação desde sua colonização até os dias atuais foi incentivado pelo governo do Estado Novo. A visão da Amazônia como um lugar a ser explorado, antes mesmo de ser adotada pela Federação, já pertencia as grandes metrópoles estrangeiras, que viam seu potencial produtivo como “última fronteira econômica”, superabundante em recursos naturais “infinitos”. Essa visão eurocentrista e distorcida da região Norte do Brasil trouxe graves conflitos em seu meio rural e contribuiu com a miséria urbana, além dos graves danos ambientais (Refkalesky Loureiro, 2009).

Em busca de um novo “ciclo da borracha”

Ao final do século XIX a Amazônia vivencia sua inserção definitiva no mercado mundial com o rápido crescimento da exportação do látex. A demanda internacional pelo produto é justificada pelo desenvolvimento do processo de vulcanização, que possibilitou a fabricação de pneumáticos em larga escala (primeiramente para bicicletas e posteriormente para automóveis). Assim, a região assume um papel subordinado a Divisão Internacional do Trabalho, assumindo a tarefa de suprir matéria-prima para as grandes indústrias européias e norte-americanas.

Neste período a Amazônia não está integrada ao sistema econômico nacional, mas diretamente ao grande capital estrangeiro. A opção em se desenvolver a monocultura de um único produto primário de exportação deixou a região refém das flutuações do mercado externo, não se verificando grandes efeitos multiplicadores na região. Se por um lado Manaus e Belém sofreram consideráveis melhoramentos urbanos, as áreas rurais

permaneceram com graves problemas sociais, acelerando ainda mais o processo de acumulação do capital. (Martinello, 1988)

A década de 1920 marca o fim do “ciclo da borracha” com o rápido crescimento da produtividade do látex asiático e a queda dos preços do produto. Diversos foram os motivos que contribuíram para a drástica perda do percentual de participação da Amazônia no mercado internacional, entre eles a alta produção do oriente (260 pés/ha contra apenas 1,5 pés/ha brasileiros), sua abundante e barata mão-de-obra (diária de 0,50 a 1,80 francos contra 2,80 na Amazônia) além do baixo custo de produção (\$3,43 contra \$7,50) mesmo com o preço de mercado praticamente igual (6,60 da Ásia contra 6,30 da Amazônia). (Schmink e Wood, 2012)

A crise da borracha contribuiu para uma série de mudanças estruturais na economia amazônica. A queda dos preços impactou de forma negativa tanto as elites locais como a arrecadação estatal, favorecendo o aparecimento de novos produtos e agentes, como é o caso do crescimento surpreendente da agropecuária e da indústria e a redução do extrativismo. Essas transformações levaram a uma maior diversificação da economia, mesmo que o extrativismo da borracha não tenha sofrido uma queda brusca nos primeiros anos de crise. (Costa, 2012)

Durante a década de 1930, Belém ainda sofre com os efeitos da crise, tendo inclusive, uma queda em seu crescimento populacional. Neste momento, Vargas destaca em um de seus discursos pronunciados na então capital federal acerca dos desafios do desenvolvimento econômico para a Amazônia:

Este é, sem dúvida, um dos mais graves e complexos problemas da atualidade brasileira. Da sua solução efetiva dependerá a reconquista da nossa posição, que tão relevante foi, nos mercados mundiais da borracha. Só as crescentes vantagens que este produto assegura, no globo todo, justificariam a execução do projeto de saneamento da vasta e exuberante região amazônica.

Nos grandes países industriais, a borracha é, hoje, tão indispensável como o ferro, o carvão e o petróleo. (Vargas, 1930)

Segundo Vargas, trazer de volta o “ciclo da borracha” para a Amazônia era fundamental para resolver a crise econômica que o país vivia naquele momento. Para tal, era necessário grandes obras de saneamento da região, que ele faz menção em diversos de seus pronunciamentos. O presidente via na crescente indústria automobilística uma oportunidade de reinserir a Amazônia no mercado mundial, atraindo grandes investimentos para o país e a possibilidade de desenvolvimento de indústrias desse segmento em solo nacional. Porém, para que a industrialização do produto dentro do país tivesse sucesso, seria necessário resolver um grande problema: “a escassez de braços”. Assim, ao longo de seu governo, Vargas incentiva a migração de nordestinos para o Norte do país.

Em uma visita a Belém na década de 1940, Getúlio Vargas ratifica a visão estatal acerca da floresta amazônica como fonte de recursos inesgotáveis a serem explorados em prol do desenvolvimento da nação. Aqui, Vargas destaca a estagnação que a região vivia - quando comparada a riqueza vivenciada pela capital paraense no período áureo da borracha. Segundo ele, a solução definitiva para o seu atraso seria: “reorganizar seu processo econômico” por meio da exploração de sua principal matéria-prima (borracha) e sua industrialização, aumentando suas chances de concorrência no mercado mundial.

Em 1946, já como senador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas enumera os feitos de seus 15 anos de governo. No trecho a seguir, pode-se observar a maneira como a Amazônia é constantemente relatada e a estratégia de ação do governo:

"A longínqua Amazônia, esquecida e abandonada, entrou numa fase de restauração econômico-financeira e de valorização humana, com o saneamento destinado a dar melhores condições de vida à sua laboriosa população; a imigração de trabalhadores,

levando mais braços para impulsionar seu progresso; a valorização da borracha, seu principal produto, pelo acordo feito com o governo americano; a criação do Banco da Borracha, para o financiamento dessa produção; a criação do Instituto Agrônomo do Norte, tendo como principal objetivo o plantio selecionado dos produtos próprios da região; e, finalmente, o saneamento das finanças do estado do Amazonas, com o pagamento de sua dívida, de acordo com um plano orientado tecnicamente e que teve início com gerais aplausos da sua população”. (Vargas, 1946)

"Nesse e noutros estados do extremo Norte, estavam sendo organizadas as grandes colônias nacionais para amparar os trabalhadores agrícolas. Cada uma delas poderia acolher 7 mil famílias de brasileiros necessitados, que recebiam gratuitamente a terra e todo o material agrário necessário às suas atividades. Orientadas para o cooperativismo, e tendo garantido o transporte de seus produtos ao mercado mais próximo, eram novos centros de atividade produtora em vias de formação.” (Vargas, 1946)

A ideia de uma terra “longínqua” e “abandonada” a ser desbravada ainda permanecerá durante muitos anos no discurso do Estado e no senso comum. A valorização da borracha pelo Governo por meio da criação do Instituto Agrônomo do Norte e do Banco da Borracha não foram suficientes para trazer a riqueza e o desenvolvimento para a região. De semelhante modo, o tão necessário saneamento, presente de modo maçante em seus pronunciamentos, também não consegue ser efetivado.

A intervenção americana na Amazônia neste período se dá tanto nas grandes cidades, como é o caso de Belém, que tem diversas áreas perturbadas desapropriadas pelo Estado Novo em prol da “segurança nacional”, quanto no interior. O financiamento americano permitiu que essas antigas áreas rurais próximas ao núcleo urbano fossem adquiridas pelo Estado para a construção do patrimônio do ministério recém surgido: Aeronáutica. Distante destes centros, o projeto mais emblemático

desse período foi patrocinado pelo empresário norte-americano Henry Ford.

As mudanças trazidas pelo advento da Segunda Guerra Mundial atrai investidores americanos ligados à rede automobilística para a Amazônia, tendo em vista o monopólio da produção asiática pelos japoneses. O projeto do visionário Ford visava a produção racional de borracha, matéria-prima para a fabricação de seus pneus. O jovem empresário investe milhões na Amazônia, construindo uma cidade que passaria a ser conhecida como Fordlândia, explorando o látex por meio de um sistema de “plantation moderno”.

A ideia de desenvolver a Amazônia e trazer de volta o “ciclo da borracha” faz com que o governo estadual conceda cerca de um milhão de hectares para a empreitada capitalista. Porém, após alguns anos, mesmo mudando o empreendimento para a cidade de Belterra, o experimento não tem sucesso. Apesar do fracasso, o governo federal acreditava que a vinda de um grande empresário como Ford atrairia investimentos para a região, retomando o “ciclo da borracha”, que traria o desenvolvimento não só regional, mas nacional, já que a Amazônia era vista como uma região fundamental para o crescimento econômico da nação e para o fortalecimento da soberania nacional.

Acredita-se que um dos principais motivos para o fracasso do Projeto Ford seria a carência de mão-de-obra. O antigo problema do “vazio demográfico” do qual Vargas tanto se referia. Logo, a solução definitiva e primordial para o desenvolvimento da Amazônia seria trazer para a região trabalhadores por meio de projetos de colonização financiados pelo Estado. Mas como o estado forçaria ou convenceria tantos trabalhadores a abandonarem suas terras para se deslocarem em tão grandiosa empreitada? A grave situação social em que viviam esses milhares de nordestinos e as terríveis secas contribuíram para que tomassem a decisão de arriscar tudo que tinham, porém, esse

deslocamento não teria ocorrido com a maçante propaganda estatal.

Em Manaus, dez anos após o Discurso do Rio Amazonas, Vargas ratifica que “[...] o grande inimigo da vossa prosperidade é, sem dúvida, o deserto, é a fraqueza dos índices demográficos.” (Vargas, 1950). O plano de colonização dirigida passa a dominar os discursos sobre a região, onde o agora candidato a presidência afirmava a necessidade de se "garantir assistência médica e técnica, além do fornecimento gratuito das terras devolutas e das ferramentas necessárias” aos trabalhadores rurais oriundos de outros estados.

A propaganda estatal e os soldados da borracha

Novamente em Manaus, dez anos após o Discurso do Rio Amazonas, Vargas ratifica que “[...] o grande inimigo da vossa prosperidade é, sem dúvida, o deserto, é a fraqueza dos índices demográficos.” (Vargas, 1950). O plano de colonização dirigida passa a dominar os discursos sobre a região, onde o agora candidato a presidência afirmava a necessidade de se "garantir assistência médica e técnica, além do fornecimento gratuito das terras devolutas e das ferramentas necessárias” aos trabalhadores rurais oriundos de outros estados.

O plano de Vargas era fixar os trabalhadores rurais no campo e evitar que se deslocassem para os centros urbanos. Assim como na obra de Ricardo, “Marcha para o Oeste”, o fluxo “natural” das correntes de povoamento seriam o litoral em direção ao sertão - no caso, o interior do país (Secreto, 2007). Essa ideologia da fronteira e do bandeirismo é trabalhada dentro do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo, construindo o imaginário que um território imenso, despovoado e cheio de riquezas para os seus desbravadores, o novo El Dourado - o imaginário de enriquecimento da terra da fartura.

Ao entrar na Primeira Guerra Mundial ao lado dos Estados Unidos, o Brasil se compromete a fornecer matérias-prima

estratégias
própria bor
em 1941,
financiamen
compromis
Amazônia.
Mobilizaçã



Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA). Esses homens, “corajosos” e “honrados”, assim como aqueles que davam suas vidas nos campos de batalha, passaram a ser chamados de soldados da borracha.

O programa de recrutamento de trabalhadores visava fixar os seringueiros e suas famílias na Amazônia, suprindo a demandas dos Aliados pelo látex. Dessa forma, o antigo extrativismo tradicional dá lugar a um sistema racional de maior produtividade. A DIP era responsável por orientar os ministérios a até mesmo as empresas a respeito da propaganda estatal e suas intenções. Uma das estratégias de ação do governo brasileiro eram os cartazes de recrutamento (figura 1), seguindo os moldes na União Soviética e dos Estados Unidos. A propaganda nacional se baseia nesses modelos para elaborar o material publicitário com apelação ao heroísmo (Secreto, 2007).

Figura 1 - Cartazes de recrutamento elaborados pelo Serviço Especial da Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia. Fonte: Secreto, 2011.

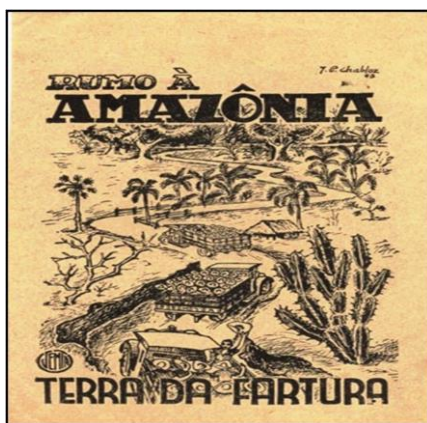


Figura 2 - Cartaz de recrutamento elaborados pelo Serviço Especial da Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia. Fonte: Secreto, 2011.

Os cartazes traziam mensagem motivacionais e encorajados de incentivo à vinda desses trabalhadores/soldados à “terra da fartura”. Por vezes, esse material publicitário não correspondia a realidade da vida nos seringais da Amazônia e as promessas governamentais acerca de saneamento, assistência médica etc. não eram cumpridas. Poucos anos após sua implementação, sucessivas denúncias das famílias dos trabalhadores que ficaram no nordeste e da própria imprensa levaram ao fim do projeto de recrutamento. Segundo os jornais internacionais, o número de mortos ou desaparecidos chegavam a vinte e cinco mil (Secreto, 2007).

Considerações finais

Uma das características fundamentais da Amazônia que conhecemos hoje é a permanência de um imaginário sobre a região que se distancia de sua realidade. Isso porque sua imagem foi construída por um pensamento externo a ela, seja pelo relato de cronistas e exploradores europeus ao longo do século XVIII, seja pela reafirmação dessa imagem pelo próprio Estado brasileiro, como foi o caso do governo de Getúlio Vargas. A Amazônia é hoje a “história dos discursos que a construíram” (Pizzaro, 2012), tanto do europeu quanto do Estado. Esta região do imaginário é a história dos discursos que a foram erigindo, em diferentes momentos históricos, dos quais recebemos apenas uma versão parcial, a do dominador.” (Pizzaro, 2012, p.33).

A partir da análise de seus discursos, pode-se observar seu teor ideológico, ratificando a visão de um lugar de natureza exuberante e recursos naturais infinitos, desprovido de pessoas "civilizadas" para trazerem o tão sonhado “progresso” para a floresta indomada. Esse imaginário incorporado em grande parte pelo senso comum, contribuiu para a superexploração de recursos naturais, desconsiderando o modo de vida das populações tradicionais, gerando graves impactos ambientais e sociais. Embora as intervenções do governo Vargas na Amazônia no sentido de integração nacional tenham sido a quem do seu desejo, a visão colonialista permaneceu, sendo reafirmada anos depois pelos militares.

Nos anos que se seguem o governo Vargas o desenvolvimentismo se afirma como ideologia, trazendo para a Amazônia grandes obras de infraestrutura e de exploração de seus recursos naturais. A ideologia da modernização e do desenvolvimento irá marcar profundamente os discursos dos governos ocidentais do século XX, sobretudo no pós-guerra. O foco economista e tecnocrático das ações estatais acaba ocupando os problemas sociais e a diversidade cultural de diferentes grupos

em prol deste modelo eurocêntrico. Em sua grande maioria, as políticas desenvolvimentistas não conseguiram se adequar as realidades locais, gerando uma tendência a homogeneização cultural. (Viola, 2000)

Referências bibliográficas

ANDRADE, Rômulo de Paula. “*Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta*”: Getúlio Vargas e a revista “*Cultura Política*” redescobrem a Amazônia (1940-1941). Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, v.5, n.2, p.453-468, maio-ago. 2010

BECKER, B. K; EGLER, C. A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CASTRO, Edna. *Campo do desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder*. In: FERNANDES, Ana Cristina; LACERDA, Norma; PONTUAL, Virgínia. *Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo*. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015, p. 225-246.

COSTA, Francisco de Assis. *Formação Rural Extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)*. Belém: NAEA, 2012.

GONDIM, N. *A Invenção da Amazônia*. 2. ed. Manaus: Ed. Valer, 2007. p. 71-87

LOPES, Rebeca Silva Nunez. *Transformações Recentes no Uso e Dominialidade das Áreas Das Forças Armadas no Cinturão Institucional de Belém*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belém, 2015.

MARTINELLO, Pedro. *A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas Consequências para o Vale Amazônico*. Tese de Doutorado em História Econômica - USP, 1985 IN: São Cadernos UFAC (Universidade Federal do Acre), 1988.

MIGNOLO, Walter. *Post-Occidental Reason: The Crisis of Occidentalism and the Emergency of Border Thinking*. In: Local Histories/ Global Designs. Coloniality Press, 2000. P.91-126

PIZZARO, Ana. *Amazônia: as vozes do rio. imaginário e modernização*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

REFKALESKY LOUREIRO, Violetta. *Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir*. Estudos Avançados, v. 16, n. 45, p. 107-121, 2002.

SECRETO, María Verónica. *A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 40, julho-dezembro de 2007, p. 115-135.

SECRETO, María Verónica. *“Mais borracha para a Vitória”*. Campanha de recrutamento de trabalhadores e fracasso social na exploração de borracha durante o governo Vargas. Estudos Rurales. Publicación de Centro de Estudios de La Argentina Rural. Bernal, Vol. 1 nº1, 2011.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. *Conflitos Sociais e a Formação da Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2012. pp.75-99

VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas*. Org. Maria Celina D’Araújo. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 793p. (Série perfis parlamentares; n.62)

VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil VIII: Ferro, Carvão, Petróleo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940-1941. 318p.

VIOLA, A. *La crisis do desarrollismo y el surgimiento de la antropología del desarrollo*. In: _____. (Org.) *Antropología del desarrollo*. Barcelona: Paidós, 2000. p. 9-64.

Militares e nacionalismo: representações na literatura infantil por meio da revista *O Tico Tico* (1937-1945)

Isadora Bastos de Moraes*

Introdução

Representantes da maior força do Brasil, os militares são os elementos máximos da glória e do progresso de uma Pátria. Fundadores risonhos de feitos inesquecíveis...

O militar possui a bizzarria dos grandes homens e o destemor de seus atos, orgulha os seus superiores. Conhece o segredo do patriotismo, da ardência e do entusiasmo.¹

O trecho acima se refere ao texto “O militarismo” publicado no ano de 1938 na revista infantil *O Tico Tico* e nos aproxima de algumas impressões sobre militares e nacionalismo difundidas por esse impresso para os “pequenos leitores” de todo o Brasil. Em grande medida, as narrativas veiculadas em revistas para crianças permite-nos verificar nuances do universo infantil e, ao mesmo tempo, possibilita apreender como o adulto deseja que a criança perceba o mundo – por meio da análise do conteúdo presente nas matérias que os articulistas dispõem ao público infantil.

Diante disso, objetiva-se nesse trabalho verificar *representações* de militares e do nacionalismo na revista infantil *O Tico Tico*. Como se construiu a imagem de militares para as crianças do Brasil? Quais os discursos imbricados na construção desses sujeitos? De que forma é propagado um ideal nacionalista por meio desse periódico infantil? São algumas das questões que serão investigadas através da pesquisa e análise da conformação desses temas em *O Tico Tico* no período entre 1937-1945.

*Universidade Federal do Pará - UFPA. Mestranda do programa de pós-graduação em História Social da Amazônia.

¹ Revista *O Tico Tico*. Exemplar 1717. Ano 1938.

Imprensa e Estado Novo

O Estado Novo, como foi denominado o período entre 1937-1945, foi instalado no Brasil – após um golpe de Estado – no dia 10 de novembro de 1937. Ficou marcado pelo caráter autoritário e tinha como algumas de suas principais características: o controle da educação, da cultura e dos meios de comunicação (GOMES, 1999). Na verdade, a produção de literatura infantil desde o início do século XX é fortemente marcada pela transmissão de patriotismo. Essa postura, sem dúvida, se intensifica durante o governo do presidente Getúlio Vargas no Brasil. Maria Helena Capelato (2009) enfatiza que por meio de uma legislação específica a Constituição brasileira de 1937 legalizou a censura prévia aos meios de comunicação. Dessa forma, a imprensa tornou-se “instrumento do Estado e veículo oficial da ideologia Estadonovista” (p.79).

Segundo Roger Chartier (1990), a construção das representações do mundo social “são sempre determinadas pelos grupos que a forjam” (p. 17). Portanto, mesmo no início do governo de Getúlio Vargas podemos perceber esse caráter educativo e patriótico próprio do Estado Novo transmitido na revista *O Tico Tico*. Modelar nesse sentido é uma matéria da revista, datada de 21 de novembro de 1937. A seção “Lições do vovô” traz a passagem:

Só pelo estudo, meus netinhos, só pelo trabalho honesto e eficiente, é que cada um de vocês, agindo com disciplina, com ordem, com educação, com patriotismo, há de se tornar um bom cidadão. O Brasil, na hora de construção que passa, precisa da ajuda de todos os seus filhos e vocês, patriotas, valores do futuro, deverão dar o contingente de sua dedicação à Pátria, honrando-a.

Outro exemplo é a edição de setembro de 1943 (Figura 1) que traz a capa em comemoração à instituição do Estado

Nacional. A imagem apresenta um casal de crianças apreciando o desfile militar de uma sacada e a bandeira do Brasil em evidência.



Figura 1: capa comemorativa sobre a instituição do “Estado Nacional” em 10 de Novembro de 1937. Revista *O Tico Tico*. Exemplar 1896. Ano: 1943.

Ainda nesta edição do ano 1937 o discurso veiculado na contracapa do impresso revela o papel das crianças nesse dia e enaltece o presidente do Brasil:

Quando chegar o próximo dia 10, todos vocês devem tomar parte das comemorações cívicas, nas suas escolas, nas paradas, onde quer que seja (...) com emoção e ardor patriótico, não esquecendo de no futuro procurar imitar o exemplo vivo de amor a nossa terra e a nossa gente, que é dado a todos nós pelo creador do Estado Nacional.

Tal discurso é apresentado sobre uma ilustração do presidente. Na verdade, Getúlio Vargas é figura regular na iconografia e em narrativas textuais presentes na revista *O Tico Tico*. Na matéria do ano de 1942 “Quem foi que integrou o exército nacional no seu verdadeiro valor?”, da seção “Quem foi que disse? Quem foi que fez?”, o presidente do Brasil é dado como o responsável por operar o ressurgimento militar no Brasil “dotando as nossas forças armadas de aparelhamento eficiente”²; porque nesse momento um meio de proteger a soberania e integridade do território nacional é desenvolver o potencial bélico, completa o texto veiculado na revista, exaltando, mais um a vez, atuação do presidente. Em todo o período que compreende o chamado “Estado Novo” no Brasil, vamos encontrar em *O Tico Tico*, “conselhos” destinados às crianças que estimulem a formação de cidadãos obedientes, afinal, uma das necessidades da nação neste momento era formar o trabalhador complacente, disciplinado³. Assim, percebemos que evocar exemplos de “Grandes homens” do passado, de militares, ou mesmo do presidente como exemplo a ser seguido pelas crianças; de um lado, ajudava a fomentar o sentimento patriótico. Por outro lado era fundamental na construção do cidadão possuidor de um comportamento desejado pelo governo. Cristiani da Silva

² Revista *O Tico Tico*. Exemplar 1885. Ano 1942.

³Um dos projetos políticos do Estado Novo consiste justamente na criação do “homem novo”: o trabalhador. Angela Gomes sinaliza as relações entre Vargas e os trabalhadores do Brasil. Ver em: GOMES, Angela de Castro. “Ideologia e trabalho no Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, pp. 53-72.

(2013), ao analisar o periódico escolar “A criança brasileira” entre 1942 e 1945 propõe que este impresso além de atuar como veículo de nacionalização exaltava, assim como *O Tico Tico*, a figura de Getúlio Vargas e os projetos do Estado Novo; e, aliado a isso, trazia prescrições do que seria o “bom comportamento”.

Militares e nacionalismo: representações em *O Tico Tico*

A revista *O Tico Tico*⁴ (1905-1962) foi criada pelo jornalista Luís Bartolomeu de Souza e Silva⁵, dono da Editora Sociedade Anônima O Malho – com sede no Rio de Janeiro. Esse impresso infantil foi elaborado para atender aos diversos aspectos do universo da criança⁶, portanto, apresentava matérias utilizando-se da linguagem coloquial e de temas atrativos ao público, ao mesmo tempo em que tinha como objetivo o desenvolvimento e formação da criança por meio de uma postura pedagógica aliada aos ideais de civilização e moralidade. Segundo Marisa Lajolo e Regina Zilberman (2004), uma das características que impõe fisionomia à literatura infantil consiste no tipo de representação escolhida pelo autor, o que permite verificar de que forma o adulto deseja que a criança perceba o mundo.

⁴ As edições encontram-se disponíveis no acervo da Biblioteca Nacional, a partir da Hemeroteca Digital Brasileira.

⁵ Contudo, a revista tem como idealizadores o jornalista e caricaturista Renato de Castro, o poeta Cardoso Júnior e o professor e jornalista Manoel Bonfim. Responsáveis por apresentar ao editor Luís Bartolomeu de Souza e Silva. Ver mais em: VERGUEIRO, Waldomiro; SANTOS, Roberto Elísio dos. *A postura educativa de O Tico-Tico: uma análise da primeira revista brasileira de histórias em quadrinhos*. Revista eca XIII 2_Miolo.indd. pp. 25.

⁶ Para Mary Del Priory o mundo que a criança deveria “ter” ou “ser” é, muitas vezes, distante daquele no qual ela vive ou “sobrevive”. Nesse último, o riso e a brincadeira, como geralmente a infância é representada, dão lugar ao adestramento físico e moral, sobretudo, voltados para o trabalho e ensino. Ver em: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. Introdução.

Nesse sentido, a construção de narrativas escritas e imagéticas de militares na revista *O Tico Tico* entre os anos que compreendem o Estado Novo (1937-1945) se revelam na exaltação de vultos históricos, na caracterização do “ser militar” e, na atuação destes sujeitos na conformação do patriotismo e nacionalismo brasileiros; por entre diferentes seções veiculadas nesse impresso infantil. Dessa forma, trataremos, ainda que de forma inicial, da História Militar “contada” a partir da literatura infantil, compreendendo os militares como sujeitos integrantes de instituições atuantes na sociedade – em tempo de paz ou de guerra. É preciso atentar para a interação entre os militares e a sociedade na qual estão imersos, economicamente, politicamente, bem como no âmbito cultural (CASTRO et al, 2004). Assim, na edição do ano de 1938, Diva Paulo, um dos articulistas da revista destaca que “O militar põe a sua pátria acima de tudo e a defende para não macular o prestígio e a polidez do uniforme que distingue e realça a força do seu caráter e dos seus sentimentos!”.

O Tico Tico organizava-se a partir de várias seções que tratavam de temas diversos voltados para as crianças. Desse modo, seções como “Os grandes episódios da história brasileira”, “Lições do vovô”, “Quem foi que disse? Quem foi que fez?”, “Exemplos para vocês”, “Os grandes vultos da república”, constantemente traziam conteúdos cuja ênfase voltava-se para os “Grandes homens” do Brasil, principalmente militares e intelectuais. Nomes como: Dom Pedro I⁷, Marechal Deodoro da Fonseca⁸; Floriano Peixoto⁹; Custódio José de Mello¹⁰; Duque de Caxias¹¹; Almirante Barroso¹²; General Osório¹³; são recorrentes entre as edições deste periódico para crianças, em textos e

⁷ Revista *O Tico Tico*. Exemplar 1894. Ano 1943.

⁸ Revista *O Tico Tico*. Exemplar 1891. Ano 1943.

⁹ Revista *O Tico Tico*. Exemplar 1885. Ano 1942.

¹⁰ Idem.

¹¹ Revista *O Tico Tico*. Exemplar 1893. Ano 1943.

¹² Revista *O Tico Tico*. Exemplar 1789. Ano 1940.

¹³ Revista *O Tico Tico*. Exemplar 1890. Ano 1943.

imagens que intuem exaltar a memória dos grandes homens do passado. De fato, tais heróis pátrios, eram significativos para construção de um sentimento nacional que deveria ser aprendido pelas crianças brasileiras. Da independência à proclamação da república e, desta, à instituição do Estado Nacional em 10 de novembro de 1937. A personalização desses sujeitos qualificados como heróis brasileiros pela revista *O Tico Tico* será exemplificada a partir da seção “Lições do vovô”. Desse modo, em uma das edições de 1943, a revista vai dedicar-se a narrar a trajetória do General Rondon. Essa perspectiva nos parece instigante uma vez que nos interessa entender também de que forma a Amazônia é representada por esse periódico¹⁴. Trata-se, de buscar neste trabalho conexões entre militares e a região amazônica. Assim, dentre os militares, cujo exemplo deveria ser seguido pelos pequenos leitores d’*O Tico Tico* temos a figura do Marechal Rondon.

O “bandeirante do século XX”, como é anunciado pelo periódico infantil, Candido Mariano da Silva Rondon, galgou todas as posições da carreira militar. Desde soldado do 3º regimento da Artilharia de cavalo até o posto de General de divisão. Foi professor normalista e tornou-se soldado em Cuiabá, sua terra natal, entrando na Escola Militar em 1881. Sua carreira “sertanista” inicia quando é encarregado de construir linhas telegráficas no sertão brasileiro. Em 1907, tinha como meta construir a linha telegráfica do Mato Grosso ao Amazonas. Uma Comissão foi criada com esse objetivo ligada ao Ministério de Guerra, Ministério da Indústria e Viação de Obras Públicas (SÁ et al, 2008) com o sentido de “transformar os limites extremos do país em postos de estacionamento de forças militares” (p.786). Segundo a narrativa de *O Tico Tico*:

¹⁴ MORAES, I. B. *Representações da Amazônia na revista infantil O Tico Tico (1937-1945)*. 48 f. Monografia (Graduação Licenciatura em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. Belém, 2016.

Rondon penetrou nas selvas amazônicas, arriscando-se, a si e aos seus comandados e auxiliares, como um verdadeiro missionário. Levou ao selvícola, que nem sempre recebeu os brancos com amabilidade, antes os atacou e hostilizou, a palavra civilizadora, o exemplo de respeito e de tolerância. Fez-se amigo de várias tribos, conquistou os chefes de inúmeras delas, e com isso realizou uma grande obra de brasilidade.

Constrói-se uma narrativa das ações de Rondon, evocando seus grandes feitos. Um desses feitos foi justamente a conservação dos milhares de quilômetros de linha telegráfica instaladas no sertão. De acordo com *O Tico Tico* isso teria sido possível “graças a capacidade do ilustre militar e civilizador” que se encarregou disto até 1930, contribuindo para unidade e integração do território nacional¹⁵.

O Tico Tico não deixa de assinalar que homens como General Rondon são importantes como exemplos para mocidade, transmitindo assim os ideais e valores desse período ao público infantil para o qual se destinava a revista. Vale ressaltar que o texto construído sobre Rondon tem como objetivo atender ao pedido de uma das crianças leitoras da revista, quando “vovô” afirma: “não admira que um dos meus netinhos tivesse a ideia, tão bela, de querer saber coisas sobre tão distinto e notável brasileiro”.

¹⁵ Laura Maciel aponta que o interior do país era compreendido como um espaço vazio, habitado por populações não civilizadas. Nesse sentido, a comunicação telegráfica teria o papel de “levar a palavra e a ordem para todo o território nacional”, e esta era uma forma de “civilizar” os “locais mais ermos e distantes”. Assim como levar o progresso e, ao mesmo tempo, ampliar as fronteiras da pátria. Atribuía-se valor as terras do sertão com a construção de vias férreas, rodoviárias e linhas telegráficas; e essas tarefas só poderiam ser executadas “pelo pulso firme, mas também pacífico, do soldado”. Ver mais em: MACIEL, Laura Antunes. *A comissão Rondon e a conquista ordenada dos sertões: espaço telégrafo e civilização*. Proj. História, São Paulo, (18), mai. 1999.



Figura 2: Imagem da capa. Revista *O Tico Tico*. Exemplar 1894. Ano: 1943.

Outro evento destacado pelo periódico era a Independência do Brasil. Na edição de comemoração da Semana da Pátria e do Dia da Independência do ano de 1943 (Figura 2), a seção “Lições do vovô” recorda às crianças do Brasil que o país está em guerra. Diante desse fato é posto que as crianças, “chefes e dirigentes do Brasil de amanhã”, devem meditar sobre o que isso significa. De fato, no contexto da II Grande Guerra, *O Tico Tico* não deixava

de explicar aos seus jovens leitores o fato de que o Brasil “foi levado a essa guerra por ter sido provocado e ofendido em seus brios de nação livre”. Estas narrativas nos possibilitam verificar como se conformam temas de ordem para a nação e o sentimento patriótico que se quer provocar no público infantil.

Entretanto, para além de vultos históricos, de personagens militares consagrados na história do Brasil, a revista *O Tico Tico* apresenta o espírito militar por entre a construção de militares fictícios ou do imaginário sobre o ofício de soldados, marinheiros, aspirantes ao exército e à guerra. “Pernambuco, O marujo”, personagem de uma das histórias em quadrinhos veiculadas em *O Tico Tico*, tem muito a nos contar sobre suas viagens pelo exterior e pelo Brasil. Criado pelo articulista Oswaldo Storni, é marcado com o que podemos chamar de “espírito militar”, tido como um dos primeiros heróis institucionalizados – dado o seu engajamento na Marinha do Brasil dentro do contexto da Segunda Guerra Mundial.

“Pernambuco”, entre suas primeiras aparições no periódico infantil é descrito como marinheiro mercante e aficionado pugilista. Dentre as diversas aventuras pelas quais envereda durante sua trajetória em *O Tico Tico* seja em águas internacionais ou entre regiões do Brasil, “Pernambuco, o marujo”, carrega traços heroicos e sentimentos patriótico-nacionalistas, tão caros ao regime autoritário com que é marcado o Estado Novo. Esse herói aparece na revista em 24/11/1937 e tem sua história finalizada em 23/03/1940 (CARDOSO, 2004). Em sua primeira aparição por entre as páginas d’*O Tico Tico* (Figura 3), “Pernambuco, O Marujo”, encontra-se nos Estados Unidos, mais precisamente em Nova York – local onde perde o Navio no qual regressaria para o Rio de Janeiro. Nesta mesma edição conhece Eugenia, jovem que seria sua esposa no futuro. Serão narradas, ainda, muitas aventuras em países do exterior em diversos números do impresso infantil até que “Pernambuco” retorne ao Brasil.



Figura 3: Primeira aparição da seção: “Aventuras de Pernambuco, o Marujo”. Revista *O Tico Tico*. Exemplar 1677. Ano: 1937.

Em 1939, dentro da conjuntura da Segunda Guerra Mundial, “Pernambuco”, nosso herói, não só regressa ao Rio de Janeiro como passa a fazer parte da Marinha de Guerra Nacional (Figura 4). Descrevem-se na revista os sentimentos nacionalistas do Marujo:

Era com emoção verdadeira que ele subia ao convés do navio de guerra, para cujo serviço o tinham designado. E quando saudava em continência, a nossa bandeira parecia-lhe estar diante do próprio Brasil. Nas horas de folga agora, podia entregar-se ao seu passatempo favorito, o boxe. (...) Assim corria a vida do rapaz, que jamais se sentira tão bem e satisfeito.

Após ter concluído suas obrigações para com o país, nosso “herói”, na edição 1782 do ano de 1939, teve uma folga concedida e que foi aproveitada ao lado de Eugenia (sua esposa). Contudo, sentindo-se saudoso da vida a bordo pediu para ser enviado para o Mato Grosso em uma missão. Segundo a narrativa d’*O Tico Tico* este “era um pedido raro, pois nem todos os marinheiros queriam servir longe do Rio”. O pedido de Pernambuco foi atendido e ele embarcou rumo a esta região “onde o Brasil se apresenta com certos aspectos rudes, mas é também lindo e empolgante de beleza e feracidade”. A bordo, a narrativa d’*O Tico Tico* revela que Pernambuco pensava em Eugenia, “nosso” marujo tinha “alma de poeta”. O historiador José Murilo de Carvalho (1995) no artigo “Os bordados de João Cândido” nos ajuda a pensar a humanidade dos marinheiros, para além das obrigações do seu ofício naval. O autor destaca que os bordados construídos pelo “Almirante negro” iluminam sua face amável e sensível, diferente da forma como era visto por parte da imprensa e pelos oficiais da Marinha, sendo adjetivado: “primitivo, inculto e grosseiro” (p. 13). A contribuição deste estudo é instigante na medida em que nos permite “valorizar os aspectos humanos dos personagens históricos” (p. 14); compreendendo que quanto mais humanos mais se parecem com heróis. O Marujo de *O Tico Tico*, ainda que fictício, tem sua humanidade descrita nos sentimentos de saudade da esposa, mesmo que esta fosse mais fraca que seu desejo em se aventurar. “Navegar é preciso, viver não é preciso”, como escreve o poeta Fernando Pessoa.



Figura 4: Pernambuco, O marujo como parte da Marinha de Guerra Nacional. Revista *O Tico Tico*. Exemplar 1766. Ano: 1939.

Durante a viagem pelo interior do Brasil, “Pernambuco, o Marujo” não deixa de passar pela Amazônia enquanto estava de licença (Figura 5). Nessa ocasião, “nosso herói” visitou “um dos armazéns de vários artigos existentes à margem dos rios da Amazônia”, pois precisava comprar uma roupa com a qual ficasse

mais à vontade, não queria andar pela mata com seu traje de marinheiro, descreve *O Tico Tico*.

“Ali havia de tudo”, contudo “pouca roupa boa”. O dono do bazar era “um bom negociante mas péssimo sujeito”, assim, o “preço foi combinado a custo”. Pernambuco era alto, forte, marinheiro e boxeador; podemos pensar essas características como distintas dos seringueiros que compravam nos armazéns dessa região, geralmente migrantes nordestinos, vivendo na região as lutas da chamada “Batalha da Borracha”. (GUILLEN, 1999). Então, com dificuldade de encontrar uma roupa que lhe coubesse, comprou “bombachas” e ficou um “perfeito gaúcho”, prossegue a narrativa que finaliza afirmando que “foi mais fácil conseguir um bom cavalo” no qual Pernambuco partiu: “no afan de conhecer de mais perto os segredos da selva”.

A visita de “Pernambuco” à região coincide com período em que a Amazônia vive a chamada Batalha da Borracha (DEAN, 1989), (GARFIELD, 2009), (SECRETO, 2007), que tinha como objetivo ampliar a produção dessa matéria prima na Amazônia. De fato, quando refletimos sobre matérias dessa revista infantil, como a presente na edição de número 1884 do ano de 1942, percebemos as relações da Amazônia com a Segunda Guerra Mundial, por meio da Batalha da Borracha. Assim, nessa edição d’ *O Tico Tico* apresenta-se um mapa do Brasil demarcando a presença da borracha por entre as regiões do país¹⁶, indicando didaticamente o processo de preparo do látex. Não coincidentemente a capa da revista dessa edição traz soldados com a bandeira do Brasil em punho. Na contracapa comemora-se a criação da bandeira do país e, ao mesmo tempo, segue-se alertando sobre a guerra, os deveres e as responsabilidades de cada um; salientando os princípios “de disciplina, de ordem, de unidade, de coesão para a nacionalidade”.

¹⁶Revista *O Tico Tico*. Exemplar 1884. Ano: 1942.

Aventuras de Pernambuco e Marujo



Num dia que os pais dele e os outros foram a um dia de passeio de verão e foram a passeio à margem do rio na Amazônia, não só se conseguia um banho a qualquer hora e que poderia estar mais a vontade. Tinha lá dias de férias para quem se encontravam de férias e queria aproveitar.

Fomos à praia e a casa de "barracão" grande. Ali tinha de tudo. Tinha a casa grande e a pequena, com um varal onde mais pessoas estavam, era mesmo a que tinha. Não era muito longe. Tinha muito mais. A maioria delas não chegava no grande marujo.



Depois de muito procurar, achamos então um bom lugar para estabelecer e fazer um comércio e Pernambuco, que não queria mais para mais, mudou-se ao lado de Pernambuco. O preço das condições a seguir.

... pelo a construção, seria três quartos de mais. Partindo-se, então, para um apartamento no lado, a água quente e água a quente de pouco dinheiro, assim, um pequeno galpão, com as coisas certas de fazer o negócio e já de mais.



Falhar mais fácil encontrar um bom local do que a terra que lhe oferece.

É logo depois, em parte, no lado de dentro do marujo, com o ingresso de terra. (Continua)

Figura 5: “Pernambuco, o Marujo” na Amazônia. Revista *O Tico Tico*. Exemplar 1787. Ano: 1940.

O ofício militar também aparece nas “Aventuras de Chiquinho” (Figura 6). Este personagem, um dos mais antigos do periódico infantil, atende ao modelo ideal da infância republicana constituído pela criança branca, proveniente de família bem estruturada (PATROCLO, 2015). Na edição de 1737 do ano de 1939, Chiquinho propõe ao seu amigo Benjamim “fazerem um

pouco de exercício militar”. Uma vez que “precisavam treinar para quando estivessem na idade de ir para as fileiras.” Cansados, após o exercício, compreenderam que o exercício militar era árduo, não era “brinquedo”. Dessa forma, as representações dos militares na revista *O Tico Tico* conformam a significância, preenchendo de valores, as práticas das quais se envolvem estes sujeitos.



Figura 6: “As aventuras de Chiquinho”. Revista *O Tico Tico*. Exemplar 1737. Ano: 1939.

Considerações finais

Entre as edições da revista *O Tico Tico* são construídas representações do que é ser militar no Brasil, por meio das narrativas imagéticas e textuais. Segundo Peter Burke (2004), as imagens são importantes fontes de evidência histórica. Elas podem ser criadas para comunicar uma mensagem própria, e tem papel primordial na construção cultural da sociedade. Ainda para o autor, os testemunhos do passado oferecidos pelas imagens possuem valor real na medida que complementam as evidências presentes nos textos escritos. O perfil destes sujeitos no impresso infantil analisado perpassa pela sua caracterização como heróis, como exemplos a serem seguidos pelas crianças do Brasil. Em tempo, percebe-se que as crianças não deixam de receber informações pertencentes ao momento político no qual estão inseridas, sejam elas de caráter internacional ou nacional.

Na verdade, tanto os espaços em que funcionam os meios de comunicação, quanto os discursos propagados por esses veículos de imprensa escrita ou audiovisual, refletem, muitas vezes, a vida política do país (Jeanneney, 2003). Joga-se o jogo que é jogado no mundo político. Uma vez que as representações das coisas acabam tendo dificuldade de se distinguir da própria realidade.

Referências bibliográficas

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: História e Imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no Vargasismo e Peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CARDOSO, Athos Eichler. *Pernambuco, o marujo. Um personagem para não ser esquecido*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004. Porto Alegre. Anais... São Paulo: Intercom, 2004.

CARVALHO, José Murilo. *Os bordados de João Cândido*. Manguinhos, II (2), 68-84 Jul,-Out. 1995

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CHARTIER, ROGER. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DEAN, Warren. *Luta pela Borracha no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1989.

DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. *Revista brasileira de história*. São Paulo, v. 29, n°57, p. 19-65 – 2009.

GOMES, Ângela de Castro. “Ideologia e trabalho no Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da Selva: histórias da migração nordestina para a Amazônia*. Campinas: Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1999.

JEANNENEY, JEAN-NOEL. “A mídia”. In: REMÓND, René. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. *Literatura Infantil Brasileira: história & Histórias*. 6 ed. São Paulo: Ática, 2004.

MACIEL, Laura Antunes. *A comissão Rondon e a conquista ordenada dos sertões: espaço telégrafo e civilização*. Proj. História, São Paulo, (18), mai. 1999.

MORAES, I. B. *Representações da Amazônia na revista infantil O Tico Tico (1937-1945)*. 48 f. Monografia (Graduação Licenciatura em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. Belém, 2016.

PATROCLO, Luciana Borges. *As mães de famílias futuras: a revista o tico-tico na formação das meninas brasileiras (1905-1921)*. Tese (doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação. 2015.

SÁ, Dominichi Mirande de. SÁ, Magali Romero. LIMA, Nísia Trindade. “Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915)”. In: *História, Ciências, Saúde* – Manguinhos, Rio de Janeiro v.15, n.3, jul-set. 2008, p. 779-810.

SECRETO, María Verónica. *A ocupação dos 'espaços vazios' no governo Vargas: do Discurso do Rio Amazonas à saga dos Soldados da Borracha*. Estudos Históricos (Rio de Janeiro) , v. 40, p. 115-135, 2007.

SILVA, Cristiani Bereta da. *Cultura escolar e cultura política: projeto de nacionalização e o jornal escolar a criança brasileira (santa catarina, 1942-1945)*. Hist. Educ. (Online). Porto alegre, v. 17, n. 40, Maio/ago. 2013. P. 175-195.

VERGUEIRO, Waldomiro; SANTOS, Roberto Elísio dos. *A postura educativa de O Tico-Tico: uma análise da primeira revista brasileira de histórias em quadrinhos*. Revista eca XIII 2_Miolo.indd.

Propaganda e repressão durante o Estado Novo no Pará: indícios da censura registrada ao “Jornal Folha do Norte” de (1930 - 1935)

Alessandra Nunes de Oliveira¹

Introdução

Ao considerar o percurso histórico da humanidade, torna-se possível observar a sociedade em diferentes épocas, especificamente nos regimes totalitários do século XX, onde instaurou-se ações de censura e atos arbitrários contra a humanidade, sobretudo enquanto ao conhecimento registrado jornais impressos.

Deste modo, o poder e a influência do Estado Novo no Estado do Pará, governado por Magalhães Barata, com seu modo centralizador, travou duras batalhas contra a liberdade da imprensa jornalística paraense. Assim, este estudo parte de um enfoque para investigar o contexto historiográfico da censura na Intervenção Militar no Estado do Pará, ocorrida ao *Jornal Folha do Norte* no período de 1930-1935.

O Jornal Paraense de grande influência no Estado do Pará, *A Folha do Norte* foi um dos mais perseguidos devido, o jornalista e dono do concernente Jornal, Paulo Maranhão fazer críticas ao governo Baratista e retratar a insatisfação da sociedade sobre o populismo de Barata. O Jornalista, Paulo Maranhão, por vezes enfrentou a perseguição da interventoria de Magalhães Barata, até mesmo ao prédio do Jornal paraense “*Folha do Norte*” ter sido alvo de ataques à bala (ROCQUE, 2006).

¹ Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará - (Campus Belém). Atualmente, faz pesquisas na área da Biblioteconomia, História social, História do Livros e da Bibliotecas, Censura na Informação, informação e sociedade.

Neste viés, a pesquisa sobreveio com o método documental, em que se situa o *Jornal Folha do Norte* que será consultado no setor de microfilmagem da Biblioteca Pública Arthur Viana, assim como, outros jornais que se encontram na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, e que também serão examinados.

Porquanto, procura-se discutir por intermédio da análise indiciária, as evidências interpretativas, onde se observa acontecimentos nos seus minuciosos detalhes para encontrar os vestígios na questão que estão sendo pesquisadas, sobretudo, o da censura.

Logo, apresenta que os registros históricos mostraram informações da frieza, da crueldade e da barbárie praticado, e que se mostram nas relações da censura prévia e punitiva empregada ao *Jornal Folha do Norte*.

Ao final, diante das histórias que os registros guardam a memória sobre Magalhães Barata, mostra a perseguição que se travou contra a liberdade de expressão, sobretudo, ao *Jornal Folha do Norte*.

Através da censura prévia e punitiva e suas relações com o poder, e que por assim, não apenas mostram-se de maneira explícita e que esta, não ficou isolada no tempo nas ações históricas, o que nos possibilita analisar a relação histórica paraense juntamente com reflexão do poder da censura, contra os escritos e a liberdade de expressão.

A Interventoria de 30 no Estado do Pará

O Estado do Pará recebeu a influência do governo de Getúlio Vargas, quando o então presidente, no cargo de governo provisório, estabelecia por meio do Decreto de nº 19.398 de 11/11/1930 o sistema de interventorias, que consistia na autonomia de escolher governadores para os Estados Brasileiros, conforme o Art. 11, que evidenciava que “o Governo Provisório nomeará um interventor federal para cada Estado, salvo para

aqueles já organizados” (BRASIL, 1930), o qual em 12 de novembro de 1930 estabelecia a nomeação de Joaquim de Magalhães Cardoso Barata², do Partido Liberal, para assumir o cargo de interventor do Estado do Pará.

A seguir, um trecho do discurso de Magalhães Barata saudando o povo paraense como Interventor Regional:

Aqui estou como um revolucionário perseguido de 1922, ou com foragido de 1924, mas sonhando com a grandeza da minha terra e lembrando as figuras de Assis de Vasconcelos e de Eurico de Castilho França. Eu te saúdo, povo da minha terra (FOLHA DO NORTE, 13/11/1933, p.1).

Diante desta nomeação, logo podemos presumir que a interventoria de Magalhães Barata recebeu grande influência do governo de Getúlio Vargas no transcorrer da mesma, desde o populismo, por meio da sua assistência para com as camadas subalternas, até a forma de governar no processo centralizador. De fato, Magalhães Barata detinha uma característica que marcou seu governo e correspondeu sua identidade de interventor, o que correspondia a sua popularidade, por meio das visitas que fazia nos interiores do Pará.

Podemos perceber o lado popular e assistencialista do interventor, quando em meio à pesquisa nos jornais populares da década de 30 como o “O imparcial”, “Província do Pará”, “Correio do Pará” e “Folha do Norte” notamos notícias que faziam referências ao Major Magalhães Barata, com os títulos “as atividades do Sr. Interventor no interior do Estado”, “as visitas

² Nascido no Distrito de Val-de-Cans a 2 de junho de 1888. Possui três mandatos, o primeiro corresponde de 1930 a 1935; o segundo de 1943 a 1945 e o terceiro e último como governador constitucional data de 1955 a 1959. Portanto para o interesse da pesquisa o que será colocado como estudo é a cronologia que envolve os dois primeiros mandatos em que Magalhães trilhou como Interventor.

do Sr. Interventor” e “chega hoje o Major”, em que mostram indícios de sua atividade política popular.

Ele [Magalhães Barata] foi o primeiro governador do Pará que percorreu o Interior todo (...) tomou providencias que só o poder discricionário podia tomar [...] ele inovou e ficou muito conhecido principalmente com a patente de major. Ele tinha uma tendência muito forte na defesa do que ele chamava de desprotegidos que era o pessoal pobre (RIBEIRO, 1998, p.29).

Em face da sua designação como representante do Pará, o referido interventor passou a ser visto como “a novidade” para o Estado do Pará, aquele que socorreria das mazelas o Estado e especialmente a capital Belém, que então já havia degustado das riquezas urbanísticas de Antônio Lemos, mas estava entregue à própria sorte “com suas praças abandonadas, ruas intransitáveis, a população sentido saudades do “velho” Lemos” (ROCQUE, 1999, p. 86), o qual com a chegada de Magalhães Barata a população viu na sua figura a solução da deterioração social.

Barata soube aproveitar dessa “carência” social, para trilhar seu mandato como a solução para os conflitos internos que o Estado estava passando, e assim, aumentar seu favoritismo com as massas. “O interventor procurava passar a imagem do guia dos paraenses, aquele que, levaria o povo ao caminho do progresso dentro de uma ordem hierarquizada, valorizada pela própria condição de militar” (RIBEIRO, 1998, p. 19).

É interessante analisar que esta postura de guia para com o seu povo, com o misto de caráter militar, nos remete para a similaridade e comparações dos regimes ditatoriais explicitados nesta pesquisa, lembremo-nos do nazismo quando Hitler era visto como “veemência”, uma vez que suas ideias, embora de cunho extremo entusiasmasse o ideal de um povo, que se encontrava abalado com sua realidade pós-primeira guerra mundial. Do mesmo modo, Getúlio Vargas, conforme seu governo veio para a modernidade do País trouxe a personificação

como o “pai dos pobres”, da mesma forma que Magalhães Barata veio como o benevolente salvador regional do “populismo”.

A forma (regime) de governar de Barata resultou em elogios do próprio Getúlio Vargas, que em visita a Belém chegou a comparar a situação da capital em antes do interventor e com a atual direção do interventor no Estado Paraense.

Paraenses! Após uma longa excursão pelo norte, atingi ao extremo limite, a esta terra maravilhosa que, defrontando com os limites de nações estrangeiras, é a sentinela vigilante da Pátria! Eu vos saúdo! Terra de inteligência, cultura e trabalho, que, relegada ao abandono pela incúria dos governos passados, a revolução soergueu de novo, como eu a vejo agora, cheia de vida e entusiasmo, terra onde os rios parecem oceanos e as multidões, como esta que se me depara, são também oceanos de vibração e patriotismo! A' vossa terra, eu vim para conhecê-la e saúda-la, Viva o Pará! (FOLHA DO NORTE, 04/09/1933, p.1).

Em meio a comparações do passado e presente do estado do Pará, Vargas discursa fazendo uma relação da valorização regional. Desta forma, os fragmentos do Jornal folha do Norte indicavam que Getúlio Vargas estava acentuando e contribuindo para o populismo de Magalhães Barata, relação típica do governo de Vargas em valorizar o populismo e a nação trabalho, que agora estava se dirigindo ao interventor Federal e ao Estado Paraense.

Getúlio Vargas valorizava o nacionalismo, de igual modo, Magalhães evidenciava o regionalismo, como um dos pontos principais de sua valorização regional, o sistema educacional e os meios de informação foram um dos alicerces para o atinente objetivo. No entanto, a questão regionalista não decorria somente de forma ufanista, uma vez que veio acoplada com um regionalismo regimentado de poder. Porquanto, os indícios apontavam que o regionalismo estabelecido por Magalhães Barata estava voltado para o processo centralizador devido seu objetivo de influência governamental.

Vemos que em meio ao seu populismo governamental, Magalhães Barata não deixou de seguir a influência ditatorial que emergia em sua época. Sua política, embora popular, não negligenciava o seu lado centralizador. Perante este aspecto, Magalhães Barata travou lutas, batalhas contra os que se opuseram ao seu governo, principalmente após as constituintes de 1933, onde os ânimos do interventor se evidenciaram de forma combatente contra aqueles que se posicionavam contra o seu governo.

Na sua forma de governar, Barata traçou alianças, conquistou inimigos, presenciou seus considerados “adeptos” irem para a oposição e foi destituído do poder e voltou para o poder, com o saudosismo daqueles que apreciavam o referente Interventor.

Diante das histórias que os registros guardam em memória sobre Magalhães Barata, analisaremos no próximo subcapítulo o regime do poder Baratista, que travou contra a liberdade de expressão referente à prática da censura no período em que governou o Estado do Pará. Uma viagem no tempo, de 1930 até 1945, e que nos possibilita analisarmos a relação histórica Paraense juntamente com reflexão do poder de censura, contra os escritos e a liberdade de expressão.

A censura ao jornal “Folha do Norte”

Este Barata esta nos saindo caro...
(O PAIZ, 23/06/1934, p.1)

Falar de Magalhães Barata e não mencionar os conflitos políticos com o Jornal Folha do norte³ (símbolo da sua fúria)

³ Fundado por Enéas Martins e Cipriano Santos, tendo por objetivo principal lutar pelo desenvolvimento político e social da região. Combatendo a política de Antônio Lemos, na época proprietário do jornal “A província do Pará”. Enéas Martins, proprietário e diretor, vítima de perseguições políticas transferiu-se para Manaus, assumiu a direção Cipriano Santos que muda as

significaria negligenciar uma parte interessante da história Paraense sobre as opressões de censura contra um veículo de informação e uma das formas de expressões que ocorriam na interventoria, principalmente no Jornal Folha do Norte, o qual era um veículo de comunicação impresso e circular de Belém do Pará.

Deste modo, antes de argumentarmos sobre tais acontecimentos ao Jornal Folha do Norte devemos entender sua popularidade, uma vez que se estabeleceu como um dos jornais mais conhecidos e conceituados do estado do Pará, suas páginas estampavam informações de âmbitos regionais, nacionais e mundiais. Assim sendo, sua circulação diária fazia parte do cotidiano dos leitores paraense. Tinha como presidente o Jornalista Paulo Maranhão, conhecido por muitos como o Jornalista “de sangue oposicionista” – Vulgo que entenderemos no decorrer do presente capítulo.

Desta forma, para entendermos melhor o Jornal Folha do Norte, analisamos as palavras de Carlos Rocque (2006) ao se referir sobre o então periódico:

Folha do Norte, velho e tradicional órgão da imprensa, que se editava no Pará tinham suportado o peso bruto da intolerância do interventor, que nunca escondera sua animosidade pelos homens do jornal; em verdade, muito tinha sofrido o intrépido jornal paraense, que permanência sob censura prévia e aos que neles serviam, corajosamente, enfrentavam os constantes acessos de fúria do Sr. Barata (ROCQUE, 2006, p.556).

instalações do jornal da Praça da Independência, hoje Avenida Portugal, para a Rua da Indústria, atual Rua Gaspar Viana, esquina com a Travessa 1º de Março, endereço onde funciona atualmente o Jornal “O liberal” [...] Já em 1917, após Cipriano Santos eleger-se Senador Estadual, passa para Paulo Maranhão a propriedade da “Folha do Norte”, onde este muda a linha política do jornal, e o dirige até a sua morte em 17 de 1966 (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1985, p.154-155).

A Folha do Norte foi um dos jornais que mais acompanhou a interventoria de Magalhães Barata, as páginas impressas de 1930 até meados 1933 estampavam notícias das realizações políticas do interventor Federal.

Ora era informada as visitas do “Sr. Major Barata” pelo interior do Estado, ora elogiando os seus feitos. A verdade era que Magalhães Barata tinha apreço pelo Jornal Folha do Norte, devido a sempre estar divulgando seus acontecimentos. Magalhães Barata chegou até mesmo a visitar a sede do jornal, em 8 de janeiro de 1933⁴.

No entanto, com as eleições constituintes de 3 de maio de 1933, os laços cerimoniais de Magalhães Barata com a “*FOLHA*”⁵, especificamente com o seu proprietário, Paulo Maranhão foram rompidos, a partir do momento em que Magalhães Barata, em 2 de 1933, emitiu uma nota oficial avisando que aqueles funcionários públicos que não votassem nas eleições para constituintes seriam punidos, lembrando que neste tempo o voto não era obrigatório (ROCQUE, 1999).

Paulo Maranhão, um homem que prezava pela exposição das palavras e livre expressão, encontrou nas ameaças punitivas do interventor a intimidação contra a liberdade de agir que um cidadão deveria possuir. O jornalista considerou esta atitude do interventor como “monstruosidade em projeto”, frase escrita pelo mesmo ao longo da sua crítica redigida no jornal. Por conseguinte, o então jornalista criticou veemente esta atitude de Magalhães Barata nas páginas da “*FOLHA*”, onde, a partir de então, começaria o pleito entre a liberdade de expressão e o regime Baratasta.

⁴ Conforme é possível verificar no “Anexo P” deste trabalho.

⁵ O jornal “Folha do Norte” também era chamado pelo vulgo de “*FOLHA*”. No qual também utilizaremos para mencionar quando o assunto for o referido jornal.

A seguir destacamos um pequeno trecho da crítica para entendermos de que forma Paulo Maranhão se pronunciou contra a atitude punitiva de Magalhães Barata:

Tem causado a pior impressão o ato do Sr. Interventor, mandando que cada chefe de repartição apure, pelo exame dos títulos eleitorais, se os respectivos funcionários votaram ou não no pleito de 3 de maio. Pretende o Sr. Interventor, continuando a série de atos condenáveis de sua administração, que já deviam ter tido um termo, refletindo a tendência geral da nação, que é querer a lei e não o arbítrio, e de alguns dos quais S. Exa., já tem feito ‘amende honorable’, punir com a suspensão ou a privação de vencimentos ao servidor do Estado que por qualquer circunstância, não foi às urnas (FOLHA DO NORTE, 4/05/1933, p.1)

Paulo Maranhão não se calou, mas pagou alto preço por seu comportamento a partir de sua expressão, a qual condenava a atitude do interventor. A Folha do Norte chegou às mãos de Magalhães Barata, que não gostando da declaração de Paulo Maranhão determinou que por 3 dias a “FOLHA” fosse proibida de circular (ROCQUE, 1999). Com efeito, o interventor deu início a seu primeiro ato de censura contra a Folha do Norte, entretanto, a censura imposta por Barata não se limitou apenas à repressão da “FOLHA”.

Registros encontrados na hemeroteca da Biblioteca Nacional nos dão indícios que a punição da Folha do Norte recaiu do mesmo modo sobre os titulares do referente Jornal, uma vez que estes foram impedidos, a mandato de Barata, de entrarem em repartições públicas e estaduais. Sobre este caso, trazemos a referente notícia encontrada no Jornal carioca “O PAIZ” sobre o título de “liberdade de imprensa⁶”, que reportava:

⁶ Conforme é possível verificar no “Anexo II” deste trabalho.

O Sr. Magalhães Barata, que se vem notabilizando pelas frequentes tropelias que comete no exercício da função de interventor paraense, acaba de proibir a entrada, nas repartições estaduais e municipais de todos os representantes da “Folha do Norte”, um dos jornais de maior tradição na zona septentrional do país (O PAIZ, 08/05/1934, p.3).

Após o acontecimento de proibição de acesso às repartições estaduais, Paulo Maranhão, que foi em viagem ao Rio de Janeiro, foi proibido de regressar a Belém, devido ao pedido que Barata, que na dada época já era vencedor da constituinte, fez ao ministro da justiça. A “FOLHA”, mais uma vez, foi apreendida e proibida de circular e só poderia voltar às ruas se retirasse do cabeçalho do Jornal o nome de Paulo Maranhão, o que de fato aconteceu, dando ao filho de Paulo Maranhão, Clóvis Maranhão, a responsabilidade de dirigir o Jornal (ROCQUE, 1999).

De fato, a proibição do retorno de Paulo Maranhão foi noticiada no Jornal “O PAIZ” que, consecutivamente, retratava o caso através de frases e título irônicos contra as atitudes do interventor. Uma frase pequena e que nos chama atenção para a atitude do interventor Barata foi de autoria de Mozart Lago, em que o referente Jornal proferia sendo deputado do norte, a qual dizia: “Este Barata está nos saindo caro...” (O PAIZ, 23/06/1934, p. 1). Mas foi na notícia “no barbeiro da baratolândia”, em que se afirmava: “há, dias, querendo o Sr. Paulo Maranhão voltar ao seu Estado, foi a isso impedido pela polícia” (O PAIZ, 28/06/1934, p. 3), que o referente Jornal tecia críticas diretas ao interventor, alegando que a polícia agiu a pedido do interventor Paraense e afirmava a censura prévia que a “FOLHA” estava vivenciando.

Por meio da respectiva notícia, o Jornal “O PAIZ” discorreu:

Esse major Barata... E que diante da censura prévia que o major estabeleceu a Folha do Norte, jornal independente, resolveu silenciar os atos do governo de Baratolândia. Mas, o major, que não admite que se fale mal, não permite tampouco que não se fale nada. O silêncio que ele considera de ouro, o incomoda muito mais (O PAIZ, 28/06/1934, p.3).

Notamos que a notícia alegava diretamente a censura procedida por Magalhães Barata, onde produzia a punição sobre quem ousasse ou cogitasse lançar o pensamento ou escritos contra o seu governo. Os conflitos, envolvendo o jornalista e o interventor, chegaram ao Presidente Getúlio Vargas por meio dos escritos de Paulo Maranhão, que emitiu um telegrama a Getúlio Vargas, denunciando as opressões de que estava sendo vítima.

A referida carta, que foi escrita e emitida em 1933, veio a público apenas em 1934, quando a “*FOLHA*” chegou a ser atacada novamente pelo poder Baratista. As denúncias publicadas no referido Jornal em 1934 revelavam o que foi dito a Vargas. A carta vinha estampada em primeira página e trazia longo texto, mas, pela extensa carta, destacamos apenas alguns trechos que registravam os seguintes dizeres:

Sr. Presidente. A simples leitura desse telegrama e a apreciação do seu conteúdo põem em relevo a intenção deliberada do interventor de impedir a circulação de um jornal independente, cujas predileções políticas são por outra corrente que não a do Partido do interventor [...] Houve, pois um atentado a liberdade de imprensa. O procedimento desse interventor contumaz em violências da mesma natureza dispensa comentários (*FOLHA DO NORTE*, 06/10/1934, p.1)

Notamos que Paulo Maranhão demonstrou claramente a presença da repreensão que foi acometido. Assim, é interessante ressaltar que a censura veio acometida por meio da violência como forma de intimidar, o que, para a visão do poder, não deveria ser feito. Situamos em Arendt (1985) que a violência é o

pré-requisito do poder, pois, ao analisarmos a palavra “atentada”, similarmente reportarmos como forma de combater aqueles que buscam a liberdade de transcrever seus pensamentos e críticas contra um governo opressivo.

Os indícios e pistas encontrados no Jornal Correio de São Paulo mostram que a carta emitida a Getúlio Vargas trouxe resultados benevolentes para o jornalista, uma vez que Paulo Maranhão conseguiu voltar à capital Paraense gozando de sua liberdade. A seguir a notícia do seu regresso divulgada no jornal correio de São Paulo:

O ministro da justiça comunicou ao Sr. Paulo Maranhão diretor da “Folha do Norte”, de Belém, que poderá regressar ao Pará, onde lhe serão asseguradas todas as garantias de que precisa, para se manter, naquele Estado (CORREIO DE S. PAULO, 30/06/1934, p.1).

Por conseguinte, com a sua volta à Capital Paraense, os ânimos não voltaram sobre o viés da tranquilidade, de maneira que no ano de 1934 marcaria os extremismos das opressões, violência e censura que se estabeleceu no cotidiano daqueles que se opusessem a política Baratista. Com a sua volta à Capital paraense, Paulo Maranhão não se calou e continuou pagando o preço pelos seus dizeres. Ocasionalmente ocasionaram consequências sérias para a sua pessoa quanto para a sua propriedade, no caso o Jornal Folha do Norte. Uma das implicações foi o seu mandato de prisão e o ataque ao prédio da Folha do Norte, procedido de sua interdição. Ambas as ocasiões ocorreram no dia 22 de setembro de 1934.

Registros encontrados na hemeroteca da Biblioteca Nacional retratam o acontecimento que ocorreu ao prédio da Folha do Norte. O episódio que resultou em ataque violento, munido por armas como verdadeiro símbolo da violência, o qual balas de fuzis marcaram as paredes do prédio do jornal. O jornal carioca “O PAIZ” retratou em suas páginas, na coluna

“actualidade política”, o ocorrido, por meio de correspondência que se emitiu da capital Paraense.

A notícia vinha antecedida com as siglas A.B, que dizia:

Às três horas da madrugada de domingo, a cidade foi despertada por intensa fuzilaria, alarmou grandemente a população. Soube-se mais tarde que a “folha do norte” havia sido atacada [...] ontem de manhã, estivemos no local. As paredes do edifício estão cobertas de balas (O PAIZ, 25/07/1934, p.4).

Vale ressaltar que a prisão e a revolta Baratista se deflagraram por motivos desmoralizantes para com o jornalista Paulo Maranhão, uma vez que o jornalista foi acusado de assassinar o aliado de Barata o candidato a Deputado Estadual, José Avelino. O policial que efetuou a prisão do jornalista, Poty Fernandes, em entrevista concedida a ROCQUE (1999) perguntou “Mas por que, se o velho Maranhão não estava no lugar do crime e não havia contra ele qualquer relação com a tragédia em que sucumbira José Avelino?” Poty revela: “Por nada. Não havia acusação nenhuma. Foi apenas para tentar desmoralizá-lo [...] Ele foi colocado em uma cela especial, nos altos da central” (ROCQUE, 1999, p. 262).

Em meio a esta resposta notamos uma realidade de poder extremista, carregada de punições e animosidades e por que não, constrangimentos, passados pelo jornalista Paulo Maranhão em sua propriedade a “FOLHA”, onde nos remete a uma prática que Arendt (1985) conceitua como “violência”, atitudes extremas que o poder adota para fazer calar aquilo que incomoda. Sobre o conceito de violência a autora descreve que “o poder e a violência, embora sejam fenômenos distintos, geralmente apresentam-se juntos [...] a violência aparece onde o poder esteja em perigo [...]” (idem, p. 3), o que nos sugerem as perseguições de poder sobre o que ocorreu com o então jornalista, que expressava as realidades opostas do poder Baratista, longe da figura popular de Barata.

Alguns jornais de diferentes regiões do território nacional informaram o ocorrido de atentado a Folha do Norte:

Figura 16- Jornal *O Paiz*, 25/09/1934

O ESTADO EM QUE FICOU O EDIFÍCIO DA "FOLHA DO NORTE"

BELEM, 24 (A. B.) — A's tres horas da madrugada de domingo, a cidade foi despertada por intensa fuzilaria, que alarmou grandemente a população. Soube-se mais tarde que a "Folha do Norte" havia sido atacada a bala. A fuzilaria cessou sómente pelas cinco horas e meia da manhã. Não ha pormenores do caso.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Figura 17- Correio da Manhã 25/09/1934

O tirotelo contra a "Folha do Norte" durou duas horas

Belem, 23 (Havas) — (Expedido ás 7 horas e 20 minutos do dia 23 e recebido ás 2 e 45 minutos do dia 24) — A's 3 horas e 15 da madrugada de hoje, verificou-se um ataque á redação da "Folha do Norte", cuja sirela apitou, despertando a cidade.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Após o acontecimento de sua prisão e ataque a sua propriedade, Paulo Maranhão recebeu o "*habeas corpus*" após três dias de sua prisão e soube que a folha do norte poderia voltar a circular livremente sobre o mandado de segurança (ROCQUE, 1999), mas, com a sua livre circulação, a Folha do Norte em suas

páginas chamou a atenção para um caso de autoridades policiais estarem fiscalizando seus exemplares, de forma que veio a público informar aos leitores a censura que estava vivenciando:

A despeito de ter o Tribunal Eleitoral concedido á FOLHA DO NORTE um mandado de segurança para que ela pudesse livremente circular, continuamos diariamente sob o exame de censura policial [...] de modo que o nosso mandado de segurança e quase um mandado de insegurança, pelo modo por que a autoridade do Estado do Pará o está cumprindo, exercendo sobre o jornal a censura draconiana como se estivéssemos em pleno regimento arbítrio (FOLHA DO NORTE, 06/10/1934, p.1).

A censura policial que a “FOLHA” cita se refere à forma que o jornal estaria sendo analisado por autoridades policiais, no caso, o delegado Pedro Guabiraba, em que a “FOLHA” descreve que o referente, consecutivamente, lia os exemplares e levava ao chefe policial para análise, para que depois permitisse sua circulação. Esta atitude foi descrita regularmente nas páginas da *Folha do Norte*. Em meio à declaração de censura policial, trazemos a seguinte explanação da “FOLHA” sobre o porquê de estar afirmando a censura policial que estava vivendo, de acordo com o fato:

Como sucedera anteontem, o Sr. Pedro Guabiraba, 1º delegado, veio ontem, ás 5:12 da manhã, de automóvel, á porta do nosso edifício e mandou pedir ao serviço de impressão um exemplar, que lhe foi remetido. Passou-lhe uma vista, no automóvel mesmo, e depois partiu não sabemos para onde, voltando algum tempo depois, com a ordem de que podia circular!E só então pode a machina imprimir a edição.

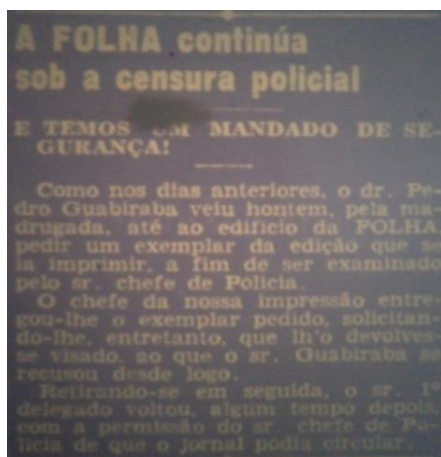
Curiosamente, a “FOLHA”, mesmo estando sobre o mandado de segurança para poder circular, ainda notava que chefes policiais possuíam o hábito de averiguar seus exemplares,

acontecimento que a “*FOLHA*” não deixou de emitir e comunicar aos seus leitores a censura policial que estava sofrendo. A cada vigilância, a “*FOLHA*” retratava, onde vemos: “como nos dias anteriores, o dr. Pedro Guabiraba veio ontem pela madrugada, até o edifício da “*FOLHA*” pedir um exemplar da edição que se ia imprimir, a fim de ser examinado pelo sr. Chefe de Polícia” (FOLHA DO NORTE, 07/10/1934, p. 1).

Presumimos que este método de vigilância adotado pela polícia contra a Folha do Norte cabia mais como um ato de aterrorizar os redatores do jornal, a fim de emanar uma mensagem de intimidação, no vulgo popular o “estamos de olho” sobre o que os redatores publicam.

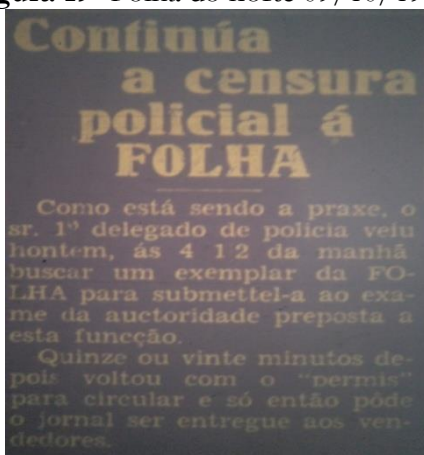
A seguir, trazemos as notícias de censura policial publicadas nas páginas do Jornal Folha do norte.

Figura 18 - Folha do Norte, 07/10/ 1934



Fonte: Dados da pesquisa 2016

Figura 19- Folha do norte 09/10/1934



Fonte: Dados da pesquisa 2016

Fato curioso observado nas páginas do referente jornal é que mesmo sabendo da vigilância policial na qual estava vivenciando, a “*FOLHA*” não deixou de expor as críticas de Paulo Maranhão ou críticas de correspondentes de diferentes jornais do território brasileiro, que criticavam o atentado que a folha do norte sofreu⁷. No primeiro exemplo, conforme a **Figura 16**, vemos que a “*FOLHA*” retrata a censura policial, mas logo abaixo exclama em tom de oposição e de alerta, sugerindo um cunho irônico contra seus censores pela expressão ‘temos mandado de segurança’.

Assim, nos propõe a pensar que a folha do norte não estava se atemorizando com as vigilâncias policiaes. Em mais um exemplo de não se atemorizar trazemos uma notícia que a “*FOLHA*” publicou em suas páginas de autoria de Polycarpo Sereno, do jornal carioca “*A vanguarda*”, onde criticava a permanência de Barata na interventoria Paraense, em que dizia:

⁷ Conforme é possível verificar no “Anexo II” deste trabalho

“do porco sai às linguças, sai o lixo dos quintais, dos monturos o mau cheiro, só tu barata não sais!...” (FOLHA DO NORTE, 06/10/1934, p. 1). As críticas de correspondentes eram diretas e audaciosas para com a figura de Magalhães Barata, de fato que nas análises feitas nas páginas da “FOLHA”, após o episódio de prisão e o ataque sofrido, vemos que o ano de 1934 ficou registrado como um dos mais combatentes por meio da escrita contra o poder Baratista.

Em virtude disso a “FOLHA”, diariamente publicava telegramas de cunho de solidariedade, apoio e pesar que foram enviados a Paulo Maranhão pelo ocorrido daquele 22 de setembro, como o de autoria de José Ribeiro, que sugeria que estava falando de Barata como o inimigo de perseguição, em que dizia: “[...] Estou hoje mais que do que nunca aliado aos heróicos companheiros, na luta contra o inimigo comum e perseguidor contumaz”. (FOLHA DO NORTE, 07/10/1934, p. 1). Um dos telegramas que chamou atenção e que foi publicado na primeira página da Folha do Norte foi de autoria de João Malato, retratando uma forma como o poder Baratista se posicionava, atentamos assim:

Nestes quatro anos no Pará tem se visto tudo: menos ordem, menos paz, menos decoro, menos sinceridade e menos critério! O que se tem visto é um governo que mente por qualquer motivo, e se desmanda sem razão nenhuma. E prega a desordem a todos os instaurados e assegura a impunidade a todos os seus fâmulos (FOLHA DO NORTE, 13/10/1934).

Além de seu sangue oposicionista, Paulo Maranhão também possuía o sarcasmo infiltrado em suas letras. Suas colunas de notícias mostravam a crítica de forma camuflada, mas que davam a entender que estavam remetendo para a figura de Barata, pois, a “FOLHA”, de maneira consecutiva noticiava assuntos que aparentemente poderiam ser notícias de cunho leviano ou apenas uma notícia de questão informativa, que não

interessaria a todos os leitores, mas que analisadas em suas entrelinhas despertavam indícios de árduas críticas para a figura do interventor do Pará.

Como exemplo, trazemos uma notícia estampada na coluna de “Serviço telegraphico” que nos mostra uma das maneiras que o Jornal tecia, por meio de “historinhas” contra Magalhães Barata:

Certo cidadão do Pará que ali granjeou atentada fortuna no comercio e hoje vive retirado em Portugal doou ao hospital Beneficente portuguesa mais de 500 contos de réis em prédios naquela capital e em Manaus. Como compensação o doador pede apenas duas coisas, pequenas: a primeira, que a Beneficente portuguesa lhe reserve um quarto do mais modesto na previsão, talvez, de que o generoso cavalheiro volte para lá, adoeça e não encontre um leito, admitida. A segunda coisa é que deveras tem seu sabor: pede ele á Beneficente Portuguesa que enquanto viver esteja onde estiver lhe remeta pontualmente a FOLHA DO NORTE, jornal de sua prediletação. Eis um pequeno Mecenaz da imprensa um homem que tem prediletação por um jornal e a confessa. Não há duvidas: **esse dadivoso cavalheiro poderia ser tudo no Brasil, menos interventor Federal – Isto não!** (FOLHA DO NORTE, 07/10/1934, p. 3, grifo nosso).

A forma como a Folha do Norte posicionava-se contra o interventor, de maneira indireta e até mesmo sarcástica, resultava de repulsa contra o poder centralizador e ditatorial que Magalhães Barata travou contra Paulo Maranhão e sua propriedade. Algumas indiretas vinham na capa de forma bem evidenciada em letras garrafais, que nos sugerem chamar a atenção do leitor. Destacamos a seguinte encontrada: “quando o governo impede ou tenta impedir a crítica da imprensa livre é porque tem medo da luz e da verdade” (FOLHA DO NORTE, 09/10/1934, p. 1).

Analisamos que Paulo Maranhão usou da pouca liberdade de expressão que possuía para criticar, mesmo que camufladamente, o poder instaurado. É uma situação que lembra

ao que Hanna Arendt revelou que “o maior inimigo da autoridade é, portanto, o desprezo, e a maneira mais segura de solapá-la é a chacota” (ARENDDT, 1985, p. 28). Ainda, podemos referir as atitudes de Paulo Maranhão, que havia criado toda sua animosidade contra o interventor, mas que suas únicas “armas” se constituíam em menosprezar por meios de algumas de suas informações jornalísticas através da palavra escrita.

Após as divergências ocasionadas, o ano de 1935 ficou marcado pelas eleições de abril da Constituinte paraense que consistia “além de elaborar a Constituição estadual, tinha a atribuição de eleger o governador constitucional do estado e dois senadores” (ABREU, 2015, p. 74) para disputar a eleição os partidos que se filiaram ao partido liberal, que nomeou Magalhães Barata para disputar com a oposição de Abel Chermont do partido frente única paraense.

Contudo, na madrugada do dia 4 de abril, o partido liberal “perde” 7 dos seus deputados, que desistindo de apoiar a candidatura de Barata, passaram a apoiar a frente única paraense (ROCQUE, 1999, p. 281). O que significou grande ameaça para o partido liberal, que agora, encontrava-se diminuído em números comparado com o apoio que estavam com a frente única paraense. Vale ressaltar que os deputados que desistiram de apoiar o partido liberal foram proibidos de entrar na Assembleia, mas logo solicitaram *habeas corpus* para que pudessem exercer seus direitos de votação.

Neste espaço de tempo, o presidente da Assembleia, Ápio Medrato, que também era do partido liberal, reuniu o plenário e convocou substitutos de forma que houvesse a eleição. “O Partido Liberal convocou os suplentes e, conseguindo o quorum necessário, instalou, à tarde, a Constituinte e elegeu Barata, dando-lhe imediatamente a posse” (ROCQUE, 1999, p. 282), o que não foi bem visto para a oposição, Frente única Paraense, que julgou o ato ilegal e assim convocou uma nova reunião na Assembleia para o dia 5.

O dia 5 de abril ficaria marcado como o dia fatídico em que o governo de Barata perderia seu posto. Uma vez que, os oposicionistas da frente única estavam se dirigindo a Assembleia, amparados pela justiça contando com o presidente do Tribunal Eleitoral e o exército, conforme Rocque relata (1999, p. 282) logo foram impedidos por populares que “[...] tentaram impedir que continuassem a caminhar. E a violência campeou, com tiros, correrias, agressões e tudo o de direito em tais ocasiões”. O acontecimento foi repercutido em muitos jornais brasileiros que relatavam sobre mortos e feridos ocasionado no confronto.

O Jornal *Correio paulistano* noticiou sobre o caso trazendo como título “o interventor Barata ensanguentou o Pará”, em que noticiava o estado que ficou a capital. “Telegrama de Belém anuncia que se produziu conflito defronte da Assembleia, quando os deputados oposicionistas para ali se dirigiam. Ficaram feridos 5 constituintes da oposição, Mac Dowell, Abelardo Conduru e Sousa Castro” (CORREIO PAULISTA, 06/05/1935, p. 1).

Após o evento conflituoso, Getúlio Vargas, sabendo do ocorrido, interveio para que os partidos envolvidos, Partido Liberal e Frente única, entrassem em acordo para uma terceira escolha de interventor que viesse a assumir o governo do Pará. O que resultou na nomeação, em 28 de abril, de Carneiro da Gama Malcher, como novo interventor paraense.

Após a saída de Barata, a “*FOLHA*”, agora livre do poder Baratista informou em suas páginas a censura que sofrera quando o ex-interventor estava no poder. Na coluna “Factos contra a palavra” as letras em maiúsculo chamavam a atenção para a notícia que afirmava, “O Sr Barata, quando interventor, suspendeu a circulação, impôs severa censura e confiscou jornais - Desacatou, prendeu e deportou jornalistas – Um mau quarto de hora para a imprensa Paraense” (FOLHA DO NORTE, 01/10/1935, p. 3).

Magalhães Barata, agora ex-interventor, partiu para o Rio de Janeiro no dia 14 de novembro de 1935, notícia que foi vinculada no Jornal Folha do Norte intitulada de “adeus, Major!” Em tons de ironia “o adeus” se referia à Barata como o ditador

orgulhoso, que agora viu sua autoridade se perdendo pelas consequências de um governo abusivo de poder. Analisamos a notícia de cunho sarcástico:

Partiu ontem, Era como um rochedo. Julgava-se o Pão de açúcar da imobilidade. Daqui não saíria. Só morto. E aos pedaços. Mas lá vai rolando sobre o cabeça das salsas ondas. Manda quem pode, obedece quem tem serve. É a regra da vida. E o recalcitrante, depois de ter esgotado a paciência de seus superiores, solicitando, exonerando, deprecando, arrumou a mala e foi-se (FOLHA DO NORTE, 15/11/1935, p. 1).

Barata acabou partindo para o Rio de Janeiro, deixando a cidade no dia 14 de novembro e assumindo a interventoria José Carneiro da Gama Malcher, este por nomeação de Getúlio Vargas. O então novo interventor se estabeleceu no governo de 1935 a 1943⁸, mantendo-se neutro no poder. A Folha do Norte noticiava seus fazeres na capital e suas viagens pelo interior do estado Paraense.

Considerações finais

Ao longo da pesquisa foram estudadas as formas que a censura se faz presente e foi notado que ela não se mostra unicamente de maneira explícita e muito menos que ela ficou isolada no tempo, nas ações históricas de regimes ditatórios. Avaliamos que a censura sobreviveu ao tempo e se camuflou, aparecendo de maneira implícita em lugares que deveriam estar lutando contra quaisquer vestígios que lembre o comportamento sensório.

Através da censura prévia e punitiva e suas relações com o poder, e que por assim, não apenas mostram-se de maneira explícita e que esta, não ficou isolada no tempo nas ações

⁸ José Malcher foi nomeado, por Vargas, para assumir a Presidência do Banco de crédito da Borracha.

históricas, o que nos possibilita analisar a relação histórica paraense juntamente com reflexão do poder da censura, contra os escritos e a liberdade de expressão.

A guerra, a luta e dominação percorreram também contra o saber e o conhecimento, através de estratégias de controle que originaram em ações de censura. Os registros históricos mostraram informações da frieza, da crueldade e da barbárie praticados por aqueles que por crença e ideologia extremas buscaram censurar informações que não correspondiam aos seus interesses.

Não é promissor da nossa parte julgar e criticar, rechaçar as atitudes do Nazismo, do Estado Novo e do Baratismo como erradas, se nas nossas ações cotidianas de bibliotecários reproduzimos atitudes similares as que foram praticadas por estes regimes frente à liberdade de expressão e informação, uma vez que ao restringirmos o acesso do conhecimento, colocamos condições e empecilhos para o acesso informacional nas bibliotecas. Estamos novamente refazendo, na contemporaneidade, as atitudes destes regimes ditatórios, pois, foram justamente essas ações de barreiras que os registros históricos nos mostraram como a informação foi censurada.

Referências

ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico da primeira república: 1889-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2015.

ARENDT, Hanna. **Da violência**. Brasília: Ed. da UnB, 1985.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. **Jornais Paraóaras: catálogo**. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.

BRASIL. **Decreto n. 19.398**, de 11 novembro de 1930. Institue o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil,

e dá outras providencias. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

RIBEIRO, José Roberto Silva. **A revolução de 30 e a educação no Pará**: carisma e práticas políticas. Belém: Meridional, 1998.

ROCQUE, Carlos. **Magalhães Barata**: o homem, a lenda, o político. Belém: SECULT, 1999. 1 v.

ROCQUE, Carlos. **Magalhães Barata**: o homem, a lenda, o político. Belém: SECULT, 2006. 2 v.

Fontes consultadas

Biblioteca Arthur Viana/ (Setor De Microfilmagem)

* – Jornal Folha do Norte: jornal local e diário.

1 – Janeiro a dezembro de 1930 a 1935.

Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital)

* - Jornal O Paiz: jornal do Rio de Janeiro de circulação diária fundado em 1884 e terminado em novembro de 1934.

1 – Janeiro a setembro de 1934

* – Jornal Correio de S.Paulo: Jornal diário e noticioso fundado em 1933.

1– Janeiro a dezembro de 1934

* – Jornal Correio do amanhã: Jornal do Rio de Janeiro fundado em 1901 e terminando sua circulação em 1974

1– Janeiro a dezembro de 1934

O embate na imprensa entre Ultramontanos e Maçons

Raynara Cintia Coelho Ribeiro¹

Introdução

No século XIX o cenário religioso na Província do Pará pautava-se em torno de vários acontecimentos, entre os quais estava, o conflito entre o poder civil e o eclesiástico, o florescimento da denominada Questão Religiosa no Brasil, e o estabelecimento das doutrinas romanizadoras, de Dom Macedo Costa, que provocava tensões com a política, em especial o envolvimento dos clérigos nesta, e as crenças populares. Através das fontes percebe-se que a origem da Questão Religiosa se encontra no Rio de Janeiro em 1872, quando o Padre Almeida Martins é suspenso pelo bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda por ter realizado um sermão numa reunião maçônica. Assim, eclode a crise religiosa em Pernambuco com D. Vital, e em seguida ocorre no Pará com D. Macedo Costa, através do lançamento de interditos decretados pelos bispos que ordenaram o banimento de todos os maçons das irmandades e confrarias. (Holanda, 1972)

Nesta perspectiva, o conflito entre os bispos Dom Macedo Costa e Dom Vital versus a Maçonaria foi tomando corpo e se desenrolou na imprensa paraense, no qual de um lado estavam os bispos ultramontanos usando jornais católicos como: *Synopsis Ecclesiastica* (1848-1849), *A Estrella do Norte* (1863-1869), *A Boa Nova* (1872-1883), *Estrella D'Alva* (1860-1869) e *A Regeneração* (1873-1876) para deferirem seus ataques ferrenhos aos maçons. Por outro lado, estavam os maçons utilizando-se de jornais como: *O Pelicano* (1872-1889), *O Filho da viúva* (1873), *A Flamigera* (1873), *O Santo Offício* (1870- 1889) e *O Estímulo* (1877) para responder aos ataques sofridos pela imprensa católica. Neste contexto nota-

¹ Mestranda em História Social da Amazônia, Campus Belém.

se a importância da imprensa no desenvolvimento deste conflito, pelo qual ele circulou e ganhou dimensões de pauta nacional.

Nesta conjuntura, iremos nos debruçar na análise de dois periódicos *A Boa Nova* sucessor do jornal *Estrela do Norte* que tinha como seu fundador Dom Macedo Costa, o qual utilizava-se deste periódico para defender a visão da Igreja Católica, como porta voz da fé cristã e da romanização em curso, destinando sua propaganda para conquistar a confiança dos fiéis direcionando-os em um único sentido para catolicidade. (NEVES, 2015)

E *O Pelicano*, jornal criado pela maçonaria para fazer frente aos ataques ultramontanos, que tinha como seus principais redatores Antônio Bernadino, Antônio Emiliano, Antônio José, Antônio Raulino, Augusto Carlos, Eutychio Pereira e entre outros, no qual os maçons se organizaram num estilo próprio de jornalismo com o intuito de responder as ofensas deferidas pelo jornal católico, manifestando-se no primeiro instante com a criação de um órgão oficial. (SANTOS, 2011)

A Boa Nova: a imprensa como sua aliada

Em 1871 a Igreja Católica paraense lançou o Jornal *A Boa Nova*, que tinha como seu fundador Dom Macedo Costa, o qual se utiliza do periódico para responder as afirmações feitas pelo jornal maçônico e defender seus ideais católicos, tendo como lema ou divisa: “Tudo o que for verdadeiro, honesto, justo santo e amavel” extraída do livro da Bíblia “Epístola aos Filipenses”, capítulo 4, versículo 8, além de possuir um formato com as seguintes: dimensões de 53 cm por 37 cm. (SILVA, 2014)

O periódico apresentava-se bem organizado, contendo no sumário os assuntos que seriam abordados entre os quais estavam: publicação pedida, fatos diversos, crônica urbana e entre outros, tinha periodicidade semanal ou bissemanal, com publicações duas vezes por semana, as quartas-feiras e aos sábados, de janeiro a dezembro, sendo impresso inicialmente, na tipografia do largo da Sé, com a primeira edição em circulação no

dia 04 de outubro de 1871 e tendo sua última edição no dia 20 de maio de 1883. Com relação a sua assinatura por semestre era de 6,000 e por ano de 12,000.

O jornal *A Boa Nova* era composto pelas seguintes pessoas: o editor Antonio Ferreira Rabello, Redatores: Conego Jose Lourenço de Aguiar, Luiz de Bastos e Dr. Jose de Andrade Pinheiro, além de seus administradores: cônego Clementino José Pinheiro e padre Raimundo Amâncio de Miranda. As notas biográficas sobre esses colaboradores são bastante escassas. O que se tem de informação é a respeito de um de seus redatores o bispo da Igreja Católica José Lourenço da Costa Aguiar que nasceu na vila Distinta e Real de Sobral, na província do Ceará, filho do negociante Boaventura da Costa Aguiar e de Joana Virgínia de Paula, a qual viveu seus últimos anos na companhia do filho no Amazonas. Aos dezessete anos, matriculou-se no seminário de Fortaleza, recebendo ordens do presbítero em 30 de novembro de 1870.

A convite de D. Antônio de Macedo Costa, transferiu-se para Belém do Pará, onde o referido bispo diocesano o fez cônego do cabido da Catedral, também foi provedor da Santa Casa de Misericórdia, do asilo de Alienados e Lazareto de Tucunduba. Como jornalista foi redator e proprietário dos jornais *A Boa Nova*, *A Constituição* e *Diário do Grão-Pará*. Em Fortaleza, fora redator da *Tribuna Católica*. Por vários biênios, foi deputado pelo primeiro distrito de Belém à Câmara dos Deputados. Partiu para Roma e ali se matriculou no Colégio dos Nobres para obtenção do doutorado em direito civil e canônico. De volta ao Brasil, em junho de 1893, foi eleito bispo do Amazonas, esteve presente no Concílio Plenário da América Latina, realizado em Roma. Em 1905, partiu para a Europa para tratar da diabetes, faleceu e seu corpo foi sepultado na Catedral de Manaus.

A Boa Nova como veículo de ideologia

Inicialmente a imprensa católica foi fundada pela hierarquia com o intuito de se preocupar com assuntos relacionados a esfera eclesiástica, ou seja, no que diz respeito ao campo católico, além de defender a preservação da autonomia para os bispos administrarem as dioceses sem desagregar completamente esta maneira de ser Igreja. Entretanto, com a Questão Religiosa este propósito se modificou e no transcorrer do século XIX a imprensa periódica torna-se um dos principais veículos de informação e debate, em que as discussões em torno da crise encontram-se bastante acaloradas nos periódicos como, *A Boa Nova* usada por Dom Macedo Costa para responder aos ataques dos adversários, empregando uma linguagem bastante dura, além de outros jornais que se destacaram neste período como, *O Liberal* utilizado pelos liberais para promoverem uma violenta campanha contra o posicionamento dos bispos, com a finalidade de defender o liberalismo, encampando todos os argumentos e teses defendidas pela maçonaria.

De acordo com Neves identifica-se que D. Macedo Costa intensificou a voz da imprensa católica para interromper esta ausência ao espírito do catolicismo, no entanto que encontrava morada nas hostes liberais tanto no parlamento como na imprensa e mesmo perto ao trono imperial. Uma vez que, entre os conservadores, tinha alguns que possuíam alguma simpatia por estes assuntos, embora, “a maioria da Câmara dos representantes da nação fosse católica, eles foram convencidos do acerto em não separar a esfera espiritualidade da esfera da secularidade permanecendo o matrimônio e o sacramento”. (Neves, 2015)

Observa-se que esta mudança no propósito da imprensa católica ocorreu devido uma série de novas ideias que pairavam pelo ar e fizeram com que a ingerência da esfera espiritual fosse questionada por diversos setores autointitulados liberais. Dessa forma, o poder eclesiástico busca por meio de mecanismos como, a imprensa periódica direcionar e manipular a opinião de seus féis, construído através dessa ferramenta uma imagem positiva da

Igreja como, protetora e auxiliadora, no qual sua missão consiste em guiar o povo no caminho de Deus.

Segundo o jornal *A Boa Nova* a situação da Igreja paraense encontrava-se em torno de um verdadeiro campo de guerra, no qual seu inimigo parecia ser mais perigoso do que imaginava escondendo-se “por traz do liberalismo, o acobertava-se com o pretexto de beneficência ia surdamente estragando a fé e os costumes cristãos e solapando os fundamentos da sociedade” (*A Boa Nova*, 1873). Nota-se com essas notícias que a imprensa católica não titubeava em lançar mão a vocabulários bem ásperos para atingir os maçons e liberais por isso, sempre que se referia a eles em seus artigos tratava-os como verdadeiro e real inimigo da Igreja Católica, acusando-os de se esconder por trás de falsas doutrinas que pregavam liberdade e fraternidade, mas que na realidade queriam pôr fim a harmonia da sociedade.

Com a suspensão do padre Almeida Martins começa em Pernambuco e no Pará uma série de ataques entre os bispos ultramontanos e os maçons, sendo representado este incidente pela imprensa católica mais especificamente pelo jornal *A Boa Nova* como um sinal da cruzada maçônica no Brasil contra o catolicismo. Ao mesmo tempo a Igreja sente-se ameaçada pela criação de um órgão oficial fundado pelos maçons, o jornal *O Pelicano* que na visão do bispo Dom Macedo Costa tinha sido criado com o intuito de combater a imprensa católica espalhando através de suas notícias impiedade e degradação.

De acordo com Damacena e Neves, o periódico “*A Boa Nova*” tinha os jornais “*O Liberal do Pará*”, “*A Tribuna*” e o “*Santo Offício*” como seus inimigos declarados por discordarem das orientações do bispo, não somente em matéria de fé e religião, mas também de visão de mundo. Deste modo, compreendemos que a análise da imprensa católica releva que Dom Macedo Costa via a imprensa maçônica e liberal como seus reais inimigos, transformando-os em ameaças a fé cristão por isso, ele sempre os tratava com o rigor do enquadramento nas hóstias anticatólicas. (DAMACENA, 2016)

Nota-se que Dom Macedo Costa fazia uso da imprensa católica para expressar claramente seu desprezo pelos maçons que na sua visão lançavam mão dos meios mais torpes para arrastar a honra e a reputação dos sacerdotes exemplares no cumprimento de seu ministério. No periódico *A Boa Nova* enfatiza-se que “o furor não reconhece limites, o ódio é insaciável, e já ouvimos ameaças selvagens sanguinárias, não só articuladas nos clubes e nas praças públicas, mas consignadas nas colunas do próprio órgão da Maçonaria”.(A Boa Nova, 1873) Evidenciando através dessas notícias a forma como os maçons eram retratados pelos jornais católicos, como um perigo a integridade dos sacerdotes, além de ressaltar a proporção que conflito atingiu no século XIX propagando-se pelo parlamento, imprensa e até mesmo se espalhando pelas ruas e fazendo deste local um novo espaço para o debate político.

Segundo Neves, a esfera espiritual através de seu corpo episcopal, “desaconselhava qualquer relação com aqueles interessados em espalhar a cegueira e ódio agindo como se estivessem a serviço de um corpo de Exército inclinado à destruição da sociedade” (Neves, 2015). Deste modo, a esfera espiritual condenava abertamente as doutrinas maçons e liberais ordenando aos padres de lerem em público e nas missas a portaria lançada pelo bispo Dom Macedo Costa, que tinha como objetivo proibir a leituras de jornais maçons e liberais, por serem considerados perigosos pela Igreja Católica. Assim, por meio da censura da imprensa o poder eclesiástico mantinha sobre controle os seus fiéis e os impediam de terem contato com novas ideias que se espalhavam por todo país.

Diante desse conflito conforme narra Dom Macedo Costa no jornal *A Boa Nova*, “julgou o bispo em sua consciência dever lançar para fora esses excomungados que estavam com grande escândalo abrigados à sombra do santuário”, (A Boa Nova,1873) decretando a todos os sacerdotes que notificassem aos maçons confessos presentes nas irmandades e confrarias religiosas que afastassem ou renunciassem, e no caso de oposição declarava

interdita as Igrejas ou capelas, que pertencessem às irmandades maçônicas. Dado está ordenança inicia-se no país uma série de conflitos que ecoavam tanto na imprensa como no parlamento, deixando o cenário religioso e político bastante dividido entre aqueles que apoiavam a decisão dos bispos e outros que acusavam a esfera religiosa de ter usurpado a jurisdição da esfera temporal.

Na perspectiva da Igreja as confrarias e as irmandades religiosas estão todas sujeitas à autoridade eclesiástica e, portanto, só poderiam existir com a aprovação do poder espiritual, desta maneira, segundo *A Boa Nova* “seria uma loucura permitir que os inimigos da Igreja se servissem dessas mesmas associações como de outros tantos instrumentos para demolir sua autoridade” (*A Boa Nova*, 1873). Pois, na visão dos sumos pontífices a Maçonaria era denominada como uma sociedade secreta constituindo-se como ímpia e perniciososa a fé de seus fiéis, tornando-se necessária a medida de excomungar todos os associados vinculados a ela visto que, estes estavam sobre o comando da Igreja e por isso cabia a ela tomar as devidas precauções para proibir aquilo que lhe parecia ser nocivo a sociedade civil.

De acordo com Vieira, o conflito se intensificou em janeiro de 1873 quando “o Bispo Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, da Diocese de Olinda, interditou as irmandades leigas católicas do Recife, porque recusaram expulsar os maçons do seu meio” (VIEIRA,1980). Logo em seguida as irmandades recorreram para o poder temporal, e a crise entre a Coroa e a Igreja tinha-se iniciado. Provocando no cenário religioso uma série de mudanças nas quais os maçons católicos não podiam mais se casar e nem enterrar seus mortos em ritos eclesiásticos, por conta dos interditos lançados pelos bispos de Recife e do Pará.

Enquanto isso a imprensa católica relata no jornal *A Boa Nova* o exagero cometido pelo periódico *O Pelicano* que expôs em suas notícias dados inexatos acerca do número de pessoas presentes nas reuniões maçônicas, dos quais se tem o

conhecimento que a maior parte de seus membros são estrangeiros. Também é noticiado entre os nomes que se fizeram presentes nas reuniões que não se encontram nenhum conservador relevante, mas sim liberais republicanos, levando a Igreja a conclusão de que a maçonaria estava nas mãos dos republicanos.(*A Boa Nova*, 1873) Com isso percebe-se que a esfera religiosa buscava estar a par de todos os acontecimentos envolvendo a maçonaria, como uma estratégia de conhecer bem o inimigo, além de monitorar seus passos dentro do conflito, procurando sempre uma brecha para acusa-los de algo que cometessem de errado.

É nessa imprensa viva e polêmica que ocorre na segunda metade do século XIX um intenso debate entre ultramontanos e liberais visto que, no editorial mais do que informações, estava a força do jornal. Servindo a imprensa neste contexto como palco dos mais variados debates políticos, religiosos, morais e filosóficos que na sua maioria, colocavam em evidências as relações de conflito entre esfera espiritual e temporal por motivos mais diversos, sendo retratado explicitamente nas páginas de muitos jornais. (PEREIRA,1982)

Nesse clima de constantes tensões *A Boa Nova* relata ser vítima de incendiários como *Liberal do Pará*, *O Pelicano* e *Santo Offício*, que frequentemente ofendem e insultam a religião do Estado e colocam o povo contra os bispos e os padres, “fazendo ameaças públicas contra a vida dos clérigos, promovendo toda a sorte de intrigas, calúnias e mentiras para lograrem seus feios intentos.”(*A Boa Nova*, 1873) Percebe-se que intenção da imprensa católica era construir uma imagem de vítima nesse conflito, apresentado à imprensa liberal e maçom como os únicos culpados de todos os tumultos que estavam acontecendo pelo país, além de serem os responsáveis por colocar a sociedade contra o corpo episcopal, com ensinamentos contrários aos dogmas da Igreja.

Na visão de Dom Macedo Costa esses jornais viviam incessantemente atacando as autoridades eclesiásticas, desde o

papa até o mais humilde dos párocos, além de ser afirmado por um jornal liberal “que todos os dogmas católicos, tais como a penitência, o purgatório, as indulgências, a imaculada conceição, a infalibilidade, os últimos ritos, assim como a reverência da Virgem Maria e dos Santos” (VIEIRA,1980), foram criados pelos papas. Diante disso, o bispo do Pará concluiu que tudo isso não passava de uma grande heresia e resolveu proibir todos os membros de sua diocese de lerem esses jornais com a explicação de que qualquer pessoa que recebesse tais doutrinas era portadora de um grave pecado.

Empenhada em sua campanha contra a maçonaria *A Boa Nova* apresentava em várias páginas de seus jornais diversos questionamentos acerca da inocência dos maçons, pondo para os leitores inúmeras divagações como por exemplo “será a maçonaria uma seita inocente, será inocente a seita que é contra toda a justiça, só por malvadeza, faz insinuações odiosas e levanta as mais feias calúnias contra o venerado bispo do Pará?” (*A Boa Nova*,1873). Instigando no seu leitor dúvidas com relação ao real objetivo da maçonaria na sociedade e alertando seus fiéis sobre suas terríveis ações pelo país, com a intenção de fazer que muitos católicos participantes das lojas maçônicas abjurassem suas filiações e assim retornasse somente para os ritos da fé católica.

Nesse contexto, os fiéis católicos eram alertados contra qualquer ideia que os lançassem para fora do alcance da Igreja e o castigo aos sacerdotes foi estampado no periódico católico, dando evidência do poder do bispo para sanear o clero e afastar todo perigo liberal. Visto que, na concepção da esfera espiritual aqueles padres atraídos para o ideal liberal deveriam ser disciplinados desta forma, “disciplinar as confrarias, irmandades e ordens terceiras se tornou imperioso para aprofundar e ampliar o sentido de catolicidade, como anunciava D, Macedo em suas pastorais.”(Neves, 2015) Porém existiam alguns católicos maçons que buscavam resistir a essas formas de repreensões do catolicismo ultramontano, apoiando-se no poder temporal, entretanto a Igreja

na desistia e criava novos mecanismos para estabelecer punições para esses fiéis.

De acordo com as notícias que circulavam no periódico *A Boa Nova* a maçonaria que se apresentava como defensora da livre manifestação do pensamento e da intolerância universal, “já não pode tolerar a discussão provocada pela própria seita, e agora levanta olhos humedecidos de lágrimas e mãos súplices aos altos poderes do Estado pedindo que se acabe por uma lei de extermínio com os bispos e padres católicos do Brasil” (*A Boa Nova*, 1873). Nota-se que imprensa católica se utiliza de uma linguagem bastante sarcástica para afirmar que os próprios maçons não aguentam mais esse conflito e pedem encarecidamente para que o poder civil ponha um fim nesta questão com a destruição das autoridades eclesiásticas.

O Pelicano: contra-ataca

Diante desse cenário a maçonaria resolve em parte abandonar sua postura privada e decide criar um jornal oficial para fazer frente aos ditames ultramontanos estabelecidos pela imprensa católica mais especificamente pelo periódico *A Boa Nova*. Dessa forma, os maçons resolvem organizar um estilo próprio de jornalismo, que se manifestou num primeiro momento com a criação de um órgão oficial para que pudessem expor suas ideias em relação ao conflito, além de se defenderem ante aos ataques da Igreja Católica. (SANTOS, 2011)

Em cena jornalística *O Pelicano* é fundado em Belém em junho de 1872 com o intuito de realizar a defesa da maçonaria, mas sem se envolver nos assuntos relacionados a política e a religião, se colocando como defensor dos direitos da humanidade na luta contra o ultramontanismo. Além de estudar e debater temas científicos, artísticos, industriais e noticiosos. Entretanto, na realidade este jornal se destinava quase que exclusivamente à religião e à política, sendo visto pela imprensa católica como um novo inimigo de Dom Macedo Costa. (VIEIRA, 1980)

Publicado as quintas e domingos no valor de 1000 réis mensais ou 200 réis o periódico *O Pelicano* não possuía uma estrutura muito complexa, as duas primeiras páginas publicavam-se as matérias mais importantes, os editoriais constantemente eram ataques e respostas a redação do jornal *A Boa Nova*, continha quatro folhas, era impresso na tipografia do futuro e tinha como proprietário Joaquim José de Assis. Já com relação aos seus redatores mantinha-se o sigilo de seus nomes, nas últimas duas páginas destinava-se ao noticiário nacional e local, além de assuntos diversos como científicos, folhetins e poesias, a maioria dos artigos eram publicados sem assinatura e quando tinham utilizavam-se como identificação um pseudônimo. Assim, os principais assuntos de que se tratava *O Pelicano* tinha relação direta com a Questão religiosa, no qual não se tem a menor dúvida de que a criação deste periódico se deu por conta da função de exercer a organização nacional da maçonaria para combater o clero ultramontano. (SANTOS, 2011)

O Pelicano, de Belém do Pará, tinha como seu redator o padre Eutíquio Pereira da Rocha, sendo que esta informação foi extraída do Internúncio Sanguigni visto que, a maçonaria no Brasil era considerada uma sociedade secreta, pois conservava em segredo o nome de seus redatores. Dessa forma, “de acordo com Sanguigni o jornal foi fundado por causa da pronta repressão aos insultos que Dom Macedo Costa recebera na igreja dirigida por alguns “jovens desordeiros maçons”. (SANTOS, 2011) Nota-se que inicialmente houve uma certa dificuldade para identificar os nomes dos agentes que estavam por trás do jornal, mas no decorrer das publicações foi possível descobrir essas informações por meio do cruzamento das fontes coletadas, no qual foram encontrados frequentemente os nomes de Joaquim José de Assis, Padre Eutychio Pereira da rocha, Samuel Wallace Mac Dowell e Jorge.

Teoricamente *O Pelicano* funcionava como um porta voz da sociedade maçônica paraense, no entanto, o que se identifica por meio das fontes eram as vozes de seus intelectuais, que nem

sempre concordavam entre si, gerando um verdadeiro conflito de opiniões dentro da própria instituição. Neste cenário observa-se que a eclosão da crise religiosa com a Igreja Católica ocasionou o surgimento de diversas publicações maçônicas ao longo do território nacional. E seguindo essa mesma tendência a Província do Pará chegou a contar com três jornais do gênero: *O Pelicano*, *A Flamígera* e *O Filho da Viúva*, entre os quais se destacou o primeiro sem sombra de dúvida, tanto como o mais relevante, ou por conta de sua representatividade, longevidade e também por ser um órgão oficial da maçonaria no Pará.

A imprensa periódica se torna o principal meio para se reportar aos conflitos vivenciados pelos maçons paraenses, tornando-se o século XIX um período de intenso debate da crise religiosa no Pará, na medida em que seus redatores maçons se pronunciam nos jornais para exporem uma realidade na qual estavam inseridos.(SANTOS, 2011) Nesse contexto, a publicidade vira um mecanismo que poderia favorecer os maçons nos combates contra o catolicismo ou se mal utilizada acabaria por expor demais as questões internas da sociedade.

De acordo com Santos naquele período a maçonaria gozava de um amplo prestígio na vida política do Império, desempenhando uma certa influência sobre a sociedade brasileira, inclusive em determinados setores da Igreja, com intensa participação nas irmandades religiosas, até mesmo no Pará o poder econômico encontrava-se nas mãos dos maçons. Além disso, a maçonaria entendia corretamente a extensão do projeto dos bispos reformadores, que pretendia retirar a Igreja da tutela do Estado e colocá-la em completa sintonia com Roma, prestando total lealdade ao papa assim, a Igreja do Brasil fornecia novas condições de conduta, principalmente diante do movimento maçônico.

Entretanto, no momento em que foi identificado a presença de clérigos na maçonaria esse elemento funcionou como um dos fatores para combustão da Questão religiosa, sendo que uma boa parte desses padres exerciam cargos de lideranças em

suas irmandades e confrarias religiosas, causando na Igreja uma repulsa que originou no lançamento de interditos. Com a guerra declarada entre os bispos ultramontanos e os maçons, o combate inicia-se na imprensa e no parlamento, no qual a Maçonaria se dizia ser injustiçada pela forma que vinha sendo julgada pela imprensa periódica com uma série de disparates a seu respeito, além de noticiais que não tem outro fim senão “repetir a cediça calunia contra a maçonaria de que ela não só se ocupasse de banquetes e cerimônias grotescas como também de religião e política”.(O Pelicano,1873) Nota-se através desta publicação o quanto a imprensa maçônica se sentia injustiça com uma série de calunias proferidas pela imprensa católica, além de ressaltar o desrespeito que a Igreja Católica nutria por seus ritos maçônicos ao retratar suas reuniões apenas como banquetes, no qual se fartavam de comida e bebida, com cerimônias grotescas, em que seus filiados participavam de seus rituais macabros.

Para os maçons eles estavam sendo vítimas ao invés de agentes do processo revolucionário visto que, com esse conflito suas lojas estavam sendo fechadas e seus filiados se posicionavam em lados opostos diante da crise. Com isso a maçonaria que outrora era reconhecida como uma sociedade secreta por causa de seus severos rituais de iniciação, estava nesse instante contando abertamente como um instrumento de publicidade para travar os combates com o episcopado ultramontano no Pará e em outras partes do Brasil. Nessa perspectiva, de acordo com os redatores do periódico *O Pelicano* era o bispo do Pará, Dom Macedo Costa, que mostrava provas de fanatismo e superstição em suas páginas do jornal religioso *A Boa Nova*. (SANTOS, 2011)

No Brasil os maçons não somente os da província, mas quase todos se posicionam contra o que consideravam uma exacerbação do poder eclesiástico e utilizaram-se da imprensa e do parlamento como um veículo para explicar a todos que prezavam pela verdade assim, empregavam instrumentos modernos ao seu alcance para consolidar suas hipóteses, num legado preparado, segundo seu convívio, referindo-se a profetas e

filósofos, como Daniel, Jeremias e Sócrates, guindados para evidenciar seu contrato com a virtude.(NEVES, 2015)

Na imprensa maçônica “os bispos representam as trevas, a ignorância, portanto a escravidão com todo o seu detestável cortejo”, (O Pelicano,1873) provocando a pobreza de espírito para aqueles que se empenhavam em insultar a maçonaria, apoiando-se em princípios que a civilização se recusava em receber. Por outro lado, a imprensa católica também se expressava através do jornal *A Boa Nova* expondo ser a maçonaria uma sociedade ímpia, imoral, tenebrosa e entre outras falhas apontadas pela Igreja Católica. O que se percebe é um cenário de constantes atritos, em que ambos os envolvidos neste conflito usavam a imprensa periódica para exporem suas ideias e criticarem seus inimigos. Nesse contexto, para Igreja Católica as sociedades maçônicas representavam uma ameaça que precisava ser contida, já para Maçonaria a esfera espiritual significava atraso para as pessoas, especialmente por exercer uma ingerência descabida sobre vários setores da sociedade que levavam a população que não era católica a ser privada de certos direitos como sepultura decente, casamento, registro de nascimento e entre outros.

No transcorrer deste período aumenta ainda mais o conflito da Igreja com a modernidade, no qual os bispos no Brasil botaram em prática o exemplo conhecido desde sua constituição ultramontana granjeada na Europa marcada pela centralização religiosa a partir da Sé de Roma com o necessário alinhamento político às teses conservadoras a limitar-se a esfera católica, sob a administração da hierarquia, buscando reproduzir a supremacia católica no Império. (NEVES, 2015)

Do ponto de vista da maçonaria todos os adeptos do ultramontanismo no Brasil deveriam ser combatidos para que houvesse a estabilidade do processo e da civilização uma vez que, a Igreja era percebida por vários setores autointitulados liberais como um verdadeiro atraso a sociedade civil. Deste modo, a imprensa maçônica no Pará tem o seu surgimento explicado pela

necessidade imprescindível de se defender a maçonaria das acusações do clero ultramontano, então representado pela figura do bispo Dom Macedo Costa. (SANTOS, 2011)

Nesse contexto, o jornal *O Pelicano* divulga notícias sobre a gravidade deste conflito, no qual seus editores afirmam que o corpo legislativo não pode ser indiferente aos acontecimentos de tamanha extensão, a questões tão serias e que são do interesse não só da família ou do Estado, mas de toda a Igreja brasileira, “nem o governo pode por mais tempo fazer esperar as providências que da sua solicitude aguardam os povos.”(O Pelicano,1873) De acordo com a imprensa maçônica a batalha travada pelos bispos não se direcionava contra a incredulidade, o racionalismo ou o ateísmo, como se tem divulgado, mas na verdade trata-se de uma luta pela supremacia, ou seja, uma guerra pela onipotência do supremo pontífice e, portanto, girava em torno da usurpação da esfera civil pela esfera eclesiástica. O que se observa através dessas publicações é a gravidade dessa crise que atingiu ampla discussão na imprensa periódica em que na visão dos maçons não se trata apenas de uma guerra contra o ateísmo, mas de um conflito de jurisdição, no qual o poder espiritual almejava exercer uma liderança absoluta sobre a sociedade usurpando deveres que dizem respeito ao Estado.

Segundo Santos, as relações entre o poder temporal e espiritual começaram a ficar abaladas, no instante em que, a proposta renovadora dos bispos, pretendia colocar a Igreja fora da influência do Estado, proporcionando total autonomia para os bispos em suas dioceses, ainda que ficasse garantida a subvenção da esfera temporal à esfera religiosa. Embora, o projeto não tinha como pretensão uma cisão entre as duas esferas de poder, mas uma estreita união entre esses dois poderes, na qual ficasse assegurada largamente a liberdade da Igreja e a sua autoridade como guia da sociedade e de tudo que fosse realizado pelo Estado.

Na Província do Pará, os conflitos entre Igreja e Maçonaria na década de 70 possibilitaram aos maçons a recordação de outras

épocas em que a instituição não resistiu bastante às investidas dos setores conservadores da esfera eclesiástica. Já no final do século XIX o clima de tensão criado entre maçons e católicos revelou-se respectivamente em várias partes do mundo ocidental, no qual as autoridades da elite clerical se posicionaram firmemente no combate contra a maçonaria brasileira, ocasionando uma série de acontecimentos que se estabeleceram na história nacional sob o denominado nome de Questão religiosa. (SANTOS, 2011)

No periódico *O pelicano* é exposto que a Questão Religiosa no Brasil está ligada ao interesse monárquico e acreditava-se que uma solução contra o poder espiritual seria o pressagio de amplos desastres políticos. Porém na opinião dos maçons o verdadeiro perigo estava no estabelecimento das ideias ultramontanas, “com as quais irá sofrer profundamente o princípio da soberania nacional, e como consequência necessária serão limitadas as atribuições majestáticas do imperante”. (O Pelicano,1873) Identifica-se por meio dessas publicações que o principal responsável por esse conflito era a Igreja Católica, pois espalhava entre seus fiéis um verdadeiro ódio contra a maçonaria e seus ritos.

Catroga ao discutir a crise religiosa em Portugal, afirma ser esta questão um dos “pontos nodais em que mais acentuadamente se concentram as contradições que estiveram na gênese da sociedade portuguesa que emergiu da paulatina destruição do Antigo Regime” (CATROGA,1988). Além de destacar em seu estudo que uma das consequências visíveis deste conflito foi o crescimento no número daqueles que começavam a questionar a influência do clericalismo sobre a sociedade.

De acordo com as notícias que circulavam no jornal *O pelicano* a Questão Religiosa que se discutem tanto no parlamento como na imprensa, tem alterado os ânimos e “ sabe-se que ambos os lados em que está dividida a sociedade brasileira, a propaganda para a luta se faz com muito vigor, sobre o excelentíssimo presidente recai uma gravíssima responsabilidade ”(O Pelicano,1873). Tornando-se esta crise um grave conflito a ser

resolvido pelo presidente do Conselho Visconde do Rio Branco, pois para a Igreja era necessário acalmar-se os ânimos afim de não atingir proporções ainda maiores, já para os maçons era preciso uma solução frente as questões relacionadas ao sepultamento, casamento e entre outros.

Por meio das fontes é possível perceber que no século XIX parte do repertório institucional da maçonaria era mantido em sigilo ou restrito, tanto que os artigos eram publicados sem identificação autoral provavelmente para preservar no anonimato seus redatores para que pudessem permanecer invisíveis aos olhares profanos. Entretanto no decorrer deste período irá acontecer algumas modificações, no qual alguns desses redatores iram sugerir em seus escritos que a maçonaria está se deixando conhecer a todos os interessados e por isso não poderia ser acusada de maquirar na escuridão. (SANTOS, 2011)

No Brasil a crise religiosa tem sido apresenta pelo periódico *O Pelicano* sobre dois aspectos distintos:

Um refere-se exclusivamente aos poderes constituídos que agora nos impõe uma religião do Estado: o outro aspecto refere-se diretamente ao indivíduo ao qual por todos os meios se deve persuadir que procura por si mesmo a verdade que tenha o ânimo de anunciar com sinceridade, as conclusões a que chegou sem precisar curvar-se perante a verdade preestabelecida pela tirania social. (O Pelicano,1873)

Com isso percebe-se que para imprensa maçônica o conflito entre os bispos ultramontanos e a maçonaria no Brasil poderia ser analisada sobre dois olhares distintos, sendo que o primeiro diz respeito a uma religião do Estado, já segundo está relacionado inteiramente ao indivíduo que através do uso da razão busca por si mesmo a verdade, nutrido em si valores como liberdade, autonomia em suas escolhas e igualdade de direitos. Nessa perspectiva, nota-se que a defesa da liberdade religiosa se tornou a principal bandeira do jornal *O Pelicano* uma vez que, a

liberdade religiosa logo passou a denotar a separação entre esfera civil e religiosa

Num período em que o Brasil vivenciou uma das maiores batalhas entre o liberalismo e o ultramontanismo, na medida em que a hierarquia da Igreja Católica movimentou em sua esfera o sentido da história secular como uma figura da história a temporal, isto expressava amparar a condição sagrada através da eleição divina, conseqüentemente, a subtração do poder eclesiástico de revestir a sociedade civil e política de caráter moral e de satisfação material no século procederia em danação e agitação da ordem social.(Neves, 2015)

Se auto declarado como a primeira escola de liberdade, a maçonaria segundo jornal *O Pelicano* se estabeleceu por todo país por meio de suas lojas maçônicas, com objetivo de promover os principais movimentos de independência das colônias portuguesas. Além disso, a imprensa maçônica relata que conflito “em nosso país não data de hoje, vem de anos a esta parte. Os primeiros patronos aparecem quando alguns bispos se julgam investidos do direito de prover benefícios eclesiásticos” (*O Pelicano*,1873). Nesta conjuntura, com base nessas informações nota-se que este atrito entre os bispos ultramontanos e os maçons era algo que já se fazia presente no cenário brasileiro desde algum tempo, porém só foi sentido com mais frequência em 1873 no eclodir da questão religiosa.

Segundo Vieira, os maçons eram detestados e acusados pelos ultramontanos de acordo com Blackford, entretanto, tinha lojas maçônicas em quase todas as cidades e qualquer brasileiro que almejasse ser considerado admirável, era filiado a esta ordem, além disso existia vários padres católicos que eram líderes dessas lojas maçônicas. E por conta dessa presença de maçons no seio das irmandades e confrarias religiosas que ocorreu o conflito entre Igreja Católica e maçonaria, pois na concepção da esfera espiritual um padre não poderia ser maçom e ainda participar dos ritos da fé católica.

Com base nas notícias que circulavam no periódico *O Pelicano* o bispo Dom Vital havia decretado as irmandades o banimento de qualquer um de seus membros que constasse pertencer à maçonaria, e por isso aquela confraria que ousasse desobedecer a essa ordem seria decretado a interdição de sua instituição religiosa, caso fosse encontrado algum maçom atuante na esfera religiosa. (*O Pelicano*,1873) Para imprensa maçônica este fato só poderia ser interpretado como uma invasão de jurisdição ao poder temporal, no qual a esfera eclesiástica extrapolou bastante seu limite de competência ao decretar a interdição de irmandades e confrarias religiosas.

De acordo com Vieira a suspensão de ordens religiosas foi possivelmente ocasionada por diversos motivos, em que o próprio bispo deu a compreender ao Imperador que suspendeu os padres por serem considerados concubinários impenitentes. Dessa maneira, no momento em que a Igreja Católica detectou ser pertinente a presença de maçons dentro das irmandades e confrarias está resolve tomar as devidas providências para extirpar da esfera religiosa aquilo que era considerado nocivo a sociedade, originando um conflito de graves proporções.

A partir da carta pastoral do bispo Dom Macedo Costa publicada no dia 30 de março de 1873 intensifica-se ainda mais o debate entre o jornal *O Pelicano* e *A Boa Nova*, especificamente porque este documento decretava uma proibição aos católicos paraenses, no que diz respeito a leitura do jornal maçônico que foi amplamente criticada pelo bispo do Pará, que além de proibir a leitura solicitou a expulsão de todos os maçons das irmandades e confrarias religiosas. (SANTOS, 2011)

Provocando na imprensa e no parlamento um grande reboliço por meio do “recurso interposto pela irmandade do santíssimo Sacramento da Igreja Matriz da freguesia de Santo Antonio da cidade de Recife contra o ato pelo qual o reverendo bispo de Olinda declarou interdita,”(*O Pelicano*,1873) logo após a condenação a irmandade interdita reuniu-se numa mesa regedora para tentar resolver o problema solicitando

respeitosamente ao bispo que reconsiderasse sua sentença, no entanto, o bispo Dom Vital mantém-se firme e não volta atrás em sua ordem. Mediante a essas informações observa-se que a maçonaria não se deixava abater pelos interditos que eram impostos as irmandades e confrarias, buscando através do recurso sempre reverter essa situação.

Para Linhares, o principal objetivo do periódico *O pelicano* era incitar Dom Macedo Costa visto que, era de conhecimento da maçonaria ser o bispo um vigoroso e ardente polemista, tanto que constantemente rebatia as críticas lançadas pela imprensa maçônica transformando os jornais em verdadeiros acenais de guerra entre os bispos ultramontanos e os maçons, sendo que ambos faziam questão de despertar a ira um do outro, através de artigos ofensivos e as vezes até sarcásticos.

Diante desse conflito os maçons faziam questão de usar a imprensa como um veículo para expressarem sua indignação contra a Igreja Católica, que os excomungava e os negava o sepultamento eclesiástico, no qual a esfera eclesiástica buscava todos os meios possíveis para conter o avanço dos maçons na sociedade civil. Assim, é publicado no jornal *O Pelicano* que essas excomunhões representavam para a maçonaria “como as pedras arremessadas contra o céu que voltam a ferir os que as atiraram” (*O Pelicano*,1873). Pois na visão dos maçons tudo aquilo que a Igreja Católica havia feito de errado contra a maçonaria decretando a expulsão e lhe privando dos sacramentos iria se voltar contra a esfera religiosa.

Dessa maneira, tudo o que *O Pelicano* e outros jornais da imprensa maçônica, liberal e republicana publicavam era considerado heresia, do ponto de vista do bispo Dom Macedo Costa. Visto que a maioria dos artigos publicados por estes jornais tratavam de assuntos pertinentes a liberdade de culto, liberdade de consciência e separação entre esfera civil e religiosa, advindos de outros desafios aos dogmas católicos, tanto da perspectiva dos protestantes como da visão dos livres-

pensadores, que eram vistos não somente como uma ameaça a Igreja Católica, mas também como um perigo para o Trono.

Nesta conjuntura, o poder eclesiástico passa a ser questionado pela sua ingerência descabida em diversos setores da sociedade, assim como atos de frei Vital e D. Macedo Costa contra as irmandades e confrarias religiosas. Para a imprensa maçônica “eles afetam a tranquilidade publica, invadindo as atribuições do poder civil, colocaram este a indeclinável necessidade de opor-lhe um paradeiro, ante o qual todas as vossas armas e argucias se desfarão” (O Pelicano,1873). Identifica-se através dessas informações que a questão religiosa era vista por muitos como um dos males que havia afetado a sociedade civil, tirando a paz e a harmonia de todos, além de provocar um cenário de guerra no país, no qual o único responsável segundo os maçons seria a Igreja Católica por conta de sua ingerência descabida.

Conclusão

Portanto, com base nos argumentos aqui expostos podemos compreender que o cenário religioso na Província do Pará foi completamente sacudido pelo conflito que gerou ampla repercussão e de debate na imprensa paraense. Mediante a este contexto percebe-se o quanto a imprensa teve um papel relevante para o desenvolvimento da tensão entre Igreja Católica versus Maçonaria, pois é por meio desse veículo de informações que está crise circula e ganha dimensões de pauta nacional do Império.

Deste modo, ao empreender uma análise sobre a imprensa católica e maçônica, pode-se observar alguns aspectos relevante sobre a imprensa periódica neste período como, o fato da igreja católica se utilizar da imprensa como seu aliado na luta contra a maçonaria, no qual está usava várias páginas de seu jornal para deferir duras críticas a presença dos maçons nas irmandades e confrarias religiosas, colocados sempre como inimigos da paz, além de serem representados em várias publicações como uma

ameaça a ser combatida. Como também a intenção da imprensa maçônica de se criar um órgão oficial para se defender frente as ataques da Igreja Católica, buscando através de seus artigos esclarecer que o seu real objetivo não era acabar com a harmonia da sociedade e sim garantir aos mesmos direitos dos católicos. Diante disso, entende-se que a escrita de um jornal não é inocente, visto que o redator ao escrever sobre determinado assunto tende a expor sua concepção e assim defende aquilo que acredita tentando legitimar sua ideia.

Mediante aquilo que foi expresso percebemos o quanto a imprensa foi essencial para a divulgação de informações sobre o que estava ocorrendo em torno do conflito entre igreja católica e maçônica. Além, da forma como estas notícias circularam e ganharam contornos de pauta central sendo amplamente debatida tanto pela imprensa como pelo parlamento revelando aspectos importantes deste conflito que se tornou um dos elementos catalizadores para a separação definitiva entre poder temporal e espiritual.

Bibliografia

BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

DAMACENA Rodrigues e ARTHUR Fernando. Protestantes na Amazônia Querelas do bispado ultramontanos de Dom Macedo Costa (1863-1873). Revista: história e história, 18 de maio 2012. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br>. Acesso em: 13 de Agosto de 2016.

HOORNAERT, E. (coord.). *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992.

LUCAS, Meize Regina de Lucena. “Ver, ler e escrever: a imprensa e a construção da imagem no cinema brasileiro na década de

1950". Revista Brasileira de História. São Paulo, v.28, n° 55, p.19-40,2008.

NETO, Vitor. *A questão Religiosa no parlamento*, Volume I (1821-1910), Editora: Leya, 2009.

PEREIRA, Nilo. Conflitos entre Igreja e o Estado no Brasil. 2. Ed. Pref. De Gilberto Freyre. Recife: Editora Massangana, 1982.

SANTOS, Alan Christian de Souza. O que revelar? O que esconder? Imprensa e Maçonaria no findar do dezenove (Pará, 1872-1892). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História em Belém, 2011.

SANTOS, J. A romanização da Igreja Católica na Amazônia (1840-1880). In: NEVES, Fernando Arthur Freitas. *Romualdo, José e Antônio: Bispos na Amazônia do oitocentos*. Belém: Editora UFPA, 2015.p. 236.

SILVA, da Saraiva Lorena. O círio civil na imprensa paraense: um estudo dos jornais A Boa Nova, A constituição e O Liberal do Pará. Monografia de conclusão de curso. Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.

VIEIRA, David Gueiros. O protestantismo e a questão religiosa no Brasil. Brasília, Editora Universidade de Brasília,1980.

O gênero feminino na polícia militar do Pará – 1982

Wanisse Waléria Anjos de Castro ¹

Introdução

O ano de 1982 trouxe uma grande mudança para sociedade paraense e, principalmente para a instituição da Polícia Militar do Pará, que desde a sua criação em 1818, apresentou característica em suas práticas, valores e relações que se identificam com um ideal masculino. Fazendo um retrospecto da instituição percebemos que são enaltecidos a figura de dois homens, considerados heróis da instituição, o Joaquim José da Silva Xavier, de alcunha Tiradentes, reconhecido como patrono de todas as polícias militares brasileiras, e Antônio Sérgio Dias Vieira da Fontoura, o patrono da Polícia Militar do Estado do Pará, sendo apresentado por esta Instituição como herói pela vitória e liderança durante a Guerra de Canudos à frente da tropa.

Em nível nacional é comum em dias de solenidade alusivo ao aniversário das Polícias Militares dos estados brasileiros, no dia 21 de abril, os comandantes gerais apresentarem discursos publicados em boletins gerais, com narrativas históricas que exaltam a figura de Tiradentes como um herói, e que remetem para a instituição valores de glória, heroísmos, bravura, coragem, luta, valentia, abnegação, disciplina ordem e hierarquia, e como indica Andréa Mazurok Schactae, em seus trabalhos sobre a polícia militar feminina que “as “Ordens do Dia”² se tornam centrais para construção e legitimação de uma identidade militar, ligada a um ideal masculino”. (SCHACTAE,2011, p. 30)

Em nível estadual não é muito diferente, no dia 25 de setembro na solenidade de aniversário da Polícia Militar do Pará

¹ Universidade Federal do Pará – Graduação em História

² Ordem do Dia ou pauta, é o discurso ou ordem do Comandante Geral da PMPA para a tropa alusivo a determinado assunto para aquela referente data.

também percebemos que a lembrança desse passado, firma a base desta instituição no ideal masculino, visto que todos os anos são lembrados o evento de Canudos, onde se iniciaram a construção da imagem e representações do Coronel Fontoura, que se consagrou mais tarde como herói e patrono da Corporação militar paraense, onde todos os anos é homenageado pelos seus feitos de liderança e vitória a frente da tropa paraense no combate de 25 de setembro de 1897, no Arraial de Canudos.

O discurso do Comandante Geral da PMPA na “Ordem do Dia” segue evidenciando a mudança de uma polícia que outrora tinha como prioridade a defesa do Estado e de suas instituições, mas hoje se direciona mais efetivamente a proteção da pessoa e do patrimônio, desta maneira fazem menção de um período marcado pela transição de um regime de ditadura militar para democracia, porém não se percebe no relato a entrada da mulher que foi inserida neste contexto de transição, ficando desta forma a margem da construção da história da PMPA, o que levou essa pesquisadora se interessasse ainda mais nos estudos da inserção do gênero feminino na instituição e com a tentativa de contribuir para a escrita de como se iniciou esse percurso da mulher na Polícia Militar.

A conjuntura política do país no período é um fator importante para essa aceitação do gênero feminino na corporação. No Brasil o primeiro estado a admitir mulher no quadro de uma instituição armada foi São Paulo, em 1954 na Guarda Civil. Esta instituição, na década de 1970, viria a ser extinta e seu efetivo incorporado a Polícia Militar de São Paulo. O segundo estado a admitir mulheres nos quadros da Polícia Militar foi o Paraná em 1977, no estado do Pará as portas da Polícia Militar abriram-se somente no ano de 1982 para o gênero feminino, seguindo a onda de “amenização” da imagem da Polícia Militar, que ocorria por uma series fatores que estavam atrelados ao descrédito da ditadura.

No final dos anos de 1970 e a década de 1980 ocorria por toda América Latina um intenso movimento de redemocratização

com substituição das ditaduras militares, pois com a pressão externa sobre os países sul-americanos, no que tange a violação dos direitos humanos, viu-se o conjunto de ditaduras militares do continente serem fortemente abaladas, bem como analisa o autor Francisco Carlos Teixeira da Silva que “a crise do milagre econômico, largamente baseado na repressão sindical, no arrocho salarial e na repressão política, arrastava consigo a credibilidade dos militares e as bases sociais da aceitação da ditadura”. (SILVA, 2003, p. 254)

Para Silva (2003), foi neste momento de crises das ditaduras militares onde a pressão externa sobre os países sul-americanos, em especial em relação ao respeito aos direitos humanos, tornou-se um elemento estrutural das aberturas políticas no continente, levando há um recuo do controle do Estado sobre a economia; estabelecimento da liberdade de expressão; e onde o Estado tornou-se obrigado partir para mudança interna, e apagar aquela imagem que tornou a Polícia Militar sinônimo de truculência, incompetência e corrupção, tal mudança tornava-se imprescindível. E a entrada da mulher na corporação Militar era parte das medidas tomadas para satisfazer esse interesse, pois representou a oposição de práticas e valores como força física e fragilidade, racionalidade e emotividade, metáforas de guerra e metáforas de assistencialismo e cuidados humanos.

No novo discurso do Estado, a polícia passou ser instituída para a manutenção da ordem e segurança interna dos estados, nos territórios e no Distrito Federal, passando a ser uma polícia que tinha como exercício a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio³, ou seja, o novo discurso seria de uma polícia mais cidadã, que segundo o autor Robert Trajanowicz “é uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia”. A mulher assume um papel relevante para essa moderna postura de

³ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1968, Art. 144.

polícia comunitária, pois traria com sua presença esse caráter mais assistencialista para a Polícia Militar. (TRAJANOWICZ, 1994, p.04)

Essa mudança não foi refletida nitidamente como um grande momento para as instituições militares brasileiras, o que fica evidente nos Boletins Especiais da PMPA alusivos ao aniversário da instituição não apresentarem a inserção da mulher como um grande passo para uma nova Polícia, como já registrei.

Com relação ao material utilizado para desenvolver esse trabalho, foram feitas pesquisas que contaram com consulta à historiografia brasileira, consulta a ensaios, teses e artigos científicos sobre o tema que foram de grande relevância na construção desta pesquisa; bem como a análise de notícias extraídas de jornais locais e revistas alternativas. Houve ainda a necessidade de coletar documentos oficiais, e neste sentido me detive nas leis e diretrizes da corporação e Boletins Gerais da PMPA.

Com relação aos jornais, foram pesquisados *A Província do Pará* e *O Liberal*, jornais de grande circulação na sociedade paraense, onde obtivemos informações preciosas e também pudemos compreender de que forma chegava à sociedade a notícia de que a Polícia Militar recebia o gênero feminino em sua instituição. Ainda foram pesquisados os jornais *Flash* (semanário) e *A voz de Nazaré* (bi-semanário), todavia não foram encontradas referências à entrada de mulheres na Polícia Militar do Pará. O período pesquisado nos jornais foi o ano de 1982, e encontraram-se, alocados no 3º andar da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (CENTUR).

A inserção da Polícia Feminina – 1982: Discursos

Em 1982, a Polícia Militar do estado do Pará, admite a entrada do gênero feminino em sua instituição, este ano está inserido no período em que o país estava sendo dirigido pelo o

governo dos militares, mais recentemente pensada por vários autores como Pere Petit e Jaime Cuéllar de ditadura civil-militar, que iniciou com o Golpe de 1964 e continuou com sucessivos governos de militares até o ano de 1985, e esses vinte e um anos em que as Forças Armadas estiveram no controle do poder político no Brasil, com inegável apoio de amplos setores da sociedade civil liderados por políticos conservadores, empresários e fazendeiros dentre outros, representa um marco na história política do país. (PETIT e CUELLAR, 2012)

O importante aqui é evidenciar a imagem inerente da polícia, civil e militar à truculência, incompetência e corrupção deixada por este período de terríveis ações como supressão das liberdades democráticas, das perseguições, das prisões arbitrárias, das torturas, dos assassinatos políticos, do exílio de lideranças, da censura e tantas outras arbitrariedades. Visto que com a crise das ditaduras nos fins da década de 1970 e ao longo dos anos de 1980, no período de redemocratização do país ou mais comumente chamado de abertura política, o governo torna-se obrigado partir para mudança interna e na tentativa de afastar-se daquela imagem associadas às práticas repressivas e violentas que outrora utilizavam para o controle da sociedade, a medida de fazer com que as PMs na maioria dos estados, dessem início a admissão de policiais femininas na corporação, satisfaz a esse interesse, bem como analisa Leonarda Musumeci e Bárbara Musumeci Soares que a inserção das mulheres na polícia militar não derivou de reivindicações de movimentos feministas por um novo espaço profissional para as mulheres, é bem mais provavelmente que tenha seguido um propósito interno de “humanizar” a imagem das corporações, fortemente atrelada com a ditadura militar. (MUSUMECI e SOARES, 2004)

Embora não podemos negar que este ato de abertura das polícias militares para o gênero foi recebido por uma parcela da população civil feminina, com entusiasmo e como um grande progresso profissional das mulheres, como fica notório na

transcrição de um ofício remetido ao comando geral da PMPA, no boletim geral nº 095 de 26 de maio de 1982:

– Este Comando, recebeu e transcreve o Ofício nº, de 24.05.82, da Comissão Pré-Federação das Mulheres, com seguinte teor:

Senhor Comandante:

No dia 30 de maio de 1982, realizar-se-á o 1º Congresso da Mulher, onde será constituída a Federação da Mulher Paraense.

*Considerando a importância da Polícia Militar do Estado, vimos por meio desta, solicitar a participação de uma delegação do destacamento feminino, **vez que essa nova atividade da mulher, se constitui em uma vitória para o avanço e profissionalização das mulheres.***

Certos de contarmos com a participação da Polícia Militar, subscrevemos-nos.

Maria Regina Nassar

Comissão Pró-Federação das Mulheres. (Boletim Geral nº 095, 1982, p. 0740)

Do mesmo modo fica evidenciado na carta transcrita enviada ao comandante geral pela jornalista Elizabete de A. Barral onde relatava sua maravilha e orgulho de ter encontrado duas policiais femininas em ronda na Praça Batista Campos:

Como jornalista, como mulher, como mãe, sinto-me honrada de ao senhores (as?) me dirigir, dizendo da gratidão, do orgulho, da satisfação de encontrar finalmente nas ruas de uma das Capitais mais machistas do Brasil (lamento ter que ser franca), uma ‘tropa de elite’, como estão se revelando ser estas sensacionais moças que, no momento, vestem seu uniforme ... (Boletim Geral nº 100, 1982, p. 785)

No entanto com as análises dos documentos conseguimos inferir que para os militares dirigentes da corporação paraense o principal objetivo dessa inserção das mulheres e que sempre estava presente nos discursos dos militares era essa tentativa de se afastar daquelas acusações de violações aos direitos humanos.

*... hombream-se aos nossos homens, com predomínio de ordem e obediência, para implantar com eficiência em nossa área uma tropa feminina, capaz de servir a sociedade baseada na fraternidade e no respeito mútuo que deve presidir as relações entre as pessoas e comunidades.*⁴

Podemos dizer que o processo de redemocratização do Brasil provocou uma crise nas polícias militares brasileiras, de fora para dentro da corporação, visto que houve um crescimento das práticas democráticas e fortalecimento da cidadania, havendo assim a necessidade de começarem um rompimento do modelo histórico do sistema policial, que foram enrijecidos pelo período ditatorial.

Destarte na prática a inclusão das mulheres não partiu de uma necessidade da corporação em obter o trabalho feminino em determinadas funções, bem como indica Musumeci e Soares (2004) que tanto o mundo civil, como o militar não pensaram nos impactos que a presença feminina poderiam representar no universo do militarismo, e nem foram desenvolvidas nas PMs e na sociedade civil, políticas de incorporação de mulheres aos quadros policiais, ou seja, não houve no tempo da incorporação das mulheres e nem no passar de mais de trinta anos uma cultura policial feminina que resgate e valorize a história e a singularidade da contribuição das mulheres na instituição.

Observamos que inicialmente a instituição não pensa em se adequar a entrada dessas policiais femininas, e sim ocorre ao contrário, são as mulheres que passam a se adequar a identidade militar ligada ao ideal masculino. Por isso conseguimos entender no discurso do cel Artagnan Amorim, comandante geral da PMPA, quando em uma entrevista ao jornal “*O Liberal*” no dia da

⁴ Elogio proposto pelo cel Artagnan Barbosa de Amorim Sobrinho, comandante geral da PMPA, às 1º TEN PM Fem Neusa Dias dos Santos e Vera Maria Fávoro, da Polícia Militar de São Paulo, por terem ficado a frente do ensino e instrução da formação do 1º Pelotão de Polícia Feminino do estado do Pará. Boletim Geral nº 100, de 02 de junho de 1982, pag. 787. Sem grifo no original.

formatura da 1ª turma de policiais militares femininas, relatou que esperava “*que desse certo*”⁵ a inserção das mulheres na Polícia Militar do Estado do Pará, ao que parece que a instituição recebiam essas mulheres na tentativa de que a sociedade visualizasse a mudança na corporação e na expectativa de que as mulheres se adequassem ao serviço militar exclusivamente masculino.

Pode ser que em estados como São Paulo, que teve a inclusão das mulheres na PM, nas décadas de 1960, ou no estado do Paraná em meados dos anos setenta, as policiais femininas tenham atuado sim no aparato repressor, tendo em vista terem sido as pioneiras na inserção do gênero e terem passado pelo período de endurecimento do regime militar, mas ainda sim foram enaltecidas as peculiaridades e a feminilidade dessas policiais. Porém os demais estados que incorporaram mulheres em seus quadros a partir de 1982, visavam principalmente reconstruir a imagem de uma polícia mais preventiva e menos repressiva em face dessa figura maternal inerente a mulher, pois o reforço do gênero feminino no quadro de policiais militares constrói uma auto-imagem humanitária no contexto ditatorial. (MOREIRA e WOLFF, 2009)

É também a partir da década de 1980, que ocorrerá em alguns estados, mesmo que de forma ainda restrita, a implantação do modelo de polícia comunitária, onde um dos princípios da polícia comunitária é a ajuda às pessoas com necessidades específicas, ou seja, valorizar as vidas de pessoas mais vulneráveis como jovens, idosos, minorias, pobres, deficientes, sem teto, etc.⁶ E mesmo que de forma não planejada em desenvolver uma política de aproveitamento e valorização desse contingente para fins de aproximação dessa parceria entre polícia e comunidade, a inserção das mulheres contribui para essa moderna postura de

⁵ Jornal O Liberal de 18 de abril de 1982, p. 11.

⁶ Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária. Brasília-DF: Secretária Nacional de Segurança Pública – SENASP. 2008. p. 47.

polícia comunitária, pois trará com sua presença esse caráter mais assistencialista para a Polícia Militar.

A monografia de Raimundo Cardoso (1989), encontrada no Laboratório de História no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob o tema de “*Violência policial no noticiário de imprensa – 1982*”, já apresentava essa emergência da preocupação com violência policial visando mesmo que de forma implícita a mudança dessa postura das instituições de segurança pública. Apesar de se tratar especificamente da violência policial cometida pela polícia civil, é pertinente a Polícia Militar no que tange a “amenização” da imagem truculenta da Polícia Militar.

O autor evidencia que a Lei da Reforma Partidária de 1970, proporcionou um novo panorama nas eleições de 1982, tendo em vista, que se elevou o nível dos debates das campanhas eleitorais, onde o candidato passa a se utiliza da imprensa não mais só para apresentar seu currículo, mas passa a divulgar seu programa de governo e discuti-lo mais abertamente, abordando questões que antes não lhes eram permitidos abordar de maneira publica, como no caso da violência policial.

Raimundo Cardoso identifica que com o processo de abertura política as violências policiais noticiadas pela imprensa local passam a ser objeto de grandes debates da sociedade civil para detectar as causas e possíveis soluções para o problema dos métodos violentos da polícia. Como já disse o foco do autor era atuação da Polícia Civil, porém da mesma maneira se delineava as questões sobre a atuação da Polícia Militar. (CARDOSO, 1989, p. 23)

O jornal “A província do Pará”, por exemplo, do dia 11 de maio de 1982, sob o título “Soldados sempre foram violentos” noticiava que o soldado França, estava sendo acusado de espancar com um cabo de aço a senhora Maria José Soares, por ter tentado entrar numa sede de gafeira após ter saído para resolver um problema, e na ocasião não queria pagar o ingresso novamente, a vítima ainda teria relatado na delegacia que o soldado teria

ameaçado de matá-la com tiros de revólver colocando a arma na sua boca. O jornal ainda noticiava que o mesmo soldado França juntamente com mais dois policiais militares estavam sendo acusados de homicídios⁷.

Com o grande número de notícias como essas, os questionamentos sobre a violência policial eram cada vez mais frequentes, e seguindo o propósito de que a inserção da mulher na PM altera essa imagem de uma polícia truculenta e violenta para uma mais ligada à defesa dos direitos humanos e ao assistencialismo, passa a ser de interesse do estado e da própria instituição que seja noticiado pela imprensa à implantação da mulher. Deste modo compartilho com a mesma ideia de Moreira e Wolff de que a “instituição policial se utiliza e reutiliza de representações da imprensa como fonte testemunhal de uma verdade já declarada em seu próprio discurso construtor da auto-imagem e da memória oficial”. (MOREIRA e WOLFF, 2009)

A primeira turma de polícia feminina

O estado do Pará foi o quarto estado brasileiro a inserir na sua instituição policial militar o gênero feminino, sendo os primeiros o estado de São Paulo, seguidos de Paraná e Minas Gerais. A inserção do primeiro pelotão de policiais femininas da Polícia Militar do Estado do Pará se deu a partir do Decreto de nº 2.030, de 15 de dezembro de 1981, durante o governo de Alacid da Silva Nunes.

A análise dos jornais e Boletins Gerais da corporação torna-se relevante para objetivo do presente trabalho no que tange a construção desse passado histórico da inserção do gênero feminino, visto que obtemos minuciosas informações sobre a primeira turma de polícia feminina do estado.

Segundo a publicação do jornal “*A província do Pará*” do dia 22 de abril de 1982, foi exigido as candidatas ser brasileiras, ter no

⁷ Jornal A Província do Pará, de 11 de maio de 1982, p. 8.

mínimo 18 anos e no máximo 26 anos de idade, ter no mínimo 1,58m de altura, descalça, ser solteira, viúva ou desquitada e não ter filhos, possuir o 1º grau completo, não registrar antecedentes criminais e político-social, bem como restrições aos seus direitos políticos e ter boa conduta comprovada por meio de investigação religiosa⁸.

No boletim geral de número 005, de 08 de janeiro de 1982, obtivemos o calendário de provas e exames da 1ª turma feminina, onde percebemos que em apenas um mês foram concluídas todas as etapas para inserção da mulher no curso de formação de soldados, bem como, verificamos que a duração do concurso foi de quatro meses do início do concurso com a inscrição das candidatas até o término com a formatura da turma.

E ainda no mesmo boletim geral, foram fixados o número de vagas, sendo duas para oficiais, quatro para sargento e trinta e seis para soldados, somando num total de quarenta e duas vagas, porém os jornais *O Liberal* de 18 de abril de 1982, diz que a 1ª Companhia Feminina da Polícia Militar do Pará contava com efetivo de três oficiais (Izanete, Ellen e Buarque) quatro sargentos, seis cabos e trinta e quatro soldados perfazendo um total de quarenta e sete policiais, bem como *A Província do Pará*, do dia 22 de abril de 1982, delimita o mesmo quantitativo de mulheres para as praças, sendo que não faz referência do quantitativo das oficiais.

Dentre os boletins pesquisados encontramos a publicação das policiais que foram matriculadas no Curso de Formação de Sargentos Feminino-CFS e Curso de Formação de Soldado Feminino-CFSD, que tinha iniciado no dia 1º de fevereiro de 1982, sendo as quatro sargentos matriculados Nilse Carvalho Guimarães, Maria Elaine Oliveira Andrade, Maria Nazaré dos Santos Veríssimo e Máurea Mendes Leite e foram conferidas trinta e nove soldados femininas.

⁸ Jornal “*A Província do Pará*” de 22 de abril de 1982.

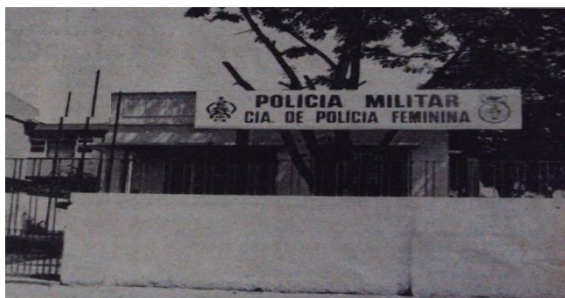
Considerando que durante o curso de formação de soldados poderia ocorrer exclusão de aluno soldados por inaptidão ao serviço policial, ou por qualquer outro motivo, e ainda não ter sido verificado a publicação da relação das concluintes do curso, não conseguimos precisar a quantidade de mulheres pertencentes à primeira turma de polícia feminina.

Os treinamentos teóricos das polícias femininas foram cumpridos no Centro de Aperfeiçoamento de Praças – CFAP, no Outeiro, do qual era o comandante o tenente coronel Antônio Carlos Nunes. Esses treinamentos consistiam em técnicas policiais, serviço social, relações públicas e humanas, defesa pessoal, trânsito, educação física, tiro e ordem unida, tendo a duração de quase dois meses e meio, realizado num regime de semi-internato.

É bem provável que no primeiro momento essas polícias femininas assumiram uma postura ideal masculina, tendo em vista, que o intercambio das atividades das policiais femininas com os outros estado brasileiro, era ainda muito difícil, sendo as únicas referências para elas naquele momento de mulheres policiais militares era as duas oficiais de São Paulo que vieram para ser monitoras no curso de formação, deste modo é bem mais presumível que na prática após sua formação se espelhassem nos polícias masculinos, durante o serviço diário.

Com a reformulação da Polícia Militar tendo como base o assistencialismo evocado com a presença da mulher, fazia-se necessário um reestruturação nas dependências física das casernas, sendo assim foi pensado na construção de um quartel para a companhia de polícia feminina, e segundo o jornal *A Província do Pará* antes mesmo de apresentarem as polícias femininas a população, o qual seria feita somente no dia 21 de abril, houve a inauguração do quartel de polícia feminina, no dia 17 de abril de 1982, localizado na Avenida Almirante Barroso, nº 1.151, esquina com a Travessa Timbó.

Figura 04: Quartel da Companhia de Polícia Feminina



Fonte: *Jornal A Província do Pará* de 16 de abril de 1982, p.12.

O curso de aperfeiçoamento militar das policiais feminina, que ocorreu no Centro de Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar, na ilha de Outeiro, iniciado no dia 1º de fevereiro e ministrado por duas oficiais de São Paulo, terminou no dia 16 de abril. Após o término do curso as milicianas dirigiram-se para Belém aguardando para inauguração do quartel da companhia de polícia feminina.

A cerimônia de formatura da primeira turma de mulheres, foi inserida nas comemorações alusiva ao patrono das polícias militares brasileira Tiradentes, em nota de serviço número 002 de 29 de março daquele ano, que regulava as solenidades a serem efetuadas por ocasião do transcurso e dedicado ao patrono das PMs, estava incluído o momento em que seria lido o boletim geral de conclusão de curso de SGT, CB e SD Feminino, bem como a entrega das divisas e diplomas de conclusão dos cursos de feminino PM pelos respectivos padrinhos e madrinhas, e ainda o cântico do hino das policiais femininas da PMPA⁹.

E neste momento quero salientar que torna-se paradoxal a apresentação das mulheres para a sociedade justamente na solenidade do dia do Tiradentes, visto que tanto a solenidades alusivas ao aniversário da PMPA (homenagem ao coronel Fontoura), quanto à solenidade do dia do patrono das Polícias Militares Brasileiras estão ligadas a um ideal masculino. A autora

⁹ Boletim Geral N° 067 – de 14 de abril de 1982, p.513.

Mazuroc Schactae já evidenciara em seu trabalho esse ideal masculino empregado na instituição da polícia militar quando se trata das homenagens ao patrono das polícias “o Tiradentes”, pois observa “como espaço de permanência de uma identidade institucional, em que o discurso sobre o herói reforça uma construção cultural que institui os militares como homens guerreiros e salvadores da pátria”. (SCHACTAE,2009, p. 03)

Nas Ordens do Dia em comemorações dedicadas a figura desses dois heróis da instituição a imagem de guerreiros, salvadores da pátria, honra e virilidade emitida são características identificadoras de um ideal masculino militar, e mesmo após a entrada do gênero feminino na corporação o discurso proferido nas comemorações continuaram sendo o mesmo, o qual indica que tais qualidades desses dois heróis é o modelo a ser seguido por todos os militares, independente do gênero.

As comemorações dirigidas aos heróis tendem a produzir identidades coletivas, construindo valores identificadores da corporação e de seus membros, tendo em vista que por ocasião dessas solenidades até o público feminino da polícia militar se identifica com essas qualidades de virilidade, força e coragem emitida com tanto entusiasmo à tropa, contrapondo o senso comum que diz que a mulher tem natureza física mais fraca e que é psicologicamente mais sensível que os homens, ou seja, há indícios da constituição de identidades coletivas pautadas na masculinidade.

Voltando para apresentação da primeira turma de policiais feminina para a população, evidencio que a imprensa assume também um papel relevante, como já foi dito, pois através dos jornais observamos a mudança da imagem da PMPA produzida pela rigidez da ditadura civil militar, como também nos ajuda a reconstruir essa história das mulheres na instituição.

A Província do Pará, por exemplo, do dia 22 de abril de 1982, publicou uma matéria sobre o título “*PM apresenta Polícia Feminina à população*”, a onde diz que a Polícia Militar do estado do Pará realizou uma cerimônia solene em decorrência do 190º

aniversário da morte de Joaquim da Silva Xavier, Tiradentes, patrono das PMs do Brasil, apresentando na ocasião à população a primeira companhia de Polícia Feminina, composta por quarenta e quatro mulheres, as quais entrariam em atividades no dia 2 de maio. A cerimônia contou com a presença do então governador Alacid Nunes, do prefeito Loriwal Magalhães e de diversas autoridades civis, militares e das Forças Armadas.

Após ato de agradecimento das primeiras colocadas do curso de sargentos femininas, todo batalhão feminino fez juramento à Bandeira para a manutenção da ordem pública, desfilando em seguida e por fim entoaram o hino da PM Feminina, o qual segundo a publicação do mesmo jornal foi enfatizado sobre os acordes da banda de música da polícia militar, o trecho da canção que diz “somos a polícia, a polícia feminina”.

Canção da Polícia Feminina

*Somos Polícia Feminino,
Somos a honra do Pará.
Orgulho sempre nós daremos,
No defender e trabalhar.
Vamos mostrar a toda gente,
O quanto vale a PM.
Disciplinada e corajosa,
Cantando assim tão fortemente.
Somos a Polícia,
Polícia Feminino”¹⁰.*

As áreas de atuação da companhia de policiais femininas do estado do Pará, seguiu a mesma linha dos outros estados brasileiros ao que se referiam à proteção de menores, mulheres e idosos, porém ficou bastante evidente que o principal objetivo a princípio era colocar essas policiais femininas nos espaços

¹⁰ Criada em 1982, de autoria da Sgt PM Francivone Souza e Silva, porém não publicada.

públicos, dando maior visibilidade para sociedade da postura moderna que a polícia vinha assumindo.

Segundo o comandante de policiamento da capital coronel Amarantes, em entrevista para o jornal *A Província do Pará* de 18 de abril de 1982, informou que o tipo de policiamento a ser exercido pelas mulheres findando o estágio nos batalhões de polícia, após o dia 03 de maio, as policiais iriam atuar no policiamento de trânsito urbano, PM Box, aeroportos, terminal, evento de diversões públicas, ronda de apoio ao policiamento, ronda de apoio ao policiamento do comércio, relações públicas, duplas mista de policiamento, que na época ficou conhecida com denominação de “Romeu e Julieta”, tarefas de assistenciais de emergências e outras tarefas que anteriormente só eram exercidas por homens.

Figura: Policiamento ostensivo, no PM-Box localizado na Praça da República, em 1982.



Fonte: Arquivo pessoal da Capitã R/R Máurea Mendes Leite.

O policiamento feminino do aeroporto e rodoviária de Belém tornavam-se assim o policiamento muito estratégico no objetivo de melhor visualização pela sociedade da nova polícia, visto que era um local de saída e entrada da população, e considerando que o efetivo feminino era mínimo, só alocando em pontos de muita circulação pessoas é que a sociedade poderia fazer um novo juízo para a postura da PMPA.

Só com o passar dos anos e com a entrada de mais efetivo feminino na corporação, essas policiais femininas foram galgando outras funções dentro da instituição, e após esse primeiro intuito de estar nas ruas demonstrando a nova política das polícias militares, elas são renegadas a administração dos quartéis, atuando com pouca relevância nas unidades operacionais, julgadas funções mais viris, que necessita de mais rapidez, centralidade e força física.

Considerações Finais

A inserção da mulher na instituição da Polícia Militar do Estado, constitui-se num espaço de permanências e transformações na instituição policial militar anteriormente considerado exclusivamente masculino, bem como viabiliza uma

nova perspectiva da sociedade em relação à função das polícias militares dentro da sociedade.

Com a pesquisa conseguimos inferir que o ingresso da mulher na polícia paraense, seguindo o intuito do governo, de reorganizar as políticas das polícias militares, que no momento estavam em crises, sendo questionadas da sua real função dentro da sociedade, visto que estava fortemente atrelada a uma imagem produzida pela ditadura civil-militar, proporcionou uma nova expectativa para a sociedade no início dos anos 80.

Ao passo que também identificamos as permanências da instituição ligada ao ideal masculino, visto que as mulheres mesmo ganhando cada vez mais espaço no mundo do trabalho estavam sujeitas a adequações as normas rígidas de vícios masculinos.

As relações de gênero tal como se deu no primeiro momento da inclusão feminina na Polícia Militar do Pará, permanecem complexas, de difícil análise, pois mesmo ao passar de mais de trinta anos do ingresso das mulheres na instituição, ainda é considerado recente, tendo em vista os quase duzentos anos da corporação, sendo mais de cento e cinquenta anos essencialmente masculina.

Ao buscar o início dessa trajetória das mulheres na PMPA, revelou-se que a inserção das mulheres dentro da corporação da Polícia Militar paraense constitui um processo lento de adaptações, consolidações e transformações dentro do espaço militar, e ainda prontas para serem analisadas e desvendadas.

Referências

CARDOSO, Raimundo; **Violência Policial no noticiário de Imprensa – 1982**. Monografia apresentada para conclusão do Curso de Licenciatura Plena em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, 1989, 23 p.

Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária. Brasília-DF: Secretária Nacional de Segurança Pública – SENASP. 2008. p. 47.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1967, Art. 13, § 4º (redação dada pelo Ato Complementar nº 40, de 1968)

_____. de 1968, Art. 144.

DANTAS, Romeu Teixeira (Org.), **Coletânea de legislação da PMPA.** Belém, Cejup, Vol. II, 1997.

FERREIRA, Jorge. GOMES, Angela. **1964 - O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014 – O Brasil Republicano.

LEITE, Máurea Mendes. **Origens sociais e trajetórias profissionais das primeiras mulheres policiais pertencentes ao círculo de oficiais da Polícia Militar do Pará.** 80f. Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos) – UFPA, Pará, 2013.

MOREIRA, Rosimere; WOLFF, Cristina Scheibe. **A ditadura militar e a face maternal da repressão.** Espaço Plural (Unioeste), v.2, 2009, p. 56 -65.

MUSUMECI, Leonarda; SOARES, Barbara Musumeci. **Polícia e gênero. Participação e perfil das policiais femininas nas PMs brasileiras.** Gênero, Rio de Janeiro, v.4, N. 2, 2004. p. 184.

PETIT, Pere; CUELLAR, Jaime. **“O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e**

resistências”. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 25, nº 49, p. 169-189, janeiro-junho de 2012.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

PRIORE, Mary Del; BASSANAZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**. 9.ed., 2ª reimpressão.- São Paulo: Contexto, 2009, p. 649.

REGO, Orlando L. M. de Moraes. **Retrospectivo Histórico da Polícia Militar do Estado do Pará 1822-1930**. Belém: Falangola Off Set, 1981.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **“Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”**. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). O tempo da ditadura militar-regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 – O Brasil Republicano. V.4. p . 254.

SCHACTAE, Andréa Mazurok, **Farda e Batom, Arma e Saia: a construção da polícia militar feminina no Paraná (1977-2000)** – Curitiba, 2011, p. 30.

_____. **Vestir a Farda: a Constituição de um Espaço Feminino na Polícia Militar do Estado do Paraná (1977-2000)**. *Anais do V Congresso Internacional de História*.

Disponível

em:

www.cib.uem.br/anais/2011/index.php?l=trabalhos&id=72

SOARES, Barbara M, MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres Policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie.
Policiamento Comunitário: Como Começar. Rio de Janeiro:
POLICIALERJ, 1994, p.04.

- Periódicos.

Biblioteca Pública Arthur Vianna – Seção de Periódicos.

O Liberal, 18 de abril de 1982

Título: Polícia Feminina recebe o quartel e se apresenta, p.11

O Liberal, 22 de abril de 1982

Título: Polícia Feminina entra em atividade, p.13

A Província do Pará, 16 de abril de 1982

Título: PME implanta amanhã companhia feminina, p.12

A Província do Pará, 18 de abril de 1982

Título: Comando do PME implanta quartel de polícia feminina,
p.12

A Província do Pará, 22 de abril de 1982

Título: PM apresenta polícia feminina á população, p.14

A Província do Pará, 10 de maio de 1982

Título: Soldados da PM os autores dos homicídios, na sede da
vila nova, p.8

A Província do Pará, 11 de maio de 1982

Título: França assumiu a responsabilidade ,p.8

- DOCUMENTOS DA PMPA

- BOLETIM ESPECIAL N° 003 de 25 setembro de 2012. p.2.

- BOLETIM GERAL N° 003 de janeiro de 1982. p. 14.

- BOLETIM GERAL N° 005 de janeiro de 1982. p. 30-32

- BOLETIM GERAL N° 055 de 26 de maio de 1982. p. 740.

- BOLETIM GERAL N° 067 de 14 de abril de 1982. P. 513.
- BOLETIM GERAL N° 071 de 20 de abril de 1982 p. 552.
- BOLETIM GERAL N° 095 de 26 de maio de 1982. p. 740.
- BOLETIM GERAL N° 100 de 02 de junho de 1082. p. 785.
- BOLETIM GERAL N° 114 de 29 de junho de 1982. p. 895.
- BOLETIM GERAL N° 121 de 15 de julho de 1982 p. 969.
- BOLETIM GERAL N° 126 de 21 de julho 1982. p. 1.011.

Mulher, militares e sociedade: um estudo sobre as mulheres na Força Aérea Brasileira -FAB- em Belém do Pará (1981-2017)

Sandra Letícia Magalhães Gaudêncio¹

Introdução

Este trabalho se propõe a discutir o tema “mulher, militares e sociedade”, o tema escolhido surgiu a partir da observação de fontes orais e documentais do período de 1981 a 2017, que destaca a história e memória da mulher na Força Aérea Brasileira em Belém do Pará.

Esta pesquisa possibilita um repensar sobre a questão da mulher e suas relações com a doutrina militar, no caso específico da FAB. Uma Instituição Militar Federal de 76 anos, que somente nos anos de 1981 do século XX, incorporou mulheres na sua estrutura hierárquica. Momento histórico que “coincide” com os anos da chamada redemocratização, pós período ditadura-civil militar.

Esta temática é importante para os estudos sobre os militares e as questões de gênero no processo de redemocratização do país, sendo ainda pouco explorada pela historiografia regional ou por teóricos do cotidiano histórico e social dos militares. Vale a pena ressaltar, que como militar pertencente ao quadro de professores da Escola Tenente Rego Barros, também construo este artigo baseada nas minhas experiências na caserna², pois, toda nossa formação e trabalho se estrutura na hierarquia e disciplina militar.

Observa-se que o estudo do papel político e social da mulher passa a emergir a partir da década de 1970 do século XX na historiografia e também em outras áreas. No entanto, existem teóricos

¹ Especialista em História Social da Amazônia pelo PPHIST/IFCH/UFPA e 1º Tenente do Quadro de Oficiais da Reserva Convocados –QOCON, atuando como Professora de História na Escola TENENTE RÊGO BARROS da FAB em Belém do Pará;

² Significa vivência nos ambientes militares. Sujeitos que pertencem a uma hierarquia militar. Ambiente dos quartéis militares.

que destacam as décadas de 50 e 60 do século passado como períodos relevantes para a mudança no estudo sobre o papel social das mulheres.

O período a ser estudado se inicia a partir dos anos de 1981 até os anos 2017, no qual, é possível perceber que estes foram momentos que permeiam a abertura política, ampliação do discurso democrático e mudanças ocorridas na sociedade brasileira. Este contexto destaca a elevação da quantidade mulheres em diversos setores e sociais. Assim, é importante analisar como essas mulheres viviam e vivem nesse contexto de mudanças e como no âmbito das Instituições militares são construídas as memórias sobre o trabalho feminino e sua relação com tradições seculares de treinamento e instrução.

O objetivo deste trabalho foi pesquisar fontes históricas e perceber a partir dos debates sobre o ser militar, das experiências dos militares quanto ao recrutamento e o seu cotidiano específico parte da história e memória da mulher na Força Aérea Brasileira em Belém do Pará, no período acima citado.

No primeiro momento, destaca-se a discussão sobre quem são os militares e o seu papel no aspecto global e local. No segundo momento, destaca-se as questões de gênero e a relação com o ser “militar”. No terceiro momento, destaca-se as discussões da entrada das mulheres nas Forças Armadas e Forças Auxiliares no contexto dos anos de 1950 e nos anos de 1980. No quarto momento, destaca-se o papel da mulher na FAB a partir de um estudo de fontes históricas documentais que nos levam a pensar na construção da memória, da relação passado e presente dessas mulheres. E por fim, nos tópicos finais, busca-se apresentar a partir da memória das mulheres militares o cotidiano da “caserna”, suas experiências antes do recrutamento e também sobre suas atividades junto aos homens.

A metodologia utilizada está baseada na análise qualitativa e no cruzamento de fontes e sua relação com campo cultural-social-intelectual, no qual, nenhum documento fica desprezado e sem importância analítica. Foram utilizadas fontes manuscritas, documentos oficiais, orais, fotografias, dentre outras, para buscarmos um maior entendimento sobre a relação do passado e do presente dessas mulheres militares. Uma discussão que se alicerça a partir das teorias sobre

memória e história dos sujeitos, no qual se busca compreender o passado pelo presente e o presente pelo passado. (LEGOFF, 2003, p. 227)

Sobre as fontes orais, foram entrevistados militares masculinos e femininos, nas graduações e patentes respectivamente: 01(um) 1º Sargento masculino (1 S) , 02 (duas) Sub Oficiais femininos (SO), 01 (um) 1º Tenente Masculino e 02 (duas) 1º Tenentes femininos (1º TEN) e 01 (uma) Oficial Superior, no Posto de Tenente Coronel feminino (TC). Todos militares da ativa da Força Aérea Brasileira.

Assim, este trabalho pretende desenvolver uma análise inicial importante para pesquisas futuras sobre o papel feminino dentro de Instituições de “origem masculina”, como as Militares, com foco específico para Força Aérea Brasileira. Um espaço social específico que é possível estudar o debate sobre gênero e “resgatar” o papel histórico-social das mulheres na “caserna”, do ponto de vista regional. Já que estas mulheres estavam envolvidas num universo militarizado que nos mostram práticas sociais que possibilitam uma compreensão de heranças que marcam as relações sociais entre homens e mulheres na FAB nos dias atuais.

“Tropas” e sociedade: quem são os militares?

A experiência das mulheres que adentram nas Forças Armadas, na transição do século XX para o século XXI, principalmente, no caso específico da Força Área Brasileira, nos levam a “obrigação” acadêmica de explicar o significado da categoria militar, no sentido de entender a mentalidade dos grupos sociais que pertencem ao cotidiano dessas Instituições que existem no Brasil e no âmbito global.

Segundo Magnoli (2006, p.p. 9-12) as guerras fazem parte da história da Humanidade e das diversas culturas que interagem de acordo com seus interesses. Para o autor a discussão do fenômeno da guerra no mundo nos leva a refletir sobre categorias e conceitos importantes que enxergam esses momentos conflituosos e belicosos com características totais, políticos e inevitavelmente militares. A balança dos chefes militares pesa probabilidades e calcula o ritmo e intensidade do

dispêndio de recursos. Todo o empreendimento de guerra até o seu final é um ato inscrito na esfera política.

Dessa forma, ao longo da trajetória humana na história e possível perceber uma série de conflitos que mostram uma das características dos militares, que é a sua ligação com momentos conflituosos e com grande peso político. Por isso, as instituições militares tem uma função estratégica no sentido da construção dos grupos que buscam a construção de um poder. A força física e bélica, também caracterizam as tropas que no geral são formadas na sua maioria por homens e poucas mulheres.

Na Constituição Brasileira nos artigos 42, 142 e 144 temos a explicação dos tipos de militares que existem no Brasil e suas missões específicas. No art. 42 da CF/88 se enfatiza pelo legislador a explicação sobre os militares estaduais, no caso, as Polícias Militares e Bombeiros Militares. Um grupo chamado pelos militares federais de Forças Auxiliares e reserva do Exército, devido no art. 144 da CF/88 ocorrer o destaque para essa função e missão de segurança pública e proteção territorial em caso de conflito armado, já que este artigo destaca os órgãos de Segurança Pública e dentre eles, as PM'S e BM'S do Brasil. Os Militares federais, as chamadas Forças Armadas no art. 142, da CF/88, formada pelas tropas militares da Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Aeronáutica (Força Aérea Brasileira) com fins específicos de proteção da Soberania nacional.

Assim, percebe-se que para além de um costume ou Instituição com práticas e tradições seculares, os militares estão citados na Constituição Federal de 1988 e com Objetivos específicos para cada Instituição no âmbito Federal e Estadual. Nesse sentido, a participação de militares na sociedade está alicerçada também no ordenamento jurídico positivado e suas ações são recepcionadas pelo legislador na Constituição de Federal de 1988.

GOFFMAN (1957) destaca as forças militares como pertencentes a um grupo de instituições chamadas de Instituições Totais. Suas características podem ser sintetizadas no seu caráter de barreira ao intercâmbio social com o mundo exterior. No geral, estas instituições possuem portas fechadas, paredes altas, arame farpado, rochedos e

água, terreno aberto, dentre outras. O autor relata que dentre os cinco agrupamentos superficiais que possuem estas características estão os quartéis do Exército, por exemplo, que estão supostamente estabelecidos para algumas tarefas técnicas. Inclusive com a relação entre os sujeitos que pertencem ao *staff* e os “internos”. A regras ditadas e determinadas para serem cumpridas são fiscalizadas pelos que são considerados dominantes pelo autor, o primeiro e menor grupo e o segundo só tem que acatar.

Nas instituições totais, ao contrário de uma rotina normal, todas as atividades são feitas por todos no mesmo local e sob uma mesma autoridade. Cada fase da vida diária de um participante é feita na frente de um grupo de pessoas que o acompanham cotidianamente. Todas as atividades diárias são rigorosamente controladas pelo tempo, regras e normas próprias impostas de cima para baixo. Por fim, existe um plano racional único que é estabelecido em nome do bem da Instituição. (GOFFMAN, 1974).

Essas ideias nos apresentam possibilidades de entendimento de uma Instituição militar e suas características iminentemente masculinas ao longo de toda a história. Uma compreensão das mentalidades e da memória de um cotidiano de embates bélicos e trabalho ligado a preparação para atividades de combates. Na verdade, apesar das exceções históricas, o território ocupado por militares passa a ter uma característica masculina. Essa é a diferença, o *staff* se sente superior aos “internos”, sendo estes últimos supervisionados pelo primeiro. E suas práticas são muito ligadas as concepções de pátria, ordem, disciplina, hierarquia, dentre outras determinações criadas para o grupo de “internos” que não serve para o cotidiano fora dos muros dos quartéis.

Castro (2004) nos apresenta a partir de seu trabalho etnográfico realizado na Academia Militar das Agulhas Negras, entre os anos de 1987 à 1990, uma ideia de “espírito militar” que no geral, está fincado no cotidiano da formação militar das academias, que repassam essa construção cultural e social para os alunos. Estes passam por todo um processo de negação do individual em nome do institucional e sua missão. Uma relação que fortalece a identidade institucional e nos

apresenta elementos para um maior entendimento sobre o “ser militar” e o “sentir-se” militar.

Na AMAN é “forjado” um processo de construção da identidade social do militar, do espírito militar. Já que o cadete (aluno) vivencia na Academia um processo de socialização profissional, momento que o mesmo vai aprender os valores, atitudes e comportamentos apropriados a vida militar. O objetivo é construir uma “peneira” para no período de adaptação que visa levar a desistência dos novatos que supostamente não possuem vocação para a carreira militar. Um período que segundo os cadetes “não há tempo nem para pensar”(IDEM).

Nessa linha de pensamento sobre o estudo de Militares, KEENGAN (2006) ressalta que estudar os sujeitos que buscam se adaptar a um padrão de vida baseado nos valores militares construídos no cotidiano do treinamento dos quartéis, medalhas, uniformes, lanceiros, dentre outros, significa pensar a partir do olhar do “outro” que cria uma identidade de grupo.

O pesquisador que for pensar em entender os militares e a sua relação com os outros setores da sociedade, precisa primeiramente compreender as experiências desses sujeitos e seu imaginário. Segundo o autor, “os soldados não são como os outros homens – eis a lição que aprendi de uma vida entre guerreiros(...)”. Essa ideia nos apresenta que é preciso ver que os homens destinados a guerra constroem valores diferentes dos políticos e dos diplomatas, são valores de um mundo à parte, um mundo antigo, que segue regras próprias, uma cultura que muitas vezes não segue a da civilização. Pois, todas as civilizações devem suas origens aos guerreiros, que é na verdade, uma característica importante do militar. (IDEM, 2004)

Por outro lado, a divisão hierárquica entre os militares, formada na maioria por Praças e na sua minoria de Oficiais, nos leva a pensar que culturalmente a ideia de ser um “guerreiro” passa pelas relações de poder que determinam as ações dos setores específicos que controlam a Instituição Militar. Um exemplo desse fato, apesar de construir uma ideia de um não envolvimento político nas questões ditas políticas, os Militares brasileiros que participaram das ações que proporcionaram o golpe histórico contra a Monarquia em 1889 e proclamaram a

República, não era formada por Praças na liderança do evento político, por exemplo (CASTRO, 1995).

As ações registradas ao longo do tempo não possibilita entender os militares como uma categoria social homogênea. No caso da proclamação da República no Brasil, a participação de outras Instituições foi considerada mínima se comparada com a tropa do Exército Brasileiro, fortalecido politicamente após a Guerra do Paraguai. (IDEM, 1995)

Além de observarmos que as Forças Militares que se destacam na proclamação da República basicamente estão ligadas ao Exército Brasileiro, com pouca participação da Armada (Marinha). Não se destaca na historiografia a participação dos grupos pertencentes a Guarda Nacional e principalmente as milícias locais que fortaleceram a construção cultural das atuais Polícias Militares. Para GAIA (2008) o Club republicano tem um papel importante em engajar diversos sujeitos na campanha republicana, dentre estes, “vale lembrar que muitos militares estavam engajados na campanha republicana.”

Lauro Sodré era um desses militares do Exército que participou ativamente das discussões teóricas sobre República e as concepções positivistas oriundas da Academia Militar da Praia Vermelha na cidade do Rio de Janeiro. Um militar que esteve sempre empenhado na defesa da República. (IDEM, 2008).

O ano de 1917, momento da criação da Casa Militar da governadoria por Lauro Sodré, apresentou a participação de militares locais, chamados à época de Brigada Militar do Estado (atual Polícia Militar), um fato que nos mostra o envolvimento de militares do Exército na construção do cenário político local juntamente com os militares locais. Um contexto histórico que se baseava nas disputas políticas as oligarquias Lemistas (aliados de Antonio Lemos) e Lauristas (aliados de Lauro Sodré) (CASA MILITAR, 2017)

O contexto do ano de 1917 estabelece, inclusive, um acordo que destacava na no âmbito Federal a Brigada Militar como Força auxiliar e reserva do Exército brasileiro. (MARRECA, 1940, p. 19) Um fato que mostra a participação da Brigada Militar do Estado como instituição militar inserida no cotidiano político local e nacional, apesar da visão de

militares de “segunda classe”, mesmo com estabelecimento de uma lei que a deixaria no nível do Exército por ser reserva deste. Um discurso que cria uma relação de poder e subordinação implícita que é enfatizado até atualidade e com respaldo na constituição Federal de 1988, no seu artigo 144.

Esses grupos de militares locais estavam presentes no processos de construção da história local nacional e em ações internacionais, como a Guerra do Paraguai, na segunda metade do século XIX, quando formou-se os Corpos de voluntários da Pátria, e efetivou-se a participação de militares locais em conflitos considerados importantes para o debate sobre o sentimento nacional e fortalecimento do Exército, por exemplo. No caso do Pará, “à Força Pública, põe 1865 à disposição do Governo Imperial o Corpo Provincial de Caçadores de Polícia, que tomou a denominação de Corpo Paraense de Voluntários da Pátria (...)” (IDEM, p. 53, 1940).

Os militares no Pará seguem uma tradição brasileira herdada do período colonial que destaca os grupos subdivididos em tropas Regulares e Tropas auxiliares. Segundo NOGUEIRA (2002) o organograma das tropas do Pará do século XVII se dividia em Tropas regulares formadas por Oficiais e Praças vindos de Portugal, eram considerados permanentes e seu recrutamento ocorria entre homens brancos, mamelucos e de boa procedência. As tropas auxiliares não tinham caráter permanente, eram provisórias, auxiliavam as tropas regulares pagas, seus oficiais eram oriundos das tropas regulares, a base principal do seu efetivo era formada por homens negros, indígenas e cafuzos (livres).

Então como pensar os militares? de maneira homogênea ou como grupo formado de identidades sociais diversas? É possível afirmar inicialmente que são grupos de sujeitos armados, autorizados pelo Estado, “guerreiros” e ligados a tradições que lhes identificam culturalmente como categoria social. Porém, não é algo fechado, homogêneo e inflexível. Já que, apesar das tradições e costumes próprios, a divisão hierárquica, as origens sociais dos diversos grupos e o contexto histórico do momento que um grupo específico de militares é estudado, é provável que possamos observar fatos e atitudes

diferenciadas de ideias pré-concebidas sobre esses sujeitos de “armas” e suas experiências.

Os militares têm gênero?

Ao pensarmos a mulher nas Forças Armadas, automaticamente, relacionamos à figura masculina, pois, foi assim que crescemos sendo educados para diferenciarmos o que é masculino e o que é feminino, isto é, o que o homem “pode” e o que a mulher “pode” fazer. O conceito de gênero aqui adotado refere-se à construção social do masculino e do feminino. Onde um dependendo do outro, sendo nas relações sociais que os sujeitos se produzem e que são atribuídas as percepções do masculino e do feminino.

O modelo tradicional, que seria seguido por todas as mulheres de uma forma homogênea era o de mulher frágil, compreensiva, passiva, que era boa esposa e boa filha. De acordo com esse modelo de mulher Bassanezi(1993) afirma:

No modelo de família na época enfocada, as distinções de gênero delegam ao home autoridade e poder sobre as mulheres, são considerados os chefes da casa. As mulheres por sua vez são definidas a partir dos papéis tradicionais (prioritariamente mães, donas de casa esposas vivendo em função do outro, o homem). (IDEM,1993)

Existia um conjunto de normas sociais que definiam essas relações como naturais e que eram válidas para todas as classes. A mulher era vista de uma única forma, como se não existissem diferenças sociais, culturais, temporais, tornando esse modelo homogêneo. Isso era possível devido ao longo da história das relações de gênero existirem definições de masculino e de feminino, e de papéis designados pra homens e mulheres que vem sendo trabalhados desde a antiguidade e tem condicionado as situações atuais. (STEARNS, 2007)

Segundo Michelle Perrot (2005), evidentemente, a irrupção de uma presença e de uma fala feminina em locais que lhes eram até então

proibidos ou pouco familiares, é uma inovação do século XIX que muda o horizonte sonoro.

As mulheres aparecem menos no espaço público falasse pouco delas, geralmente um homem que faz o relato se acomoda com a costumeira ausência Apesar dessa mulher está inserida em diversos campos elas não são recenseadas, e seu trabalho, confundido com tarefas domésticas e auxiliares, torna-se invisível, ou seja, as mulheres não contam.

Até meados da década. De 1950 as mulheres estiveram ocupavam o espaço privado, ou seja, seus lares. Estavam submetidas a um processo e socialização que era voltado a maternidade e ao cuidado da casa, se dedicavam a casa aos filhos e aos maridos. (ADÃO; MATHIAS,2013)

Subsistem, no entanto muitas zonas mudas e no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais da História, este relato que por muito tempo, esqueceu as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento. (PERROT,2005)

Com a aproximação da história com antropologia e da etnologia anos 70, com a “Nova História” houve um desenvolvimento dos temas e surgimento de outros, novos objetos como, família, casamento, crianças, sexualidade, vida privada, e mulheres.

Também nos anos de 1960 com as contestações políticas e sociais as mulheres questionavam o padrão social por elas reservado. Segundo, Adão e Mathias(2013), sempre houve resistência e contestação.

Nas décadas de 1970-1980 foram determinantes para a construção da história das mulheres, com a demanda social, fatores políticos como o movimento de liberação das mulheres pelas conquistas de diversos direitos.

Na década de 1980 o Brasil passa por transformações políticas e econômicas que permitiram consolidar o novo papel da mulher em nossa sociedade. A busca por direitos civis e pela democratização, fez com que setores da sociedade se propusessem a repensar a postura que tinham diante do processo de profissionalização feminina, o que

possibilitou que a ideia de igualdade de direitos entre homens e mulheres passasse a ser discutida em maior escala. (IDEM, 2013).

Desse modo, podemos perceber essa relação de gênero, que identifica e diferencia os homens e as mulheres e suas relações sociais, e como essas relações são organizadas em diferentes sociedades, épocas e culturas. Há uma distinção entre a esfera biológica que é o sexo propriamente dito e suas características físicas, e esfera social e cultural, que é. Identidade de gênero, ou seja, como determinado indivíduo se identifica na sociedade.

Ser militar é coisa de mulher? As mulheres e os quartéis

Nas últimas décadas a historiografia sobre militares no Brasil tem sofrido um alargamento considerável uma vez que alguns historiadores mostraram interesse nesse campo enquanto objeto de análise. A mudança de postura em relação à negação da mulher enquanto elemento significativo de abordagem historiográfica pode ser compreendida pelo avanço dos estudos com ênfase na Nova História a partir da década de 1970 com a aplicação do paradigma conceitual das práticas que tornou possível já na década de 1980 a concretização da história da mulher militar.

No contexto de redemocratização que estava ocorrendo no país, as mulheres passam a incorporar às Forças Armadas. Também houveram outros motivos que levaram as mulheres a adentrarem esse espaço que até então era eminentemente masculino, entre eles, o desinteresse dos homens da elite sociais em relação ao ingresso a carreira militar, devido ao desgaste que ocorreu mais de duas décadas de governo burocrático-autoritário.

Na década de 1980, outras áreas de atuação como a de transformações tecnológicas, tornaram-se atraentes para os demais setores da sociedade. Ainda dentro desse campo, a década de 1980 teve um baixo crescimento econômico combinando com a alta inflacionária, de “década perdida”. Desse modo, houve um número grande de desemprego atingindo os homens, que representavam os postos médios qualificados (Gerencia e administração). Assim, as mulheres passaram a

assumir esses cargos, devido serem qualificadas, mas com menos exigência de salários. (IBIDEM)

As mulheres ocupam postos de trabalho que antes eram ocupados por homens, agora vista como indivíduos, que apresentavam projetos pessoais e que a partir desse momento ganhavam mais autonomia financeira e social. É nesse contexto histórico que as mulheres incorporam as Forças Armadas.

Apesar de todo posicionamento teórico em tentar explicar a entrada das mulheres nas Forças Armadas, temos ainda a discussão que está presente sobre gênero, uma categoria de diferenciação, onde é a base para as pessoas nas suas ideias sobre as relações sociais e nas suas ações. Que seria pensar nas relações internas entre partes das pessoas, tanto quanto sua externalização, como relações entre pessoas. (SILVA, 2006).

O quartel geralmente é caracterizado como um espaço masculino, por envolver atividades consideradas de risco e de rigor disciplinar. Entretanto, tornou-se um local que foi adentrado por mulheres também, a partir da década de 1980, de forma voluntária e por isso surge junto a esses novos sujeitos disputas por tais espaços.

O espaço que antes era composto apenas por homens agora ganha um “corpo estranho”, o diferente, para aqueles que ali existiam, que se sentiam superiores, forte, e preparados. Subestimavam esse novo sujeito, como inferior, incapazes, fracas e sensíveis. Onde dificultariam as atividades militares para as mulheres.

Percebe-se que essas características são construídas a partir da cultural e sociedade que o indivíduo está inserido. Por exemplo, a sociedade ocidental é caracterizada por uma clara dominação masculina e, por uma subordinação da mulher no domínio político, econômico e simbólico. Construindo uma espécie de discurso simbólico que remete a uma natureza “feminina” biológica, morfológica e psicológica, que legitima a sujeição das mulheres. Dificultando o seu crescimento e destaque em diversos setores sociais. (IDEM, 2006)

Porém, existem autores que buscam romper com essas características simbólicas de submissão das mulheres, pois, nas sociedades atuais é perceptível que a mulher já conquistou seu espaço,

logo para Bourdieu (APUD SILVA, 2006) a dominação masculina sobre a feminina é simbólica que implica a naturalização dessa dominação na sociedade, exercendo sobre os corpos um forte poder, sem haver necessidade de força física. (IDEM, 2006).

No campo militar, para Castro (2004) a identidade militar é construída, havendo uma separação entre militares e civis, e o mundo externo. Onde a vida militar é operada por uma hierarquia que estruturaria as relações internas aos próprios militares, como mencionado anteriormente. Destacando a instituição militar como um “mundo próprio”, que não demonstra espaço para as mulheres.

Sobre a integração das mulheres às Forças Armadas, é possível perceber conforme D’araujo (APUD SILVA, 2006) que o acesso das mulheres tem sido de maior assimilação, pelo fato de que as mulheres encontram suas maiores limitações na carreira militar sobretudo em razão de sua aparente “fraqueza física” e vocação maternal. (SILVA; 2006).

Apesar de polêmico o tema, e dividido as opiniões sobre a entrada das mulheres nas Forças Armadas, essas mulheres militares já ganharam espaço, aprendendo em sua vida militar valores como disciplina, hierarquia, precisão, rapidez, coragem, bravura, etc. Valores que são destacados como militares, que seriam características dos homens. Pois, tal estrutura militar foi construída aos moldes universal masculino. Exclusivamente constituída por homens.

Dessa forma, as mulheres se submetem ao código masculino, como foi destacado por Idem (2006), e conforme citação abaixo:

(...) não existe mulher ou homem, existe o militar, porém o código é masculino, portanto, a mulher se sobrepõe a identidade militar e se torna “militar homem”. A mulher é negada como mulher, assimila essa negação e passa a ser o militar e não a militar. (CARVALHO, 1990. P 90.).

Há uma apropriação da instituição militar sobre a representação simbólica do gênero feminino na sociedades. Inicialmente, as Forças militares não permitiam que mulheres servissem nas armas

combatentes, e sim nas armas da Intendência, como foi o caso da Força Aérea Brasileira. A mulher não podia ser combatente e só se apresentava na batalha travestida. Sua função era de auxiliar na retaguarda, seja como enfermeira ou como secretária. O homem é quem poderia assumir funções maiores, poderia comandar.

Mulheres e a caserna: a entrada de mulheres nas Polícia Militar de São Paulo, no Exército, Marinha e Força Aérea Brasileira

A Polícia Militar de São Paulo foi a primeira instituição militar que incorporou as mulheres através da criação do corpo feminino em 1955, com a entrada de 13 mulheres à Guarda Civil, criando-se assim o Corpo de Policiamento Especial Feminino, surge o primeiro grupamento policial feminino uniformizado no Brasil, com o Decreto Lei 24.548, de 12 de maio de 1955. (MUSUMECI, 2005)

O trabalho teria como argumento que a formação psicológica feminina ajudaria na atuação policial em certas áreas específicas, como trabalho com idosos, mulheres e menores infratores ou abandonados. Sobre a inserção das mulheres na Polícia Militar Idem (2005) afirma:

Em 1959, ainda como parte da Guarda Civil, o Corpo de Policiamento subordinado tomou a designação de Polícia Feminina e ficou subordinado à Secretária de Segurança Pública com a Lei 5.235, de 15 de janeiro de 1959, artigo 2º, e em 1969 passou a chamar-se de Superintendência de Policial Feminina, com o Decreto-lei 168, de 10 de dezembro de 1969. No ano de 1970 houve a fusão da Força Pública e da Guarda Civil, que originou a Polícia Militar do Estado de São Paulo, visível no Decreto-lei 217, de 8 de abril de 1970. Em 1975 transformou-se em Quadro Especial de Policiamento Feminino ganhando estrutura de batalhão, 1º Batalhão de Policiamento Feminino, através do Decreto-lei 7.209, de 15 de dezembro de 1975. Finalmente em 1984, consolida-se a base legal para a incorporação de policiais femininas aos quadros regulares das PMs, com a nova redação dada ao decreto-lei Federal 667, de 2 de julho de 1969.[...]

Art. 8º (...) 2º - Os Estados, Territórios e o Distrito Federal poderão, se convier às respectivas Polícias Militares: (a) admitir o ingresso de pessoal feminino em seus efetivos de Oficiais e Praças para atender necessidades das respectivas Corporações em atividades específicas, mediante autorização no Ministério do Exército [...]. Decreto-lei federal 2.106, de 6 de fevereiro de 1984. (IDEM, 2005)

Desse modo, a ideia de ter a presença de mulheres era de “humanizar” a Polícia, pois assumiam funções mais reservadas consideradas próprias para mulheres. Chegando ao máximo fazer o policiamento no trânsito, em escolas, nas feiras livres, etc.

Hoje essas mulheres já alcançaram novas funções, como exemplo na ROTA –Ronda Ostensivas Tobias de Aguiar, temido por seu comportamento violento e muitas vezes ilegal. (ADÃO & MATHIAS, 2013)

Em 1980 foi criado o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), que formava militares para exercer atividades técnicas e administrativa, pelo então Ministro da Marinha no governo do General Figueiredo, o Almirante de esquadra Esquadra Maximiliano da Fonseca, Lei 6.807 de julho de 1980. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1980)

A Força Aérea Brasileira cria no Ministério da Aeronáutica o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica que dá acesso a entrada de mulheres em 1982 através da Lei nº 6.924, de 29 de junho de 1981. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1981)

O Exército, abre espaços para as mulheres a partir da Lei nº 7.831, de 2 de outubro de 1989 (Diário Oficial da União), Cria o Quadro Complementar de Oficiais do Exército (QCO), possibilitando a entrada das mulheres na Escola de Administração do Exército (EsAEx), sediada em Salvador/BA. Iniciou a formação em 1990, onde teve suas duas primeiras turmas masculinas, apesar da institucionalização feminina só ocorrer em 1992 com a matrícula das primeiras 49 mulheres, no Exército Brasileiro, que saíram formadas com a patente de 1º Tenente. Para Lannes (2008) o objetivo era suprir

as demandas exigidas nas áreas técnicas e administrativas. Assim como, afirma Santos (2009)

Essa participação da mulher se remonta ao longo da história, no recôncavo baiano em 1822, com Maria Quitéria de Jesus, ao presenciar a convocação de soldados para a guerra pela independência do Brasil, que ainda não estava consolidada na Bahia. Inicialmente disfarçada de homem, Maria Quitéria, conhecida como Sd Medeiros, dá causa ao registro da primeira participação da mulher feminina nas fileiras do Exército Brasileiro, fazendo-se integrante do Batalhão Voluntários do Príncipe, tendo sido promovida a cadete e, em seguida, condecorada no Rio de Janeiro com a Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul. (TRINDADE, 2012). Após seus episódios de bravura e glória Maria Quitéria na ocasião de condecoração solicitou a D. Pedro I, que enviasse ao seu pai uma carta, solicitando perdão por ter desobedecido.

Durante a II guerra Mundial, tivemos a entrada de 73 enfermeiras na Força Expedicionária Brasileira – FEB, entre elas 06 especialistas em transporte aéreo. A primeira Turma de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército fez curso, embarcaram para Itália. Para trabalhar em hospitais. E na paz voltaram a servir na Policlínica Militar no Rio de Janeiro.

Elza Cansação Medeiros, foi a primeira voluntária do Brasil para II Guerra Mundial. Era a primeira vez que o Exército tinha mulheres em seus quadros, e como era natural não sabiam bem o que fazer e como agir com essas mulheres, e muito menos que tipo de treinamento físico deveriam ministrar. Sendo executado todos os exercícios ministrados para os soldados. (CANSACÇÃO, 1987)

As mulheres na Força Aérea Brasileira: história e memória- Belém 1981 -2017

No início as mulheres eram exceções, mas hoje a presença delas na Força Aérea Brasileira já é uma realidade em diversos setores da FAB. Também foi primeira das três Forças a abrir espaços para atuação de mulheres na atividade fim da instituição. A ampliação da participação

feminina na Aeronáutica em funções tradicionalmente masculinas ocorre de maneira gradual.

No ano de 1981 foram criados os quadros femininos de oficiais e de graduadas entrando as pioneiras da Força Aérea Brasileira (FAB), com a Criação do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica, CFRA-QFO e QFG³, saindo como 2º Tenente, 3º sargento e Cabos, Lei NR 6.924, de 29 de junho de 1981. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 30 JUN, 1981)

Os quadros QFO e QFG foram extintos em virtude de que as mulheres já poderiam ingressar na Aeronáutica em diversos quadros, não havendo a necessidade de ser manter um Corpo de militares específicos para o sexo feminino, além de reforçar o que preceitua a Constituição em seu artigo 5.

A razão pelo qual foi realizada a extinção nos anos de 1990 dos quadros QFO e QFG, fica claro nas palavras da entrevistada:

Manter as mulheres em quadros específicos representaria favorecer a segregação de gênero, assim como em diversos países o Brasil extinguiu os quadros permitindo o ingresso de mulheres em grupamentos ou quadros de ambos os sexos.[...]

[...]A oitava turma do QFG de 1990, foi a última a se formar, que foi a minha turma. E no ano seguinte em 1991 formou-se a última turma QFO.” (SO EDILAIR BRAVO, 49 anos, 14/06/2017)

Houve uma reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Aeronáutica, em decorrência de ter sido constatada por esta Força a necessidade de serem criados Novos Corpos e Quadros, e ainda extintos e dados novos nomes a outros, consolidando e atualizando inúmeras leis e decretos-leis existentes sobre o mesmo assunto. (SILVA, Projeto de Lei, 2005).

As especialidades do QFO foram absorvidas pelo Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica (QCOA) e as do QFG pelo

³ CAFRA (Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica)

Quadro de Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica (QSS). O QCOA foi criado pela Lei NR 6.837, de 29 de outubro de 1980 e regulamentado pelo Decreto NR 85.866, de 01 de abril de 1981. Conforme ressalta a entrevistada (SO Edilair,op.cit.)

A entrada de mulheres na Academia da Força Aérea (AFA-Pirassununga/SP) no Quadro de Oficiais Intendentes foi autorizado, em 1995, que ingressaram em 1996 a primeira turma de cadetes feminino. Oito anos depois, em 2003 a AFA recebeu as primeiras mulheres para o Curso de Formação de Oficiais Aviadores. Em 2006 foi formada a primeira turma do Quadro de Oficiais-Aviadores com a presença das mulheres. Nela encontram-se 11 mulheres que formaram das 20 que entraram.

Em 2002 tivemos a entrada das mulheres na Escola de Especialista de Aeronáutica (EEAR) – Guaratinguetá -SP, Curso de Formação de Sargentos aos poucos elas foram conquistando espaço dentro da instituição. Em 2003, tivemos a primeira piloto militar a voar sozinha em uma aeronave da FAB. Em 2009, a dupla feminina comandou uma missão: as tenentes Joyce de Souza Conceição e Adriana Gonçalves, do Sétimo Esquadrão de Transporte Aéreo, decolaram de Manaus para (AM) em um C-98 Caravan em direção a Parintins (AM). (www.fab.mil.br)

Hoje os quadros de oficiais já apresentam a figura feminina, Oficiais e Aspirante-a-Oficial, conforme pesquisa podem voar em todos os tipos de aeronaves, como caças, helicópteros e aviões de transporte. As pioneiras atingiram em 2014, o posto de Capitão. Em 2015, a FAB teve mais um marco com a presença feminina, a Casa Gerontológica Brigadeiro Eduardo Gomes, sediada no Rio de Janeiro recebe a Coronel Médica Carla Lyrio Martins que assumiu o Comando da Organização Militar da Instituição. (IDEM)

As mulheres podem ingressar na Força Aérea por meio de escolas de formação de sargentos e oficiais, por meio de exames de seleção que obedecem as seguintes etapas: prova teórica, exame de aptidão psicológica, teste de avaliação do condicionamento físico, inspeção de saúde e, em alguns concursos, provas de títulos e prova prática.

Abaixo temos algumas escolas de formação da FAB, suas especialidades e duração dos Cursos:

A Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR) - Guaratinguetá (SP): Curso de Formação de Sargento. O critério para a entrada é não ter completado 24 anos até a data da matrícula e ter o ensino médio completo, especialidades de Eletricidade, Eletrônica, Equipamento de Voo, Meteorologia, Suprimento, Administração, Informação Aeronáuticas, Cartografia, Desenho, Enfermagem e Eletricidade. Duração de dois anos, ao receber o diploma, a aluna passa para a graduação de Terceiro-Sargento especialista podendo, por meio de seleções internas, se tornar oficial. (www.brasil.gov.br)

Outra escola tradicional da FAB é a Academia da Força Aérea (AFA) – Pirassununga (SP), seu objetivo é dar prosseguimento no Curso de Formação de Oficiais Aviadores e Intendentes. Seus critérios de entrada é não possuir menos de 17 anos na data de matrícula e nem completar 21 anos até 31 de dezembro. O candidato também deve ter concluído o ensino médio, o curso tem duração de quatro anos e, ao forma-se, a cadete é diplomada Aspirante-a-Oficial da Força Aérea Brasileira e poderá chegar até oficial-general. (IDEM)

Outra “porta de entrada” na FAB é o Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR) – Belo Horizonte (MG). Para ingressar, a candidata precisa ser formada em instituição de ensino superior reconhecidas pelo MEC, ter registro de respectivo conselho regional e possuir, no máximo, de 32 a 35 anos, dependendo da especialidade. O curso tem duração máxima de 17 semanas e, ao concluí-lo, a estagiária é nomeada Primeiro-Tenente e segue carreira como oficial da FAB. Há especialidades são diversas, entre elas, médicas, engenheiras, advogadas, entre outras. (IBDEM).

Também temos como “portal” para entrar para a Força Aérea Brasileira, o Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados – QOCON. Este quadro se alicerça como base par as chamadas Áreas de Apoio da FAB. Os Oficiais são promovidas até o posto de 1º Tenente e as Praças permanecem como Terceiro-Sargento. Sendo que o Quadro de Oficiais é composto por dois grupamentos: o primeiro grupo formado pelos médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários (MFDV)

e o segundo de técnicos, formados por profissionais de outras áreas do conhecimento, como as Licenciaturas em Pedagogia, História, por exemplo e também as Engenharias, o Jurídico, o Serviço Social, a Psicologia, dentre outros.

No caso das Praças, o Quadro de Sargentos da Reserva de 2ª Classe Convocados (QSCON) atende a profissionais de nível médio. Esse Quadro foi criado em 2013, a entrada é feita por seleção e a duração é de até 8 anos, Lei de 12.792, de 4 de abril de 2013. (Jornal Notae, ANO XXXIX, nº 3, março, 2016.)

Por que a Força Aérea Brasileira?

Muitos e diferentes caminhos levam à mulher aos quartéis. Obviamente que estudar os percursos individuais das mulheres que buscam se estabelecer em trabalhos considerados tradicionalmente como espaços masculinos, nos exemplifica entender através da memória dos Sujeitos, especificamente dessas mulheres, parte do cotidiano da FAB. No qual, podemos entender os motivos de entrada e a construção de um papel que modifica as concepções ou estigmas construídos socialmente através dos grupos que buscam a manutenção do poder.

Assim, é possível perceber no relato de uma mulher-militar a sua experiência na “missão militar”, conforme fragmento de uma entrevista com a oficial, abaixo:

(...) Sou formada em pedagogia, casada, tenho um filho, sou de Niterói, carioca. Eu tive experiência na rede estadual de ensino, e a dificuldade é muito grande, se você quer ter uma experiência melhor você tem que comprar material pra você usar, quando vi não dava, apesar de eu gostar de dar aula, acabei fazendo concurso para Aeronáutica. Meu pai também influenciou, é reformado da marinha era SO Oficial. (TC VERÔNICA, 06 DE JUNHO DE 2017.)

A TC Verônica destaca as suas dificuldades de arrumar trabalho, em Niterói, na sua área do magistério, sendo essa questão econômica

um fator importante para a “escolha” da Força Aérea Brasileira como local de trabalho.

Nesse sentido, o relato da entrevistada acima corrobora com o depoimento da Sub Oficial, abaixo, que nos mostra mais uma experiência feminina e os motivos para buscar trabalhar numa Instituição Militar. Conforme podemos perceber no fragmento de sua entrevista:

(...) Sou natural de Fortaleza, formada em administração de empresas pela UFPA, casada tenho dois filhos, trabalhei em um restaurante na orla de Fortaleza. Como minha família era muito pobre tive que trabalhar cedo e fazia curso no Senac para me aperfeiçoar na área de departamento pessoal, que era aonde eu trabalhava no restaurante, foi quando vi o anúncio no Senac sobre o concurso da FAB. Fiz o curso de arquivo, que era o mais rápido e a FAB estava precisando de especialidade e prestei o concurso no ano seguinte. Entrei em 1990, minha turma foi a oitava de sargentos de carreira. Sempre tive muito foco com a minha necessidade de um emprego melhor, ganhava salário mínimo e precisava ajudar em casa. (SO ELIZABETH, 13 DE JUNHO DE 2017)

As dificuldades de trabalho também são destacadas pela segunda SO, que confirmam uma busca por trabalho na sua época e a FAB serviu como o local da oportunidade para a mesma, conforme relato abaixo:

(...) Sou formada em Biblioteconomia pela UFPA, natural de Santerém-Pa, casada, tenho dois filhos. O que me levou a entrar na FAB foi a oportunidade de emprego na época e minha família deu apoio. Entrei através de concurso, na época não tinha processo de seleção via currículo, meu quadro era o QFG, Quadro Feminino de Graduados da Aeronáutica. A minha turma foi a de 1990. Foi a última turma, depois o quadro feminino foi extinto. E depois as mulheres passaram a se formar como é hoje, na EEAR, junto com os homens. (SO EDILAIR, 13 DE JUNHO DE 2017)

As mulheres viam na FAB a oportunidade de conquistar seu espaço, não só no campo militar, mas também nos diversos campos. Conforme a 1º tenente Edilene Silva cita em sua entrevista

(...) Sou Pedagoga, natural de Belém-Pa, casada, tenho dois filhos. O que me levou a entrar na FAB foi a oportunidade salarial, e eu já havia tentado concurso e não havia passado. Entrei através de seleção de currículo, a minha turma foi de 2011, meu quadro é o primeiro quadro de magistério do QOCON de Oficiais Temporários, me deu oportunidade de ganhar mais experiência na minha área, ainda estou na ativa. (1º TEN EDILENE SILVA, 07 DE JULHO DE 2017)

Os quartéis: estranhamento e adaptações da construção social da mulher-militar

A carreira militar pressupõe disciplina, treinamento, preparo, a pressão é algo comum faz parte do treinamento, conforme SO Elizabeth:

(...) A pressão da escola nunca me assustou, sempre pensava: eles não vão me matar então o resto eu aguento. O pior mesmo foi ficar muito tempo sem ver a minha família. Eu tinha só 19 anos e a escola era em Belo Horizonte, não tinha dinheiro para ir visitar a minha mãe durante o curso e meu pai morreu quando eu tinha 3 anos e só éramos eu minha mãe e duas irmãs. (SO ELIZABETH, 13 DE JUNHO, 2017)

Para a militar entrevistada, era preciso fazer adaptações em suas vidas, pouco a pouco tornavam-se mais militar, trabalhar o tempo estudando era preciso pois existia classificação e a pontuação era primordial, de acordo com a entrevista da TC Verônica, abaixo:

(...) O tempo livre que tínhamos era mais pra estudar, como eu estava disputando a vaga para o Rio, então o tempo livre que eu tinha era estudando. Aí depois da quarentena os finais de semana procurava ver a família porque Minas Gerais é mais pertinho, mas não tive muita oportunidade de conhecer a cidade. [...] Sentia saudades da minha família, nunca tinha ficado tanto tempo longe.[...]Várias turmas já

tinham formado, então não tivemos muita dificuldade, no CIAAR em Belo Horizonte, já estava estruturado para receber mulheres. As dificuldades que a primeira turma passou nós não passamos. (TC VERÔNICA, 06 DE JUNHO DE 2017.)

A dificuldade era grande pois e existia um tempo da quarentena em que as alunas militares ficavam afastadas de casa e sem contato com a família, conforme o trecho da entrevista da SO Edilair existia um período para ser superado.

(...) Foram quatro meses do curso de formação, já entrava com a especialidade, no meu caso SAD, Administração. O curso era só pra adaptação a vida militar. BH é cidade longe de Belém, então durante todo o período do curso de formação, não vim a Belém. Diferente de quem era do Rio de Janeiro e São Paulo que era perto, e quase todo final de semana estavam em casa. No início o curso foi puxado, houve a quarentena onde não saímos da escola por 40 dias. Após esse período havia folgas no fim de semana. As nortistas e nordestinas só saíamos pra passear pela região próxima. A fase mais difícil pra mim foi o acampamento, realizado na AFA, em Pirassununga-SP, foi uma semana muito sofrida para todas, umas fraturaram o braço, outras torceram o pé, o frio era insuportável a noite, porque dormíamos em barracas no meio do mato. Os instrutores falavam pra gente desistir, sair da FAB, era uma pressão psicológica. Passar pela cabana com gás foi difícil, as provas que tínhamos que concluir eram puxadas. Treinamentos no meio da madrugada, muitas desmaiavam, passavam mal. Foi um período de superação. Quando acabou foi um alívio, a certeza era realmente agora somos militares. (SO EDILAIR, 13 DE JUNHO DE 2017)

A questão familiar ficava de lado, devido as exigências do curso, pois, a aluna militar tinha que se dedicar no período específico de cada curso para que pudesse se adaptar a profissão, conforme a tenente Edilene Silva nos afirmou “(...) Foi difícil pois minha filha tinha quatro meses e eu não pude amamenta-la normalmente. Pensei em desistir mas precisava do trabalho, pois tinha entregado o meu.” (1º TEN EDILENE SILVA, 07 DE JULHO DE 2017).

Esses momentos que muitas vezes deixam dor e vazio, experiências diversas, mas voltadas para um único objetivo ser militar, momentos delicados acontecem e precisam ter foco, superar a cada dificuldade. Conforme relato abaixo da 1º TEN LETÍCIA MAGALHÃES:

(...) Foi um momento bem delicado em minha vida, estava com um filho de quatro meses quando comecei todo o processo seletivo, meu leite materno secou devido o estresse e adrenalina do curso, posso dizer que me superei, adoeci dos joelhos sentia muitas dores me impossibilitando de fazer o teste físico final e acabei sendo a zero último da minha turma, mas quando lembro que minha nota foi igual ou próximo a de muitos colegas de turma que fizeram o teste físico e as prova teóricas, fico feliz porque sei que se não fosse os joelhos bichados eu tiraria uma boa colocação, mas creio que Deus tem planos para todos nós. Após a caserna, encaramos a realidade do quartel e nossas especialidades, no caso a minha é magistério, sou professora de história, e o local de trabalho é a escola Tenente Rêgo Barros, da qual me orgulho de poder lecionar para esses alunos, pois um dia sonhei em estudar nela, mas não consegui e hoje Deus realizou meu sonho. Tive momentos difíceis durante o trabalho, momentos tristes também, perdi minha mãe com câncer em 2013, ficou internada e eu ia de casa para o quartel, do quartel (escola) para o hospital e assim fiquei por 5 meses, e eu tinha que continuar por mim, pela minha família e por ela, e em seguida em 2014 perdi meu segundo filho, Samuel, nasceu morto, dessa vez pensei em desistir pois achei que não ia aguentar a pressão da vida militar, de ser profissional, de ser mãe, esposa e dona de casa. Mas superei e Deus me deu forças. Aprendi muito, experiências que vou levar pra vida toda. (1º TEN LETÍCIA MAGALHÃES, 28 DE JUNHO DE 2017)

Um dos questionamentos que se ressalta na atualidade, principalmente, no âmbito das instituições militares é sobre o papel Mulheres. Será que elas devem desempenhar as mesmas atividades que os homens? O fato é que a carreira militar hoje, por força constitucional, permite a entrada das mulheres nas Armas, porém, ainda existem pessoas que são a favor e outras que são contra a entrada das

mulheres, atribuindo de certa forma, um papel delimitado a partir da questão de gênero.

Vejamos alguns comentários das entrevistadas que mostram que existe ainda as mulheres que se colocam nessa situação de frágeis. Uma percepção que talvez dificulte que o gênero feminino mostre sua capacidade de realizar certas profissões. Conforme relato abaixo:

(...) tem algumas mulheres que fazem questão de demonstrar fragilidade. Que não podem fazer isso ou aquilo acho que isso só contribui para os homens acharem que não somos capazes podemos dar voz de comando tanto quanto eles. Ficar com vergonha de comandar uma tropa ou não aprender a fazer isso só nos faz parecer inferiores. Acham que lugar de mulher é na burocracia. Podemos desempenhar qualquer especialidade. Já vi uma sargento subindo em poste para fazer reparos porque a especialidade era elétrica. Sem problemas. Mas isso não serve para todas. [...] Gostei de fazer parte do Pelopes, gosto de adrenalina de fazer rapel. Gostei muito de voar de helicóptero. Sempre procurei aprender e fazer bem feito o meu trabalho. Seja ele qual for. Acho que por isso sempre fui bem vista pelos meus superiores. (SO ELIZABETH, 13 DE JUNHO, 2017)

Para a SO Edilair as mulheres estão cada vez mais inseridas na carreira militar e que são capazes de desenvolver qualquer atividade. Conforme fragmento de sua entrevista:

(...) Hoje as mulheres na carreira militar estão cada vez mais fortes, com exceção das áreas de combate, as mulheres podem desempenhar qualquer função. Elas desempenham os cargos previstos nas mesmas condições dos oficiais ou graduados do sexo masculinos e concorrem às promoções em condições de igualdade com os homens. Nesse sentido, o critério de avaliação de desempenho profissional não discriminam o sexo, tampouco restringem o acesso aos postos mais elevados da carreira. Nesse sentido, estão em condições iguais. Todas recebem a mesma instrução militar básica ministrada aos homens. Participam de marchas, acampamentos, exercícios de tiro, jogos de guerra,(em computadores) e manobras logísticas na esfera de suas especialidades. Sem falar que a estabilidade e os salários melhores do

que os oferecidos na iniciativa privada, estão levando cada vez mais as mulheres optarem pela carreira militar. [...] Hoje já não são vistas com ar de inferioridade, estão em pé de igualdade com os homens, sendo reconhecidas com seus próprios méritos. A elas são confiadas tarefas que antes não poderiam exercer. Hoje temos piloto mulher na FAB, temos mecânicas de bandas, que antes eram atividades exercidas só por homens. (SO EDILAIR, 13 DE JUNHO DE 2017)

Um dos militares masculinos entrevistados relata que as mulheres são capazes de desenvolver e produzir tanto quanto os homens e que vieram para somar ao serviço militar, não existindo diferença entre homens e mulheres. Uma visão interessante, mas, que caberia mais pesquisa, observemos o relato abaixo:

(...) As mulheres contribuem, sobremaneira, para o bom andamento dos serviços nas diversas especialidades na FAB. Tenho contato direto com essas profissionais, e vejo que são capazes de produzir tanto quanto produzem os homens. Não vejo diferença entre homens e mulheres militares. Vejo que há peculiaridades que as mulheres não podem exercer, ainda, na FAB, por exemplo: na Infantaria ... no EB, este ano entrou a primeira turma de mulheres nas Armas (infantaria, bélico...) quebrando certos paradigmas. [...] Dependendo de cada indivíduo, alguns possuem sim a capacidade de assimilar certas pressões. Nesse contexto, durante 31 anos de FAB vi homens que pediram pra sair, mas vi homens que suportaram. Vi mulheres chorarem, mas vi mulheres sorridentes e que assimilaram bem a pressão. (1 S BRUNO, 19 DE JUNHO DE 2017)

Para o 1º TENENTE Rafael as mulheres tem todo o direito e a qualidade de exercer a profissão militar, porém, existe uma diferença nas questão física, como a questão de atividades que necessitam da força física, mas, tanto homens, como mulheres apresentam capacidades iguais. No entanto, o Oficial ressalta que a reação das mulheres é diferente, “são emotivas”:

(...) As mulheres tem todo direito e qualidade de exercer a missão, a diferença na vida militar se dá pelo Posto ou Graduação e não pelo sexo, porém normalmente não efetuam trabalhos que necessitem muita força física, como carregar pesos. Há distinção nas exigências físicas, ou seja, a quantidade de repetições exercícios físicos é inferior à quantidade exigida aos homens. A capacidade é a mesma, mas a reação é diferente. Normalmente as mulheres são mais emotivas, porém isso é uma característica boa. Os homens e as mulheres são iguais no que tange aos direitos e assim são tratados no meio militar, no entanto são diferentes fisicamente e fisiologicamente. [...] Não digo limitações, Diferenças físicas por conta de massa muscular e fisiológicas. Um exemplo é a forma de fazer flexões dos membros superiores. Mas já vi diversas vezes algumas mulheres fazerem tal exercício da mesma forma que os homens. (1º TEN RAFAEL, 16 DE JUNHO DE 2017.)

Uma entrevista interessante que apresenta indícios de uma visão sobre o trabalho feminino nas Instituições Militares. Nesta visão, é possível perceber que as mulheres são “emotivas”. Um detalhe da sua personalidade que na percepção do Oficial entrevistado acima, influencia no trabalho feminino.

Considerações finais

O presente trabalho buscou mostrar parte da história e memória da mulher na Força Aérea Brasileira em Belém do Pará, no período de 1981-2017, através de uma análise inicial importante para pesquisas futuras sobre o papel feminino dentro de Instituições de “origem masculina”, como as Militares, com foco específico para Força Aérea Brasileira.

Um espaço social que é possível estudar o debate sobre gênero e “resgatar” o papel histórico-social das mulheres na caserna, e inclusive do ponto de vista regional. Estas mulheres estavam envolvidas num universo militarizado que nos mostra práticas sociais e possibilita construirmos uma compreensão de heranças históricas que marcam as relações, mediações, conflitos entre homens e mulheres na FAB, no contexto dos anos de 1980 e 1990, assim como nos dias atuais.

Desse modo, busco mostrar a participação das mulheres no contexto de transformações sociais e políticas no país e também em um contexto de pós modernidade, focando na inserção e representatividade das mulheres nas corporações militares brasileiras, no caso específico da Força Aérea Brasileira.

Referências

ADÂO, Maria Cecília Oliveira; MATHIAS, Suzeley KAlil. *Mulheres e vida militar*. IN: Cadernos Adenauer XIV, nº 3, 2013.

BASSANESI, Carla. Revista Feminina e o Ideal de Felicidade Conjugal (1994). IN: Cadernos Pagu Trajetória e Sentimentos, 199 .p.14.

CANSAÇÃO, Elsa. E foi assim que a cobra fumou. Rio de Janeiro: Imago, 1987. p.43 e 50

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA. Casa Militar, 100 anos. 1917/2017: um século de história servindo à sociedade e protegendo pessoas. Belém: Governo do Estado do Pará, 2017.

CASTRO, Celso. O espírito militar: um antropólogo na caserna. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.; 2004.

_____. Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.; 1995.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 1988.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1980. Lei 6.807 de julho de 1980. Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM)

_____, 1981. Lei 6.2924, de 29 de junho de 1981 que trata da Criação do Corpo Feminino da Reserva da

Aeronáutica, CFRA- QFO e QFG, saindo como 2º Tenente, 3º sargento e Cabos.

_____, 1989. Lei nº 7.831, de 2 de outubro de 1989. Trata sobre a entrada da criação de quadros no Exército para mulheres.

GOFFMAN, Irving. Características das Instituições totais. *In*: ETZIONI, Amitai. Organizações complexas: estudo das organizações em face dos problemas sociais. São Paulo: Atlas, 1973. p.p. 303-331.

FARIAS, Willian Gaia. O alvorecer da república no Pará (1886-1897). 1ª edição. Belém: Açaí, 2008.

KEEGAN, John. Uma história da Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 1974. P.p. 16-19.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 5ª ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2003.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. A estrutura militar no Grão-Pará setecentista. *In*: BEZERRA, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar. (org) Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia. Belém: Paka-tatu, 2002.

MAGNOLI, Demétrio. No espelho da Guerra. *In*: MAGNOLI, Demétrio. (org) História das Guerras. São Paulo: Contexto, 2006.

MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. Histórico da Polícia Militar do Pará: desde do seu início (1820) até 31 de dezembro de 1839. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1940.

MUSUMECI, Soares Barbosa; MUSUMECI Leonardo; com Luciane Patrício e Angélica de Faria Silva. Mulheres Policiais: a presença feminina na Polícia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005. 9p.27-29)

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história Tradução Viviane Ribeiro. Bauru. SP: EDUSC, 2005.p.17-18.

SANTOS, Lauciana Rodrigues dos. A participação das mulheres nas Forças Armadas Brasileira: um debate contemporâneo. Marília-São Paulo. PPGCS/Unesp.2009. Disponível em [:http://www.uel.br/pos/mesthis/abed/anais/LaucianaRodriguesdosSantos.pdf](http://www.uel.br/pos/mesthis/abed/anais/LaucianaRodriguesdosSantos.pdf)Acesso em: 12 de maio de 2017.

SILVA, Cristina Rodrigues da. Gênero, Hierarquia e Forças Armadas: um estudo etnográfico acerca da presença de mulheres nos quartéis. Monografia. UFSCar, 2006.

STEARNS, Peter N. História das relações de gênero (tradução Mirna Pinsky), São Paulo: Contexto, 2007.

TRINDADE, Alyne Alves. As herdeiras de Maria Quitéria: 20 anos da presença da mulher no Exército. *Revista do Clube Militar*. ANO LXXXV, nº 44, fev/mar/abril. Rio de Janeiro. p.8, 2012.

Jornais:

Jornal Notaer, ANO XXXIX, nº 3, março, 2016.

Entrevistas:

TC **Verônica** Lemos Guerra Salame, 06 junho de 2017.

1º TEN **Rafael** Henriques, 16 de junho de 2017.

1º TEN **Edilene** Nazaré Pereira Meirelles da **Silva**, 07 de julho de 2017.

1º TEN Sandra **Leticia Magalhães** Gaudêncio, 05 de junho de 2017.
SO **Edilair** Branches Vasconcelos Gomes, 13 de junho de 2017.
SO SAD **Elizabeth** de Araújo Risuenho, 13 de junho de 2017.
1S Reinaldo **Bruno** Nascimento de Menezes, 19 de junho de 2017.

Sites:

www.brasil.gov.br

www.fab.com.br

A segurança pública e o policiamento ostensivo: uma análise da relação das nomenclaturas pelo viés jurídico e histórico

Jorge Fabricio dos Santos*

Introdução

A segurança pública é hoje um assunto em evidência em todos os meios sociais, desde conversas em bares, pelos meios de comunicações impressas, televisivas ou pela internet, até no meio acadêmico, onde são discutidas por “especialistas” de diversas áreas do conhecimento científico, os problemas, soluções, formas de realizá-la, e principalmente os culpados, pelo sentimento de insegurança social vivido no Brasil.

Dentre as várias discursões acerca da Segurança Pública, destaca-se a ação das policiais no enfrentamento da criminalidade, em especial a Polícia Militar, enquanto órgão, em tese, responsável por resolver essa demanda social. Órgão este que rotineiramente atua com questionável eficácia e efetividade e que, constitucionalmente, detém função jurídica definida, mas que socialmente, é cobrada extensivamente, pelas mazelas sociais que a população sofre.

A premissa principal deste estudo acadêmico é apresentar uma visão jurídica e histórica das policiais militares, tendo como exemplo a Polícia Militar do Pará, quanto a sua atribuição, fazendo contraponto com a segurança pública, e verificar como essa visão interna e social, pode impactar a atuação deste órgão público e a segurança pública.

Desenvolvimento

Segurança Pública: algumas definições

A segurança pública detém várias definições, que de acordo com o tempo e o espaço, variando de país para outro, bem como em relação aos valores sociais, os quais podem expressar anseios diversos. Há conceitos de inúmeros ramos do conhecimento, e principalmente, dentro da seara do Direito.

Atualmente, o conceito jurídico está expresso no art. 144 da Constituição Federal, que todos os agentes de segurança pública o repetem como um mantra:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

(BRASIL, 1988)

Este conceito legal define a segurança pública por meio dos órgãos públicos que a executam, o qual detém o dever jurídico representando o Estado Brasileiro, e esse dispositivo constitucional ainda socializa a responsabilidade com a sociedade de modo geral, restringindo a segurança pública à “preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”.

Neste conceito fica óbvio que o constituinte optou por colocar a segurança pública como uma atividade estatal e focada em sua maioria nos órgãos policiais. Opção esta que veio a redefinir o que a sociedade entende por segurança pública e a quem deve se socorrer quando sentir-se ameaçada diretamente

em seus direitos mais básicos, como liberdade, vida, propriedade e incolumidade física.

A Constituição Federal distribuiu as competências de cada órgão (seja federal, seja estadual, e ainda o único órgão municipal), orbitando ao redor do delito penal, seja prevenindo, seja reprimindo, além da previsão da defesa civil (Corpos de Bombeiro Militar) e segurança viária (órgãos de trânsito).

Alguns estudiosos das ciências sociais veem a segurança pública por outro viés. Beconchea *et al* (2004) dizem que:

A segurança pública é um processo sistêmico e otimizado que envolve um conjunto de ações públicas e comunitárias, visando assegurar a proteção do indivíduo e da coletividade e a aplicação da justiça na punição, recuperação e tratamento dos que violam a lei, garantindo direitos e cidadania a todos. Um processo sistêmico que envolve, num mesmo cenário, um conjunto de conhecimentos e ferramentas de competência dos poderes constituídos e ao alcance da comunidade organizada, interagindo e compartilhando visão, compromissos e objetivos comuns; e otimizado porque depende de decisões rápidas e resultados imediatos. (BECONCHEGA *et al.*, 2004, p.119)

Nesta visão a ação da sociedade equipara-se à estatal, empoderada de forma que as pessoas possam chegar ao gozo pleno da cidadania. Esta definição também supera a visão policial da segurança pública, tratando-a como sistêmica, podendo e devendo aplicar meios diversos.

Dentre os conceitos doutrinários, Baptista (2003, p. 155) define a Segurança Pública de forma mais abrangente, “A segurança é um estado, no qual a sociedade não está submetida a ameaças, sejam elas de origem política, econômica, militar ou social, não existindo, desta forma, obstáculos ao progresso e ao bem-estar”. Esta visão segue um enfoque de segurança nacional, vendo a segurança de maneira a relacionar-se a todos os fatores que condicionam a promoção de vários direitos individuais e sociais.

Santiago (1993) conceitua segurança pública como,

[...] o grau relativo de tranquilidade que compete ao Estado proporcionar ao cidadão, garantindo-lhe os direitos de locomoção, vida, [propriedade](#) e zelando pela manutenção dos costumes e dos princípios de moral social. Ou, em outras palavras, é a manifestação do poder do Estado fundamentada na ordem jurídica, objetivando o exercício da força na garantia do direito. (SANTIAGO, 1993, p. 04)

A definição de Santiago coaduna com a definição constitucional de Segurança Pública, ao estabelecer o Estado como promotor de direitos fundamentais, principalmente proteção à vida e à liberdade.

Outra definição que corresponde a visão de atuação policial é a cunhada por Lazzarini (2000) que a considera como,

O estado antidelitual que resulta da observância dos preceitos tutelados pelos códigos penais comuns e pela lei das contravenções penais, com ações de polícia preventiva ou de repressão imediata, afastando-se, assim, por meio de organizações próprias, de todo perigo, ou de todo mal que possa afetar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade das pessoas, limitando as liberdades individuais, estabelecendo que a liberdade de cada pessoa, mesmo em fazer aquilo que a lei não veda, não pode ir além da liberdade assegurada aos demais, ofendendo-a. (LAZZARINI, 2000, p 119)

Para este autor, a Segurança Pública é, em essência, o respeito às leis em vigência e a ausência do crime e demais infrações legais, indo desde inexistência de uma infração de trânsito até crimes contra a vida. Obviamente, é um conceito utópico, já que vislumbra uma sociedade ideal em que o crime não tenha existência, simplesmente pelo emprego do aparato policial, quer em atividades preventivas, seja em ações repressivas.

Assim, o conceito de Lazzarini (2000) estabelece a Polícia como órgão central da promoção da Segurança Pública, uma verdade bastante questionável, frente às condicionantes sociais e psicológicas que levam as pessoas a cometer delitos ou desrespeitar as leis.

Corroborando esse pensamento, Soares L (2006) acrescenta que,

Essa característica implica a circunscrição da problemática, da qual se deriva a necessidade da implantação de políticas específicas, que não deveriam confundir-se com a mera repressão ou com a simples ação policial – ainda que ela seja, evidentemente, também necessária. (SOARES, 2006, p.93)

O iminente especialista e ex-Secretário Nacional de Segurança Pública destaca que são as políticas de segurança pública, semelhante às de saúde e de educação, que devem trabalhar esse tema, ultrapassando a ação repressiva do órgão policial.

Embora, ainda assentada na atuação coercitiva do Estado, Santiago (1997) inova destacando que a Segurança Pública é medida pela tranquilidade relativa, não absoluta, mas sendo o Estado responsável por mantê-la, por meio das leis existentes e respeitando os princípios éticos da sociedade.

Silva D (1963) e Soares O (2006) comungam da ideia de que a Segurança Pública é a defesa de direitos individuais fundamentais, sendo intermediado pelo estado, que utilizando o Poder de Polícia, restringe direitos em prol de toda a coletividade. Equipara-se ao direito à educação e à saúde, de acordo com Silva A (2014).

Saindo do enfoque policial, há autores que compreendem a Segurança Pública como o resultado de ações que ultrapassam o aparato policial. Sette Câmara (2002) subverte o conceito muito forte até meado dos anos 2000, e, enquanto Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará, de modo,

que a segurança pública depende de fatores externos à ação policial, passando por promoção de outros serviços públicos, como iluminação pública, asfaltamento, dentre outros. Então, nesta forma de observar a segurança pública, quando determinados serviços não são recebidos pela população, há séria possibilidade do cidadão ser vítima de delitos.

A ordem pública

Conceito relacionado à eficácia da segurança pública é a Ordem Pública, pois a existência desta última, sendo positiva ou negativa, impacta diretamente a sociedade.

Para Lazzarini (1998), a ordem pública é objeto da segurança pública, que calcada nos valores éticos de determinada sociedade, reflete-se na relação harmoniosa e pacífica dos membros dessa sociedade. Este elemento social representa um ideal sempre buscado pela sociedade, e obrigatoriamente perseguido pelo Estado.

Seguindo essa mesma premissa, Monjardet (2003), ao estudar as várias formas de agências policiais no mundo, destaca que a ordem pública efetivada pela polícia não se traduz pela dominação, porém pela tranquilidade. Compreendendo que a função estatal é manter ambiente de saudável convivência entre as pessoas.

Mais a diante, Lazzarini (2008) destaca que,

[...] “o constituinte de 1988 procurou valorizar o principal aspecto da ordem pública, a segurança pública, sendo esta exercida em função daquela, como seu aspecto, como seu elemento, como sua causa.” Diz ainda que a ordem pública é “efeito de causa da segurança pública” (LAZZARINI, 2008, p. 538).

Lazzarini estabelece, ao verificar o texto constitucional, a dependência da Segurança Pública em relação à Ordem pública,

na medida em que o objetivo de existência da Segurança Pública é proporcionar a Ordem Pública.

Marcineiro (2007) reforça tal entendimento, destacando que a Ordem Pública é gênero, que é composta, além da segurança pública, da tranquilidade e também salubridade públicas.

O conceito normativo de Ordem Pública veio antes da previsão constitucional de 1988, por meio do Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, no item 21 do art. 2º, com a seguinte redação,

Ordem Pública - Conjunto de regras formais, que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis, do interesse público, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo poder de polícia, e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum. (BRASIL, 1983)

Impregnado de valores nacionalistas, esta definição surgiu no auge do regime de exceção que imperava no Brasil, mantido pelos militares federais. Extremamente positivista, neste prisma a Ordem Pública subordinava-se a previsão das normas e no fiel acatamento da legislação vigente, entretanto buscando como fim também o bem estar social, sob a tutela dos órgãos policiais.

Na mesma toada, Meirelles (1987) diz que é o Estado que deve assegurar a Ordem pública, entretanto de modo geral, aliado à própria sociedade como um todo.

Jesus (2006, p.66) brilhantemente deduz essa realidade da criação normativa do conceito de Ordem Pública e descreve que a mesma “é a concretização, em tempo e lugar determinados, dos valores convivenciais postulados pela ordem jurídica, a qual deve balizar o emprego do poder de polícia.” O que o estudioso nos repassa é que a Ordem pública, como a maioria dos conceitos sociais, varia no tempo e no espaço, e conforme valores morais de determinadas sociedades, a mesma vai se amoldando, de forma a se adequar ao que a sociedade espera da Ordem Pública,

legitimando a atuação policial, nas liberdades sociais, por meio de uma organização mínima, como defende Moreira Neto (1990).

Cretella Junior (1978, p. 370), como muitos estudiosos da área que estabelecem a relevância fundamental da moral para Ordem Pública, chega à conclusão de que “a noção de ordem pública é extremamente vaga e ampla. Não se trata, apenas, da manutenção material da ordem na rua, mas também da manutenção de uma certa ordem moral.”

Assim, observa-se que a Ordem Pública é o objetivo final da Segurança Pública e esta é subordinada aos valores éticos da sociedade, que legitima a ação do Estado pelo Poder de Polícia, e sintetiza-se na boa convivência das pessoas em sociedade, respeitando as normas jurídicas.

Policciamento ostensivo

Inicialmente, é importante destacar que o policiamento ostensivo foi apresentado juridicamente no Decreto nº 88.777/83, o qual aprovou o regulamento para as policiais militares e corpos de bombeiros militares, que em seu art. 2º o define,

Policciamento Ostensivo - Ação policial, exclusiva das Polícias Militares em cujo emprego o homem ou a fração de tropa engajados sejam identificados de relance, quer pela farda quer pelo equipamento, ou viatura, objetivando a manutenção da ordem pública. (BRASIL, 1983)

Do conceito legal apresentado, depreende-se que o policiamento ostensivo é atividade inerente à polícia militar, cabendo somente a esta instituição executar esta atividade, mas sendo condição essencial o uso de uniformes, materiais (equipamentos, viaturas, etc) que o identifique como tal, sendo que o objetivo final seja a manutenção da ordem pública.

Segundo o Manual Básico de Policiamento Ostensivo da Polícia Militar de São Paulo –M-14-PM (1997), o policiamento ostensivo possui como características: é uma ação pública (prevê atendimento de toda a comunidade a que serve), é provida de totalidade (deve abordar aspectos preventivos e repressivos), dinâmica (é uma atividade constante, com planejamento sempre atualizado), legalidade (tem como parâmetro de atuação a própria lei) e ação de presença (física do policial no local da atividade e a capacidade de comparecer ao local quando se fizer necessário).

No entanto, é na Constituição Federal de 1988, que a atividade de policiamento ostensivo passa a constituir de forma geral a atribuição principal da polícia militar, já previsto no art.144, §5º, “Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública;”. Neste dispositivo constitucional, colocou-se a preservação da ordem pública em paralelo ao policiamento ostensivo, embora a primeira esteja condicionada ao segundo, quando tratar-se da atuação de polícia.

Após compreender o que seja o policiamento ostensivo e a segurança pública, vê-se que são atividades distintas e que possuem relação direta. Na concepção atual de Segurança Pública esta é atividade exercida por vários órgãos estatais, e não somente pela polícia e pelos órgãos de segurança pública, os quais trabalham de maneira sistêmica. Assim, compreende-se que o policiamento ostensivo exercido pela polícia militar é uma parte do todo, segurança pública.

O ideal de manutenção de Ordem Pública ser mantida pelos órgãos policiais não é recente, Bayley (2001), verificando a natureza da atividade policial ao redor do mundo, discorre que,

[...] Historicamente a ordem pública tem sido mantida por cavaleiros na Europa medieval, samurais no Japão, vigilantes nos Estados Unidos da América, ‘bandos treinados’ entre os índios Cheyenne, potwaris na Índia, haus na China e hundreds na Inglaterra. Será que essas organizações podem ser consideradas ‘policiais’[...]? A menos que haja algum acordo ao significado de

‘polícia’ [...] quaisquer generalizações a respeito da polícia podem ser contestadas [...]. (BAYLEY, 2001, p. 19).

Assim, manutenção da Ordem Pública parte sempre da ação policial, mas não necessariamente é atividade executada somente pelo órgão policial sem auxílio de outras entidades, pois no atual contexto a própria população é participe no fazer Ordem Pública, na medida em que esta é o destinatário final da Segurança Pública.

Divergindo de Bayley, Monet (2001) segue raciocínio contrário, quando analisa as entidades policiais europeias, informando que a função policial que se concebe hoje no mundo moderno é uma construção atual, pois anteriormente a função de polícia era somente de controle social e manutenção do *status* da elite dominante.

O Brasil não fugiu deste padrão, pois recentemente na história nacional a polícia serviu apenas de perseguir as camadas sociais menos privilegiadas, mantendo a estrutura do poder político de forma inalterada, principalmente na Era Vargas e depois no período de Exceção, como discorrem Pedroso (2005) e Cancelli (1993).

Desta forma, ao se analisar a segurança pública com o policiamento ostensivo, Bulos (2008, p. 1176) assevera que “[...] a segurança pública não se resume a uma questão de polícia. Tanto é assim que a Constituição enuncia, no preceito em epígrafe, que ela é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos.”. Em comentar que não é questão privativa da polícia resolver o problema de segurança pública, mas de toda a coletividade, como bem prevê o texto constitucional, Bulos não tira o dever estatal em promovê-la, mas apenas socializa a responsabilidade com todas as pessoas - sejam pessoas físicas ou jurídicas - de se portar conforme a Ordem Social e evitar realizar ações que venham a prejudicá-la.

No mesmo sentido, Ferraz Jr (1990) corrobora esta assertiva, fazendo a observação de que,

[...] devemos conscientizar-nos de que os temas da segurança pública não pertencem apenas às polícias, mas dizem respeito a todos os órgãos governamentais que se integram, por via de medidas sociais de prevenção ao delito. A comunidade não deve ser afastada, mas convidada a participar do planejamento e da solução das controvérsias que respeitam a paz pública. (FERRAZ, 1990, p. 102).

Ferraz Jr vai mais além e acrescenta que a participação da sociedade não se resume a apenas receber os serviços de segurança pública e se portar dentro das normas de boa convivência social, mas de portar-se de forma direta no planejamento das ações governamentais, seja sugerindo, seja monitorando as práticas estatais.

Visão sistêmica da Segurança Pública: percepções da sociedade e do PM

A Segurança Pública é sistêmica, sendo que a própria legislação paraense, veio a demonstrar que esta se materializa quando vários órgãos estatais atuam conjuntamente. Na Lei Estadual nº 7.584/11, no art. 1º está descrita a missão institucional do Sistema Estadual de Segurança Pública – SIEDS,

O Sistema Estadual de Segurança Pública, que passa a denominar-se Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, tem por missão institucional assegurar a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por intermédio dos órgãos que o compõem, garantindo a integridade e a segurança do cidadão. (PARÁ, 2011)

Mais adiante, no art.2º estão dispostas as funções básicas do SIEDS, que vai desde a atuação da polícia judiciária, passando pela atuação pericial, de trânsito, atividades de defesa civil, de

administração penitenciária, chegando à atividade de policiamento ostensivo em prol da ordem pública e segurança interna do Estado. Atividades inerentes aos órgãos previstos no art. 3º, V da referida lei estadual: Polícia Militar do Pará, Corpos de Bombeiros Militar do Pará, Polícia Civil do Estado do Pará, Departamento de Trânsito do Estado do Pará, Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará e Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves”.

Verificando a estrutura da Segurança Pública no Estado do Pará, chega-se à conclusão que esta é uma atividade sistêmica, já que é realizada por diversos órgãos, sendo que varias atividades são executadas, convergindo para o atendimento do bem estar da comunidade, sendo uma destas atividades, a de policiamento ostensivo, função esta exclusiva da Polícia Militar do Pará.

Em âmbito federal, a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SeNaSP vem pregando essa integração sistêmica entre os órgãos, inclusive nos diversos entes federativos, de modo que instituiu a Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública (BRASIL, 2014), com sua edição mais recente de 2014, onde são verificados eixos comuns a todos os órgãos e aqueles afetos as atribuições de cada um, como a segurança e ordem pública, segurança comunitária, defesa civil, polícia técnico-científica e polícia investigativa .

O art. 193 da Constituição Paraense já previra a organização sistêmica da segurança pública, ao definir as polícia civil e militar e ao corpo de bombeiros militar as atribuições, que posteriormente foi reforçada pela Lei Estadual nº 7.584/11, vindo a definir no art. 198 as competências da PMPA.

Art. 198. A Polícia Militar é instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, subordinando-se ao Governador do Estado e competindo-lhe, dentre outras atribuições prevista em lei:

I- o policiamento ostensivo fardado;

II- a preservação da ordem pública;

- III- a segurança interna do Estado;
- IV- a colaboração na fiscalização das florestas, rios, estuários e em tudo que for relacionado com a preservação do meio ambiente;
- V- a proteção do patrimônio histórico, artístico, turístico e cultural. (PARÁ, 1989).

Essas atribuições foram melhor descritas pela Lei Complementar nº 053/06 (Lei de Organização Básica da PMPA-LOB) , que em seu art. 1º já reforça que sua atribuição é o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, dentre outras atribuições, e no art. 2º, afirma que a corporação policial é parte integrante do sistema estadual de segurança pública, devendo atuar de maneira integrada aos outros órgãos do sistema, além de trabalhar em parceria com órgãos públicos e privados e com a própria comunidade para alcançar sua missão institucional, previsto no plano estratégico da PMPA (PARÁ, 2015)¹.

A integração, como salienta Silva e Guindani (2013), deve ser contemplado não somente dentro da política de segurança pública, mas todas aquelas que interagem e podem melhorar a segurança pública, como as de urbanismo, direitos humanos, meio ambiente e saúde mental, pois todos estes fatores impactam a atividade policial e, por conseguinte, a segurança pública.

Diante das previsões constitucional e legal, a Polícia Militar do Pará prevê sua atuação calcada na visão sistêmica, acreditando que ela é parte integrante de um grande esforço em prol da Segurança Pública. Tanto que em foi adotada a Diretriz Geral para Emprego Operacional da PMPA nº 001/2014-

¹ “Servir e proteger as pessoas e o patrimônio no território paraense, preservando a ordem pública, prevenindo as ações delituosas e integrando-se com a sociedade, através da polícia ostensiva e da promoção dos direitos humanos para garantir a paz social.” (PARÁ. Polícia Militar. **Plano Estratégico da Polícia Militar do Pará 2015/2025**. Estado Maior da PMPA. 6ª Seção do EMG – Planejamento e Orçamento. 1ª edição. Belém. PMPA-2015, p. 33.)

DGOp/PMPA, destacando que a atividade policial possui uma nova concepção que,

[...] é calcada no pensamento sistêmico, na sinergia entre os órgãos públicos, que passam a gerir de forma articulada as suas respectivas competências. Trata-se de um arranjo institucional complexo, que implica na redefinição de processos produtivos e introdução de modernas ferramentas de gestão. (PARÁ, 2014)

Diante do exposto, é claro um distanciamento entre a visão da sociedade acerca da atribuição real da Polícia Militar do Pará no tocante a segurança pública e sua atividade de fato exclusiva: o policiamento ostensivo.

Essa visão da sociedade, por mais estranha que possa parecer, também é entendida por vários policiais militares, os quais reproduzem suas atividades pautadas na “missão” institucional de promover a segurança pública, trazendo para si um responsabilidade impossível de se executar e ao mesmo tempo que torna perigoso o fazer policial, podendo levar este agente a cometer vários ilícitos, como abuso de autoridade, desvio de finalidade, ou mesmo usurpação do cargo/função pública, sendo que o resultado não será uma melhoria na segurança pública, porém acabará reforçando essa ideia equivocada sobre a polícia militar.

Em suma, como diz Souza (2009), a solução do problema em segurança pública não está no fazer policial, ou no sistema de justiça, mas na atuação da população, com adoção de novas ferramentas de gestão e mediação de conflitos. Em consonância com Souza, Mutz (2008) lembra que a alienação e o desconhecimento da população sobre a segurança pública e o fazer policial, as quais são condicionadas pelos fatores sociais diversos, não pode ser motivo para culpabilidade exclusiva das forças de cumprimento da lei.

A SeNaSP com o objetivo de verificar a Percepção da segurança pública realizou em 2013 a Pesquisa Nacional de

Vitimização (BRASIL, 2013), entretanto esta limitou-se ao tema “contato com a polícia” e dentro deste quesito avalia-se a polícia militar e polícia civil. Demonstrando que a própria SeNaSP, com certo contra-senso, condiciona as pessoas a avaliar a segurança pública pelo contato com as polícias.

Outra publicação de cunho nacional, que teve por escopo mensurar vários serviços, dentre estes o de segurança pública, foi o Sistema de Indicadores de Percepção Social 2012 (BRASIL, 2012) – SIPS, realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, o IPEA, quando realiza a construção destes meios de medição, se além aos crimes cometidos e todos os fatores que os envolve, seguindo aos itens “I. Sensação de insegurança no Brasil”, “Confiança nas instituições policiais brasileiras”, “II. Percepções sobre as organizações policiais no Brasil” e “V. Experiência anterior dos entrevistados com as instituições policiais.” Nos títulos dos itens está bastante claro como o órgão vê de forma limitada a Segurança Pública, sendo que no ano de 2014, a SIPS - Percepções da população sobre políticas públicas (BRASIL, 2014), no tocante a segurança pública deu novamente enfoque a atuação policial, não demonstrando interesse em outros aspectos relacionados à temática.

Em 2005, o Ministério das Cidades providenciou um sistema de indicadores urbanos, mediante a publicação da Construção do Sistema Nacional de Indicadores para Cidades (BRASIL, 2005), a fim de mensurar a qualidade de vida das pessoas nas cidades, sendo bem inovador a colocar a segurança ao lado de outros serviços como saúde e educação, bem como apresentar a segurança como atividade inerente aos outros órgãos, entretanto ao fazer a devida demonstração dos indicadores de segurança (e não de segurança pública), voltou-se exclusivamente a quantidade de crimes e número de delegacias, e dedicou boa parte do trabalho a atuação policial e a análise quantitativa de agentes públicos e materiais que os mesmos utilizam na atividade policial, deixando de lado as outras

atividades inseridas no campo da segurança pública, reforçando compreensão errônea acerca desse tema.

Por fim, o próprio Anuário Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2016 (FBSP, 2016) dedica quase a sua totalidade à demonstração dos crimes cometidos por regiões, faixa etária, percepção do trabalho policial, colocando indicies sobre encarcerados e aos gastos de agencias policiais. Essa predominância é até explicada pelo nível de criminalidade registrada no Brasil, porém uma publicação que se intitula como documento máximo acerca da segurança pública no Brasil não deveria limitar-se a esses aspectos.

A fim de verificar a percepção do policial militar do Pará quanto o que seja a segurança pública e o policiamento ostensivo, sua atividade profissional, foi realizado um trabalho de pesquisa com um grupo de policiais militares, os quais atualmente estão participando do Curso de Adaptação de Sargentos – CAS, um curso que os 2ª Sargentos PM fazem para ascender profissionalmente às graduações superiores (1º Sargento e Sub Tenente). A amostragem composta de 77 (setenta e sete) policiais militares responderam a um questionário estruturado, contendo 05 (cinco) perguntas sobre o tema pesquisado e em relação à escolaridade e idade.

Inicialmente, verificado o tempo de serviço prestado na PMPA pelos entrevistados, constatou-se que 84,4% possuem mais de 20 anos de serviços na corporação, sendo que somente 9,2% tem mais de 10 anos de serviço e 6,4% tem mais de 15 anos de serviço, demonstrando que em sua maioria os policiais entrevistados já ultrapassaram a metade da carreira profissional, possui vasta experiência, e por serem todos 2º Sargentos, tem grande ingerência na atividade policial, já que estes estão no comando de grupos policiais em viaturas ou mesmo comandando a PM em cidades do interior do estado, representando a visão genérica do policial militar que atende a população.

Também verificou-se previamente que dos entrevistados, 61% possuem nível médio de escolaridade, enquanto 36,3%

possuem nível superior e somente 1,3% tem o nível fundamental, constatando-se que o conhecimento a educação formal dos entrevistados em sua maioria permite compreender o que seja a segurança pública e o policiamento ostensivo, além de que todos já passaram em pelo menos 3 cursos de formação e aperfeiçoamento (Curso de Formação de Soldados, Curso de Formação de Cabos/Adaptação de Cabos e Curso de Formação de sargentos), e tiveram disciplinas nos referidos cursos que repassaram conhecimentos acerca do tema.

Sobre os questionamentos centrais da pesquisa, todos os 77 (setenta e sete) entrevistados responderam de forma unânime que a Segurança Pública é atribuição da PMPA, sendo que 84,4% dos entrevistados afirmam que segurança pública e policiamento ostensivo são sinônimos, são atividades semelhantes.

Seguindo os questionamentos, 96,1% afirmam que realizam a Segurança Pública na sua atividade de polícia militar, somente 3,9% entendem que não realizam segurança pública em sua atividade profissional.

Por fim, 89,6% dos entrevistados afirmam que realiza concomitantemente o policiamento ostensivo e segurança pública, e apenas 10,4% entendem que realizam apenas uma dessas duas atividades isoladas.

Assim, desta breve pesquisa infere-se que a visão de uma significativa e representativa parte do efetivo da Polícia Militar do Pará não consegue separar a Segurança Pública do policiamento ostensivo, por vezes entendendo como atividades iguais, bem como tal visão não reflete a formação do policial militar, na medida em que a formação e aperfeiçoamento destes agentes públicos de segurança em cursos ordinários detém disciplinas nesse sentido (Sistema de Segurança Pública e Policiamento Ostensivo Geral), influenciando, além da visão dessas atividades, o próprio exercício dessas atividades pelos agentes policiais e seus subordinados, reforçando a visão externa dos temas deste artigo.

Conclusão

Após a apresentação dos conceitos de segurança pública e policiamento ostensivo, e sendo destacados alguns pontos cruciais sobre a relação existente entre estes, pode se chegar a certas conclusões.

Primeiro, o entendimento de segurança pública possui vários conceitos, de acordo com o contexto social, seja jurídico ou social, criando certas divergências sobre a natureza do conceito, bem como quanto àquelas pessoas obrigadas a fornecê-la.

Em segundo lugar, fica esclarecido que a segurança pública é atividade sistêmica, ou seja, é partilhada por vários órgãos que compõe o sistema, mas que também merece auxílio de outros órgãos públicos, entidades privadas, e principalmente da própria comunidade, na medida em que esta é além de parceira, o destinatário das ações de segurança pública.

Também é detectado que tanto a sociedade, e no caso do Estado do Pará, os policiais militares comungam da mesma visão quanto a segurança pública, de modo a conceber que é atividade da Polícia Militar e que seja o mesmo que o policiamento ostensivo.

Por fim, chega-se a conclusão de que segurança pública e policiamento ostensivo são atividades diversas, mas que o segundo é realizado no objetivo de promover a ordem pública e o bem estar da população, que impactará diretamente na segurança pública.

Referências

BAPTISTA, Carlos Almeida. **Estrutura militar e imperativos de Segurança Nacional**. In: Rebelo, Aldo, Fernandes, Luiz (org). Política de Defesa para o século XXI. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de publicações, 2003.

BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento**: uma análise internacional comparativa. São Paulo: Edusp, 2001.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz *et all.* **A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã**. In: São Paulo em perspectiva, 18: 119-131, 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392004000100015&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 mai. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 05 jun. 2017.

_____. **Decreto-Lei nº 667 de 2 de julho de 1969**. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0667.htm> Acesso em: 07 junho 2017.

_____. **Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983**. Aprova o regulamento para as policias militares e corpos de bombeiros militares (R-200). Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d88777.htm>. Acesso em: 20 mai. 2017.

_____. Ministério das Cidades. **Construção do Sistema Nacional de Indicadores para Cidades**. NAHAS, Maria Inês Pedrosa (Coord.). Brasília: Ministério das Cidades, 2005.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Pesquisa Nacional de Vitimização. Questionário SENASP. 2013**. Disponível em:<
<http://www.crisp.ufmg.br/wp->

content/uploads/2013/10/Relat%C3%B3rio-PNV-Senasp_final.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**. PASSOS, Andréia da Silveira *et al* (orgs). Brasília: Senasp, 2014. 362 p.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **SIPS 2014: percepções da população sobre políticas públicas / Organizadores: Marcelo Côrtes Neri, Fabio Schiavinatto**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **SIPS 2012: segurança pública / Organizadores: Almir de Oliveira Júnior, Rafael Augusto da Costa Alencar**. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

BULOS, Uadi Lamêgo. **Constituição federal anotada**. 8.ed. rev. e atual. até a EC nº 56/2007. São Paulo: Saraiva, 2008.

CANCELLI, Elizabeth. **O Mundo da Violência: a polícia na Era Vargas**. Brasília: EDUNB, 1993.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Dicionário Administrativo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

FERRAZ JR, Tercio Sampaio. **Interpretação e estudos da Constituição de 1988**. São Paulo: Atlas, 1990, p.102.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016**. Disponível em:<<https://documentos.mpsc.mp.br/portal/manager/resource/sDB.aspx?path=2229>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

JESUS, José Lauri Bueno de. **Polícia Militar e Direitos Humanos**. Curitiba: Juruá, 2006.

LAZZARINI, Álvaro. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. In: MARTINS, Ives Gandra (Coord.); RESEK, Francisco (Coord.). **Constituição Federal: avanços, contribuições e modificações no processo democrático brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

_____. Polícia de manutenção da ordem pública. In: FAGUNDES, Miguel Seabra (org). **Direito administrativo da ordem pública**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

_____. **Temas de direito administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000

MARCINEIRO, Nazareno. **Introdução ao estudo da segurança pública**. 3.ed. rev. e atual. Palhoça: Unisul Virtual, 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes. Polícia de Manutenção da Ordem pública e suas atribuições. In: LAZZARINI, Álvaro. **Direito Administrativo da Ordem Pública**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e Sociedade na Europa**. São Paulo: Edusp, 2001.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia: sociologia da Força Pública**. São Paulo: Edusp, 2003.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Revisão doutrinária dos conceitos de ordem pública e segurança pública**. Porto Alegre: Unidade, 1990.

MUTZ, Ronaldo. **Ecossistema da constituinte na construção d uma polícia cidadã**. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES, 2008.

PARÁ. **Constituição do Estado do Pará de 1989**. Disponível em:<

<http://pa.gov.br/downloads/ConstituicaodoParaateaEC48.pdf>>.

Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. **Lei nº 7.584, de 28 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, e da reestruturação organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP, e dá outras providências. Disponível em:< http://www.segup.pa.gov.br/sites/default/files/lei-no-7.584-rest.segup_1.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2017.

_____. **Lei Complementar nº 053, de 7 de fevereiro de 2006**. Dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará - PMPA, e dá outras providências. Disponível em:<

<http://www.pm.pa.gov.br/sites/default/files/files/nova%20nova.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. Polícia Militar. **Diretriz Geral para emprego operacional da PMPA nº 001/2014 DGOp/PMPA**. Regula o Emprego Operacional da Polícia Militar do Pará. Disponível em:<

http://www.pm.pa.gov.br/sites/default/files/files/diretriz_geral_para_emprego_operacional.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017, p.8.

_____. Polícia Militar. **Plano Estratégico da Polícia Militar do Pará 2015/2025**. Estado Maior da PMPA. 6ª Seção do EMG – Planejamento e Orçamento. 1ª edição. Belém. PMPA-2015.

PEDROSO, Regina Célia. **Estado Autoritário e Ideologia Policial**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas - Fapesp, 2005.

SANTIAGO, Carlos Alberto. **Doutrina geral da polícia**. Florianópolis: CEPM, 1993.

_____. **Doutrina de Policiamento Ostensivo**. Florianópolis: CEPM, 1997.

SÃO PAULO. Polícia Militar do Estado de São Paulo. **Manual básico de policiamento ostensivo da polícia militar**. 3ª ed. São Paulo: PMESP, 1997.

SETTE CÂMARA, Paulo. **Reflexões sobre Segurança Pública**. Belém: Universidade da Amazônia, Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2002.

SILVA, Antonio Vital da. **Segurança pública: direito individual, coletivo e direito social**. 1 ed. São Paulo: Baraúna, 2014.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1963

SILVA, Eliana Sousa e GUINDANI, Miriam Krezinger A (orgs). Diagnóstico dos conselhos estaduais de segurança pública e de direitos humanos. In: FIGUEIREDO, Isabel Seixas de, NEME, Cristina e LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro (orgs.). **Políticas públicas: análises e diagnósticos**. Coleção pensando a segurança pública. Vol. 3. Brasília: Senasp, 2013. 376 p.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança pública: presente e futuro**. Estudos avançados 20 (56), 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n56/28629>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

SOARES, Orlando. **Comentários à Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05.10.1988. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de (Org.). **Políticas de segurança pública no estado de São Paulo**: situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

Batalhão SUEZ – O 18º contingente: Os meandros de um processo histórico em um contexto paraense

Emerson Luiz Tavares França¹

Introdução

Em 1956 o Egito ocupa e nacionaliza unilateralmente a região do Canal de Suez, daí a eclosão da Guerra do Sinai. Por se tratar de uma área conflituosa, a ONU intervém e, no intuito de evitar uma nova guerra de proporções mundiais, forma a I UNEF – *United Nations Emergency Force First* ou I FENU - Primeira Força de Emergência das Nações Unidas.

O Brasil tem sua participação na missão definida e assim é formado o III / 2º Regimento de Infantaria, posteriormente chamado de Batalhão Suez. De 1957 a 1967, os soldados brasileiros formaram 20 contingentes, finalizando a missão com a eclosão de uma nova guerra entre Egito e Israel: a Guerra dos Seis Dias. O décimo oitavo contingente especificamente apresenta-se relevante no contexto, pelo fato da inserção de jovens oriundos do solo paraense.

A pesquisa para além de apresentar a missão, propicia o desenrolar da mesma na visão dos militares paraenses, mais precisamente do 18º Contingente, visando com isso, além de demonstrar suas percepções e estranhamentos, como o contato com as culturas envolvidas no espaço advindo da UNEF gestou novas formas de domínio dos processos sociais em seus cotidianos.

A maneira como o estudo foi conduzido, remete a um quadro teórico que predominantemente aborda aspectos de uma história social, demonstrando a utilização de novas perspectivas, que estão presentes na **Nova História Militar Brasileira** de

* Graduado pela Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança. eltfranca@hotmail.com

Castro, Izecksohn e Kraay.

Há também que se considerar o estudo da oralidade na trajetória da pesquisa, onde, para Motta (História oral das operações de paz: missão em Suez/2010): “Entrevista, em História Oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo”.

A formação do canal e a crise

Entre 1859 e 1869 o Canal de Suez foi idealizado pelo então empresário e diplomata francês Ferdinand Lesseps (FERRER/2006) e também construído por um consórcio internacional liderado por França e Egito, o qual servindo de conexão entre os mares Mediterrâneo e Vermelho passou a ter importância fundamental geopolítica e econômica, pois encurtou distâncias e aproximou o continente europeu a Ásia e conseqüentemente aos mercados petrolíferos do Oriente Médio. Inicialmente com 163 km de extensão (agora possui mais de 190 km) e contando com 170 metros de largura e 20 metros de profundidade (BATALHAOSUEZ/2016), o canal está localizado em terras egípcias estendendo-se da cidade de Suez ao sul até Port Said ao norte, é o canal mais longo do mundo.

Em 1954 ascende ao poder no Egito, Gamal Abdel Nasser, fato que determinou mudanças nas orientações políticas daquele país. Em sua concepção, fortalecer e dinamizar a economia gestaria o desenvolvimento, e para tanto decide investir na geração de energia e para o êxito de seus planos, recorre aos EUA a fins de financiamento da construção da represa de Assuã, projeto para geração de energia do Alto Nilo. Em função do posicionamento político contrário a criação do estado de Israel e como represália, em 19 de julho de 1956 o governo norte americano nega tal investimento, e uma semana após, Nasser declara unilateralmente sua nacionalização justificando sua atitude como a maneira para a obtenção dos recursos necessários para a

empreitada, “Suez pagaria Assuã”. A partir de tal atitude uma sucessão de fatores políticos dava indícios de que a questão poderia tomar rumos catastróficos. Em 22 de setembro, França e Reino Unido – os sócios do consórcio administrado denominado *Companhia Universal do Canal Marítimo de Suez* - procuram o Conselho de Segurança das Organizações das Nações Unidas questionando a violação de seus direitos de concessão da área (LOPEZ/2006).

Paralelamente a nacionalização, o governo egípcio decide proibir a passagem de navios de bandeira israelense pelo canal e qualquer outro que pudesse comerciar com aquela nação, assim, aproveitando-se desta proibição além das diferenças já existentes quando da formação do estado judeu e a consequente formação de refugiados palestinos, ambos incitam este país a beligerar com Nasser, daí a eclosão da Guerra do Sinai. Dada a situação, a 31 de outubro os dois países europeus administradores do consórcio realizam ataques contra alvos no Egito para logo depois desembarcarem tropas em Port Said e assim ocuparem a zona do canal.

A questão árabe – israelense relaciona-se principalmente ao período da formação do estado deste último, quando do retorno de judeus de várias partes do mundo principalmente da Europa em função do movimento sionista e das perseguições sofridas por estes durante o período da segunda guerra mundial. Milhares de levadas de judeus migraram então para o local da antiga terra santa bíblica e sua presença, cada vez mais numerosa, gestou inúmeros conflitos com os povos da então Palestina. Para Hobsbaw (1995) ocorreu o “remapeamento” do Oriente Médio, obra gestada em grande parte pela influência do imperialismo britânico que, ansioso pelo apoio judeu durante a guerra, comprometeu-se com a criação da nova nação judia, o que foi vista então como “outra relíquia problemática”.

Para além da questão local, a situação global vivenciava o chamado período da Guerra Fria, onde os alinhamentos dos países, em dois blocos que se antagonizavam, um sob o comando

norte-americano capitalista e outro soviético socialista, davam a tônica na política internacional. A história deste período esteve reunida sob a égide peculiar do constante confronto entre as duas potências que emergiram da Segunda Guerra, desta feita foi na Ásia através de apoios e influências, que se configurou a maior zona de atrito e onde os conflitos armados explodiram. A conjunção, descrita como “planejado suicídio da civilização”, teve como consequência política a polarização do mundo em dois eixos “marcadamente divididos” (HOBSBAWM/1995) até a queda e esfacelamento do bloco socialista.

Um clima de máxima tensão nasceu do bojo deste conflito, pois envolvia os interesses das grandes potências do então: França, Inglaterra, EUA e URSS, quando no dia 05 de novembro a URSS remete um ultimato as duas potências europeias ameaçando um bombardeio caso as mesmas persistissem na invasão, em função disso os EUA aproximam-se do conflito e por seu turno fazem ameaças no campo econômico para a cessação da contenda. A questão, agora e mais do nunca, necessitava de uma solução rápida e de um mecanismo internacional interventor e com poder suficiente para promover o cessar-fogo e capaz de mediar tal conflito.

A ONU e a formação da UNEF

Nesta concepção, determinante foi a atuação da ONU para afastar a ameaça de uma 3ª grande guerra e também o perigo rondante à paz mundial. Em sua carta, caberia ao seu Conselho de Segurança o poder e a responsabilidade da manutenção da paz e segurança internacionais, entretanto França e Inglaterra vetaram as propostas levadas ao órgão por outros membros por apresentarem interesses diretamente envolvidos na questão. Assim em virtude do fracasso do Conselho a questão foi levada a Assembleia Geral da ONU (ONU/2016) (LIMA/2016), resultando na criação da UNEF - United Nations Emergency Force ou em língua portuguesa, Força de Emergência das Nações

Unidas (FENU), que foi a primeira força internacional de paz e era um órgão auxiliar criado pela Assembleia Geral da ONU, nos termos do art. 22 de sua carta (ONU/1945), direcionada pelo seu secretário geral, e a ela subordinada. Inicialmente a força foi composta por 10 países² e de acordo com Lopes (2006) a missão assentava-se na imparcialidade e na participação de países neutros para composição da força além da determinação de Dag Hammarskjöld que dizia que a UNEF – I deveria ser “constituída exclusivamente por forças de estado pequenas”, isso tudo em função dos interesses envolvidos na questão. Suas atribuições consistiam em Assegurar e supervisionar a cessação das hostilidades entre os inimigos; garantir a abertura do canal à navegação de todos os navios independente das diferenças; vigilância ininterrupta da ADL (Armistice Demarcation Line) ou Linha Demarcatória do Armistício, registrando as possíveis violações entre os lados e interpondo-se entre os mesmos, em resumo: promover a paz.

Motivações e pertinências da expedição

Após a formalização do convite da ONU, o governo brasileiro providenciou os mecanismos dentro da legalidade que viessem a possibilitar o compromisso assumido junto a esse órgão, neste contexto a portaria de número 197 conferia autonomia administrativa à unidade militar, o que em outras palavras criava de fato e de direito o III/ 2RI ou 3º Batalhão do 2º Regimento de Infantaria, o Batalhão Expedicionário (PUJOL/2014), que ficou conhecido como Batalhão Suez somente após o desembarque da tropa no solo egípcio e sua sede ficou localizada no Quartel do 2º RI na vila militar, Rio de

² Brasil, Canadá, Colômbia, Dinamarca, Finlândia, Índia, Indonésia, Iugoslávia, Noruega e Suécia, porém Indonésia e Finlândia retiraram-se em setembro e dezembro de 1957 respectivamente, a Colômbia fez o mesmo em dezembro de 1958.

Janeiro.

A contribuição brasileira à UNEF – I se deu ao longo de 10 anos (1957 – 1967), no ano de 1956 o presidente Juscelino Kubitschek, gestou um planejamento audacioso política e economicamente para o país, projeto este que perpassava pelas possibilidades advindas da missão Suez. Internamente sua política econômica era refletida pelo que ficou conhecido como nacionalismo desenvolvimentista que tendo como expoente o seu Plano de Metas, visava investimentos em setores estratégicos, como transportes, geração de energia, etc., para a promoção do desenvolvimento nacional. Foi o período dos “cinquenta anos em cinco”, e para conquistar êxito, buscou a captação de investimentos estrangeiros.

Externamente, a sua política era de alinhamento com os EUA, parceiro preferencial na busca por tais financiamentos; Europa e Japão também foram priorizados neste contexto que antagonizava ao bloco socialista em um contexto bipolar.

Quando do convite para a participação na FENU, o Brasil não possuía uma política externa ou interesses específicos voltados para o Oriente Médio, sua política estava indiretamente ligada àquela região em função de seu alinhamento ao bloco capitalista.

Segundo Lannes (2016), Kubitschek considerava a política externa como um instrumento imprescindível para a promoção desenvolvimentista, para além, o país também almejava a promoção de uma maior visibilidade no exterior, foi então que através da aceitação ao convite da Organização das Nações Unidas, o país utilizou-se de posições mais ativas. Para Lopes (2006), o Brasil buscava representatividade e prestígio, principalmente perante a própria ONU.

Dito isto, pode-se elencar que a busca por representatividade internacional, também na própria ONU, e a orientação desenvolvimentista, podem explicar as motivações que compeliram o Brasil a contribuir com a missão de paz. O desejo do presidente era de um país sólido, forte econômica e

politicamente, por isso ao aceitar o convite, procurou viabilizar da melhor maneira a contribuição, muito pelo fato de ser ela uma oportunidade de visibilidade internacional e, por conseguinte atrair maiores investimentos. Assim o “projeto Suez” estaria intrinsecamente ligado ao desenvolvimento do país, nesta mesma perspectiva podemos apontar o Decreto de 23 de maio de 1958 que considerou os serviços do Batalhão Suez como “SERVIÇO NACIONAL RELEVANTE”, corroborando com o seu planejamento.

O 18º contingente e os paraenses

Nosso contato com os habitantes naturais da terra de início era um choque cultural porque, nós estávamos no deserto longe da civilização, não era em cidades, mas sim em acantonamentos situados no deserto próximos das linhas divisórias entre os dois estados beligerantes Egito e Israel... (SD FRANÇA/2016).

... foi muito gratificante, mas foi muito cheio de sofrimento, pegamos temperatura lá a zero graus, a noite zero graus de dia quarenta graus, calorão menino de quase quarenta graus, por incrível que pareça no deserto a noite descia pra zero grau, tirava a patrulha com 40 quilos de roupa no corpo... (SD ASSUNÇÃO/2016)

O 18º Contingente foi formado principalmente por soldados dos Comandos Militares das regiões norte, nordeste e centro-oeste. Sua preparação consistiu em dois meses e meio a três aproximadamente, no 14 RI (décimo quarto Regimento de Infantaria) localizado as proximidades da comunidade/distrito de Socorro em Jaboatão do Guararapes, cidade vizinha ao Recife, litoral sul da região metropolitana da capital do estado de Pernambuco. A viagem foi efetuada entre os dias 09 e 12 de fevereiro de 1966 com o diferencial de que, o transporte das tropas ocorreu por meio de três aviões da Força Aérea Brasileira, os Hércules C – 130. Tal deslocamento contou com escalas em

Dakar e Argel para finalmente pousar em El Arish. O retorno, concomitante com o final do tempo de missão, ocorreu em março de 1967 através dos mesmos Hércules C – 130, todavia o percurso escalonado transcorreu pela Europa cabendo a Ilha do Sal o papel de último entreposto antes de Recife.

A história dos paraenses na missão de Suez foi desde seu início intrigante. Vinte e um jovens, na ativa, entre seus 18 a 22 anos, que na década de sessenta deixaram para trás o convívio com seus valores referenciais para vivenciar uma missão em nome de seu país e para além, fizeram parte de um grupo seletivo de militares que na contramão da história e sob a bandeira da ONU, reuniram-se não para guerrear, mas para serem portadores e mantenedores da paz entre povos historicamente rivais. Por outro lado, o espírito jovial fazia com que a missão ganhasse ares de aventura, de descortinamento de uma nova realidade, de novas culturas e de aprendizagens. Enfim, tais elementos configuraram-se a nosso ver, tal qual uma via de mão dupla, onde tanto transmitiam elementos próprios do norte brasileiro quanto sorviam as diversificadas culturas dos povos que compunham aquele cenário no Oriente Médio, paralelamente ao cumprimento dos afazeres da missão.

Em Dakar, o fato diferenciado coube ao 3º avião, que apresentando problemas de natureza mecânica, acabou determinando a permanência dos ex-combatentes da 7ª Companhia por mais um dia à espera de técnicos para os devidos reparos. Em seus primeiros contatos com outra cultura, veio o estranhamento quanto aos hábitos diferenciados dos senegaleses abastados, o que seria tudo muito normal para a cultura senegalesa do então, todavia, não para jovens militares advindos de um país com uma censura forte em consequência de uma ditadura. Neste contexto, o estranhamento tornou-se o despertar da consciência para as diferenciações extraterritoriais e interculturais (BHABHA/1998). Outra ocorrência relevante quanto ao estranhamento cultural deu-se a respeito do modo alegre e brincalhão dos jovens brasileiros, que durante a

permanência forçada em Dakar, interagiram com senegaleses em uma espécie de taberna e quase criaram um incidente. A respeito do ocorrido pronunciou-se o senhor Jorge Sousa da seguinte maneira:

Eu falava francês...eu ia causando uma revolta lá no Senegal, nós tava... os outros tão lá abastecendo o avião fazendo a manutenção (...) Ai umbora tomar cerveja? Ai fomo tomar cerveja junto com uns franceses lá, negro, aqueles negrão da África, só Senegal né? Ai até parece que foi o “Chita” disse: 'porra Jorge, tu fala francês fala alguma coisa ai, fala alguma coisa ai pra eles!' Ai eu disse 'je sui frère Patrick Lumumba', eu disse que era irmão do Patrício Lumumba, ele era separatista olha, pegaram ele botaram ele num tambor com ácido que não escapou nem o osso dele. Pô o cara deu um murro na mesa com raiva (risos) 'je sui frère Patrick Lumumba', eu disse que era irmão do Patrick Lumumba...” (SD JORGE/2016)

Tal momento foi representativo das diferenças que a reunião de vários povos gestaria durante a missão, desta feita, o fato de um paraense utilizar-se de um idioma similar aos senegaleses não o caracterizava como igual, posto que primeiramente suas raízes e percepções culturais foram forjadas em outra sociedade e assim a utilização do idioma francês, utilizado como um instrumento de gracejo, obteve um resultado um tanto quanto arriscado para o momento.

Conhecendo os “outros”: alteridade e conflitos

Após o desembarque, os boinas-azuis foram levados em um caminhão de transporte de tropas, (o qual já os aguardava para efetuar a troca entre os contingentes) à sede do batalhão brasileiro nas proximidades da cidade de Rafah, que era composto pelo Comando, a CCSv e a Intendência ou parte administrativa. Aqui se apresenta uma das constantes do serviço: um contingente substituía imediatamente o outro ao pisar no solo egípcio. Assim, contingentes pares e ímpares garantiam a passagem do serviço

sem comprometimento da missão, pois o sistema determinava a convivência de um grupamento experiente com um iniciante por um período de seis meses aproximadamente. O início das ações no deserto apresentou aos soldados uma nova realidade, impregnada de hábitos diferenciados, e para as suas concepções, um tanto quanto exóticos.

O conflito cultural perpassou também na estranheza das vestes femininas que cobriam integralmente seus corpos por um vestido preto que deixava à mostra, pequenas partes de suas faces, de suas mãos e pés. Algumas utilizavam adornos de orelha a orelha presos ao centro em seus narizes, situação que demonstrava o status de seus maridos. Constataram assim empiricamente, as orientações que haviam recebido:

Olha, quando nós chegamos lá me lembro bem, sentamos (...) na areia e um tenente (...) ele foi dar todos esses macetes, todas as instruções principalmente a respeito da mulher local né? ‘Não vão confundir aqui, a mulher no Brasil a gente dá um psiu, mexe, aqui não tem isso, não vão cair nessa! É, falta de respeito é grave.’ Então todos esses cuidados foram dados, é não olhar a mulher, não encarar a mulher porque o brasileiro gosta de comer com os olhos a mulher... mesmo porque lá na Faixa de Gaza não tinha o que reparar, era um manto preto andando...” (CB GETULIO/2016)

Quanto aos homens, vestiam-se normalmente com um roupão de tons claros beirando a cor branca, entretanto a pobreza era companheira desta população, sendo normal o uso de vestes rasgadas e maltrapilhas, principalmente na população mais jovem, além de morarem de maneira improvisada em tendas no deserto. Eram agricultores, e em suas lavouras utilizavam animais como camelos, dromedários e burros, para poderem preparar a terra para o plantio, o que determinava sua atividade como rústica se comparada a do lado israelense da fronteira que já utilizava a mecanização. De acordo com a cultura local as mulheres vinham

à frente puxando os animais que conduziam seus maridos para a lida em suas lavouras, no trato com o pastoreio e passavam próximo a alguns acantonamentos quando se deslocavam para seus afazeres.

Lidar e aprender com as novas culturas neste momento já era uma realidade pertinente para o desenrolar a contento da missão dos paraenses, uma nova realidade, o “encontro com o novo” (BHABHA/1998), compelindo-os a uma nova composição cultural diferenciada de tudo o que conheciam até então. O contato com os povos da Faixa foi antes um choque entre culturas díspares, pois os soldados encontravam-se em acantonamentos no deserto, apenas às proximidades das cidades de Rafah, Gaza e Kan Iunes, ou seja, às proximidades da ADL e por derivação também à IF (fronteira internacional), limite entre Egito, Israel e Jordânia, diferente e fundamentalmente longe dos costumes citadinos. Desta feita, o contato com estes *habibes* gestou aprendizados e adaptação que como consequência os proporcionou um pouco menos de dificuldade à região; então adaptar-se rapidamente em todos os períodos foi a tônica para o bom desenvolvimento do serviço.

A realidade do dia-a-dia

A missão recebida consistia na vigilância, observação e prevenção dos possíveis confrontos entre os beligerantes ao longo da Linha Demarcatória do Armistício que cabia ao batalhão brasileiro, para isso deveriam ser neutros e rigorosos para a manutenção da ordem. Isto se fazia pertinente principalmente pela presença incômoda de *fedayins*, guerrilheiros mercenários a serviço do então líder egípcio Nasser, que estavam presentes ao longo da área demarcada, e que sempre estavam à espera de um momento para a realização de ataques contra o lado

israelense. O contato com esses guerrilheiros era sempre tenso, pois ali estavam com o único propósito do combate. Um dos momentos de risco iminente do serviço nos PO's, foi descrito assim :

A gente pra ir lá pra cima pra entra de serviço tinha de subir né? Ai lá eu tinha que ficar umas duas horas, três, eram quatro horas, tinha que ficar lá em cima observando. Nessa minha subida quando eu tô no meio da escada, o fedayin, o árabe deu um tiro perto, que nós tá aqui e o árabe tá a uns quinhentos metros, eu sei que alguma arma disparou de lá, ai eu ouvi a bala passar do meu lado: 'zummm', passou do meu lado olha, uma arma disparou de lá, não sei se atiraram de propósito, eu senti quando fez assim 'tum' ai ele veio assim: 'zummm', eu só escutei do meu lado... Tudo normal. (SD JORGE/2016)

Este era o serviço a se manter, uma vigilância diária extrema diuturnamente, e também infalível ou as consequências da desatenção poderiam ser graves, posto que, se à luz do dia os *fedayins* já ofereciam riscos, de noite sempre estavam perambulando na Faixa à espera de um ato falho que resultaria em ataques aos *kibutz*. Para além, qualquer descuido significaria suas próprias integridades. Segundo os relatos, neste período não se depararam ou se envolveram em conflitos de tal natureza. Entretanto, era um serviço árduo, onde estavam em estado constante de tensão, "... os *fedains* olhava a gente, observava daqui e os israelenses também, se a gente falasse com os israelenses eles ia caguetar, se falasse com os *fedayns* ia ser a mesma coisa, uma deduração horrível olha... ai era repatriado na mesma hora..." (SD EDI/2016).

O contingente “ARATACA”

Quando nós chegamos lá, vou te contar, era uma desorganização muito grande né?

Os caras antigos queriam botar quente com os “CAPETAS” como chamavam de “ARATACA” né? E diziam: - Arataka e tal... (SD EDI/2016)

O 18º Contingente foi representado por esta alcunha, mas o que viria a ser “Arataka”? Para alguns dicionários, o termo pode significar armadilha para pegar animais silvestres e também um município brasileiro do estado da Bahia com pouco menos de 12.000 habitantes. De acordo com sua classe gramatical é considerado também adjetivo e substantivo de dois gêneros. Eis o ponto da questão: Arataka também é um termo pejorativo quando aferido aos nortistas considerados cabeças-chatas. Para a nossa questão, vale também a última informação que nos diz que o termo é uma gíria militar que significa nordestino. O 18º foi um contingente em sua predominância, formado por militares do nordeste e do norte, e graças à convivência com militares de outro contingente e de outras regiões do país, foi assim “batizado”.

Quando da chegada, logo se tornaram o alvo das gozações por serem “mais novos”, e esse era o real significado das expressões “capeta” ou “imagem do cão”: soldados novatos. E como o contingente que conviveu com o 18º era mais antigo, os “faraós”, e também formado por paulistas, mineiros e cariocas, o bairrismo e achincalhamento foram proporcionalmente maiores.

Relações gestadas no processo e a cultura das LICENSES”

Naquela extensão de alteridades e percepções coexistiam também os *beduínos*, povo nômade que morava em tendas do deserto e que eram impedidos de se chegarem às cidades em função de desavenças com os *fedayins*, e dali eles eram escorraçados. Foi justamente com esse povo que alguns paraenses relataram uma maior proximidade, e por se apenarem de sua condição de sofrimento sempre os ajudavam dando cigarros, alimentos, água, dinheiro, etc., isto tudo sem esquecer o sentido da missão, pois eram instruídos constantemente a não manter

ligações com eles, mesmo porque para seus pares, os povos que ali estavam eram traiçoeiros e dignos de toda desconfiança possível. Nesta concepção, não deveria haver o menor envolvimento com os habitantes locais, principalmente com as mulheres. O contato começou gestando a mescla da linguagem, utilizando-se de termos árabes e expressões em português, mesmo porque o batalhão brasileiro em Rafah tinha por obrigação da ONU, a utilização de muitos *habibes* em serviços internos como alfaiates, motoristas, barbeiros, cozinheiros, faxineiros, na lavanderia, etc.

Essa troca de cultura foi fundamental para a missão e também ajudou bastante nas viagens que a ONU disponibilizava a título de premiação, passeios para os pontos turísticos dos países ao redor da zona, folgas que chamavam de *license* ou *leave*, onde puderam conhecer as cidades do Cairo no Egito, Beirute a capital do Líbano, Jerusalém em Israel e a Síria; conheceram o Poço de Jacó, Rio Jordão, Mar Morto, o Santo Sepulcro, Muro das Lamentações, Jardim das Oliveiras, dentre outros. Saíam em grupos determinados de dois a três soldados de cada pelotão para não comprometerem a vigilância na fronteira. Via de regra, nem todos os passeios foram subsidiados na íntegra pela ONU, alguns foram pagos pelos próprios soldados que possuíam um poder econômico muito bom em contraste com os habitantes, seja na Faixa de Gaza ou das próprias regiões visitadas.

... chegava em Beirute, (...) a libra egípcia naquela época era muito forte, não sei agora. Trocava um monte de libra por um pacote de libra libanesa, ai ia pros melhores hotéis, melhores pensões, comia, comia. Isso foi na segunda vez, porque a primeira vez foi tudo por conta da ONU, eu fui pro Cairo por conta da ONU a primeira vez, as outras vezes foi por minha conta... (SD ASSUNÇÃO/2016)

Para além, ocorreram visitas a alguns batalhões que compunham a UNEF –I, com a finalidade de manter relações de

cordialidade ou em torneios esportivos organizados que expandiam seus horizontes culturais. Sempre estavam presentes no batalhão iugoslavo para disputarem partidas de futebol, basquete ou vôlei e aqueles que nada praticavam iriam engrossar as fileiras da torcida, tudo em um clima bastante amistoso e que também servia para aliviar a pressão daqueles dias nas patrulhas e PO's da missão. O batalhão indiano também foi local de visitação e de choque entre alteridades mais acentuadas, pois nossos soldados não estavam habituados ao tipo de comportamento advindo daquele povo:

... o batalhão indiano era complicado não era? Até hoje eu acho isso (...) eles são homossexual, a gente chegava no batalhão assim, olhava dois soldados assim um namorando com outro de mão dada. O comandante disse assim: 'Olha, vocês vão mas não ficam olhando muito não porque é costume deles lá'. Era... o indiano era meio complicado, era... (SD JORGE/2016)

Missão cumprida: o retorno as origens

A alimentação surge como fonte de outro problema enunciado, pois os sabores e os paladares envolvidos ali eram completamente divergentes, foi uma adaptação extremamente conflituosa, entretanto no desenrolar da missão houve uma integração onde a culinária pôde ser a expressão da diversidade cultural. A *ranzira* talvez tenha sido o alimento de maior rejeição, pois a mesma era uma carne de porco que “era pura banha”, o que de maneira alguma os atraía. Muitos dos nortistas se utilizavam dos *baquixis* que recebiam e alimentavam-se em um restaurante às proximidades da cidade de Rafah para se livrarem daquele fardo. Neste contexto, ao aproximar-se o fim da missão na UNEF, os militares iam sendo paulatinamente avisados através de boletins durante a ordem unida e por seus superiores e como tradição passaram a utilizar a comida como contagem regressiva. Para estes homens as condições alimentares eram tão ruins que

viraram motivo de desapego e esperança de um rápido retorno ao solo pátrio. Daí o costume em contar a cada novo dia, menos perus e principalmente menos *ranziras*, para o retorno. Já não mais aguentavam uma alimentação à base de porco, com seus nacos imersos em tanta gordura.

O retorno do contingente efetivou-se no dia 25 de março de 1967 através dos mesmos aviões C-130 da FAB. Alçaram voo da base militar de El Arish e foram direcionados primeiramente para Beirute, aonde apanharam o tesoureiro que havia sacado o pagamento da missão e que fora distribuído ainda dentro do avião. Após a escala em Beirute, atravessaram o Mediterrâneo e pousaram em Roma, capital italiana, aonde reabasteceram e ao anoitecer embarcaram novamente, desta vez com destino a Lisboa, Portugal, chegando de madrugada. Após duas a três horas embarcaram novamente com destino a Ilha do Sal, onde fizeram o desjejum ao amanhecer e o último reabastecimento para finalmente aterrissarem no aeroporto de Recife, aproximadamente às 12h00minhs do domingo.

Em cerimônia de despedida e licenciamento do exército, realizada no pátio do 14 RI, receberam os agradecimentos e a promessa de ajuda em caso de necessidade. Nas memórias de nossos soldados, ecoam até hoje as palavras do Coronel Kléber Rodrigues de Andrade:

No momento em que vocês estão licenciados do exército, queremos agradecer pelo excelente serviço que vocês prestaram. Quero agradecer em meu nome e da nação brasileira pelos esforços e o trabalho considerável que vocês fizeram nessa missão, aqui vocês tem o certificado de dispensa de vocês do serviço militar e esta é a casa de vocês! Quando vocês precisarem ai fora, na vida de vocês, se houver qualquer dificuldade, venham até nós, que nós estaremos aqui para ajuda-los. (SD FRANÇA/2016)

Em seus certificados militares consta o desligamento de acordo com o Ministério da Guerra, da 7ª Região Militar datado de 03 de abril de 1967. Aqui se encerrava o ciclo militar que os levou a portar a “nobre bandeira da paz” em terras distantes, sem cerimonial pomposo ou reconhecimentos e sem exames médicos para diagnóstico de alguma patologia.

Após o licenciamento no 14 RI, os paraenses puderam enfim retornar para Belém. Seus deslocamentos ocorreram por meio de navio ou avião, e cada uma delas contou com particularidades, mas na essência a maioria viajou em uma embarcação da marinha, o “Navio de Transporte de Tropas Barroso Pereira”. Em Belém, a inserção no mercado de trabalho era o desafio proposto. Como militares que eram, muitos procuraram por seus antigos quartéis, foi quando existiu uma convocação para aqueles que quisessem reengajar. Alguns fizeram exames e outros não, contudo não puderam evitar o questionamento de o porquê daquilo, pois se realmente os quisessem nas forças armadas era tão somente não dispensá-los, como havia ocorrido. Neste contexto de incertezas, a maioria optou pela vida civil ou simplesmente acabaram detidos pela burocracia. Assim iniciaram um novo período, onde seus conhecimentos que poderiam ser aproveitados no exército, foram relegados, colocado em postos secundários, para Lopez e Oliveira (2012), o processo de reintegração social foi influenciado pelo momento da cidadania brasileira e pela orientação política das instituições militares ou civis, encarregadas de direcionar tal processo, “não se cogitou a incorporação ou o reengajamento para fins de transferência da experiência acumulada”. Desta feita, a condição político-social do período da ditadura civil-militar gestou a negação de direitos e desfavoreceu a organização política, deixando-os em uma condição de vulnerabilidade social, o que para alguns paraenses foi e é até hoje, motivo para um esquecimento da missão, pois a sensação foi de um desamparo total e paralelamente, a instituição Exército perdia uma boa

oportunidade de modernizar métodos e formas de atuação no momento da dispensa da experiência citada.

Considerações

Passados 50 anos da atuação do 18º Contingente, 1966 – 2016, até hoje a grande maioria da população brasileira (e paraense) desconhece o fato, assim como devidamente, o Estado brasileiro não os reconheceu. Ao pousarem na cidade de Recife naquele longínquo ano de 1967 já eram sabedores de suas dispensas, entretanto, aspiravam muito mais do que um desligamento sumário, ou simplesmente serem dispostos em um lugar à margem da história “oficial” da nação.

No norte do país não seria diferente, ao chegarem a Belém, após um último breve esforço para retomarem a rotina na caserna, adaptaram-se a vida civil, construíram suas vidas e contaram com a cumplicidade do anonimato entre seus conterrâneos, coisa que perdura até os dias atuais, ou seja, a esmagadora parcela da sociedade, civil ou até militar, não é sabedora de que jovens paraenses contribuíram para o esforço da primeira força de paz da ONU no Oriente Médio, uma região que nos dias atuais é considerada um “barril de pólvora” onde milhares de pessoas, homens e mulheres, jovens ou maduros, inocentes ou nem tanto, sobrevivem em meio ao caos e destruição e são manchetes quase que diárias de telejornais e mídias sociais que desnudam aquela realidade. E em suas próprias palavras, afirmam que são os “ilustres desconhecidos”.

Rememorar tais acontecimentos e refazer os passos da missão representa um reencontro com as areias do deserto, com os *habibes* e seus afazeres, com os dias e noites de solidão ou dos passeios, com a saudade de seu povo e de sua cultura, e indo mais além, foi um período de aprendizagens com as diferenças, todavia, tudo isso desperta o sentido da missão bem cumprida, de pertencimento a um grupo seletivo e privilegiado de paraenses que

prestaram um serviço relevante à nação em nome do ideal da Paz mundial.

Desta feita, lidar com as novas culturas demandou o encontro com um “novo” que não era parte de seus passados ou tão pouco de seus presentes, transformando suas realidades e criando a ideia de uma nova tradição cultural, mesclada de elementos paraenses e de elementos advindos das culturas envolvidas em Suez, o que em última instância mexe com suas trajetórias e suas formas de interagir com seus pares e a sociedade em geral, criando aquilo que Homi Bhabha (1998) chamou de “entre – lugar”, local pertencente prioritariamente aos veteranos e aos seus familiares, “momentos e processos produzidos na articulação de diferenças culturais” onde o passado, influenciando o presente, torna-se parte da necessidade existencial daqueles homens.

Encontramo-nos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão (...) há uma sensação de desorientação (...) aqui e lá (...) para lá e para cá” (BHABHA/1998).

Aqui no norte, alguns componentes da força demonstraram aversão as lembranças de Suez, talvez por considerarem a missão como perda de tempo ou algo sem importância, o sentimento é característico de quem defendeu seu país e se viu desprovido de direitos e de relevância, o que nos indica consequência da maneira a qual foram tratados pelos governantes brasileiros. Entretanto o contrário também ocorreu, talvez não proporcionalmente, posto que apenas aos oficiais coubesse um determinado reconhecimento e permanência nas fileiras militares, todavia nossos colaboradores foram bastante incisivos ao entenderem que a missão para além de ser algo positivo em suas vidas também gestou a disciplina, a observância a moral, aos bons

costumes e a sensação de gratidão pela oportunidade do contato com outros povos culturalmente diversos e seus aprendizados.

Referências

AMORA, Getúlio Botelho. Entrevistador: Emerson Luiz Tavares França. Ananindeua – Pará, 17 de julho de 2016.

FRANÇA, Rubens da Conceição. Entrevistador: Emerson Luiz Tavares França. Belém – Pará, 26 de março de 2016.

LIMA, Carlos Alberto Assunção Rodrigues. Entrevistador: Emerson Luiz Tavares França. Belém – Pará, 08 de julho de 2016.

PEREIRA, Raimundo Newton de Oliveira. Entrevistador: Emerson Luiz Tavares França. Belém – Pará, 16 de julho de 2016.

SOARES, Edi. Entrevistador: Emerson Luiz Tavares França. Belém – Pará, 15 de abril de 2016.

SOUZA, Raimundo Jorge de. Entrevistador: Emerson Luiz Tavares França. Belém – Pará, 16 de julho de 2016.

ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. **HISTÓRIA, MEMÓRIA E DESERTO: os soldados brasileiros no Batalhão Suez (1957 – 1967)**. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Contemporânea, da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2009.

BHABHA, Homi K. Locais da cultura, in O Local da Cultura. Editora UFMG, Belo Horizonte – MG. 1998

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico**. 6^a ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010, p. 9 – 78

FERRER, Francisca Carla. MATOS, Júlia Silveira. **A construção do Canal de Suez e a formação do conflito: a força de paz brasileira na Faixa de Gaza. 2006** Disponível em: www.repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/203/65.pdf. Acesso em: 23/09/2016

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

História Oral das Operações de Paz: missão em Suez / Coordenador Geral Aricildes de Moraes Motta. - Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

LANNES, Suellen Borges de. **Batalhão Suez: uma autonomia possível?** Disponível em: www.geocities.ws/politicausp/relacoesinternacionais/ques/Lannes.pdf. Acesso em: 23/09/2016

LIMA, Cristiane Helena de Paula. **O caráter obrigatório das decisões do conselho de segurança das Nações Unidas.** . Disponível em: www.centrodireitointernacional.com.br/static - acesso em: 30/06/2016

LOPES, Fabiano Luis Bueno. **BATALHÃO SUEZ: história, memória e representação coletiva (1956 – 2006)** Curitiba: Ed do Autor, 2008.

LOPES, Fabiano Luis Bueno. OLIVEIRA, Dennison de. **VETERANOS BRASILEIROS DO MEDITERRÂNEO: A Força Expedicionária Brasileira (1944-45) e o Batalhão Suez (1956 – 1967)**. Revista Diálogos Mediterrânicos, nº 3, novembro de 2012. Disponível em: www.dialogosmediterrânicos.com.br. Acesso em 11/01/2014

MANZINI, José Eduardo. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e roteiros**. Depto.de Educação especial, Programa de Pós-Graduação em Educação, Unesp, Marília. Apoio CNPq – Acesso: spq.org.br/lls/peq/anais/pdf/gt3/04.pdf em 07/01/2014.

NOVA HISTÓRIA MILITAR BRASILEIRA. Organizadores: Celso Castro, Vitor Izecksohn, Hendrik Kraay. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PUJOL, Marcelle Moreira. **AS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**: a liderança brasileira na MINUSTAH. Novas Fronteiras – Revista acadêmica dos alunos de Relações Internacionais da ESPM – Sul. 1ª Ed. Março de 2014. Disponível em: www.novasfronteiras.espm.br/index.php.RNF/article/download/13/23. Acesso em: 27/09/2016

www.batalhaosuez.com.br - acesso em 19/04/2016

<https://nacoesunidas.org> - acesso em 07/06/2016

Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras: as peculiaridades do Arco Norte

César Maurício de Abreu Mello¹
Durbens Martins Nascimento²

Amazônia, uma região de superlativos

A Amazônia³ é uma região de superlativos. Possui uma área de cerca de 7,8 milhões de Km² distribuídos por 9 países e que equivale a 60% da superfície da América Latina. Tem uma população estimada em 33 milhões de habitantes, dos quais, cerca de 2 milhões são indígenas, o que representa a maior diversidade étnica cultural do planeta. Possui ainda o mais extenso sistema fluvial e a maior massa líquida da Terra com cerca de 20% da disponibilidade de água doce do Planeta. É a maior floresta tropical e que concentra cerca de 25% de toda biomassa florestal do mundo, com 2.500 espécies de árvores e 30 mil espécies de plantas. Tem, por tudo isso, uma função primordial no equilíbrio do clima do planeta (IPEA, 2016); (NEVES *et al.*, 2016); (RAISG, 2016). A Amazônia brasileira, também chamada de Amazônia Legal, corresponde a 64% da área total da Pan-Amazônia. Com cerca de 5 milhões de Km² de superfície, corresponde a 59% do território brasileiro, se espalha por 9 estados⁴ do país e abriga uma população de cerca de 24 milhões de habitantes concentrados, em

¹ Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (IFCH-UFGA) e Doutorando em Desenvolvimento do Trópico Úmido (UFGA)

² Doutor em Ciências e Desenvolvimento Socioambiental (UFGA) e Diretor do NAEA

³ O termo adequado seria “Pan-Amazônia” que é a designação utilizada para representar a área formada por todos os países que tem a floresta amazônica em seu território: Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana Francesa, Guiana Inglesa, Suriname e Brasil.

⁴ Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Roraima, Rondônia e parte do Tocantins.

sua maioria, nos centros urbanos das capitais dos Estados. Acolhe em seu imenso território, 56% da população indígena brasileira e reúne 80% dos recursos hídricos do país. Penna Filho (2013, p. 2) retrata toda essa exuberância amazônica da seguinte forma:

(...) possui, ademais, enormes riquezas, muitas ainda não exploradas ou pouco exploradas. A floresta detém o maior número de espécies vivas do planeta, a maior reserva de água doce, madeiras nobres, vastas jazidas minerais (muitas sequer mapeadas), e grande potencial para geração de energia hidrelétrica, dentre outros recursos. Destaque-se, além do que foi elencado, todo o potencial genético contido em seu ecossistema e a imensurável riqueza traduzida na diversidade de sua população, ainda mais com grupos indígenas que sequer travaram contato com o chamado homem "branco". Toda essa riqueza e diversidade estão espalhadas pela vasta área da região amazônica entre os seus condôminos, não se restringindo a este ou àquele país em particular. (PENA FILHO, p.2)

Uma região com tais características tem função primordial no equilíbrio da Terra e uma vocação natural de ser prestadora de serviços ambientais em escala planetária.

Pela condição de superlativos, a Amazônia é historicamente fértil na produção de mitos. Ainda hoje se ouve falar dela como “almoxarifado do planeta”, “santuário” ou “pulmão do mundo”. Num sentido maniqueísta, transita de “inferno verde” a “celeiro do mundo”, dependendo da lente e dos interesses com que é vista. Nesse sentido, a análise de Trecanni (2001, p. 21), a partir de percepções de algumas obras literárias:

A expressão ‘*inferno verde*’, que bem reflete o medo e ao mesmo tempo a atração que a Amazônia sempre exerceu sobre os homens, foi utilizada pela primeira vez pelo brasileiro Alberto Rangel, que em 1904 escreveu um livro de contos com este título. É uma definição contraditória, pois enquanto na

apresentação deste mesmo livro, Euclides da Cunha, afirmava que: “A Amazônia é a última página do livro do Gênesis que ainda está sendo escrita”, ele próprio estava escrevendo um outro livro com o título de "*Paraíso perdido*".

O processo de ocupação da Amazônia é milenar e em cada grande movimento migratório para a região, é possível identificar mecanismos peculiares de interação antrópica com o ambiente. Para fins desta explicação, é possível classificar essa antropização em duas categorias: uma, em que as populações se inserem no ritmo da floresta, não havendo transformações profundas no espaço, portanto, um verdadeiro ajustamento; e outra, em que as populações alteram profundamente o ambiente, adaptando-o às suas necessidades, principalmente de ordem econômica.

Nesse sentido, iniciando esse processo com a sedentarização de populações coletoras e caçadoras há pelo menos 10.000 anos, em que, obviamente, até pela condição tecnológica existente e pela quantidade de pessoas, a transformação foi insipiente. Esse primeiro movimento deu origem às chamadas populações pré-colombianas na região, as quais séculos depois vieram a ser denominadas pelo colonizador europeu como indígenas.

Após isso, já no período colonial, o que serviu de principal mote ao movimento de ocupação foram as drogas do sertão, as quais tinham a função de substituir as especiarias que eram demandadas na Europa, porém tinham escasseado devido ao arrefecimento do comércio com as Índias. Assim, o cacau, a baunilha e a própria castanha, dentre outros produtos, tiveram boa aceitação e podiam ser coletados a um baixo custo relativo. Ao mesmo tempo, “quando um produto deixava de ser rentável, se podia coletar outro neste enorme e muito bem diferenciado armazém que era a floresta amazônica grande armazém” (TRECCANI, 2001, p. 51).

Deixando para trás esse segundo grande movimento migratório, o qual também não foi transformador em grande

escala da floresta, pode-se dizer que o próximo registro nesse sentido é o do ciclo da borracha, iniciado em meados do século XIX, intensificado a partir de 1870, e que transformou o produto no segundo bem de exportação do Brasil nesse período, ficando atrás apenas do café. A borracha ainda teve outro momento de pujança, quando da Segunda Guerra Mundial, em que, devido à dificuldade encontrada pelo comércio marítimo planetário, tendo em vista que a guerra também era travada nos oceanos, inclusive de forma submarina, o Brasil precisou novamente dos seringueiros amazônicos, realizando política de incentivo ao deslocamento para a floresta. Mais uma vez, o que se tem é uma migração cujo modelo de adequação ao espaço é o que sobressalta, posto que a base extrativista, por óbvio, precisa da floresta em pé.

Essa longa história de ocupação na região amazônica, até aí, foi marcada então, sobretudo, pelo extrativismo. E esse povoamento se identifica com o que recebeu a denominação de populações não tradicionais. Ela seguiu o caminho dos rios que engendraram um sistema de cidades coletoras que tinham o papel de acumular o que era recolhido na floresta e enviar para as “cidades porto”, como Belém e Manaus. Dessa forma, pequenos povoados extrativistas foram sendo formados ao longo das margens dos rios sem nenhuma infraestrutura, já que a maior parte do que é gerado pelo extrativismo se realiza fora da região de extração.

A partir do final do século XIX a Amazônia passa a ser incorporada fisicamente, economicamente e socialmente ao resto do país por ser considerada um espaço privilegiado para a geração de riquezas e passível de exploração por outras regiões e outros povos (LOUREIRO, 2009).

Nessa perspectiva, em 1953 o governo federal cria a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), o que já indicava a opção do país pela integração nacional, consolidada posteriormente durante a administração de Juscelino Kubitschek (1956-1960). A integração da região

amazônica tinha como intuito a defesa nacional, mas era estimulada fundamentalmente pela necessidade de inseri-la no projeto de desenvolvimento econômico do país.

No final dos anos 1960, o Brasil procura redesenhar seu território pautado pela geopolítica sob os *slogans* nacionalistas de “integrar para não entregar” e “entregar para os homens sem terra as terras sem homens” e inicia um outro movimento rumo ao Norte caracterizado pelo avanço das infraestruturas de estradas e incentivos à ocupação das áreas de florestas, criando um outro sistema de cidades que se agregou ao modelo anterior, caracterizadas por inúmeros problemas como as tensões pela apropriação da terra e dos recursos naturais, a multiplicação de aglomerados humanos ao longo das rodovias, o crescimento acelerado e desordenado da população urbana⁵, pela carência de infraestrutura física e social e, sobretudo, pela insuficiência quantitativa e qualitativa do Poder Público. Mas as tensões iam muito além de uma questão econômica, havendo também um componente cultural importante nesse processo:

(...) ainda em 1960, inaugura-se a rodovia Belém-Brasília, a primeira grande via de integração norte-sul do país, ressalte-se, sendo não só a representação de uma inter-relação geográfica, mas primordialmente uma reorganização cultural. (...) isso interferiu no crescimento da demografia regional no aspecto quantitativo de duas formas, uma positiva e outra negativa. No aspecto positivo a migração contribuiu para o aumento da população ocupante da floresta, já que a Amazônia foi apresentada para a população das outras regiões do país como um palco de novas oportunidades. Afinal, tais confins eram “terras de ninguém” e como tal, precisavam ser ocupadas: “integrar para não entregar”, vociferavam os militares no poder.

⁵ Entre os anos de 1950 e 2000, sua população cresceu 1.570%, enquanto a nacional, 709%. A população urbana é de aproximadamente 70% do total e continua crescendo, enquanto a população rural é decrescente (SILVA; BACHA, 2011).

Se eram terras sem dono, é de se esperar também que a organização social do local fosse realizada a partir da vontade dos novos ocupantes, com seus costumes, valores morais e até mesmo com as relações jurídicas que traziam na bagagem, apesar do ordenamento nacional.

As novas propriedades agrárias seriam defendidas a qualquer custo, de quem quer que seja, mesmo daqueles que já se encontravam na região antes da migração, sendo que isso era possível, pois havia o aval governamental. (MONTEIRO, 2008, p. 37)

Em 1970 foi criado o Programa de Integração Nacional (PIN) e, em 1971, o Programa de Redistribuição e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), ambos inseridos dentro na lógica do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND, 1972-1974). Na Amazônia esse plano teve como desdobramento regional, uma versão, o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (I PDA). Os objetivos eram garantir infraestrutura à integração e promover o acesso a terra gerando empregos e fomentando a agroindústria na região.

Assim, a malha rodoviária regional foi expandida com destaque para o período de 1960 a 1975, quando o governo federal munido de financiamento externo e recursos provenientes do Fundo Rodoviário Nacional construiu rodovias federais como as BR-010 (Belém-Brasília), BR-230 (Transamazônica) e a BR-163 (Cuiabá-Santarém), que recortam o território paraense, (PESSOA, 1993).

A agenda desenvolvimentista do Estado brasileiro contemplava ainda investimentos no setor produtivo materializada na criação do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA em 1974. Os planos federais previam a implantação de diversos "polos de desenvolvimento na Amazônia brasileira", com destaque para a produção mineral.

Esse modelo de intervenção do estado na região fomentou intensos fluxos migratórios dando origem ao surgimento de diversas cidades ao longo dessas estradas, que se agregaram ao modelo anterior, caracterizadas por inúmeros problemas como as tensões pela apropriação da terra e dos recursos naturais, crescimento acelerado e desordenado da população urbana¹, pela carência de infraestrutura física e social e, sobretudo, pela insuficiência quantitativa e qualitativa do Poder Público.

Observou-se, assim, dois modelos: o primeiro, muito carente por conta do excedente do extrativismo que se realizava fora da área de extração e o segundo, também muito deficiente em infraestrutura por conta do crescimento acelerado e desordenado, que consolidou a nova visão que o Governo Federal tinha sobre a Amazônia como região produtora de produtos primários e matérias prima para exportação como energia, minério e biomassa.

É dentro deste contexto que se dá a integração do território amazônico à lógica capitalista, agora internacionalizada, alienada de seus aspectos culturais e ecológicos, mas balizada em valores externos, tornando a região uma frente de expansão agropecuária e de extrativismo mineral e florestal dentro de um modelo agroexportador de matérias primas.

A integração ocorre descaracterizando o contexto histórico e a formação econômica e social da região. Percebe-se o impacto mediante a alteração na apropriação dos recursos naturais e com a desestruturação da realidade social local, condicionando a população à marginalidade dos resultados dos empreendimentos realizados. O formato coercitivo da ação integradora suprime a independência e autonomia dos lugares submetidos à dinâmica imposta pelo capital (HERRERA 2013, p.22).

Passadas quatro décadas a região atualmente se mostra muito importante para o equilíbrio das contas externas do Brasil, apresentando elevados saldos na balança comercial (PORTAL

BRASIL, 2016), produzindo grande quantidade de energia hidrelétrica e com um imenso potencial genético e alimentar.

Sabe-se que os desafios apresentados ao Brasil pela região amazônica são muitos, diversificados, multicausais e complexos, se fazendo presentes em termos domésticos, regionais e internacionais. A região é de uma geopolítica extremamente complexa, tendo em vista que além de ser notoriamente utilizada como rotas para diversificadas formas de criminalidade organizada em nível internacional, também conta com países com instituições fluidas e, de alguma forma, submetidas a processos de captura do Estado⁶ que geram sérias instabilidades. Penna Filho (2013) apresenta-nos uma síntese:

No plano doméstico, de longa data se apresenta a questão da sua ocupação e integração ao restante do País, além da contenção do desmatamento descontrolado e da efetiva presença do Estado na região. No plano regional, o maior desafio é a integração com os países vizinhos, numa perspectiva Pan-Amazônica, além do controle dos ilícitos transfronteiriços, que incluem uma série de atividades ilegais que vão desde o tráfico de drogas ao contrabando e descaminho de diversos tipos de produtos. Já no plano internacional, há tempos paira no ar o receio da relativização da soberania brasileira sobre a Amazônia, um pensamento que vem atormentando principalmente os setores

⁶ Nesse sentido, temos muito fortemente a presença de verdadeiras máfias criminosas, com variados negócios ilícitos disputando espaço com governos que, internacionalmente, tem dificuldades de se mostrar como sólidos. Isso facilita a possibilidade de uma promiscuidade entre o crime e as instituições públicas, ocasionando a própria captura do estado por essas máfias. Juntamente com Monteiro (2015, p. 88) temos o seguinte: “por captura do Estado entendemos a ação de disseminação da corrupção, em grande escala e em todos os níveis da administração, influenciando os processos de tomada de decisão na política, na economia e nos demais campos de irradiação das políticas públicas, sejam de caráter nacional ou regional. Isso afeta não só a atividade administrativa, mas também as demais funções de Estado, ou seja, a legislativa e a judiciária”.

mais nacionalistas da sociedade brasileira (PENA FILHO, 2013, p.2).

Pelos motivos expostos, não resta dúvida que a região amazônica precisa ser protegida. Ainda nas palavras de Penna Filho (2013):

O Brasil, como detentor da maior parte do território amazônico, tem não só o direito ao exercício da soberania sobre a região, mas também o dever de proteger o seu ecossistema e as populações nacionais que lá habitam. Não pode, portanto, o Brasil abrir mão, abandonar ou deixar qualquer vazio de poder naquela importante e estratégica região, sob pena de enfrentar forças capazes de impor visões incompatíveis com a perspectiva da soberania nacional (PENNA FILHO, 2013, p. 3).

Os problemas das fronteiras no Brasil são tratados, pelo Governo Federal, sob a égide de três pilares. O primeiro, diz respeito à integração e à cooperação na faixa de fronteira estabelecendo acordos entre países vizinhos, como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). O segundo pilar de sustentação esta ligado à defesa e à segurança, com as diretrizes constantes do Plano Estratégico de Fronteiras, na Estratégia Nacional de Segurança Pública na Fronteira (ENAFRON) e na vertente militar do Programa Calha Norte. Finalmente, a terceira frente se dedica ao desenvolvimento sustentável econômico e social da região (BARBALHO *et al.*, n.d).

Principais marcos legais do tema “fronteiras”

O Brasil é o maior país do continente sul-americano. Banhado a Leste pelo Oceano Atlântico, possui cerca de vinte e três mil quilômetros de fronteiras, sendo pouco mais de quinze mil quilômetros de fronteiras terrestres e cerca de sete mil marítimas. A fronteira terrestre representa mais da metade de

toda extensão territorial, colocando o Brasil em contato com todos os países da América do Sul com exceção de Chile e Equador.

A preocupação com as fronteiras brasileiras remonta aos tempos do Império. Logo em 1850, o imperador do Brasil D. Pedro II numa demonstração clara de incentivar a ocupação das áreas limítrofes do país, promulga a Lei nº 601 que dispunha sobre o novo regime de terras no Império, apesar de vedar a concessão graciosa de terras públicas a partir de então, instituiu uma exceção, autorizando essa prática em relação às terras situadas nos limites do Brasil com os países estrangeiros em uma zona de 10 léguas (em torno de 66Km). As Constituições Federais que se seguiram (1937, 1946,1967) mantiveram a tônica de estabelecer critérios para ocupação da faixa de fronteira, determinando as atividades que ali podiam ser exercidas e quais eram os órgãos responsáveis pelo seu controle.

A Lei 2.597, de 12 de setembro de 1955, introduziu uma nova terminologia ao arcabouço jurídico nacional ao considerar zona indispensável à defesa do país a faixa interna de 150 quilômetros de largura, paralela à linha divisória do território nacional, cabendo à União sua demarcação. No mesmo texto proibiu nessa zona a prática de atos referentes à concessão de terras, à abertura de vias de comunicação, à instalação de meios de transmissão, à construção de pontes e estradas internacionais e ao estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à segurança da Nação sem o prévio assentamento do Conselho de Segurança Nacional. A partir dos anos 1970, uma série de leis infraconstitucionais passaram a regular o tema, sempre na perspectiva da mesma ideia de proteção às faixas de fronteiras, destacando-se a Lei nº 5.709/71 e o Dec. nº 74.965/74, que são a base do regime de aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, e a Lei nº 5.634/79, com o Dec. nº 85.064/80, que são o alicerce do regime de aquisição de imóveis rurais em faixas de fronteira. Basicamente, só o estrangeiro com residência regularizada pode adquirir um imóvel rural, tendo como requisitos o fato de que

não será possível a aquisição de mais de um imóvel rural, a não ser com autorização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), observado o limite de 3 módulos de exploração indefinida (MEI); se o imóvel tiver tamanho entre 3 e 50 MEI, deverá haver autorização do INCRA; e se tiver mais de 50 MEI, somente com autorização do Presidente da República.

Além disso, os imóveis adquiridos por estrangeiros na faixa de fronteira, em conjunto, não podem ultrapassar os limites percentuais de 25% da área rural do município ou 10% de áreas com titularidade por estrangeiros de um único país. Tudo isso para que não se tenha uma colônia de outro país em uma área que vulnerabilize a integridade do território brasileiro e sua soberania.

Com a promulgação da atual Constituição Federal (1988), se manteve a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, considerando-a fundamental para a defesa do território nacional.

Em 2004, o Ministério da Integração Nacional, criou o Programa de Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, cujas ações incluíam o desenvolvimento integrado das cidades gêmeas. Hirata (2013, pp. 30-31) alerta que o documento “tangenciava” também a questão da segurança pública, uma vez que o próprio texto deixa claro a relação existente entre os problemas da faixa de fronteira e os relacionados à segurança pública.

Em setembro de 2010, por meio de um Decreto presidencial sem número, foi instituído no âmbito do Ministério da Integração Nacional, a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), composta por representantes de vários ministérios e da sociedade civil organizada, cuja finalidade era propor medidas e coordenar ações que visem ao desenvolvimento e a integração na área abrangida pela Faixa de Fronteira, estimulando a integração das políticas públicas e a parceria com os demais entes públicos visando a complementaridade das ações.

Recentemente, em 2011, foi promulgado, através do Decreto 7.496, o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), um marco legal que, sob coordenação dos Ministros da Justiça, da Defesa e da Fazenda, visava a integração, a execução de ações conjuntas e a troca de informações entre a União, Estados e Municípios nas ações de segurança pública na faixa de fronteira, bem como a realização de parcerias com países vizinhos e a ampliação do quadro de pessoal e da estrutura destinada à prevenção, controle, fiscalização e repressão de delitos na faixa de fronteira. O documento ainda prevê, como forma de implementar as suas determinações, a criação, em nível estadual, dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIF) e, em nível federal, do Centro de Operações Conjuntas (COC).

Defesa, Segurança e Segurança Pública

A ideia de fronteira sempre foi considerada crucial para nas ciências geográficas e, por conseguinte, para todas as outras ciências que dependem igualmente desse conceito para materializar e construir suas teorias, diretrizes, leis e argumentos. Apesar das várias discussões acadêmicas acerca da origem e do conceito de fronteira, para efeitos deste artigo, o termo será utilizado para referenciar a área ao redor do limite, que, nas palavras de Sala (2013, p.13), “(...) é a linha que separa o território entre dois Estados e a fronteira é a região ao redor do limite. A linha é exclusivamente racional, resultado de um trabalho intelectual do ser humano (...) A fronteira é a sua concretização no âmbito do mundo material”.

O território de um Estado, portanto, é o espaço demarcado pelas fronteiras no qual ele exerce com exclusividade a sua soberania. Para manter a segurança e proteger seu território, um país precisa instrumentalizar pessoal e meios para defendê-lo em caso de agressão, o que confere às fronteiras um tratamento diferenciado e especial a fim de zelar pela sua integridade e controle. Desse pensamento decorre a necessidade de se

conceituar segurança, defesa e segurança pública.

A Política de Defesa Nacional, promulgada através de decreto presidencial em 2005, conceitua:

Segurança como a condição que permite ao país a presença da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais e,

Defesa nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (BRASIL, Dec. nº 5.484, 2005).

Em relação à segurança pública, a própria Constituição Federal vigente esclarece que “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (art. 144, *caput*), determinando também às Forças Armadas (FFAA) como responsáveis pela defesa nacional e as polícias pela segurança pública.

Em situações normais, portanto, ficam evidentes as responsabilidades legais e atribuições de cada instituição. No entanto, com o recrudescimento da violência urbana no país e a relativa incapacidade dos estados subnacionais em contê-la, inúmeras discussões surgiram sobre a possibilidade de atuação das Forças Armadas na segurança interna.

Sala (2013, pp. 16-17), ao analisar assunto, afirma que modernamente o conceito de defesa deve ser ampliado para o conceito de segurança pública, o que significa “que os conceitos de segurança e defesa passam por mudanças substanciais, em decorrência da mudança que experimenta o próprio conceito de soberania, diante de um mundo globalizado onde a porosidade das fronteiras é uma realidade constante”.

Essa fusão não é inconveniente, quando se tem em vista que a criminalidade organizada internacional tem atuação cada vez mais “profissional”, afetando como alhures comentado, os próprios processos governamentais.

O crime, cada vez mais organizado, toma conta de atividades muito rentáveis e a reprodução do capital conseguido é reinvestido com uma eficiência que poucas empresas conseguem ter. É uma ilusão, portanto, achar que criminosos nessa escala são despreparados para se inserirem competentemente nos processos produtivos ou construir uma camada de legalidade para encobrirem suas atividades (MONTEIRO, 2016, p. 16).

Embora Constituições anteriores já mencionassem o emprego das FFAA na segurança pública em situações excepcionais, a Constituição Federal de 1988 disciplinou, em conjunto com a Lei Complementar nº 97, de 1999, a atuação das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem⁷ (Op. GLO), cuja regulamentação da forma de emprego só veio a ocorrer em 2001, com a aprovação do Decreto nº 3.897/2001.

Muito semelhantes às ações de GLO, o emprego das FFAA na faixa de fronteira contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em operações integradas com outras agências policiais, também é especificado no mesmo diploma legal. A bem da verdade, o governo brasileiro, através das suas Forças Armadas, em graus maiores e menores, sempre se mostrou preocupado com a defesa da Amazônia. Prova disso são os inúmeros programas instituídos ao longo do tempo com essa

⁷ Operação de Garantia da Lei e da Ordem (Op. GLO) é uma operação militar conduzida pelas Forças Armadas, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição ou em outras em que se presume ser possível a perturbação da ordem (BRASIL, 2013, p. 14-15).

finalidade como os Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), Sistema de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), Sistema de gerenciamento da Amazônia Azul (SIGAAZ), dentre outros.

Desta forma, o emprego das FFAA contra ilícitos transnacionais, em especial do Exército brasileiro por sua vocação terrestre, disponibilidade de pessoal fixado na região e expertise no terreno, tem como finalidade impedir o cometimento de crimes na faixa de fronteira.

Entretanto, é recente e discutível o papel das Forças Armadas no contexto da segurança interna ou, nas ações de “não guerra”⁸. Autores como Hirata (2015), recordando a herança militar da formação das polícias brasileiras, não vê com bons olhos a “militarização da segurança pública no Brasil”, isto é, da “atuação do Exército como força policial” por entender que “as políticas voltadas à proteção das fronteiras a partir da metade dos anos 2000 são especialmente reveladoras da revitalização dessa relação [entre FFAA e polícias estaduais] por meio de dinâmicas internacionais de hibridização das áreas de defesa e da segurança pública, como também aos chamados ilícitos transfronteiriços” (HIRATA, 2015, p. 33).

Na outra ponta, o resultado da pesquisa sobre percepção de segurança realizada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas em 2011 revela que 63,7% da população da região Norte acha que as Forças Armadas devem combater a criminalidade em conjunto com as polícias (IPEA, 2011, p.16).

A política de Segurança Pública nas fronteiras terrestres brasileiras: um olhar preliminar sobre a Estratégia Nacional

⁸ As Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op. GLO) são caracterizadas como operações de “não guerra”, pois, embora empregando o poder militar, no âmbito interno, não envolve o combate propriamente dito, mas podem, em circunstâncias especiais, envolver o uso de força de forma limitada, podendo ocorrer tanto em ambiente urbano quanto rural (BRASIL, 2013, p.17)

de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) no Arco Norte

Na esteira de uma certa estabilidade política ocorrida na América do Sul, verificou-se uma maior aproximação econômica e um fortalecimento das relações comerciais entre os países, notadamente depois da criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Na mesma medida, o crime organizado se aproveita das fragilidades jurídicas e de uma precária integração dos órgãos responsáveis pelo controle, fiscalização e segurança das fronteiras para disseminar a violência e praticar delitos.

O governo brasileiro, percebendo que uma alternativa possível para enfrentar o problema da criminalidade na faixa de fronteira era integrar as forças de Segurança Pública dos municípios, estado, união e as forças armadas, passa a adotar uma série de medidas a fim de possibilitar a otimização dos recursos com segurança, controle e defesa nessas regiões e, a partir daí, fomentar investimentos no comércio e na indústria, oportunizando melhores condições de vida, geração de emprego e renda, fixando as pessoas no território e aumentando o sentimento de pertencimento pelo seu espaço, dificultando dessa forma, a cooptação de munícipes para a atividade criminosa. Uma dessas políticas é a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON).

Iniciada no ano de 2012, como desmembramento do Plano Estratégico de Fronteiras, a ENAFRON reforça a intenção do Governo Federal em aumentar a presença do Estado nas fronteiras brasileiras e de melhorar a articulação dos órgãos responsáveis pela sua fiscalização, segurança e defesas. Foi definida como um:

Conjunto de políticas e projetos do Governo Federal, que tem por finalidade melhorar a percepção de Segurança Pública junto a sociedade e garantir a presença permanente das instituições policiais e de fiscalização na região de fronteira do Brasil,

otimizando a prevenção e a repressão aos crimes transfronteiriços, por meio de ações integradas de diversos órgãos federais, estaduais e municipais (BRASIL, 2012, n.d.).

Nota-se claramente na definição do ENAFRON a real preocupação do governo com a percepção de segurança do povo brasileiro, com a presença do Estado nas fronteiras e com a eficiência através da integração dos órgãos. Na sequência, são apresentados os dois objetivos da estratégia (PORTARIA 12, 2012, n.d.):

- 1) promover a articulação dos atores governamentais, das três esferas de governo, no sentido de incentivar e fomentar políticas públicas de segurança, uniformizar entendimentos e ações e otimizar o investimento de recursos públicos nas regiões de fronteira.
- 2) enfrentar os ilícitos penais típicos das regiões de fronteira e promover um bloqueio e a desarticulação das atividades de financiamento, planejamento, distribuição e logística do crime organizado e dos crimes transnacionais, cujos efeitos atingem os grandes centros urbanos e a sociedade brasileira com um todo.

O programa reconhece que os Estados têm dificuldades nas regiões de fronteira em relação ao reduzido efetivo policial frente às grandes extensões de terra, deficiência na qualificação e atuação especializada dos profissionais ligados à Segurança Pública estadual, e a falta de integração entre as esferas de poder. Em termos de gestão, a estratégia prevê a realização periódica de reuniões entre os órgãos partícipes⁹ a fim de analisar as ações realizadas e definir as futuras metas.

Em termos práticos, a ENAFRON começou a ser materializada através de um documento do Ministério da Justiça (Portaria nº 12, de 16 de março de 2012) que trouxe vários pontos importantes. Primeiro, instituiu um processo de

⁹ Ministério da Justiça, Ministério da Defesa e Governos Estaduais.

habilitação de propostas aos Estados na fronteira brasileira (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) tendo em vista a disponibilização de recursos federais. Segundo, especificava a destinação dos recursos exclusivamente na faixa de fronteira e para ações relacionadas a estruturação de unidades, fortalecimento das atividades de inteligência e inovação tecnológicas de monitoramento e controle fronteiriço e reaparelhamento de centros e postos integrados de Segurança Pública e fiscalização. Terceiro, exigia dos Estados postulantes planejamentos detalhados das ações, metas e propostas de redução dos índices de criminalidade na faixa de fronteira, bem como a previsão de esforços quantitativos a serem despendidos nessas ações, entre muitas outras informações. Finalmente, estabelecia critérios objetivos para efeitos de distribuição de recursos (PORTARIA 12, 2012).

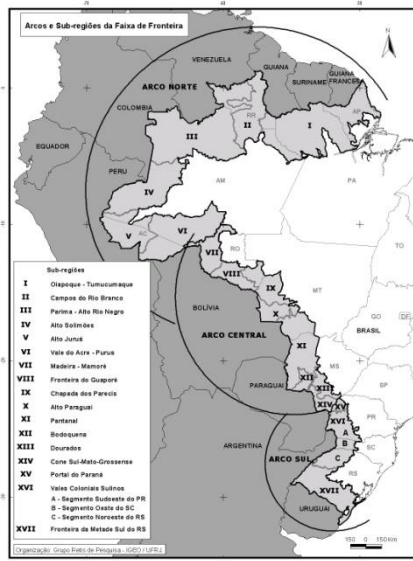
Como é fácil observar, a concessão desses recursos para os estados subnacionais é imensamente vantajosa para a União em termos econômicos já que o custo para alocar pessoal e equipamento suficientes da Polícia Federal, detentora exclusiva da missão constitucional de segurança na faixa de fronteira seria bem maior. Nas palavras de Hannemann (2016, p.58), “Trata-se de uma estratégia conveniente da União ao estruturar as forças de segurança pública estaduais e retirar de seu orçamento o custeio da manutenção”. Sobre a estratégia, Santos (2015, p. 55) complementa:

O ENAFRON volta-se ao contexto de interação entre os Estados considerando a especificidade territorial. A fronteira torna-se um espaço para a efetivação de uma política pública determinada, havendo uma relação de poder estrategicamente comandada pelos interesses do Estado. Assim, torna-se sensível e analítica, possuindo alguns problemas concretos que devem ser considerados pelas políticas públicas.

O Ministério da Justiça determinou a implantação da ENAFRON em três fases. A primeira fase, de ação imediata a curto prazo, se realizaria através das operações integradas ou não dos órgãos nas três esferas governamentais com o objetivo prático de aumentar imediatamente a presença do Estado nas fronteiras e reduzir os delitos fronteiriços. A segunda fase, marcada pelo engajamento e integração federativa teria como objetivos a estabilização e enraizamento das ações voltadas para a integração dos órgãos responsáveis pela fiscalização, prevenção e repressão na faixa de fronteira. A última etapa de implantação seria caracterizada pela execução dos projetos estratégicos com vistas a operacionalizar ações permanentes nas regiões afetadas, como a construção de moradias para servidores públicos, implementação do Sistema de Aeronave não tripulada e de bases aeropolíciais integradas, dentre outras.

No decorrer dos mais de 16 mil quilômetros de fronteiras brasileiras, observa-se uma diversidade cultural, geográfica, populacional e socioeconômica, características de um país continental. Como consequência, notam-se significativas diferenças regionais ao longo da faixa de fronteiras que interferem significativamente no planejamento, execução e resultado das ações. Em razão disso, o Governo Federal, através do Ministério da Integração Nacional, propôs a macrodivisão da faixa de fronteira brasileira em três grandes arcos, usando como critérios principais, as bases produtivas, a posição geográfica e os indicadores socioeconômicos. O primeiro é o Arco Norte, compreendendo a faixa de fronteira dos estados do Amapá, Pará, Amazonas, Roraima e Acre. O segundo é o Arco Central, representado pela faixa de fronteira dos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O terceiro é o Arco Sul, que inclui a fronteira dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (BRASIL, 2005, p. 52).

Figura 1: Arcos e sub-regiões de fronteiras



Fonte: Brasil (2005, p.53)

O Arco Norte contempla a maior extensão da faixa de fronteira brasileira com mais de 9 mil Km², e é caracterizado sobretudo pela floresta amazônica, que lhe confere características singulares como a baixa densidade demográfica, a presença de grandes áreas de reservas indígenas, imensas dificuldades relacionadas ao transporte, à vigilância e à comunicação. Nele encontram-se inseridos na totalidade as áreas territoriais dos estados do Acre e de Roraima, o que resulta em discussões políticas a despeito da regulamentação federal específica para utilização das terras situadas na faixa de fronteira. Em razão de tais características, o Arco Norte atrai é um polo catalizador da atenção nacional e mundial em temas relacionados às questões ambientais, aos conflitos territoriais, ao tráfico internacional de cocaína, a biopirataria, e, mais recentemente, aos movimentos de grupos de narcotraficantes e guerrilheiros.

O Arco Norte caracteriza-se pela pouca ou quase inexistência do Estado nas dimensões ideológicas, burocráticas ou

enquanto autoridade legal (O'DONNEL, 1993). Couto (2011) assegura que um dos principais problemas na região diz respeito a utilização da Amazônia brasileira como local e rota estratégica pelas redes transnacionais de narcotráfico. As causas seriam a localização próxima a países grandes produtores de cocaína e o fato de que, além de rota de escoamento para o oceano Atlântico, o Brasil é um grande consumidor de entorpecentes. A autora também refere ao relevo, densa cobertura vegetal e aos imensos vazios demográficos da floresta, o que favorece a ocultação dos criminosos.

No Arco Norte, a ENAFRON possibilitou repasses de recursos federais aos estados da região de acordo com a tabela abaixo.

Tabela 1: máximo de recursos previstos por unidades federativas

ESTADO	INVESTIMENTO (R\$)
AC	13.006.838,70
AM	13.006.838,70
AP	8.305.752,70
PA	8.305.752,70
RR	8.305.752,70
TOTAL	50.930.935,50

Fonte: Portaria (MJ) n° 12, de 16 de março de 2012

Em relação à utilização desses valores, um fato curioso foi a aplicação de verbas em cidades que não se encontram fisicamente na faixa de fronteira, mas que por questões estratégicas de estarem situados em locais sob área de influência direta dos crimes transfronteiriços, foram incluídos. É o caso dos municípios de Alenquer, São Caetano de Odivelas e Abaetetuba, no Estado do Pará. Outro aspecto a ser considerado é que o repasse federal se destina apenas a investimentos, devendo as despesas de manutenção e custeio recair sobre os Governos Estaduais que, na atual crise financeira enfrentada pelo país,

constitui um óbice para a real e concreta eficiência dos objetivos da ENAFRON.

Quanto aos critérios objetivos para disponibilização de recursos, apesar de constituir um avanço, continua privilegiando os estados do Arco Sul e do Arco Central, já que considera com pontuações maiores, o número de municípios existentes dentro da faixa de fronteira. Com imensos espaços vazios demográficos e a maioria dos centros urbanos afastados da faixa de fronteira, o Arco Norte é desfavorecido. Ressalta-se novamente, que os estados do Acre e Roraima tem seus territórios totalmente inseridos na faixa de fronteira, o que lhes confere vantagens consideráveis na captação de recursos.

Outro ponto que merece reflexão é que, como a infraestrutura das cidades inseridas nos Arco Sul e Central são, via de regra, melhores que as do Arco Norte, o mesmo valor investido em comunicações, por exemplo, trará resultados mais eficientes. O relevo e a vegetação da floresta amazônica se constituem sérios obstáculos à propagação das frequências de rádio (que necessitam antenas que fiquem acima das copas das árvores) e tornam quase impossível a utilização de fibras óticas. Na mesma linha de raciocínio, as dificuldades logísticas para transporte de material e pessoal tornam mais caros os serviços realizados no meio da floresta.

A questão da regionalização também não passa despercebida. Damasceno (2016), interlocutor da ENAFRON no Estado do Pará entre os anos de 2011 e 2015 critica a falta de conhecimento da região do Arco Norte por aqueles que tem o poder de decidir como, quanto e onde devem ser investidos os recursos. Em suas palavras:

Desde o início da ENAFRON, as reuniões com os diversos atores responsáveis pela captação e aplicação dos recursos eram realizadas em Brasília ou em Foz do Iguaçu. Usavam como desculpa que era mais próximo da maioria. No final do ano de 2012, após muita insistência, consegui reuni-los no município

fronteiriço de Oriximiná-PA. O Estado do Pará recebeu 78 pessoas na cidade de Santarém-PA e fomos num barco regional até o destino. No caminho, ainda os convidamos para acompanhar uma abordagem e revista de um barco com cerca de 350 passageiros. A grande maioria deles, que visitavam a região pela primeira vez, ficou perplexa com a grandiosidade dos rios e da floresta, com a falta de infraestrutura, com as dificuldades do trabalho policial e com o ‘nada funciona’ [referindo-se à indisponibilidade de sinal de telefonia celular e internet]. Ao final do dia, dois funcionários do Ministério da Justiça vieram me pedir desculpas por terem negados recursos que havíamos pedido para projetos especificamente elaborados em função das peculiaridades da nossa região” (DAMASCENO, 2016, Informação verbal).

No tocante à atuação das Forças Armadas brasileiras na defesa, vigilância e segurança da faixa de fronteira, Nascimento e Miranda (2013) fazem uma interessante e oportuna análise da presença do Exército Brasileiro (EB) no arco norte. Para os autores, o EB vem, desde os anos 1990, redistribuído seus efetivos e aperfeiçoando sua logística com prioridade à região amazônica onde realizam a defesa, a vigilância e a vivificação da faixa de fronteira. Continuam os autores esclarecendo que o Programa Amazônia Protegida

Tem por finalidade o estabelecimento de uma estrutura de defesa para a região que seja, no mínimo, compatível com o projeto político brasileiro, tanto a nível nacional quanto na América do Sul, e para isso, o controle, fiscalização e defesa das fronteiras terrestres, principalmente na região norte do país é prioridade do programa (NASCIMENTO; MIRANDA, 2013, p. 307).

No outro extremo, há quem discorde da eficiência da aplicação das Forças Armadas em Operações contra os delitos transfronteiriços. Damasceno (2016) é um deles:

A estrutura do Exército é muito burocrática, seu processo de decisão é lento e eles movimentam muitos recursos. Não há como manter sigilo antes das operações. Essas operações [das Forças Armadas] já viraram até motivo de piada na região. Dias antes do início [das operações], toda cidade já sabe o que vai acontecer. Aí os bandidos tiram férias e esperam terminar para voltarem ao trabalho. E ainda tem uma pergunta que ninguém fez: qual o custo benefício de lançar no terreno centenas de homens?” (DAMASCENO, 2016, Informação verbal).

Conclusão

É indiscutível a importância da Amazônia para o Brasil, tanto do ponto de vista ambiental e econômico, quanto na dimensão geopolítica. Inegável também o é, a necessidade de proteger sua faixa de fronteira, materializada no Arco Norte.

Os objetivos da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras são audaciosos e sua materialização depende, em grande medida, de ajustes no campo jurídico e político a fim de que possam ser criadas condições de execução favorável. Num país com dimensões continentais, há necessidade de um olhar diferenciado para cada macrorregião e as políticas públicas devem contemplar as especificidades das realidades regionais, pois as características do Arco Norte são muito diferentes do restante da faixa de fronteira brasileira.

Quanto a eficiência das ações (HANNEMANN, 2016, p. 64-66), entre 2008 a 2014, não houve redução significativa na taxa homicídios na faixa de fronteira, nem um aumento substancial das prisões por tráfico de drogas e de apreensões de armas. Porém, pesquisas científicas adicionais e direcionadas precisam ser conduzidas para comprovar a eficácia de cada ação em particular.

A integração dos atores governamentais das três esferas de governo, considerada essencial para o sucesso da estratégia, ainda está longe de acontecer. Problemas relacionados à cultura

organizacional das instituições, disputas por poder e entraves legais precisam ser superados de modo que a integração ocorra com respeito as especificidades dos mandados das instituições de segurança pública e defesa.

Nota-se que os recursos são insuficientes para o aparelhamento, treinamento e capacitação do pessoal, aquisição de meios necessários para um controle adequado e para manutenção das instalações e equipamentos, o que indica a necessidade da criação de um fundo de recursos permanente e estável que possibilite a efetivação de políticas públicas que sejam factíveis e executáveis no modelo federativo brasileiro no longo prazo. Faltam incentivos, portanto, para a permanência dos profissionais na faixa de fronteira do Arco Norte.

Finalizando, verifica-se que um longo caminho já foi percorrido em busca do controle, fiscalização, prevenção e repressão dos crimes transfronteiriços. No Arco Norte, em especial, verifica-se que os desafios propostos e que precisam ser superados são tão grandes quanto a própria floresta que necessitamos proteger.

Referências

BARBALHO, Bruno Gonçalves de Souza et al. **Política de Fronteira e Defesa Nacional**. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xii_cadn/politica_de_frenteira.pdf>. Acesso em 30 Out. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005**. Aprova a Política de Defesa Nacional. Disponível em: < decreto 5.484 de 30 de junho de 2005>. Acesso em: 20 out. 2016.

BRASIL. **Garantia da Lei e da Ordem**. Ministério da Defesa. 2013. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listade>

publicacoesEMD/md33_m_10_glo_1_ed2013.pdf>. Acesso em: 15 Out. 2016.

BRASIL. Portaria nº 12, de 16 de março de 2012. Ministério da Justiça. Institui processo de habilitação de propostas para desenvolvimento de ações relacionadas ao Projeto de Apoio ao Reaparelhamento dos Órgãos Estaduais de segurança pública no âmbito da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_23126643_PORTARIA_N_12_D_E_16_DE_MARCO_DE>. Acesso em: 20 Out. 2016.

BRASIL. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BRASIL. Estratégia Nacional de Segurança Pública das Fronteiras (ENAFRON). Ministério da Justiça. 2012. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/audiencias-publicas/2011/acompanhar-e-esclarecer-as-acoes-e-dificuldades-encontradas-para-prover-a-devida-protecao-as-fronteiras-brasileiras-1/apresentacao-enafron>>. Acesso em: 15 Out. 2016.

COUTO, Aíala Colares de Oliveira. **Um problema de fronteiras:** a Amazônia no contexto das redes ilegais do Narcotráfico. *Perspectiva Geográfica*. v.6, n. 7. 2011.

DAMASCENO, José Roberto Pereira. Interlocutor da ENAFRON no estado do Pará no período de 2011 a 2015. **Entrevista.** [out. 2016]. Entrevistador: Cesar Maurício de Abreu Mello. Belém, 2016. 1 arquivo mp3 (29 min.).

HANNEMANN, Ildelfonso Gonçalves. **Política de Segurança Pública nas fronteiras terrestres brasileiras:** um estudo sobre a estratégia nacional de segurança pública (ENAFRON).

Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Pará. 2016.

HIRATA, Daniel. Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do "Arco Norte". In: **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 67, n. 2, Jun 2015. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Out. 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**). 2016. Disponível em: <<http://teen.ibge.gov.br/mao-na-roda/posicao-e-extensao.html>>. Acesso em: 15 Out. 2016.

Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada (**IPEA**).2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28&Itemid=23>. Acesso: 25 Out. 2016

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Sistema de Indicadores de Percepção Social: Defesa Nacional**. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/120417_sips_defesanacional.pdf>. Acesso em: 25 Out 2016.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no Século XXI: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do livro. 2009.

MONTEIRO, Alisson Gomes. Porque (des)confiar (de)em políticas públicas de segurança. In: **Poder e cidadania: análise crítica no Direito contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

NASCIMENTO, Durbens Martins; MIRANDA, Wando Dias. A

Defesa Nacional na Amazônia brasileira: um estudo sobre a constituição dos pelotões especiais de fronteira. In: NASCIMENTO, Durbens Martins; PORTO, Jadson Luis Rebelo (org.). **Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa e segurança da Amazônia**. Belém: NAEA, 2013.

NEVES *et al* (org). **Segurança Pública nas fronteiras, diagnóstico socioeconômico e demográfico: Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania. 2016.

O'DONNELL, G. **Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais**: uma visão latino-americana com rápida olhada em alguns países pós-comunistas. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 36. 1993. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/70/20080625_sobre_o_estado.pdf>. Acesso em: 10 Out. 2016.

PENNA FILHO, Pio. Reflexões sobre o Brasil e os desafios Pan-Amazônicos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília , v. 56, n. 2, p. 94-111, Dec. 2013 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292013000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Out. 2016.

PESSOA, R. S. **Fontes de Financiamento para a Infraestrutura Rodoviária Federal**: Necessidade de Recomposição. TEXTO PARA DISCUSSÃO N.º 293. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). RJ, 1993. Acesso 10 de fev 2016. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1732/1/td_0293.pdf. Acesso em: 10 Out. 2016.

PORTAL BRASIL. 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/07/norte->

e-centro-oeste-tiveram-aumento-de-exportacoes-no-semestre>. Acesso em 30 Out. 2016.

RAISG. Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada. 2016. Disponível em: <<http://raisg.socioambiental.org>>. Acesso em: 25 Out. 2016.

SALA, Jose Blanes. As fronteiras do Brasil. In: ZIMERMAN, Artur (org.). **Fronteiras e segurança na América do Sul.** Santo André: Universidade Federal do ABC, 2013.

SILVA, Renilson; BACHA, Carlos José Caetano. **Análise do crescimento populacional da Região Norte do Brasil (1980 a 2000) no contexto da Nova Geografia Econômica.** 2011. Disponível em: <<https://www.anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/000-2e054f35d468da83a8415232cee80ac0.docx>>. Acesso em: 20 Out. 2016.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Violência e grilagem:** instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará. Belém: UFPA, ITERPA, 2001.

“Cidade modelo”: linchamentos, protestos e revolta no espaço urbano da cidade de Castanhal (1978-1987)

Osimar da Silva Barros (SEDUC)¹

No dia 29 de março de 2017 completou 30 anos que três mil pessoas tomaram as principais ruas de Castanhal e destruíram todas as delegacias, o fórum e incendiaram algumas residências de policiais civis e militares. Esse motim é conhecido como *A Revolta do Pincel*. Isso porque o menor Carlos Alberto Costa Rodrigues, acusado de furtar dois pinceis, foi preso e torturado na Delegacia Central de Castanhal. As agressões físicas que sofreu provocaram a sua morte. Tal acontecimento despertou a fúria popular contra as instituições que representavam a segurança pública na cidade.

Os amotinados caminharam pelas principais ruas da cidade, realizaram incêndios e depredaram as delegacias, tornando-se uma verdadeira marcha avassaladora que se expandiu por nove bairros da cidade³. Esse movimento de protesto não extrapolou seus limites, pois não destruiu aquilo que não carregasse a marca da repressão. Quem sofreu com a fúria popular foram àqueles relacionados com o poder de polícia. Além dos distritos, as residências dos agentes de segurança pública envolvidos com a tortura do menor foram devastadas ou saqueadas⁴.

Os jornais impressos que noticiaram o quebra-quebra não informam se a população enraivecida promoveu saque de lojas, mercados ou destruiu casas não relacionadas com as autoridades de segurança pública. A população amotinada que participou da

¹Doutorando em História Social da Amazônia no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará. Mestre em História Social da Amazônia. Professor da Rede Estadual de Educação do Pará (SEDUC).

²A Revolta do Pincel foi tema da minha monografia de conclusão de curso, em 2008. Também analisei esse motim no primeiro capítulo da minha dissertação que foi apresentada em 2014.

³*A Província do Pará, Belém, 01/04/1987*.p.7.

⁴*O Liberal, Belém, 30/03/1987*. p.16.

Revolta do Pincel não realizou atitudes arbitrárias, cegas e irracionais, pois o deslocamento pela cidade visava “punir” os envolvidos com a tortura. Maria Lúcia Pantoja Xavier foi uma das curiosas que testemunhou o quebra-quebra. Em 1987 era menor de idade. Ela presenciou o primeiro foco da revolta que destruiu a residência de uma pessoa conhecida como “França”. Este supostamente denunciou o menor que tinha furtado de sua casa os dois pincéis, motivo pelo qual Carlos Alberto Rodrigues foi preso⁵. “Muita gente, muita gente, todo mundo... era quebrando as coisas, tocando fogo, queimando livros, quebrando tudo! (...) Crianças, mulheres (...) muito curioso”⁶. O depoimento de Maria Lúcia nos apresenta um dos aspectos da multidão, a qual corresponde um fenômeno social que não se constitui apenas de sujeitos que participam de ação direta. Mas também compõe de curiosos que são atraídos por atitudes que quebram ou alteram a ordem cotidiana. Deste modo, a atuação de um pequeno grupo em espaço aberto e/ou público acaba atraindo um número significativo de pessoas para a rua (CANNETTI, 1995.). É interessante destacar que muitos que participam da multidão não sabem o motivo da concentração das pessoas. Apenas desejavam estar no local onde se aglomeram o movimento (Idem). Será que todos que estavam presenciando a destruição da residência do “França” sabiam a razão do motim? A multidão enfurecida, depredou, saqueou e, em seguida, incendiou a casa do “Senhor França”⁷. E ainda, nas paredes que restaram da casa, os revoltosos escreveram dizeres como: “vingança e justiça”, “polícia assassina” e “vingança por um pincel”⁸.

Depois os revoltosos foram para Delegacia Central de Castanhal, localizada no centro da cidade, onde encontraram outro grupo que protestava contra a violência policial. José

⁵Idem.

⁶ Maria Lúcia Pantoja Xavier. Entrevista realizada no dia 12 de março de 2008.

⁷*Diário do Pará*, 30/03/1987. p.7.

⁸ Esses dizeres estão expostos nos jornais *O Liberal*, *Diário do Pará* e *A Província do Pará*.

Expedito de Oliveira Barros testemunhou o encontro dos dois grupos: “Eles rodaram na delegacia com enterro dele, um monte de gente (...) enterraram... aí os pessoal de Castanhal já tavam sabendo, né. Esse negócio abalou a cidade. (...) Aí começou... quebraram a delegacia”⁹. A expressão “abalou a cidade” evidencia perplexidade e temor na narrativa e memória do sapateiro José Expedito. A concentração de pessoas na frente da delegacia central se tornou maior com encontro dos dois grupos. Assim partiram para invadir o distrito e enfrentaram um efetivo da polícia militar que tentou impedir a invasão. Um Sargento Aposentado (pediu para não ser identificado) da polícia militar estava no interior da delegacia no momento em que os amotinados iniciaram a destruição do prédio. “Quem soltou os presos fui eu (...) porque quando eu vi pegando fogo (...) eu disse: ‘Doutor eu vou soltar os presos, senão os presos vão morrer tudo... queimado’”¹⁰. Antes de a polícia militar abandonar a delegacia, o Sargento Aposentado decidiu libertar os presos que estavam na carceragem, porque os insurgentes estavam incendiando a Delegacia Central de Castanhal. Percebe-se nesse relato o destaque da primeira pessoa. Como se o narrador tivesse a preocupação em dizer que estava lá, no meio de toda aquela ação. A utilização dos pronomes nos ajudar entender os significados narrados. O Sargento Aposentado buscar construir para si uma imagem de liderança e capacidade de decidir em momento de tensão. Isso o levou a evitar uma tragédia.

Após a completa destruição da delegacia central os rebeldes se expandiram para nove bairros e essa revolta durou toda uma tarde e noite de domingo. Ainda no centro da cidade, a multidão tentou invadir o 5º Batalhão da Polícia Militar¹¹, situada próximo da feira livre de Castanhal. O Sargento Aposentado relata que “... o coronel disse que agente não vai deixar invadir

⁹ José Expedito Oliveira Barros. Entrevista realizada no dia 17 de junho de 2008.

¹⁰ Sargento Aposentado. Entrevista realizada no dia 29 de setembro de 2012.

¹¹ *O Liberal*, 30/03/1987.p.15

esse quartel, com agente aqui dentro... foi quando o padre chegou [Monsenhor Manoel Teixeira]. Mandou todo parar”. Segundo o depoimento, Monsenhor Manoel Teixeira, pároco da Igreja São José, convenceu os rebelados a não invadir o 5º Batalhão da Polícia Militar. Ao falar do padre, o Sargento Aposentado ficou de pé e representou através de gestos como o sacerdote impediu multidão de invadir o quartel. Tal comportamento demonstra que a entrevista vai muito além da relação entre o “observador” e o “observado”, pois o narrador modela seu discurso a partir da circunstância (PORTELLI, 2010). Assim, recorrendo a gestos, o Sargento Aposentado descreve o quanto era errôneo a ação da população revoltada. Para ele, muitos “não eram gente do bem”.

No início da noite desse mesmo dia, quando os insurgentes estavam depredando o Fórum, chegou a Tropa de Choque de Belém, capital do Estado do Pará, para reprimir a população rebelada e, semelhante o que fez a multidão insurrecta, deslocou-se por toda a cidade para dissolver a turba. A ação da patrulha militar era mais violenta possível: bastava que um grupo de dez pessoas estivesse reunido em uma esquina para que os soldados atirassem e agredissem¹².

A Revolta do Pincel não pode ser pensada como um fenômeno sócio histórico isolado, como se a eclosão do motim estivesse ligado somente à violência institucional em si. No final da década de 1970 e os anos de 1980, o espaço urbano de Castanhal foi palco de inúmeras experiências coletivas tanto de aspecto de reivindicação por escassez de serviços básicos quanto contra a violência urbana. Nesse contexto, os jornais impressos castanhalense e os vereadores da Câmara Municipal de Castanhal difundiram um discurso que a cidade era um modelo de “evolução” para os demais municípios do Estado do Pará. Esse discurso foi construído porque Castanhal, a partir dos anos de 1960, passou por transformações urbanas significativas (BARROS, 2014).

¹²O *Liberal*, 30/03/1987. p.15.

A desativação da Estrada de Ferro de Bragança (E.F.B.), seguida pela abertura da Rodovia Belém-Brasília (BR-316)¹³, estimularam administração pública de Castanhal aprovar realização de inúmeras obras urbanas como: a abertura de inúmeras vias, incluindo a construção da principal avenida da cidade que substituiu a Estrada de Ferro de Bragança; a retirada da cobertura vegetal de vários pontos urbanos, aterramento de vários igarapés, criação do primeiro bairro planejado, demolição da estação de trem e do Mercado Municipal de Castanhal, aparecimento de serviços bancários e instalação de energia elétrica permanente (BARROS, 2014). Todos esses empreendimentos públicos levaram os vereadores e o executivo municipal a discursarem que Castanhal vivia um momento de “desenvolvimento” e de “progresso” (Idem). Ainda na primeira metade da década de 1960, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (I.N.D.A.) escolheu Castanhal e algumas outras cidades brasileiras para implantação de um projeto de planejamento urbano¹⁴. Tal iniciativa visava transformar essas cidades em modelo de desenvolvimento citadino. Castanhal, na ocasião dessa escolha, era administrada pelo prefeito Máximo Porpino Filho (1963-1965). Este e outros prefeitos das cidades escolhidas participaram no Rio de Janeiro, em 1963, de uma reunião com presidente João Goulart que explicou a proposta de reforma urbana do Governo Federal. Retornando para Castanhal, o prefeito Máximo Porpino Filho promoveu intensa

¹³ Franciane Gama Lacerda explica que Castanhal surgiu do processo de colonização da Zona Bragantina, no nordeste do Estado do Pará. Para consolidar essa colonização, em 1883, iniciou a construção da Estrada de Ferro de Bragança que passava no meio da vila de Castanhal. A rodovia Belém Brasília também passa próximo do centro da cidade castanhalense.

¹⁴ Francisco Manoel da Silva, conhecido como “Moarcir”, foi quem nos informou sobre a escolha de Castanhal para implantação do projeto de planejamento urbano do Governo Federal, nos anos de 1960. Francisco Manoel da Silva foi secretário do prefeito Máximo Porpino Filho. Entrevistamos Francisco da Silva ou “Moarcir” no dia 30 de agosto de 2012.

propaganda de que Castanhal seria uma “cidade modelo” (Idem). Mas o projeto não foi efetivado. Mesmo assim, a expressão “cidade modelo” foi apropriada pelo poder público municipal, iniciativas particulares e imprensa local, especialmente no final década de 1970. Este período foi marcado pela completa alteração da paisagem urbana e, por isso, os jornais impressos intensificaram o discurso que Castanhal era “cidade modelo” ou “município modelo” (Idem). Este termo ainda persiste atualmente na cultura da publicidade local, tanto nas propagandas de obras públicas da administração municipal quanto nas empresas privadas.

É importante destacar que empreendimentos públicos e privados reformaram o centro comercial de Castanhal. Mas outros bairros, especialmente o bairro do Milagre, não foram beneficiados pelo “progresso” que a cidade experimentava. O Milagre era considerado pela imprensa local o mais “populoso” bairro da “cidade modelo” e desprovida de serviços básicos como a falta de água e ausência de pavimentação que dificultava o cotidiano dos residentes¹⁵. Essa condição levou a mobilização dos moradores que tomaram as ruas do bairro e buscaram amenizar a situação que se encontravam. “Decidiram agir por conta própria tampando os buracos usando pás, enxadas, picaretas”, pois as vias se enchiam de lama quando chovia¹⁶. A ação coletiva desses moradores não foi organizada por nenhuma associação ou sindicato. Os populares que compartilhavam do mesmo espaço tomaram a iniciativa para solucionar o problema e, em seguida, se organizaram e caminharam até a prefeitura para pressionar, de forma pacífica, o governo municipal para solucionar a “situação de completo abandono das ruas e alamedas”¹⁷.

Outro exemplo de mobilização coletiva no espaço urbano de Castanhal ocorreu por causa de uma enchente. A “cidade

¹⁵ *Jornal de Castanhal*, Segunda Quinzena de setembro de 1978.p.9.

¹⁶ *Jornal de Castanhal*, Primeira Quinzena de setembro de 1978.p.4-5.

¹⁷ Idem.

modelo” não passou apenas por uma modificação da paisagem do centro da cidade. Houve também um crescimento urbano que, por sua vez, não teve um planejamento da administração municipal que evitasse assoreamentos de igarapés existentes na cidade (BARROS, 2014). Do mesmo modo não houve uma política de ocupação ordenada da população de baixa renda. Assim, inúmeras famílias com baixo poder aquisitivo ocuparam as margens do Igarapé-Castanhal. Este rio corta as principais ruas e avenidas da cidade. Na década de 1970 passava por um processo de assoreamento através das obras públicas e ocupação de residência nas suas margens (Idem). Assim, em março de 1980, após “intenso temporal de duas (ou três) horas muitas casas foram cobertas de água sem que os moradores tivessem tempo de retirarem os pertences”. Somente “uma canoa fazia o resgate das pessoas”¹⁸. Mais de 30 homens se mobilizaram para resgatar as vítimas das enchentes e “dispostos a rebentarem com o leito da Barão do Rio Branco [principal avenida da cidade que é cortada pelo Igarapé-Castanhal], por sob qual é canalizada a água do igarapé através de grossos tubos”¹⁹. Tal ação não foi concretizada porque representantes da prefeitura prometeram uma solução para evitar outra tragédia. Mas a imprensa não trouxe mais informações sobre a situação das famílias que residiam às margens do igarapé.

As mobilizações coletivas de Castanhal não tiveram apenas aspectos pacíficos e solidários. Existiram ações violentas que visavam punir determinadas atitudes. No final da década de 1970 e início de 1980, “município modelo” é marcada por uma intensa violência urbana. Assassinato, agressões físicas, furtos e violência policial ganham as páginas da imprensa local (BARROS, 2014). A prática de linchamento também se manifestou em Castanhal. Diante disso, os jornais impressos que circularam nesse período ressaltavam que a “cidade modelo” estava tomada por

¹⁸ *Jornal do Interior*, 18/03/1980.7.

¹⁹ Idem.

“aventureiros” e “facínoras” que praticavam crimes pelas ruas da cidade²⁰. Afirmavam que a “população castanhalense” andava “sobressaltada com os constantes assaltos e arrombamentos”²¹. Por isso, resolveu “fazer justiça com as próprias mãos”. Assim, na madrugada do dia 15 de novembro de 1978, “dois bandidos”, que tentaram “arrombar” uma loja no centro de cidade, foram perseguidos por “mais de duzentas populares armados até os dentes”²². Os suspeitos fugiram para área de mata de mata. Mas os “populares os cercaram por todos os lados”. De acordo com a imprensa, houve troca de tiros entre os “bandidos” e alguns dos seus perseguidores²³. Após o tiroteio, João Alvez, uma dos perseguidos, “saiu de mãos para cima pedindo clemência”. Disse que “seu comparsa” estava ferido. “O povo não atendeu a clemência e iniciaram o espancamento com ponta pés, pedras, estacadas, socos que terminou com a chegada da polícia”²⁴. Outro caso de linchamento envolveu “Baianinho”²⁵. Este tentou assaltar um motorista de táxi José Maria Duarte. Mas a tentativa de assalto foi frustrada e os motoristas perseguiram e lincharam o “Baianinho”. Esse episódio levou o Juiz de Direito, Dr. Carlos Fernando Gonçalves a exigir do delegado Elias Cordeiro que investigasse o fato e ouvisse os motoristas que espancaram o suspeito. Contudo, a imprensa não acompanhou mais esse caso.

Desde o início década de 1980 a violência policial vinha deixando suas marcas e dores sobre os corpos dos suspeitos. Não somente Carlos Alberto Costa Rodrigues que sofreu com a tortura institucional. Outras pessoas foram submetidas às dores físicas praticadas por agentes que representavam a segurança pública estadual como, por exemplo, o menor Hermes Pereira

²⁰ *Jornal de Castanhal, Primeira Quinzena de outubro de 1978*.p. 8

²¹ *Jornal de Castanhal*, 23/12/1978.p.2.

²² Idem.

²³ Idem.

²⁴ Idem.

²⁵ *Jornal do Interior*, 04/03/1980.p.6.

da Silva, vulgo “Caixa D’Água”²⁶. Este maranhense, em março de 1980, furtou 25 mil cruzeiros de uma loja de ferragens. Onde durante o dia, fingindo ser cliente, conseguiu entrar numa caixa d’água *brasilit* e ficou lá até a loja fechar para o almoço. Isso possibilitou Hermeson da Silva furtar o recinto comercial. Mas foi preso no mesmo dia quando se divertia em várias casas de festas noturnas. Em abril de 1980, *Jornal do Interior* publicou um texto curto que comentava que Hermeson da Silva saiu da condição de “criminoso” se tornou “vítima”, porque os policiais Miranda e Waldemar foram acusados de “massacre contra Caixa D’Água no dia da prisão, inclusive por se tratar de um menor de idade”²⁷. Diante dessa situação, o gerente da loja furtada por Hermeson da Silva saiu em auxílio dos agentes. Contratou dois advogados para defesa dos acusados por tortura. A narrativa do texto fica clara que o jornal vem em defesa dos policiais Miranda e Waldemar que foram submetidos à condição de criminoso. Nesse sentido, encerra o texto, torna-se necessária “a defesa dos implicados, que no cumprimento do dever, repentinamente veem-se colocados nos bancos dos réus”²⁸.

Outro caso de menor torturado vem do relato de Damiana Barros, moradora do bairro do Milagre desde os anos de 1970. Ela narra que nos anos iniciais de 1980, no posto policial do bairro, um garoto foi torturado: “Uma vez prenderam um rapaz aqui... nesse postinho... nós fomos olhar. Esses policiais trancaram esse menino... deram muita porrada... todo mundo aqui foi vendo... bateram, bateram, bateram... sangue pra todo lado”²⁹. José Expedito de Oliveira Barros, nos anos de 1980, também testemunhou cenas de tortura em uma das delegacias de Castanhal. Ele foi recolhido algumas vezes para delegacia porque não portava documento de identidade: “Pegava palmatorada...

²⁶ *Jornal do Interior*, 12/03/1980.p.7.

²⁷ *Jornal do Interior*, 08/04/1980.p.8.

²⁸ *Idem*.

²⁹ Damiana Barros de Nascimento. Entrevista realizada no dia 16 de setembro de 2013.

palmatorada! Que queimava na palma da mão (...) cansei de vê lá”³⁰. Carlos Alberto Costa Rodrigues ficou submetido por 3 dias de tortura. Segundo *Diário do Pará*, para confessar o delito “ele foi duramente espancado no interior da delegacia pelos soldados Diogo, Levy, Cruz e pelo comissário Juarez Mourão”³¹. Na descrição do jornal, Carlos Alberto relatou, antes de falecer, a forma de agressão que sofreu. Disse que sofreu “chutes de coturnos, socos, ponta pé e palmatória (...) passou mais de quarenta e oito horas no xadrez”³². Esses relatos acima demonstram o quanto a cultura da violência está presente no cotidiano da “cidade modelo”, no final da década de 1970 e início de 1980. Práticas violentas não partiam apenas de sujeitos sociais considerados suspeitos e que eram representados, pela imprensa de Castanhal, de “aventureiros” e “facínoras” que ameaçavam a ordem pública. Mas também a violência partia de agentes legitimados pela poder público. Esses agentes acabavam reproduzindo antiga prática da justiça penal que promovia o suplício dos corpos dos suspeitos no interior das instituições governamentais (FOUCAULT, 2009).

Em janeiro de 1980, os moradores do Milagre estavam revoltados com a “morte do peixeiro Pedrinho”. Este morreu “devido a brutalidade com que o soldado Tobias agiu ao apreender a vítima, aplicando chutes, coronhadas e tudo o que veio na mente sanguinária”³³. O texto não traz maiores informações sobre esse fato, porque correspondia numa pequena nota. Mesmo assim, não deixou de informar que a “população do Bairro do Milagre” promoveu uma manifestação pacífica com o corpo da vítima: “O povo daquele Bairro (...) rezando o terço de várias vezes, passando em frente da Delegacia de Polícia, como

³⁰ José Expedito de Oliveira Barros. Entrevista realizada no dia 17 de junho de 2008.

³¹ *Diário do Pará*, 30/03/1987.p.7.

³² *O Liberal*, 30/03/1987.p.16.

³³ *Gazeta do Interior*, 28/01/1980.p.3.

meio de fazer um protesto sem violência”³⁴. O jornal que publicou a nota buscou defender a polícia, porque ressaltou que a atitude do soldado Tobias não poder ser associada ao trabalho da polícia, “pois existem bons e maus policiais”³⁵. O Tobias, é claro está entre os maus”. De forma simplista, o periódico tem a preocupação de evidenciar que esse caso partiu de uma ação isolada de um determinado agente e não da instituição de segurança.

A imprensa castanhalense que relatou esses casos de violência urbana apresentam textos que não trazem muito esclarecimento sobre o fato que envolveu pessoas acusadas de práticas criminosas. Maior parte dessas notícias tem como base versão de testemunhas, no caso do linchamento de João Alvez, que não estão identificados ou na versão da própria polícia. O conteúdo do texto não possui declaração ou versão dos suspeitos. E também não tem a preocupação de acompanhar a investigação e constatar, por exemplo, se realmente foi Hermes Pereira da Silva que furtou os 25 mil cruzeiros da loja de ferragens. “Baianinho” tentou assaltar o taxista? João Alvez estava portando arma de fogo antes de ser linchado? Por que a imprensa não deu maior detalhe do assassinato do peixeiro Pedrinho? Por fim, quem eram esses sujeitos sociais que foram punidas social e institucionalmente?

A tortura a que foram submetidos o menor Hermes Pereira da Silva e o “rapaz do postinho” do bairro do Milagre não despertou a mesma comoção da que Carlos Alberto Costa Rodrigues sofreu pela polícia na Delegacia Central de Castanhal. Mas nos deparamos com duas práticas distintas que nos leva maior reflexão sobre a questão da violência urbana. A primeira consiste na mobilização popular de caráter violenta que direcionou contra um suspeito de tentativa de furto, João Alvez. Este, segundo o jornal, foi linchado e cessaram com a chegada da

³⁴ Idem.

³⁵ Idem.

polícia que o recolheu para delegacia. A segunda corresponde ao protesto pacífico dos moradores do bairro do Milagre que realizaram para denunciar a violência policial. O assassinato do peixeiro Pedrinho por um soldado da polícia militar mobilizou pessoas que não admitiram a forma que o agente de segurança agiu. Mas o que ajuda compreender essa manifestação contra a instituição de segurança está associado com a formação cultural e/ou costume que esses moradores compartilhavam. Nessa rede de relação social e cultural que esse grupo construiu ao longo tempo, provavelmente o peixeiro Pedrinho estava inserido e dividia a mesma visão de mundo através da convivência no trabalho ou no lazer. Para compreender o processo de formação de classe social e ação de multidão, não podemos nos prender nas questões econômicas (THOMPSON, 2010). A cultura e os costumes compartilhados de um grupo ou classe social nos ajuda entender a decisão e/ou julgamento que os sujeitos sociais fazem diante de uma determinada situação. Assim sendo, João Alvez não pertencia a mesma rede de relações social e cultural do grupo que o linchou e, muito menos, compartilhava dos mesmos valores. Por esse modo, não foi poupado por seus perseguidores. Isso segue o mesmo raciocínio em relação à Hermerson Pereira da Silva, “Baianinho” e o rapaz espancando no “postinho” do Bairro do Milagre. A tortura e punição que sofreram não mobilizou qualquer manifestação aberta contra os abusos que foram submetidos. Isso porque, possivelmente, as acusações contra eles se caracterizavam por valores que iam de encontro com costumes de pessoas ou grupos próximos à eles ou não estavam inseridos numa interação de hábitos, de tradições e de visão de mundo. Lembrando que Hermeson da Silva é maranhense, um provável imigrante que tentava se inserir na sociedade castanhalense ou estava em busca de melhores condições de vida.

Entendemos que Carlos Alberto Costa Rodrigues pertencia e estava arraigado no interior de uma figuração social onde construiu sua percepção de mundo. Como peixeiro Pedrinho, se

encontrava entrelaçado entre diferentes indivíduos que compartilhavam dos mesmos valores. A prisão, tortura e a morte de Carlos Alberto comoveu a rede de relação social e cultural que fazia parte. *O Liberal* comenta que na medida em que as pessoas tomavam conhecimento da tortura do menor, crescia entre ela o “desejo de vingança”³⁶. Carlos Alberto não faleceu na Delegacia Central de Castanhal. Depois de três dias sofrendo agressão física foi liberado. Morreu na casa da sua avó adotiva. Antes do falecimento o sentimento de revolta crescia entre “parentes e amigos de Carlos Alberto, que manifestaram o desejo de invadir a Delegacia de Polícia de Castanhal, para fazer justiça com as próprias mãos”³⁷. Segundo *O Liberal*, as pessoas próximas do menor “queriam pegar os soldados que espancaram o menor e linchá-los em praça pública”³⁸. Talvez o autor desse trecho percebesse a dor e sentimento de revolta no velório da vítima e resolveu escrever livremente a alvoroço dos presentes, porque não especifica quem desejava punir os responsáveis. Mas evidencia o campo de relação que pertencia Carlos Alberto.

Fica mais claro seu amplo entrelaçamento social com o cortejo fúnebre em forma de protesto que realizaram antes do motim. Sônia Maria Oliveira Souza, prima de Carlos Alberto Costa Rodrigues, comentou que a sua família não incentivou o protesto e nem a revolta. Afirmo que “o pessoal pegaram [caixão] mesmo, tomaram de conta (...). Saiu lá da casa da vovó (...). Muita gente, muita gente. Quando foi pra delegacia é que juntou...o pessoal ia passando e ia juntando aquela multidão (...) Tinha cartazes...pedindo justiça”³⁹. Sônia não soube dizer quem eram as pessoas que “tomaram conta”. *Diário do Pará* comenta sobre essa manifestação que antecedeu a *Revolta do Pínel*. Segundo jornal as pessoas que participaram do protesto interditaram a Rodovia

³⁶ *O Liberal*, 30/03/1987.p.16.

³⁷ Idem.

³⁸ Idem.

³⁹ Sônia Maria Oliveira. Entrevista realizada no dia 19 de março de 2008. E a segunda entrevista ocorreu no dia 12 de outubro de 2012.

Belém-Brasília. Carregaram muitas faixas e cartazes e gritaram palavras de ordem⁴⁰. Depois de algum tempo, os manifestantes saíram da rodovia e caminharam pelas principais ruas da cidade e continuaram proclamar palavras de ordem e convidando os transeuntes para aderirem o protesto⁴¹. Em seguida foram para o cemitério. Após o enterro grupos se encaminharam para a residência do suposto denunciante e para Delegacia Central de Castanhal. Tinha início a revolta que se alastrou por nove bairros da cidade. Assim, a mobilização de pessoas extrapolou a figuração social que pertencia Carlos Alberto Costa Rodrigues. Ajuntamento de gente e a dor partilhada em torno do funeral do menor comoveram outros sujeitos sociais fora do círculo de valores que ele e seus próximos compartilhavam. Assim, o protesto pelas principais vias da “cidade modelo” possibilitou maior atração de indivíduos que estavam a par do acontecimento quanto curiosos que se sentiram atraídos pela concentração significativa de pessoas.

Portanto, a violência policial não explica toda dimensão da *Revolta do Pincel*. A ação da multidão que deslegitimou a instituição de segurança pública do Estado do Pará vem da experiência coletiva praticada no espaço urbano de Castanhal e dos valores e dos costumes em comum compartilhado por distintos sujeitos sociais que pertenciam a diferentes grupos sociais. Ou seja, tanto a mobilização punitiva quanto manifestação de solidariedade está associada com a longa construção dos aspectos culturais de uma determinada sociedade.

Referências bibliográficas

BARROS, Osimar da Silva. *A “cidade modelo”: reforma urbana, conflitos sociais e o discurso de progresso em Castanhal (1960-1987)*. Orientador: Antônio Maurício Dias da Costa. Programa de Pós-

⁴⁰ *Diário do Pará*, Belém, 30/03/1987.p.7.

⁴¹ Idem.

Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

Movimentos momentâneos de protestos urbanos: uma discussão sobre a “Revolta do Pincel” em Castanhal (1985-1988). Orientador: Prof. Dr. Pere Petit. Faculdade de História da Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

CANNETI, Elias. *Massa e Poder*. Tradução: Sérgio Tallaroli. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Tradução: Raquel Ramalhe. 37ª edição. Petrópolis. Rio de Janeiro. Vozes. 2009.

LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Belém. Ed. Açaí/Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. Tradução: Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santiago. São Paulo. Letra e Voz, 2010.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. V.1. A árvore da liberdade. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2010.

Indigentes e os discursos dos agentes do poder em Bragança-PA (1951 a 1960)

Vania Albuquerque do Nascimento*

INTRODUÇÃO

Bragança tida como uma das cidades mais importantes da Zona Bragantina experimentou no início do século XX, um modelo de Modernidade que estava muito ligada com a concepção de modernidade que a *Belle époque* protagonizou. Nas palavras de Maria de Nazaré Sarges, “as cidades da Amazônia tentativa de levar os ideais de civilização para as sociedades vão influenciar não somente nos planos de ordenamento das cidades, mas também nos comportamentos sociais e culturais” (SARGES, 2000). Nesse sentido, a Bragança moderna do início do XX era uma cidade que buscava estar em sintonia com o progresso que experimentava a capital do Pará. Diante disso, tudo que ameaçasse a idealização de uma cidade civilizada passa a ser motivo de preocupação por parte do Poder Público, que não mediu esforços para promover ações de vigilância, controle e punição

*Graduanda do curso de Licenciatura em História, Universidade Federal do Pará/Campus de Bragança.

sobre os costumes, hábitos e lazer dos diferentes sujeitos, o que muito contribuiu para que o desejo de uma cidade moderna fosse construída nos seus costumes, e principalmente, nos hábitos e nos padrões do “bem viver” e do “bem morar” da população bragantina.

Percebemos então que o Brasil, assim como as cidades da Amazônia do início do século XX, estavam apoiadas no Discurso Republicano da “Ordem e do Progresso” (CARVALHO, 1990) ao qual, na tentativa de construir um Estado civilizado, que representasse o desenvolvimento e o progresso que a República pretendia edificar, se configurou de diversas maneiras.

No Pará, o discurso republicano se consolidou no embelezamento e na urbanização da capital. Assim como, na cidade de Bragança se consolidou inicialmente, com a construção de uma ferrovia – a Estrada de Ferro de Bragança – que foi iniciada em 1883 e concluída em 1908 (LACERDA, 2010) e em seguida nas preocupações com a disciplina dos seus sujeitos, com a higienização e o controle do espaço urbano, acentuando o que seria “o ideal de uma cidade moderna”.

Em contrapartida, notamos que a partir da segunda metade do mesmo século, mais especificamente, nos anos de 1950 o discurso da modernidade era outro, pois o Brasil e a Bragança se apresentavam com um cenário diferenciado, agora norteado pelo discurso “Nacional-Desenvolvimentista” (IANNI, 1975).

Em vista disso, percebemos que o ideário sobre a Modernidade ainda permanecia em pauta na busca da formulação de modelos para “direcionar a Nação para novos horizontes” (SIMÕES JÚNIOR, 2007) à luz de um ideário que representasse o moderno no Brasil. E nessa nova configuração em meados do século XX, fazia-se necessário repensar o Brasil marcado ainda pelo atraso econômico e, principalmente, social.

Nesse contexto, era necessário, também, se romper com a noção do ideal no qual a elite brasileira via e pensava com

mentalidade europeia, fazendo com que este fosse um momento de reflexão na sociedade, promovendo mudanças no âmbito urbanístico, econômico e, sobretudo, nos comportamentos sociais.

No cenário nacional, por exemplo, o ideário de modernidade se refletia nas mudanças de comportamentos e valores que marcaram os anos de 1950, tornando os grandes centros urbanos palcos privilegiados das manifestações dos conflitos sociais, pois os modos de vida urbana mudaram tornando-se cada vez mais acelerados. A modernidade no Brasil estava traduzida na ampliação de tudo que se referia ao novo – rumo ao progresso. Outro fator importante durante toda a década consistiu nas “discussões em várias cidades sobre as dificuldades encontradas pelos negros em um país que tinha de si mesmo a representação de uma democracia racial” (IANNI, 1971).

No cenário Bragantino, o ideário de modernidade se deu, também, pela abertura de novos valores e comportamentos cotidianos, tais como, a idealização dos seus sujeitos que correspondessem ao modelo do projeto progressista que se tentava forjar para aquele momento, pois seria através desta idealização que o progresso poderia ser alcançado.

Diante disso, vemos que a cidade de Bragança, no Pará, Segundo Aldair José Batista de Souza, passou “a difundir novos padrões de sociabilidade e valores culturais diferenciado dos costumes tradicionais por parte de seus próprios habitantes” (SOUZA, 2013). Na Bragança que sonhava tornar-se moderna, a exemplo de outras cidades da Amazônia, certos comportamentos que não obedeciam ou/e desrespeitavam as “normas e princípios morais” nos espaços privados e, principalmente nos públicos, estavam sujeitos à vigilância e até mesmo punições.

Os sujeitos sociais que mais sofriam com estes tipos dos “princípios morais” que de certa maneira eram favoráveis a uma possível elite mais abastada da cidade de Bragança, eram os

pobres. Observamos que a prática de qualquer ação que partisse destes, era considerada como proibida e mais do que isto, era marginalizada fazendo com que a figura do pobre fosse constituída como um “perigo social” e que se tornava ainda mais ameaçador para a sociedade.

A partir disso, dialogando com o conceito de classes perigosas, leia-se:

População pobre, com forte presença de indivíduos “não brancos”, moradora de habitações coletivas, de hábitos supostamente “imorais” e “insalubres”, envolvidas em atividades laborais nas fronteiras imprecisas entre trabalho formal e informal, ou seja, “ociosos” e “malandros” com pouco amor ao trabalho (CHALHOUB, 1996).

Essa ideia nos permite perceber como o cotidiano da população pobre bragantina foi ignorado, quando a mesma foi sendo cada vez mais afastada do processo de modernização por qual a cidade passava, pois o desenvolvimento e progresso que se desejava alcançar não inseriam estes sujeitos. Uma vez que, sua condição social era inferior em comparação à elite, isto é, os donos de terra, comerciantes ricos e profissionais liberais da época. Os pobres que, por sua vez, também eram considerados “morenos” e potenciais da “classe perigosa” eram vistos como “indigentes” pelo poder público e pela elite bragantina.

Em seguida, apresentamos uma tabela de enterramento, no qual, a mesma nos possibilita uma ampla visão dos sujeitos pobres e “morenos” que eram considerados como “indigentes” na cidade.

Tabela 1 – Enterramento de indigentes, ANO 1951 a 1960 por COR.

COR	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	TOTAL
Morena	18	15	13	10	14	11	17	10	10	25	144
Branca	1	0	2	1	0	1	6	2	2	4	19
Parda	0	0	1	1	0	0	1	1	1	1	6
Preta	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Não Identificada	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	8
Total de Indigentes	21	16	18	14	14	12	25	14	14	31	179
Total de Enterramentos	198	352	381	369	294	200	355	453	538	846	3.986

Fonte: Registros de Enterramentos do Cemitério Santa Rosa de Lima, Bragança-PA. Livro nº 06 (ano 1951), Livro nº 07 (ano 1952 a 1953), Livro nº 08 (ano 1953 a 1954), Livro nº 09 (ano 1954 a 1955), Livro nº 10 (ano 1955), Livro nº 12 (ano 1956), Livro nº 13 (ano 1957), Livro nº 14 (1957 a 1958), Livro nº 15 (ano 1958 a 1959), Livro nº 16 (ano 1959), Livro nº 17 (ano 1959 a 1960), Livro nº 18 (ano 1960 a 1961).

A tabela acima mostra que a maioria dos sujeitos considerados indigentes, também eram considerados “morenos”, ou seja, para um total de 179 indigentes durante a década de 1950, 144 eram “morenos” e isso nos faz perceber que juntamente com a “política modernizadora” do nacional-desenvolvimentismo, a ideia da mistura de “cor” e/ou da mestiçagem seria uma maneira de inserir estes sujeitos na sociedade, mesmo que de maneira desequilibrada e marginalizada.

Nesse sentido, percebemos que a “cor morena” era uma maneira de designar a aproximação destes sujeitos com a cor branca, pois seria a representação simbólica, pela qual, possivelmente, o negro seria submetido com objetivo de manifestar valores positivos, isto é, considerados valores brancos. Haja vista que a sociedade bragantina nessa época não aceitava o “moreno”, especialmente, quando este representa um elemento na concorrência do status social. Logo, mesmo com esta tentativa de fazer com a figura do negro fosse “amenizada”, ou seja, aproximar a sua imagem a imagem do branco ou rotular o indigente como moreno, também, o marginalizava.

Em contrapartida, notamos que essa aproximação entre as raças, fazia com que estes indigentes se tornassem ainda mais marginalizados. Uma vez que, estes sofriam com a segregação espacial, como também de cor e deveriam ocupar outros espaços na sociedade ratificando a posição de pobreza dos mesmos.

Com isso, a política Nacional-Desenvolvimentista dos anos 1950, também, abriu as portas para as desigualdades sociais em relação aos pobres e aos negros nas cidades do Brasil (IANNI, 1975), revelando que na cidade de Bragança caracterizar um sujeito pobre e, talvez, negro como “moreno” e, conseqüentemente, “indigente” era uma maneira de marginalizar estes sujeitos para que assim, pudesse alcançar o desejo de “modernizar e civilizar” seus cidadãos. Uma vez que, o projeto modernizador buscava cada vez mais se afastar dos aspetos

considerados com entraves para a idealização dos “voos do progresso” que poderia ser alcançado através da diferenciação dos seus sujeitos sociais.

Portanto na Bragança dos anos 50 a figura do pobre e “moreno”, também não deixa de se caracterizar como um elemento da discriminação social e racial pelo qual estes sujeitos marginalizados sofriam, pois esta “categorização” mesmo que de maneira simbólica ressaltava a diferença dos indigentes (pobre e moreno) para com o restante da população bragantina.

Em suma, transformar a cidade de Bragança, assim como os costumes da sociedade em modernos perpassavam por questões que envolviam os seus sujeitos sociais das camadas mais pobres, já que, a pobreza e tudo aquilo que não correspondesse ao progresso da cidade deveria ser marginalizado e, assim, “deixado para trás”.

Os discursos legitimadores do poder

A política Nacional-Desenvolvimentista no Brasil se constituiu na sociedade como um período marcado por efervescentes processos sócios históricos. É importante assinalar que após a década de 1930, as ações governamentais consistiram no esforço de serem criadas condições internas para o desenvolvimento nacional. Com isso, para que tal ação fosse realizada seria necessário utilizar de uma abrangente aliança entre os diversos segmentos sociais e, de certa maneira “excluir” os grupos hegemônicos deste processo. Por meio das eleições ocorridas em 1950 e o retorno de Getúlio Vargas ao poder, “a política nacional-desenvolvimentista ainda se manifestava com vigor, pois estava presente toda uma ideologia que dava sustentação as políticas do governo, revertidas dos valores do populismo, nacionalismo e desenvolvimentismo de Vargas” (IANNI, 1975).

A partir disso, percebemos que o governo de Vargas muito contribuiu para assegurar os interesses particulares e,

deste modo fortalecer os interesses do governo em relação aos interesses de cunho popular. “Um governo marcado com “idas e voltas”, Vargas não hesitou em explorar as oportunidades para superar as manobras políticas e promover o ideário nacional-desenvolvimentista” (SKIDMORE, 1969).

Notamos que a partir de então os tempos do progresso pareciam fazer parte dos sonhos e das utopias de um Brasil, “país do futuro”, e esses ideais seriam representados também na figura de Juscelino Kubitschek, como o ideal de homem empreendedor, empenhado na construção de um país urbano e moderno em meados dos anos 1950. Como sabemos, Juscelino Kubitschek pretendia desenvolver em seu governo um “Plano de Metas” que deveria ser alcançado em 5 anos, o famoso slogan: “50 anos em 5”, para que assim se pudesse alcançar a ideologia desenvolvimentista no país. Junto ao desenvolvimento, não muito diferente das ideias de Vargas, Kubitschek também utilizava um discurso do nacionalismo, tais como, “desenvolvimento nacional, dos interesses nacionais, das forças nacionais, da integração nacional”, para que sua aproximação tanto com a elite nacional, como com o povo fosse reforçada (MOREIRA, 2003).

Deste modo, o nacional-desenvolvimentismo durante a administração de Juscelino Kubitschek, se consolidou como um estilo de governo e, também, de projeto social para o país, tomando parte no imaginário de boa parte da população brasileira.

Nesta perspectiva, o discurso desta política no cenário bragantino foi sendo cada vez mais imposta para a população, pois os interesses particulares, isto é, do Poder Público que neste período era administrado pelo Dr. Simpliciano Fernandes de Medeiros Júnior, no qual, sua administração ocorreu entre o período de 1951 a meados de 1955 e foi bastante rigorosa, assim como da elite mais abastada da cidade, iam se sobrepondo aos interesses dos sujeitos menos abastados, sobretudo, da população considerada “indigente” que se encontrava

intimamente ligada ao sentimento de fazer parte deste projeto de desenvolvimento, e com isso, fazer parte também, do progresso que se almejava para a cidade (FONTE: Arquivo Histórico-Documental da Prefeitura Municipal de Bragança).

No entanto, podemos perceber que a administração pública, através de uma resolução de um Decreto-lei, aplicava medidas para que estes sujeitos fossem impedidos de transitar no centro urbano da cidade, haja vista que incomodava o Poder Público e a elite mais abastada, pois eram considerados como indigentes por serem “necessitadas, desprovidas ou carentes” socialmente, marginalizando-os cada vez mais.

Deste modo, o Diário Oficial do Estado de 1955, assim publicava:

Resolução nº 1055

De 22 de Novembro de 1955

O Prefeito Municipal de Bragança, usando de suas atribuições legais e em conformidade com a resolução nº 1055, do departamento administrativo do Estado,

RESOLVE:

I – negar, nos termos em que se encontra regido o projeto de decreto-lei, da prefeitura municipal de Bragança, que pessoas necessitadas, desprovidas ou carentes circulem com frequência na área urbana de Bragança.

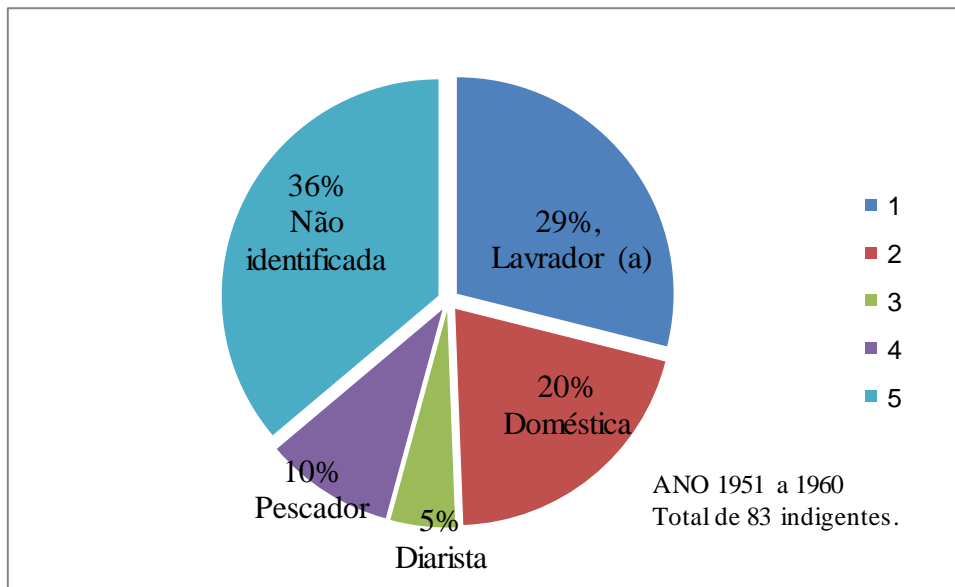
II – aprovar pelas razões consignadas no substitutivo ao parecer nº 1884, que passa a fazer parte integrante desta resolução, autorização à prefeitura Municipal de Bragança para realizar demolições com construções não autorizadas.

III – sujeitar a multa todo sujeito cujo não cumprir tais atribuições.

As características pelas quais estes sujeitos eram considerados necessitados, desprovidos ou carentes, isto é, indigentes se davam também, possivelmente, pelas suas condições de vida, moradia e “trabalho”. Pois, de acordo com a análise dos registros de óbitos do Cartório Martins 3º Ofício,

assim como do Cemitério Santa Rosa de Lima, ambos da cidade de Bragança, podemos identificar que os indigentes exerciam as funções consideradas menos importantes para a sociedade no sentido do “progresso social”, tanto para homens como para mulheres daquela época. Como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Porcentagem da Ocupação de indigentes



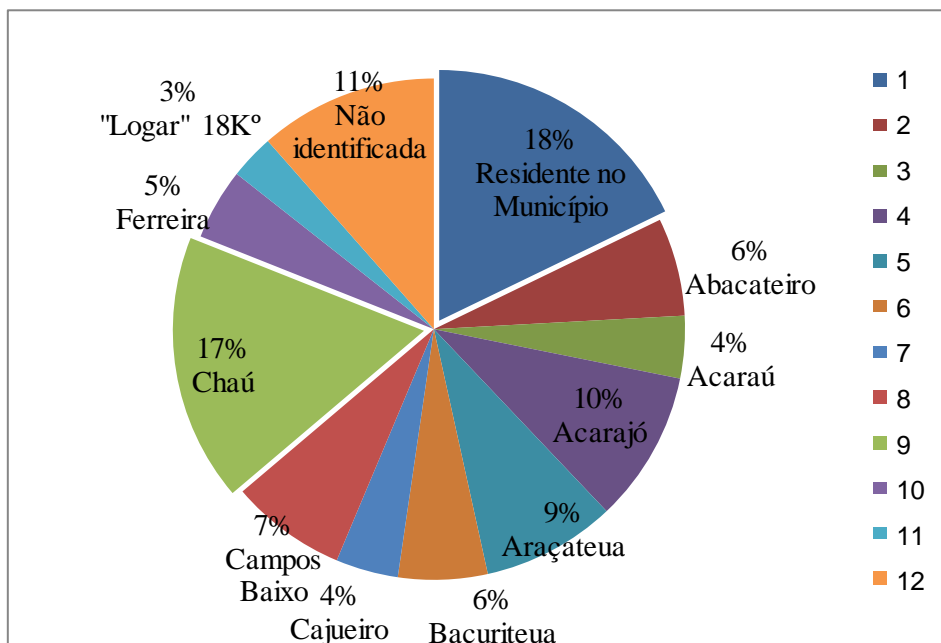
Fonte: Registros de óbito do Cartório Martins 3º Ofício, Bragança-PA.

O gráfico acima, de registros de óbito do Cartório Martins 3º Ofício, nos mostra que tipo de “trabalho” (ou ocupação como era descrito nos registros) era exercido pelos sujeitos considerados indigentes. No total de 83 indigentes entre os anos de 1951 a 1960 29% eram lavradores, 20% domésticas, 5% diaristas, 10% pescadores e 36% não identificadas. Se reunirmos o total das porcentagens iremos perceber que, na sua maioria eram ocupações/trabalhos que não permitiam na época que estes sujeitos pudessem usufruir dos mesmos tipos de

acessos aos modos de vida dos mais abastados da cidade, isto é, donos de terras, comerciantes ricos e profissionais liberais. Uma vez que, estes tipos de ocupações eram exercidos, possivelmente, somente por pessoas consideradas pobres, já que “o trabalho manual, pesado ou que se assemelhasse as (coisas de preto) na década de 50 no Brasil era visto como pejorativo e por isso, não deveria ser exercido pela elite brasileira” (DA MATTA, 1986).

Além do mais, outra característica marcante para estes sujeitos é perceber que os mesmos habitavam na sua maioria na zona rural ou periférica da cidade, pois o Poder Público procurava projetar para o centro urbano de Bragança “a imagem de uma cidade que estava se modernizando” e para isso se fazia necessário corresponder aos interesses das autoridades e da elite em afastar os sujeitos considerados entraves para essa tal modernização. Como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 2 – Porcentagem dos Lugares onde residiam os indigentes.



Fonte: Registros de enterramento do Cemitério Santa Rosa de Lima, Bragança-PA.

A cidade de Bragança em meados dos anos 40 no século XX tinha uma população por volta de 40 mil habitantes, sendo que a maioria fora destinada à zona rural por uma política de delimitação territorial e isso ainda se refletia muito fortemente nos anos 50. Uma vez que, a agitação das pessoas, principalmente, as consideradas menos abastadas eram de grande incomodo para a sociedade daquela época. Com isso, cada vez mais a zona rural e periférica bragantina vai se tornando marginalizada e destinada aos pobres (OLIVEIRA, 2017). Neste sentido, para o Poder Público e para a elite abastada uma cidade eminentemente rural era vista como algo ruim e que deveria ser combatida juntamente com a população

pobre e “morena”, isto é, considerada “indigente” que dava esta aparência atrasada para a cidade. Pois, só assim o anseio de combatê-las, no mínimo, do centro urbano da cidade poderia ser justificado.

Entre 1955 a 1959, já na administração do então prefeito da época, Benedito César Pereira, ainda dentro do projeto de modernização da cidade fazia-se necessário estabelecer parâmetros para que a sociedade, de certo modo, fosse organizada e estruturada de acordo com o ideário da mestiçagem que estava presente nos discursos sobre raça no país fazendo com que este projeto de modernização e desenvolvimento atendessem ao “novo modelo de sociedade” que se almejava para aquele momento. Em contrapartida, a intervenção do Poder Público nas relações cotidianas dos sujeitos considerados indigentes não impediu com que a figurava do prefeito fosse associada ao “amigo do povo”, “amigo dos caboclos”.

Diante disso, observamos que as medidas modernizadoras tentaram alcançar certa tolerância entre os grupos e os sujeitos sociais diferenciados, pois se tinha que conviver com o outro elemento que geralmente poderia incomodar. No entanto, este ideário naturalizou as desigualdades sociais pela população, como também pelos próprios “indigentes” que, de certa maneira, não tinham a possibilidade de visualizar objetivamente o contexto ao qual estavam inseridos, pois além de haver certos problemas que giravam em torno da tônica sobre classe social, desigualdades e hierarquias, aqui, visualizamos também um problema sobre a raça destes sujeitos que havia na sociedade.

Mesmo com todas estas transformações e dificuldades por qual a sociedade passava, principalmente os indigentes os anos 50 pareciam representar de fato os “anos dourados” para a cidade de Bragança. Pois, a Administração Pública em meados 1959 também foi bastante rigorosa com seus cidadãos, uma vez que, durante o período em que Mário Queiroz do Rosário exerceu o cargo de prefeito dizia que “Bragança e seu povo precisava ainda fazer parte do desenvolvimento e do progresso

que experimentava o Brasil” e que isso somente seria alcançado através dos novos comportamentos e valores que estariam vinculadas às práticas da mistura de raças (entre negros e brancos), assim como às práticas civilizadas na sociedade bragantina (OLIVEIRA, 2017).

A marginalização dos indigentes

Podemos conceituar “o fenômeno da indigência a partir do conceito de pobreza” em diferentes abordagens históricas, contudo, aqui serão discutidas as suas concepções desenvolvidas ao longo do século XX. A concepção de indigência e/ou pobreza é algo bastante complexa, pois pode ser feita levando em consideração algum tipo de valor.

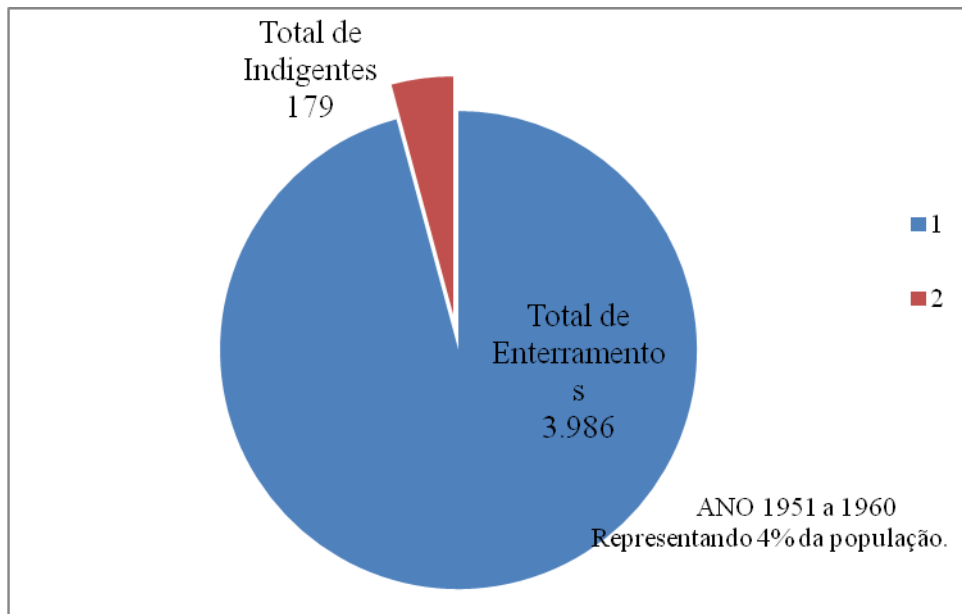
Neste sentido, a conceituação de indigência e/ou pobreza é categorizada como “juízo de valor” quando se trata de uma visão subjetiva, não levando em consideração a situação social concreta do indivíduo. Esta visão acaba fazendo com que esta concepção seja caracterizada pela falta de recursos facilmente identificáveis no indivíduo. Considerando que a indigência e/ou pobreza é relativa e tem relação com a desigualdade social e que é explicitado segundo os padrões de vida vigente na sociedade, o que define o sujeito como indigente são as condições situadas na camada inferior socialmente, em relação àquelas que estão melhores posicionadas (ROMÃO, 1982).

Os “indigentes” aqui analisados foi uma construção criada a partir das autoridades e da elite da época para marginalizar ainda mais aqueles sujeitos pobres, de zona rural ou periférica, de trabalho manual e, possivelmente, negro. Pois, de acordo com as fontes analisadas tanto do Cartório Martins 3º Ofício, como do Cemitério Santa Rosa de Lima os indigentes neste contexto, eram considerados sujeitos de “cor”, que viviam em situação de pobreza, no qual a morte perpetuava esta construção social que caracterizava a indigência.

A partir disso, percebemos que o indigente foi gradativamente colocado à margem das esferas mais significativas da sociedade, na medida em que estes só poderiam se desenvolver dentro de modelos de sociabilidade determinados pelos grupos sociais considerados civilizados. Haja vista que estes indigentes eram considerados “incivilizados” e socialmente “perigosos” na sociedade bragantina.

No gráfico a seguir, podemos visualizar que na década de 1950 foram registrados um total de 3.986 enterramentos e que 179 destes eram enterramentos de indigentes, ou seja, representava 4% de uma população considerada “perigosa”.

Gráfico 3 – Total de Enterramentos.



Fonte: Cemitério Santa Rosa de Lima, Bragança-PA.

Neste sentido, os indigentes que eram considerados potenciais da “classe perigosa”, foram obrigados a ocuparem outros espaços onde os “marginais sociais” deveriam ser

separados da elite mais abastada que ocuparia os centros urbanos da cidade de Bragança, de tal modo, que pudesse se exercer alguns mecanismos de controle e exclusão que se engendraram sobre seu cotidiano, burocratizando os hábitos de circulação e moradia.

O espaço urbano, assim como as relações sociais e as transformações ocorridas em Bragança perpassavam pelas práticas sociais da população pobre. Contudo, os modelos de idealização de uma cidade a partir de uma elite mais abastada ilustrada na procura de solução para o problema, que era a inserção das camadas populares à sociedade moderna, também perpassavam pelos embates do cotidiano na sociedade.

Deste modo, os instrumentos de normatização tinham também como objetivo tentar controlar a sociedade nos aspectos do comportamento, tanto no âmbito público como no privado, tentando “ensinar” a sociedade como morar e como conviver com o outro publicamente. Uma vez que os indigentes eram vistos como causadores da “perturbação da ordem” cotidiana, para o Poder Público, tais instrumentos muito contribuíram para um paulatino processo de exclusão dos segmentos populares, gerando certa hierarquização dos espaços, como também das pessoas. Pois, as atividades dos sujeitos que perturbavam a ordem social pré-estabelecida, contudo, precisavam ser marginalizadas.

Estes tipos de ações executadas pelo Poder Público representavam uma tentativa de impedir com que houvesse a circulação de tais sujeitos no centro da cidade e, assim fazer com que tal percepção da desordem consistisse em construir de forma intencional com fins de desconstruir as relações sociais presente destes sujeitos, distanciando-os cada vez mais dos outros grupos sociais e os rotulando como desordeiros.

Nessa perspectiva, estas “novas estruturas de modernidade” juntamente com o crescimento da cidade faziam com que em nome do interesse público as moradias que eram consideradas anti-higiênicas, isto é, moradias precárias de

pessoas pobres que já se encontravam naquele espaço, não poderiam mais permanecer no centro. Em contrapartida, percebemos que nesses “aperfeiçoamentos” estavam instalados os interesses do Poder Público em remodelar, higienizar e controlar a cidade e a sociedade, fazendo com que os pobres fossem os mais atingidos, uma vez que, a “condição miserável” em que viviam obrigava-os a desconstruir suas moradias.

Sendo assim, as construções consideradas inapropriadas e que comprometiam a saúde da elite bragantina deveriam ser retiradas daquele espaço, assim a população pobre não poderia ter sua casa no perímetro urbano. Foi deste modo que a administração municipal, tentou criar um espaço urbano higienizado e que controlasse o comportamento dos sujeitos sociais que não se adequavam ao progresso desejado.

De tal modo, a crença no progresso intimamente ligada com o desejo da elite em se distinguir na hierarquia social, bem como dos novos hábitos que estavam sendo incorporados no cotidiano das pessoas mais pobres, fez que estas características fossem os principais desafios desta população para a sua inserção e consolidação aos “novos tempos” da cidade.

Em vista disso, o Arquivo Histórico-Documental da Prefeitura Municipal de Bragança nos apresenta entre os anos de 1952 a 1954, documentos de diferentes naturezas, entre os quais, cartas e ofícios que nos remetem a recortes da história de vida de diferentes sujeitos sociais, moradores das colônias agrícolas da zona bragantina e da cidade de Bragança, relatos estes que diziam respeito a uma política de interesse que se fazia entre o Poder Público, isto é, na figura do Prefeito da época, Dr. Símpliciano Medeiros Júnior e seus representantes na cidade.

Percebemos então que através do conhecimento que possuíam com as autoridades, seus representantes pediam certos favores, como também as próprias autoridades nessas relações de interesse, mostrando que essas situações, por vezes apareciam nesses documentos pedindo pelos seus conhecidos a diferentes órgãos do Estado que, conduziam, portanto, pedidos pelos

colonos de passagens no trem da Estrada de Ferro de Bragança, internações em hospitais quando em situação de doença e etc.

Aqui apresentamos uma carta em nome do prefeito Simpliciano Medeiros Júnior que na época, também, era médico que foi enviada ao Secretário de Saúde Pública do Estado em favor do lavrador Semeão Corrêa, que se encontrava com grave enfermidade e se tornou indigente devido ao seu estado de saúde. (Ofício presente no LIVRO N° 044 – 16 de Fevereiro de 1952 – Arquivo Histórico-Documental da Prefeitura Municipal de Bragança).

“Gestor Simpliciano Medeiros Junior

Exm. Snr. Dr. Secretário do Estado de Saúde Pública.

Apresento a V. Excia. o lavrador Semeão Corrêa que, devido grave enfermidade que acometia, tornou-se indigente, em estado grave de saúde, pelo que venho solicitar a V. Excia. se digne de mandar que seja recolhido ao Hospital da Santa Casa, para ver se há possibilidade de renovar sua saúde.

Com os protestos de alta distinção, apresento a V. Excia. as minhas

Saudações

Dr. Simpliciano Medeiros Junior

Prefeito Municipal”

Percebemos aqui que inicialmente o prefeito poderia estar apenas preocupado com o estado de saúde do lavrador e se disponibilizando a ajuda-lo, haja vista que o mesmo estaria cumprindo a sua função de médico, e assim, recorrer ao Secretário de saúde Pública do Estado. Mas, o agravamento do estado de saúde do lavrador Semeão Corrêa fazendo com que o mesmo se tornasse indigente e que poderia leva-lo a óbito

representava um perigo para a sociedade e, com isso, a morte destes sujeitos deveriam estar sob o controle do Poder Público. Ademais, manter a cidade higienizada e seus cidadãos saudáveis, também fazia parte do projeto de modernização desejado.

Como sabemos, o fenômeno da pobreza fez com que muitos sujeitos bragantinos fossem excluídos e segregados pelas políticas públicas da cidade. Uma vez que, se tornar indigente, como no caso do lavrador Semeão Corrêa, seria mais um problema para o Poder Público que desejava combater os aspectos atrasados que envolvia a cidade e seus sujeitos, isto é, os comportamentos como também, os espaços – as ruas estreitas, desalinhas, as habitações insalubres; desprovida de calçamento, de uma rede de esgoto, de abastecimento de água e de iluminação elétrica, ou seja, de uma cidade considerada atrasada, cujas ações de seus sujeitos representaram a diferenciação na relação dos sujeitos pobres.

A intervenção do Poder Público nas relações cotidianas das pessoas serviu de instrumento para unificação do poder entre a elite e as autoridades e a implantação de uma ordem à cidade. Logo, percebemos que além dos espaços, as pessoas também eram submetidas à intervenções; os pobres, doentes e desocupados passaram a ser tomados então como objetos de preocupação do espaço urbano e da ordem pública..

A partir de então, se fazia necessário à intervenção das políticas públicas de saúde, buscando cada vez mais tornar Bragança um símbolo da modernidade e do progresso, pois garantir atendimento à saúde, mesmo que baseada em interesses pessoais, isto é, a assistência médica que deveria ser de direito para toda população passa a se transformar em favor, pois também fazia parte dessa política “modernizadora”.

Nesse sentido, percebendo a dificuldade por qual a população pobre passava em relação à saúde, moradia e saneamento básico, uma moradora bragantina chamada Maria de Jesus Soares se dirige ao Poder Público, pedindo com que as autoridades “olhassem com mais carinho para o povo

bragantino”. A partir do pedido desta moradora e também do desejo de tornar Bragança um símbolo da modernidade por parte das autoridades, foi criado um projeto de lei para que se pudesse ter algumas garantias e melhorias de vida desta população, principalmente no que dizia respeito ao saneamento básico (ASCUBRA, 2005).

Projeto de lei nº 424 - De 27 de Outubro de 1955.

CRIA O SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E
ESGOTO.

A câmara Municipal de Bragança instituiu e eu sanciono e publico a seguinte lei.

CAPÍTULO I

Da criação, natureza e finalidade do serviço.

Autônomo de água e esgotos:

Art 1º - fica o serviço de Água e Esgotos (SAAE), com personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, nos termos da presente lei.

Art 2º - o SAAE será subordinado diretamente ao prefeito municipal, que nomeará o seu pessoal ou contratará a sua administração com sua organização especializada.

Art 3º - o SAAE terá exclusividade e monopóli [o] para exploração dos serviços de água e esgotos da sede do município, cabendo-lhes cuidar da operação, manutenção, conservação e ampliações do sistema (ASCURBRA, 2005).

Contudo, observamos que este projeto de lei, apesar de fazer parte dos planos do Poder Público, para a que a população mais pobre não viesse a ser um problema no projeto modernizador, o mesmo não se deu de maneira efetiva para esta população nos anos de 1950, pois os mesmos continuaram a sofrer com o problema de saúde, moradia e saneamento básico na cidade. Somente nos anos 70 é que a saúde pública juntamente com outros aspectos de melhorias de vida passou a ocorrer de maneira mais efetiva devido à expansão da cidade,

tornando- se necessária atender as demandas, realizando projetos que de fato fossem efetivos (ASCURBRA, 2005).

A cidade que cada vez mais estava se constituindo como um espaço de diferentes comportamentos dos seus cidadãos, assim como da higiene e das práticas do moderno, tece uma estreita relação entre estas medidas, como também nas práticas da elite bragantina que se constituía num modelo ilusório a ser seguido. Assim, a relação entre as diferentes formas de sociabilidades, espaços privilegiados e espaços excluídos, articularam-se, por um lado como o sentimento da diferença e da desigualdade existentes na sociedade.

Com isso, as camadas pobres que residiam no centro urbano da cidade de Bragança, na qual foram aos poucos sendo segregados pelas políticas de desenvolvimento foram obrigados pelas suas posições sociais, isto é, “inferior” aos da elite mais abastada a se afastarem. Desse modo, podemos denominar segundo Sidney Chalhoub de “classes pobres”, pois não eram bem vistas no centro da cidade e, obrigados a ocuparem outros espaços, ou seja, nas periferias onde os marginais sociais deveriam ser separados da elite que ocuparia os centros urbanos da cidade de Bragança. Portanto, os indigentes representavam para a sociedade o perigo, o atraso social na medida em que os mesmos seriam os membros potenciais das “classes perigosas” (CHALHOUB, 1996).

A marginalização e a desigualdade se refletiram em diversos aspectos no cotidiano da população considerada indigente, mas o interessante perceber é que estes aspectos faziam recair sobre eles a inexistência de sua importância no contexto da sociedade em que estavam inseridos, pois os modos de vida, assim como o universo da morte em meados da década de cinquenta em Bragança, foram transformados a partir destas novas estruturas de modernidade, estabelecidos através de uma política nacional-desenvolvimentista, bem como, com o desejo de modernizar e civilizar seus cidadãos, fazendo com que se houvesse uma perspectiva de se afastar destes sujeitos.

Conclusão

Este estudo buscou analisar como as relações de poder se constituíram como agentes do ideário do progresso, no qual, as experiências das quais sujeitos sociais mantiveram ao viver na cidade que é um espaço de múltiplas relações, constatamos que ainda que fosse um projeto de modernidade forjada, a sociedade bragantina não alcançou de maneira efetiva o padrão de modernidade, progresso e desenvolvimento que queria se impor para aquele momento.

Nesse sentido, na medida em que a sociedade se preparava para se configurar em um “novo modelo de sociedade”, a Bragança rural e seus sujeitos considerados indigentes assumem papel decisivo na dinâmica social, pois estes elementos foram compreendidos como obstáculos para a modernização e progresso, compreendidos nos seus vários aspectos. Haja vista que as relações de poder entre as autoridades e a elite bragantina por muito tempo basearam suas relações sociais na construção da desigualdade social e marginalização dos sujeitos considerados entraves para a sociedade. Logo, no desejo de se alterar os maus costumes, as relações dos sujeitos e os hábitos da população, consideradas pela elite mais abastada e pelas autoridades como incivilizadas, Bragança nos seus “aperfeiçoamentos” se apresentava como afortunada.

Em contrapartida, os indigentes pareciam constituir um “perigo social”, pois este cenário aponta que existiram formas de hierarquia social e racial acentuando e materializando as diferenças no cotidiano de uma sociedade marcada historicamente pela desigualdade e separada pela posição socialmente diferenciada dos demais grupos sociais. O Poder Público que em prol de seu próprio interesse, bem como, no interesse da elite mais abastada tinham justificativas o suficiente para tornar estes sujeitos alvo de discriminação e marginalização. Logo, percebemos que determinados grupos sociais utilizavam efetivamente o poder para alcançar seus objetivos, revelando

que nesta sociedade essas ações marcaram e, de certo modo, mudaram profundamente as práticas do cotidiano da população bragantina.

Em suma, compreendemos que as relações de poder entre autoridades e elite se configuraram como agentes de consolidação do ideário de desenvolvimento, modernidade e do progresso na sociedade bragantina.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Márcio Mucedula. **“Raça” e Desigualdade: as diversas interpretações sobre o papel da raça na construção da desigualdade social no Brasil.** Tempo da Ciência (15) 29: II5-133, Iº semestre 2008. Disponível em <http://www.e-revista.unioeste.br> acessado em 01 de Junho de 2017.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente.** Tradução: Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil** – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial** / Sidney Chalhoub. __ São Paulo: companhia das Letras, 1996.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

IANNI, Octávio. **A Formação do Estado Populista na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Terceira Parte – Poder e Classes Sociais.

_____. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**. – Belém: Ed. Açai/Programa de pós – graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento**. In: FERREIRA, Jorge (org.). O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, José Ribamar G. de. **Alma das ruas/ José Ribamar de Gomes Oliveira**. – Belém: IOE, 2017. História de Bragança – Cidade – Pará.

ROMÃO, Maurício E.C. **Considerações sobre o conceito de pobreza**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p. 355-370, Out./Dez. 1982.

SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. **Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque 1870-1912**.

SKIDMORE. Thomas. **Brasil, de Getúlio a Castelo (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SIMÕES Junior, José Geraldo. **Cenários de modernidade: os projetos urbanos das capitais brasileiras no início da República**. III Fórum de Pesquisa FAU. Mackenzie. São Paulo: 2007. Disponível em: www.mackenzie.com.br acessado em 14 de janeiro de 2017.

SOUZA, Aldair José Batista de. **A utopia da “Cidade Ideal”:
Modernidade, Controle e Tensão no Cotidiano de
Bragança-PA.** Artigo publicado em 06 de Janeiro de 2013.
Disponível em <https://www.slideshare.net/> acessado em 26 de
Março de 2017.

Fontes consultadas

Arquivo Histórico-Documental da Prefeitura Municipal de
Bragança. **Anexo nº- Diário Oficial do Estado, Ofícios,
Decretos e Códigos de Posturas.**

_____. **Livro de Relatório da Intendência
Municipal** – Período de 1955 a 1957.

_____. **Ofício presente no livro nº 044 (ano 1952 -
16 de fevereiro de 1952).** Gestão de Simpliciano Medeiros
Junior.

ASCURBRA – **Projeto: Memória de nossa Terra,**
Conhecendo Bragança. 2005.

Registros de óbito do Cartório Martins 3º Ofício, Bragança-PA.
Livro nº 18 (ano 1949 a 1951), Livro nº 22 (ano 1952 a 1954),
Livro nº 20 (ano 1954 a 1957), Livro nº 21 (ano 1957 a 1958),
Livro nº 22 (ano 1958 a 1960).

Registros de enterramento do Cemitério Santa Rosa de Lima,
Bragança-PA. Livro nº 06 (ano 1951), Livro nº 07 (ano 1952 a
1953), Livro nº 08 (ano 1953 a 1954), Livro nº 09 (ano 1954 a
1955), Livro nº 10 (ano 1955), Livro nº 12 (ano 1956), Livro nº
13 (ano 1957), Livro nº 14 (1957 a 1958), Livro nº 15 (ano 1958
a 1959), Livro nº 16 (ano 1959), Livro nº 17 (ano 1959 a 1960),
Livro nº 18 (ano 1960 a 1961).

As estratégias de “pacificação” de uma província mergulhada no “caos”: a reforma militar de Soares D’Andrea (1836-1838)

Thailana de Jesus Cordeiro Pereira¹

O QUE DIZ A HISTORIOGRAFIA?

A primeira obra historiográfica a abordar a Reforma Militar realizada por Andrea como estratégia de repressão à Cabanagem foi escrita por Domingos Antonio Raiol em seu livro *Motins Políticos*². Apesar de ser a primeira e fundamental obra que aborda este tema, ele é abordado de uma maneira bastante superficial e acaba sendo sufocado dentro da perspectiva cabana, relatando apenas a visão legalista da história da Cabanagem. Para Raiol, apud Bastos³, o movimento cabano era um verdadeiro “símbolo de anarquia social” resultado da perda do “princípio de autoridade” e das disputas políticas que estavam ocorrendo na sociedade paraense, o que ocasionou uma anarquia generalizada influenciando inclusive o meio militar, que foi reestabelecido somente no governo de Andrea, quando tomou como uma de suas principais medidas de reafirmação do princípio de autoridade, a reorganização das forças militares com a criação da Guarda Policial.

Na obra de Raiol, os Corpos de Trabalhadores e o Recrutamento Militar foram estratégias do presidente Andrea

¹ Especialista em Educação para Relações Etnicorraciais pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA, Mestranda em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará - UFPA e bolsista do CNPq.

² RAIOL, Domingos Antônio. **Motins políticos ou a história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. 3. vol. Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.

³ BASTOS, Carlos Augusto de Castro. **Os braços da (des)ordem**. Indisciplina militar na Província do Grão-Pará (meados do XIX). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004, 273 p.

para combater os cabanos reestruturar a ordem e a paz que haviam sido retiradas da província pelos rebeldes. Após a obra de Raiol em seus *motins políticos*, foram surgindo novos estudos com diferentes interpretações sobre a Cabanagem. Segundo Ricci⁴, nos estudos de Vicente Salles, José Júlio Chiavenato e Pasquale Di Paolo, encontram-se basicamente a mesma perspectiva abordada por Raiol, de que a cabanagem foi um movimento de cunho popular, mas que foi vencida e reprimida pelas autoridades imperiais. Porém, ao contrário do pensamento de Raiol, Vicente Salles afirma em seu livro *O Negro no Pará*⁵ que a Cabanagem constituiu-se uma revolução social muito mais do que um motim político, para ele a luta política no Pará baseava-se na luta de classes de cunho ideológico.

De acordo com Ricci⁶, a Cabanagem para Enrique Jorge Hurley era um movimento social que remontava a opressão sofrida pelos indígenas na época da colonização portuguesa, o que tornava a Cabanagem um luta étnica. Outros autores juntamente com Hurley como Dilke Barbosa e Ernesto Cruz, também contribuíram com a historiografia cabana para novas perspectivas sobre o tema, porém seus estudos dedicavam-se apenas aos grandes nomes, aos líderes cabanos, deixando de lado outras pessoas que também participaram da Cabanagem, como se esses indivíduos fossem meros beneficiados das lutas e conquistas dos grandes líderes. Ainda segundo Ricci, a autora Ítala Bezerra da Silva vai analisar o movimento cabano como uma luta perdida afirmando que seu principal exemplo foi a criação dos Corpos de Trabalhadores elaborado pela força imperial como medida de repressão aos cabanos.

⁴ RICCI, Magda. **Do sentido aos significados da Cabanagem:** percursos historiográficos. Anais do Arquivo Público do Pará V. 4 T.I, 2001, p. 241-274.

⁵ SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão.** 1. ed. Belém, Secult, 1971.

⁶ Op. cit.

Bárbara Weinstein⁷ tem um pensamento diferente dos que até agora foram apresentados. Segundo a autora, devido as grandes fugas, mortes e epidemias que assolaram a província naquele período, a implantação dos Corpos de Trabalhadores foi uma forma de exploração da força de trabalho, já que estava escasso esse tipo de mão-de-obra, assim poderia-se garantir a supervisão por parte de elite e continuar com a produção agrária. Afirma ainda a autora que os Corpos de Trabalhadores teria sido um grande fracasso uma vez que a província não possuía força militar suficiente para patrulhar todo o território nem para vencer a resistência a implantação dos recrutamentos.

A autora Cláudia Fuller⁸ vai afirmar que a historiografia aborda os Corpos de Trabalhadores como algo que vai dizimar ou acabar com as forças dos revolucionários cabanos, que não permitia escapatória por ser feita por uma legislação rígida, que servia para oprimir a população pobre, índios, mestiços e negros, impondo-lhes o recrutamento forçado e o trabalho compulsório e muitas vezes longe de suas famílias. Porém, a autora irá atentar que a historiografia da Cabanagem não faz uma análise mais detalhada do funcionamento dos Corpos de Trabalhadores para mostrar que existia resistência a seu recrutamento e várias formas e tentativas dos recrutados em burlar a lei para não serem levados para o trabalho forçado.

A historiografia sobre o período de estudo pretendido neste trabalho remete a Cabanagem, mais especificamente a partir da chegada de Andrea em 1836 e as medidas tomadas por ele para reprimir os rebeldes, como a criação da Lei de nº 2 de 25 de abril de 1838, tornando obrigatório o alistamento nos Corpos de

⁷ WEINSTEIN, Bárbara. **Borracha na Amazônia**: expansão e decadência (1850-1920). Trad. De Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Hucitec, editora da Universidade de São Paulo, 1993.

⁸ FULLER, Cláudia Maria. “**V.S. não manda em casa alheia**: disputas em torno da implantação dos Corpos de Trabalhadores na Província do Pará (1838-1844)”. In: *Revistas de Estudos Amazônicos*, Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia – PPHIST. Belém, ed. Açaí, vol. 3, n. 2, 2008, p. 41-75.

Trabalhadores e o Recrutamento Militar para compor os batalhões da Guarda Policial. Porém, como podemos perceber pela rápida abordagem historiográfica feita acima de alguns autores que estudam este tema, observamos que constantemente essa bibliografia deixa um silêncio quanto a perspectiva militar, e quando aborda a perspectiva militar, geralmente essa abordagem é feita de uma maneira breve e superficial.

Durante a pesquisa bibliográfica, foram encontrados apenas dois estudos que abordam o tema deste trabalho (Guarda Policial). O primeiro estudo foi a tese de doutorado de Shirley Nogueira⁹, porém, sua abordagem sobre este tema é breve e não contempla toda sua complexidade, mesmo porque não era o objetivo de sua pesquisa falar especificamente desta instituição, apenas tomá-la como exemplo para explicar as diversas formas de levantes militares ocorridos na província do Pará entre 1790 a 1850. Outro estudo foi a dissertação de mestrado de Carlos Bastos¹⁰, que analisa as diversas formas de indisciplina militar durante o funcionamento da Guarda Policial em meados do século XIX também na província do Pará.

Nesta perspectiva, o presente estudo apresenta como objeto de pesquisa a Reforma Militar e o recrutamento para compor os Batalhões da Guarda Policial como medidas de repressão ao movimento cabano, medidas estas, elaboradas por Soares d'Andrea em 1836 após sua chegada ao Pará. O recorte espacial e temporal é a província do Pará entre anos de 1836 a 1840.

A reforma militar de Soares D'Andrea

Em discurso à Assembleia Provincial no dia 2 de março de 1838, Soares d'Andrea (presidente da província do Pará de 1836 a

⁹ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. **“A soldadesca desenfreada”**: politização no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850). Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009, 341 p.

¹⁰ Op. cit.

1838), relatava que devido o envolvimento da maioria dos soldados no movimento cabano, a Guarda Nacional deveria ser extinta, por acreditar que não poderia confiar a segurança da província em suas mãos, já que foram de suas fileiras que saíram os assassinos de seus próprios oficiais, e os que ajudaram ao assassinio das primeiras autoridades em janeiro de 1835. Por acreditar que a Guarda Nacional foi prejudicial em quase todos os lugares da província, a Assembleia Geral do Império, a pedido de Andrea, autorizou o Governo a extingui-la por três anos, sendo substituída pelas guardas policiais.¹¹

Com a Guarda Nacional extinta, restaram poucos soldados nas tropas militares para fazer a guarnição da província, cerca de dois mil homens de tropas, sendo que, mil e trezentos eram de outras províncias, porém, Andrea acreditava que este número de soldados era insuficiente para concluir a pacificação e sustentar a paz na província, uma vez que o território era grande e a disposição ao crime era geral.¹² Assim, as forças legalistas não possuíam soldados suficientes para fazer a guarnição da província. Dessa maneira, necessitava-se de voluntários, pois para o Governo provincial, fazer um recrutamento seria muito trabalhoso e teria-se muitas despesas com homens pouco disciplinados e sem experiência em manuseio de armas.

O alistamento voluntário era uma maneira de o governo provincial evitar que homens não desejosos pegassem em armas, garantindo assim, a disciplina e a fidelidade dos soldados. Assim, o governo evitava o fortalecimento do exército, que poderia representar uma nova ameaça à legalidade. Porém, estava bastante difícil conseguir voluntários, o que obrigou os liberais moderados

¹¹ Discurso com que o Presidente da Província do Pará faz a abertura da 1ª sessão da Assembleia Provincial no dia 2 de março de 1838. Typographia Restaurada de Santos e Santos menor, Rua d'Alfama, n.º. 39, p. 20. Disponível no site: Center for Research Libraries.

¹² Idem, p. 21.

a permitirem o recrutamento na tentativa de suprir a necessidade de policiais para fazer a guarnição da cidade.¹³

Cabia aos Comandantes Militares fazer o recrutamento, alistando todos os homens entre 15 e 50 anos de idade que podiam pegar e manusear armas na tentativa de formar corpos de guardas numerosos, sendo estes indivíduos recrutados, obrigados pelos Comandantes, a empregar sua força de coação para perseguir e reprimir os rebeldes, além de prender vagabundos e empregá-los em trabalhos de utilidade pública. Conforme Bastos,¹⁴ essa tarefa de combate aos cabanos e ordenamento da província ficou a cargo de uma corporação militar chamada Guarda (ou Corpo) Policial de 2ª Linha, criada em 1836 pelo presidente d'Andrea como uma das estratégias de repressão ao movimento cabano. A Guarda Policial esteve em funcionamento de 1836 até meados da década de 1850, quando foi desmobilizada para dar lugar novamente a Guarda Nacional extinta durante o período da Cabanagem.

Os Comandantes Militares possuíam ordens específicas, elaborados pelo próprio Andrea que deveriam ser executadas nos diversos distritos da província, e mesmo antes de deixar a presidência da província do Pará em 1839, Soares d'Andrea preocupou-se em deixar instruções aos Comandantes Militares para que mesmo após a sua saída da presidência continuassem a realizar o trabalho que foi iniciado na sua chegada em 1836:

[...]

Art. 6º. Formará uma Guarda Policial composta de todos os indivíduos sem exceção que forem capazes de pegar em armas que tiverem de 15 a 50 anos completos, escolhendo dentre as

¹³ Idem, p 19.

Sobre alistamento e recrutamento militar ver: NOGUEIRA, Shirley Maria Silva.

“**A soldadesca desenfreada**”: politização no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850). Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009, 341 p.

¹⁴ Op. cit.

peessoas mais abastadas, ou de maior representação, e sobretudo, os oficiais das antigas milícias, e ordenanças as mais hábeis para oficiais da dita Guarda, e me fará proposta para eu lhes mandar passar as nomeações, se assim o entender [...].

Art. 7º. Dará a Guarda Policial a forma regimental ou de batalhões de infantaria pesada, segundo as antigas milícias, seguindo os Regulamentos delas, com exceção unicamente na escolha dos indivíduos, que serão todos os capazes de pegarem em armas, como fica dito. Salvo feita a escolha para os Corpos de Trabalhadores.

Art. 8º. A mais rigorosa disciplina será conservada nos corpos de 1ª Linha que estiverem debaixo do seu comando, e dada também à Guarda Policial, fazendo-a entrar em regular ensino, como se fossem soldados da 1ª Linha, todos os castigos em caso de insubordinação ativa, ou insultante será pronto e rigoroso, e nunca será reputado excessivo.

Art. 9º. Depois de organizada a Guarda levantará, com a concorrência de todos os indivíduos dela, um Quartel para servir de deposito das armas, de prisão do Corpo e de Quartel da Ordem: o que sempre é possível, sendo obra de muitos, e utilidade de todos.

Atr. 10º. Terá a maior vigilância na prisão dos desertores, sejam de mar ou de terra, e fará publicar nos seus Distritos, que sendo ilegais todos os atos das autoridades intrusas, também são ilegais as baixas por elas dadas, e que me consequência se devem apresentar para o serviço todos os Soldados que tiverem tido tais baixas, alias serão tidos como desertores: e lhes dará prazos para se apresentarem, como entender que é justo, segundo as circunstâncias locais [...].¹⁵

Como podemos observar nos artigos acima, a reforma militar feita por Soares d'Andrea representou um mecanismo não só de punição aos rebeldes e seus aliados, mas também um projeto morigerador, pois para Andrea, os indivíduos recrutados

¹⁵ Exposição do Estado e Andamento dos Negócios da Província do Pará no ato que fez da entrega da presidência o Exmº Marechal Francisco José de Souza Soares d'Andrea ao Exmº Dr. Bernardo de Souza Franco no dia 8 de abril de 1839. Tipografia de Santos e Menor. Pará, 1839, p. 19, 20.

após passarem por um forte controle disciplinar nos quartéis pelos Comandantes Militares, e serem reeducados moralmente, transformar-se-iam em exímios “cidadãos de bem” mantenedores da ordem e da paz.

Assim, as forças armadas legalistas representaram o funcionamento da política de ordenamento e disciplinarização de uma província mergulhada em um caos social.

Segundo Bastos¹⁶, uma das estratégias de Andrea para formar as Tropas Militares para fazer a guarnição da cidade, foi convocar e realistar os antigos praças que haviam sofrido baixas nos governos irregulares anteriores, bem como recrutou os rebeldes que não haviam cometido crimes muito graves, para que sob um forte controle militar e disciplinar fossem (re)educados cívica e moralmente. Também recrutou todos os desocupados, mestiços e negros livres para os Corpos de Trabalhadores para a realização de trabalhos compulsórios em obras públicas ou particulares.

Levando em consideração que os Corpos de Trabalhadores possuía critérios muito mais específicos de cor e condição social de quem deveria ser recrutado (homens mestiços e negros livres e sem ocupação comprovada) em relação a Guarda Policial, que era bem mais abrangente (todos os homens entre 15 e 50 anos de idade capaz de manusear armas). Muitas vezes os Comandantes Militares tinham dúvidas sobre para qual instituição deveriam enviar os homens passíveis de recrutamento, se para a Guarda Policial ou para os Corpos de Trabalhadores.¹⁷ Dessa forma, é possível que homens mestiços ou negros livres tenham sido recrutados para a Guarda Policial ao invés dos Corpos de Trabalhadores devido a necessidade de formar Corpos numerosos em alguns distritos da província, além de que, as duas instituições possuíam o mesmo objetivo: disciplinar e reeducar.

¹⁶ Op. Cit.

¹⁷ Op. Cit.

Segundo Pina,¹⁸ as atitudes tomadas por Andrea na elaboração dessas estratégias de reestabelecimento da ordem e de reestruturação da cidade, tanto física quanto econômica, cultural e moralmente, passavam pelo fator que denota uma clara dominação racial. Ou seja, Andrea acreditava que esses indivíduos, por sua natureza, eram predispostos aos vícios e desvios de caráter, já que viviam em estado de barbárie e extrema pobreza, por isso necessitavam ser controlados, disciplinados e reeducados e o recrutamento militar seria a solução para esses problemas.

Tomando como base o recrutamento militar para compor os batalhões da Guarda Policial, todos os indivíduos considerados perigosos à ordem imperial, o objetivo deste artigo, é analisar a tentativa de alguns desses indivíduos em livrar-se do recrutamento militar, através da análise dos Autos de Justificação. Esta documentação está localizada no fundo do Judiciário no Arquivo Público do Estado do Pará. Estes autos de justificação serão analisados neste artigo como uma maneira do réu no processo de crimes provar sua inocência do seu não envolvimento na cabanagem, no intuito de livrar-se do recrutamento militar. Nosso objetivo não é atestar a veracidade do documento ou mesmo do relato dos réus e das testemunhas, mas partir deles, e analisar os caminhos utilizados pelo réu para convencer o juiz da sua inocência.

Outro objetivo deste artigo é entender, a partir do recrutamento, o funcionamento das tropas militares de 2ª Linha, quais suas funções, como atuavam, dentre outras coisas. E para isso, serão analisados os processos de Autos Crimes, também localizados no fundo do Judiciário no Arquivo Público do Estado do Pará. Estes processos nos permitirão entender não só os

¹⁸ PINA. Maria da Graça Gomes de. **Cabanagem**: o vulcão da anarquia?. Università degli Studi di Napoli “l’ Orientale” – UNIOR. Napoli, 2008. Disponível em: <http://www.uefs.br/nep/labirintos/edicoes/01_2008/07_artigo_maria_da_graca_gomes_de_pina.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2013, 14 p.

deveres dos Guardas Policiais, mas principalmente, os conflitos existentes entre os moradores dos diversos distritos da província e os soldados da Guarda, além dos conflitos entre os guardas e as autoridades superiores.

Com base no conceito de experiência de Thompson, destacado no livro *Senhores e Caçadores*,¹⁹ pretendo compreender os diversos significados que possuía a lei do recrutamento militar (tanto para Andrea e os seus agentes da legalidade – os comandantes militares – como para os indivíduos passíveis de recrutamento) e como esses sujeitos se utilizaram do aparato judicial para defender seus interesses. Analisar as ações desses sujeitos nos permite entender como viam e entendiam o recrutamento militar a partir de suas experiências.

A discussão de Thompson gira em torno dos conflitos existentes entre os florestanos (*gentry*) e a oligarquia whig, gerados a partir da elaboração da Lei Negra. Assim, Thompson procura analisar as diferentes definições que envolviam antigas e novas formas de direito à propriedade.

O que se observa, é uma disputa entre os direitos e os costumes. Ou seja, os florestanos acreditavam que o direito de retirar das terras comunais seu sustento e o de suas famílias estava sendo violado com a política de cercamento dos campos e a legislação (Lei Negra) favorecendo a (oligarquia whig), que utilizava-se do pretexto da guarnição das terras do rei para defender seus próprios interesses de status social, propriedade e hereditariedade. Assim, a Lei Negra tornou-se causa e consequência das mudanças sociais dos padrões ingleses daquele momento.

Segundo Thompson a Lei Negra surgiu não pela emergência do controle de um possível aumento a caça clandestina, roubos de cervos, retirada de lenha das florestas e parques. Se fosse o caso, não haveria a necessidade de uma lei tão rigorosa. Para Thompson, a Lei Negra surgiu com o intuito de

¹⁹ THOMPSON, E.P. **Senhores e Caçadores**: A Origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

garantir os direitos de propriedade a uma aristocracia comercial ascendente, que adquiriram com a Lei um instrumento legal para a defesa das suas propriedades, utilizando-se da legalidade para reprimir não apenas os costumes pré-capitalistas, mas estabelecer uma nova forma de controle social, construindo assim, a noção moderna de propriedade.

Para Thompson, a criação da Lei Negra representa uma nova interpretação da noção de direito, que rejeita a noção de lei, usada como máscara para justificar a dominação de uma classe sobre a outra. Dessa maneira, o direito passa a representar um conflito entre as classes, pois cada indivíduo interpreta a noção de direito a partir das suas experiências.

Thompson defende a ideia de que as ações dos sujeitos são fruto de suas experiências sociais e, essas experiências sociais, são baseadas em seus costumes (religião, direitos tradicionais, noções de igualdade perante a lei, tradições familiares e artesanais, etc.). Dessa maneira, a utilização do aparato judicial pode representar o entendimento das regras sociais, porém, um entendimento baseado em suas experiências, o que ocasionou várias interpretações da mesma lei, pois cada indivíduo a interpretou e a utilizou em defesa dos seus interesses.

Neste sentido, analisar as diversas interpretações que possuía a lei do recrutamento nos permite compreender as diversas visões que possuíam os indivíduos sobre a mesma lei, que vai além do discurso disciplinador e morigerador almejado por Andrea.

O recrutamento militar e os autos de justificação

Muitos indivíduos utilizavam-se de diversos recursos para não serem recrutados para a Guarda Policial ou para os corpos de trabalhadores, pois o recrutamento significaria ser retirado de seu convívio familiar e social para exercer trabalhos forçados e gratuitos, além de estarem sujeitos à diversas punições, prisão e abuso por parte dos comandantes militares. Os autos de

justificação é um desses recursos, utilizado pelos indivíduos para tentar provar o seu não envolvimento na cabanagem, livrando-se assim, do recrutamento.

Os autos de justificação é uma medida cautelar de caráter voluntário que se constitui a partir de uma audiência em que testemunhas se apresentam ao juiz voluntariamente com o intuito de provar a existência de um fato. Estes autos podem servir como prova num processo judicial ou apenas como um documento complementar, sem relevância no processo. Na justificação não se admite defesa nem recurso, devido ser um documento complementar no processo que pode ou não ser usado como prova, sendo sua finalidade, apenas provar a existência de um fato. Por isso, o juiz não se pronuncia sobre a veracidade dos testemunhos.²⁰

A análise dos autos de justificação neste artigo é importante porque neles contém não só o crime de que o réu está sendo acusado, mas as suas características pessoais e sociais. Se era casado, se possuía filhos, a cor da sua pele, sua profissão, etc. Além da descrição do réu, também possui das testemunhas, assim como a proximidade da testemunha com o acusado, como se conheciam, há quanto tempo se conheciam, e o porquê de estarem testemunhando. Estes detalhes são importantes no entendimento de quem são estes réus, de que estão sendo acusado, quem era suas testemunhas, qual a importância destas testemunhas na sociedade, e principalmente, porque seus esforços em comprovar a veracidade dos seus relatos. Analisando estes detalhes, estaremos entendendo não apenas os motivos desses indivíduos de livra-se do recrutamento militar, mas o que o recrutamento representava para eles.

Nos autos de justificação, os sujeitos utilizam-se do aparato judicial (legal) para provar sua inocência na tentativa de livra-se

²⁰ repensandodireito.blogspot.com.br. Publicado em 19 de abril de 2015. Disponível em: <<http://repensandodireito.blogspot.com.br/search?q=justifica%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 19 ago. 2016, 1 p.

do recrutamento militar, utilizando de diversos mecanismos para alcançar seus objetivos, como veremos a seguir.

O primeiro caso a ser analisado dos autos de justificação é de Felis José Tenório. Seu processo foi aberto em 20 de maio de 1840 e julgado pelo juiz Manoel Fernandes Ribeiro, Juiz de Paz do 1º Distrito da capital.²¹

Felis José Tenório é um preto liberto que tenta provar através dos autos de justificação que possui mais de 60 anos de idade, e para isso, convoca para suas testemunhas, pessoas influentes na sociedade. Sua primeira testemunha é o Presbítero Secular, Reverendo Cônego da catedral Antonio Macário Alves da Costa, natural de Belém, Branco, 38 anos. Em seu testemunho ele afirma que em 1818 saiu do Seminário Episcopal, conheceu o justificante, que já então não era rapaz, e sim homem bastante maduro, e ao presente, pela sua fisionomia e madureza, terá mais de sessenta anos de idade.

Outra testemunha no processo de justificação de Felis José Tenório é João Hilário Watrin. Homem branco, natural de Belém, 54 anos, casado, Capitão das extintas milícias, Escrivão do Cível e do Crime. Em seu testemunho, afirma que ha muitos anos conhece o justificante e que pela sua fisionomia e madureza parece ter mais de sessenta anos de idade.

Manoel Miguel Aires Pereira também é testemunha no processo, homem branco, solteiro, 37 anos, Tenente de 1ª Linha, e afirma em seu testemunho que desde menino conhece o justificante, que já era avançado em anos, pelo que ao presente, pela fisionomia, julga ter ele mais de 60 anos.

Como podemos perceber, para justificar sua idade, o autor oferece testemunhas cujos depoimentos justificam sua petição, além de apresentar pessoas importantes e influentes da sociedade belenense da época, numa tentativa de provar ou mesmo validar seu próprio testemunho. Neste caso, o testemunho de pessoas com prestígio social pode representar um peso muito maior no

²¹ APEP, FDJ, Juízo de Paz, Autos de Justificação, Belém, 1840.

processo, tendo em vista que, o valor do testemunho equivale ao prestígio social. No processo não há menção do motivo pelo qual o autor quer justificar sua idade, porém, levando em consideração que eram recrutados todos os homens entre 15 e 50 anos de idade, supõe-se que o objetivo de Felis José Tenório seria livra-se do recrutamento comprovando possuir mais de 50 anos de idade.

Outro caso interessante a ser analisado é de Antonio Luiz de Souza. Seu processo foi aberto em 8 de novembro de 1836 e julgado pelo juiz João Alves de Castro Rozo, Juiz de Direito e do Crime em Belém. Antonio Luiz de Souza é um homem casado, morador e estabelecido com sítio e lavoura no rio Abaeté, e em seu auto de justificação quer provar não ter se reunido aos cabanos e ter estado sempre do lado da legalidade.²²

Para justificar não ser cabano, primeiramente Antonio Luiz de Souza quer provar que é casado, morador e estabelecido no rio Abaeté com sítio e lavoura na mesma cidade. Que sempre foi obediente às autoridades constituídas legalmente e que na ocasião em que houve a “revolta” de 1835 estava em sua casa cuidando dos seus trabalhos. E logo quando soube de uma reunião por parte da legalidade que foi feita e comandada pelo Capitão Alexandre de Castilho, o Justificante logo tratou de se unir as tropas legalistas.

A testemunha no processo de Antonio Luiz de Souza, Jose Maria Gonçalves é lavrador, natural e morador da Freguesia de Santa Anna do Igarapé-Miri, solteiro, 25 anos. Em seu testemunho ao juiz, Jose Maria Gonçalves confirma o relato de Antonio Luiz de Souza, que realmente é casado, morador e estabelecido em Abaeté com sítio e lavoura. Que nunca se envolveu em desordens viveu sempre no seio de sua família em boa harmonia com seus vizinhos e sabe por ouvir dizer que durante o tempo das desordens que agitaram a Província desde o fim do ano de 1835 sempre o justificante se conservou tranquilo em sua casa.

²² APEP, FDJ, Juízo de Direito, Autos de Justificação, Belém, 1836.

Maria Magdalena, mulher branca, viúva, natural e moradora da Freguesia de Abaeté, 35 anos, analfabeta, também é testemunha de Antonio Luiz de Souza e assim como a testemunha anterior, confirma a boa conduta do justificante e que além de não se unir aos cabanos no período da “revolta”, se uniu as tropas legalistas.

No caso de Antonio Luiz de Souza, seu objetivo é provar que não é cabano, que não participou da “revolta” de 1835 e que sempre esteve do lado da legalidade, e para validar seu argumento, primeiramente, começa a relatar sobre sua boa conduta, enquanto homem casado, pai de família, que tem trabalho e moradia fixa. Neste caso, o objetivo do justificante é provar (com a ajuda do relato das testemunhas) que ele é um cidadão de “bem”, o que pode significar uma tentativa de livra-se do recrutamento.

O terceiro e último caso de justificação analisado neste artigo é de João Antônio de Figueiredo, natural de Cintra, casado, estabelecido no Rio São Paulo, termo da Vila de Cintra, com serviços rurais, também Juiz de Paz do 1º Distrito da Vila de Cintra. Seu processo foi aberto em 15 de outubro de 1840 e julgado pelo juiz Manuel Borges da Maya, Juiz de Paz do 1º Distrito da Vila de Cintra em 1840.²³

Seu objetivo era justificar que nunca se uniu aos cabanos e que era vítima de perseguições por parte do Capitão e comandante da Vila de Cintra, Cezario Antonio de Sta. Brízida. E que em represália, por ter denunciado ao Coronel Comandante Mor da Vila de Vígia, que o dito capitão Brízida possuía uma concubina na vila de Cintra, retirou-lhe de sua função de juiz da Vila e recrutou para o corpo policial seu neto e único amparo da sua velhice.

Para isso, o justificante convida para depor a seu favor: Clemente Antonio Lisboa, homem branco, 26 anos, casado, natural da Vila de Cintra e na mesma residente, Tenente da 4ª

²³ APEP, FDJ, Juízo de Paz, Autos de Justificação, Maracanã, 1840.

Companhia Policial estacionada na dita Vila, vive de suas agências; João da Fonseca Pereira, branco, 22 anos, casado, natural da Vila de Cintra, e na mesma residente, vive de suas agências; e Manoel Raymundo da Piedade, branco, 20 anos, solteiro, natural da Vila da Vigia, e presentemente residente em Cintra, vive de suas agências. As três testemunhas concordam em seus depoimentos, afirmando que sabiam por ver que era verdade o que alegava o justificante João Antônio de Figueiredo.

Também está incluído no processo um atestado de Jose Paulo da Costa, Vigário Interino da Freguesia de S. Miguel de Cintra, sobre a conduta de Camilo Henriques, neto do justificante. No atestado anexado ao processo, Jose Paulo da Costa, Presbítero Secular, Vigário Interino da Freguesia de S. Miguel de Cintra, atesta ao conhecimento de quem o documento chegar, que é verdade que Camilo Henriques, neto de João Antonio de Figueiredo, todos seus Paroquianos, é inegavelmente o único encosto de seu avô, pois é quem o ajuda no trato da lavoura, nunca foi vadio ou imorigerado, antes, muito obediente à todas as autoridades constituídas, e se necessário for, faz juramento de Pároco para provar que diz a verdade.

Neste caso, João Antônio de Figueiredo tenta provar que além dele, seu neto também não possuía nenhum envolvimento com os cabanos, e que tudo não passava de uma perseguição de cunho pessoal, pelo fato do justificante ter denunciado às autoridades superiores, que o capitão da vila tinha uma prostituta como concubina. E para se vingar, o dito capitão usou da sua autoridade e retirou-lhe o poder de juiz de Paz da vila, além de recrutar para o Corpo Policial seu neto e único amparo de sua velhice. O objetivo do justificante é provar que foi vítima de abuso de autoridade e perseguição pessoal por parte do Capitão e comandante da Vila de Cintra Cezario Antonio de Sta. Brízida e que seu neto não podia ser recrutado, uma vez que, o justificante acha-se avançado em idade e só tem esse neto para cuidar da sua velhice e do trabalho da lavoura.

No caso mencionado acima, temos a reclamação de um ex-Juiz de Paz, retirado do seu cargo pelo Capitão e comandante da Vila. Sua reclamação baseia-se no argumento de que o dito capitão estava usando de sua autoridade para prejudicá-lo.

O que podemos observar neste caso é a possibilidade de interpretação da lei como poder adquirido. Ou seja, o comandante militar acreditou ter recebido através da lei a autoridade necessária para justificar suas ações. Pois, a lei transformava os comandantes militares em representantes legais de vilas e freguesias com todos os demais moradores sujeitos aos seus comandos. Neste contexto, as ações desse comandante militar pode ser entendida a partir da interpretação que ele faz da lei e como ela está relacionada com sua experiência social. Ou seja, como ele pode ter se utilizado da lei para defender seus interesses pessoais.

Da mesma forma, o denunciante também pode ter se apropriado da noção de lei para justificar sua noção de justiça, pois sua ação de denunciar abusos de poder praticados pelo comandante de sua vila pode significar uma tentativa de resgate da autoridade retirada dele pelo dito comandante.

A autoridade que possuíam os comandantes militares foi dada pelo próprio Andrea, quando assumiu a presidência da província do Pará, retirando alguns oficiais do Exército para comandar os maiores distritos da província. A atitude tomada por Andrea deve-se ao fato dele acreditar que as atribuições dadas aos juizes de Paz eram imensas, fazendo da província uma espécie de agregado de pequeninos Estados, sem dependência uma das outras ou mesmo do Governo, quase independentes de qualquer outra autoridade. Por isso, Andrea sentiu-se no dever de nomear alguns militares, dos mais hábeis, para administrar alguns desses distritos, como se fossem delegados do Governo da província, para o pronto reestabelecimento da Ordem, sendo denominados de Comandantes Miliars.²⁴

²⁴ Discurso com que o Presidente da Província do Pará faz a abertura da 1ª sessão da Assembleia Provincial no dia 2 de março de 1838. Typographia Restaurada

Devido à autoridade que possuíam os Comandantes Militares nos diversos distritos da província, autoridade dada pelo próprio Andrea, sendo considerados como delegados do Governo, seu dever era manter a ordem e a paz na província, porém, podemos supor, a partir da análise do caso acima, que alguns desses comandantes usou da autoridade que possuía em benefício próprio, aproveitando-se do cargo e do poder.

Vale ressaltar que nem todos os distritos da província possuíam Comandantes Militares, apenas os maiores, devido o pouco número de oficiais do Exército que fossem da confiança de Andrea. As pequenas vilas e freguesias eram chefiadas por oficiais subalternos que exerciam a função de Comandante da Guarda Policial e dos Corpos de Trabalhadores, porém, estes estavam sujeito às ordens dos Comandantes Gerais.²⁵

Nos casos expostos até aqui percebemos as diversas interpretações que os indivíduos fizeram da lei do recrutamento e como se utilizaram do aparato legal para defender seus interesses, a partir da sua noção de direito baseada em suas experiências sociais, pois, a experiência de vida dos sujeitos são base para suas ações.

Dessa maneira, os autos de justificação representaram o mecanismo legal utilizado pelos sujeitos, não apenas para fugir do recrutamento, mas para fugir do que o recrutamento representava para eles, seja o trabalho forçado, seja a distância da família, seja as duras rotinas disciplinares, seja os castigos. Muito mais que uma forma legal de burlar a lei do recrutamento, os autos de justificação representou uma maneira dos sujeitos contestar a lei e defender o que para eles seria justo.

No próximo subtema vamos analisar um caso de abuso de poder por parte de um Major, Comandante Militar da Guarda Policial da Vila de Oeiras que foi acusado pelo Tenente Ajudante

de Santos e Santos menor, Rua d'Alfama, nº. 39, p. 25, 26. Disponível no site: Center for Research Libraries.

²⁵ Idem, p. 26, 27.

da Guarda Policial, Francisco Antonio Barbosa, de cometer crimes contra os habitantes do município em 1839.

Os autos de crimes de quem deveria prender criminosos

Segundo Bastos,²⁶ os homens que eram recrutados para o Corpo Policial possuíam o dever de manter a ordem servindo como braço armado do Estado imperial combatendo rebeldes, criminosos e escravos fugidos, também cuidavam do ordenamento dos locais públicos e principalmente exerciam a extrema vigilância nas regiões de fronteira.

Porém, nem sempre os indivíduos componentes da Guarda Policial exerciam as funções que foram designados a exercer, como foi o caso do Major da Guarda Policial da Vila de Oeiras Francisco Mauricio Correa Pedrada. Este, foi acusado pelo Tenente Ajudante da Guarda Policial, Francisco Antonio Barbosa, de cometer crimes contra os habitantes do município, utilizando-se do seu ofício militar em benefício próprio.

O Major da Guarda Policial da Vila de Oeiras Francisco Mauricio Correa Pedrada foi réu no processo de Autos crimes. Seu processo foi aberto em 26 de junho de 1839 e julgado pelo juiz Luiz Pereira da Costa, Juiz de Paz do 1º Distrito de Oeiras em 1839. As testemunhas no processo foram: Ricardo Vieira da Costa, Manoel Ferreira Bentes e Luiz Pereira de Farias.²⁷

No processo, o cidadão brasileiro Tenente Ajudante da Guarda Policial, Francisco Antonio Barbosa, acusa o réu Major da Guarda Policial da Vila de Oeiras Francisco Mauricio Correa Pedrada de cometer os seguintes crimes:

Fingir ser munido de ordens superiores e estabelecer umas fábricas de madeira com o título de Nacional, e violentamente, mandou trabalhar nela, os habitantes do município, até mesmo os soldados da Guarda Policial sem pagar-lhes ao menos o sustento

²⁶ Op. cit.

²⁷ APEP, FDJ, Juízo de Paz, Autos Crimes, Breves - Oeiras, 1840.

diário. As madeiras e canoas que se fazia a título Nacional eram remetidas para a vila de Cameté e ali vendidas a particulares.

Mandar fazer grandes escoltas a diversos lugares do município propícios a navegação para homens que nem mesmo eram seus conhecidos, além de arrancar do seio de suas famílias e de infelizes viúvas as filhas musas com violência para fins libidinosos, conservando-as em seu poder a trabalhos.

Fazer perseguição geral ao povo com ameaças de prisão e rodas de pau, e lançar um tributo a todos aqueles que não podiam trabalhar em sua Fábrica ou dar-lhe mensalmente um determinado. Também obrigou os Capitães da Companhia a mandar tirar cada soldado duas tabuas de árvore de loiro de 22 palmos a título de Nacional, porém, estas foram vendidas a particulares.

Para reafirmar a acusação feita pelo Tenente Ajudante da Guarda Policial, Francisco Antonio Barbosa, foi convocado a depor como testemunha Ricardo Vieira da Costa, natural e morador da vila de Oeiras, 32 anos, casado, Lavrador e Cabo de Esquadra da Guarda Policial da 1ª Companhia.

Em seu depoimento, Ricardo Vieira da Costa afirma que são verdadeiras todas as acusações que são feitas ao dito Major, pois é público na vila suas atitudes e que todos têm visto o acusado vender canoas que são feitas a Título Nacional e depois são vendidas a particulares. Também afirma que é de seu conhecimento os trabalhos feitos pelo encarregado Jose, sob o apelido de Diabinho, que embarca mulheres moças da casa de suas mães e de infelizes viúvas dizendo ser por ordem do Maior Comandante desta Villa, além de matar galinhas violentamente da casa dos moradores.

Afirma ainda ser verdade, pois tem visto muito, e muitas vezes, darem castigos rigorosos de roda de pau em algum indivíduo e disse também, que ele próprio foi obrigado a dar duas taboas de madeira a suas custas como título Nacional.

A segunda testemunha no processo contra o Major da Guarda Policial Francisco Mauricio Correa Pedrada, é Manoel

Ferreira Bentes. Cidadão brasileiro, Alferes da Extinta Guarda Nacional e vereador da Câmara da Vila, natural de Oeiras, casado, 29 anos.

Manoel Ferreira Bentes em seu depoimento afirma que são verdadeiras todas as acusações feitas ao dito Major, pois é notório em toda vila suas ações.

Já a terceira e última testemunha no processo contra o Major Mauricio Correa Pedrada é Luiz Pereira de Farias, natural e morador de Oeiras, solteiro, 22 anos, Lavrador e Inspetor do 6º Quarteirão do 1º Distrito.

Luiz Pereira de Farias afirma em seu depoimento que são verdadeiras todas as acusações feitas ao dito major, pois são notórias suas ações na vila, e disse mais, que ele próprio foi encarregado de cuidar de uma dessas fábricas de serrarias com 10 trabalhadores sem que lhe pague o salário ou ao menos preste o sustento diário.

Como podemos perceber, neste processo, os conflitos existentes entre o Major Comandante e os demais sujeitos da Guarda Policial, além dos conflitos com os próprios moradores da vila de Oeiras, resultaram na denúncia de seus crimes às autoridades superiores. Pois, o Major Comandante Francisco Mauricio Correa Pedrada, um agente instituído do governo Provincial, deveria servir de exemplo moral, de conduta impecável, exemplo de civilidade e morigeração aos demais moradores da vila que comandava, porém, utilizou-se de seu poder para mentir, manipular, enganar e aproveitar-se da situação para lucrar à custa dos desvios de verba pública e dos trabalhos forçados dos moradores e dos Guardas Policiais.

A análise deste caso nos leva a questionar o projeto disciplinador e morigerador idealizado por Andrea, em que os Comandantes Militares possuíam um papel fundamental como agentes desse projeto. Pois, em seu pensamento, os Comandantes Militares ao recrutar indivíduos “perigosos” à ordem imperial para compor os batalhões da Guarda Policial e os Corpos de Trabalhadores – função dos Comandantes Militares – estes

indivíduos seriam transformados por meio da imposição da disciplina e da civilização, tendo como exemplo a conduta do próprio Comandante. Porém, as denúncias dos moradores e demais sujeitos da Guarda Policial nos mostra que muitos Comandantes Militares fugiam a regra de conduta esperada por Andrea, ferindo a imagem que se projetava dos oficiais da legalidade, e nos ajuda a pensar nas diversas leituras e práticas sociais que o ideal de projeto de civilização poderia ter pelos diversos sujeitos.

Os conflitos existentes entre os diversos sujeitos envolvidos com a lei do recrutamento militar (Andrea, comandantes militares, mestiços, negros e pobres) giram em torno das várias interpretações sobre a referida lei, pois cada sujeito passou a interpreta-la de modo diferente. Nesta perspectiva, a lei é vista como um mecanismo de garantia de direitos, porém, a noção de direito é diferente para cada indivíduo, pois a noção de direito está baseada nas experiências sociais. Desta maneira, as diversas interpretações da lei do recrutamento não representam o não entendimento da referida lei pelos sujeitos, mas a interpretação dela baseada nas suas experiências.

Considerações finais

A reforma militar feita por Soares d'Andrea tinha o objetivo principal de repressão aos cabanos e reestruturação da ordem e da paz na província, acabando com o clima de medo e insegurança de uma nova cabanagem que pairava sobre a elite paraense.

O recrutamento militar para compor os batalhões da Guarda Policial foi uma estratégia idealizada por Soares d'Andrea para controlar uma população indesejada, considerada perigosa à civilidade que se queria implantar na capital paraense. O principal objetivo da criação desta Companhia era transformar os indivíduos “incivilizados” em cidadãos morigerados, rebeldes em mantenedores da ordem e da paz, através de extrema vigilância e um forte controle militar disciplinador.

Porém, devemos ter em mente que os indivíduos que foram recrutados para a Guarda Policial não se mantiveram passivos diante da política de reorganização militar e ordenamento social idealizado por Andrea. Como podemos observar no decorrer do artigo e nos diversos processos analisados, houve muitas contradições e problemas que dificultavam o objetivo dessa política, uma vez que, muitos Guardas Policiais, em vez de agirem como agentes da ordem, recusavam-se a desempenhar suas tarefas ignorando as leis de conduta e moral e acabavam por se envolver em conflitos com as autoridades competentes ou mesmo com os moradores.

Outro fator que dificultou o sucesso da política de reorganização militar foi a tentativa de diversos sujeitos em livra-se do recrutamento tentando provar que não se encaixavam nos requisitos estabelecidos para o alistamento.

Dessa forma, as ações praticadas pelos diversos sujeitos analisados neste artigo devem ser compreendidas como ações carregadas de sentidos próprios. Ou seja, suas ações, refletem como viam e entendiam o recrutamento militar, assim como a política de reorganização da província a partir do seu referencial cultural, político e econômico.

Belém: história e memória do movimento da libertação dos presos do araguaia

Marcos Alexandre Araújo Ribeiro¹

Introdução

Oferecemos a nossa condenação e nossa prisão injustas a Deus, nosso Pai, para que nunca desanimem, e para que teimem mesmo em defender o seu meio de viver; com fé em Deus e nos companheiros, um dia a justiça será feita. Saibam que a Igreja de Conceição do Araguaia escolheu ficar do seu lado. Não é essa perseguição que lhe fará arredar pé. Confíem nela. (carta de Pe. Aristide e Pe. Francisco apud Telles, 2005)

Este artigo busca analisar a cidade de Belém do Pará enquanto agregadora, fomentadora e difusora do Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia – MLPA, um movimento que inicialmente se forma por dentro das estruturas da igreja católica, envolvendo padres, freiras, bispos, lideranças das CEBS-Comunidades Eclesiais de Base - e círculos bíblicos e pastorais e em especial as pastorais de juventude. Porém esse movimento, que tem sua gênese na Igreja Católica Apostólica Romana-ICAR, logo acaba assumindo um perfil mais amplo e plural, e passa já a se posicionar como um movimento de caráter ecumênico e até inter-religioso, assim como de grupos não religiosos, que buscava articular apoio em diversas representações sociais, como a própria ICAR, Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil-IECFB, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos Sessão Pará – SPDDH-PA, coletivo que já naquele momento organizava a Central Única dos Trabalhadores – PRÓ-CUT, Partido dos Trabalhadores – PT, Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB, Comissão Pastoral da Terra-CPT, Movimento da Mulher do Campo e da Cidade – M.M.C.C,

¹ Mestre em Ciências da Religião pela Universidade do Estado do Pará.

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, Comissão dos Bairros de Belém-CBB, União Metropolitana dos Estudantes secundaristas-UMES, Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Pará-DCE/UFGPA, Diretório Acadêmico das Faculdades Integradas do Colégio Moderno, assim como vários movimentos culturais.

Todos esses movimentos buscavam somar forças no sentido de dar apoio aos “15 presos do Araguaia”, dois padres (Aristides Câmio e Francisco Gouriou) e treze agricultores (João Matias da Costa, Antônio Resplande, Raimundo Resplande Coelho, Raimundo Resplande da Silva, Simplício Vieira, Venâncio pereira da Anunciação, Raimundo pereira da Anunciação, Arnaldo Lopes Queiros, José Ribamar, José parreira de Araújo, Leônidas Alves Furtado, Milton de Souza Almeida e José de Araújo e Silva). Todos esses atuantes no município de São Geraldo do Araguaia e entorno na região sudeste/sul do estado do Pará, sendo estes, acusados pelo tribunal da justiça militar de cometer crimes como desordem pública, invasão de propriedade privada, e até o assassinato de um funcionário de uma fazenda da região (o que mais tarde descobriu-se tratar de um pistoleiro), assim os enquadrando na Lei de Segurança Nacional, sobretudo pelo fato dos dois padres serem originais de outra nacionalidade, condição essa que dificultava a situação dos mesmos frente essa acusação que poderia até resultar na expulsão dos padres para fora do território nacional.

Esse movimento, que surge como um contraponto político em relação à prisão dos padres e dos posseiros do Araguaia, acaba por também assumir ares construção de uma retaguarda política de crítica às práticas de censura, injustiça social e de todo tipo de repressão cometida pelo governo militar, daí um dos elementos que acaba por contribuir na aglutinação de tantos organismos com tamanha representatividade social.

Os padres franceses e a realidade amazônica

Os Padres Aristides Gamiô e François Gouriou eram de nacionalidade francesa, e membros da congregação Missions Extrangeres de Paris. De suas origens, dividiram a mesma realidade em uma Europa contemporânea a segunda guerra mundial, pois Aristides nascera em 1941, e François em 1942; se conheceram ainda no seminário no início dos anos 1960, tendo Aristides sido ordenado sacerdote no ano de 1968 (anos de muita turbulência e revoluções mundo afora) e François tendo sua ordenação em 1969, que, segundo Telles (2005), em 1977 chegam ao Brasil, para assim cumprirem suas tarefas sacerdotais na longínqua e desafiadora região amazônica.

Nesta região estes dois sacerdotes enfrentariam situações das mais adversas, ao mesmo tempo em que encontrariam um chão fértil a ser semeado por um trabalho catequético, e com um profundo engajamento social, político e cultural. E nessa nova tarefa continuariam a seguir caminhos convergentes, apesar de perfis um tanto distintos, já que Francisco ou Chico (como era conhecido no Brasil padre François) assumia mais as funções administrativas e burocráticas, estando sempre bem vestido (*Jornal Resistência*) com roupas e sapatos em plena harmonia, o que também demonstrava seu perfil de grande organização e até um certo minimalismo, enquanto que padre Aristides já se apresentava de forma mais casual, com roupas largas e despojadas, calçando sempre uma chinela de dedos, pois não era adepto de calçados e alinhamento ou coisa da moda parisiense (*Jornal Resistência*, 1982).

Padre Aristides e Padre Francisco logo perceberam também que enfrentariam resistência de determinados setores daquela sociedade, pois desenvolveriam papéis fundamentais na construção do esclarecimento a fim de gerar a consciência daquele povo cristão e tão sofrido, como podemos perceber no relato de padre Ricardo Rezende:

1978 é um ano em que, particularmente, centenas de lavradores procuraram as casas paroquiais de toda a Prelazia porque se viram sob uma avalanche de ameaças de despejos. Procuravam também antes, no entanto agora havia um aumento substancial. Não tinham a quem recorrer senão à Igreja. O Sindicato fazia questão de não entrar nesses problemas e quando entrava o fazia colocando-se contra os associados. A credibilidade do poder público local ia de mal a pior. Liminares apressadas, ineptas, eram assinadas e o oficial de justiça, acompanhado por soldados da PM e por pistoleiros, percorria as posses lançando fora as famílias, queimando as casas com tudo que havia dentro, destruindo as benfeitorias e espancando seus moradores. (RESENDE, 1986, p. 53).

Então, a ICAR percebia a imensa necessidade de mobilizar o povo da pobre daquela região de intensos e contínuos conflitos, colocando em risco muitas vezes a integridade física e moral de padres e freiras, e ainda disponibilizando seu aparato estrutural, tecnológico e social, situação que gerava um descontentamento da elite local.

Como percebemos na tese de doutoramento de Airton dos Reis Pereira, professor da Universidade do Estado do Pará, apud Ribeiro 2014:

Nesse período, também os espaços da igreja (capelas, salões, barracões, casas paroquiais e a casa episcopal) foram utilizados para reuniões, cursos e treinamento sindical, numa re-apropriação e redefinição dos espaços sagrados. Os seus veículos contribuíam para o deslocamento de trabalhadores das áreas em litígio para acompanhar o desdobramento jurídico em questão nas cidades e transportar sindicalistas para reuniões nas regiões de conflito. E foi nesse contexto que surgiram e se estruturaram as Comunidades Eclesiais de Base, particularmente em áreas litigiosas. Nessas comunidades, a leitura e a reflexão bíblico-religiosa, com base na realidade ali vivenciada e por meio das celebrações, dos terços, das novenas e das festas, encorajavam os posseiros a resistirem em suas terras, além de animar outros a ocupar alguns imóveis improdutivos. A compreensão que

passaram a ter, sobretudo, era que a terra havia sido criada por Deus, portanto para todos e não somente para algumas pessoas. Por isso precisavam dividi-la. Mas por outro lado os posseiros sabiam que contavam com o apoio da igreja católica, nas lutas, talvez a única instituição da sociedade civil, naquele momento, com projeção política nacional, envolvida nas questões da terra (PEREIRA, 2013, p. 172).

Os conflitos na região, sejam por terra, minério, ou exploração da floresta para retirada ilegal de madeira, geralmente vitimavam mais os socialmente e economicamente mais vulneráveis, como pequenos agricultores, indígenas, o caboclo amazônico que praticava o extrativismo, em geral não predatório, pescadores, assim como comunidades remanescentes de quilombo. Sendo que muitos desses povos (como os indígenas e quilombolas) já ocupavam histórica e ancestralmente essas terras e esses rios.

A região do baixo-Araguaia, além de apresentar todos esses conflitos supracitados, se mantinha em um constante estado de intensa vigilância, ainda por conta, segundo Resende (1986), das “feridas” herdadas e ainda abertas resultantes da traumática e não muito e distante guerrilha do Araguaia entre os anos de 1972 e 1974 e da chamada Guerra dos Perdidos, ou Segunda Guerrilha do Araguaia, já em 1976. Traumática a guerrilha do Araguaia, no sentido que muitos dos combates travados entre o Exército brasileiro e os guerrilheiros do Araguaia, dentro os quais estudantes, professores e profissionais liberais, em sua maioria ligados ao PC do B, que então se encontrava na clandestinidade; esses guerrilheiros, na sua maioria jovens e oriundos do sul e sudeste do Brasil, o que os levava a serem conhecidos pelos moradores da região como “paulistas”; impuseram uma série de derrotas ao exército brasileiro, produzindo um sentimento, e uma necessidade de urgente e extrema reação das tropas legalistas, assim o governo central do Brasil produziria um verdadeiro período de terror e medo para aquele povo da Amazônia Araguaiana.

Fundamentadas no combate ao “perigo comunista”, as forças armadas brasileiras promoveram todo tipo de violência e repressão, prendendo, torturando, humilhando e assassinando não só os militantes do PC do B que participavam da guerrilha, mas todo tipo de indivíduo ou grupo social que tivessem, ou somente suspeitava-se que tivessem alguma relação com a guerrilha. Assim, pequenos lavradores, indígenas, religiosos, religiosas e pequenos comerciantes, qualquer um, seja mateiro, amigo, fornecedor de alimentos ou fornecedor de arma e munição, ou simplesmente suspeito de qualquer colaboração, ou mesmo contato esporádico, estava sujeito à política de terror implementada pelas forças armadas do Brasil no solo daquela região. Essa política do terror perduraria por muitos anos, deixando muitas vítimas dessas violências física, psicológicas e/ou simbólica, o que podemos perceber em um relato oral concedido a mim pela Sra. Juracina Amaral², na cidade de São domingos do Araguaia, em 21 de Abril de 2008:

Eles descobriram que às vezes eu tinha feito café da manha pros paulista, pros guerrilheiro, e meu marido que era mateiro (este um que tá sentado aí e tá até muito ruim de saúde por conta das porrada que levou), e que ele as vez andava com eles. Um dia meu marido não tava, tava (sic) pro mato com eles, quando eles entraram aqui em casa cheios de revolver e espingarda procurando meu marido, como ele não tava começaram a me bater pra eu falar onde ele tava, me bateram em frente das minhas crianças gritavam palavrões de todo tipo, fizeram eu me e ajoelhar e implorar, depois me colocaram de pé e depois de muita humilhação me colocaram de pé e ficaram apontando a metralhadora pra minha cabeça, não sossegaram enquanto não viram a “garapa” (sic) escorrendo de minha saia nas minhas pernas.

² Pseudônimo. Entrevista concedida em agosto de 2008 mediante termo de consentimento livre esclarecido.

A questão do Cajueiro e o sangue nos olhos do latifúndio

Anos mais tarde, houve o evento conhecido como conflito do Cajueiro, que ocorreu em São Geraldo do Araguaia no Pará, em uma grande área de castanhais em contínuo litígio envolvendo dezenas de posseiros e fazendeiros do Pará, de Goiás e Minas Gerais. Nesta questão, continuadas decisões tanto do Instituto de Terras do Pará-ITERPA, como do Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária-INCRA, favoreciam quase que exclusivamente a demanda dos latifundiários, o que sempre colocava os posseiros e outros pequenos agricultores em condição de vulnerabilidade, ocasionando a queima de suas casas (o que era comum), assim como a expulsão de suas terras, o que levou os mesmos a buscarem apoio em padre Aristides Camiô e demais membros da equipe pastoral.

Com a criação e fortalecimento do GTAT-Grupo de Trabalho Araguaia-Tocantins, instância do Governo Federal que sempre foi um braço no apoio aos grandes fazendeiros daquela região, assim como o apoio contundente da Polícia Federal, da Polícia Militar, e também a contratação de pistoleiros (financiados pelos fazendeiros que tinham interesse na área), a situação passou para a condição de insustentável, e já naquele momento, seis posseiros foram presos pela Polícia Federal, e só depois libertos já com a ajuda de Padre Aristides.

Ao passar dos dias, quando os lavradores já se encontravam em constante tensão, já que ocorriam informações de que muitos homens entre policiais e principalmente violentos jagunços já se organizavam para ataca-los, e estavam a sua procura. Dado dia, após saírem de uma atividade litúrgica, um grupo de cerca de 40 posseiros se depara com equipes da Polícia Federal que os aguardava a espreita. Houve tiroteio, pois os lavradores acreditavam serem esses homens pistoleiros a mando de fazendeiros, o que na verdade somente um desses era pistoleiro, Luís Antônio dos Santos Trindade, justamente o indivíduo que foi a óbito, confronto este onde também foram alvejados o

delegado Alan Kardec e mais três policiais federais (Jornal Resistência, 1982).

Logo no dia seguinte, uma força tarefa foi designada para a região, com equipamentos dos mais modernos, helicóptero, armas de grosso calibre, e um considerável contingente de homens, que de forma indiscriminada, muitas vezes precipitada e bastante truculenta, passaram a prender, espancar e torturar, e de forma impiedosa e desmedida “caçavam” pelas ruas e matas “aqueles posseiros subversivos e assassinos”. O que não demorou muito para que os treze posseiros se entregassem aos militares, que naquele momento já se encontravam sob o comando do oficial Sebastião Curió.

Mas de fato, o principal alvo das forças militares, eram Pe. Aristides e, em menor grau, o Pe. Francisco Gamiô, que eram considerados os principais responsáveis pela insurgência desses lavradores. No mesmo dia 31, após uma cinematográfica e violenta ação foram presos inicialmente padre Aristides, e depois Padre Francisco. Como podemos perceber:

Aristides e Chico pressentiam que o perigo rondava. A casa Paroquial foi invadida às 16:45 por um contingente de mais ou menos 10 homens, comandados pelo delegado José lis Cardoso. A Polícia Federal veio fortemente armada, com soldados entrando até pela janela e ameaçando os dois, Aristides foi detido na hora e levado em um jeep. A polícia revistou e revirou tudo, apreendendo papeis, livros, jornais, dinheiro, três máquinas de datilografia, um rádio, dois mimeógrafos. Dentro de uma mala de Chico encontraram um caderno contendo anotações do encontro do conselho diocesano e dos coordenadores da pastoral da CNBB Norte II. Folheando-o, o delegado se deparou com as palavras: “análise marxista da realidade”. Em seguida enviou para o delegado Mariz que presidia o IPM (Inquérito Policial Militar), frisando: “está escrito de próprio punho”. Não respeitou sequer a residência da Oneide ou o sono das crianças. Nem o álbum de fotografias da família escapou as mãos ávidas da polícia. Os agentes dirigiam palavras de baixo calão ao Chico e a agente de pastoral. Ofendiam a equipe e destilavam um ódio

incontrolável. Só se retiraram as 23: 30 e proibiram Oneide de por os pés na rua. Estava a partir daquele momento sob prisão domiciliar (Rezende, 1986. p. 80).

A partir daí, setores conservadores da sociedade como deputados e outros parlamentares, com o senador Jarbas Passarinho, aliados aos grandes grupos de comunicação, colocam na rua uma grande campanha que visava denunciar e difamar aquela “parte podre da igreja”, a qual não era digna de confiança, pois desenvolvia práticas subversivas de incitação ao ódio contra fazendeiros e à propriedade privada, assim como incentivava a violência, e se utilizava de lugares sagrados, como igrejas, capelas, e sacristias, para propagar e o comunismo.

As elites local, estadual e nacional contribuíram para essa empreitada difamatória lançada sobre a ICAR, em especial contra os religiosos da região do baixo Araguaia. Eram comuns inserções na TV de autoridades locais e nacionais informando sobre o perigo que aqueles “padres terroristas” representavam, utilizando-se até mesmo de entrevistas em muitas rádios locais, já que naquele momento o rádio era o veículo de comunicação de maior abrangência, assim como financiavam uma larga produção e distribuição de material impresso. Os folders e cartazes informavam sobre os perigos que aqueles padres estrangeiros estravam trazendo e o quanto eles influenciavam negativamente os trabalhadores e suas famílias, através da propagação de ideias marxistas. Outros panfletos buscavam até mesmo destruir a moral destes padres, questionando cumprimento do celibato, voto sagrado de um sacerdote. Este informativo sugeria que padre Aristides mantinha uma relação amorosa com a viúva de Gringo, liderança dos posseiros, assassinado a mando do grande latifúndio, buscando assim desestabilizar a todos, lavradores e religiosos.

Tanto Pe. Aristides como Pe. Francisco tinham plena noção dos riscos que corriam, porém buscavam não alarmar seus amigos e paroquianos, tão pouco queriam fraquejar diante

daquele povo sofrido, perseguido e explorado da região do baixo Araguaia. De certa forma, era naquela gente que estes padres, de fato, mais se reconheciam em suas vocações, e ainda apregoavam ser “essa luta” a verdadeira razão de suas vidas sacerdotais. É importante salientar que os mesmos vinham de experiências semelhantes, onde vivenciaram uma realidade muitas vezes até pior no continente asiático, na República do Laos, de onde, contraditoriamente, e por razões distintas, foram expulsos daquele país, sob a acusação de serem anticomunistas.

Após a prisão dos padres, toda e qualquer visita, até mesmo de autoridades eclesiásticas, acontecia sob forte esquema de vigilância. Havia também uma severa estratégia montada pelos militares que forçava os posseiros a negarem ajuda jurídica da igreja, e a transferirem toda a culpa para os dois padres, forçando assim cada vez mais seu enquadramento na lei de segurança nacional e assim concretizando sua expulsão do país.

Um dos advogados dos religiosos, Dr. Egidio Salles Filho esteve no dia quatro de setembro com três dos camponeses, sem conseguir falar com os padres. Os posseiros afirmaram que há algum tempo vinham recebendo ameaças de morte, e recentemente várias famílias tiveram suas casas queimadas por jagunços a mando dos fazendeiros, sem que pudessem reagir. Os lavradores ainda negaram veementemente, na frente do delegado da Polícia Federal, que tivessem armado uma emboscada contra os agentes da Polícia Federal, no dia treze de agosto. De acordo com eles o que houve foi um confronto armado. No dia seguinte o advogado se encontrou com todos os posseiros na garagem do GETAT. Eles confirmaram as informações dos três lavradores. Explicaram que ao perceberem a aproximação de pessoas estranhas, pensaram que fosse um grupo de jagunços e decidiram abrir fogo, utilizando suas cartucheiras. Segundo eles até casas foram incendiadas por jagunços e vários posseiros foram ameaçados de morte, o que levou os moradores da área a andarem armados e preparados para qualquer coisa. Nesse encontro o Dr. Egidio ofereceu seus préstimos como advogado e todos aceitaram satisfeitos. Por isso a recusa posterior no

diálogo com o bispo surpreendeu-nos (FILHO, apud TELLES, 2005, pág. 110).

A questão dos prisioneiros do Araguaia tomava cada vez mais proporções nacionais. Certa vez, estiveram presentes para prestar pessoalmente solidariedade e apoio, o Senador Teotônio Vilela, a Deputada pernambucana Cristina Tavares e o Deputado Federal Jader Barbalho, somando-se a eles além de jornalistas, o Pe. Ricardo Rezende e o Dr. Paulo Fonteles (conhecido como “advogado do mato”), combativo e incansável defensor das causas dos lavradores. Foram todos tratados com rispidez, arrogância e ironia pelas forças repressoras.

Para evitar maiores tumultos, os quinze presos, dentre os quais dois padres e treze posseiros, foram transferidos para Belém.

Belém como cativo e como coração mobilizador

Diante de todo este cenário de prisões e repressões, inevitavelmente autoridades da ICAR, de abrangência regional e nacional, se articularam para exigir a libertação imediata dos presos, assim como, lhes garantir direito ao contraditório. Assim, imediatamente foram mobilizados D. Alano Maria Penha, bispo de Marabá, Pará; D. José Patrick, bispo de Conceição do Araguaia, Pará; D. Luciano Mendes de Almeida, secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, assim como D. Alberto Gaudêncio Ramos, Arcebispo de Belém, e seu bispo auxiliar D. Vicente Zico.

Aqueles atos de violência, cerceamento de direitos, censura, perseguições, calúnias e difamações seriam o estopim que acenderia as chamas de uma das maiores redes de solidariedade materializadas em atos de fé e luas sociais que a história e o tempo presente da cidade de Belém já testemunharam.

A situação em que se encontravam os presos do Araguaia funcionava como a representação de um sentimento coletivo e

reprimido e, mesmo que uma parcela considerável dos católicos e não católicos não concordavam com os métodos e a postura ideológica daqueles homens no cárcere do poder central, se mostravam solidários com a causa. Aquela campanha representava sim o desejo de ver e sentir uma nova forma de Brasil, de governo, nascida a partir de sufrágio universal, e que por tanto representassem o verdadeiro sentimento do povo da Amazônia e do Brasil. Por isso, para todos os envolvidos direta e indiretamente, a liberdade dos presos e posseiros do Araguaia era prioridade.

Os *habeas corpus* impetrados pelos advogados de defesa dos presos foram de imediato negados, causando o descontentamento de muitos e gerando grande indignação, e conseqüentemente uma maior articulação entre atores e grupos sociais que pediam a liberdade dos presos do Araguaia. Missas eram celebradas em várias igrejas do interior e da capital do Pará, tanto no centro da cidade e, especialmente, nas igrejas da periferia, bem como eram celebradas missas em frente a sede da Polícia Federal. A rede de solidariedade alcançou parte significativa da Amazônia, do Brasil e até do exterior, conforme podemos perceber a seguir:

Participam deste movimento aqueles que se interessam pela liberdade e pelas causas da prisão, esclareceram seus integrantes. Semanalmente tem assembleias, e é nestas assembleias que decidem o que será feito. Tudo aberto, democraticamente. Assisti a uma dessas reuniões, de longe, e deu impressão de estar na periferia de São Paulo, onde se luta por movimentos reivindicatórios, e onde o povo tem voz e vez. No dia 18 de junho, três dias antes do julgamento, o MLPA entregou um abaixo-assinado na Auditoria Militar, contendo 53.264 assinaturas, não só do Brasil como do exterior. Entre cartas e abaixo-assinados de solidariedade, ele tinha recebido àquela altura mais de 100 mil unidades, um número que seria engrossado com a condenação dos sacerdotes e posseiros. A atividade do MLPA foi intensa, não só na organização como também na publicação de material (folhetos, cartazes, panfletos convocando para atos e reuniões, assembleias), e isso tem

incomodado algumas facções políticas em Belém. Tanto que até o logotipo, uma cruz-enxada, foi acrescentada à figura de uma pomba. O povo identificou a pombinha com o major Curió ou o senador Jarbas Passarinho, ambos do Pará e identificados com a extrema-direita no País. Os difamadores do MLPA chegaram a substituir palavras como “Liberdade” para “PC do B”. Mandaram fazer cartões também, e telefonam para a sede da CPI, onde funciona o MLPA, dizendo que vão explodir o local, mandar tudo para os ares. Tudo como parte de uma guerra psicológica, para desmoralizar, amedrontar aquela gente humilde e com muita garra. (CHINEN, apud TELLES, 2005, pág. 113).

Com a ajuda da rede de solidariedade, já em Setembro, as famílias dos posseiros chegaram à Belém para visitarem seus pais, filhos e maridos que encontravam-se no cárcere. Foi um momento de muita emoção e comoção nacional. E mesmo com a proibição imputada pelos militares, de os familiares não falarem com a imprensa, alguns deles quebraram o silêncio e acabaram por denunciar a violência física e psicológica sofridas pelos posseiros que se encontravam presos sob a tutela do estado.

Em outro momento, os presos novamente transferidos, só que agora para lugares distintos, ficando os padres na carceragem do I COMAR – Comando Aéreo Regional, e os treze posseiros no 2ª BIS – Batalhão de Infantaria de Selva, assim dificultando e até inviabilizando o diálogo entre os mesmos com suas redes de solidariedade. Telles nos diz:

Em 8 de novembro os padres são novamente retornados para Belém, ficando presos no quartel do 2º Batalhão de Infantaria de Selva, onde, apesar de terem melhores acomodações, a visitação se tornou muito mais difícil. Os posseiros por sua vez foram transferidos do presídio São José para o quartel do 1º

Comando Aéreo Regional e passaram a receber assistência do advogado indicado para o caso pelo major Curió, Djalma Farias. Com o crescimento das mobilizações e protestos, a repressão também tornou-se incessante. As visitas constantes do major Curió aos posseiros no presídio São José tiveram o objetivo claro

de fazê-los incriminar os padres. Da mesma forma os pais dos jovens que participavam das manifestações da MLPA eram visitados por Curió e agentes da polícia federal e “informados” que seus filhos estavam participando de organizações subversivas. (TELLES, 2005, pág. 116).

Presos desde setembro de 1981, os acusados tiveram seu julgamento marcado para finais de março e início de Abril de 1982, na Justiça Militar, localizada na cidade de Belém, após um comprovado protelamento. Na perspectiva de articular forças junto à pressão popular coma intensão de viabilizar a soltura e/ou absolvição dos padres Aristides e Francisco e os demais 13 presos do Araguaia, é que os grupos sociais supracitados vão se articular em torno desse objetivo.

No ano de 1982, já com a nação em pleno processo de abertura política, inclusive com o advento do pluripartidarismo, mas ainda sob a gestão de um governo militar, comandado então pelo General João Batista Figueiredo, entidades como a ICAR, Igreja Luterana, SDDH, PT, PMDB, CBB, CPT, RCB, PRÓ-CUT, FASE (até porque a FASE era muito ligada à igreja católica, existiam até financiamentos que colaboravam substancialmente para específicas atividades da ICAR), vão unir esforços para além do limite da capacidade de mobilização reunir a sociedade civil organizada na defesa destes acusados enquadrados na lei de segurança nacional, e que pela perspectiva do M.L.P.A., sofriam o reflexo de uma política campesina que representava a partir do governo militar os interesses de latifundiários, de grandes grupos empresariais, de oligarquias regionais, do poder judiciário e dos demais representantes do “grande capital”.

Côncio da sua grande capacidade de mobilização, o M.L.P.A., percebendo a real necessidade daquela articulação na cidade de Belém para uma pressão popular em torno desse julgamento, passa a construir uma ampliada e crescente rede de solidariedade aos presos do Araguaia. A agenda era constituída de incansáveis reuniões, assembleias, cultos de caráter ecumênico e inter-religioso, panfletagens, afixação de cartazes tanto em

protesto contra a prisão, como em convocação para demais atividades, expandindo assim cada vez mais a rede de solidariedade, como podemos constatar em trecho de um panfleto de 1982 elaborado pelo M.L.P.A:

Aproxima-se o julgamento dos padres Aristides e Francisco e dos 13 posseiros de São Geraldo do Araguaia. Já fez mais de 200 dias que eles estão presos e somente agora se anuncia o julgamento para o fim de março ou início de Abril. Não é a verdade ou a justiça que decidirá a libertação dos presos. O que decidirá a sorte dos 15 será a consciência do Estado, daqueles que tem o dinheiro e o poder nas mãos para mantê-los presos ou solta-los. De qualquer forma se julgará a pastoral preferencial dos pobres e oprimidos, a situação calamitosa de milhares de agricultores perseguidos e expulsos de suas terras, a sede de liberdade, de organização e de justiça de todo o povo. Portanto é necessário que todos se empenhem a fim de que a justiça seja feita ou a injustiça seja denunciada. Esperamos que esse sétimo boletim do MLPA seja mais um estímulo para uma participação ativa e consciente na luta pela libertação dos presos e na defesa daquilo que eles representam.

Mais tarde, com a aproximação da data do julgamento e a situação dos presos do Araguaia sensibilizando ainda mais as pessoas, e na tentativa de sufocar a mobilização popular, o comando militar da 8ª região em parceria com a secretaria de segurança pública do estado, publicam notas oficiais nos periódicos de maior circulação da cidade, como os jornais A Província do Pará e O Liberal. Nelas, solicitavam que a população não se envolvesse ou simplesmente não saíssem de casa no dia do julgamento, porém não surtiu o efeito desejado, pois mesmo temendo represália muitas pessoas se fizeram presentes na manifestação, e quem não compareceu, em casa acendia uma vela na janela, em demonstração de apoio espiritual aos presos. Assim:

Chegaram a Belém para o julgamento, pessoas vindas de quase todos os estados do Brasil representando a igreja e as mais

diversas entidades. Entre as pessoas, Waldemar Rossi, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Também da Europa havia pessoas, incluindo representantes da embaixada francesa e dois enviados do Vaticano. A repercussão do caso já tinha alcance mundial, o que surpreendia as autoridades militares, mas ao mesmo tempo as colocava num dilema insolúvel: teriam que continuar até o final, por mais grosseiras e evidentes que se mostrassem as contradições.

Na manhã da Segunda-feira, 21 de junho de 1982, dia do julgamento, a cidade de Belém havia se transformado no palco de uma grande operação de guerra. Os fantasmas que assombravam a imaginação dos militares mais do que nunca se faziam presentes: o ressurgimento da guerrilha do Araguaia e a reedição da longínqua revolta dos Cabanos, ocorrida no século XIX. Preocupações pelo fato de Belém ser cercada por rios e florestas, o que permitiria um assalto repentino sobre a cidade. Sobre isso, relatórios de informantes da polícia no Araguaia davam conta de grandes mobilizações entre as comunidades de camponeses para angariar fundos e ainda o esgotamento do estoque de velas em toda a região, o que na verdade respondia ao apelo da igreja, a que todas as famílias acendessem uma vela pelos padres na véspera do julgamento. O sussurro que corria entre os militares era de que algo de surpreendente iria acontecer (TELLES, 2005, pág. 118-119).

Também relata Padre Ricardo Resende:

O aparato policial-militar da cidade de Belém foi uma extravagância por ocasião do julgamento na 8ª Circunscrição Militar, dia 22 de junho de 1982. Para conter lavradores que, na cabeça dos militares, poderiam vir das matas, armados, foram lançados às ruas, desde a véspera, 1.200 soldados com fuzis, metralhadoras, gás lacrimogênio, muitos à cavalo e acompanhados por cães amestrados. Um helicóptero alugado sobrevoou a capital durante o dia observando atento à movimentação das pessoas. As rádios e jornais e os canais de televisão na capital transmitiam constantemente ordens emanadas da área de segurança vedando concentrações ou

manifestações. A cidade parecia em clima de guerra sob o olhar atento da população (RESENDE, 1986 p. 87).

Na cidade de Belém, com milhares de homens fortemente armados e equipados, prontos para dissolver toda e qualquer manifestação, a estratégia da coordenação do MLPA foi a de fracionar a manifestação em vários espaços da cidade, geralmente em igrejas ou em suas proximidades. Houve confronto no entorno da igreja da Santíssima Trindade, fazendo com que os manifestantes se abrigassem no interior da mesma. Como reação, as forças militares empreenderam um grande cerco aos manifestantes, mantendo-os em cárcere privado, proibindo qualquer tipo de comunicação, restando como uma das poucas alternativas aos manifestantes as torres da igreja, de onde se comunicavam com os demais companheiros de resistência, inclusive com isso lembrando práticas dos ativistas cabanos durante a primeira metade do século XIX.

Os militares cortaram o abastecimento de água e luz da igreja, proibindo até mesmo o acesso ao banheiro, localizado no salão paroquial ao lado.

Também foi impedido o acesso dos confinados aos banheiros que se localizavam no salão paroquial da igreja. Sob os protestos do pároco local, um banheiro foi improvisado ao lado da sacristia, utilizando-se um grande balde e um tapume de compensado. Quando o balde estava cheio era despejado pela porta dos fundos, ou através de uma pequena e antiga pia da igreja. Com a tensão muitas mulheres menstruaram. como ninguém ousava pedir a D. Zico para comprar absorventes, o improvisado foi feito com pedaços das faixas rasgadas. Somente ao final do dia, sem comer ou beber, os manifestantes puderam deixar a igreja através de um corredor formado pelos soldados (TELLES, 2005, pág.121).

Apesar de já nos encontrarmos nos anos finais do regime militar brasileiro, muitas dessas atividades ainda sofriam forte

repressão e por isso precisavam ser ou organizadas, ou executadas, de maneira clandestina ou simplesmente com muita cautela, geralmente se utilizando dos espaços das igrejas e/ou sindicatos, como no caso da utilização das dependências da Paróquia de São Sebastião, que era coordenada pela ordem dos padres Crúzios, e que tiveram fundamental participação no M.L.P.A., assim como em muitas demandas dos movimentos populares e dos direitos humanos, assim também como atividades dos partidos de esquerda em Belém como o PT, o que muitas vezes levava os mesmos a serem acusados de comunistas, ou minimamente serem percebidos com um certo estranhamento por parte da sociedade civil daquele bairro. Nesse sentido, recorreremos à História Oral como recurso que nos permite situar os personagens em questão como sujeitos ativos, uma vez que este método baseia-se em dados fornecidos pelo sujeito, que, como o fio condutor, colabora com registros orais das formas como este compreende o mundo, levando em conta seus traços linguísticos e psicológicos, na tentativa de conquistar sua confiança, como podemos perceber no trecho da entrevista com padre João Van Doren:

Ouvi falar, mas a gente nem ligava. João Antônio sempre ria, eu lembro muito bem, para nós era quase uma honra, a gente perceber que éramos chamados de comunistas... (risos) Sério, nós não éramos comunistas, nem sabíamos bem ser, nem queríamos ser, mas o fato de sermos comunistas, para nós, fora sempre o espírito de trabalhar e dar espaço para os pobres. A palavra “comunista”, para nós, como chama? (sic) não foi o fato de reagir contra o povo, mas estar aberto para uma necessidade necessária (sic) de dialogar com o povo (Ribeiro, 2014, pág. 30).

Importante salientar que o apoio significativo de parte do clero paraense só foi possível porque tanto no interior do estado como na capital, muitos religiosos optaram por uma postura progressiva e um alinhamento (em alguns casos de forma mais moderada, e outros de forma mais incisiva) junto aos

fundamentos da Teologia da Libertação, que a partir desse novo olhar da Igreja sobre a América Latina e da crítica aos regimes totalitários implantados em vários países latino americanos a partir da década de 1960, resolveu fazer a opção preferencial pelos pobres, denunciando, assim, as mazelas e injustiças sociais, além da violência de toda ordem cometidas tanto pelos estados autoritários como pela exploração do grande capital, inclusive propondo um repensar sobre a máxima “eu sou pobre porque Deus quer!”, levando à reflexão e gerando a consciência a partir de uma perspectiva marxista.

É neste cenário que surge e se consolida na capital paraense o movimento de uma igreja mais progressista que, pautada no método “ver, julgar e agir”, amplia suas atividades que, já nesse momento, além do caráter litúrgico, ganham também força política e comunitária. Apesar de parte significativa da sociedade Belenense apoiar as ações do governo militar e outra grande parte não se manifestar por receio das reações das forças repressoras, a população da cidade, em sua maioria, foi solidária com a questão (dos padres), a hostilidade para com o MLPA era quase nula, afinal, a prisão de sacerdotes católicos não era recebida com muita alegria em uma nação predominantemente católica; mesmo em tempos de ditadura militar prender ou perseguir padres representava um tanto de desgaste da imagem do governo militar frente à sociedade.

A cidade de Belém tinha sua população predominantemente de formação católica apostólica românica. Outra semelhança com as demais grandes cidades do país é a situação de pobreza e de exclusão social de grande parte dessa população, que se encontra sem acesso à educação, à saúde, à habitação digna e a saneamento básico, tendo grande parte de seu território situada em áreas de baixadas.

A partir de experiências, como a Ação Católica, nas décadas de 1950 e 1960, e seguindo orientação do conselho vaticano II e, ainda, do o III Encontro do Episcopado latino americano, praticam uma igreja mais popular e politizada. Essa “nova” igreja

do Brasil e, conseqüentemente, de Belém, passam a construir modelos de uma maior aproximação das massas, quer seja através do MEB – Movimento Educacional de Base, quer seja, em especial, das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base, que cada vez mais priorizam uma igreja católica que não perde a essência litúrgica, mas que também busca justiça social e direitos humanos a todo povo e Deus.

Esse novo pensar e agir nas ICARs em Belém vai sofrer forte resistência da alta cúpula da cúria de Belém, que tinha como arcebispo metropolitano D. Alberto Gaudêncio Ramos que, segundo alguns autores, o que também era perceptível em matérias jornalísticas publicadas em periódicos da época como o jornal A província do Pará e O Liberal, nestes artigos e editoriais D. Alberto Ramos demonstrava forte alinhamento ideológico e político às elites políticas, militares e econômicas conservadoras do estado do Pará, gerando, por muitas vezes, conflitos que se tornaram públicos, denunciados tempos depois por fontes internas e externas da igreja de Belém.

Além das muitas das dificuldades enfrentadas pelos movimentos populares e pela ICAR e demais atores e grupos sócias que se afinavam politicamente com a causa dos direitos humanos; os poderes públicos Federal e Estadual continuavam a patrocinar nos grandes meios de comunicação de massa alinhados ao governo militar, uma campanha cada vez mais intensa e de caráter difamador, a fim formar a opinião pública, no sentido de justificar legalmente a prisão dos dois padre e dos demais posseiros do Araguaia, enquanto que o jornalismo mais alternativo se propunha a fazer denúncias daquilo que consideravam injustiça, e ainda informavam sobre a agenda de atividades do M.L.P.A. Nesse sentido, a participação do jornal Resistência foi de fundamental importância. A chamada Igreja Católica Progressista do Estado do Pará conseguia ampliar e fortalecer suas ações, expandindo sua rede de CEBs, e assim ampliando seu alcance social, político e ideológico. Em todo estado do Pará era percebida a ação de frentes de religiosos e

leigos que atuam em favor dos considerados expropriados pelo grande capital.

Destarte, propomos aqui uma produção científica no sentido da busca da história e da memória do M.L.P.A., e de muitos de seus atores sociais, pesquisando fatos, atores, eventos, signos e significados que fizeram parte deste momento histórico na cidade de Belém, o qual sensibilizou muitos organismos de defesa de direitos humanos, mas também outras representações sociais, políticas, religiosas, acadêmicas, jornalísticas e/ou mesmo de indivíduos da sociedade civil que não se organizavam nem em sindicato, nem em igreja ou partido, mas frente à extensa campanha organizada pelo movimento se sensibilizaram com a situação daqueles 15 presos que ali já estavam a mais de 200 dias. Obviamente que essa sensibilização se deu em razão do cárcere dos padres Aristides e Francisco Gamiô, já que estamos aqui analisando uma sociedade predominantemente Católica Apostólica Romana, portanto, nesta trajetória acreditamos ser importante para a história do tempo presente neste espaço amazônico a investigação deste evento histórico, tanto nos aspectos da memória coletiva, da memória seletiva, como no levantamento documental da referida situação, já que mesmo com o advento da Comissão Nacional e Estadual da Verdade, assim como em outros instrumentos de investigação deste recente passado, muito ainda se tem por desvendar quanto às suspeitas de práticas de abuso de poder, torturas e assassinatos, perseguição política, e cassação de mandatos legitimamente eleitos além de tantas outras práticas que ferem a declaração universal dos direitos humanos, e, situações que ocorreram de forma muito corriqueira nos chamados “anos de chumbo”, como podemos verificar em Pere Petit:

Nas semanas seguintes ao golpe de 1964, algumas lideranças do PSD e o PTB, centenas de militantes dos partidos de esquerda, sindicalistas, militares e estudantes progressistas foram presos, e grande número de entidades sindicais, especialmente as ligas camponesas e os sindicatos vinculados à CGT, declarados ilegais,

dissolvidos ou colocados sob intervenção. No Pará, cerca de 300 pessoas foram detidas após o 1º de abril de 1964 – a maioria era estudantes universitários, lideranças sindicais, militantes da ação popular (AP) e, sobretudo, do PCB – e os sindicatos sob influência do PCB sofreram intervenção. Forças militares e policiais, apoiadas por grupos civis, invadiram nos primeiros dias do mês de abril, as sedes do PTB, do sindicato dos petroleiros e da união acadêmica paraense em Belém. Entre os detidos estavam o presidente do sindicato dos petroleiros, Carlos Sá Pereira, o secretário do PCB em Belém, Humberto Lopes, o coronel reformado da Aeronáutica, Jocelyn Brasil, os líderes do PSD Hélio Gueiros e Laércio Barbalho, o ex-deputado e prestigioso poeta paraense Ruy Barata e o deputado estadual Benedito Monteiro, estes últimos vinculados ao PCB. Benedito Serra, presidente da união dos lavradores da zona Bragantina, detido no município de Castanhal no início de maio, morreu em no hospital militar de Belém em 18 de maio de 1964, sendo registrada como causa de seu falecimento hepatite aguda (PETIT, 2003, pág. 136-137).

O pesquisador deixa claro os *modus operandi* dos governos militares logo após o golpe civil-militar de 1964, o que perduraria por muitos anos, guardadas as devidas proporções entre os chamados “anos de chumbo” e a já transição para a redemocratização. Contudo, os governos militares em sua maioria constituíram-se em um período de ampliação contundente das diferenças sócias, e aumento da pobreza, ausência de diálogo e *praxe* democrática, uma angústia que se manteria por muitos anos, e mesmo estando já no início da década de 1980 a vontade de liberdade e democracia já era um grito que os canhões da repressão não mais poderiam silenciar.

A articulação entre esses vários atores sociais, conforme vimos, aliou-se à atuação de outros movimentos de resistência, dentre os quais a UPES (União Paraense dos Estudantes Secundaristas), centros acadêmicos e o DCE (Diretório Central dos Estudantes) da Universidade Federal do Pará, onde estudantes e lideranças estudantis de variados cursos como

Letras, História, Ciências Sociais, Filosofia, Geografia, Biblioteconomia, Matemática, além dos cursos de Engenharias e até mesmo de cursos que historicamente eram considerados “elitistas”, já que muitos de seus alunos são oriundos de camadas sócias economicamente mais abastadas, como os cursos de Direito e Medicina, os quais apresentavam certa volatilidade quanto a sua postura conservadora, ou progressista, isso dependendo muito de quem estivesse à frente de seu centro acadêmico, o que inclusive naqueles tempos gerava tensas e intensas disputas pelo controle destas representações oficiais dos estudantes. Em virtude de se encontrarem já no processo de abertura política e ainda com traumas no período militar, o debate político-ideológico e partidário se fazia de forma muito presente nas atividades da Universidade Federal do Pará, seja em atividades acadêmicas, culturais, ou mesmo em qualquer corredor daquela instituição. Um dos exemplos mais marcantes da participação dos estudantes da UFPA na rede de mobilizações em favor do M.L.P.A. foi o ato da prisão do estudante Amaury, liderança respeitada no tradicional do curso de Medicina. Prisão essa que não duraria muito tempo, pois fora preso num dia e solto noutra, porém que fez ampliar e intensificar ainda mais as manifestações em apoio ao M.L.P.A., como podemos observar no relato oral, respeitando o fato de a memória ser a substância formadora da voz do passado, agindo objetivamente na reflexão do passado, conforme observamos no relato concedido a mim pela professora Zélia Amador de Deus:

As maiores articulações se davam em torno da SDDH e de lá convergiam, as reuniões eram lá. Atuava todo tipo de gente, por exemplo, o Amaury era estudante de medicina quando foi preso lá; ele não estava lá porque era da igreja, ele tava lá na condição de estudante participando nas instancias estudantis da universidade [...] eu lembro que quando o Amaury foi preso, eu lembro que as ocupações na frente da polícia federal [...] as ocupações aumentaram.

Muitos desses ativistas políticos, não necessariamente conheciam Pe. Aristides e Pe. Francisco, mas entendiam a importância daquele movimento, tanto para a liberdade dos presos, como para a construção do processo de redemocratização do país. Como podemos perceber em relato oral da professora Zélia Amador de Deus, quando da visita que fez aos “padres do Araguaia” na cidade de Brasília no Distrito Federal

Eu não conhecia a Papuda, nunca havia ido à Papuda [...]. Foi muito rápido, porque não era uma visita, foi uma visita rápida. Eles ficaram felizes e eu também; eu fiquei bastante emocionada, até porque eu não os conhecia pessoalmente, eu apenas fazia parte do movimento que os apoiava. Mas como eles eram de São Félix do Araguaia, eu não os conhecia pessoalmente, então aquele foi o momento em que os conheci. Por isso, você há de convir que não foi uma conversa muito longa, pois havia limites por falta de conhecimento, então foi muito mais uma conversa de solidariedade.

Outrossim, a categoria os professores, além das lutas históricas, também teve forte participação em muitas das atividades do M.L.P.A. tanto na organização quanto nas manifestações de apoio, como por exemplo a APEPA – ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO PARÁ, outra entidade de substancial importância na luta por direitos dos trabalhadores da educação, e pela luta pelos direitos humanos naquela que buscava justiça e liberdade, como observamos nos estudos do pesquisador da Universidade Federal do Pará Amilson Pinheiro:

A APEPA surge nessa onda grevista de finais do ano de 70. A partir daí acontece a necessidade de uma organização maior, para combater o arrocho salarial e o autoritarismo nas escolas. Nessas reuniões e mobilizações fomos amadurecendo a necessidade de criar a APEPA [...]. O movimento dos professores aqui foi o primeiro movimento de massas que teve uma presença nas ruas. O movimento não tinha presença de partidos de esquerda, a

igreja dava apoio nas reuniões, na infraestrutura, mas na tinha influência no movimento (RODRIGUES apud PINHEIRO, 2016, pág. 67 -68).

Nesse sentido, para arrematar esse exposto, o autor nos aponta:

Sendo assim, o aparecimento da APEPA, mesmo que ainda de forma embrionária, com muitos problemas estruturais e organizacionais, além de ser composta por sujeitos que tinham diferentes maneiras de compreender e encaminhar o processo de luta da categoria passou a germinar uma cultura de luta, não só entre professores, mas também para várias outras organizações sindicais, movimentos populares e de direitos humanos em Belém [...] (PINHEIRO, 2016, pág. 78).

Também comungavam destas práticas a SPDDH-Pará, bem como a Igreja de confissão Luterana, liderada pela pastora Marga Roth, defensora dos direitos humanos. Como podemos observar no estudo realizado pelo professor Ronaldo Gomes:

Verifica-se que os primeiros anos da década de 1980 foram marcados pela intensificação das lutas pela abertura política, pelos direitos civis, pelo fim do regime militar no Brasil. A libertação dos presos do Araguaia foi uma causa que mobilizou várias instituições, e não só religiosas. Todas essas bandeiras de luta encontraram eco no movimento que pedia a libertação dos padres e dos posseiros presos em São Geraldo do Araguaia. Lideranças católicas ligadas à Teologia da Libertação começaram a denunciar as prisões em várias esferas sociais, mesmo em detrimento de lideranças eclesiais da própria igreja que, de algum modo, se mantiveram reticentes frente às manifestações organizadas que cresciam em número de participantes, tanto dos movimentos sociais organizados de estudantes, sindicatos, associação de moradores, quanto de outras igrejas, transformando espontaneamente aquele movimento em ecumênico. Dentre essas, estavam representadas as igrejas Anglicana, Metodista, Presbiteriana e fortemente a IECLB

através da pastora Rosa Marga Rothe e da nascente comunidade luterana que formavam o “núcleo da IECLB em Belém” (ROTHER, 2011a) (GOMES, 2013, pág. 64).

O caráter ecumênico e inter-religioso foi um elemento marcante no M.L.P.A.; era comum que em uma assembleia – ou reunião – lideranças e membros de várias igrejas cristãs e não-cristãs se encontrassem para juntos buscarem caminhos para dar celeridade ao julgamento dos presos do Araguaia, ou mesmo a imediata libertação deles. Essa diversidade de crenças e até descrenças fora também uma estratégia para unir forças em um cenário bastante desfavorável frente a violência e a repressão daqueles tempos. Apesar dessa diversificada presença de instituições e atores religiosos, sem dúvida alguma, o protagonismo da pastora Marga Rothe foi um elemento fundamental no desenrolar dos processos de aglutinação social e popular, assim como de questionamentos dos métodos de julgamento e publicação da realidade por parte da Justiça Militar da 8ª Região. Ainda sobre isso, Gomes ressalta:

Nesse movimento, que logo passou a se chamar Movimento Pela Libertação dos Presos do Araguaia – MLPA, a IECLB teve papel tão destacado que, segundo declaração da pastora Rosa Marga Rothe, a casa paroquial da igreja passou a ser monitorada pela Polícia Federal em uma ou duas viaturas e ela mesma passou a ser constantemente vigiada. Para ela, a casa paroquial só não foi invadida devido às próprias circunstâncias do MLPA. Ainda assim, a pastora Marga considera que muitas vezes ela esteve próxima de ser presa, conseguindo escapar dessas situações pela intervenção do que ela chama de “inusitados anjos de guarda” (ROTHER, 2011a). Para Rosa Marga um dos momentos mais simbólicos ocorreu nos primeiros dias das prisões em 1981, ocasião na qual se organizou 40 dias de vigílias ininterruptas em frente à sede da Polícia Federal (ROTHER, 2011a). [...] O exercício do ecumenismo naquele episódio mostrou ser possível que, em que pesem as diferenças, as igrejas cristãs e outros

grupos religiosos podem unir forças por causas justas, para melhorar a vida dos cidadãos (GOMES, 2013, pág. 65).

Estas práticas de coletividade, partindo da prática do ecumenismo e inter-religiosidade, onde já se demonstra o respeito e a abertura, a outras formas de liturgia e crença, eram traços muito presentes no MLPA, situação muito presente e difundida naqueles tempos de coletividade, como, por exemplo, o que podemos nominar de PRÁTICA CEBIANA.

Essa prática presente tanto nas CEBs, como em outros organismos da ICAR alinhados a teologia da libertação, propunha uma liturgia diferenciada, assegurando tradição da sacralidade dos santos e sacramentos. No restante a celebração se dava diferenciada, pois ali, elementos que compunham o cotidiano e o imaginário do homem marginalizado, e excluído das benesses do capitalismo, no campo e na cidade. A mística cebiana tinha um papel fundamental na agregação das múltiplas forças, que catalisavam e inspiravam aqueles atores sociais (adeptos de religião, e /ou religiosidade). Ali, lutar e resistir se fazia necessário, então esta mítica e sua função simbólica eram vitais no processo. Como podemos perceber no relato oral de Sergio Galiza:

Eu lembro de um fato marcante que aconteceu naquele período[...]o pessoal também retornava de seus trabalhos e amanhecia lá cantando louvores e orando. Salve o engano, houve até missa lá nas escadarias do IPASEP acho, lá logo no início da Manoel Barata, só sei que era nas escadaria que ficávamos. sei que quando sentimos que o cerco tava se fechando e que provavelmente haveria a expulsão dos padres, nós decidimos em assembleia que inclusive faríamos greve de fome, na verdade nós resolvemos chamar de jejum, nós iríamos era jejuar. E muita gente participou, foi um ato de solidariedade muito bonito e participativo.

Essas práticas litúrgicas muito presentes nas celebrações do M.L.P.A., como em outras celebrações de caráter comunitário, e /ou ecumênico são cada vez mais raros, pois percebe-se que mesmo a grande maioria da população brasileiro se mantendo cristão , houve um grande fluxo migratório para as chamadas religiões neo pentecostais, ou se mantendo no catolicismo se alinham a chamada renovação carismática. Porém, essas denominações e movimentos, em maior ou menor escala, propõem uma espécie de negação a teologia da libertação e um olhar mais aprofundado para um novo pensar litúrgico: a teologia da prosperidade (SOUZA, 2007).

Considerações finais

Conforme vimos, mesmo mediante a grande mobilização social articulada em Belém, no Pará, no Brasil e no Mundo, em 22 junho de 1982, o tribunal militar deliberou pela condenação dos presos do Araguaia, sentenciando Pe. Aristides a 15 anos de prisão; Pe. Chico a 10 anos; o posseiro João Matias a 9 anos, e os demais posseiros a 8 anos de prisão, tendo, ainda no final do mesmo ano, suas penas reduzidas para 10 anos Pe. Aristides, 08 anos Pe. Francisco, e 08 anos os lavradores. No dia 17 de dezembro de 1983(como em um milagre), ocorreu a tão esperada libertação dos presos; houve celebração e canto na cidade e nos campos.

O M.L.P.A. não contribuiu somente com a libertação física desses lavradores e religiosos, mas com a libertação de sonhos, sonhos esses de liberdade e justiça social na terra arada de suor e sangue. Libertou fundamentalmente o sentimento e a convicção de que a solidariedade, o amor ao próximo e a consciência política, tem a capacidade de conduzir homens e mulheres para terras e tempos de paz e felicidade!

Referências

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. Petrópolis, Vozes, 2002.

BOSI, Eclea. Bergson, ou a conservação do passado. In: _____. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 76-98.

CONFERÊNCIA DO EPISCOPADO LATINO - AMERICANO II. **A evangelização no presente e futuro da América Latina**. Conclusões de Puebla. Petrópolis: Vozes, 1983.

DELGADO, LUCÍLIA DE Almeida Neves. **História oral: memória, tempo e identidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GOMES, Ronaldo Martins. **A FÉ MATERIALIZADA EM DIREITOS HUMANOS: A presença da Igreja Evangélica de Confissão Luterana nos movimentos populares do Pará (1975 – 2012)**. (Dissertação Mestrado em Ciências da Religião). Belém, 2013.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, p.137-139.

HALL, Michael. História oral: os riscos da inocência. In:_____. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p. 157 – 160.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____**História E Memória**. Tradução Bernardo Leitão (et al.). Editora da Unicamp, Campinas, 1990.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia e memória**. São Pulo: Contexto, 2010.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará**: migrações, conflitos e violência no campo. Tese (Doutorado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

PESSOA, Fábio Tadeu de Melo. **O pensamento radical no Movimento Camponês**. História e Memória da Luta Camponesa em Conceição do Araguaia – 1975/1985. Dissertação (Mestrado em História), Belém: Universidade Federal do Pará. 2013.

PETTIT, Pere. **Chão de Promessas**: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu. 2003.

PINHEIRO, Amílson. **Por uma história dos professores**: experiências de lutas da democratização brasileira em Belem (1979-1986). São Paulo: Alameda, 2009.

RESENDE, Ricardo. **A justiça do Lobo** – Possesiros e Padres do Araguaia. Petrópolis: Vozes, 1986.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

SOUZA, Maurício Rodrigues. **A Igreja em movimento:** Catolicismo Carismático e identidades religiosas na Amazônia, Presidente Venceslau: São Paulo: Ed. Letras a Margem, 2007.

TELLES, Antônio Carlos. **As origens do Movimento Ecumênico na Amazônia Paraense.** Dissertação (Mestrado em Teologia), Porto Alegre, 2005.

TOMPSON, Alistair et al. Os debates sobre Memória e História - Alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & ARADO, Janaina (Org.). **Usos e Abusos da História Oral.** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2001, p. 66.

“Memórias em (da) formação: voltando ao CFAP, onde tudo começou”

Jesiane Calderaro Costa VALE¹

Introdução

*“Quem rememora, tece uma relação afetiva com o passado com
tendência a mitificá-lo”*
GROSSI & FERREIRA(2001)

A proposta deste artigo está em analisar, a partir da experiência dos sujeitos, vivenciada na condição de alunos soldados quando ingressaram na escola de formação de praças² da Polícia Militar do Pará, denominada de Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças Coronel Moreira.

A escolha desta temática, tem sua relevância para a historiografia local e regional, pela possibilidade de se analisar, o contexto histórico de transição democrática ocorrida no Pará, diante das práticas consideradas autoritárias existentes na instituição policial militar, frente às exigências e inovações oriundas da nova ordem constitucional, e da escassez em âmbito da institucional de investigações que versam sobre o assunto.

Trata-se de um estudo histórico-social, cujas fontes primárias foram *documentos* (Decretos governamentais, Boletins institucionais, Diários Oficiais do Estado) pesquisados no Setor de Microfilmagem e de Obras Raras da Biblioteca Pública do Estado do Pará Arthur Vianna, no CENTUR, e os *depoimentos*

¹ Prof^a Mestre em Psicologia, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia –PPHIST/UFPA, Tenente Coronel R/R da PMPA. Integrante do Grupo de Pesquisa **Militares, Poder e Sociedade na Amazônia**

² Praças são denominações hierárquicas que em carreira ascendente é: Soldados, Cabos, Sargentos e Subtenentes.

orais, os quais busquei por meio de entrevistas semiestruturadas com policiais militares voluntários.

Optei pela História Oral, pensando nos depoimentos, nas narrativas das memórias, nos sentidos, significados que atribuíam às suas trajetórias na carreira policial militar, nas reminiscências das situações vivenciadas, ou em qualquer outro aspecto que pudesse ser revelado.

ALBERTI (2014) afirma que a História oral é uma metodologia de pesquisa que se constituiu como fonte para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, e que como metodologia pode ser muito útil ao historiador, pois, um acontecimento vivido pelo entrevistado não pode ser transmitido sem ser narrado, por isso, a entrevista na história oral, tem como um de seus principais alicerces, a narrativa.

Quando “o entrevistado conta sua experiência, ele transforma o que foi vivenciado em linguagem”, e faz a sua narrativa selecionando e organizando os acontecimentos, dando a eles um sentido. Isso se processa por meio da conversa, “na interação entre entrevistado e entrevistador”³ (ALBERTI, 2014, p.170-171).

Para a seleção dos sujeitos, estabeleci como critérios de inclusão da investigação, entrevistar policiais que fizeram sua trajetória na corporação, inicialmente como alunos soldados, foram formados no CFAP de outeiro, na década de 1980, e que ascenderam na instituição chegando ao oficialato. Além desses sujeitos, realizei uma entrevista com o coronel Francisco Machado⁴, decano da Corporação que foi um dos idealizadores do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças.

Foram entrevistados 06 policiais militares, sendo 03 mulheres e 03 homens. Os fragmentos das entrevistas que

³ Idem.p.170-171

⁴ O Coronel Francisco Ribeiro Machado, exerceu o cargo de Comandante Geral da Instituição Policial Militar no período de 21/04/1983 a 24/03/1987, foi um dos idealizadores do CFAP, do Museu Histórico Coronel Fontoura e Centro de Memória da PMPA.

apresento aqui, se constituem elementos importantes para a produção deste trabalho.

Para preservar a identificação dos narradores, optei em uma junção de letras com a inicial dos seus nomes e um número sequenciado correspondente. Às 03 mulheres, atribui: MuL1; MuB2 e MuN3 e aos homens HoJ1; HoI2 e HoE3. Isto me possibilitou o critério da confiabilidade de um diálogo franco e aberto para a coleta do material transcrito.

Por meio da história oral, a partir de seus ingressos na Polícia Militar do Pará, algumas dessas pessoas, até então ocultados, com suas histórias “de baixo”⁵, puderam ter voz no texto, relatando lembranças, opiniões, sentidos e significados da formação experienciada.

Idealizações sobre a Escola de Formação de Praças

Historicamente, as Polícias Militares do Brasil, tem sua atribuição estabelecida em várias Cartas Constitucionais (1936, 1946, 1988) como forças auxiliares e reservas do Exército brasileiro. Dados históricos que compõem o acervo da instituição Polícia Militar do Pará⁶ revelam que no período de 1895 a 1983 a PMPA foi comandada predominantemente por oficiais oriundos do Exército brasileiro, quer fossem de infantaria, artilharia ou cavalaria. Este fato poderia ser considerado como uma modalidade de intervenção direta do Exército, na dinâmica da instituição policial militar, fosse na gestão, na formação, ou na seleção de seus quadros.

⁵ O termo a “história vista de baixo” é baseado nas idéias de Christopher Hill e de historiadores com Edward Thompson e Natalie Zemon Davis. Compreende-se que, a história oficial, recorrentemente traz a perspectiva de ser contada por pessoas da elite, ou seja influentes. Entretanto, na concepção da história vista de baixo, a experiência de homens e mulheres comuns, geralmente ignoradas ou silenciadas na história oficial, pode ser apresentada.

⁶ PARÁ, Almanaque dos Oficiais da PMPA, Diretoria de Pessoal, 1988.

Del Priore (2010) afirma que as formas de *seleção* do Exército, eram herdadas do período colonial, e os que tinham acesso eram os jovens bem relacionados ou oriundos de classes elevadas, esses, devido o *status* familiar, podiam ocupar altos postos, inclusive sem preparação prévia ou sem tempo de serviço. Ao contrário ficava a situação dos jovens pobres, que ao serem selecionados, permaneciam na condição de praças até dar baixa ou morrer. E ainda, por ocuparem os degraus mais baixos na hierarquia, eram vistos como indignos e remunerados com soldos baixíssimos. Posteriormente, houve mudanças e na segunda metade do século XIX, a profissionalização do Exército, estimulou e possibilitou a ascensão de jovens de origem humilde.

A historiografia revela então que a admissão para à carreira militar nos séculos XIX e XX, não diferiu muito quanto a questão do *recrutamento*, em que pese não mais haver os títulos da monarquia, e nem das sociedades feudais e de suas elites agrárias, o recrutamento para a carreira militar de oficiais e praças, passou a ser realizado considerando as variáveis das influências, os pedidos políticos e a escolaridade.

No Pará, os registros das primeiras turmas de formação das praças, datam de 1973⁷. Antes desse período, as instruções militares, eram realizadas nas unidades já existentes, denominadas de quartéis, e as ministrações eram executadas pelos policiais mais graduados, em meio às suas diversas atividades de cunho operacional.

Observava-se então, a necessidade de regulamentar a formação, de preparar o agente da Força Pública para os serviços que lhes era atribuído. Era igualmente necessário que essa formação fosse executada por pessoal habilitado e com dedicação específica a ela, e não desenvolvidas nos quartéis.

Segundo Francisco Ribeiro Machado, “o nascimento do CFAP, era muito desejado, no entanto mesmo tendo sido criado,

⁷ Boletim Geral da PMPA nº. 035, de 17 de dezembro de 1973.

o espaço cedido para sua implantação, não atendia às reais necessidades como escola militar⁸.

Assim, levando em conta a necessidade de regulamentação da formação policial militar das praças, o então Comandante Geral da Polícia Militar do Pará, Coronel PM Douglas Farias de Souza, por meio do Boletim Geral⁹ publicou a criação da escola de formação de Praças.

Em 15 de abril de 1974, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) recebeu da parte do Comandante Geral da PM, o espaço para suas primeiras instalações, para o desenvolvimento dos serviços da Unidade escolar. Naquele momento, foi cedido um espaço dentro do quartel do antigo Batalhão de Destacamento¹⁰.

Ao findar o comando do Coronel Douglas Farias, o governador Aloysio Chaves, nomeou o Coronel Carlos Alberto Moreira, oficial de Infantaria, oriundo do Exército brasileiro, a ser Comandante Geral da PMPA. O ato de sua nomeação transcorreu por decreto estadual, em 31 de março de 1975¹¹.

O coronel Moreira, já comandante geral e o coronel Machado, sendo Chefe da Casa Militar, conjecturavam possibilidades de melhorias na formação policial militar e ambos idealizavam o surgimento de uma escola de praças em melhores condições, porque percebiam que o Batalhão de Destacamento, onde os cursos eram realizados, funcionava precária e inadequadamente¹².

⁸ Entrevista concedida pelo Coronel Francisco Ribeiro Machado à esta pesquisadora, em 20/10/14 (gravada).

⁹ Boletim Geral é o informativo institucional, produzido diariamente e ininterruptamente, no qual as diversas atividades, ocorrências administrativas, etc, são publicizadas aos membros da corporação.

¹⁰ O Batalhão de Destacamento localizava-se na Trav. Alcindo Cabela esquina com a Trav. Fernando Guilhon, no bairro da cremação, em Belém.

¹¹ PARÁ. **Almanaque dos Oficiais e Praças da Polícia Militar do Pará.** Diretoria de Pessoal. Polícia Militar do Pará. p. 03, 2000.

¹² Idem. Entrevista gravada com o Cel Machado.

No entanto, antes que os planos de ambos os oficiais superiores, viessem a ser colocados em prática, o coronel Moreira, foi sucumbido por um mal súbito. Encontrava-se o coronel Moreira em pleno exercício do cargo de Comandante Geral, e na companhia do Secretário de Segurança Pública do Estado, coronel Dirceu Bittencourt de Sá, juntamente com o coronel Francisco Machado, Chefe da Casa Militar, estavam todos juntos, em visita ao município de Santarém no Pará, como integrantes da comitiva do governador Aloysio Chaves, para a transmissão do comando da Companhia Independente de Polícia Militar de Santarém, e para a inauguração da nova Delegacia de Polícia no município de Juruti - PA.

Ainda em viagem, dentro do avião do estado em 21/01/1977, o coronel Moreira queixou-se ao coronel Machado de uma repentina e intensa dor de cabeça. E por conta do agravamento das dores e dos sintomas, o coronel Moreira foi atendido em caráter de urgência em Santarém e por recomendação médica retornou à Belém, sendo internado às pressas no Hospital dos Servidores do Estado, e as atividades que estavam programadas para serem realizadas em Santarém e Juruti, foram imediatamente canceladas.

Já na capital, o coronel Moreira, recebeu o diagnóstico de trombose cerebral e foi submetido a duas intervenções cirúrgicas, todavia não resistiu, vindo a falecer no dia 29 de janeiro de 1977 às 13h05min, aos 44 anos de idade. Sobre o falecimento do Coronel Moreira, foram emitidas notas de pesar nos jornais pelo governador e pela Polícia Militar, e feitos convites à população em geral para o enterro.

As notas de pesar, elevavam a figura do coronel, suas atitudes de justiça, sua popularidade, seu compromisso com a instituição e expressavam como o mesmo era bem querido e faziam menção à perda sentida por seus subordinados:

A morte do Comandante Geral da PM, embora seu estado de saúde fosse gravíssimo, causou grande impacto no seio da tropa.

O coronel Moreira gozava de largo prestígio na PM, do soldado ao seu mais graduado oficial. **Todos lhe dedicavam estima, coisa que soube granjear através de atitudes retílineas, justas e humanas.** A opinião inclusive entre a soldadesca era unanime: a perda de um grande comandante [...] dia e noite estava a serviço da corporação. **Homem bom e justo, acima de tudo humano, dirigia a PM com disciplina impecável**¹³. (grifos nosso).

O fato do coronel Moreira ter morrido em pleno exercício do cargo de comandante geral da PMPA, rendeu-lhe o sepultamento com honras militares, no cemitério Santa Izabel, momento no qual estavam presentes as mais altas autoridades do Estado: o Governador Aloysio Chaves, o prefeito Ajax de Oliveira, o General Euclides Figueiredo, dentre outras personalidades públicas¹⁴.

Com a morte do coronel Moreira, o coronel Simeão Silva, então Chefe do Estado Maior Geral da corporação, foi designado¹⁵ a assumir interinamente o comando da PMPA, o qual deixou três meses depois.

Alguns anos depois, em 17/05/1982, o Governador Alacid Nunes, considerou a necessidade de reconhecer o papel do coronel Moreira como um dos idealizadores da escola de formação de Praças, assim, por meio de Decreto ¹⁶, estabeleceu a criação do Centro de Formação ‘Coronel Moreira’.

Esse ato do governador, caracterizou-se como uma homenagem *post mortem* ao mencionado coronel, uma maneira de

¹³ Jornal ‘O Liberal’ de 30/01/1977, p.16

¹⁴ *Op.cit*

¹⁵ A nomeação do Coronel Simeão Silva se deu pelo Decreto nº 9.991 de 31/01/1977, e sua exoneração se deu em 12/04/1977.

¹⁶ O Decreto governamental nº. 2.242, foi assinado pelo Governador Alacid Nunes e o Secretário de Segurança Pública, Paulo Celso Sette Câmara e publicado no Diário Oficial do Estado, nº 24.757, p. 2, no dia de 19/MAI/1982, em face do que dispõe a Lei nº 4.521/1974, de Organização Básica da PMPA.

destacar sua pessoa, seu engajamento e mérito para a criação da escola de Formação a qual, passou a se chamar, Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças *Coronel Moreira*.

O CFAP em Outeiro

A localização do CFAP era na estrada de Outeiro , distrito de Icoaraci, afastado de Belém, 30 quilômetros, na ilha de Caratateua, contornado por águas doces, turvas, de característica barrenta, provenientes da baía do Guajará.

Segundo Emmi (2008), o prédio que passara a alojar o CFAP, tratava-se de um prédio neoclássico do final do século XIX, dentro de um terreno de grande extensão, cuja a área total correspondia a 50 hectares, extremamente arborizado, com arvores frutíferas. Essa área, em 1895, tempo muito anterior à existência do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, também servira de alojamento para 11 famílias de imigrantes de várias nacionalidades: italianos, espanhóis, portugueses e brasileiros, e era denominada de Hospedaria de Imigrantes de Outeiro. (Trento,1989; Emmi, 2008).

Em 12 de julho de 1976, as instalações passaram a abrigar o Centro de Formação da PM. Assim, o antigo prédio, sofreu variadas modificações e adaptações a fim de atender as necessidades do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças Coronel Moreira. Foram construídos pavilhões de salas de aulas, auditório, alojamentos, refeitórios, coretos, biblioteca, sala da divisão de ensino, consultórios médico e odontológico, bem como o *stand* de tiro e o campo de futebol.

Recorda-se o coronel Machado que:

[...] o espaço escolhido para o CFAP era afastado de Belém e do próprio distrito de Icoaraci, porque avaliamos que o lugar por si só, era ideal [...] já exercia ensinamentos para a formação policial militar, para o enfrentamento das adversidades. O lugar exigia que o indivíduo se comprometesse com a disciplina, acordasse

cedo, e não tivesse o impulso de ir embora da sala de aula ou de matar aula, ele teria que suportar até o final das instruções, quando todos saíam conjuntamente.¹⁷

Essa ideia de lugar distante e isolado, no qual as atividades dos alunos fossem realizadas em conjunto, parece atender as perspectivas do que Goffman(2007) denomina de Instituições Totais.

As instituições totais, são aquelas cujo aspectos de vida são realizados em conjunto, sob a imposição de um superior hierárquico, com regras formais e explícitas. As Instituições policiais militares, sobretudo no período de formação, apresentam algumas especificidades que quando comparadas, se assemelham a uma instituição total.

[...] todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários[...] as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição. (Goffman, 2007, p.18).

Para Goffman (2007, p.11), os quartéis ou instituições militares de ensino, produzem no aluno, desde o seu ingresso, “uma vida fechada e formalmente administrada”, que de modo genérico é como se constitui o período de formação. O simples fato de ter sido admitido na corporação, legitima as ações da instituição no trato com esse aluno, para forjar nele, o ‘espírito militar’. Assim, a cada passo do processo de adaptação, são esperadas a incorporação de uma série de condutas, atitudes e práticas, para a qual o aluno denota vivenciar a representação de ser policial militar 24 horas por dia.

¹⁷ Idem. Entrevista gravada.

O objetivo dessa forja, segundo Castro (2004) é o processo de socialização profissional, no qual o aluno “deve aprender os valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar”. (Idem, p.15), e analisa que seja possível que o distanciamento seja para se distinguir os dois universos: militar e civil. Neste sentido, o espaço do CFAP transmitia essa peculiaridade.

Quando se chegava ao CFAP, alunos, instrutores, visitantes, todos passavam por um pórtico onde se podia ler em letras garrafais, o que representava aquele ambiente: “*aqui começa a Polícia Militar do Pará*”. Aquele *slogan* direcionava o aluno para a compreensão da importância de como aquela unidade escola, se constituía a gênese institucional, o nascedouro da ‘mão de obra’ da corporação, e portanto da dinâmica a ser adotada pela Unidade para que houvesse a incorporação de atributos da identidade militar precisavam ser incorporados, dando conta da socialização profissional.

Naquela época, a imensa maioria dos alunos praças, que adentravam no Centro de Formação, vinham de origem humilde, tinham pouca escolaridade, o exigido era no máximo o curso ginásial. Muitos deles considerados proletários, oriundos dos bairros periféricos de Belém, filhos de pedreiros, lavadeiras, braçais, donas de casas, autônomos. Existiam alunos que mesmo tendo maior escolaridade, poderiam buscar outros concursos, todavia, queriam um emprego com estabilidade, e na falta de outras oportunidades, investiram no concurso de formação de soldado. Para o coronel Machado, isso se tornava notório porque:

A profissão policial militar vem se constituindo desde sempre, uma opção de emprego, que recruta gente jovem, é um trabalho reconhecidamente formal e com possibilidade de ascensão. Além do que, é uma atividade que não precisa comprovar experiência porque para a atuação necessariamente o candidato irá realizar o curso de formação que o capacitará para o desenvolvimento profissional.

A análise do coronel Machado ao concluir sua entrevista, ficou reverberando, sobre a suposta ‘atração’ que exerce tal profissão à muitos jovens, homens e mulheres, mesmo que atividade se apresente como de risco e perigo constantes.

O ingresso

Em meados da década de 1980, para o ingresso dos candidatos ao Curso de Formação de Soldado - CFSD¹⁸ passava a se realizar por *processo seletivo*. O interessado se candidatava atendendo aos critérios descritos nas normas editalícias. Precisava ser brasileiro nato, com idade mínima de 18 e máxima de 25 anos, solteiro, que possuísse bons predicados morais, e que se apresentasse munido de várias outras documentações, do tipo: certidão de nascimento, título de eleitor, documento comprobatório da situação militar (no caso dos homens) e o diploma do 1º grau¹⁹.

O edital do concurso se mostrava com poucas exigências. Não se expunha naquele momento, a percepção de que ser policial é desempenhar uma profissão com perfil profissiográfico característico, em uma instituição de estrutura burocratizada, fracionada em pelotões, companhias e Batalhões. A simplicidade da convocação seletiva, ocultava as complexidades que a vida na caserna manifestava. E que na visão do candidato, era apenas uma oportunidade de emprego. Como podemos depreender das narrativas dos sujeitos:

Hoj1“O ingresso na carreira policial militar pra mim era uma continuidade do Exército. Eu me identifiquei com a carreira

¹⁸ CFSD é o curso destinado ao círculo de praças, sendo o soldado o grau mais inferior do Quadro de Praças.

¹⁹ Em 1971, houve uma reforma do ensino, e pela Lei nº 5692/71 ficou estabelecido: o 1º grau, como sendo a junção do primário com o ginásio; e o então colegial, ficou definido como o 2º grau.

militar. Queria prosseguir. Como no Exército não seria possível, fiquei aguardando o concurso da PM.

MoL1: O CFAP foi o primeiro contato com a caserna. Não foi fácil, funcionava em Outeiro, não havia ponte e tínhamos que atravessar de barquinho pelo Rio Maguari, tudo muito difícil, chuva e sol. Eu acordava às 04:00 da madrugada, para fazer uma farofa e levar, porque a alimentação lá no CFAP era muito ruim, pegava o ônibus às 04:50 para encontrar o pelotão na Praça do Operário de onde o ônibus saía às 06:00, nos levando até à margem do Rio. No CFAP entrávamos em forma às 07:30h. Esse período que ficou marcado em minha trajetória, me fez dar valor a tudo.

HoE3: “Eu entrei na carreira policial militar devido a situação financeira. Quando eu vi a casa dos meus pais ser alugada, e surgiu o concurso resolvi me candidatar. Aquela era uma grande oportunidade de eu ter um emprego, e de poder ajudar meus pais”

HoI2 “Aquela era minha oportunidade de emprego. Ser soldado, não era bem o que eu queria. Mas passei no concurso, e resolvi honrar. Mas eu desejava ir mais longe, por isso continuei cursando a universidade, pensando em outros concursos. Era muito difícil continuar a faculdade. Eu percebia ”

MuB2: Eu tinha apenas 20 ANOS. Estava à procura de um emprego, e um policial do PMBoxe me viu passeando com meu cachorro e me falou do concurso. Era um concurso específico para a polícia feminino. Fiz tudo pra passar. Em casa eu estudava com lamparina e era ajudada pelo reflexo da luz que vinha do poste da rua..

MuB2:Tinha um obstáculo a vencer que era a natação. O TAFI (teste de aptidão física) exigia natação. Eu consegui. Quando terminei o CFSD eu fui classificada em segundo lugar, fui promovida imediatamente a cabo. Recebi 70 cruzeiros e com

alegria fui comprar material de higiene e guardei um pouco pra ajudar minha mãe.

HoE3: Eu tinha concluído Biologia na UFPA. Precisava de um emprego pra ajudar minha família. Resolvi fazer o concurso da PM. Eram 600 vagas, eu estava bem preparado, tinha certeza que eu iria passar. Fiquei um pouco receoso, porque havia pouca transparência na divulgação dos resultados, mas saiu o listão. Foram 265 aprovados, e eu estava entre eles.

Ora, para além da expectativa do emprego, os candidatos aprovados ao serem admitidos na Polícia Militar, se deparavam como um universo fechado, sob a perspectiva de escola- quartel lá em outeiro, cuja atuação ignorava as fragilidades humanas, e esperava da conduta dos alunos apenas obediência, por se tratar de uma corporação organizada com base na hierarquia e na disciplina.

Apesar da pretensão de que a formação do policial militar tivesse sua instrução profissional direcionada à atuação policial militar em Segurança Pública, essa formação trazia, em sua constituição, uma forte influência do Exército brasileiro e muitas vezes reproduzia a estrutura arbitrária. Assim, o cotidiano institucional mostrava-se repleto de situações que serviam de impacto a aqueles que iniciavam à carreira militar sem ter noção dela.

Segundo Rodrigues(2014), as bases doutrinárias que originaram as policias militares, tentando identificá-la com o modelo do Exército, perduram até os dias atuais, e acabaram por fazê-la sucumbir à “doutrina militar expressa no pensamento, nos símbolos, no *modus operandi* e na estrutura, o que a mantem de certa maneira, sob o controle rígido, atendendo às expectativas do Estado , não particularmente do povo ou da própria polícia”. (p.15).

A vida na instituição que cultiva o *ethos*²⁰ institucional – militar é regrada por uma estrutura interna militar que define quem comanda e quem obedece nos seus mais diferentes níveis. Existem definidamente dois círculos de trabalhadores policiais militares: os oficiais²¹ e praças²². Dentro de cada um dos círculos existem degraus hierárquicos. Este modelo foi transplantado do Exército para as Polícias Militares, por serem conforme missão constitucional forças auxiliares e reservas do Exército. (Constituição Federal, 1988, Art.144.)

Para compreender a dinâmica institucional, se faz necessário primeiramente atentarmos para o princípio fundamental da divisão do trabalho que é a *hierarquia*, porque nela se estrutura as relações de comando e de subordinação, os sinais de respeito, honras e as cerimônias. Posteriormente se faz necessário considerarmos o segundo elemento peculiar às instituições militares: a *disciplina*.

A disciplina que é desenvolvida na Polícia Militar, alcança não somente o corpo como atividade, mas exige dos indivíduos o disciplinamento como método de adestramento para organização, obediência, cumprimento de leis, regras, horários etc.

MuB2:.. Era um controle total sobre nós. Rigor quanto ao uso do uniforme, esmalte, maquiagem, até mesmo em frequentar alguns lugares que fossem considerados pela corporação como incompatíveis

MoL1: Eles tinham controle sobre toda a nossa vida. Eu queria era dar conta e vencer. Nessa época minha maior dificuldade era

²⁰ *Ethos* conforme Clifford Geertz, são os aspectos morais, e estéticos de uma dada cultura, que se manifestam como elementos valorativos.

²¹ Oficiais: os superiores são majores, tenentes coronéis e coronéis; intermediários são os capitães e os subalternos são os segundo tenentes e os primeiro tenentes.

²² Praças são soldados, cabos, sargentos e subtenentes. Existem os considerados ainda praças especiais que são os aspirantes a oficial, os quais se encontram numa zona intermediária entre oficiais e praças.

financeira porque eu não tinha dinheiro para sobreviver, morava de favor na casa de parentes, não tinha nem rede para dormir. Com meu primeiro salário eu comprei uma cama de solteiro. Ao lembrar disso me emociono, e agradeço a Deus por todas as etapas vencidas, porque até aqui tem me ajudado o Senhor.

Como forma de adestramento, os instrutores aplicavam a ‘faina’, no alunado. Era um tipo de atividade descabida. Era muito utilizada como método de punição. Por vezes a faina ocupava o lugar de algum professor que não havia comparecido para ministrar aulas. Os alunos ao vivenciarem aquela atividade, a interpretavam como um método de promover “humilhação”, e de deixar todos os alunos vivenciando, o jargão peculiar ao universo militar: “manda quem pode, obedece quem tem juízo”.

Quando adentravam ao pórtico do CFAP, em virtude do vasto arvoredo, o chão ficava repleto de folhas, tinham por obrigação recolherem as folhagens que encontrassem pelo caminho, até que chegassem na sala de aula.

MuB2: As mãos e os braços de todos os alunos eram poucos para juntar aquela imensidão de folhas.

HoJ1: Muitas vezes nós iniciávamos as instruções com faxina. Ficava pensando: “Por que faziam a gente campinar? Que ensinamento eles queriam com isso?”

HoJ1: “ Eu sabia que tudo aquilo iria passar, então eu estimulava meus colegas a suportarem. Era por isso a gente suportava muita coisa”.

Sobre a passagem pelo pórtico:

HoI2 “parece que ainda ouço o Sargento me dizer: você tá vendo aquele pórtico aluno? A gente entra ali monstro [...] e sai do outro lado, um policial”

As lembranças evocadas pelo entrevistado o HoI2 sobre o advertência do sargento, não se reporta ao nascimento de um

policial militar, que por um passe de mágica, será transformado, como se o pórtico tivesse o poder transmutacional, mas interpreto como no sentido do reconhecimento simbólico, de que ao passar por aquela estrutura física construída, há simbolicamente a demarcação do abandono do mundo civil, para a adoção do mundo militar.

Os dizeres do sargento, ao que parece, revelam a dinâmica na qual estão presentes vários elementos a serem adquiridos e incorporados pelos alunos em formação. Eram exigidos do aluno, que evidenciasse por meio de condutas, linguagens, ações, respeito aos superiores, a incorporação de conceitos e de condutas militares. As evidências atitudinais eram observadas frequentemente, na fiscalização do uso e cuidado com o fardamento e do corte de cabelo, do controle de frequência de aulas, nas autorizações de saída do recinto. A reflexão de um dos sujeitos da pesquisa, sobre o que se quer ensinar com a faina, capinação, ou o ato de juntar folhas, pode-se pensar na noção de “docilização dos corpos” apresentada por Foucault (2007). A faina, é uma forma de exercício para o qual, a disciplina está sendo executada; Por meio da faina, se fabrica corpos exercitados, corpos “dóceis”, como o ato de moldar o camponês e transformá-lo em um soldado.

Foucault(2007) analisa a atenção dedicada ao corpo, e afirma: “ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (p.117).

Para Foucault (1996), o disciplinamento do corpo começou a vigorar na modernidade industrial, habilitando os indivíduos a determinadas tarefas. Na realização de tarefas, as condecorações, as medalhas, elogios, proibições, repreensões e punições são elementos que acompanham a carreira militar.

Ressalta-se que essas proibições eram por tradição extraídas do aprendizado do Exército brasileiro, e por isso mesmo, naquele momento de regime militar, eivado de repressão, arbitrariedade,

as mesmas operavam para o aluno, na condição de *violência simbólica* (Bourdieu, 2014, p,26).²³

Por exemplo, a proibição de relacionamentos:

MuB2:Havia ordens explicitas no Regulamento da Policia Feminina: que proibiam relacionamentos dentro da Corporação com quem fosse de graduação diferente. Chamavam isso de ‘promiscuidade’.

MuN3: As policiais estavam proibidas de terem filho. Quem tinha filhos, precisava ocultar. Quem engravidasse poderia ser excluída.

MuN3: No CFAP ficávamos em um pelotão isoladas, era proibido qualquer tipo de contato e de relacionamento com os pelotões masculinos. Éramos monitoradas dentro da escola para não permitir envolvimento.

Os estudos de Kirsch & Mizukami (2014, p.184), esclarecem que das instituições militares de ensino: “no meio militar, *as punições* e os *elogios* são bastante característicos e marcantes na sala de aula, tanto individualmente quanto na turma [...] O comportamento do aluno é reforçado, positiva ou negativamente de maneira que o aluno se mantenha disciplinado e comprometido com sua formação”. As punições podem ser aprendidas generalizadamente. No caso abaixo, a exclusão no período da formação policial militar, de alunas configurou-se a punição mais severa.

MuB2: As policiais que se apresentaram como homossexuais/‘lésbicas’ por parecerem um pouco masculinizadas, foram dizimadas/ excluídas²⁴.

²³ BOURDIEU(2014) trabalha com a perspectiva do “duplo arbitrário da ação pedagógica” de que “Toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um *poder arbitrário*, de *um arbitrário cultural*”

MuB2: Acredito que como mulheres, tínhamos muitos desafios. A companhia de polícia feminino foi sem dúvida um avanço, mas tínhamos muitas dificuldades, por exemplo no uso do toalete. Nós pedíamos permissão para fazermos uso dos banheiros, nas casas comerciais, nos bares, por onde estivéssemos fazendo o policiamento”.

Mizukami (1986), refere que na formação militar, o uso dos *reforçadores arbitrários*, tais como notas, punições, elogios, entre outros, são muito frequentes, como estratégia de ensino-aprendizagem. Os elogios muito especialmente, reforçam o comportamento de modo positivo, para que o aluno se mantenha disciplinado e comprometido com seus estudos.

Segundo Mizukami (1986), a possibilidade de ‘punição’ ao aluno em formação, configura-se de modo frequente, uma estratégia pedagógica para consolidar o aprendizado, e auxiliar na aquisição e consolidação de *habitus*.

MuB2: Eu era considerada ‘rebarbada’, ‘insubordinada’. Cheguei a ser inclusive presa. Eu questionava, e se não me convencessem eu corria atrás do meu direito.

MuB2: O que eu não gostava, era porque tudo servia como motivo de punição. Estar sem batom, por exemplo, dava 8 dias de prisão.

Na formação, os dois elementos estruturantes da organização militar, hierarquia e disciplina, são imprescindíveis. A incorporação do *ethos* comportamental policial militar requerido desde a formação, vai sendo forjado a cada instrução, fiscalização, cobrança ou sanção normatizadora que vão sendo assimiladas e na redução dos comportamentos desviantes.

²⁴ D’Araujo(2004) em seu artigo “Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil” faz relevantes reflexões no tocante às limitações impostas aos homossexuais são basicamente de ordem moral

Para a formação profissional, Cattani (1997) esclarece sobre os processos educativos que possibilitam ao profissional adquirir conhecimentos teóricos, técnicos e práticos; e para o seu ingresso na instituição, além desses, é importante a averiguação do perfil do candidato a vida militar.

A profissão policial militar exige um perfil específico, de compromisso ininterrupto. Na maioria das profissões, após o término da jornada diária de trabalho, cessam-se os vínculos profissionais, não existindo obrigações maiores, entretanto, o policial militar, desde sua formação deverá entender que sua ligação com sua atividade profissional é permanente, mesmo quando estiver sem fardamento e na inatividade.

No tocante ao ingresso de mulheres na carreira militar, Segundo Soares & Musumeci (2005), isso se deu, em muitos países, para prover as lacunas deixadas no efetivo, por ocasião das guerras. No Brasil, o primeiro estado a realizar o ingresso de mulheres foi São Paulo, em 1955. Nas demais Polícias Militares, a incorporação das mulheres se deu a partir do final dos anos de 1970.

D'Araújo (2004) refere que a relação da mulher com a vida militar esteve por muito tempo associada a seu papel de esposa, e que com a emergência de um conjunto de novos direitos, “a partir de 1980, entre eles o de a mulher poder escolher profissões tradicionalmente tidas como masculinas, abriram-se as portas da caserna para as mulheres” (p.442).

Soares & Musumeci (2005) analisam que aparentemente a presença das mulheres policiais objetivava positivar a imagem pública da Instituição, fortemente associada à ditadura – desejo que teria levado também a introdução de disciplinas de Direitos Humanos nos currículos policiais e a alguns ensaios de implantação do policiamento comunitário (p.16).

Mesmo assim, e contrariamente, as mulheres policiais referem ter encontrado seus desafios diante da instituição que contava com a presença delas para tornar o serviço mais humanizado, todavia exerciam sobre elas, a violência simbólica.

Por exemplo as atividades que estabeleceram para a policial feminino desempenhar, apontavam para a assistência junto a crianças e adolescentes, mulheres e idosos; policiamento em terminais rodoviários, portos e aeroportos; nas revistas às mulheres detentas e serviços internos de secretaria, telefonia, arquivo e recepção. Essa relação das atividades previstas para as mulheres policiais era, via de regra, associadas à natureza feminina, apresentavam-se reafirmando estereótipos de gênero e a vocação assistencialista. A ideia da empregabilidade da mulher policial era de que sua presença feminina poderia possibilitar mais cuidado com o ser humano policial, mais disciplina, menos corrupção, mais sensibilidade, simpatia e capacidade de escuta. Novamente reafirmando estereótipos e definindo o território doméstico para a mulher.

A propósito, os seis participantes desta pesquisa, começaram como soldados no CFAP, chegaram ao oficialidade e desses, quatro e encontram-se na reserva da corporação. O aprendizado obtido quer no CFAP, quer nas unidades por onde passaram, perseveraram; sentem-se mantendo algumas condutas aprendidas, provavelmente pela incorporação do *habitus*, na construção de suas identidades. Para a formação adequada às novas tendências que orientam a Polícia Militar à proteção do cidadão, convêm que a PM reveja seu papel e exercite uma cultura menos repressora.

Referências

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). Fontes históricas. São Paulo: Editora Contexto. 2014. p.155-156.

BOURDIEU, P. **A dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CATTANI, A.D. (Org). **Trabalho e Tecnologia**. Dicionário crítico. 2. Ed. Petropolis; Vozes, 1997.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Mulheres, homossexuais e Forças Armadas**. In: CASTRO, Celso *et all*. Nova história militar brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.439-459.

DEL PRIORE, Mary, VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo Editora Planeta do Brasil, 2010.

EMMI, Marília Ferreira. **Italianos na Amazônia (1870 - 1950): pioneirismo econômico e identidade**. Belém: NAEA, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Ed. Vozes, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectivas, ed. 2007.

GROSSI, Yonni de Souza; FERREIRA, Amauri Carlos. **A razão narrativa: significado e memória**. Revista História Oral. vol.4, 2001.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KIRSCH, Deise B. & MIZUKAMI, Maria da Graça N. **Concepções acerca dos processos de ensinar e de aprender**

em uma academia militar. Revista Eletrônica de Educação. V.8, n.3, p.182-195, 2014.

LAVÉR, James. **A roupa e a moda; uma história concisa.** Companhia das Letras. São Paulo. 1989,p.271.

LEITE, Máurea Mendes. **Origens Sociais e trajetórias profissionais das primeiras mulheres policiais pertencentes ao círculo de oficiais da Polícia Militar do Pará.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos- UFPA, 2013.

MACHADO, Francisco Ribeiro. **Visão Histórica da Polícia Militar do Pará:** pesquisa e compilação. – Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2012.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicolleti. **Ensino:** as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

MUNIZ, Jacqueline. **Direitos Humanos na Polícia.** In: In: LIMA, R.S; PAULA, L. (Orgs.) Segurança Pública e Violência: O Estado está cumprindo seu papel? São Paulo: Contexto, 2008.

PARÁ, **Almanaque dos Oficiais da PMPA,** Diretoria de Pessoal. Polícia Militar do Pará, 1988.

PARÁ. **Almanaque dos Oficiais e Praças da Polícia Militar do Pará.** Diretoria de Pessoal. Polícia Militar do Pará. p. 03, 2000.

RAMALHO, Jaime. **Farda & Cor:** Mobilidade nas patentes e racismo na Polícia Militar da Bahia. Dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia. Salvador-BA, 2008.

RODRIGUES, Marcus Paulo Ruffeil. **Gestão da Polícia Militar:** A cultura institucional como agente limitador da construção de uma polícia cidadã. Belém: Paka-Tatu, 2014.

SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres policiais:** presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico:** um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.